

Da Cidade Imperial à Cidade Episcopal. As transformações urbanas da cidade de Viseu entre os séculos IV e XI

Catarina Barradas Meira

Tese de Doutoramento em História

Volume 1

Versão revista após provas públicas

Agosto, 2021

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em História, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Catarina Tente e do Professor Doutor Alfonso Vigil-Escalera Guirado

Apoio financeiro da FCT no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio.

DECLARAÇÕES

Declaro que esta tese é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

A handwritten signature in blue ink, reading 'Catarina Feina'.

Lisboa, 19 de agosto de 2021

Declaro que esta tese se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

A orientadora,

A handwritten signature in blue ink, consisting of a large 'Q' followed by a stylized name.

Lisboa, 19 de agosto de 2021

Declaro que esta tese se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

O coorientador,

A handwritten signature in blue ink, featuring a stylized 'S' and 'M'.

Lisboa, 19 de agosto de 2021

Ao meu PP

AGRADECIMENTOS

A apresentação desta tese representa o termo de um capítulo na minha vida e, certamente, o início de outros que virão. A sua concretização foi o resultado da minha total dedicação durante cinco anos que implicaram, entre muitos acontecimentos simbólicos, a mudança da minha residência para a *Antiqua et Nobilissima* cidade de Viseu e a adaptação às condicionantes impostas pela pandemia COVID-19. A sua realização foi também fruto do apoio daqueles que despenderam o seu tempo e o seu conhecimento para me ajudar ao longo de toda a investigação. A todos, um enorme obrigada.

O meu primeiro agradecimento é dedicado à minha orientadora Catarina Tente, a quem devo o acompanhamento exigente deste trabalho e o tempo para partilhar o seu imenso conhecimento. Obrigada por todos os conselhos e pelas permanentes palavras de encorajamento. As grandes oportunidades que tive na minha formação devo-lhas a si e, por isso, um eterno obrigada. Agradeço também ao meu co-orientador Alfonso Vigil-Escalera Guirado pela disponibilidade em esclarecer dúvidas e no rigor com que reviu todos os capítulos desta tese.

Em segundo lugar, gostaria de formular a minha profunda consideração à FCT pela bolsa de doutoramento que me atribuiu em 2016 e que me possibilitou desenvolver este projeto de investigação.

Um especial agradecimento à Câmara Municipal de Viseu, na pessoa do recentemente falecido senhor Presidente, Dr. António Almeida Henriques, mas sobretudo ao Vereador da Cultura e do Património, Dr. Jorge Sobrado, que apoiou financeiramente a minha estadia em Viseu de modo a poder levar a cabo este projeto. O seu entusiasmo pela História e pela Arqueologia de Viseu, bem como pelo desenvolvimento de investigação científica sobre o município nessas áreas contagiou-me. Foi com todo o orgulho que “vesti a camisola” de primeira investigadora-residente do Polo Arqueológico de Viseu. Não poderia deixar de agradecer à equipa do PAV: à Joana Araújo, à Glória Miranda, à Susana Martins, à D. Dina Cristino, à Élia Loureiro, ao Nelson Gonçalves e, em especial, à Lília Basílio, por ter posto à minha disposição todos os meios e materiais que precisei

para levar para a frente este trabalho. Tornou-se uma grande amiga, confidente e um exemplo de liderança e dedicação ao seu trabalho no PAV.

Ao Pedro Sobral de Carvalho, que considero o maior conhecedor sobre a Arqueologia de Viseu, quero agradecer ter-me facultado bibliografia, fotografias e relatórios de escavação fundamentais para esta tese. Agradeço também à empresa Arqueohoje pelo acesso a relatórios e à Teresa Gama Schürmann pela realização do desenho de algumas peças. Uma menção ao Professor José Carlos Quaresma que me ajudou na classificação e datação das Terra Sigillatas da Rua das Ameias e do Loteamento do Quintal, bem como à Dra. Francisca Alves Cardoso pela reavaliação dos restos humanos da Praça D. Duarte.

Às minhas amigas e companheiras de curso Raquel Sousa, Bé dos Santos e Ana Filipa Ferreira, e às amigas de infância Inês Fernandes e Micaela Gonçalves, que demonstraram sempre o seu apoio e foram as minhas maiores adeptas.

Aos meus pais, Joaquim e Rosária, que durante o doutoramento me viram sair de casa e tornar-me uma mulher adulta, responsável e independente. A saudade e o distanciamento foram, por vezes, dolorosos, mas sei do imenso orgulho que sentem em ver-me atingir mais esta vitória. O derradeiro objetivo na minha vida será sempre deixá-los orgulhosos.

E, finalmente, ao PP, não só por ter contribuído ativamente para esta tese, com a tintagem dos desenhos, mas sobretudo por me ter ouvido, por me ter limpado as lágrimas e por me ter encorajado nos momentos mais difíceis e de maior frustração. Esta foi também uma fase que nos pôs à prova e nós superámo-la ainda mais unidos.

Da Cidade Imperial à Cidade Episcopal. As transformações urbanas da cidade de Viseu entre os séculos IV e XI

Catarina Barradas Meira

Palavras-chave: Arqueologia; Paisagem urbana; Baixo-Império; Alta Idade Média; Cristianização

RESUMO

A presente tese de doutoramento foca o estudo da cidade de Viseu e das transformações que a malha urbana sofreu entre os séculos IV e XI. Este trabalho foi desenvolvido com base em informação arqueológica proveniente de onze locais intervencionados no âmbito da arqueologia preventiva levada a cabo nos últimos 33 anos no centro histórico viseense. O estudo integrou os espólios recolhidos na Rua das Ameias/Praça D. Duarte, intervencionado entre 1988 e 1991, que se tratou de uma janela de observação privilegiada para clarificar as questões relativas às sequências ocupacionais do morro da cidade. Procurou saber se, naquele local, o antigo *forum* romano deu ou não origem ao complexo episcopal suevo-visigodo ou que outros edifícios e espaços ocupara aquele lugar central da cidade romana. A investigação tentou ainda reconstituir o traçado na muralha construída nos finais do século III e definir de que forma se articularam os espaços religiosos e funerários que se encontravam extramuros.

Os resultados obtidos demonstram uma cidade que se foi transformando, mas onde as muralhas tardias continuaram a ser um elemento delimitador e estruturante da urbe. A malha urbana ficou marcada, neste período, por uma série de espaços que se vinculam com o poder que a Igreja assumiu quando a cidade se tornou sede episcopal pelo menos desde a segunda metade do século VI. As estruturas arqueológicas identificadas na Rua das Ameias podem não corresponder ao complexo episcopal dessa época, ainda que certamente o mesmo se deveria localizar nesta área central da cidade. Pelo facto de não haver dados muito precisos, não se pode descartar a hipótese de o edifício reconhecido

na Rua das Ameias poder corresponder a um edifício, eventualmente religioso de época posterior, tendo em conta os materiais arqueológicos aí exumados e a sua relação espacial com as quatro sepulturas identificadas na Praça D. Duarte, datadas do século XI. Poderá datar da mesma época a construção de outras capelas situadas no exterior das muralhas, em redor das quais se documenta a existência de necrópoles cristãs, que se formaram mais ou menos no mesmo local ocupado anteriormente pelas necrópoles alto-imperiais.

Os dados alcançados pela análise dos espólios referidos e pelos testemunhos reconhecidos pela arqueologia urbana são ainda limitados para o período que sucede o século VII. Não foram, até ao momento, identificadas estruturas ou materiais arqueológicos que se possam relacionar com um domínio político-administrativo efetivo por parte de autoridades muçulmanas entre os séculos VIII e X. Tal poderá dever-se à manutenção de uma certa autonomia política das elites viseenses face à esfera do poder islâmico. A atual informação indica que a estrutura eclesiástica cristã terá sobrevivido até ao século XI, mesmo que, em determinadas alturas, os seus bispos possam ter estado ausentes da cidade.

A coleção artefactual analisada revela que a cerâmica das fases posteriores ao século VIII encontra fortes vínculos com a estabilização da fronteira cristã no Mondego e com os reinos do norte da Península Ibérica. Revela também cerâmicas de produção e distribuição local/regional pautadas com um repertório formal mais reduzido do que os dos séculos precedentes. A localização da cidade de Viseu no centro-norte português concedeu-lhe uma importância geoestratégica considerável, tanto no século X quando se torna capital do reino que viria mais tarde a ser o Condado Portucalense, como quando a corte dos condes D. Henrique e D. Teresa aí se fixa nos inícios do século XII, perfilando-se definitivamente como cidade condal.

From the Imperial to the Episcopal City. The urban transformations of Viseu between the 4th and 11th centuries

Catarina Barradas Meira

Keywords: Archaeology; Urban landscape; Late Roman Empire; Early Middle Ages; Christianization

ABSTRACT

This thesis focuses on the study of the city of Viseu and the transformations that the urban fabric underwent between the fourth and eleventh centuries. This work was based on the archaeological data produced in the last 33 years as result of the preventive excavation of eleven sites in the historic centre of Viseu. The study included the collections retrieved in Rua das Ameias/Praça D. Duarte between 1988 and 1991, which was a privileged observation window to clarify the issues related to the occupational sequences of the city hill. It has been sought to know whether the ancient Roman *forum* was replaced by the Suevo-Visigothic episcopal complex or what other buildings and spaces occupied that central place of the Roman city. The investigation also attempted to reconstruct the walls' limits built at the end of the third century and to define how the religious and funerary spaces outside the walls were articulated.

The results reveal a city that was changing, but where the late roman walls continued to be a defining and structuring element of the urban centre. The urban grid was marked, in this period, by a series of spaces that were linked with the power that the Church assumed when the city became episcopal see at least since the second half of the sixth century. The archaeological remains identified in Rua das Ameias may not correspond to the episcopal complex of that time, although it certainly should be located in this central area of the city. Since the data is not precise, it cannot be ruled out that the building recognized in Rua das Ameias may correspond to one of religious purposes,

possibly of a later period, considering the archaeological materials exhumed there and its spatial proximity to four graves identified in Praça D. Duarte, dating back to the eleventh century. It may date from the same time as the construction of other minor churches located outside the walls and their respective Christian necropolises. The latter were formed more or less in the same place previously occupied by the high roman empire necropolises.

The data obtained through the analysis of the mentioned collection and the testimonies recognized by urban archaeology are still limited to the period following the seventh century. So far, no archaeological structures or materials can be related to an effective political-administrative dominance by Muslim authorities between the eighth and tenth centuries. This could be the result of the maintenance of a certain political autonomy of the Viseu's elites during that time. Current information indicates that the Christian ecclesiastical structure may have survived until the eleventh century, even though at certain times its bishops may have been absent from the city.

The artefact collection of Rua das Ameias/Praça D. Duarte reveals that the post eighth century pottery has strong links with the stabilization of the Christian frontier in the Mondego River and with the kingdoms of the north of the Iberian Peninsula. It also points to the local/regional scale of production and distribution of pottery ware, as its typological repertoire was much smaller than that of earlier times. The location of the city of Viseu in central-northern Portugal granted it considerable geostrategic importance, both in the tenth century when it became the capital of the future Condado Portucalense, as when the court of the counts D. Henrique and D. Teresa settled there at the beginning of the twelfth century. It contributed in a definite way to profile Viseu as a city of nobles.

ÍNDICE

I. Introdução.....	1
1.1. Apresentação e organização do conteúdo.....	2
1.2. Objetivos	4
1.3. Estado da Arte	4
 II. Metodologia	 23
2.1. Abordagem ao estudo da intervenção da Rua das Ameias/Praça D. Duarte.....	30
2.1.1. Cerâmica.....	37
2.1.2. Metais.....	47
2.1.3. Outros materiais arqueológicos	48
2.1.4. A arqueologia da arquitetura	48
 III. Viseu.....	 51
3.1. No espaço: enquadramento geográfico e biofísico	52
3.2. No tempo	57
 IV. As intervenções de arqueologia urbana e as evidências arqueológicas.....	 73
4.1. Rua das Ameias/Praça D. Duarte	74
4.1.1. O estudo da intervenção da Rua das Ameias/Praça D. Duarte.....	93
4.1.1.1. Cronoestratigrafia artificial e seleção dos planos de estudo	97
4.1.2. A coleção arqueológica	107
4.1.2.1. Cerâmica: perspetiva geral do conjunto	114
4.1.2.2. Cerâmica: NMR, tipologias, frequências e funções.....	116
4.1.2.3. A cerâmica romana e tardo-antiga.....	118
4.1.2.4. A cerâmica alto-medieval.....	140
4.1.2.5. Materiais não cerâmicos	166
4.1.3. Interpretação do sítio.....	169
4.2. Pátio do Museu Nacional Grão Vasco	180
4.3. Largo da Misericórdia.....	192
4.4. Rua da Prebenda	201
4.5. Rua Formosa/Largo de Santa Cristina	209

4.6. Rua João Mendes/Largo de Santo António	225
4.7. Cerrado (atualmente <i>Serrado</i>)	234
4.8. Loteamento do Quintal	237
4.9. Igreja de São Miguel de Fetal	249
4.10. Avenida Emídio Navarro.....	261
4.11. Rua Silva Gaio/Funicular	263

V. Repensar a cidade alto-medieval de Viseu no quadro das transformações urbanas do extremo ocidente do Império: discussão e interpretação dos dados

5.1. Os símbolos da desarticulação da cidade clássica romana	279
5.1.1. A espoliação dos edifícios romanos imperiais	282
5.1.2. A desativação do <i>forum</i>	289
5.1.3. A desarticulação de outros espaços públicos	301
5.1.4. A transformação dos antigos espaços privados.....	307
5.2. Os elementos transformadores da cidade alto-medieval.....	316
5.2.1. As muralhas, as portas e as vias.....	317
5.2.2. A formação da paisagem urbana cristã através dos edifícios religiosos e das necrópoles 331	
5.2.3. Os espaços privados	343
5.3. A importância geoestratégica da cidade como centro de poder e de circulação e consumo de bens	352

VI. Conclusão

Bibliografia.....

374

LISTA DE ABREVIATURAS

a.C. – Antes de Cristo

AD – *Anno Domini*

BP – Before Present

cal - Calibrado

CIS – Cerâmica de Imitação de *Sigillata*

CRIA/NOVA-FCSH - Centro em Rede de Investigação em Antropologia da Universidade Nova de Lisboa

CSIC-Madrid - Consejo Superior de Investigaciones Científicas

d.C. – Depois de Cristo

DRCC - Direção Regional da Cultura do Centro

EICAM – Estudo Interdisciplinar de Comunidades Alto Medievais

ENP's – Elementos não-plásticos

FI – *Fragmentation Index* / Índice de Fragmentação

IEM – Instituto de Estudos Medievais da Universidade Nova de Lisboa

IEV – Cerâmicas de Imitação de Engobe Vermelho

Inv. – Número de inventário

IPA - Instituto Português de Arqueologia

NMR – Número mínimo de Recipientes

NOVA-FCSH – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

PAV – Polo Arqueológico de Viseu

TSI – *Terra Sigillata* Itálica

TSSG - *Terra Sigillata* Sudgálica

TSH - *Terra Sigillata* Hispânica

TSAf - *Terra Sigillata* Africana

TSHT - *Terra Sigillata* Hispânica Tardia

I. Introdução

1.1. Apresentação e organização do conteúdo

A presente tese de doutoramento, intitulada *Da Cidade Imperial à Cidade Episcopal. As transformações urbanas da cidade de Viseu entre os séculos IV e XI*, teve como objeto de estudo o registo arqueológico e histórico e a análise de coleções artefactuais associadas à evolução do centro histórico viseense entre o desaparecimento das elites urbanas romanas no século IV d.C. e o estabelecimento da corte dos condes D. Henrique e D. Teresa em Viseu.

O trabalho encontra-se estruturado em seis partes distintas. A primeira corresponde a este capítulo introdutório que teve como finalidade expor o estado da investigação no início deste projeto e definir os objetivos que nortearam o seu desenvolvimento.

O segundo capítulo constitui uma explicação dos métodos de trabalho utilizados para a realização desta investigação, nomeadamente no que concerne à recolha e seleção da informação bibliográfica e ao tratamento e estudo dos materiais arqueológicos provenientes de antigas escavações. Esta metodologia e a sua relação com os resultados obtidos por um estudo da arqueologia da arquitetura, sustentam as hipóteses de interpretação das estruturas arqueológicas que se explicam no Capítulo IV.

O Capítulo III trata o enquadramento geográfico e biofísico da cidade, tendo em consideração os elementos geológicos, geomorfológicos e hidrográficos que caracterizam a região em que se insere, no designado “Planalto de Viseu” da Beira Alta. Um segundo ponto aborda o contexto histórico que define as balizas cronológicas da investigação, tratando os acontecimentos mais relevantes que ocorreram, quer a nível peninsular, quer a nível local, e que tiveram direta influência sobre o rumo de Viseu na Alta Idade Média.

O quarto capítulo incide sobre as realidades arqueológicas que marcam o centro histórico viseense, tendo-se subdividido o mesmo por onze subcapítulos que correspondem a onze locais na cidade onde foram identificados importantes testemunhos arqueológicos para a investigação. Todos os sítios analisados oferecem aportes de informação desiguais, por se tratarem, ora de achados isolados, ora do resultado de intervenções de arqueologia preventiva. O subponto 4.1. relativo à Rua das

Ameias/Praça D. Duarte é o mais extenso, porque o estudo das estruturas e dos espólios aí reconhecidos viu-se como uma janela de observação prioritária para avaliar as sequências ocupacionais do morro da Sé. Os onze subcapítulos incluem dados relativos à localização de cada sítio; aos trabalhos arqueológicos realizados (se existiram) ou à historiografia produzida sobre eles; à descrição sucinta da estratigrafia, dos materiais arqueológicos e das estruturas identificadas; e à sua interpretação em termos de cronologia, fases de ocupação e funcionalidade.

O Capítulo V corresponde à discussão e à análise global dos dados coletados, na qual se abordam os temas da desarticulação da cidade clássica romana e os símbolos materiais associados ao fenómeno, entre os quais a espoliação dos edifícios romanos e os processos de desativação e transformação do *forum* e dos restantes espaços públicos. Aborda-se também, no subcapítulo 5.2., os elementos que marcaram a cidade alto-medieval, os novos e os que se mantiveram, como as muralhas, os edifícios de culto, as necrópoles e os espaços domésticos. O capítulo encerrou-se com um subponto em que se avaliaram as condições para a cidade se ter afirmado na Alta Idade Média como um centro urbano de importância geoestratégica nas complexas redes políticas, religiosas e económicas que caracterizaram a Península Ibérica durante essa época.

As considerações finais, remetidas para o sexto capítulo, destacam os principais resultados obtidos neste trabalho, as dificuldades que pautaram o seu desenvolvimento e as questões que ficam ainda em aberto para futura investigação.

O trabalho inclui ainda uma lista de abreviaturas que podem ser usadas para desdobrar as siglas referidas ao longo do texto. Esta tese tem um segundo volume que concerne três anexos. O Anexo I diz respeito à documentação cartográfica introdutória, a qual inclui a integração da cidade de Viseu na Península Ibérica e mapas de informação geológica e hidrográfica. O Anexo II relaciona-se com a documentação gráfica e fotográfica das onze intervenções analisadas no Capítulo IV. Por fim, o Anexo III tem que ver com as tabelas de análise elaboradas para o estudo da intervenção da Rua das Ameias/Praça D. Duarte e da sua coleção artefactual.

1.2. Objetivos

O objeto de estudo deste projeto de investigação respeita a ocupação da cidade de Viseu entre o final do Império Romano e a Alta Idade Média, o qual passou pela análise dos registos arqueológicos e históricos, bem como pelo estudo de coleções artefactuais a eles associadas. A principal finalidade deste projeto consistiu em definir com maior clareza a transformação de algumas estruturas urbanas entre o século IV d.C. e o século XI, por forma a caracterizar as alterações das cidades pós-romanas do extremo ocidental do Império, tendo como foco a cidade de Viseu.

O desenvolvimento da investigação, que versou o estudo das alterações urbanas pós-romanas em Viseu, com base em janelas de observação de intervenções de arqueologia preventiva, possibilitou esclarecer a lacuna que subsistia sobre a configuração da cidade na Alta Idade Média. Essas janelas de observação focaram-se essencialmente em intervenções no morro da Sé Catedral de Viseu/Museu Nacional Grão Vasco, nos troços de muralha e nas ocupações extramuros.

Tiveram-se como objetivos secundários:

- Definir com maior clareza a evolução do antigo *forum* romano após o século IV e se o mesmo deu origem a um conjunto episcopal a partir dos séculos V/VI d.C.;
- Caracterizar a muralha tardo-antiga e tentar recuperar o seu traçado;
- Compreender as ocupações pós-romanas fora das muralhas que terão resultado do recuo do perímetro amuralhado nos finais do século III;
- Determinar a importância geoestratégica da cidade de Viseu como centro de poder e de circulação e consumo de bens.

1.3. Estado da Arte

A importância do morro onde se implanta o centro histórico da cidade de Viseu e o conjunto monumental da Sé Catedral de Viseu/Museu Nacional Grão Vasco é reconhecida por diversos investigadores, historiadores, arqueólogos e até entusiastas, que desde muito cedo lhe dedicaram textos a descrever as sucessivas fases de ocupação

humana. A História local foi redigida, desde o século XVII, por homens para quem a investigação histórica era o seu passatempo. Por vezes, estes entusiastas associaram a relevância do morro da Sé à sua situação topográfica central na cidade, identificando-a como uma verdadeira acrópole que terá atraído a implantação do Homem e das suas atividades em todas as épocas, tal como se demonstrará em seguida pelas recorrentes investigações de que foi alvo e pelo estado do conhecimento antes deste projeto de doutoramento.

A ocupação humana na colina da Sé é bastante precoce. Enquanto alguns autores publicaram pequenos artigos acerca da possibilidade da existência de um castro pré-histórico nesse local (GIRÃO, 1925; COELHO, 1943; VALE, 1971), para outros a ausência de dados explícitos nesse sentido levantava algumas dúvidas (RIBEIRO, 1971a; ALARCÃO, 1989; VAZ, 1997). No entanto, escavações levadas a cabo no morro da Sé resultaram na identificação de pisos de cabana, estruturas de combustão e de espólio datado da Idade do Ferro (ALMEIDA, 2005; ALMEIDA et al, 2007; FIGUEIRA et al, 2013). Na intervenção do edifício n.º 1 a 3 da Praça D. Duarte, a recolha de cerâmica com decoração incisa realizada com uma ponta romba comprovou que a primeira ocupação do morro remonta ao Calcolítico. Este é provavelmente o único testemunho de um pequeno sítio de habitat que aproveitou os abrigos rochosos que caracterizam geologicamente o local (CARVALHO e VALINHO, 2001, p. 61).

As mais antigas considerações feitas sobre a cidade de Viseu remontam ao século XVII, por autoria de Manoel Botelho Ribeiro Pereira. Nos anos 30 do século XVII, o cronista indicava a recolha de diversas inscrições romanas, nomeadamente encontradas na envolvente da Quinta de São Miguel, na zona da Sé e junto à Igreja do Carmo e que acabariam por corresponder a áreas de necrópoles romanas. A leitura epigráfica dessas epígrafes tinha o intuito de nelas procurar a antiguidade de Viseu e a origem do seu nome (PEREIRA, 1955). Para Botelho Pereira, a cidade de Viseu teria sido fundada dentro da Cava pelos Vaceus e designar-se-ia *Vacca*, ideia recuperada por outros autores como o Padre Leonardo de Sousa (1767), Henrique das Neves (1893) e Maximiano de Aragão (1894-1895). Botelho Pereira defendia também que Viriato teria nascido no interior da Cava e referiu que os Lusitanos teriam tido o seu centro em Viseu (PEREIRA, 1955).

Aristides de Amorim Girão, considerado o pai dos estudos sobre a cidade romana de Viseu, publicou em 1925 «*Viseu. Estudo de uma aglomeração urbana*». Nessa obra, o geógrafo afirmava que existiram em Viseu dois polos de desenvolvimento urbano: um na colina da Sé e outro na baixa da Regueira (GIRÃO, 1925, p. 22). O núcleo da colina da Sé teria beneficiado do traçado de um castro proto-histórico; e o da Regueira teria sido fundado já em época romana, com um traçado retangular e uma planta hipodâmica, onde se cruzariam todas as vias que saíam de Viseu (GIRÃO, 1925, p. 22) (Figura 1). Segundo Amorim Girão, a cidade romana ter-se-á cercado por muralhas que passariam pelo Largo Mouzinho de Albuquerque, a norte, e pelo Largo de Santa Cristina, a sul. Assim, o amuralhado estender-se-ia desde Santa Cristina à Rua do Arco, passando pela Rua da Prebenda (GIRÃO, 1925, pp. 28-29).

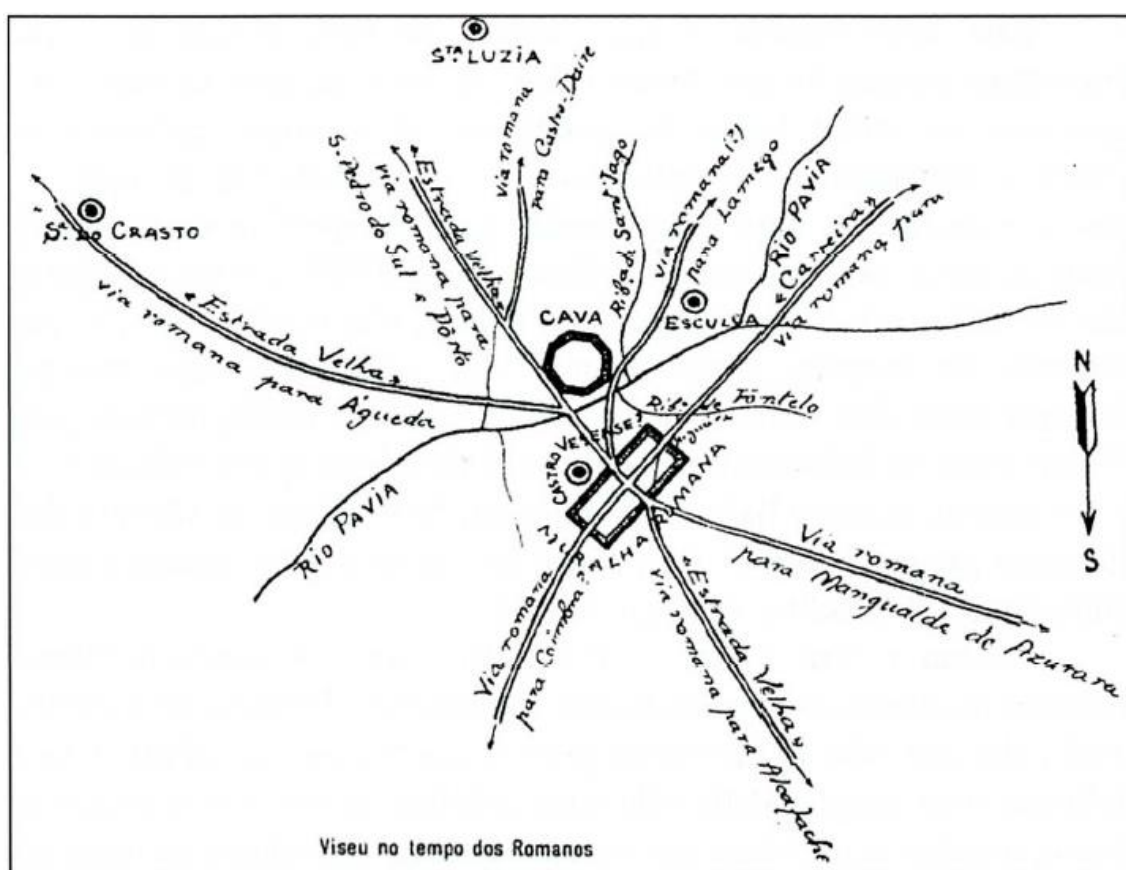


Figura 1 - Viseu no tempo dos Romanos, segundo Amorim Girão (1925).

A mesma tese de cidade polinucleada foi adotada por José Coelho, naquela que é conhecida como a primeira alusão à cidade de Viseu com carácter arqueológico. Nos

apontamentos «*Cadernos de Notas Arqueológicas*», José Coelho escreveu que Viseu romana era uma cidade de grande importância estratégica, uma vez que dela partiam doze vias, com centro no Largo Mouzinho de Albuquerque. Defendeu também que na cidade existiram três templos romanos, devido aos restos de colunas de grandes dimensões encontrados na Carreira dos Cavalos, junto à Sé e junto ao antigo balneário de Calda de Lafões (COELHO, 1950). A leitura e divulgação de inúmeros marcos miliários por José Coelho reforçou a imagem de Viseu como o centro de uma região muito vasta.

Orlando Ribeiro, por outro lado, foi um contestatário à ideia de Amorim Girão acerca de dois polos urbanos em época romana. Posicionou-se a favor de um núcleo de desenvolvimento inicial, situado no morro da Sé, que, com o decurso do tempo, se expandiu para fora das muralhas, onde se originaram os bairros suburbanos da Ribeira e da Regueira (RIBEIRO, 1971a). Na sua opinião, o povoado primitivo da colina da Sé atingiu o seu auge quando a cidade se tornou sede episcopal durante o período suevo-visigodo e durante a Reconquista (RIBEIRO, 1971a).

Jorge de Alarcão confirmou a importância da cidade romana de Viseu ao propor-lhe a categoria de capital dos *Interannienses*. O investigador afirmou que a *civitas* foi fundada no tempo do Imperador Augusto ou *terminus ante quem* pelo Imperador Cláudio (ALARCÃO, 1989, p. 31). O *forum* romano estaria localizado, segundo o traçado que propôs, na “*ínsula central, entre a Rua Direita, a Rua da Prebenda e a Rua do Gonçalinho*” (ALARCÃO, 1989, p. 30) (Figura 2). Colocou também a hipótese da existência de um templo no morro da Sé com a frente virada ao *forum* (ALARCÃO, 1989, p. 30). J. de Alarcão foi o primeiro autor a defender uma cronologia do Baixo-Império para a muralha romana, de finais do século III ou de inícios do século IV, baseando-se na reutilização de inscrições na sua construção (ALARCÃO, 1989, p. 23). O autor calculou que a cidade teria um perímetro amuralhado de onze hectares (ALARCÃO, 1989, p. 31).

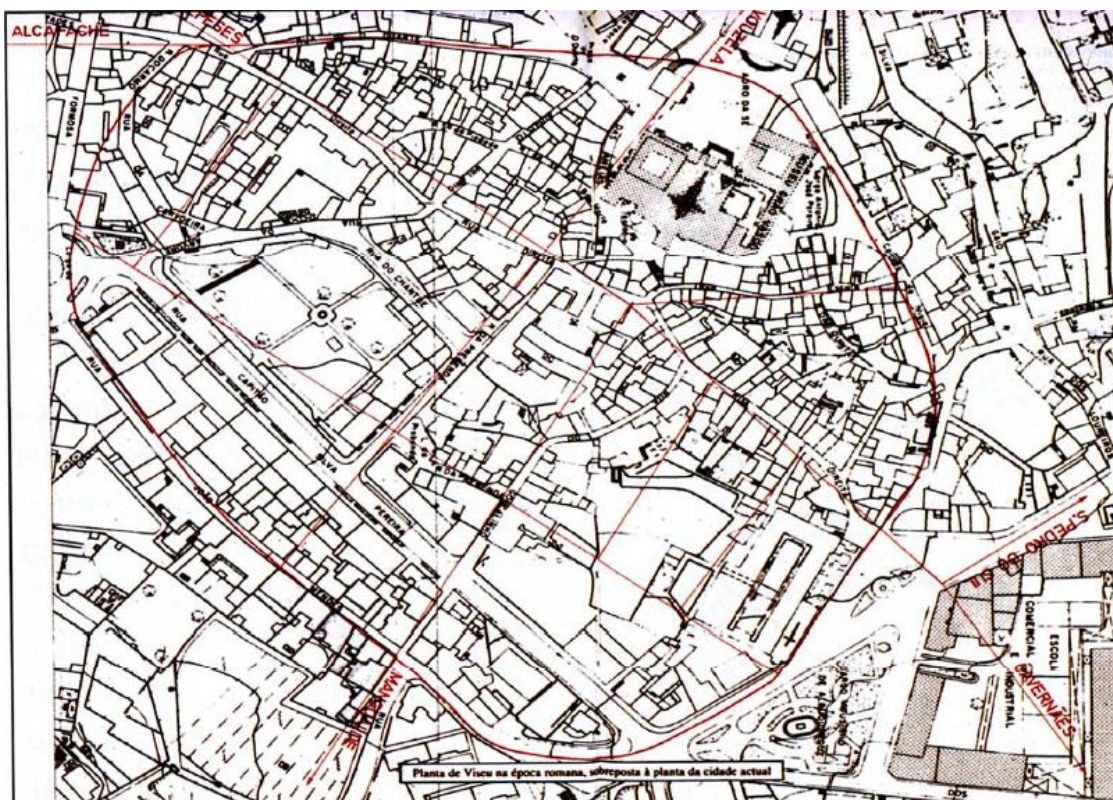


Figura 2 – A cidade romana de Viseu, de acordo com Jorge de Alarcão (1989).

A primeira escavação com carácter arqueológico ocorreu apenas no ano de 1983. Aquando da construção do troço da circunvalação entre as rotundas da Rua 5 de Outubro e a do Fontelo, João Luís Inês Vaz e Celso Tavares da Silva dirigiram escavações que levaram à identificação de uma necrópole tardia (VAZ, 2000, p. 45). Ambos os investigadores também se pronunciaram acerca da cidade em época romana: em 1983, J. L. Inês Vaz delimitou a *civitas* entre o Largo de Santa Cristina, o Largo Mouzinho de Albuquerque e o morro da Sé (VAZ, 1983, p. 743); posteriormente, em 1993, o arqueólogo afirmou que o aglomerado romano tinha uma configuração retangular com um traçado urbanístico sensivelmente ortogonal, incluindo assim a acrópole, a baixa da Regueira e Santa Cristina (VAZ, 1997) (Figura 3). Celso Tavares da Silva considerava que Viseu foi um importante núcleo urbano, tal como refletiam os achados arqueológicos, pelo que a cidade se estendia das margens do Paiva ao Cerrado, e de São Miguel de Fetal a limites imprecisos a oeste da Sé. Ainda defendeu que a colina da Sé foi dotada de um templo e de diversos edifícios públicos. Ao ponderar a importância da acrópole, com tais

construções, Celso Tavares da Silva daria a entender que ali se localizava o *forum* (SILVA, 1983).



Figura 3 - Viseu romana, segundo João Luís Inês Vaz (2009a, p. 164).

Até este ponto, apresentaram-se as principais referências historiográficas que abordaram o estudo da cidade, mas, como se pode depreender, a maior parte dos autores centrou-se nos antecedentes mais remotos da cidade e nas origens do seu nome, bem como na Antiguidade romana de Viseu. Os estudos mais sistemáticos feitos acerca de Viseu em época romana foram a dissertação de Amorim Girão *Viseu. Estudo de uma aglomeração urbana* (1925) e a tese de doutoramento de João Luís Inês Vaz *A Civitas de Viseu – Espaço e sociedade* (1997). De mais a mais, alguns dos autores referidos foram compilando as informações recolhidas pelos trabalhos mais antigos, sem apresentar novas descobertas ou novas interpretações. Limitaram-se muitas vezes a concordar ou a discordar das teorias propostas por outros, não contribuindo grandemente para os dados já adquiridos. Exceção feita, porventura, à participação de

José Coelho. Arqueólogo e professor viseense, dedicou-se a descrever achados arqueológicos incessantemente nos seus 158 *Cadernos de Notas Arqueológicas*, escritos entre 1916 e 1968. Nesses cadernos, José Coelho fez registos meticulosos de sítios, objetos e assuntos arqueológicos, históricos, artísticos, heráldicos, paleográficos e epigráficos, pautados pela perspicácia na interpretação dos dados.

Apesar disso, ainda pouco se conhece acerca das transformações que se verificaram na cidade após a queda do Império Romano. Certos autores, como Botelho Pereira (1630-1636), o Padre Leonardo de Sousa (1767) e Maximiano de Aragão (1894-1895), aludiram ao episcopado de Viseu desde a sua fundação ou teceram pequenas menções à destruição causada pelas invasões muçulmanas na cidade. Não existe nos textos destes autores qualquer alusão entre a época de domínio muçulmano e a reconquista da cidade por Fernando Magno, momento em que retoma a investigação e que se foca essencialmente na doação de coutos que o rei outorgou à Sé (PEREIRA, 1955; ARAGÃO, 1894-1895; GIRÃO, 1925).

Não obstante, grande parte da informação acerca da Alta Idade Média provém das intervenções arqueológicas de carácter preventivo em solo urbano por parte de empresas de arqueologia, a operar na cidade desde 1997. Inicialmente, por prerrogativa autárquica e para o licenciamento de obras, essas empresas apenas intervencionavam pontualmente no centro histórico (CARVALHO e VALINHO, 2001, p. 39). Só com posterioridade é que a sua margem de ação foi alargada para a restante malha urbana, atuando no âmbito de obras de reconstrução de edifícios, na abertura de valas para infraestruturas subterrâneas e em trabalhos de repavimentação. Tal permitiu começar a definir-se o plano evolutivo da cidade e, mais relevante ainda, fazê-lo a partir de dados arqueológicos. Entre as intervenções mais icónicas e de maior escala realizadas pelas duas empresas de arqueologia sediadas em Viseu – Arqueohoje e EON Indústrias Criativas – destacam-se o troço de muralha romana do Largo de Santa Cristina/Rua Formosa (em 1999 e 2004), a *insula* romana da Rua da Prebenda (em 1999 e 2001), as estruturas arqueológicas sob o Museu Nacional Grão Vasco (em 2001 e 2002), a necrópole da Rua Silva Gaio/Funicular (em 2007 e 2008) e, mais recentemente, o troço de muralha baixo-imperial do Largo de Santo António/Rua João Mendes (em 2018 e 2019). No que concerne às estruturas arqueológicas tardo-romanas e alto-medievais

detetaram-se, neste contexto empresarial, fossas que rompem pavimentos romanos (SANTOS et al, 2010, p. 27), remodelação de edifícios, reaproveitamento de materiais de construção romanos (SANTOS et al, 2013, p. 829), sepulturas sobre edifícios romanos desativados (CARVALHO, 2007, pp. 31-32) e a continuidade na utilização dos espaços de necrópoles romanas (CARVALHO e FIGUEIRA, 2008). Ou seja, à exceção do edifício absidado escavado nos finais dos anos 80 por J. L. Inês Vaz na Rua das Ameias/Praça D. Duarte (PEDRO e VAZ, 1995), a grande maioria dos vestígios atribuíveis à Alta Idade Média trata-se de estruturas pouco visíveis, pelo que muitas vezes passam despercebidas aos arqueólogos. Os materiais arqueológicos constituem também outro problema, uma vez que os arqueólogos têm dificuldade em datá-los, classificando-os genericamente de “medievais”. Frequentemente, os contextos arqueológicos pós-romanos são datados através de fragmentos de *Terra Sigillatas* tardias, atribuíveis a momentos posteriores ao século IV d.C..

Baseando a sua ação no acompanhamento de empreitadas, as empresas de arqueologia vêm-se limitadas para levar a cabo o estudo dos contextos escavados e dos materiais arqueológicos recolhidos. Os registos das escavações e as possíveis interpretações dos sítios acabam por ficar privados aos relatórios produzidos, não sendo depois publicados. Não raras vezes é no meio académico que se desenvolvem esses estudos, numa articulação entre as empresas e as universidades, seja sob a forma de projetos de investigação, seja através de dissertações de mestrado ou de doutoramento. No universo das dissertações de mestrado sobre Viseu, algumas incidem em temas de Arqueologia, História, História da Arte, Arquitetura e Estudos do Património, destacando-se a dissertação de Sara Almeida *A Idade do Ferro no Planalto de Viseu: o caso do Morro da Sé* (2005); a de Carlos Alves *Os Monumentos Nacionais e a (des)construção da História: a Sé de Viseu* (2009); a de Paula Ferreira *A Rua Direita, em Viseu: importância histórica, património e memória desta artéria. Da degradação à recuperação urbana* (2010); a de Patrícia Rodrigues *Cerâmicas Medievais do Morro da Sé de Viseu: Fossas-lixreira do Pátio do Museu Grão Vasco* (2012); e a de Sara Serra *A cidade romana de Viseu. A memória do passado como suporte da cidade do presente* (2018). Os autores que abordaram Viseu nas suas investigações de doutoramento foram J. L. Inês Vaz em já referida tese *A Civitas de Viseu – Espaço e sociedade* (1997); Carlos

Alves em *La evolución arquitectónica y artística de la catedral de Santa María de Viseu. Desde la Edad Media hasta la Contemporaneidad* (2015); e Ana Isabel Pipa em *A investigação historiográfica e do património histórico-arqueológico na região de Viseu (séculos XVII-XX)* (2017).

Outros trabalhos académicos que, não sendo sobre a cidade de Viseu, fizeram-lhe referência foram os de Adriaan De Man *Defesas urbanas tardias da Lusitânia* (2008) e de Paulo Almeida Fernandes *Matéria das Astúrias. Ritmos e realizações da expansão asturiano-leonesa no actual centro de Portugal, séculos VIII-X* (2016), ambas teses de doutoramento.

No mesmo contexto de articulação entre empresas de arqueologia e universidades desenvolvem-se também projetos de investigação financiados por entidades externas. Foi o caso do projeto *EICAM* desenvolvido entre 2013 e 2015 pelo IEM da Universidade Nova de Lisboa, sob a direção de Catarina Tente. Tratou-se de um projeto pluridisciplinar vocacionado para o conhecimento dos territórios alto-medievais do centro-norte português, o qual contou com o financiamento da Fundação Calouste Gulbenkian e com o apoio da empresa de arqueologia Arqueohoje – que realizou a maioria das intervenções arqueológicas urbanas da cidade de Viseu e que permitiu o acesso aos espólios e à documentação produzidos -, da Diocese de Viseu e das Câmaras Municipais de Celorico da Beira, de Viseu e de Sátão. O principal objetivo deste estudo foi o de averiguar as relações entre os centros urbanos e as suas periferias durante a Alta Idade Média, pelo que foi selecionada a região centro de Portugal, mais especificamente o território de Viseu. A razão desta escolha deveu-se ao facto de as fontes documentais indicarem tratar-se de uma área de grande importância política, quer enquanto sede episcopal, quer como corte aristocrática entre os séculos IX e XII. Por outro lado, Viseu constituía-se como um caso de estudo fulcral sobre o papel das cidades de fronteira e dos seus territórios na articulação com o poder muçulmano e posteriormente com a monarquia asturiana.

Uma das principais características deste projeto residiu na sua abordagem ao passado alto-medieval de forma interdisciplinar e na constituição de uma equipa internacional. Este tipo de ensaio proporcionou, não só o conhecimento sobre os processos de

mudança social e territorial, mas também a compreensão das estratégias de exercício do poder e da organização administrativa de um espaço fronteiriço.

O projeto, que iniciou com poucos dados e nenhuma fonte documental, conseguiu adquirir um fundo de informação arqueológica e documental que possibilitou começar a perceber as mudanças ocorridas na cidade. Entre 2014 e 2016, o projeto *EICAM* levou a cabo duas campanhas de escavação no adro da Igreja de São Miguel de Fetal (Viseu) e uma sondagem no fosso da Cava de Viriato para recolha de amostras. A recuperação de espólios de antigas escavações, nomeadamente da coleção arqueológica da Rua das Ameias/Praça D. Duarte (1988-1991), resultou no restauro de um conjunto de cerâmicas estampilhadas cinzentas feito pela Archeofactu, bem como na análise antropológica dos enterramentos identificados na zona da praça. Além disso, foi também recuperada a coleção do Loteamento do Quintal (Viseu), intervencionado pela Arqueohoje em 2005 e 2006. O estudo dessa coleção, iniciado por Adriaan De Man e retomado pela doutoranda (MEIRA, 2019), visava comparar os resultados desse sítio arqueológico com os da escavação da Igreja de São Miguel de Fetal, muito próxima.

O culminar do projeto resultou na devida divulgação dos resultados obtidos através do congresso internacional “Do Império ao Reino. Viseu e o território entre os séculos IV e XII”, realizado em abril de 2016, e da publicação da monografia com o mesmo nome (TENTE, 2018).

Em abril de 2015, o Município de Viseu constituiu um grupo de trabalho - *UISEU PATRIMÓNIO* -, que se dedicasse a traçar um plano de ação, a desenvolver entre 2016 e 2024, para a investigação, salvaguarda e sensibilização do património cultural, material e imaterial viseense, dando especial atenção à revitalização do centro histórico e da Cava de Viriato. As recomendações deste grupo de reflexão têm em vista a apresentação de uma candidatura de Viseu a Património da Humanidade da UNESCO. Para a definição deste plano de ação foram fundamentais os dados obtidos pelo projeto *EICAM*, porque permitiram aprofundar o conhecimento arqueológico do centro histórico e traçar uma estratégia para o estudo da Cava de Viriato. A segunda fase do *UISEU PATRIMÓNIO*, iniciada em 2020, foi orientada para as áreas do Património histórico e arqueológico, em estreita articulação com o Polo Arqueológico de Viseu. Uma das linhas de atuação

foi a de submeter a Cava de Viriato a uma nova abordagem metodológica em busca de provas científicas da sua função e da cronologia da sua fundação, utilizando métodos não intrusivos. Nesse âmbito obteve-se um ortofotomapa de alta resolução do monumento e um modelo digital do terreno para a seleção de áreas a prospetar por meios geofísicos. O programa *WISEU PATRIMÓNIO* conta igualmente com uma linha editorial e com ciclos de conferências regulares, de modo a impulsionar a discussão e a divulgação científica sobre a cidade.

Por ocasião dos 500 anos da Catedral de Viseu foi lançada, em 2016, uma importante obra que concerne a História da cidade de Viseu na sua vertente religiosa - *História da Diocese de Viseu* (PAIVA, 2016). Esta obra, compilada em três volumes, abrange um espectro cronológico desde o ano 565 até ao 25 de abril de 1974 e contou com textos de vários historiadores e arqueólogos para dar a conhecer como é que, ao longo de 1500 anos, se construiu a Igreja num território específico, como se desenvolveu, que estruturas e que procedimentos criou para difundir e manter o credo cristão; que recursos humanos e materiais usou para permitir a sua consolidação; quais foram as estratégias dos agentes implicados nestes processos; e como é que, nesta configuração, o Cristianismo foi comunicado e vivido tanto pelos leigos, como pelos clérigos. Importantes para a investigação que se apresenta nesta tese de doutoramento são os capítulos correspondentes à fundação da Diocese viseense no período alto-medieval, compilados no primeiro volume da obra mencionada.

O presente projeto de doutoramento apresentava-se como uma resolução para compilar todos os dados arqueológicos referentes à história urbana de Viseu, numa tentativa de colmatar a inexistência de estudos sistemáticos sobre essa temática. A maioria dos trabalhos que abordam a Arqueologia urbana em Portugal são, em grande parte, estudos fechados, pelo que são raros aqueles que abordam dois ou mais conjuntos urbanos para análises comparativas.

A história da cidade é um campo de estudo pouco desenvolvido e o quadro de conhecimentos é ainda muito fragmentado em Portugal, pelo que apresenta um significativo atraso relativamente a historiografias europeias ou americanas (TEIXEIRA, 1993, p. 371). Na segunda metade do século XIX observou-se um desenvolvimento

importante da história local devido à presença de historiadores locais nos quadros dos próprios municípios. Visto que muito raramente estes investigadores tinham formação em História e de muitas vezes lhes faltar método na investigação da história das vilas e das cidades, geralmente baseavam as suas monografias na pesquisa exaustiva dos arquivos locais, tornando-as, desse modo, obras de referência fundamentais. Além disso, a grande maioria desses historiadores locais não foi capaz de relacionar o estudo da sua cidade com o de outras, mantendo-se circunscrito à sua própria realidade (TEIXEIRA, 1993, p. 371).

Atualmente, a História local tem sido desenvolvida graças à publicação de coleções monográficas ou de guias turísticos. Verifica-se igualmente uma continuidade na produção de textos por historiadores locais, que frequentemente beneficiam do apoio de instituições locais, sobretudo das Câmaras Municipais que apoiam estes estudos ou subsidiam de alguma forma a sua publicação, seja através de livros, seja através de revistas municipais de carácter especializado. No seio das instituições camarárias, existem igualmente gabinetes de investigação dedicados ao estudo dos respetivos núcleos urbanos. Nestes casos, as fontes de informação primária provêm dos próprios arquivos municipais (TEIXEIRA, 1993, p. 373). Por vezes, catálogos que resultam de exposições temáticas também ajudam a colmatar algumas carências de investigação.

Embora se constatem tais desenvolvimentos, o número de historiadores urbanos é ainda muito diminuto. Os dados que emergem sobre a história das cidades surgem por influência de investigadores que se dedicam essencialmente à História Social, à História Política ou à História Económica, ou até por investigadores de outras disciplinas – geógrafos e arquitetos –, cujos trabalhos sobre a cidade apresentam uma importante componente histórica e tendem a introduzir-lhes uma dimensão temporal (TEIXEIRA, 1993, p. 374).

No entanto, a Idade Média é um dos períodos da história urbana portuguesa que tem sido trabalhado com maior frequência. Refiram-se alguns trabalhos originados de dissertações de mestrado ou de doutoramento que têm contribuído para tal crescimento na historiografia portuguesa nas últimas décadas: *Santarém Medieval* de Maria Ângela Beirante (1980); *A Guarda Medieval, 1200-1500* de Rita Costa Gomes

(1987); *Um Espaço Urbano Medieval: Ponte de Lima* de Amélia Andrade (1990); e *A Propriedade das Albergarias de Évora nos Finais da Idade Média* de Bernardo Vasconcelos e Sousa (1990). Como se pode depreender pelos trabalhos mencionados, os estudos de história urbana medieval tendem a centrar-se cronologicamente na Plena Idade Média e nos finais do período.

O primeiro projeto de Arqueologia urbana instituído em Portugal foi constituído em Braga em 1976 e é também o único que se mantém em atividade, uma vez que beneficia de um ambiente propício à investigação. Recorde-se que a primeira intervenção de arqueologia urbana feita na cidade de Viseu só iria ocorrer sete anos depois, sob a direção de J. L. Inês Vaz e Celso Tavares da Silva.

O '*Projeto Bracara Augusta*' encontra-se consolidado devido à ocorrência de inúmeras intervenções preventivas e de salvamento; às escavações de importantes conjuntos arqueológicos – entre os quais as termas do Alto da Cividade e o teatro romano -; à realização de intervenções programadas; ao estudo de diversos tipos de materiais arqueológicos (cerâmica, vidro e moedas); e à informatização dos registos de campo para o cruzamento dos dados de várias escavações, possibilitando assim um acesso mais rápido à informação, bem como a sua gestão integrada (MARTINS, 2014, p. 162). A maioria dos estudos incidem essencialmente no urbanismo e na evolução urbana de Braga, na arquitetura e técnicas construtivas, na economia urbana (comércio, produção e construção), nas práticas funerárias e na relação cidade-território, particularmente o aprovisionamento de recursos e de matérias-primas (MARTINS, 2014, p. 162). A interdisciplinaridade que caracteriza o '*Projeto Bracara Augusta*' permitiu um exponencial aumento da produção bibliográfica, nomeadamente teses de mestrado, doutoramento e pós-doutoramento, e criar novas plataformas de divulgação, entre as quais os primeiros modelos tridimensionais da cidade romana (MARTINS, 2014, pp. 162-163).

As escavações arqueológicas realizadas Rua Nossa Senhora do Leite e na Rua D. Afonso Henriques no âmbito do '*Projeto Bracara Augusta*' contribuíram inclusivamente para identificar uma sequência de produções cerâmicas balizadas entre os séculos V e IX. A tradição romana é evidente em algumas produções posteriores ao século III, sobretudo

em determinadas imitações de *Terra Sigillata* tardia. Os trabalhos arqueológicos realizados em Braga nas últimas décadas permitiram melhor conhecer as produções locais de cerâmica cinzenta tardia, que circularam entre os séculos V e VII e que se inspiraram noutras cerâmicas importadas (GASPAR, 2000; GASPAR, 2003). Tudo parece indicar que, com a diminuição das produções finas, a procura por este tipo de peças se manteve, impulsionando a produção local em Braga de cerâmicas que as imitavam e obtendo até algum poder exportador (MARTÍNEZ PEÑIN et al, 2014, p. 25). Também a produção local de cerâmica comum apresenta semelhanças tipológicas com a cerâmica alto-medieval identificada em Braga e em São Martinho de Dume (MARTÍNEZ PEÑIN et al, 2014, p. 25).

Outro projeto que merece ser mencionado é aquele que tem sido desenvolvido em Idanha-a-Velha, o projeto IGAEDIS - *Da Civitas Igaeditanorum à Egitânia. A construção e evolução da cidade e a definição dos seus territórios da Época Romana até à doação dos Templários (séculos I a XII)*, numa parceria entre investigadores do IEM (NOVA-FCSH) e da Universidade de Coimbra. O estudo sistemático da cidade, através da reavaliação de antigas escavações, de prospeção e de novas escavações arqueológicas, tem permitido observar alterações no traçado urbano, nos sistemas produtivos e nos padrões de consumo (TENTE et al, no prelo). Os resultados preliminares do IGAEDIS estão a possibilitar desenhar a cidade alto-medieval e constatar substanciais diferenças em relação à cidade de época romana. A escavação da muralha pôs a descoberto a porta sul da urbe egitaniense, bem como uma intrincada estratigrafia que revelou várias fases da estrutura defensiva.

Em Portugal devem também destacar-se as investigações arqueológicas conduzidas em Mértola (LOPES, 2014) e em Conímbriga (DE MAN, 2006); em Espanha, os trabalhos realizados em Mérida (ALBA e MATEOS, 2008), Barcelona (BELTRÁN DE HEREDIA, 2001), Tarragona (MACIAS, 2008), Valência (RIBERA e ROSSELLÓ, 2000) e Toledo (BARROSO CABRERA et al, 2012); em França, as pesquisas na cidade de Marselha (BIEN, 2003); e em Itália, as investigações levadas a cabo em Roma (DELOGU, 2010).

A cultura material cerâmica proveniente de Idanha-a-Velha também se encontra a ser alvo de estudo no âmbito do mesmo projeto e da tese de doutoramento de Gabriel

Souza intitulado *A Egitânia entre Mouros e Templários. Os usos e consumos da cerâmica num território em mudança*. Ainda que em fase de observação, algumas características particulares foram já avançadas: as *Terra Sigillatas* africanas e hispânicas indicam a manutenção das ligações entre a cidade e as principais linhas comerciais até pelo menos ao século V (CARVALHO et al, 2018). A cerâmica com decoração estampilhada, a cerâmica comum de paredes finas e os potes característicos do período suevo-visigodo demonstram que a Egitânia conservou o antigo dinamismo durante essa época. A partir do século VIII, as cerâmicas aparentam ter alguma influência formal e decorativa islâmica, mas com uma marcada vertente local. Do século XI em diante surgem peças semelhantes às que se têm verificado na região das Beiras, nomeadamente potes de perfil em “S”, jarros trilobados, bases em disco, cordões plásticos e decorações incisas.

Neste contexto do estudo da cultura material alto-medieval do centro-norte português, a investigação desenvolvida nas últimas décadas é ainda muito escassa. Não só a informação relativa a estratégias de ocupação territorial, práticas rituais e estruturas socioeconómicas é reduzida, como as produções cerâmicas entre os rios Douro e Mondego entre os séculos V e XI só estão reconhecidas em alguns sítios ou territórios específicos, não sendo, por isso, possível pintar um quadro acerca das produções cerâmicas e do seu consumo nesta região. Acresce ainda que a cerâmica alto-medieval é normalmente produzida localmente e por vezes apresenta vínculos tecnológicos, formais e decorativos às tradições tardo-romanas, o que dificulta qualquer paralelo tipológico entre centros de produção distantes ou a atribuição de cronologias finas.

Apesar de escassearem estudos regionais comparativos e de tipologias cronologicamente bem definidas, existe ocasionalmente informação dispersa referente à cerâmica alto-medieval do centro e norte de Portugal, sobretudo proveniente de sítios enquadráveis entre o fim da época suevo-visigoda e as novas estruturas condaís (TENTE e DE MAN, 2016b, p. 44). Essa informação provém essencialmente de artigos acerca de determinadas campanhas arqueológicas, trabalhos de História local e regional e de dissertações académicas. A maior parte destes estudos baseiam a análise cerâmica nas grandes referências regionais publicadas, como as *Fouilles de Conimbriga* e os *corpora* cerâmicos de Braga, ou até mesmo nas atas do congresso *Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental* (SILVA e MATEUS, 1991).

Para o estudo das produções do centro-norte português é imprescindível a consulta dos estudos apresentados, entre 1992 e 1998, nas atas das *Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval* realizadas em Tondela. Os textos mais importantes aí publicados, pela proximidade à zona do Douro, são os de Miguel Rodrigues e de Nelson Rebanda acerca dos povoados medievais de Santa Cruz da Vilariça e do Baldoeiro (RODRIGUES e REBANDA, 1995; 1998), redigidos em função da investigação realizada por M. Rodrigues na sua tese de mestrado *Cerâmicas Medievais da Região de Moncorvo (séc. XII-XIII)* (1994). De destacar também as atas do II Congresso Internacional da SECAH (MORAIS et al, 2014) que dão uma perspetiva de fundo sobre a regionalização das produções cerâmicas na Alta Idade Média.

Na discussão da circulação das produções e de centros produtores supralocais, Braga sobreleva-se. A importância histórica da cidade e o número de trabalhos arqueológicos realizados nas últimas décadas concordaram para a publicação avultada de textos que contribuíram para o estudo das cerâmicas desta época, sobretudo para a identificação de produções locais inspiradas em cerâmicas importadas. É de referir a síntese publicada por Raquel Martínez Penín (2013) que compilou a bibliografia existente sobre as produções tardo-antigas e alto-medievais da cidade bracarense, com especial atenção às cerâmicas cinzentas tardias produzidas em Braga.

A norte do Douro, o estudo do mosteiro de Santa Marinha da Costa (Guimarães) e as escavações na Casa do Infante, no Morro da Sé e da Rua D. Hugo (Porto) revelaram sequências estratigráficas da Antiguidade Tardia e da Alta Idade Média e cujas coleções cerâmicas apontam para significativas alterações na forma de utilização dos espaços nesse período (REAL et al, 1985/1986, p. 34; VELOSO, 2021). No entanto, é entre os rios Tâmega e Douro que as sequências cerâmicas durienses se encontram mais bem definidas: nas termas de *Tongobriga*, por exemplo, foi identificada através das coleções cerâmicas uma ocupação datada do século VI (DIAS, 1997; LIMA, 2016).

A bacia do Rio Mondego desempenha também um ponto estratégico do ponto de vista da análise das produções cerâmicas do centro-norte de Portugal. As sequências cerâmicas em contexto urbano contrastam com as obtidas no meio rural, onde parece ter existido uma interrupção dos padrões de povoamento tardo-romano (TENTE e DE

MAN, 2016b, p. 46). Nas cidades, tudo aponta para a continuidade da ocupação em época tardia, tal como se constatou nas escavações arqueológicas do Largo de Santa Cristina e da Rua Formosa, em Viseu (CARVALHO e CHÉNEY, 2007; TENTE e DE MAN, 2016b, p. 47). Estas intervenções permitiram confirmar a redução do perímetro amuralhado da cidade pela edificação de uma nova muralha nos finais do século III ou inícios do IV, da qual se pode observar ainda um troço musealizado na Rua Formosa (CARVALHO e CHÉNEY, 2006; DE MAN, 2008, p. 243). Também em Viseu os dados disponíveis atestam que terá havido uma grande reorganização na parte mais alta da cidade comprovável pelas cerâmicas cinzentas estampilhadas recolhidas nas fundações do edifício absidado da Rua das Ameias/Praça D. Duarte (PEDRO e VAZ, 1995). Estas cerâmicas representam uma novidade nos sistemas de consumo dos séculos VI e VII (TENTE e DE MAN, 2016b, pp. 46-47; MEIRA, 2018). Os três recipientes recuperados nessa escavação são peças fechadas de média a grande dimensão e encontram-se decorados com estampilhas de matrizes quadradas, semicirculares e triangulares, formando grinaldas. Estes motivos decorativos foram combinados com cordões plásticos dispostos de forma ondulada. Trata-se de bens de luxo, consumidos em contexto de elites, numa época de grande dinamismo socioeconómico da qual datam a maioria das cunhagens de moedas de Viseu (MARTÍN VISO, 2008, p. 187; MEIRA, 2018, p. 157). Esta cerâmica enquadra-se no que foi descrito como *Cerâmica de Imitação de Sigillata* (JUAN TOVAR, 2012), encontrando paralelos em toda a Meseta Ibérica e em alguns sítios arqueológicos mais bem conhecidos.

As produções cerâmicas alto-medievais das regiões norte e centro de Portugal foram também postas em discussão na monografia *Estudos de Cerâmica Medieval. O Norte e o Centro de Portugal – séculos XI a XII*, publicada pelo IEM (TENTE e DE MAN, 2014). Neste volume reuniram-se artigos que abordam coleções cerâmicas de sítios concretos, situados entre os rios Douro e Mondego. Entre os vários textos escreveu-se acerca das produções de Conímbriga e Coimbra (DE MAN et al, 2014, pp. 57-68; SILVA, 2014, pp. 79-98), Castelo de Paiva (LIMA, 2014, pp. 183-204), o Castelo de Crestuma (SILVA e SOUSA, 2014, pp. 205-222), o Castelo de Arouca (SILVA e RIBEIRO, 2014, pp. 161-182) e a Capela de São Pedro da Capinha, no Fundão (SANTOS e ALBUQUERQUE, 2014, pp. 99-108). No fundo, estes trabalhos demonstram realidades diferentes e refletem, através

da cerâmica, dinâmicas também muito diversas. Há que destacar, neste âmbito do estudo as produções do Mondego, a dissertação de mestrado de Adriaan De Man *Conimbriga – Do Baixo Império à Idade Média* (2006) e as teses de doutoramento produzidas por Catarina Tente *Arqueologia Medieval Cristã no Alto Mondego. Ocupação e exploração do território nos séculos V a XI* (2010) e Ricardo Costeira da Silva *O Museu Nacional de Machado de Castro – um ensaio de arqueologia urbana em Coimbra: do fórum augustano ao paço episcopal de Afonso de Castelo Branco* (2015a).

Devem mencionar-se igualmente outros trabalhos que foram sendo publicados, alguns deles mais a sul do país, mas que não deixam de ser importantes para o conhecimento da cultura material deste período. É o caso dos estudos cerâmicos feitos para Idanha-a-Velha (CARVALHO et al, 2018), Castelo de Vide (PRATA, 2017; PRATA, 2018), Guarda (RAMOS e PEREIRA, 2018), Lisboa (CARDOSO e BATALHA, 2018), Serpa (VAQUEIRA, 2015) e São Gens (SOUZA, 2016).

Reconhecendo-se que a investigação espanhola se encontra na vanguarda dos estudos cerâmicos tardo-romanos e alto-medievais, algumas publicações valem a pena mencionar porque servem como referências. As atas *Cerámicas tardorromanas y altomedievales en la Península Ibérica: Ruptura y continuidad* (CABALLERO et al, 2003) foram publicadas após o II Simpósio de Arqueología, realizado em Mérida em 2001, nas quais são abordadas tanto as últimas produções romanas, como as primeiras cerâmicas califais. Uma outra publicação de referência é o número 9 das monografias *Documentos de Arqueología Medieval* (Universidad del País Vasco), intitulada *La cerámica de la Alta Edad Media en el cuadrante noroeste de la Península Ibérica (siglos V - X): Sistemas de producción, mecanismos de distribución y patrones de consumo* (VIGIL-ESCALERA e QUIRÓS CASTILLO, 2016). Esta obra compilou estudos regionais onde se analisou a natureza dos sistemas de intercâmbios e os padrões de consumo no setor noroeste da Península Ibérica durante a Alta Idade Média, contribuindo para o debate sobre as potencialidades e os limites dos registos cerâmicos. Em 2018 foram lançadas as atas *Cerámicas Altomedievales en Hispania y su entorno (siglos V - VIII d.C.)* (MARTÍN VISO et al, 2018) resultantes do congresso com o mesmo nome realizado em Zamora no ano de 2016. Esta publicação pretendeu, através dos textos de vários autores, colocar em primeiro plano as formas e tipos cerâmicos existentes na Península Ibérica e no

Mediterrâneo, conhecer os contactos comerciais entre as diferentes regiões e avaliar o desenvolvimento, a evolução e o desaparecimento das produções alto-medievais. Atualmente também é preciso destacar o trabalho de Adolfo Fernández sobre Vigo, *El comercio tardoantiguo (ss. IV – VII) en el Noroeste Peninsular a través del registro cerâmico de la Ría de Vigo* (2014), que se trata talvez de uma das sínteses mais completas para os séculos VI-VIII d.C. no noroeste peninsular.

Este é o ponto de situação do qual partiu e que justificou o presente projeto de doutoramento. Reavaliar antigas escavações realizadas na cidade de Viseu e avançar com interpretações sobre os dados disponíveis acerca das transformações urbanas alto-medievais entre os séculos IV e XI foi a que se propôs esta tese. A atribuição de uma bolsa de doutoramento por parte da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), assim como o apoio financeiro prestado pela Câmara Municipal de Viseu para a estadia prolongada da doutoranda na cidade foram fundamentais para levar a cabo esta investigação. Tal também não teria sido possível sem a disponibilidade do PAV, sediado na Casa do Miradouro, que colocou à disposição da doutoranda o acesso aos espólios arqueológicos que precisou, um local para trabalhar e para fazer-se inspirar por um dos serviços municipais de Arqueologia em maior crescimento em Portugal.

II. Metodologia

As opções metodológicas de uma investigação científica permitem, em qualquer que seja o objeto de estudo, planificar o trabalho do investigador e executá-lo segundo os métodos e parâmetros que definiu. As metodologias aplicadas determinam invariavelmente a validade científica dos resultados, ainda que estejam sempre condicionadas ao investigador e às questões que o mesmo coloca ao tema proposto.

Na investigação histórica, tais questões estão dependentes de dois elementos indissociáveis - o tempo e o espaço – que, quando combinados, determinam a ocorrência de eventos históricos específicos. A informação do Passado humano chega-nos por intermédio de diferentes tipos de fontes e apenas se as mesmas se encontrarem disponíveis. A inexistência de documentação escrita em determinadas épocas e em territórios específicos limita qualquer investigação logo no momento do seu arranque, dada a falta de dados empíricos e, por consequência, de hipóteses explicativas.

O conhecimento da cidade de Viseu em época pós-romana e alto-medieval conjuga a escassez de fontes históricas escritas com a dispersão da informação de fundo arqueológico. Os dados provenientes da informação arqueológica são até bastante significativos, mas encontram-se dispersos em notícias de jornais antigas, em publicações muito datadas, em manuscritos antigos de investigadores locais, assim como, e fundamentalmente, em relatórios de intervenções de arqueologia urbana realizadas por empresas de arqueologia ou arqueólogos contratados. As poucas teses académicas feitas sobre Viseu na Alta Idade Média apenas mencionam achados ou escavações arqueológicas específicas; em alternativa, centram-se em abordagens historiográficas ou na abordagem da História de Arte, pelo que não permitiram, até agora, construir uma imagem englobante da configuração da cidade nesse tempo.

Em Viseu, foi a arqueologia empresarial e preventiva que mais contribuiu, e continua a contribuir, para a abundância de coleções arqueológicas, o que se justifica pelo aumento de obras de reabilitação realizadas nos últimos anos em solo urbano reconhecidamente histórico. Não obstante, as coleções e os contextos reconhecidos não são sujeitos a estudos aprofundados e sistemáticos, nem por parte das empresas/arqueólogos responsáveis, nem noutros âmbitos.

Apesar disso, foi a relativa abundância dos dados arqueológicos que motivou esta investigação e a sua amplitude cronológica – do século IV ao século XI d.C.. Entre 2013 e 2015, no âmbito do projeto *EICAM*, foi reunido um fundo de informação arqueológica e documental bastante considerável, nomeadamente através do acesso a espólios em depósito, quer na empresa de arqueologia Arqueohoje, quer no PAV. São justamente os dados coligidos pelo projeto *EICAM* que servem de base a esta investigação.

Por outro lado, a amplitude cronológica em foco - ou seja, o período que medeia o final do Império Romano, no século IV, até ao estabelecimento da corte dos Condes D. Henrique e D. Teresa em Viseu -, justificava-se por ser um tempo de importantes transformações ao nível do traçado da cidade. A capitulação do Império Romano do Ocidente acelerou a desarticulação das suas instituições estatais, o desaparecimento das elites urbanas romanas e, consequentemente, a desestruturação da *cidade clássica*. A partir de meados do século VI d.C. e durante todo o século seguinte, os bispos comportam-se como motores do desenvolvimento das cidades episcopais, desempenhando um papel fundamental na configuração do ordenamento urbano. O hiato de conhecimento acerca de Viseu durante os séculos de dominação muçulmana é quebrado pela informação histórica que se possui a partir do ano de 1058, quando Fernando Magno conquista definitivamente a cidade. A atribuição do governo do Condado Portucalense ao conde D. Henrique em 1096 resultou numa forte revitalização urbanística dada a escolha de Viseu como sede do governo condal.

O conhecimento do período que envolve os séculos IV a XI é ainda limitado no nosso país, principalmente nas áreas urbanas da região centro-norte de Portugal. Os dados disponíveis na documentação escrita são tardios. Todavia, a publicação da *História da Diocese de Viseu* (PAIVA, 2016) constituiu-se como uma base documental essencial para o desenvolvimento deste trabalho.

A necessidade de colmatar vazios de informação evidentes, de recuperar e reunir num único trabalho toda a informação procedente das fontes disponíveis, bem como a análise de coleções artefactuais de intervenções antigas e por estudar, lançaram os objetivos desta investigação, que não dependeu da aplicação de métodos intrusivos, ou seja, não precisou de realizar novas escavações arqueológicas.

Neste capítulo mencionam-se as soluções metodológicas que se adotaram para dar resposta às perguntas e objetivos deste trabalho e, assim, colmatar as lacunas de conhecimento existentes.

O estudo arqueológico da acrópole de Viseu, com um enfoque nas transformações urbanas desencadeadas entre os séculos IV e XI, teve de passar necessariamente por uma abordagem que incluiu a pesquisa e recolha da informação bibliográfica e a análise de coleções artefactuais de antigas escavações arqueológicas.

a) Recolha documental e pesquisa bibliográfica

Os vazios de conhecimento referidos anteriormente impelem, com alguma obrigatoriedade, a uma busca de informação escrita mais exigente e mais minuciosa.

A pesquisa bibliográfica empreendida baseou-se essencialmente na leitura de artigos e monografias que permitissem desenhar o estado da investigação em Viseu, quer no que respeita à arqueologia urbana da cidade, quer às interpretações sugeridas pelos arqueólogos sobre os sítios arqueológicos escavados. Além das leituras orientadas para o conhecimento histórico-arqueológico de Viseu, procurou-se consultar publicações de conteúdo geral que tocassem os principais problemas transversais ao tema da arqueologia tardo-romana e alto-medieval no centro-norte de Portugal e de contextos urbanos específicos, por forma a alargar o leque de paralelos possíveis.

Foi igualmente importante ampliar e perceber metodologias utilizadas pela investigação nacional e internacional atual no que se refere às abordagens metodológicas, ao tipo de contextos arqueológicos mais comuns e insólitos e ao tipo de materiais exumados nesses sítios.

Tal como mencionado, a documentação histórica é escassa para esta época. No entanto, dois textos apresentam significativa relevância para o estudo das dioceses e das respetivas fronteiras tardo-antigas e alto-medievais.

O *Parrochiale suevum*, escrito entre 572 e 582, dá a conhecer as igrejas que estavam sob a jurisdição do episcopado de Viseu. Grande parte das dioceses e das paróquias referidas

neste documento são também referidas noutros documentos eclesiásticos, como as atas dos concílios peninsulares, pelo que a conjugação destas duas fontes históricas permite traçar os contornos da diocese viseense na segunda metade do século VI. O que se depreende é que a organização episcopal durante a Alta Idade Média em muito herdou da antiga geografia administrativa romana. Outro facto a destacar, e de grande importância para o objeto em estudo, é que as informações patentes nas atas conciliares, sobretudo as que concernem o II Concílio de Braga (572), permitem estimar a fundação da Diocese de Viseu quando um bispo viseense as subscreve pela primeira vez.

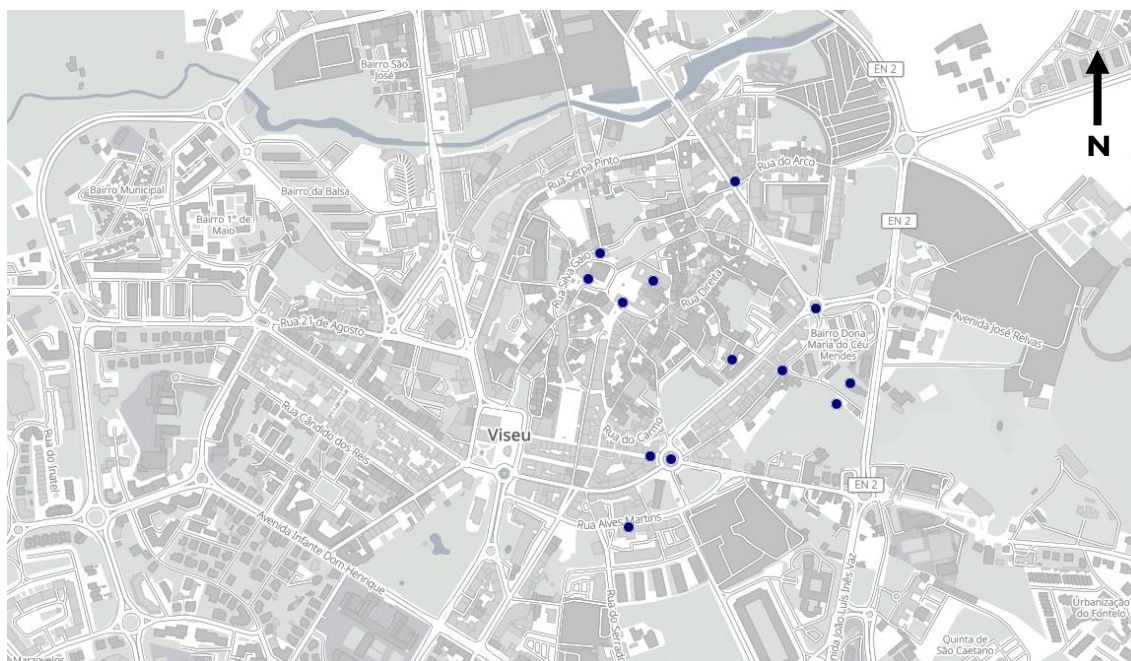
Da segunda metade do século X datam as primeiras referências escritas que apontam para vínculos criados entre elites locais e a monarquia asturiana, sendo, no entanto, verosímil pensar que tais ligações tenham sido estabelecidas no tempo das presúrias levadas a cabo no século IX. A comprovar essa anterioridade, as *Crónicas de Afonso III* indicam a presença do rei asturiano em Viseu, mencionando inclusive a visita ao túmulo de Rodrigo, último Rei visigodo, numa igreja situada nos subúrbios da cidade de Viseu (TENTE e ALVES, 2017, p. 72). Não obstante, o que esta referência parece documentar é a importância dada à cidade de Viseu, como bastião de fronteira, no contexto da política expansionista do Reino asturiano.

Paralelamente às fontes históricas, dar-se-á também particular atenção à investigação que tem sido desenvolvida em cidades com vários estatutos sociopolíticos e económicos. Num primeiro nível estão as cidades do centro-norte peninsular que, tal como Viseu, tinham um estatuto de sedes episcopais durante a Alta Idade Média, algumas com dados de escavações relativamente recentes. É o caso das investigações em Idanha-a-Velha/*Egitania*, Coimbra/*Aeminium*, Salamanca/*Salmantica*, Lamego/*Lameco* e Porto/*Magnetum*. Em segundo lugar, as sedes episcopais metropolitanas Braga/*Bracara Augusta* e Mérida/*Emerita Augusta*, a primeira devido à proximidade geográfica imediata e a segunda por ter sido a capital provincial a que pertenceu Viseu a partir do ano de 589. E, por fim, cidades que, sem o estatuto episcopal, revelam significativa importância durante essa época ou que estariam sob a alçada dessas dioceses, como Condeixa/*Conimbriga* e Guarda. Os dados resultantes dessas investigações colocam em perspetiva o conhecimento arqueológico de Viseu e

os vestígios desse período identificados na cidade. Essas investigações funcionam assim como base para uma análise comparativa.

Foram igualmente consultadas outras publicações, antigas e recentes. A publicação das atas do Congresso Internacional *Do Império ao Reino. Viseu e o território entre os séculos IV a XII* (TENTE, 2018) reveste-se de especial importância, uma vez que se trata de uma compilação de textos escritos por investigadores nacionais e internacionais e por equipas interdisciplinares, tendo Viseu e o seu *territorium* como o seu principal foco de estudo. Abordam-se aí intervenções de arqueologia na cidade, espólios e coleções arqueológicas e outras temáticas de reflexão histórica, pelo que esta monografia permitiu avançar e consolidar o conhecimento acerca da relevância geopolítica de Viseu entre os séculos IV e XI.

Os relatórios de intervenções de arqueologia preventiva com informação publicada e/ou com relatórios disponíveis foram também de consulta indispensável, nomeadamente os da Rua da Prebenda, Rua João Mendes/Largo de Santo António, Largo da Misericórdia, Pátio do Museu Nacional Grão Vasco, Rua Silva Gaio, Igreja de São Miguel de Fetal, Loteamento do Quintal e Rua Formosa/Largo de Santa Cristina. Também se procurou integrar informações relativas à Avenida Emídio Navarro e ao bairro do Cerrado, que nunca foram alvo de escavações arqueológicas e cujos dados se conhecem a partir de referências historiográficas (Mapa 1). Todos os sítios elencados têm diferentes potenciais de informação, mas, ainda assim, permitiram recolher mais dados acerca das ocupações tardo-romanas e alto-medievais do morro da Sé, da muralha baixo-imperial e das estruturas que ficaram fora do perímetro amuralhado após a sua redução nos finais do século III.



Mapa 1 - Localização das intervenções e achados arqueológicos mencionados no texto.

b) Estudo de coleções artefactuais

O estudo dos espólios arqueológicos afigurou-se de particular relevância para compreender a formação dos novos espaços que caracterizaram a cidade de Viseu durante a Alta Idade Média, especialmente na área da acrópole. Também permitiu definir com maior clareza se o antigo *forum* romano deu ou não origem a um conjunto episcopal a partir dos séculos V/VI d.C. Além disso, os espólios estudados ajudaram a aferir cronologias mais finas para as coleções artefactuais do período em análise.

O reconhecimento de sistemas de produção e de aprovisionamento da cidade viu-se como uma oportunidade para entender as relações comerciais, aos níveis regional e suprarregional, entre a urbe e os territórios envolventes, bem como as relações económicas e de mobilidade de pessoas, produtos e ideias.

A prioridade foi dada aos materiais recolhidos na área do antigo *forum* romano e nas estruturas edilícias alto-medievais escavadas entre 1988 e 1991 pelo arqueólogo João Luís Inês Vaz na Rua das Ameias/Praça D. Duarte e que nunca foram alvo de um estudo exaustivo e completo. A eleição deste sítio arqueológico para a realização de um estudo mais aprofundado recaiu, não só sobre a sua localização topográfica e central na cidade,

mas também sobre as sequências ocupacionais de que foi alvo. Além disso, o estudo sistemático da Rua das Ameias/Praça D. Duarte, articulando a coleção arqueológica e as estruturas identificadas, permitiu esclarecer sobre a funcionalidade e a transformação pós-romana daquele sítio e da plataforma que integra a Sé Catedral de Viseu e o Museu Nacional Grão Vasco. Este sítio arqueológico abriu uma janela de oportunidade para avaliar a forma como evoluiu o *forum* romano após o desaparecimento das instituições imperiais e urbanas. Esta análise foi articulada com o estudo de arqueologia da arquitetura realizado em 2011 pelo CSIC-Madrid (UTRERO AGUDO, 2011), na tentativa de relacionar a estratigrafia parietal com estruturas arqueológicas postas a descoberto na parte inferior da Varanda dos Cónegos.

Foram ainda observados, de forma muito superficial, os espólios cerâmicos do Loteamento do Quintal, somente por forma a situar cronologicamente o sítio arqueológico e a pô-lo em relação com os vestígios escavados no adro da Igreja de São Miguel de Fetal. Assim, apenas se fez uma caracterização básica ao espólio do Loteamento do Quintal no ponto 4.8 do capítulo IV.

2.1. Abordagem ao estudo da intervenção da Rua das Ameias/Praça D. Duarte

O arquivo documental e os espólios arqueológicos que foram deixados e que estavam na posse do arqueólogo J. L. Inês Vaz foram entregues, após o seu falecimento, à Direção Regional da Cultura do Centro (DRCC) que, depois de ter feito um inventário quantitativo básico, o colocou em depósito no PAV. Em junho de 2018, a doutoranda obteve um parecer favorável por parte da DRCC para aceder aos espólios em depósito, tendo-lhe sido também concedido pela Câmara Municipal de Viseu apoio financeiro à sua estadia na cidade para que pudesse levar a cabo o estudo. O acordo firmado e aprovado em Assembleia Municipal previa a permanência da doutoranda por um período não inferior a 1 ano. Condicionada pelo seu desconhecimento face às condições em que se encontrava a coleção naquele momento (quantidade de contentores, estado de conservação dos artefactos, entre outros fatores) e pela necessidade de consultar os registos de campo produzidos pelo arqueólogo J. L. Inês Vaz, a doutoranda acabou por ficar mais 1 ano para além do previsto inicialmente.

No início do estudo, a coleção da Rua das Ameias/Praça D. Duarte estava acondicionada em sete contentores, nos quais a grande maioria dos materiais arqueológicos ainda se encontravam nas mesmas condições de quando foram recolhidos em escavação: por lavar, por marcar e por inventariar.

a) Tratamento da documentação escrita e fotográfica

O trabalho iniciou-se com o tratamento e organização do arquivo documental escrito deixado pelo arqueólogo J. L. Inês Vaz. Entre este arquivo incluíam-se centenas de fotografias, não só da escavação da Rua das Ameias/Praça D. Duarte, como de outras intervenções realizadas pelo arqueólogo em Viseu, de objetos, de paisagens e de sítios arqueológicos que terá visitado em Portugal e em Espanha. Este fundo fotográfico não se encontrava organizado, pelo que foi feita uma seleção das fotografias correspondentes à escavação da Rua das Ameias/Praça D. Duarte. Estas correspondem essencialmente ao registo fotográfico de momentos da escavação, dos participantes e de perfis estratigráficos.

Posteriormente foi constituído um dossier com todo o fundo documental produzido em cada campanha de escavação (1988, 1989, 1990 e 1991): relatórios de escavação, desenhos e fichas de campo, artigos científicos publicados, notícias de jornais relativas ao sítio arqueológico, projetos de valorização futuros e relatórios de datações por radiocarbono.

No que aos desenhos concerne, os mesmos incluem alguns cortes estratigráficos, planos de escavação e materiais arqueológicos. O Gabinete Técnico Local da Câmara Municipal de Viseu produziu em 1988 a primeira planta dos vestígios escavados na primeira campanha de escavação. Em 1989, o renomeado Gabinete de História e Arqueologia da Câmara Municipal produziu uma nova planta correspondente à segunda campanha de escavação, pelo que a planta final da área escavada, incluindo a Praça D. Duarte, foi realizada a partir do registo de 1989 à qual se acrescentaram as sepulturas identificadas em 1991 na zona da praça.

O esquema de implantação das quadrículas de escavação não apresenta uma data de elaboração, mas parece não ter sido realizado logo na primeira campanha de escavação, em 1988. Terá sido produzido pelo menos em 1989, após a segunda campanha, uma vez que o esquema apenas inclui as seis quadrículas da Rua das Ameias, pelo que as quadrículas implantadas na Praça D. Duarte foram acrescentadas ao esquema original, resultando no plano produzido pelo Gabinete de História e Arqueologia da Câmara Municipal de Viseu em 1991.

Toda a documentação foi digitalizada, nomeadamente as “Informações Arqueológicas” que o arqueólogo redigiu para serem entregues ao Instituto Português do Património Cultural (IPPC) após cada campanha. Nos capítulos descritivos desta tese de doutoramento, incluíram-se imagens e registos fotográficos de J. L. Inês Vaz no corpo do texto, sempre que necessário, por forma a situar visualmente os leitores e a uma melhor compreensão da descrição.

b) Tratamento e inventário dos espólios arqueológicos

Constituído o *dossier* com o fundo documental organizado, procedeu-se ao tratamento dos espólios arqueológicos. Os mesmos passaram por um processo de lavagem, de um melhor acondicionamento em novos sacos plásticos e pela marcação dos fragmentos cerâmicos que não o estavam. Na sua marcação foram assinalados com *Acrónimo de Sítio*; *Ano de recolha* (quando estava identificado nas fichas de campo originais); e *Número de fragmento* (p. e. SE91 10200). Sempre que o ano de recolha ou a proveniência dos fragmentos eram incertos, os mesmos foram marcados apenas com *Acrónimo* e *Número de fragmento* (p. e. SE 12150). Foram marcados cerca de 14750 fragmentos, número que não corresponde à totalidade da coleção, uma vez que alguns já se encontravam marcados pelo arqueólogo J. L. Inês Vaz.

Os materiais que já estavam marcados apresentavam a seguinte solução:

Acrónimo/Ano - Número de Recolha - Número de peça (p. e. SE90-294-22)

O “Número de recolha” foi um número atribuído pelo arqueólogo a cada conjunto de materiais que foram recolhidos em determinado plano artificial dentro de determinado

quadrado. Por campanha de escavação, foram atribuídos os seguintes números de recolha:

1988 – n.ºs 1 a 17
1989 – n.ºs 60 a 109
1990 – n.ºs 250 a 294
1991 – n.ºs 300 a 365

O processo de marcação dos espólios permitiu também começar a identificar problemas inerentes ao facto de esta coleção ter sido parcialmente tratada depois da escavação. Entre as inconsistências detetadas há que referir novamente a **marcação parcial dos fragmentos**, mas também o facto de existirem conjuntos de **materiais dos quais se desconhece a sua proveniência** (ou seja, não tinham referência ao quadrado, ao “número de recolha” ou ao ano de recolha). Seria relativamente significativo saber, pelo menos, o ano em que os materiais foram recolhidos, porque entre 1988 e 1990 apenas foi escavada a área do edifício absidado (Quadrados A, B, C, D, E e F), sob a Varanda dos Cónegos, e em 1991 a escavação centrou-se apenas na Praça D. Duarte (Quadrados H, I, M, N, O, R, S, T e Y).

Por outro lado, parece ter havido uma **mistura dos materiais** recolhidos na Sé com os de outras escavações feitas por J. L. Inês Vaz. As diferenças entre materiais são perceptíveis, não só por serem cronologicamente diferentes (pré e proto-históricos), mas também porque o registo é diferente do da Sé (p. e. “Sector B. Quad. A”, “97 Quad. B. Camada cinzenta muito mole”). Isto pode ter sido desencadeado no processo de entrega dos espólios à DRCC-Viseu após o falecimento de J. L. Inês Vaz. Quando a doutoranda teve acesso aos espólios, a DRCC tinha feito um inventário prévio dos sacos e provavelmente alguns foram assinalados como sendo da Sé, mas não eram.

Procedeu-se posteriormente ao inventário computadorizado, fragmento a fragmento. Também o processo de inventariação dos espólios, bem como a produção da tabela cronoestratigráfica, possibilitaram identificar certas incoerências no registo adotado pelo arqueólogo ao longo das quatro campanhas de escavação. Em primeiro lugar, as fichas de campo elaboradas para cada número de recolha apresentam grandes inconsistências no que respeita a datas, nomenclatura dos quadrados, repetição de números de recolha e planos artificiais com mais do que um número de recolha.

Cada ficha de registo apresenta um campo para indicar a data da recolha, o que pressupõe que haja uma sequência temporal na escavação de cada quadrado, de cada plano artificial nesse quadrado e na atribuição dos números de recolha. A escavação de um novo plano, no mesmo dia ou nos dias subsequentes, resulta num novo número de recolha atribuído de forma ascendente (Tabela 1).

Quadrado	Plano artificial	N.º recolha	Data
N	Em cima do Plano 1	302	10/07/1991
N	Debaixo do Plano 2	311	24/07/1991
N	Debaixo do Plano 3	321	01/08/1991
N	Debaixo do Plano 4	323	01/08/1991

Tabela 1 – Exemplo: cronologia da escavação do Quadrado N com respetivos planos artificiais e números de recolha.

Por vezes, as datas registadas nas fichas de campo **não apresentam esta sucessão lógica**. A título de exemplo, veja-se que o número de recolha 1 foi registado no dia 24/08/1988 e o número de recolha 2 foi registado no dia anterior, 23/08/1988. O mesmo se verificou com os números de recolha 107 e 108, em que o primeiro é registado no dia 28/08/1989 e o segundo no dia 21/08/1989.

Constatou-se também um possível **erro no registo das datas de recolha**. Os números de recolha 7 e 8 foram registados no dia 24/setembro/1988 e os números 9 e 10 datam do dia 24/agosto/1988. Tal erro repete-se nos números de recolha 107 e 108 cuja data de registo é de agosto/1989 e os números anteriores são de setembro/1989.

Tal como já foi mencionado, o tipo de registo feito foi sempre diferente desde o início da escavação, resultando em **diferentes nomenclaturas para a designação dos quadrados** escavados. Na primeira campanha de escavação (1988), tanto se registaram “Sondagens” numéricas (1, 2, 2a, 2b, 3, 3a, 3b), como também se registaram “Quadrados” numéricos (1 e 2). Na campanha de 1989, optou-se por designar alfabeticamente os quadrados (A, B, C, D, E e F) e em 1990 não há referência a quadrados, mas sim a “Cortes” (1, 2 e 3). No último ano de escavação, volta a recuperar-se a designação alfabética dos quadrados (H, I, M, N, O, R, S, T e Y).

Efetivamente isto gera dificuldades em fazer coincidir áreas de escavação, mas também na georreferenciação exata dos materiais recolhidos e das estruturas arqueológicas

identificadas: a “Sondagem 1” de 1988 corresponderá ao “Quadrado 1” do mesmo ano? O “Quadrado A” de 1989 coincidirá com as anteriores “Sondagem 1/Quadrado 1”?

Observou-se igualmente a **repetição de números de recolha** na campanha de 1989. Tal como se verifica na tabela seguinte (Tabela 2), além da ausência de informação acerca dos planos artificiais a que correspondem esses números de recolha, alguns apresentam datas discordantes, quadrados diferentes e descrições distintas. A adicionar, três desses números não têm materiais arqueológicos associados.

Data	N.º recolha	Quad.	Plano artificial	Descrição	Total de frag.
11/09/1989	94	B	sd	Terra semelhante ao saibro, abaixo da base de coluna	48
21/08/1989	94	E	sd	sd	0
11/09/1989	95	D	sd	Terra negra	0
21/08/1989	95	D	sd	Entre a torre e o muro (abaixo da camada de pedras)	51
11/09/1989	96	E/F	sd	Testemunho E/F na camada negra	145
11/09/1989	96	E	sd	sd	0

Tabela 2 - Exemplos de números de recolha que se repetem.

Com bastante frequência também se dá o caso em que existe um **plano artificial com mais do que um número de recolha**. A título de exemplo, ao Plano 4 do Quadrado N foram atribuídos dois números de recolha – 323 e 324. O primeiro é descrito como um conjunto de materiais recolhidos numa camada de “*Terra negra com cerâmica*” e o segundo numa camada de “*Terra castanha com pedras*”, tratando-se assim de realidades estratigráficas diferentes. Apesar disso, os materiais arqueológicos exumados são cronologicamente coerentes em ambas as recolhas. Uma vez que a lógica deste tipo de registo é, à partida, a atribuição de um número de recolha por plano artificial dentro de determinado quadrado, deviam ter sido registados dois planos artificiais diferentes, o que justificaria a existência de dois números de recolha.

O inventário dos fragmentos também possibilitou detetar um **erro de registo** em materiais com os números de recolha 251 (Quad. O), 252 (Quad. T), 253 (Quad. Y) e 255 (Quad. O). Esses números de recolha foram atribuídos a planos artificiais nos Quadrados O, T, Y e O respetivamente. Ora, os quadrados mencionados foram escavados em 1991, pelo que devem corresponder antes aos números de recolha 351, 352, 353 e 355.

Também se detetou que **os tipos cerâmicos** que constam **no inventário não concordam com a descrições dos números de recolha** feitas pelo arqueólogo. Veja-se, por exemplo, que a descrição do número de recolha 6, da intervenção de 1988, refere a recolha de *“Cerâmica comum e sigillata”*. No entanto, não existem fragmentos de *Terra Sigillata* na coleção associados a esse número de recolha. Coloca-se a hipótese de que se tenha perdido a origem da *Terra Sigillata* indicada nesse plano artificial e que esses fragmentos integrem os materiais arqueológicos sem proveniência conhecida. Entre vários casos, por exemplo, também as descrições dos números de recolha 76 e 89, da intervenção de 1989, indicam respetivamente que *“Apareceu também uma moeda”* e *“A malga branca vidrada estava no meio das pedras”*, mas tais objetos não se encontram na coleção em depósito.

Havendo números de recolha atribuídos, seria expectável a existência de materiais arqueológicos a eles associados. Não obstante, há **números de recolha para os quais não existem materiais arqueológicos na coleção**, mas a descrição dos mesmos diz que sim. É o caso dos números 7 e 8, da intervenção de 1988, cujas descrições indicam *“Moeda, muito oxidada, cerâmica comum e brunida”* e *“Frescos e cerâmica doméstica e de construção”*.

c) Remontagem/colagem

Com o intuito de recuperar as formas originais dos recipientes cerâmicos, procedeu-se então à colagem dos fragmentos. Tal processo justificou-se pela necessidade de, não só reconhecer as formas e as funções das cerâmicas presentes, mas também de posteriormente desenhar e fotografar aquelas com perfis total ou parcialmente reconstituídos.

Teve-se imediatamente a percepção de que este processo de remontagem iria ser moroso e difícil dada a alta fragmentação da coleção. Como é óbvio, a dificuldade de realizar a correlação de fragmentos é proporcional à dimensão da coleção, pelo que se contou com a ajuda do olhar de outros sempre que esta tarefa se encontrava num impasse. De maneira a agilizar mais eficazmente todo o processo, tentou-se procurar características semelhantes entre fragmentos, começando pela divisão dos mesmos por

tipo - bordos, fundos, asas, bojos, cerâmica de construção, outros (lucernas, peças de jogo, testos) e fragmentos indeterminados -, por cores de pasta e, por fim, por fragmentos lisos e decorados.

A tarefa de remontagem de fragmentos também permitiu fazer um outro tipo de análise, com enfoque nos processos deposicionais e pós-deposicionais do sítio arqueológico. Correlacionar fragmentos é um meio de relativa importância para associar particularidades entre cerâmicas de determinada época e para associar fragmentos com as mesmas características em diferentes camadas estratigráficas. Face às dificuldades inerentes da própria escavação, nomeadamente em definir sequências estratigráficas, a remontagem de artefactos cerâmicos viu-se como uma forma de estabelecer contemporaneidade entre planos artificiais e de perceber o modo de formação dos depósitos.

O cálculo do Índice de Fragmentação/*Fragmentation Index (FI)* tem como variáveis o total de fragmentos (P), o número de colagens conseguidas e o número máximo de correlação de fragmentos (SCHIFFER, 1983) e expressa-se através da seguinte equação:

$$FI = \frac{1}{1 + \log_{10} (P)}$$

Os valores deste índice variam entre 0.0 – indicando intensa fragmentação – e 1.0 quando um artefacto é representado por apenas uma peça.

2.1.1. Cerâmica

No que concerne à metodologia aplicada ao estudo dos materiais arqueológicos em questão, a análise cerâmica incidiu em algumas questões fundamentais, nomeadamente a caracterização das produções cerâmicas; a determinação funcional dos contextos arqueológicos dos quais provêm os materiais arqueológicos através da observação da morfologia e dimensão dos recipientes cerâmicos; e, por fim, o reconhecimento dos centros de produção e das redes de circulação destes produtos. Face ao diminuto conhecimento sobre as produções cerâmicas deste período no centro-norte português, a análise formal e estilística baseou-se nos princípios metodológicos

definidos por Clive Orton, Paul Tyers e Alan Vince (1993), que recaem analiticamente sobre três campos essenciais: matérias-primas e tecnologia, análise morfológica e análise decorativa.

A análise das matérias-primas e da tecnologia empregue na produção dos recipientes foi feita macroscopicamente, tendo como objetivo classificar genericamente as características e os particularismos dos fabricos da coleção, sobretudo elementos não-plásticos (ENP) das pastas, a sua densidade, a técnica de fabrico, a consistência das pastas e o tipo de cozedura. Teve-se presente a inexactidão da observação macroscópica das pastas que implica este tipo de caracterização física. Ainda assim, o que se procurou foi uma classificação geral dos atributos e especificidades das produções do conjunto.

O alto índice de fragmentação da coleção em estudo pode limitar a análise morfológica dos recipientes e dificultar ou impossibilitar a recuperação da totalidade das formas, pelo que a análise morfológica foi antecedida pela elaboração de um inventário descritivo prévio, fragmento a fragmento, em folha de Excel. Nele constam as seguintes entradas:

- *Ano de recolha*
- *Número de recolha*
- *Quadrado/Plano artificial*
- *Tipo de fragmento (cerâmico e não cerâmico)*
- *Decoração (sim/não)*

Uma primeira avaliação do conjunto consistiu na contabilização geral dos fragmentos e dos tipos de fragmentos que, articulado com a correlação/remontagem dos mesmos, teve como derradeira finalidade a determinação do *número mínimo de recipientes* (NMR) e a recuperação das formas originais. A relação entre o total de fragmentos e a quantidade de perfis recuperados através do cálculo do *FI* (SCHIFFER, 1983) abriu uma janela de oportunidade para discutir tafonomicamente o sítio arqueológico, sobretudo os processos de formação cultural, uma vez que reconstituir os processos de sedimentação natural era, neste caso de estudo, de difícil realização. Naturalmente que os valores obtidos com o referido índice se encontraram influenciados por uma série de condicionantes intrínsecas à formação do próprio conjunto cerâmico: a composição física e a resistência dos recipientes (fabrico, pastas, peso, altura e volume), a sua função

e forma de utilização, a frequência de utilização, o cuidado do utilizador, os custos de substituição, a exposição ao meio e o tempo de vida dos recipientes (ORTON, TYERS e VINCE, 1993, p. 207; SHOTT, 1996).

A obtenção do NMR foi fundamental para o estudo das coleções cerâmicas, uma vez que se trata da principal unidade de análise utilizada, tendo sido obtido através da contagem de bordos (RAUX, 1998). Note-se que foram consideradas as evidentes limitações desta opção metodológica: o número de peças individualizadas corresponderá sempre a um número inferior à real quantidade de peças presentes no registo arqueológico. No entanto, considerando o elevado nível de fragmentação do conjunto cerâmico, esta foi a forma mais fiável de o tratar sem incorrer em erros por excesso e de avançar com conclusões pouco seguras.

O NMR foi obtido através da contagem dos bordos com medida igual ou superior a 5 cm¹. Esta opção baseia-se no princípio de quantificação que supõe que uma parte relativamente mais completa do recipiente representa uma porção do todo, pelo que frequentemente a morfologia dos bordos e a medição dos seus diâmetros indicia determinada forma cerâmica (ORTON, TYERS e VINCE, 1993, pp. 172-173).

Os bordos seleccionados para o NMR foram inseridos numa tabela que considera a proveniência dos fragmentos, o número de fragmentos que constituem uma peça (uma vez que podem resultar da remontagem de vários fragmentos), a caracterização das formas, das pastas e das decorações, bem como atributos métricos relevantes (Veja-se '*i. Critérios de classificação cerâmica*'). Tais parâmetros foram inseridos em folha de Excel segundo as entradas descritas no ponto *ii. Tabelas de análise: d. Número mínimo de Recipientes*.

Os bordos do NMR que possibilitaram a reconstituição das formas originais foram enquadrados funcionalmente em tipos cerâmicos, tais como *cerâmica fina*, *cerâmica comum*, *cerâmica de armazenamento/transporte* e *Terra Sigillatas*. Uma vez que se calculava haver grande diversidade cronológica no conjunto cerâmico recuperado na

¹ Exceção feita apenas aos bordos de jarros que apresentam menos de 5 cm e que constituem formas com bordos inevitavelmente mais reduzidos pelo estreitamento do colo.

escavação, esta foi também uma forma de se individualizar as produções tardo-romanas e alto-medievais, e que foram alvo de estudo no âmbito que nos ocupa.

Optou-se também por isolar do inventário geral os fragmentos correspondentes a produções de *Terra Sigillatas*, dado o contexto arqueológico e cronológico em que se implanta o sítio – na zona do antigo *forum* romano - e dado seu potencial como elementos datantes. Foi assim criada uma tabela de classificação destas produções cujos parâmetros foram descritos no ponto *ii. Tabelas de análise: e. Classificação de Terra Sigillatas*.

No que à análise decorativa respeita, a mesma passou pela caracterização dos motivos e das técnicas decorativas da totalidade das peças e não apenas aquelas que constam no NMR, de forma a abarcar toda a diversidade observada. Foi, por isso, importante levar a cabo uma quantificação da relação entre material liso e material decorado, para posteriormente se realizar a descrição dos fragmentos decorados e identificar em que formas cerâmicas surgiam.

O registo gráfico das peças obedeceu a uma seleção dos fragmentos representados no NMR, optando-se por desenhar apenas o exemplar mais completo de cada forma cerâmica e também outros fragmentos que apresentassem certas particularidades, quer do ponto de vista morfológico, quer decorativo, incluídos ou não no NMR.

i. Critérios de classificação cerâmica

Identificação e conservação

Número de Inventário

Sítio arqueológico de proveniência

Estado de conservação

- Inteira
- Fraturada
- Fragmento

Grau de erosão (ou Índice de Fragmentação - FI)

Fabrico e utilização

Tipo de fabrico

- Manual
- A torno
- Misto

Cozedura

- Oxidante
- Redutora
- Oxidante-redutora
- Redutora-oxidante

Acabamento da superfície

- Alisada
- Brunida
- Aguada

Marcas de fogo

Marcas de uso

Descrição da pasta

Cor (segundo *Munsell Soil Color Chart*, 1994)

Textura

- Homogénea
- Xistosa
- Granular
- Arenosa

Consistência

- Compacta
- Média
- Friável

Elementos Não-Plásticos (ENP)

Tipo

- Micas
- Quartzos
- Feldspatos
- Calcários
- Xistos

Densidade

- Fraca (1 - 15%)
- Média (15 - 30%)
- Abundante (> 30%)

Morfologia da peça

Forma

- Aberta
- Fechada

Tipo de peça

- Pote
- Prato
- Panela
- Taça
- Jarro
- ...

Bordo

Morfologia

- Direito
- Redondo

- Em bisel
- Orientação
 - Para o exterior
 - Para o interior
 - Direito
- Corpo
 - Globular
 - Truncocónico
 - Elíptico/Piriforme
- Base
 - Plana
 - Côncava
 - Em disco
- Asa
 - Tipo
 - Em fita
 - Rolo
 - Secção
 - Retangular
 - Trapezoidal
 - Circular
 - Orientação
 - Vertical em relação à peça
 - Horizontal em relação à peça

Dimensões (em milímetros)

- D – Diâmetro máximo
- dm – Diâmetro do colo ou gargalo
- d – Diâmetro do bocal
- db – Diâmetro da base
- E – Espessura máxima
- e – Espessura mínima
- H – Altura total
- h – Altura do colo ou gargalo
- Peso (em gramas)

Decoração

Técnica

- Incisão
- Cordão plástico
- Estampilhagem
- ...

Localização

- Superfície externa do bordo
- Superfície externa do colo
- Superfície externa do corpo

ii. Tabelas de análise

a. Contabilização geral

Ano; Bordos lisos; Bordos decorados; Bojos lisos; Bojos decorados; Fundos lisos; Fundos decorados; Asas lisas; Asas decoradas; Cerâmica de construção; Outros; Indeterminados

b. Contabilização de materiais não cerâmicos

Ano; Metais; Vidros; Escórias de metal; Escória de vidro; Metais (de função indeterminada); Fauna; Seixos; Pedra lascada; Pedra polida; Pedras (de função indeterminada); Cal, argamassas e estuques; Carvões; Madeira; Contas de colar; Elementos de indumentária

c. Contabilização e descrição das técnicas e motivos decorativos

Ao inventário fragmento a fragmento foram acrescentadas as entradas: Presença de decoração; Técnicas decorativas; Motivos decorativos; Orientação da decoração; Localização da decoração

d. Número mínimo de Recipientes

N.º de peça NMR; N.º de fragmentos; N.ºs de inventário; N.º recolha/Quadrado/Plano; Tipo cerâmico; Forma; Fabrico; Cozedura; ENP's; Concentração de ENP's; Decoração; Localização da decoração; Atributos métricos

e. Classificação de Terra Sigillatas

Classe/Origem; Forma; N.º Inventário; Tipo de fragmento; Ano; N.º recolha; Cronologia

iii. Glossário de formas cerâmicas

Para a definição da função e para a constituição de uma terminologia das formas originais dos recipientes atentou-se às características específicas de cada bordo do NMR, de modo a reduzir-se a subjetividade analítica. Com base nos princípios de classificação tipológica propostos por Clive Orton, Paul Tyers e Alan Vince (1993, pp. 152-158), entenderam-se como critérios de observação:

- Morfologia e orientação dos bordos;

- Perfil dos fragmentos, isto é, o modo como o bordo evolui para o corpo da peça, através de um colo ou como extensão da abertura para as paredes;
- Geometrização, espessura e profundidade das peças;
- Quantidade e local de fixação de asas ou elementos de preensão;
- Presença de encaixes para tampas;
- Atributos métricos - diâmetro máximo (quando possível) e o diâmetro do bocal e/ou do colo para determinar formas abertas ou fechadas;
- Marcas de exposição ao fogo e marcas de uso;
- Textura e depuração das pastas;
- Inserção cultural e cronológica.

Alguidar – recipiente aberto com paredes retas oblíquas, configurando um troncocónico invertido, e com bases planas ou em disco algo saliente, conferindo-lhes maior estabilidade e robustez. As bases discoidais são normalmente rugosas na superfície exterior, o que resulta do processo de secagem das peças em camas de areão. São peças de média a grande dimensão e o diâmetro do bocal corresponde ao diâmetro máximo do recipiente. Trata-se de formas cerâmicas multifuncionais, utilizadas quer para lavagens, quer na preparação de alimentos e porventura no consumo coletivo de uma refeição.

Almofariz – forma cuja função era a de esmagar ou moer, com o auxílio de um pilão, pequenas quantidades de ingredientes. Apresentam normalmente bordos espessados e paredes divergentes e grossas. A textura rugosa que caracteriza as pastas destas peças facilitaria a moagem devido ao atrito causado pelo contacto entre as paredes e os ingredientes em confeção.

Bilha – recipiente de colo estreito e perfil piriforme ou globular destinado ao transporte e transvase de líquidos. Exibe normalmente um colo alto e estreito e bordo ligeiramente esvasado, tendo uma asa que pode arrancar do bordo ou do colo. O diâmetro da pança é sempre superior ao diâmetro do bocal. Distingue-se do *jarro* por apresentar paredes menos espessas e colos com diâmetro mais reduzido.

Caçoila – forma aberta e larga, de paredes baixas e curvas, cuja função é a confeção de alimentos ao lume. Apresentam normalmente marcas de fogo, nomeadamente vernizes estalados nas superfícies exteriores. O diâmetro máximo da peça corresponde ao diâmetro do bordo.

Cântaro – vasilhame usado para armazenar líquidos. Exibe morfologias de bordos e de colos muito diversas (bordos espessados, bordos moldurados, colos estreitos, colos esvasados, entre outros). Pode ser provido de uma asa e apresentar um rebordo interno para encaixe de uma tampa. O diâmetro da pança é sempre superior ao diâmetro do bordo. Distingue-se dos restantes contentores de líquidos devido a sua robusta constituição e significativo tamanho.

Jarro – recipiente de colo cilíndrico ou de perfil em “S”, destinado ao transporte e serviço de líquidos. Apresenta bordos de morfologias muito variadas, desde configurações trilobadas, redondo ou em bico, e a partir do qual arranca uma asa. Em alguns casos pode ter um rebordo interno para encaixar uma tampa. O diâmetro do bocal aproxima-se ao diâmetro do colo, mas o diâmetro máximo da peça encontra-se ao nível da pança. Distingue-se da *bilha* pelo facto de apresentar maior diâmetro no colo.

Lucerna – designação atribuída em época romana ao utensílio cerâmico destinado à iluminação. Trata-se de uma forma produzida a partir de um molde bivalve, apresentando um corpo discoide, um bico mais ou menos largo e uma pequena asa. Tanto o disco, como o bico, eram providos de orifícios através dos quais se inseria o combustível (azeite) e se alojava o pavio, respetivamente.

Pote/panela – designação genérica atribuída a um tipo de peças fechadas cuja função é de difícil distinção dada a sua semelhança morfológica. A presença de marcas de fogo na superfície externa pode ser o elemento diferenciador, uma vez que as panelas estão destinadas a cozinhar alimentos ao lume e os potes a guardá-los. Ambas as formas têm tamanhos variáveis, mas normalmente são recipientes fechados, de perfil em “S”, colo estrangulado e fundo plano, pelo que o diâmetro da pança é sempre superior ao diâmetro da boca. Podem ter uma ou duas asas e encaixes para tampas. Distinguem-se dos *púcaros* por serem de maiores dimensões.

Prato – forma aberta e larga, pouco profunda, cujo diâmetro máximo corresponde normalmente ao diâmetro do bocal. Os bordos destas peças têm múltiplas morfologias, desde redondos a biselados, e que são uma extensão do bojo, ou até bordos em aba horizontal. Destina-se essencialmente a servir alimentos líquidos ou sólidos à mesa.

Prato covo – distingue-se da forma anterior por apresentar paredes mais curvas, bordo ligeiramente orientado para o interior da peça como uma extensão do bojo e um fundo raso. A presença deste tipo de loiça de servir à mesa pode ser associado ao consumo de refeições de forma coletiva.

Púcaro – vasilhame, de colo reto, que serve para conter pequenas quantidades de líquidos e por vezes levá-los ao lume. O diâmetro do corpo, de configuração globular ou ovoide, é sempre superior ao diâmetro do bordo. Distingue-se dos *potes/panelas* por ser de menor dimensão e ter uma única asa.

Taça – forma aberta de paredes arqueadas, de perfil hemisférico, utilizada na preparação e no serviço de alimentos. O diâmetro do bordo corresponde ao diâmetro máximo do recipiente.

Talha/*dolium* – contentor de grande dimensão destinado a guardar e conservar azeite, vinho ou cereais, pelo que estariam presentes em espaços de armazenagem ou de cozinha. São peças fechadas, de corpo tendencialmente ovoide, sem colo ou de colo estrangulado, exibindo bordos engrossados e orientados para o interior do recipiente como uma extensão da pança. Uma tampa cerâmica, em madeira ou em metal fecharia o recipiente. A largura máxima encontra-se invariavelmente ao nível da pança.

Tampa/testo – utensílio destinado ao fecho de recipientes cerâmicos cujo conteúdo fosse necessário conter, armazenar e/ou conservar. Apresentam configurações circulares planas ou troncocónicas, podendo ter uma asa ou uma pega destacada para o seu manuseamento. Seriam colocadas diretamente sob os bordos ou sob um encaixe desenhado no recipiente para esse propósito. Além de tampas cerâmicas, é razoável pensar no uso de madeira, cortiça e metal para o seu fabrico.

Tigela – forma aberta usada no serviço de alimentos, de perfil hemisférico ou semielíptico, e cujo diâmetro do bordo corresponde ao diâmetro máximo do recipiente. Distingue-se da *taça* por apresentar dimensões mais modestas.

2.1.2. Metais

O estudo dos espólios metálicos passou, por sua vez, por uma análise macroscópica de cada indivíduo. Este tipo de materiais arqueológicos consta no inventário geral, tendo sido elaborada uma tabela de contabilização dos materiais não cerâmicos, em que estes se incluem. É um conjunto artefactual mais reduzido em relação ao cerâmico, tratando-se na sua maioria de pregos e rebites, de escórias e de outros metais cuja função original é imprecisa dado o estado de corrosão ou de oxidação do minério, seja ele ferro ou ligas de bronze. Na coleção da Rua das Ameias/Praça D. Duarte também estão presentes um alfinete e botões.

O registo da escavação menciona a recolha de espólio numismático, mas o mesmo não se encontra em depósito com a coleção em estudo. Inicialmente tinha-se previsto a limpeza dessas moedas para que fosse possível o seu reconhecimento e integração cronológica. No entanto, perante a sua ausência na coleção, tal não foi executado. Não obstante, existe o registo fotográfico de 14 moedas, o que apenas permitiu o estudo indireto desse conjunto.

Os critérios de classificação dos metais correspondem essencialmente à sua função, quando discernível. A definição cronológica de grande parte dos metais é bastante limitada, não só pela inclassificação de alguns fragmentos, mas também porque a sua utilização é transversal a vários períodos. Optou-se apenas por se proceder ao registo fotográfico destes espólios, que se apresentou no Anexo II junto com a restante documentação relativa ao subponto 4.1. *Rua das Ameias/Praça D. Duarte* do capítulo IV.

2.1.3. Outros materiais arqueológicos

Em depósito no PAV encontram-se outros tipos de espólios que, não sendo cerâmicos ou metálicos, integraram a tabela de contabilização dos materiais não cerâmicos anteriormente mencionada.

Estão presentes elementos de indumentária, como os já referidos alfinetes e botões em metal, assim como elementos de adorno (contas de colar). Para estas últimas efetuou-se a identificação da matéria-prima utilizada, o respetivo registo e a descrição das características físicas e tipológicas.

Foram também recolhidos vidros e escórias de vidro resultantes da sua produção e transformação, pelo que se tentou proceder à sua classificação cronológica. Foi feito apenas o seu registo fotográfico (exposto no Anexo II: IV.1), uma vez que o seu desenho foi dificultado pela fragilidade e conservação dos fragmentos, de reduzidas dimensões e com lamelas de sílica incrustadas, e que, portanto, não permitiram qualquer reconstituição morfológica. Apesar disso julga-se que a presença de escórias de vidro no sítio é um fator de grande importância.

Objetos líticos também enformam a coleção, nomeadamente em pedra lascada (ponta de seta, lâmina e núcleos de sílex), pedra polida (afiadores) e seixos. Procurou-se atender à sua função, matéria-prima e atributos métricos.

A somar aos artefactos, o contexto arqueológico conservou alguns restos bioarqueológicos, entre os quais carvões, fauna (ossos, dentes e uma concha de ostra), bem como escassos ecofactos (uma casca e pedaços de madeira) que aparentam ser recentes, dada a sua presença no registo arqueológico. Não foi intenção desta tese de doutoramento aprofundar o estudo dos restos bioarqueológicos.

2.1.4. A arqueologia da arquitetura

Em 2011 foi realizado o estudo da arqueologia da arquitetura da Varanda dos Cónegos, de todo o troço localizado na Rua das Ameias e da parte posterior do altar-mor da Sé Catedral de Viseu. Este trabalho foi desenvolvido por uma equipa do CSIC-Madrid

liderada por Maria Ángeles Utrero Agudo. A análise arqueológica dos alçados meridional e oriental da Sé foi feito através de um registo em planimetria e da posterior leitura murária dos paramentos exteriores (UTRERO AGUDO, 2011, p. 585). Tal análise permitiu observar uma perda significativa das unidades estratigráficas murárias e das suas relações de sobreposição, horizontalidade e continuidade, muito em parte devido a uma série de intervenções, entre as quais as desenvolvidas pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) em 1931. Este facto impossibilita conectar, quer fisicamente, quer temporalmente, os escassos estratos conservados e compreendê-los no seu conjunto (UTRERO AGUDO, 2011, p. 589).

Assim, conjugaram-se os dados obtidos neste trabalho com os dados da escavação realizada entre 1988 e 1991. Tal ainda não tinha sido feito por falta de disponibilização dos dados à data de realização daqueles levantamentos. O acesso aos materiais arqueológicos e aos registos gráficos e fotográficos da escavação arqueológica, entregues à tutela em 2015, permitiram fazê-lo neste projeto de doutoramento.

As estruturas identificadas na antiga escavação da Rua das Ameias foram interpretadas como sendo os restos da “igreja paleocristã” datada dos séculos V-VI (PEDRO e VAZ, 1995, p. 343). O estudo de arqueologia da arquitetura permitiu questionar a ideia da existência de um edifício de culto dos inícios do Cristianismo; por um lado, porque o edifício estava virado a sul, por oposição às quatro sepulturas identificadas na Praça D. Duarte (VAZ, 2000, pp. 49-50). Estas sepulturas, separadas do edifício através de um muro, encontravam-se orientadas canonicamente Este-Oeste. Isto demonstrou que todos estes elementos correspondiam a três momentos distintos – o edifício, o muro e a necrópole (UTRERO AGUDO, 2011, p. 588). Por outro lado, a inexistência de uma zona de altar na abside central tornou ainda mais incerta a própria funcionalidade do edifício e a real localização do conjunto episcopal alto-medieval de Viseu (UTRERO AGUDO, 2011, p. 588).

A leitura conjunta entre a estratigrafia parietal da Varanda dos Cónegos, as estruturas identificadas na escavação da Rua das Ameias/Praça D. Duarte que lhe estão diretamente relacionadas e os resultados obtidos com a análise da coleção arqueológica foram assim fundamentais no plano que se gizou, pois de tal dependeu a identificação

do centro de poder pós-romano e a definição da evolução do espaço ocupado pelo *forum* romano.

III. Viseu...

3.1. No espaço: enquadramento geográfico e biofísico

A cidade de Viseu, situada na região centro-norte de Portugal, deve a sua importância à posição central que ocupa num vasto planalto definido por rios e serras - o denominado “Planalto de Viseu” (RIBEIRO, 1971a) -, situado na província da Beira Alta (Anexo I: Figura III.1).

Central do seio dos Planaltos Centrais e da superfície de erosão da Beira Alta, o território viseense é geomorfologicamente modelado por um sistema montanhoso que se desenvolve sobre o substrato do Maciço Antigo português (BRITO, 1994, p. 48). Este maciço condiciona o relevo em termos litológicos, tectónicos e erosivos, caracterizando-o por zonas aplanadas, mas também por fortes declives resultantes do encaixe dos cursos de água mais importantes. Aliás, o vale do rio Douro assinala a transição para a Beira, onde assume novamente a superfície de aplanção transmontana, afetada pelo deslocamento tectónico que desencadeou a formação da Cordilheira Central. Esta cordilheira divide a Meseta Norte, que em Portugal integra as serras da Arada, Montemuro e Leomil, da Meseta Sul, que ainda abarca a superfície de Castelo Branco (BRITO, 1994, p. 49). A superfície de erosão da Beira Alta prolonga-se a partir do sopé ocidental do alinhamento montanhoso Pisco-Serra de Leomil, atingindo aproximadamente os 1100 metros (RIBEIRO et al, 1987, p. 148).

Em termos altimétricos, o território viseense apresenta uma superfície irregular com altitudes que variam entre os 200 e os 900 metros, atingindo os pontos mais baixos na bacia do Rio Dão e os mais altos a norte do concelho. O sistema montanhoso que envolve Viseu circunscreve-o a norte pelas serras de Leomil, de Montemuro e da Lapa; pela Serra da Arada a noroeste; a sul e sudoeste pelas serras da Estrela e da Lousã; e pela Serra do Caramulo a oeste.

As serras que limitam o território, especialmente a norte, parecem ter tido um papel fundamental ainda na definição das fronteiras dos povos pré-romanos, sobretudo na *civitas* dos *Interannienses*. Tal como disse Raquel Soeiro de Brito, “Quase sem saber, associamos os modos de vida das populações, as suas actividades e recursos, às características do território em que se inserem” (1994, p. 29). A Serra de Montemuro, com uma orientação Noroeste-Sudeste, sempre se tratou de uma fronteira natural entre

o vale do Rio Douro e os vales do Rio Vouga e Mondego. A Serra da Lapa, tendo também essa função natural, terá assumido alguma importância na divisão paroquial sueva e posteriormente nos limites entre as dioceses de Viseu, Lamego e *Caliabria* em época visigoda (VAZ, 1997, p. 325).

Por outro lado, a Serra do Caramulo, orientada Nordeste-Sudoeste, constitui uma separação natural entre o interior e o litoral atlântico, bem definida pelo Maciço da Gralheira, o qual serviu durante séculos de passagem a circuitos comerciais e civilizacionais (ALARCÃO, 1989, p. 18; VAZ, 1997, p. 327).

No que respeita à acrópole de Viseu e que é foco central neste estudo, esta está implantada num esporão fluvial de encostas suaves e pouco abruptas, a cerca de 483 metros de altitude. A cidade estende-se em plano para sul, até Repeses e Ranhados, pelo que a encosta mais abrupta é a que está virada a noroeste sobre o Rio Pavia, observando também um ligeiro desnível do lado oriental até à antiga Rua da Regueira (VAZ, 1997, p. 340). O topo do morro apresenta uma configuração alongada, estreitando-se numa zona medial e com uma superfície de cerca de 100 x 300 metros (ALMEIDA, 2005, p. 7). Como se pode depreender, a topografia que caracteriza o cerro da Sé permite um bom domínio visual sobre o território envolvente, bem como uma posição defensiva que iria, a partir do I milénio a.C., desencadear a implantação de um povoado castrejo e posteriormente do núcleo do aglomerado urbano (GIRÃO, 1925, p. 11).

Em termos geológicos e segundo a Carta Geológica de Portugal (escala 1:50.000), o granito é a principal rocha responsável pela formação dos solos existentes no território de Viseu e é aquela com maior extensão (cerca de 77,3%), pelo que marca maioritariamente o Maciço Antigo do “Planalto de Viseu” (RIBEIRO et al, 1987, p. 173; BRITO, 1994, p. 31; FERREIRA et al, 2009, Folha 17-A) (Anexo I: Figura III.2). O granito é uma rocha densa, quebradiça e com fraturas por onde as águas se infiltram e alteram a sua configuração (BRITO, 1994, p. 46), resultando em escarpas esbatidas e superfície degradadas (RIBEIRO et al, 1987, p. 174). A acrópole da cidade é inclusivamente formada por uma cúpula granítica, visível à superfície em certos pontos, nomeadamente no Largo de São Teotónio, situado nas traseiras da Sé Catedral. É constituída por uma massa

compacta e dura de granito porfiroide, com incrustações de biotite, micas amarelas e de cristais de ortóclase – o designado *granito-dente-de-cavalo* (GIRÃO, 1925, p. 7; FERREIRA et al, 2009, Folha 17-A).

Estas formações rochosas produzem afloramentos muito grosseiros e ácidos, de difícil desagregação, e os solos são maioritariamente graníticos (litossolos e litólicos húmidos), pelo que apresentam carências do ponto de vista agrícola. Os penedos que caracterizam a colina da Sé são já pouco visíveis e já não coincidem com a sua fisionomia topográfica original. Segundo J. L. Inês Vaz, tal deriva de uma ação de arrasamento, aplanamento e colmatação de espaços entre rochedos desenvolvida nos finais do Império Romano, bem como das contínuas ocupações humanas que ali se foram sobrepondo umas às outras (VAZ, 1997, p. 339). Por conseguinte, o que resta hoje do esporão é uma plataforma essencialmente artificial, regularizada para poder albergar sucessivas construções.

Os solos são o resultado de modificações químicas e físicas que atuam sobre a natureza das formações geológicas, as quais dependem, em grande medida, do tipo de clima. Porque no norte e no centro de Portugal ocorre uma maior quantidade de precipitação, as transformações químicas são bastante significativas. Visto que grande parte da superfície é ocupada por montanhas graníticas, o que se constata é fundos de vales e pequenas planícies aluviais com solos relativamente espessos e, por outro lado, vertentes de rocha altas, escarpadas e estéreis (BRITO, 1994, p. 63). A situação de carência de fertilidade dos solos que define o planalto viseense apenas é atenuada em zonas de faixas aluvionares ou em solos ricos em feldspatos, uma vez que as argilas os tornam mais férteis quando sujeitos a irrigação.

Ocorrem igualmente formações de quartzitos e gneisses dos períodos Pré-Câmbrico e Arcaico (RIBEIRO et al, 1987, p. 174; BRITO, 1994, p. 30) e, em menor quantidade, formações de grauvaque e selúrico localizadas a noroeste e nordeste do concelho (FERREIRA et al, 2009, Folha 17-A).

Também é de notar a riqueza do território viseense em recursos do subsolo. Depósitos de argila, em Teivas e Oliveira de Barreiros, a sul de Viseu, subsidiavam em tempos a indústria de fabricação de telha. Em 1925, Amorim Girão escrevia também sobre os barreiros de Santo Estêvão e da Cava de Viriato (GIRÃO, 1925, p. 8). Além disso, a

existência de minerais de ferro e estanho é também um elemento atrativo para a fixação do Homem nesta região. Recorde-se a riqueza dos depósitos metálicos identificados nos castros da Senhora da Guia/Baiões (São Pedro do Sul) e de Santa Luzia (Viseu), localizados em zonas de filões de estanho e que também em época romana teriam sido facilmente e intensamente explorados (VAZ, 1997, p. 330).

De um modo geral, o concelho de Viseu assume uma importância considerável de centro sub-regional, já que se encontra entre o interior e o litoral e está sob a influência de três bacias hidrográficas: a do Rio Douro, a do Rio Mondego e a do Rio Vouga, pelo que os planos do Mondego e do Vouga abrangem 98% do território (Anexo I: Figura III.3). Uma vez condicionada pela própria composição geológica do território, a rede hidrográfica propende a ser muito encaixada e sem sofrer alterações, com vales de fratura e vertentes vigorosas (RIBEIRO et al, 1987, p. 177). Esses vales de fratura são uma característica típica do modelado do Norte de Portugal, reconhecendo-se essencialmente pelo traçado rígido da rede hidrográfica e pela orientação semelhante dos cursos de água (RIBEIRO et al, 1987, p. 177).

O Rio Vouga, que nasce na Serra da Lapa a uma altitude de cerca de 930 metros, situa-se numa zona de transição entre as regiões norte e centro de Portugal, apresentando uma forma alongada e vales estreitos. Corre predominantemente numa orientação Este-Oeste, tendo uma bacia hidrográfica de dimensão reduzida até alcançar um conjunto de fraturas na zona de São Pedro do Sul (RIBEIRO et al, 1987, pp. 144-145). Aí encontra como afluentes os rios Sul, Troço e Ribamá, rumando pelos entalhes dos terraços rochosos entre a Serra do Caramulo e o Maciço da Gralheira (RIBEIRO et al, 1987, p. 144).

As margens do Rio Vouga caracterizam-se por abruptos cabeços que permitiram o controlo visual sobre importantes cursos de água e sobre rotas de transumância, bem como o estabelecimento de povoados naturalmente amuralhados (VAZ, 1997, p. 328). A sua bacia é delimitada pelas serras de Leomil, Montemuro, Lapa e Serra da Freita a norte, que a separa da bacia hidrográfica do Douro; e pela Serra do Buçaco a sul, que a divide da bacia do Mondego.

O Rio Mondego, que nasce na Serra da Estrela, a 1425 metros de altitude, tem uma bacia de configuração retangular e uma orientação predominante Nordeste-Sudoeste. Esta encontra-se circunscrita pelas bacias dos rios Vouga e Douro, a norte e a este respetivamente, e pelas bacias do Tejo e do Liz, a sul. Historicamente, o Rio Mondego e os seus afluentes constituíram sempre um elemento de divisão, marcando as fronteiras entre as primitivas dioceses alto-medievais, entre cristãos e muçulmanos durante o tempo da Reconquista e também nos limites entre os distritos de Viseu e da Guarda (VAZ, 1997, p. 325). Além disso, uma linha de castros romanizados ao longo do curso do Mondego sugere a demarcação de fronteiras através de povoados posicionados para o controlo do território e das vias terrestres e fluviais (VAZ, 1997, p. 326).

Na região dos planaltos de Trancoso-Aguiar da Beira, a uma altitude entre os 714 e os 757 metros, nasce o Rio Dão, o principal afluente na margem direita do Rio Mondego. Tem como subsidiários os rios Dinha, Asnes e Pavia, correndo por vales estreitos e sinuosos, e cujos cabeços e cristas foram locais privilegiados para a instalação de povoados como o de Santa Luzia e o da Senhora do Crasto (Viseu) (VAZ, 1997, p. 328). De especial relevância para o estudo que nos concerne é o Rio Pavia: tem a sua nascente localizada na Serra da Mina e é aquele que banha o sopé do cerro de Viseu (COELHO, 1941, p. 43), sendo assim o principal recurso hidrográfico da cidade onde confluem o Ribeiro do Pintor, o Rio d'Asnos e o Ribeiro de Vila de Chã, não esquecendo a extinta ribeira do Fontelo, subsidiária do arroio da Regueira e com nascente na zona do Cerrado.

Os terrenos mais planos banhados pelos rios e ribeiras que marcam a região dos planaltos centrais, especialmente os conformados pelos sistemas hidrográficos Dão/Mondego, Dão/Pavia e Pavia/Dinha, são terrenos genericamente férteis e que possibilitam formas de agricultura intensiva.

Os recursos hídricos subterrâneos desempenham igualmente um papel relevante no que concerne ao armazenamento de água, visto que disso depende o cultivo das terras. A natureza litológica e a composição das formações geológicas concordam para o comportamento das águas infiltradas. As rochas ígneas e metamórficas que caracterizam o Maciço Antigo são formações com relativa capacidade de armazenamento, mas também para regular o escoamento dos cursos de água

superficiais e equilibrar os seus caudais. Os maciços graníticos são, assim, estruturas hidrogeológicas permeáveis, quer em zonas de saibros, quer nos maciços rochosos (RIBEIRO et al, 1987, p. 174).

“Com o aparecimento do Homem à superfície da Terra inicia-se a transformação, cada vez em maior grau, das paisagens naturais. Com o crescimento da população aceleram-se a formação e transformação dos campos, aldeias e cidades; com o aumento da técnica, e das redes de comunicação que favoreceram os movimentos das populações que com elas transportam os seus modos de pensar e de agir; e com estes se vão desenvolver novas transformações espaciais. Sem o conhecimento destes fenómenos, difícil seria a compreensão das paisagens do nosso quotidiano” (BRITO, 1994, p. 83). Como se depreende desta síntese de Raquel Soeiro de Brito acerca da geografia humana, a combinação de vários fatores – de natureza geográfica, geomorfológica, geológica e hidrológica - joga para a eleição da região viseense e da sua cidade-capital para precocemente o Homem aí se ter fixado e habitado. A preferência por zonas graníticas e planálticas, onde naturalmente se podia amuralhar e defender, mas também a proximidade a solos férteis e irrigados pelos cursos de água presentes, criaram as condições para que Viseu se tornasse um ponto de convergência de pessoas, de vias e de comércio ao longo dos tempos. José Mattoso referiu inclusivamente que a unidade do país é a *“associação de todos os elementos vitais de uma comunidade humana – as técnicas, a cultura, as ideias novas, a capacidade organizadora”* num espaço próprio (MATTOSO, 1985, p. 193).

3.2. No tempo

No culminar da dinastia Severa, em torno do ano de 235 d.C., o Império Romano entrou numa situação de falência numa clara conjetura que contribuiria para a queda do domínio imperial no Ocidente no século IV e para o colapso dos modos de vida económica, social e cultural do mundo clássico. A denominada “Crise do século III” foi despoletada por momentos de despotismo militar com a rápida e violenta sucessão de imperadores, bem como a perda do poder do Senado, provocando um cenário de instabilidade político-militar nas províncias imperiais. O financiamento e a proliferação

dos exércitos em campanha em várias frentes terão sido os fatores com maior peso na grave crise económica que se instaurou, originando a desvalorização da moeda e consequentemente a inflação dos preços. A adicionar, um considerável decréscimo populacional causado por pragas que foram assolando o Império produziu, não só carências ao nível da mão-de-obra, mas também na cobrança dos impostos.

As notícias de povos germânicos a atravessar o *limes* são reflexo da incapacidade romana para controlar as suas fronteiras e para organizar eficazmente a defesa dos territórios ocidentais do Império (DÍAZ MARTÍNEZ et al, 2007, p. 274). Nos inícios do século V, Roma já não era capaz de valer-se pelos seus próprios meios para manter a unidade dos seus territórios, situação que se agudizou após a derrota frente aos godos em Adrianópolis no ano de 376. Na impossibilidade de apresentar uma resistência militar eficaz, Roma estabeleceu acordos com os povos invasores, garantindo-lhes concessões de terras e o comando autónomo dos seus próprios exércitos, em troca da prestação de serviços militares ao Imperador Romano (DÍAZ MARTÍNEZ et al, 2007, p. 274).

Um sentimento de insegurança fez-se sentir também nas cidades, uma vez que a reputação dos grupos bárbaros como saqueadores e guerreiros sangrentos emanava por todo o Império. O receio de um ataque exterior levou a que, durante os séculos III e IV, a construção e/ou reparação de muralhas fosse uma situação frequente nas cidades hispânicas. Arqueologicamente o que se constata é que estas muralhas, ou foram construídas *ex novo*, ou retificaram o traçado pré-existente, geralmente do Alto-Império, e fizeram-no através do recurso a materiais de edifícios em ruína ou abandonados. Em qualquer dos casos, a maior parte dos núcleos urbanos viu o perímetro das suas muralhas ser reduzido, em virtude não só de garantir melhor eficácia defensiva, mas também devido a uma considerável diminuição da população urbana. Além disso, a contração das muralhas permitia a mais fácil manutenção dos edificadados e das vias públicas por parte da cúria, que há muito se vinha demonstrando incapaz de o fazer (DÍAZ MARTÍNEZ et al, 2007, p. 233). A redução do núcleo amuralhado votou assim, para o espaço extramuros, algumas construções e importantes edifícios públicos de espetáculo.

A construção ou reconfiguração das muralhas urbanas também parece relacionar-se com outro fator crucial: as fortificações deixaram de estar ao serviço de funções puramente defensivas e militares, para serem construídas sob motivos de autopromoção e de prestígio de determinada cidade (DE MAN, 2008, pp. 20-21). A capacidade de um núcleo urbano para se dotar de potentes muralhas revela a importância simbólica, imaterial e representativa da cidade, em especial na sua relação com o território como delimitadores do espaço urbano (DE MAN, 2008, p. 21).

Em Viseu, houve efetivamente uma diminuição do perímetro amuralhado da cidade, comprovada pela edificação de uma nova muralha nos finais do século III ou inícios do IV (CARVALHO e CHÉNEY, 2007; DE MAN, 2008, p. 243). A cerca do Baixo-Império obedeceu à retificação do traçado alto-imperial e à contração da *civitas* viseense, pelo menos, nos setores oriental e norte da área urbana (VAZ, 1997, p. 350).

No mesmo âmbito de desestruturação urbana desencadeado a partir do século III na maioria das cidades hispânicas, assistiu-se igualmente a uma série de outras evidências que concordaram para a desarticulação da cidade clássica romana. Uma dessas evidências foi a desativação dos grandes edifícios públicos romanos - o *forum*, as termas, o teatro e o anfiteatro - que, ou experimentaram novos usos, ou caíram em desuso, ou perderam mesmo a titularidade pública e passaram para as mãos de privados. Foram também esses edifícios os principais alvos de espoliação e de reutilização dos seus materiais para a construção ou reparação de outros. Outra evidência foi a apropriação de espaços públicos e privados desativados – arruamentos e edifícios - e que foram adaptados para responderem a fins distintos dos originais, surgindo assim novas áreas comerciais, templos cristãos a que se associaram sepulturas, novos espaços de necrópole, bem como a proliferação de espaços vazios no interior das cidades para fins agrícolas.

Ao mesmo tempo em que se assiste a uma alteração das funções urbanas e à deslocação de população para os campos, a vida das cidades prosseguiu, sobretudo considerando que esta foi a época em que o Cristianismo se estabeleceu como religião oficial, o que proporcionou um dinamismo plasmado a nível urbanístico, inclusivamente através da formação de novos espaços de poder. A partir do século IV, começaram a surgir nas

cidades complexos episcopais monumentais, conjuntos palatinos e templos cristãos que resultaram dessa nova concepção religiosa da sociedade e por consequência da autoridade votada à figura do bispo em contexto urbano. No entanto, não é só no espaço intramuros que se verificaram transformações estruturais: os subúrbios também se alteraram, nomeadamente através da implantação de zonas de oficinas e da construção de novos edifícios vinculados ao culto cristão - igrejas, batistérios e *martyria* -, aos quais se associaram espaços funerários.

Não obstante o aparente cenário de desolação dos núcleos urbanos, desabitados e em decadência, existiu um esforço do Estado na construção e reparação de edifícios, bem como o reaproveitamento de outras áreas com propósitos distintos dos originais. Por esse motivo, a imagem que deve permanecer não é a da ruína total ou a deterioração generalizada das cidades, mas antes a de uma diferente continuidade. A evolução das cidades hispânicas durante o Baixo-Império caracteriza-se, sobretudo, pela transformação do tecido urbano, que se adaptou a novos espaços e novas funções ao ritmo da própria sociedade. O panorama das cidades como centros político-administrativos, económicos, sociais e culturais não se alterou, mas antes ajustou-se para acomodar novas necessidades e novas realidades.

A maior ou menor vitalidade urbanística experimentada pelos principais núcleos urbanos residiu na influência de novas organizações administrativas, isto é, na perda ou na ascensão da sua função como sedes administrativas e como capitais provinciais, ou até no maior ou menor poder geoestratégico e económico que representavam (DÍAZ MARTÍNEZ et al, 2007, pp. 236-237). Portanto, a cidade que surgiu entre os séculos III e V foi uma cidade transformada, mas não decadente.

A entrada de Alanos, Vândalos e Suevos na Península Ibérica em 409 ditou uma nova conjuntura política e administrativa no território peninsular. Nesta altura, o poder romano estava a ser disputado entre usurpadores e fações da corte imperial, agora instalada em Ravena, provocando uma situação caótica do ponto de vista administrativo. A invasão dos povos bárbaros coincidiu com um grave processo de decomposição da autoridade romana no extremo ocidente do Império, o que afetou a capacidade das províncias hispânicas para combater aqueles grupos que estavam já

instalados na Gália desde 418 como *foederati* e que começavam a procurar recursos fora desses territórios (DÍAZ MARTÍNEZ et al, 2007, pp. 278-279; ARCE, 2017, p. 135). Pactos de federação firmaram-se entre os povos invasores e o Imperador, no sentido de criar alianças militares e enviar exércitos de godos contra os demais povos instalados na Gália e na Hispânia (DÍAZ MARTÍNEZ et al, 2007, pp. 280-281).

A travessia de Vândalos para África desencadeou a formação e a consolidação do reino suevo na província hispânica da *Gallaecia*, entre 429 e 585, com capital em *Bracara Augusta*. As alianças, os pactos e as relações criadas circunstancialmente entre Suevos, a autoridade imperial romana e os Visigodos instalados na Aquitânia foram, durante o século V, tão abundante como instáveis e efêmeras, pelo que também os Visigodos iniciaram incursões à *Baetica* ao longo de todo esse período. Veja-se, por exemplo, que quando o Imperador Valentiniano III morre, os Suevos romperam os pactos estabelecidos com Ravena, invadindo a província da *Cartaginensis*. Em 456, o exército visigodo de Teodorico II entrou na Hispânia e derrotou os Suevos em Astorga (DÍAZ MARTÍNEZ et al, 2007, pp. 290-291). A conclusão de tal evento foi descrita na Crônica de Idácio de Chaves como *“regnum destructum et finitum est Sueuorum”* (DÍAZ MARTÍNEZ et al, 2007, p. 291). A partir desse momento, os Visigodos passaram a exercer uma posição de vigilância sobre a *Gallaecia*, vinculada com os interesses do Imperador Romano.

Do ponto de vista administrativo, os Suevos nunca chegaram a controlar todo o território peninsular. Em 439, Réquila tomou Mérida, na província da *Lusitania*; em 440, tomou Mértola, dirigindo-se depois a Sevilha e apoderando-se de toda a *Baetica* e da *Cartaginensis* (DÍAZ MARTÍNEZ et al, 2007, p. 287). Entre 469 e 510, a fronteira sueva encontrava-se consolidada até ao Rio Tejo (DÍAZ MARTÍNEZ et al, 2007, p. 304). No entanto, tal não se tratou de um controlo permanente e estruturado, à exceção da *Gallaecia*, sua província capital, uma vez que muitas estruturas organizativas ainda resultavam de um enraizamento romano, pelo que a implementação de uma rede administrativa e fiscal não foi de fácil concretização. A continuidade e a assimilação dos modelos imperiais foi especialmente evidente através da cunhagem de moedas, na tentativa de legitimar e reforçar a monarquia sueva nos antigos territórios romanos (DÍAZ MARTÍNEZ et al, 2007, p. 297).

A conversão dos Suevos ao Cristianismo em 550, por mediação de Martinho de Dume, acabou por impulsionar a estrutura organizativa do reino, bem como reestruturar a igreja galega, nomeadamente através da integração de uma rede de igrejas rurais no reino. A crónica de Idácio, bispo de Chaves, dá-nos a conhecer estruturas de poder regional e local, em que os prelados funcionavam como embaixadores políticos das cidades sob a sua jurisdição, em representação do rei suevo (DÍAZ MARTÍNEZ et al, 2007, p. 293). O *Parrochiale suevum* faz menção à organização administrativa eclesiástica do reino suevo e elenca todas as igrejas e demarcações dependentes das dioceses primordiais. O documento põe em evidência a existência de uma rede de estruturas episcopais bem consolidada e reflete a capacidade fiscal e governativa dos suevos (TENTE, CORDERO RUIZ e CASTRO, 2018, p. 186).

A conversão dos suevos ao Cristianismo marcou um período de grande esplendor da sua monarquia. Não é possível saber com exatidão em que ano se estabeleceu a diocese de Viseu. No entanto, é de supor que possa ter sido fundada entre 561 e 572, uma vez que não é mencionada no I Concílio de Braga. Apenas no II Concílio, realizado em 572, se refere a presença do bispo D. Remisol, que subscreveu as atas do concílio como *Vesensis episcopus*, logo a seguir ao metropolitano de Braga (VAZ, 2009a, p. 191). Levantando-se a hipótese de que a sequência das assinaturas dos prelados participantes nos concílios considerava a sua antiguidade (FLÓREZ, 2010-2013), é de admitir que o prelado viseense estaria há vários anos à frente do episcopado, supondo-se assim que a diocese viseense já estivesse constituída anos antes da realização deste concílio (TENTE, 2016). No *Parrochiale suevum*, escrito entre 572 e 582, menciona-se a diocese de Viseu e apresenta-se uma lista de treze episcopados dependentes. A datação deste documento é duvidosa, mas aceitando-se como provável a data mais antiga que é proposta – 569 –, esta corresponderia à primeira menção escrita à diocese de Viseu.

Desde o início da sua criação, o episcopado teve como principal palco a cidade viseense, onde se localizava a sede da sua igreja e a partir da qual se governava o território (VAZ, 2009a, p. 192). A geografia diocesana não é de fácil definição. As fronteiras das redes diocesanas foram sempre muito fluídas, especialmente até ao século VIII d.C. devido a diversas mudanças políticas e sociais. Porém, a conjugação da antiga geografia administrativa romana com algumas notícias que afloram nos concílios e, sobretudo, no

Parrochiale suevum, permite estimar quais seriam os contornos da diocese viseense na segunda metade do século VI (TENTE, 2016). A norte, a possível fronteira com a diocese de Lamego poderia estar estabelecida pelas serras da Arada, Montemuro e Leomil. A sul e a sudeste, o episcopado viseense parece ter estado separado da diocese de Idanha pelas montanhas da Serra da Estrela e do Açor, as quais constituíam uma barreira física para tais limites. A leste, a fronteira com a vizinha diocese de Salamanca poderia estabelecer-se pelo alinhamento das bacias do rio Águeda, da ribeira de Tourões e do rio Côa, no seu curso mais a montante (o que corresponde atualmente ao espaço que se integra no concelho do Sabugal). A oeste da diocese de Viseu situava-se a de Conímbriga, cuja fronteira parece ter sido definida pelo eixo das serras do Buçaco-Alhadas, constituindo também aqui um limite natural (TENTE, 2016) (Figura 4).

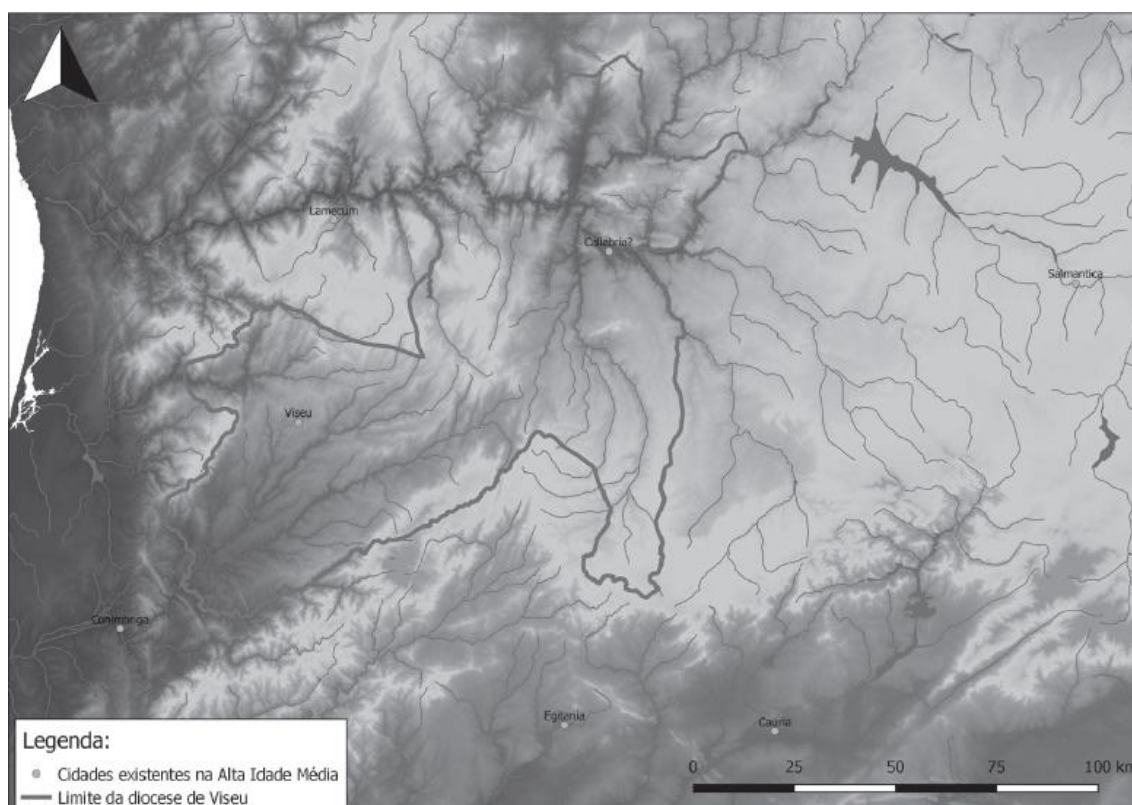


Figura 4 – Prováveis limites da Diocese de Viseu na Alta Idade Média (TENTE, CORDERO e CASTRO, 2018, p. 185 - fig. 1).

A importância de que se reveste o *Parrochiale suevum* deve-se igualmente ao facto de se ficar a conhecer as igrejas que estavam sob a jurisdição do episcopado de Viseu, para o qual aparecem mencionados oito topónimos: *Rodomiro*, *Submontio*, *Subverbena*, *Osania*, *Ovellione*, *Tutela*, *Coleia* e *Caliabria* (DAVID, 1947, p. 47). É necessário, no

entanto, ter-se em consideração que a importância deste documento deve ser acautelada. Vários investigadores têm contestado a sua fiabilidade (DAVID, 1947; SÁNCHEZ PARDO, 2014, pp. 457-458), uma vez que se trata de uma fonte que terá sido manipulada com posterioridade aos acontecimentos aos quais reporta e, como já se teve oportunidade de referir, as delimitações territoriais diocesanas foram sempre muito flutuantes.

Após o III Concílio de Toledo (589), Viseu, que se encontrava dependente da província da *Gallaecia*, regressou à dependência da metrópole lusitana (TENTE, 2016), situação que se manteve até 711. Foi no fim do século VI e no século seguinte que a cidade de Viseu assumiu maior protagonismo, pois é nesta fase que se conhecem maior número de cunhagens de moeda (MARTÍN VISO, 2008).

O total controlo visigodo do território peninsular foi concretizado em 585, quando Leovigildo devastou a *Gallaecia* e destronou o Rei suevo, incorporando definitivamente esta província na Hispânia visigoda (THOMPSON, 2014, p. 19). O processo de estabelecimento do povo visigodo na Hispânia foi lento, com muitas tentativas e apreensão face aos seus aliados romanos, mas a miúdo foram despertando interesse para expandir o seu domínio além da Aquitânia. Ao longo de todo o século V empreenderam-se negociações políticas entre suevos e visigodos, com a finalidade de repartir áreas de influência, constatável nomeadamente pelo casamento entre o rei suevo Requiário e uma filha do rei visigodo Teodorico I (DÍAZ MARTÍNEZ et al, 2007, p. 296).

Segue-se um período de conquistas territoriais e da eleição de *Toletum* como sede da monarquia visigoda, mas também o que viria a ser o efetivo controlo bizantino da costa mediterrânica através de um enclave de tropas do Imperador Justiniano a partir de 552 (DÍAZ MARTÍNEZ et al, 2007, pp. 351-352). O anseio pela criação de uma unidade territorial foi consubstanciado no reinado de Leovigildo, entre 572 e 586, cujas conquistas sobre bizantinos, vascões e suevos lhe valeram a estabilização do poder, o consenso em torno da sua liderança e a eliminação dos poderes que resistiam à sua política unificadora (DÍAZ MARTÍNEZ et al, 2007, p. 361). Como símbolos comemorativos

das suas vitórias militares, Leovigildo fundou as cidades de *Recópolis* e *Victoriacum* e cunhou a sua própria moeda em ouro (DÍAZ MARTÍNEZ et al, 2007, pp. 364-365).

A campanha que Leovigildo empreendeu em 585 contra os Suevos e que converteu definitivamente a *Gallaecia* numa província visigoda, não parece ter alterado as suas fronteiras, nem o tipo de administração desenvolvida em tempos suevos. Exemplo disso foi a mera substituição dos bispos católicos por bispos arianos nas sedes episcopais galegas, nomeadamente em Braga, no Porto, em Tui, Lugo e Viseu (DÍAZ MARTÍNEZ et al, 2007, p. 373).

A morte de Leovigildo em 586 impôs um novo capítulo na História do reino visigodo. A sucessão de Recaredo e a sua conversão ao Cristianismo um ano depois parecem ter dado continuidade à ideia do seu pai em unificar o reino através da unidade do credo. O ato simbólico que universalizou tal acontecimento foi a concretização do III Concílio de Toledo, em 589. Oficializou-se não só o Cristianismo como religião oficial da monarquia visigoda, mas também se criou um novo fórum político e religioso entre o rei, a sua corte aristocrática e o clero agora católico, tendo Recaredo na cúspide da pirâmide do poder como o eleito de Deus (DÍAZ MARTÍNEZ et al, 2007, pp. 383-384). Além disso, o objetivo deste concílio foi o de restabelecer a disciplina e as instituições eclesiásticas de acordo com os antigos costumes, pelo que os bispos arianos de Viseu, Tui, Lugo e do Porto renunciaram às suas crenças e subscreveram um contrato para a sua conversão ao Cristianismo (DÍAZ MARTÍNEZ et al, 2007, pp. 385-387). A partir deste momento, os bispos assumiram a responsabilidade total pela autoridade cristã nas cidades com estatuto episcopal e passaram a controlar todas e quaisquer atividades em solo urbano, numa colaboração entre poder civil e eclesiástico (DÍAZ MARTÍNEZ et al, 2007, p. 391).

O primeiro ano do século VII coincide com a morte de Recaredo e com o início de uma época que flutuou entre períodos de anarquia e estabilidade. Durante 100 anos, as constantes usurpações ao trono levaram a que alguns monarcas não tivessem governado mais do que dois anos, ou até meses, como aconteceu com Recaredo II que apenas reinou sete meses no ano de 621 (DÍAZ MARTÍNEZ et al, 2007, p. 402). Os governos mais duradouros, como os de Sisebuto (612-621) e Recesvinto (653-672),

procuraram fortalecer a figura do rei, nomeadamente através de cânones conciliares acerca das formas de acesso ao trono, mas também procuraram aplicar políticas de centralização e ordenação institucional. Por um lado, os períodos de maior instabilidade coincidiram com a falta de controlo sobre os distintos grupos aristocráticos e com as aspirações de nobres godos ao trono, mas por outro com relações mais tensas entre a monarquia e a Igreja, que por vezes corresponderam à interrupção de concílios por vários anos, à posição não unânime dos bispos na proclamação dos reis usurpadores e à nomeação dos prelados para as sedes episcopais pelo rei (DÍAZ MARTÍNEZ et al, 2007, p. 424).

Foi também durante o século VII que se deram importantes alterações na organização administrativa do território. O esquema de administração territorial romano tinha-se mantido sem grandes mudanças até então, uma vez que a estrutura provincial representava marcos territoriais bem definidos geograficamente e, sobretudo, porque essas demarcações tinham uma aplicabilidade eclesiástica (DÍAZ MARTÍNEZ et al, 2007, p. 442). As antigas capitais de província mantinham-se como sedes metropolitanas e com autoridade suficiente sobre as sufragâneas para conservar essa geografia durante tão largos séculos. O processo de reordenação territorial iniciado nos reinados de Chindasvinto e Recesvinto passou pela fixação mais rigorosa das fronteiras provinciais, inclusivamente através da restauração de antigos territórios pelas metrópoles, e pela criação de novas províncias, de novas sedes metropolitanas e capitais provinciais (DÍAZ MARTÍNEZ et al, 2007, pp. 442-443). Também se deram importantes transformações ao nível das cidades, que se mantinham como unidades de administração civil do território, mas a essa função aglutinou-se a eclesiástica pela sua condição de sedes episcopais.

Durante esta época, Viseu permanecia numa posição periférica em relação ao poder central e não constituía um centro relevante ou influente como outras capitais provinciais. No entanto, são conhecidas cunhagens visigodas na cidade, resultantes essencialmente do contexto de fragmentação política do reino suevo e da afirmação da nova monarquia. A cunhagem de moeda em Viseu parece estender-se durante todo o século VII, quando a cidade tinha já o estatuto de sede episcopal (MARTÍN VISO, 2008, p. 4).

As moedas recolhidas em Viseu e nas suas imediações não se tratam somente de cunhagens provenientes de cecas hispânicas, mas também de cunhagens locais. Os tremisses recuperados parecem, não só indicar um certo dinamismo político e económico da cidade, como também materializam a existência de uma complexa rede entre o poder local e o poder central.

O tempo dos últimos reis visigodos mostrou-se ser um período de rápida decomposição, uma vez que os problemas que se vinham conservando de reinados anteriores tornavam-se impossíveis de resolver. Por um lado, a administração iniciou um processo de militarização para dar resposta à força crescente das aristocracias locais, capazes de monopolizar o poder de amplos territórios através de relações clientelares. Perante este cenário, os monarcas viam-se obrigados a recorrer aos exércitos privados dos grandes proprietários laicos e eclesiásticos, que frequentemente atuavam em favor dos seus interesses particulares (DÍAZ MARTÍNEZ et al, 2007, p. 591; GARCÍA SANJUÁN, 2013, pp. 365-366). Por outro lado, as constantes revoltas nobilitárias, provocadas no seio da aristocracia goda, punham em risco o próprio lugar do rei, tal como aconteceu em 673, quando Paulo, um nobre do entorno do rei Wamba, aproveitou para seu próprio benefício uma revolta na Gália Narbonensis para se declarar rei nessa província (DÍAZ MARTÍNEZ et al, 2007, pp. 586-590; GARCÍA SANJUÁN, 2013, p. 364). A somar, a inexistência de atas conciliares após 694 demonstra que também a relação entre a monarquia e a Igreja se encontrava num estado de animosidade devido às políticas intervencionistas por parte dos últimos reis.

Como se pode depreender, o fosso que separava a centralização da monarquia visigoda das tendências centrífugas tornou-se gradualmente maior, num claro processo de segmentação entre o rei, a nobreza laica e o alto clero. O último ano da monarquia instaurada pelos Visigodos na Península Ibérica foi de grande convulsão: após a morte do rei Vitiza em 710, Rodrigo, sem laços de parentesco com o seu predecessor, foi eleito pelos membros da corte real num procedimento legal que punha em causa a hereditariedade do trono. Instalou-se uma guerra civil entre os partidários de Rodrigo e os seguidores de Vitiza (GARCÍA SANJUÁN, 2013, p. 379), a qual culminou, a pedido da facção vitiziana, na entrada de tropas árabes que estavam estacionadas no Norte de

África e na consequente derrota de Rodrigo em Guadalete, em julho de 711 (DÍAZ MARTÍNEZ et al, 2007, pp. 606-607).

Assim, a invasão muçulmana que assolou a Península Ibérica em 711, liderada pelo general árabe *Tarik Ibn Ciyad* a mando do governador de África e do Magreb, *Musa Ibn Nusayr*, foi facilitada pelo contexto de divisão política. A expansão territorial muçulmana aconteceu rapidamente: em 716 os contingentes árabes já tinham alcançado Narbona (GARCÍA SANJUÁN, 2013, p. 359). Não raras vezes a conquista aconteceu através de pactos entre invasores e nobres visigodos, que permitiam a estes últimos manter o controlo sobre determinado território em troca de uma tributação monetária ou em espécie (DÍAZ MARTÍNEZ et al, 2007, p. 609; GARCÍA SANJUÁN, 2013, pp. 400-408). Além disso, os acordos de rendição evitavam o desgaste dos contingentes armados e possibilitavam um avanço mais fácil das conquistas (GARCÍA SANJUÁN, 2013, p.390). Este foi um mecanismo eficaz para impor o domínio muçulmano em grande parte do Sul da Península, começando-se assim a criar novas estruturas administrativas nos territórios conquistados.

Entre 711 e 1031, a dinastia Omíada logrou estabelecer várias disposições governativas: num primeiro momento, o *al-Andalus* foi administrado como um Valiato dependente do Califado de Damasco (711-756) e cuja capital se fixou em Córdoba. Em 756, *Abd al-Rahman* I estabeleceu um plano para fundar um Estado independente no extremo ocidental do Império islâmico, proclamando-se emir e tomando para si o total controlo do *al-Andalus*. Esta situação apenas se voltaria a alterar em 929, quando *Abd al-Rahman* III assumiu o título de califa sob a prerrogativa de que os Omíadas andaluzes eram os últimos representantes do Califado de Damasco e os primeiros da primeira dinastia islâmica (CARRASCO et al, 2009, p. 43). A instabilidade política instaurada a partir do século XI levou ao desaparecimento da dinastia Omíada, dando lugar à dispersão de poderes e a uma multiplicidade de centros independentes, conjuntura que marcou o início da época dos reinos taifas (CARRASCO et al, 2009, pp. 147-149).

Não obstante a enorme capacidade de conquista por parte dos contingentes muçulmanos, a submissão de todo o território peninsular não aconteceu na totalidade. A principal consequência da conquista, com efeitos imediatos, foi a aniquilação da

monarquia visigoda de Toledo como poder político dominante, substituído pelas autoridades conquistadoras que elegeram o sul da Península como sede da sua administração (GARCÍA SANJUÁN, 2013, p. 360). Assim, e durante três séculos, o domínio muçulmano concorreu com o norte e noroeste peninsular, onde encontrou grande resistência por parte de algumas comunidades visigodas que tinham sido capazes de se organizar de forma autónoma e de se guardar em locais de fácil defesa. Apenas o espaço compreendido entre os vales do Douro e do Ebro eram “terras de ninguém”, verdadeiros vazios de poder que serviam de tampão entre o sul muçulmano e o norte cristão (RÁBADE OBRADÓ et al, 2005, p. 19). Esses núcleos cristãos do Norte iriam conformar a origem do reino das Astúrias e de outras unidades embrionárias dos futuros reinos cristãos e que iriam ter como legitimação o seu passado visigodo.

A oposição aos invasores muçulmanos desencadeou a fuga de nobres afetos ao governo de Rodrigo, o último rei visigodo, para a faixa setentrional da Península Ibérica, que se estendia desde a Vascónia até à Galiza (RÁBADE OBRADÓ et al, 2005, p. 14). Aí, a paisagem dominada por uma geografia abrupta conferia-lhes proteção face às investidas externas. O Reino das Astúrias tornou-se o primeiro núcleo de resistência cristão após a vitória de Pelayo na batalha de Covadonga, em 722 (RÁBADE OBRADÓ et al, 2005, p. 17). Na opinião de A. García Sanjuán, existe *“un vínculo explícito entre Pelayo y la origen de resistencia cristiana, por un lado, y entre esa resistencia y los posteriores éxitos conquistadores de los cristianos, por otra”* (2013, p. 413), fatores que *“constituyen elementos integrantes de la noción medieval de Reconquista”* (2013, p. 414).

Uma vez consolidada a monarquia no reino asturiano, a partir de 791 uma nova etapa foi iniciada no reinado de Afonso II. Durante muito tempo, a faixa entre os rios Douro e Mondego foi o cenário de expedições militares de parte a parte, motivando o recuo e o avanço de fronteiras entre as forças cristãs e muçulmanas e configurando-se, assim, o período que se denominou tradicionalmente por “Reconquista Cristã”. Tal denominação expressa não mais do que o sentimento neogótico em solidificar a figura do rei e o seu interesse em conferir uma nova dimensão ao processo de expansão territorial, em conformidade com o passado visigodo que legitimava a sua causa (RÁBADE OBRADÓ et al, 2005, p. 22).

Os reinados de Ramiro I (842-850), Ordonho I (850-866) e Afonso III (866-910) foram bastante prolíficos no avanço da fronteira cristã para sul, que se estabilizou na linha do Mondego. A reorganização do território conquistado em tempos de Ordonho I lançou as bases para as presúrias do seu sucessor no Porto (868), em Chaves (872) e em Coimbra (878), bem como na Beira Interior portuguesa. Afonso III afirmou formalmente a posse territorial dos territórios de Lamego e Viseu entre 872 e 881 através da fixação de população e de senhores nesses locais, de modo a assegurar a sua proteção e sobrevivência sob o governo asturiano (RÁBADE OBRADÓ et al, 2005, p. 25; REAL, 2014, p. 35). Manuel L. Real defende a hipótese de que o presor de Viseu tenha sido Odoário, o mesmo conde responsável pela presúria de Chaves e que a reorganização da cidade tenha ficado a cargo de Sebastián, sobrinho de Afonso III das Astúrias e futuro bispo de Salamanca (REAL, 2005, p. 277).

Indiretamente relacionado com este processo de integração do território viseense está a figura de Bermudo Ordoñez. Derrotado na batalha de Grajal pelo seu irmão, o rei Afonso III, Bermudo Ordoñez refugiou-se em Lafões acompanhado pelo nobre Diogo Fernandes. Assim, a partir dos inícios do século X residiam, na região lafonense, elites ligadas ao poder asturiano dominando áreas estratégicas em redor de Viseu-Lafões (REAL, 2018, pp. 305 e 308).

Associado ao contexto da presença de nobres neste território, há que mencionar a influência de Ramiro II de Leão para a História de Viseu. A educação do príncipe foi confiada por seu pai, Ordonho II de Leão, justamente a Diogo Fernandes (REAL, 2018, p. 313). Quando Ramiro se tornou rei dos territórios sul da antiga *Gallaecia*, elevou Viseu a capital do novo reino (926-931), provavelmente devido à relação privilegiada com a região (FERNANDES, 2017, p. 290). É admissível ponderar que a construção da Cava de Viriato, monumento emblemático e enigmático de Viseu, date de entre 926 e 931, hipótese aliás avançada por Jorge de Alarcão (2006), bem como por Manuel Luís Real e Catarina Tente (2018; 2020).

O período de frutuosas conquistas por parte da monarquia cristã, cujos sucessos lhe tinham garantido a fixação das suas fronteiras até ao Mondego, foi quebrado pelas vitórias militares de uma das personagens mais afamadas da História muçulmana da

Península Ibérica. Em 975, *Al-Mansur* tomou a cidade de Coimbra e sabe-se que, em 977, o general esteve em Viseu a preparar os ataques a Astorga, Leão e Santiago de Compostela. Reunido e apoiado em Viseu pela nobreza condal, provavelmente ligada à família condal conimbricense, *Al-Mansur* logrou tomar essas cidades em 988, 995 e 997 respetivamente (CATARINO, 2005, p. 200; REAL, 2005, p. 287; SÉNAC, 2011, pp. 93-95; FERNANDES, 2017, p. 215), recuando a fronteira cristã até ao vale do Douro.

Só em começos do século seguinte, e em grande medida graças à morte de *Al-Mansur* em 1002 e à decadência do Califado de Córdoba, é que a monarquia cristã pôde recuperar algum fôlego. Uma coligação entre forças leonesas, castelhanas e navarras permitiu que durante o reinado de Afonso V de Leão fossem levadas a cabo expedições ao espaço anteriormente reconquistado pelos muçulmanos (RÁBADE OBRADÓ et al, 2005, pp. 35-36). É neste contexto, aliás, que Afonso V acabaria por morrer enquanto fazia o reconhecimento da muralha de Viseu para o seu assalto, no ano de 1028 (ALVES, 2009, p. 17; FERNANDES, 2017, p. 294)

Entre 1055 e 1057, Fernando Magno conquistou definitivamente os territórios entre o Douro e o Mondego, seguindo-se Coimbra em 1064. A reconquista de Viseu, em 1058, assentou as bases para o efetivo domínio cristão da cidade, que viria a ser governada por Sesnando Davides, um moçárabe a quem Fernando Magno concedeu a administração dos territórios entre o sul do Douro e a fronteira muçulmana (SARAIVA, 2010, p. 12). Sesnando, que tinha sede política em Coimbra, resgatou o estatuto de sede episcopal à cidade coimbrã, ditando a anexação de Viseu a essa Diocese. Após a sua morte no ano de 1091, Afonso VI de Leão e Castela entregou o comando de todo o extremo ocidental da península a D. Raimundo de Borgonha, que acabaria por casar com a única herdeira ao trono de Leão e Castela, Urraca (SARAIVA, 2010, p. 14).

Com o intuito de limitar o poder do conde D. Raimundo e como recompensa pelo auxílio prestado na conquista do Reino da Galiza, Afonso VI concedeu a Henrique de Borgonha o casamento com Teresa, sua filha ilegítima, bem como o governo hereditário do recém-instituído Condado Portucalense em 1096. Este condado, fruto da união dos antigos condados de *Portucale* e Coimbra, encontrava-se assim delimitado pelos rios Minho e Mondego e abrangia as dioceses de Braga e Coimbra. Tal facto ditou que a hegemonia

coimbrã imposta desde Sesnando Davides se mantivesse uma referência estratégica na defesa do condado e que, assim, Viseu permanecesse numa posição discreta na nova geografia de poder. No ano de 1101 foi ratificado através de bula papal que o governo das dioceses de Viseu e de Lamego cabia ao prelado da Diocese de Coimbra (SARAIVA, 2010, p. 15).

Apesar disso, Coimbra era também o principal núcleo de resistência às reformas francas, personificadas em D. Henrique. A origem estrangeira e a aparente adversidade das suas reformas às tradições moçárabes levaram a ocasiões de contestação ao conde naquela urbe (SARAIVA, 2010, p. 17), levando a que o seu foco se voltasse para um ponto geopolítico que lhe era mais favorável: Viseu. A cidade tornou-se sede condal de D. Henrique e D. Teresa, se não antes, pelo menos entre 1109 e 1112, pelo que é provável que D. Afonso Henriques tenha nascido na cidade em 1109.

Os condes tomaram a iniciativa de revitalizar a Sé como a instituição religiosa mais importante da cidade e também da região (SARAIVA, 2010, p. 19). Esta transformação correspondeu ao arranque definitivo do desenvolvimento urbano de Viseu, que em pouco tempo lhe traria a concessão da sua carta de foral, em 1123, e a restauração do seu estatuto de sede de bispado, no ano de 1147. A reorganização urbana passou igualmente por transferir a antiga Sé moçárabe, situada no couto da Regueira, para a colina da cidade. Para aí, D. Henrique e D. Teresa projetaram um ambicioso estaleiro construtivo que deu forma à Sé românica, ao paço condal, a outras dependências capitulares e ao castelo edificado no topo oeste deste complexo. Viseu dotou-se, assim, de um renovado centro político, religioso e militar, construído no ponto mais alto da urbe (SARAIVA, 2010, p. 21).

IV. As intervenções de arqueologia urbana e as evidências arqueológicas

4.1. Rua das Ameias/Praça D. Duarte

A área em que se realizou a escavação arqueológica da Rua das Ameias/Praça D. Duarte localiza-se no morro da Sé Catedral de Viseu (freguesia de Santa Maria), na plataforma onde se cruzam os dois arruamentos, exatamente sob a Varanda dos Cónegos do edifício catedralício (Anexo II: Figura IV.1.1).

A primeira referência ao local é feita em 1934 por José Coelho no seu caderno 14 de *Notas Arqueológicas* (COELHO, 1934: folhas 38 e 38 verso). A 30 de junho do mesmo ano, o autor publica uma notícia no jornal local *Distrito de Viseu*, intitulada “Construções romanas junto da Sé de Viseu” (Anexo II: Figura IV.1.2). No artigo, José Coelho explicou que, no decurso de trabalhos para a abertura de uma cisterna de depósito de águas como providência em caso de incêndios, observou “*habitações luso romanas cujas fundações, desobstruídas de terras, pedras e cascalhos, à mistura com muita cerâmica*”. O autor justificou a datação dos achados como “luso romanos” dado o característico aparelho das construções e a identificação de tégulas, ímbrices e tijolo. O surgimento de um pavimento de grande consistência, feito numa argamassa dura constituída por cal, tijolo e areia, coadunou também para a sua proposta.

Nas suas *Notas Arqueológicas*, José Coelho registou ainda um silhar almofadado, de forma paralelepípedica e base quadrangular, que provinha dos alicerces das estruturas que identificou (COELHO, 1934: folhas 38 e 38 verso). Medindo 1m x 0.57m x 0.45m, o silhar encontrava-se colocado verticalmente sobre duas pedras que assentavam diretamente no saibro rochoso. Por cima do mesmo silhar observou um outro, também almofadado, com 0.60m x 0.55m x 0.38m (COELHO, 1934: folhas 38 e 38 verso). Era sua opinião que os restos destas construções tinham sido cedidos por D. João III, em 1534, a D. Miguel da Silva, bispo de Viseu, para mandar fazer o Passeio dos Cónegos.

Os vestígios das construções que José Coelho constatou na Rua das Ameias, o aparecimento de uma lápide epigrafada embutida na torre da antiga cadeia² (local do

² Desconhecem-se as circunstâncias deste achado, uma vez que no aparelho atual do edifício não se conservam vestígios visíveis desta lápide. Não é possível afirmar que a mesma tenha sido removida, já que não se conhece o seu paradeiro; pode dar-se o caso de ela ainda estar no local onde José Coelho a observou, mas que os seus caracteres epigrafados tenham simplesmente desaparecido com a passagem do tempo.

Arquivo Distrital ao tempo em que escrevia) e a identificação de cantaria tipicamente romana inserida nas fundações da Sé, fizeram-no concluir que o morro da cidade tinha sido habitado em época romana (Figura 5). A cidade romana não abrangeria somente a parte baixa da cidade, como defendeu Amorim Girão, mas sim toda a colina, segundo José Coelho.



Figura 5 - Edificado e arruamentos que marcam o entorno da intervenção arqueológica da Rua das Ameias (Imagem Google Earth adaptada).

Os apontamentos que constam nas *Notas Arqueológicas* não fazem, porém, menção à recolha de materiais arqueológicos ou a um estudo subsequente que José Coelho tenha desenvolvido para além das informações e das medições que então registou.

O sítio voltou a ser alvo de investigação, agora de carácter arqueológico, a partir de 1988. Em julho desse ano faziam-se obras de arranjo da esplanada entre a Praça D. Duarte e a Varanda dos Cónegos quando foram encontradas duas moedas romanas no canto oeste da mesma esplanada. A recolha destas moedas levou a que o Alberto Correia tomasse conta da ocorrência e que abrisse duas sondagens de diagnóstico (VAZ, 1989, p. 1) (Anexo II: Figura IV.1.3).

João Luís Inês Vaz acabou por assumir a responsabilidade da escavação no mês seguinte e, perante os achados que foram surgindo, as duas sondagens passaram a uma escavação em área. Os trabalhos arqueológicos contaram com a participação de estudantes do ensino secundário e do ensino superior de Viseu, funcionários da Câmara Municipal e, por vezes, soldados do Regimento de Infantaria de Viseu que auxiliavam sempre que o trabalho mais pesado o requeria (VAZ, 1989, p. 2).

O relatório da escavação dá a conhecer que a intervenção se iniciou pela quadriculagem da área de escavação, tendo sido marcadas seis quadrículas de 3 x 3 metros, com um testemunho de 1 metro entre elas. Segundo o arqueólogo, registou-se através de fotografia o decurso da escavação e desenhou-se *“sempre que se julgou oportuno”* (VAZ, 1989, p. 1).

Na primeira campanha apenas foram escavadas as Sondagens 1, 2 e 3. Todavia, não está explícita a exata localização das sondagens abertas; apenas é mencionado que se tomou como um dos eixos para a quadriculagem a linha norte-sul da torre (da antiga cadeia). A Sondagem 1 estaria assim localizada no local onde tinham sido identificadas as moedas, “no canto oeste” (Anexo II: Figura IV.1.4); a Sondagem 2 “sensivelmente a meio da esplanada” e a Sondagem 3 parece ter correspondido ao canto sudeste da esplanada (VAZ, 1989, p. 1).

As sondagens 1 e 2 mostraram-se infrutíferas em termos de interesse arqueológico. Na Sondagem 1 foi identificado um muro que unia dois penedos rochosos, mas sem qualquer conexão a outra estrutura construída. Ambas as sondagens relevaram que os estratos se encontravam muito remexidos e, portanto, tinham pouca potencialidade arqueológica (VAZ, 1989, pp. 3-4). O relatório menciona ainda que, no canto sudeste, surgiu um muro provavelmente correspondente a um muro exterior da Casa da Guarda, demolida em 1934 (Anexo II: Figura IV.1.5) e que o mesmo reaproveitou uma imposta de um outro edifício (VAZ, 1989, p. 4). Esse muro estaria assim datado do século XIX (VAZ, 1989, p. 6).

A determinado momento da escavação, começaram a aparecer blocos de pedras dispostos em arco ultrapassado e fragmentos de frescos policromáticos, cujas cores variavam entre o vermelho, preto, amarelo, azul e branco, mas sem ser possível

qualquer reconstituição dos motivos decorativos (Anexo II: Figuras IV.1.6, IV.1.7 e IV.1.8). É nesta fase que J. L. Inês Vaz avança que se trataria de uma construção triabsidada e que estuques pintados ornamentavam as paredes daquele edifício, conformando a cabeceira de uma basílica paleocristã (VAZ, 1989, pp. 4-5). As três absides encontravam-se em diferentes estados de conservação, pelo que apenas a do lado oriental estava completa. Ainda no que se refere aos arcos ultrapassados, J. L. Inês Vaz refere que os mesmos terminavam em degrau feito através de silhares almofadados reaproveitados de antigas construções (VAZ, 1989, p. 5).

A estrutura absidada encontrava-se fechada dos lados sul e oeste por um muro construído com muitos blocos de pedra reutilizados e que tinha uma largura de 60 cm, os quais o arqueólogo supôs serem ainda anteriores à antiga Casa da Guarda (VAZ, 1989, p. 5). O muro do lado norte, imediatamente abaixo da Varanda dos Cónegos e bem destacado da restante construção (Anexo II: Figura IV.1.9), aparentou também a J. L. Inês Vaz tratar-se de uma estrutura anterior devido à distinção de aparelho empregue (VAZ, 1989, p. 5) (Figuras 6 e 7). Um outro muro, com uma orientação nordeste-sudoeste, assentava sobre um pavimento de lajes constituído por silhares almofadados e pedras lisas. O arqueólogo interpretou-o como um local onde se derramavam líquidos no interior do edifício em época romana, uma vez que ao lajeado *“vem dar um pequeno orifício aberto sob uma pedra e que deveria servir para escoar líquidos”* (VAZ, 1989, p. 6).



Figura 6 - Muro norte, sob a Varanda dos Cónegos. Secção mais a oeste do muro (Fotografia de J. L. Inês Vaz. Arquivo PAV).

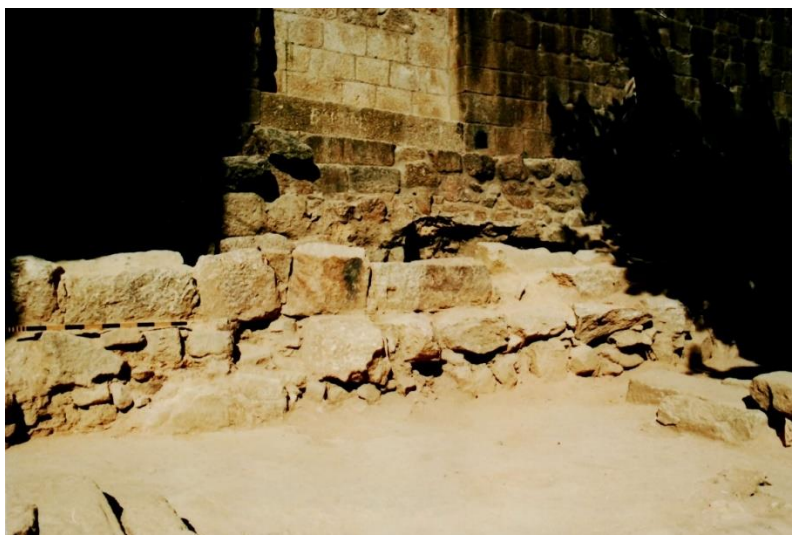


Figura 7 - Muro norte, sob a Varanda dos Cónegos. Secção mais a este do muro (Fotografia de J. L. Inês Vaz. Arquivo PAV).

O conjunto de materiais arqueológicos recolhidos foi relativamente limitado, tendo sido recuperadas duas moedas romanas (datadas por J. L. Inês Vaz do século III), fragmentos de TSSG, cerâmica comum romana, medieval e moderna, *tegulae*, *imbrices*, tijoleiras, além dos estuques ornamentais (VAZ, 1989, p. 6). Infelizmente, as moedas romanas que J. L. Inês Vaz diz ter recolhido não se encontram em depósito no PAV junto com os restantes espólios. Dessa forma, não foi possível realizar a análise dos numismas referidos, nomeadamente para a sua aferição cronológica, uma vez que não se conhece o seu paradeiro. Os registos que sobreviveram destas moedas são as fotografias que o arqueólogo tirou às mesmas, algumas com uma legenda indicativa do número de recolha. Desafortunadamente, não existem fotografias cuja legenda indique tratar-se de nenhuma das duas moedas recolhidas nesta campanha.

J. L. Inês Vaz conclui o relatório da primeira campanha de escavação afirmando que o morro da cidade foi habitado na época do domínio romano, pelo menos desde o século I (VAZ, 1989, p. 6). Questiona, no entanto, a datação da estrutura absidada: *“Os arcos são, sem sombra de dúvidas, pós-romanos. Mas, visigóticos ou árabes? Se as cores utilizadas nos frescos são iguais às usadas nas basílicas, baptistérios e igrejas paleocristãs, a forma dos arcos pode ser árabe”* (VAZ, 1989, p. 6). Ainda assim, o arqueólogo defendeu que esta era uma premissa longe de ser definitiva e que mais

respostas só seriam possíveis com a continuação dos trabalhos arqueológicos (Anexo II: Figura IV.1.10).

A intervenção na Rua das Ameias foi retomada em agosto de 1989, sob a direção do mesmo arqueólogo e co-responsabilidade da arqueóloga Ivone Pedro. Esta campanha de escavação tinha como principal objetivo a definição do edifício de tripla abside identificado na campanha anterior, bem como *“levar a escavação à rocha para ver até que período se poderia recuar a História de Viseu”* (VAZ, 1990, p. 1).

A escavação desenvolveu-se respeitando as quadrículas marcadas na campanha anterior, mantendo-se os mesmos seis quadrados de 3 x 3 metros e um testemunho de 1 metro entre eles. É só neste segundo relatório que J. L. Inês Vaz menciona que o método de intervenção adotado foi o da escavação por camadas artificiais (VAZ, 1990, p. 1), uma vez que no relatório de 1988 não há qualquer referência a camadas estratigráficas. Porventura porque, como o arqueólogo afirmou, não havia uma estratigrafia fiável, esperando obtê-la quando o pavimento romano fosse removido (VAZ, 1990, p. 1). Antes da desmontagem dos testemunhos no final da escavação, foram desenhados todos os perfis obtidos, segundo o que indicou J. L. Inês Vaz no relatório (VAZ, 1990, p. 1). Ora, no relatório desta campanha de escavação consta o desenho de dois perfis nos quais as informações acerca da sua georreferenciação são muito esparsas e, por isso, nada acrescentam para o conhecimento da sequência estratigráfica do sítio.

Os trabalhos começaram pela remoção do muro da Casa da Guarda, dada a sua *“inutilidade”* para a compreensão do espaço (VAZ, 1990, p. 3) (Figura 8). A sua desmontagem pôs a descoberto um pavimento, bem como um lajeado que suportava uma torre no canto noroeste, nas quadrículas A e B (Figuras 8 e 9).

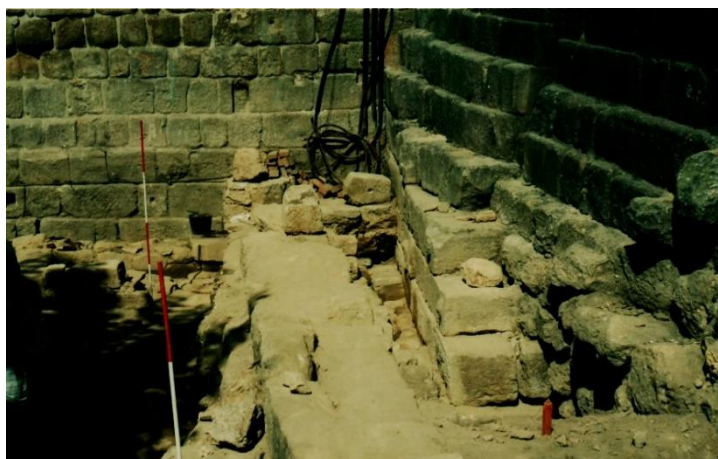


Figura 8 - Remoção do muro da Casa da Guarda (Fotografia de J. L. Inês Vaz. Arquivo PAV).



Figura 9 - Lajeado identificado no Quadrado A, no canto noroeste da área de escavação (Fotografia de J. L. Inês Vaz. Arquivo PAV).

De acordo com o arqueólogo, esta torre seria provavelmente islâmica e foi integrada na muralha posterior (VAZ, 1990, p. 3). Da análise das fichas de campo, verifica-se que, em primeiro lugar, o arqueólogo optou por uma nova nomenclatura para as quadrículas, deixando de as designar por “Sondagens” numéricas e passando a atribuir “Quadrados” alfabéticos. Por outro lado, J. L. Inês Vaz nada adiantou sobre as razões que o levaram a intuir uma torre islâmica no canto noroeste, se foi pelo tipo de construção do lajeado, se foi a partir de materiais arqueológicos específicos. Se a sua hipótese se baseou nos materiais arqueológicos, os mesmos não constam da coleção cerâmica da Rua das Ameias.

Apesar da intenção de levantar o pavimento romano, tal ação não se concretizou nessa campanha. Optou-se por escavar os alicerces exteriores do edifício absidado, assim como uma parte do Quadrado E onde o pavimento se encontrava já destruído (VAZ, 1990, p. 3) (Figura 10).

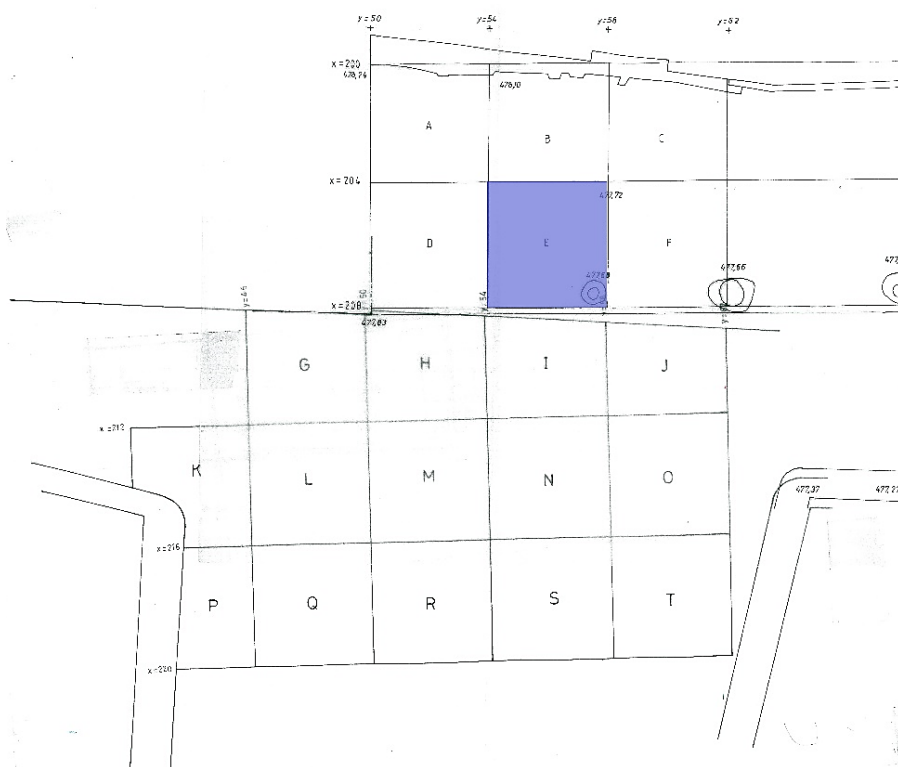


Figura 10 - Localização do Quadrado E na área de escavação (Arquivo PAV, adaptada).

A escavação das quadrículas D e E relevaram um pavimento em *opus signinum*³, o qual avançava em direção à Praça D. Duarte. Tal levou J. L. Inês Vaz a deduzir que a dita basílica paleocristã foi construída por cima de edifícios romanos ali existentes e que deles se retiraram os materiais para a sua construção (VAZ, 1990, p. 3) (Anexo II: Figura IV.1.11). Para o autor, a identificação de um silhar almofadado colocado verticalmente sobre uma base de coluna na esquina sudoeste do edifício vinha comprovar a reutilização de elementos arquitetónicos pertencentes ao *forum* romano ou a um templo (VAZ, 1990, p. 3) (Anexo II: Figura IV.1.12).

³ Tomou-se como opção para uma melhor compreensão do leitor designar este pavimento de “Opus 2”, de modo a distingui-lo do piso de *opus signinum* que pavimentava o próprio edifício absidado (“Opus 1”).

Além dos vestígios anteriormente referidos que apontavam, na opinião do arqueólogo, para a existência de uma igreja paleocristã, J. L. Inês Vaz menciona o surgimento “*da sapata de assentamento do altar*” na área da abside central, tratando-se do local onde se realizavam as cerimónias religiosas (VAZ, 1990, p. 3). Ainda que o arqueólogo não tenha procedido à caracterização desta base de altar, sabe-se, através dos registos fotográficos, que se tratava apenas de um negativo no pavimento (Anexo II: Figura IV.1.13).

No que aos materiais arqueológicos concerne, o arqueólogo ressalva-se sempre pelo remeximento da estratigrafia e pela mistura de materiais de várias épocas, pelo que lhe foi impossível apurar uma relação entre os materiais arqueológicos e as estruturas identificadas (VAZ, 1990, p. 4). Entre a panóplia de espólio, a maior parte foi cerâmica. Recuperaram-se fragmentos de TSSG, incluindo marmoreada, cerâmica de paredes finas e cerâmica comum romana e medieval. De significativa importância no conjunto dos espólios medievais foi a recolha de fragmentos de cerâmica cinzenta estampilhada, para os quais o arqueólogo não soube discernir a sua datação, mas cujas estampilhas lhe faziam lembrar as da Idade do Ferro alentejana (VAZ, 1990, p. 4). Foram ainda recolhidas mais duas moedas romanas, datadas por J. L. Inês Vaz do século IV, e um fragmento de uma taça em bronze (VAZ, 1990, p. 4). É de ressaltar novamente que não foi possível ter acesso ao espólio numismático, porque o mesmo se encontra desaparecido e não integra a restante coleção da Rua das Ameias depositada no PAV. As fotografias tiradas às moedas recolhidas durante a escavação não têm qualquer indicação escrita de que se tratem dos dois numismas em questão.

A campanha do ano seguinte, realizada ininterruptamente entre julho e agosto de 1990 e finalizada no mês de novembro, desenvolveu-se com o intuito de obter elementos datantes seguros para o edifício, nomeadamente através do levantamento do pavimento em *opus signinum* (*Opus* 1) situado na abside central (Anexo II: Figura IV.1.14). A eleição do arco central, situado entre os quadrados B e E, deveu-se à sua destruição parcial aquando da abertura de um poço em 1934 (VAZ, 1990, p. 5). A adicionar, também se planeou um corte no Quadrado A que abrangesse a vala de fundação da designada “torre árabe” e os níveis sob o mesmo pavimento (VAZ, 1990, p. 5) (Anexo II: Figura IV.1.15).

A escavação tomou a quadriculagem traçada nas campanhas anteriores – ou seja, quadrados de 3 x 3 metros e um testemunho de 1 metro entre eles -, mantendo-se igualmente a denominação alfabética das quadrículas. Segundo os objetivos estabelecidos, o pavimento da abside central foi cortado em placas com recurso a rebarbadora, de modo a que fosse repostado posteriormente no local de origem (VAZ, 1991, p. 3). Cada placa recebeu uma camada de cola para evitar a sua fratura e sabe-se, através do registo fotográfico, que cada uma foi numerada para facilitar a sua recolocação. As placas, ou pelo menos algumas delas, encontram-se ainda hoje em depósito no PAV e nunca foram repostas como inicialmente J. L. Inês Vaz tinha previsto.

A remoção do *opus signinum* 1 na abside central permitiu verificar que existia um outro pavimento de terra batida, no qual foram abertos dois silos que continham apenas cerâmica de construção (VAZ, 1991, p. 3) (Anexo II: Figura IV.1.16). De acordo com o relatório produzido pelo arqueólogo, todas as camadas por baixo do *Opus* 1 eram estratos de enchimento estratigraficamente bem definidos. O relatório citado é distinto dos relativos às campanhas anteriores, no sentido em que existe, pela primeira vez, uma descrição da sequência estratigráfica, ainda que muito sucinta e superficial:

“Imediatamente abaixo do pavimento em opus signinum [Opus 1] havia uma fina camada de terra compacta que parece ter sido compactada propositadamente para sobre ela se lançar o opus.

Abaixo desta, uma camada ligeiramente mais grossa constituída por terra misturada com alguns carvões.

Um terceiro estrato era constituído por uma grossa camada de terra e areão à mistura com muitos fragmentos cerâmicos e restos metálicos.

Abaixo, uma camada de terra castanha sem qualquer material e baixo o saibro natural. A camada de terra castanha sem material deverá corresponder ao nível do solo na época romana, antes de ali existir qualquer construção.

As primeiras camadas, apesar de uma estratigrafia mais ou menos nítida, correspondem a camadas de enchimento como preparação do terreno para a construção da basílica” (VAZ, 1991, pp. 3-4).

Perante a descrição, fica a dúvida sobre o plano artificial a que corresponde o *opus signinum* 1 e sobre aqueles que foram atribuídos aos níveis de enchimento por baixo do pavimento. A interpretação que se faz da intervenção arqueológica e da sequência ocupacional do sítio vê-se dificultada pela leveza como é feita a descrição da sucessão estratigráfica. A referência ao *Opus* 1, que pavimentava o solo do edifício absidado, é a única pista para rastrear os conjuntos artefactuais associados aos planos artificiais inferiores ao pavimento. A análise do espólio desenvolvida nesta tese de doutoramento permitiu associar às camadas inferiores do *Opus* 1 fragmentos de TSI, TSSG, cerâmica cinzenta fina do século I d.C., TSH e TSHT, bem como cerâmica tardo-romana pintada e decorada com incisões onduladas. Ou seja, são estratos arqueológicos que genericamente se podem datar, através dos materiais cerâmicos, entre os séculos I e V d.C.

No decurso da escavação, a planta do edifício absidado foi-se tornando mais clara (Figura 11). Pôs-se a descoberto o alicerce do semicírculo central virado à Praça D. Duarte, incluindo a face interna, o qual tinha a mesma profundidade que as paredes laterais (VAZ, 1991, p. 3).



Figura 11 - Aspeto da escavação no final da campanha de 1990 (Fotografia de J. L. Inês Vaz. Arquivo PAV).

O corte que se fez no Quadrado A - designado de “Corte 2” - revelou que não havia qualquer relação entre o muro do canto sudoeste, que reaproveitou a imposta de um edifício anterior, e a “torre construída em época árabe”, uma vez que esta última não tinha qualquer alicerce (VAZ, 1991, p. 3). Para J. L. Inês Vaz, a ausência dos alicerces de fundação da dita torre demonstrava a sua rápida construção (VAZ, 1991, p. 3), hipótese para a qual o arqueólogo não apresenta qualquer justificação ou uma interpretação para essa necessidade. Mesmo quando a cidade foi tomada de ataque por D. Afonso V de Leão em 1028, o assalto não teria sido antecipado com tal rapidez que levasse as autoridades muçulmanas a construir apressadamente uma fortificação.

Através do Corte 2 comprovou-se igualmente que o edifício absidado se prolongava para o adro da Sé, visto que o muro lateral presente no Quadrado A continuava por baixo da “torre” (VAZ, 1991, p. 3).

Os espólios cerâmicos constituíram o núcleo principal de materiais arqueológicos recolhidos, quantitativamente mais representados por cerâmica comum e de construção. Obtiveram-se também fragmentos de TSSG e TSH, estimando-se uma cronologia entre os séculos I e IV (VAZ, 1991, p. 4). Grande parte dos restos metálicos, muito oxidados, não permitiram qualquer reconstituição formal ou funcional, mas identificaram-se ainda assim nove moedas romanas (VAZ, 1991, p. 4). Como já se teve oportunidade de referir, não se conhece o paradeiro do espólio numismático, pelo que não foi possível fazer a sua análise. O que resta é o registo fotográfico de sete moedas que se sabem terem sido recolhidas nesta campanha porque a sua legenda é indicativa disso. No entanto, a qualidade das imagens e o estado de conservação dos numismas não permitem realizar uma leitura sobre os mesmos e aferir a cronologia das cunhagens (Anexo II: Figura IV.1.17).

J. L. Inês Vaz deu como concluídos os trabalhos arqueológicos na zona da “basílica paleocristã de Viseu”. Não obstante, o arqueólogo esclareceu que o conhecimento integral do edifício só seria granjeado com a abertura de novas áreas de escavação na Praça D. Duarte e no adro da Sé. Estavam programadas obras de arranjo do pavimento da Praça, por ocasião das comemorações do VI Centenário do nascimento de D. Duarte, o que justificava mais uma campanha de escavações com foco nessa zona. Justificava-o

também o facto de se ter constatado que o pavimento em *opus signinum* (*Opus 2*) avançava em direção à Praça D. Duarte (VAZ, 1991, p. 5). A abertura de três quadrículas no adro da Sé foi uma hipótese que o arqueólogo também chegou a considerar, mas prevendo-a de difícil execução, devido ao tempo que lhe ia levar a escavação da Praça D. Duarte e o processamento dos seus materiais (VAZ, 1991, p. 5).

No Verão de 1991 realizou-se a última campanha de escavação na Praça D. Duarte, que decorreu entre os meses de julho e setembro. A área de escavação compreendeu o espaço entre o passeio da Rua das Ameias e a estátua do Rei D. Duarte (Anexo II: Figura IV.1.18). Segundo o relatório produzido no final dessa campanha, a área foi marcada com quadrículas de 3.5 metros, com o testemunho de 1 metro entre cada uma, mantendo-se o método de escavação por camadas artificiais (VAZ, 1992a, pp. 2-3) (Anexo II: Figura IV.1.19).

As primeiras quadrículas intervencionadas – H e I – revelaram que os estratos superiores apresentavam o mesmo nível de remeximento que já se tinha constatado nos quadrados anteriormente escavados (Figura 12).

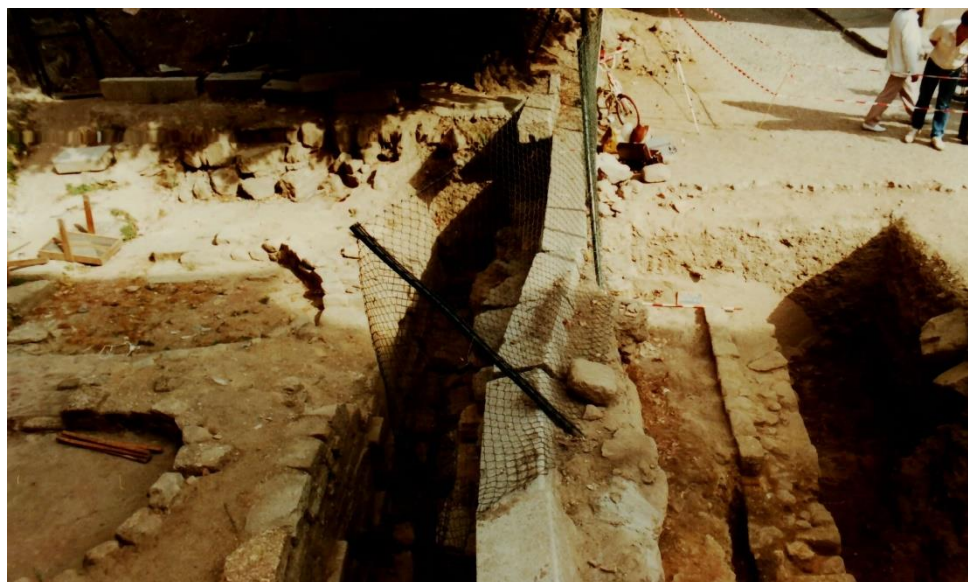


Figura 12 - Escavação dos níveis superiores dos Quadrados H e I (Fotografia de J. L. Inês Vaz. Arquivo PAV).

J. L. Inês Vaz defendeu então que tal se devia à existência de uma necrópole, cuja implantação impeliu à movimentação de terras no local (VAZ, 1992a, p. 3). Nas

quadrículas H e I foi identificado um muro que, atravessando os dois quadrados, terminava num afloramento situado no lado este (Anexo II: Figura IV.1.20). Na opinião do arqueólogo, o Muro H-I criava uma separação entre a “basílica” e a necrópole (VAZ, 1992a, p. 3). O pavimento romano em *opus signinum* (*Opus 2*), identificado nas campanhas precedentes, passava justamente por baixo deste muro, o que levou J. L. Inês Vaz a assumir a anterioridade do *Opus 2* em relação ao Muro H-I, ao edifício absidado e à necrópole (VAZ, 1992a, p. 3) (Anexo II: Figuras IV.1.21, IV.1.22 e IV.1.23).

A existência de uma necrópole em frente ao Muro H-I foi documentada pela identificação de quatro sepulturas nas quadrículas N e O, ocupando assim um espaço bastante circunscrito (VAZ, 1992a, p. 4). Três dos enterramentos ainda continham restos humanos completos, mas não tinham quaisquer espólios no interior da sepultura. As sepulturas foram abertas na terra e delimitadas lateralmente por blocos de pedra, apresentando também lajes de cobertura em número variável (VAZ, 1992a, p. 4) (Anexo II: Figuras IV.1.24, IV.1.25, IV.1.26, IV.1.27 e IV.1.28).

J. L. Inês Vaz acreditava que a escavação das quadrículas M, N e O foram fundamentais para a compreensão não só da estratigrafia, mas também da ocupação paleocristã deste espaço. No que à estratigrafia diz respeito, o arqueólogo dedicou-lhe apenas algumas linhas, descrevendo-a de forma muito sucinta, à semelhança do que escreveu no relatório da campanha anterior:

“Com efeito, na quadrícula N começou por aparecer uma grossa camada de terra negra escura com muito carvão à mistura. Imediatamente abaixo desta camada, um estrato de restos de construção, telhas e ímbrices.

Finalmente, por baixo desta camada de restos de construção, duas sepulturas que se estendiam, ligeiramente para baixo do testemunho entre as Quadrículas N e M.

Sob o testemunho das quadrículas N e O aparecia mais uma sepultura que só viria a ser totalmente descoberta quando se destruiu aquele testemunho” (VAZ, 1992a, pp. 3-4).

Mais uma vez, esta informação é insuficiente para perceber se cada camada descrita corresponde a um plano artificial, quais são os planos artificiais mencionados e que materiais arqueológicos foram recolhidos em cada um desses planos para que o arqueólogo lhes tivesse atribuído uma cronologia paleocristã.

Adicionalmente foram abertos os quadrados R, S e T, de modo a averiguar se a necrópole se prolongava a essas quadrículas, o que não se verificou.



Figura 13 - Localização dos Quadrados R, S e T na área de escavação (Arquivo PAV, adaptada).

A escavação do Quadrado T revelou a presença de uma calçada, feita através de granitos de pequena e média dimensão (VAZ, 1992a, p. 4), e cujas função e datação não foram possíveis de discernir pelo arqueólogo (Anexo II: Figura IV.1.29).

Além dos restos osteológicos exumados do interior das sepulturas, o conjunto de materiais arqueológicos foi maioritariamente cerâmico, datável de diversas épocas. Também foram recolhidas algumas moedas romanas, quase todas de época tardia, segundo adiantou J. L. Inês Vaz (VAZ, 1992a, p. 4). À semelhança das moedas que apareceram nas campanhas de escavação anteriores, estas também não se encontram com a restante coleção artefactual depositada no PAV. O registo fotográfico que o arqueólogo produziu das moedas inclui fotografias de seis numismas, mas a qualidade

das imagens e o estado de conservação das peças não permite uma leitura sobre as mesmas ou a sua aferição cronológica (Anexo II: Figura IV.1.30).

Concluída a escavação, J. L. Inês Vaz assumiu que *“Se algumas dúvidas houvesse..., a basílica teria sido construída com a necrópole situada em frente (...)”* (VAZ, 1992a, p. 5) (Anexo II: Figura IV.1.31). O escasso número de sepulturas descobertas também levou o arqueólogo a pensar que a necrópole foi utilizada durante um curto espaço de tempo, uma vez que a área dos enterramentos era muito circunscrita (VAZ, 1992a, p. 5). Segundo o arqueólogo, o edifício absidado foi destruído e os blocos pétreos da sua estrutura teriam sido reaproveitados na construção de um edifício que foi integrado na parede da Sé (VAZ, 1992a, p. 5). Apenas deduzimos que o arqueólogo se deve referir à estrutura que denominou de “torre árabe”, uma vez que não o deixa explanado. Para J. L. Inês Vaz, os níveis associados à destruição da “basílica”, que se materializavam através da *“grossa camada de terra negra escura com muito carvão à mistura”*, reportavam a um dos incêndios aos quais as crónicas viseenses fazem menção (VAZ, 1992a, p. 5). O autor não é, contudo, explícito quanto às crónicas e aos incêndios a que se refere, nem qual é a cronologia desses acontecimentos. Não existe qualquer informação sobre a fonte que utilizou para defender esta ordem de pensamento e é por isso, a nosso ver, uma ideia pouco precisa e até incompreensível.

A importância da intervenção levou o arqueólogo a traçar uma série de medidas de proteção do local. Entre as medidas propostas no relatório da campanha de 1991, apelou-se à necessidade de se conservarem os restos associados à basílica e à necrópole (VAZ, 1992a, pp. 5-7). Num memorando que J. L. Inês Vaz redigiu em 1992, o autor sugeriu que os muros da basílica fossem reconstruídos com uma altura de 0.50 m ou 1 m e que toda a estrutura ficasse exposta, cercada apenas por uma vedação. Propôs também que as sepulturas fossem levantadas e colocadas junto à basílica, razão pela qual depreendemos, através da análise das fotografias daquele ano, que se tenha marcado numericamente os blocos de pedra que as constituíam. Pretendia-se igualmente que as pedras correspondentes aos alicerces da Casa da Guarda fossem removidas para pôr à vista o pavimento romano na sua totalidade (VAZ, 1992b, p. 5) (Anexo II: Figura IV.1.32).

O esboço do projeto não passou do papel, já que toda a área acabou por ser tapada com as mesmas terras retiradas durante a escavação, sem que se tivesse grandes preocupações (VAZ, 1992a, p. 6), inclusivamente com o acondicionamento das estruturas antes da reposição da terra. Não obstante, a memória do sítio e desta emblemática escavação mantêm-se presentes. Atualmente, o edifício absidado encontra-se assinalado na calçada que pavimenta o local, tendo-se destacado a forma das absides através de cubos de granito mais claros e de maior dimensão (Figura 14).

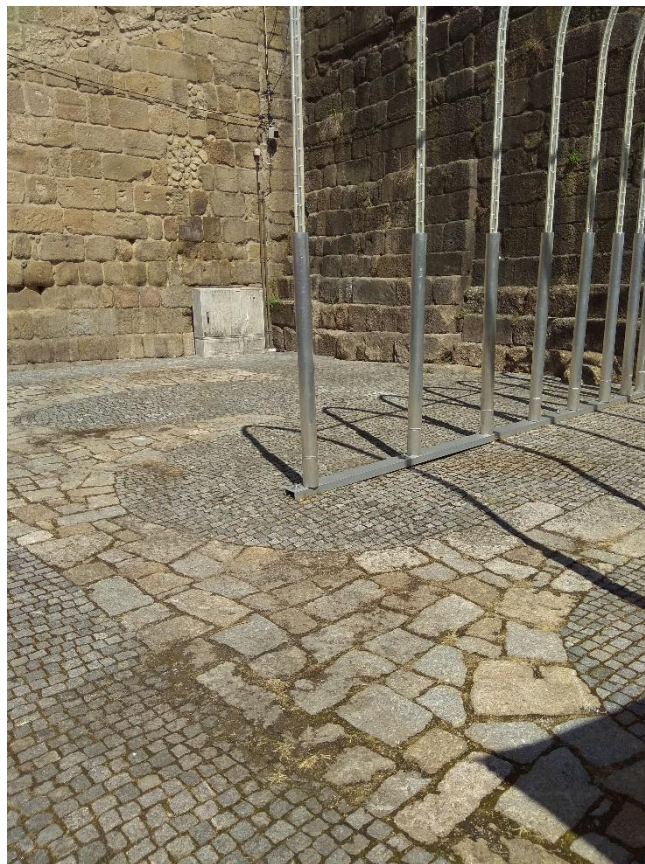


Figura 14 - Calçada que assinala atualmente o edifício absidado identificado na Rua das Ameias (Fotografia da autora, 2021).

Em 1997, o Instituto Português de Arqueologia (IPA) atribuiu uma verba a J. L. Inês Vaz para a realização de uma datação por *accelerator mass spectrometer* (AMS) de uma amostra de matéria orgânica recolhida nas escavações. No pedido que J. L. Inês Vaz submeteu à tutela, o arqueólogo referiu que havia entregue quatro amostras de carvões para análises por radiocarbono, mas cujos resultados se revelaram, na sua opinião, contraditórios, datando entre os séculos VII a.C. e VIII d.C.. Não foram apresentados por

ele os resultados efetivos dessas datações referidas no pedido e não existe, na sua documentação, nenhuma menção às mesmas. No Instituto Tecnológico e Nuclear (ITN)⁴ apenas existem dois registos de amostras provenientes da Rua das Ameias/Praça D. Duarte e outras duas do povoado do Monte de Santa Luzia, também escavado por J. L. Inês Vaz. A informação obtida indica que uma das amostras da Rua das Ameias/Praça D. Duarte foi destruída, sendo que apenas foi possível datar uma amostra. É possível que possa ter ocorrido uma confusão entre a proveniência das amostras e que os resultados obtidos, bem como a referência feita por J. L. Inês Vaz no seu pedido, se referiram às amostras do Monte de Santa Luzia. Para além destas incertezas, a que acresce a dúvida do nível em que foi recolhida a amostra datada, deve mencionar-se ainda que não há qualquer identificação da espécie a que pertencia a amostra. Ou seja, não é possível saber se se tratava de restos carbonizados de espécies de longa ou de curta vida, o que condiciona uma melhor leitura da datação.

Perante a confusão de datas (aparentemente entre a Rua das Ameias/Praça D. Duarte), J. L. Inês Vaz redige à tutela o pedido já referido, de modo a obter apoio para mais uma datação, desta feita sobre um osso de um dos esqueletos exumados na área da necrópole. Essa datação feita por AMS foi feita nos laboratórios do Beta Analytic, em Miami, em setembro de 1998. O relatório produzido pelo laboratório, cedido por J. L. Inês Vaz a Catarina Tente, revelou os seguintes resultados: 1020 ± 40 BP, cal AD com uma probabilidade de 75.3% de recair entre 940 e 1006 d.C. (TENTE, 2016b, p. 111).

Os restos humanos recuperados das três sepulturas, durante a campanha de 1991, foram, como indica o relatório da escavação desse ano, levantados por técnicos do Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra (VAZ, 1992a, p. 4). Não se sabe se se procedeu a uma observação antropológica preliminar dos esqueletos durante a sua escavação, uma vez que tal não está referido no mesmo relatório, nem constam fichas antropológicas no registo da escavação. No entanto, sabe-se, através de um artigo publicado por Ivone Pedro e J. L. Inês Vaz, que se tratavam de dois indivíduos do sexo masculino e outro do sexo feminino (PEDRO e VAZ, 1995, p. 345).

⁴ Informação pessoal do Eng. Monge Soares a Catarina Tente, em 2021.

No âmbito do projeto *E/CAM* (2013-2015), a antropóloga Francisca Alves Cardoso do CRIA/NOVA FCSH procedeu a uma reavaliação dos restos osteológicos da Praça D. Duarte. Apesar de os resultados desse estudo preliminar não se encontrarem publicados, a análise que fez dos ossos permitiu-lhe traçar o seu perfil biológico, com resultados distintos daqueles publicados pelos arqueólogos em 1995. Segundo dados fornecidos pessoalmente por Francisca Alves Cardoso, as três sepulturas continham um número mínimo de indivíduos de 3. Na Sepultura 1 identificou-se um indivíduo adulto, do sexo feminino. A observação do registo fotográfico e do desenho de campo realizado durante a escavação mostrou que o indivíduo foi colocado em decúbito dorsal com os membros superiores sobre o peito (Anexo II: Figuras IV.1.26).

Na Sepultura 2 estava depositado um indivíduo jovem, provavelmente feminino, cujas vértebras apresentavam sinais de fratura do tipo “ramo verde”, ou seja, de um traumatismo em que o osso não se partiu integralmente. Este é um tipo de fratura que apenas se observa normalmente em jovens. Se essa foi a causa da morte é uma questão que Francisca Alves Cardoso não pôde esclarecer através da análise macroscópica que realizou. As fotografias e o desenho de campo relativos ao enterramento da Sepultura 2 retratam o indivíduo colocado em decúbito lateral. A primeira leitura é aquela que é mais aliciante fazer é a de que se trata de um enterramento islâmico, já que as normativas divinas para a inumação de indivíduos que professavam o Corão incitavam à deposição dos corpos sobre o seu lado direito, com as pernas fletidas, os braços colocados sobre a pélvis e a face virada a Meca. Os defuntos deviam estar assim orientados no eixo SO-NE e com as faces a olhar para sudeste (LÓPEZ QUIROGA, 2010, p. 282). Ora, a Sepultura 2 e o indivíduo no seu interior encontravam-se orientados segundo os cânones cristãos, no eixo E-O, o que enfraquece essa hipótese. A nosso ver, nada parece justificar a presença de um indivíduo muçulmano naquela necrópole, mas não é de todo descabido pensar que, no século XI, vivessem comunidades islâmicas em Viseu. Parece mais provável que esta inumação, em decúbito lateral, corresponda à adaptação do corpo a uma sepultura pré-existente, julgando pela flexão do membro inferior direito e pelo justo encaixe dos dois pés. Se se observar com maior atenção o desenho deste enterramento, constata-se que o indivíduo era grande demais para a sepultura (Anexo II: Figura IV.1.28).

Na Sepultura 3 detetou-se o indivíduo mais completo a julgar pelas peças ósseas analisadas. Tratava-se do único indivíduo do sexo masculino e também do mais jovem entre os três. Segundo o que está ilustrado no registo arqueológico desta sepultura, o indivíduo foi depositado em decúbito dorsal com as mãos pousadas sobre a bacia (Anexo II: Figura IV.1.27).

O projeto *EICAM* também incluiu a análise de isótopos sobre amostras de costelas dos três indivíduos. Os resultados, contudo, não foram ainda disponibilizados porque não há ainda termos de referência para comparação com outros indivíduos e porque não foi efetuada ainda qualquer interpretação dos mesmos.

4.1.1. O estudo da intervenção da Rua das Ameias/Praça D. Duarte

Como se foi indicando na descrição dos trabalhos arqueológicos da Rua das Ameias/Praça D. Duarte, verificaram-se algumas dificuldades ao estudo do sítio para a tese de doutoramento que aqui se apresenta, muitas delas inerentes à própria escavação e à forma como a mesma foi conduzida.

Um dos problemas mais gritantes foi a adoção do método de escavação por camadas artificiais, ou seja, em que a estratigrafia é definida por camadas com uma espessura pré-definida pelo arqueólogo. Tal corresponde, a nosso ver, a uma metodologia que não permite perceber totalmente a disposição diacrónica das estruturas e dos objetos e que, no fundo, é o que dá sentido à sequência ocupacional daquele espaço. Ao seu tempo, este método provavelmente faria sentido a J. L. Inês Vaz e seria aquele que lhe possibilitaria a compreensão do sítio. Apesar disso, as dificuldades que se colocam no estudo desta escavação devem-se também ao facto de não existirem contextos arqueológicos estratigrafados, de não se ter feito qualquer registo da potência de cada camada artificial e de se desconhecer se a mesma foi constante nas diferentes campanhas.

Outro problema que complica igualmente reconstituir esta intervenção é a inconsistência do registo arqueológico disponível, uma vez que o mesmo foi-se alterando ao longo da intervenção (Anexo III: Tabela 1).

No início da escavação, em 1988, apenas foram realizadas sondagens arqueológica. Os seus quadrados foram designados Sondagem 1, 2, 2a e 3a e, simultaneamente, designados como Quadrados 1 e 2. Podemos apenas supor uma correspondência entre estas duas nomenclaturas, mas com muitas reservas.

Já em 1989, optou-se por atribuir letras aos quadrados, pelo que há menção aos Quadrados A, B, C, D, E e F. Podemos apenas supor que os quadrados A, B e C tenham correspondência às anteriores Sondagens 1, 2 e 3, bem como aos Quadrados 1 e 2. Não temos, porém, forma de o confirmar. Existe também a referência a cortes dentro dos mesmos quadrados (*“Quad. F, Corte A”*), mas face à raridade dos desenhos não é possível determinar se se tratam de cortes estratigráficos ou de um plano artificial desse quadrado. Também se regista, por exemplo, *“Quad. D. Entre a torre e o muro (abaixo da camada de pedras)”* sem que seja possível saber a que plano artificial é que a descrição corresponde.

As inconsistências continuam em 1990, em que diferentes números de recolha estão registados como *“Pavimento romano derrubado”*, *“Derrube do pavimento romano”*, *“Sobre o pavimento romano”*, *“Alicerce do círculo”*, *“Destruição da base do círculo”* sem que haja correspondência a um quadrado, nível artificial ou cota de profundidade. Além disso, nesta campanha de escavação optou-se por designar os quadrados por Cortes 1, 2 e 3, havendo agora referência aos planos 1 a 11.

Em 1991, o registo passa a ser mais coerente, pelo que um número de recolha faz referência a um quadrado e a um plano artificial nesse quadrado (p.e. N.º de recolha 300: *“Quad. H. Em cima do Plano 1”*). Neste ano foram escavados os Quadrados H, I, M, N, O, R, S, T e Y.

Os problemas inerentes à própria escavação e ao registo dos materiais arqueológicos que se têm vindo a apontar dificultam o entendimento da ocupação daquele espaço e da sua sequência diacrónica. Essas dificuldades prendem-se, por um lado, com a

inconsistência e insuficiência do registo de campo, que designou de forma diferente as quadrículas de escavação em todas as campanhas e que omitiu qualquer informação altimétrica dos planos artificiais escavados. Por outro lado, no que concerne aos materiais arqueológicos, o inventário da coleção arqueológica feito no âmbito desta tese permitiu detetar: materiais dos quais se desconhece a sua proveniência; erros no registo das datas de recolha dos materiais; a repetição de números de recolha; planos artificiais com mais do que um número de recolha; tipos cerâmicos que não concordam com as descrições dos números de recolha; números de recolha para os quais não existem materiais arqueológicos na coleção; e, por fim, o desaparecimento de materiais, nomeadamente das moedas.

De modo a que todas estas incongruências não colocassem um entrave à investigação, procurou-se, por meios certamente menos convencionais mas mais criativos, aplicar um método que tornasse possível reconstituir a sequência temporal da escavação arqueológica. Para o concretizar foi preciso, em primeiro lugar, cruzar todo o arquivo fotográfico, os relatórios, os desenhos e as fichas de campo produzidos pelo arqueólogo para fazer coincidir áreas de escavação em cada uma das campanhas.

Cada ficha de registo apresenta um campo para registar a data da recolha, o que pressupõe que haja uma sequência temporal na escavação de cada quadrado, de cada plano artificial nesse quadrado e na atribuição dos números de recolha. A escavação de um novo plano, no mesmo dia ou nos dias subsequentes, resulta num novo número de recolha, atribuído de forma ascendente. Tentou-se, sempre que possível, fazer coincidir os quadrados das campanhas de 1988, 1989 e 1990, quando a escavação esteve circunscrita à área da Rua das Ameias. Uma vez que em 1991 a escavação se limitou à Praça D. Duarte, foram necessariamente marcados novos quadrados.

O cruzamento do arquivo fotográfico, dos relatórios, dos desenhos e das fichas de campo fizeram supor as correspondências apresentadas na Tabela 3.

1988	1989	1990
Sondagem 1/Quadrado 1	Quadrados A-B	Corte 1
Sondagem 2	Quadrados B-E ou E	
Sondagem 3	Quadrado F	
	Quadrado A	Corte 2
	Quadrados B-E	Corte 3

Tabela 3 - Correspondências entre as nomenclaturas atribuídas à malha de escavação durante as três campanhas.

A Sondagem 1, aberta em 1988, estava localizada “no extremo ocidental da esplanada”, o que corresponde aos Quadrados A-B (1989) e ao Corte 1 (1990). O Corte 1 coincide com o Quadrado A através do que se observou no registo fotográfico. A hipótese de o Quadrado B também integrar a Sondagem 1 de 1988 prendeu-se com a mencionada “zona de altar” e com os silos identificados depois do levantamento do pavimento de *opus signinum* (*Opus* 1), localizados no Corte 1.

A Sondagem 2, aberta em 1988, estava localizada “a meio da esplanada”, o que se pensa corresponder aos Quadrados B-E (1989) ou somente ao Quadrado E (1989) porque, segundo a planta da intervenção arqueológica, essas eram as quadrículas implantadas na zona mais central da escavação.

A Sondagem 3, de 1988, tem correspondência com o Quadrado F (1989). A Sondagem 3 não está referida no relatório, mas há fichas de campo dessa sondagem. Esta sondagem aparenta coincidir com o Quadrado F, porque as fichas de campo da Sondagem 3 referem “grandes tijoleiras” e cerâmica de construção. Ora, estas tijoleiras surgem em fotografias do absidiolo oriental, localizado no Quadrado F.

O Corte 2, referido nas fichas de campo da campanha de 1990, corresponde ao Quadrado A (1989), tal como menciona no relatório de 1990.

Avançou-se também com a hipótese de o Corte 3 (1990) corresponder aos Quadrados B-E, mas sem certeza. O relatório de 1990 refere um corte na abside central, onde se implantaram os Quadrados B-E marcados em 1989.

Existem descrições nas fichas de campo de contextos específicos da escavação ou a materiais recolhidos em determinados quadrados e que têm coincidência com o registo

fotográfico e com os relatórios. Esse facto permitiu georreferenciá-los nos quadrados de proveniência (Tabela 4).

Referência da ficha de campo	Quadrado
<i>“Zona do altar”</i>	Quadrado B
<i>“Ábside central”</i>	Quadrado E
<i>“Absidiolo ocidental”</i>	Quadrados D-E
<i>“Absidiolo oriental”</i>	Quadrado F
<i>“Buraco na abside”</i>	Quadrado E
<i>“Levantamento do opus”</i>	Quadrados B-E
<i>“Alicerce do círculo”</i>	Quadrado E
<i>“Base de coluna”</i>	Quadrado D
<i>“Muro que separa a basílica da necrópole”</i>	Quadrados H-I
<i>“Silos 1 e 2”</i>	Quadrados B-E

Tabela 4 - Correspondência entre algumas evidências identificadas na escavação e a quadrícula respetiva.

4.1.1.1. Cronoestratigrafia artificial e seleção dos planos de estudo

Com as correspondências conseguidas anteriormente, a reconstituição da sequência temporal da escavação foi obtida através de uma cronoestratigrafia artificial, ou seja, de um esquema que permitisse saber que quadrados foram escavados por dia, que planos artificiais foram escavados por dia e que tipos e classes de materiais foram recolhidos por plano. Tal foi esquematizado através de uma tabela, que teve como parâmetros as seguintes entradas:

- *Data*
- *Quadrado*
- *Nº recolha*
- *Plano artificial*
- *Descrição*
- *Bordos por plano*
- *Fundos por plano*
- *Asas por plano*
- *Bojos por plano*
- *Outros materiais por plano*
- *Cerâmica de construção por plano*
- *Tipos cerâmicos*
- *Total de NMR por plano*

Tendo em conta que os números de recolha foram atribuídos aos materiais de determinado quadrado e plano artificial, nesta tabela apenas foram incluídos materiais com número de recolha atribuído. Excluíram-se os materiais sem indicação de proveniência, uma vez que só os números de recolha possibilitavam construir uma sequência temporal. Os números de recolha são os únicos indicadores de verticalidade e sobreposição dos planos artificiais, representando potencialmente conjuntos coerentes em termos cronológicos (Anexo III: Tabela 2).

Outra finalidade desta tabela cronoestratigráfica artificial foi a de, através da contabilização dos tipos de fragmentos por plano artificial, criar interceções entre planos e avançar com uma datação relativa dessas interceções sempre que os materiais fossem cronologicamente coerentes. É importante deixar claro, mais uma vez, que não existem contextos arqueológicos estratigrafados que sirvam para estabelecer cronologias baseadas em estratigrafia ou em conjuntos coerentes bem selados.

A contabilização do NMR por plano permitiu igualmente avaliar o nível de conservação ou de disrupção das camadas estratigráficas que integravam cada plano artificial. O princípio em que se baseia o apuramento do NMR - bordos com 5 cm ou mais - pressupõe a conservação de uma parte mensurável das peças, o que pode significar uma melhor preservação do(s) plano(s) de onde foram recolhidas e a existência de planos estratigráficos mais fiáveis cronologicamente. Considera-se, no entanto, que o índice de preservação dos planos é calculado com maior fiabilidade através do índice de fratura das peças (ou *Fragmentation Index*), o qual pressupõe que, quanto maiores forem os fragmentos, melhor conservados estão os níveis estratigráficos que integram os planos artificiais. Outro indicador que está correlacionado com a preservação do nível é a capacidade de reagrupar fragmentos da mesma peça. Quantos mais fragmentos se tem da mesma peça (mesmo que não permitam colagem), melhor conservado estará o nível de proveniência. Este é um assunto que se discute com mais pormenor mais à frente neste capítulo, no ponto 4.1.2. *A coleção arqueológica*.

A seleção dos planos artificiais que foram alvos de estudo passou pelo descarte daqueles cujas fichas de campo (ou seja, números de recolha) se referiam a níveis superficiais ou à desmontagem e limpeza de perfis, bem como aos níveis que se designaram de “Em

cima do Plano 1”, que se interpretam como recolhas de superfície. Descartaram-se, assim, os números de recolha apresentados na Tabela 5.

Descrição	Números de recolha
"Superfície"	1 e 13
"Desmontagem de testemunhos"	71, 92, 98 e 319
"Limpezas de perfis"	87, 280, 331, 334, 337, 340, 342, 343, 347 e 364
"Destruição de perfis, testemunhos e/ou estruturas"	100, 273, 276, 310, 335, 341, 344, 345, 346 e 358
"Em cima do Plano 1"	251, 279, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 352 e 353

Tabela 5 - Números de recolha associados a níveis de superfície ou à desmontagem de perfis.

Excluíram-se também os números de recolha para os quais não existe qualquer informação acerca do plano artificial de proveniência ou qualquer descrição que fornecesse uma ideia sobre o local de proveniência de determinado número de recolha (Tabela 6).

Números de recolha sem qualquer descrição
3, 4, 12, 15, 17, 62, 63, 64, 66, 70, 72, 73, 74, 75, 96, 97, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 277, 278, 283, 284, 285, 318, 320 e 349

Tabela 6 - Números de recolha descartados por não apresentarem qualquer descrição.

Esta seleção previu ir ao encontro de, pelo menos, 298 níveis conservados e esperançosamente menos revolidos e com conjuntos de materiais cronologicamente coerentes.

Tendo em conta o exposto, viram-se como janelas de observação apenas alguns planos artificiais de determinados quadrados. A malha da área de escavação pode ser observada na planta produzida pelo Gabinete de História e Arqueologia da Câmara Municipal de Viseu de 1991. Pensamos que, de maior relevância ainda, são os materiais arqueológicos recolhidos dentro desses planos artificiais e que correspondem aos designados *números de recolha*. Excluindo os níveis supramencionados, escolheram-se os planos e os números de recolha dos Quadrados D e E que fazem a relação entre o edifício absidado e o muro que foi detetado nos Quadrados H e I na interceção com a Rua das Ameias, bem como os Quadrados M, N e O que georreferenciam as quatro sepulturas identificadas na Praça D. Duarte (Croqui 1). Sempre que possível, cruzaram-

se os dados do arquivo fotográfico, dos relatórios, dos desenhos e das fichas de campo produzidos pelo arqueólogo.

SUPERFÍCIE	D	E
Em cima do Plano 1		
Debaixo do Plano 1		[80] [281]
Debaixo do Plano 2		[286]
Debaixo do Plano 3		[288]
Debaixo do Plano 4		[289] [290]
Debaixo do Plano 5		[291] [292]
Debaixo do Plano 6		[293] [294]

SUPERFÍCIE	H	I
Em cima do Plano 1		
Debaixo do Plano 1	[309]	[307]
Debaixo do Plano 2	[312]	[308]
Debaixo do Plano 3	[316]	[310]?
Debaixo do Plano 4		[313]
Debaixo do Plano 5		[317] [322]

SUPERFÍCIE	M	N	O
Em cima do Plano 1			
Debaixo do Plano 2	[326]	[311]	[354] [355]
Debaixo do Plano 3	[333]	[321]	[357]
Debaixo do Plano 4		[323] [324]	
Debaixo do Plano 5		[325]	
Debaixo do Plano 6		[330]	

Croqui 1 – Sequência esquemática, em perfil, dos números de recolha por plano artificial e por quadrado selecionados para estudo.

Julgou-se um dos perfis obtidos no Quadrado D de grande importância para tentar perceber a relação entre o edifício absidado e o muro que foi detetado nos Quadrados H e I (Anexo II: Figura IV.1.33). O Quadrado D corresponde ao canto sudoeste do edifício

de três absides, onde foi identificada uma base de coluna romana reaproveitada na construção desse ângulo. Foi possível reconhecer seis números de recolha associados à escavação dos Quadrados D-E e do respetivo perfil estratigráfico, cujos materiais arqueológicos foram recolhidos na campanha de 1989; não têm, no entanto, um plano artificial atribuído (Tabela 7).

Números de recolha	Descrição
82	“Terra negra”
85	“Terra negra junto à base de coluna”
87	“Limpeza do perfil”
93	“Terra ao nível da base de coluna, de cor negra”
95	“Entre a torre e o muro”

Tabela 7 - Números de recolha associados à escavação dos Quadrados D e E.

Estes números de recolha parecem corresponder a um mesmo contexto espacial e integram tipos cerâmicos muito diversos: TSI, TSSG, cerâmica cinzenta fina do século I d.C., TSH, TSHT e cerâmica tardo-romana pintada. Esta constatação permite avançar com a hipótese de que o edifício cortou níveis romanos mais antigos, remobilizando os materiais para uma mesma camada. Tal ideia está sustentada no facto de estes materiais terem sido recuperados em camadas de terra depositadas por baixo do pavimento do Quadrado E (*Opus* 1). Segundo J. L. Inês Vaz, esta é uma ideia a considerar, visto que o pavimento em *opus signinum* (*Opus* 2) se encontrava “selado” por uma moeda de Constantino (VAZ, 2009, p. 190). A identificação desta moeda deve ser, no entanto, relativizada, porque não sabemos ao certo o que significa o termo “selar” usado pelo arqueólogo. Estaria esta moeda por cima, por baixo ou integrada no *Opus* 2? Esta questão nunca poderá ser esclarecida com base no registo arqueológico do sítio ou no arquivo documental produzido por J. L. Inês Vaz.

O Muro H-I, por outro lado, aparece no Plano 3 do Quadrado H (n.º de recolha 316) e no Plano 4 do Quadrado I (n.º de recolha 313). Por baixo destes planos, a que correspondem os números de recolha 317, 319, 320, 322 e 349, surge cerâmica proto-histórica, TSI, TSSG, cerâmica cinzenta fina, TSH, cerâmica comum romana e um fragmento de cerâmica bracarense datado do século I/meados do século II d.C. Ou seja, os dados disponíveis permitem constatar que o muro presente nos Quadrados H e I

também rompeu os níveis romanos mais antigos, incluindo *Opus 2*. A identificação de um piso de barro queimado no Plano 2 do Quadrado I sugere uma relação de posterioridade em relação do Muro H-I (Anexo II: Figura IV.1.34). Dos planos superiores a este piso de barro queimado, que coincidem com os números de recolha n.º 301, 307 e 308, saíram fragmentos de cerâmica comum romana, TSHT, cerâmica tardo-romana, medieval e moderna. Nos planos por baixo do piso apenas se identificou cerâmica medieval (n.º recolha 310).

As sepulturas 1, 2 e 3, identificadas no Quadrado N, aparecem no Plano 6 (Anexo II: Figura IV.1.35). Ao seu interior foi atribuído o Plano 7. A sepultura 4, por outro lado, surge no Plano 4 do Quadrado O. O Plano 5 do Quadrado N relaciona-se com um outro piso de barro queimado, cuja construção corresponde a um momento posterior às sepulturas (Anexo II: Figura IV.1.36). Deste plano superior, que coincide com o número de recolha n.º 359, saíram materiais arqueológicos de várias épocas, incluindo cerâmica proto-histórica, TSHT, cerâmica comum romana e cerâmica medieval, pelo que se depreende tratarem-se de níveis bastante perturbados e que envolveram a remobilização de camadas de terra mais profundas. Por baixo deste piso de barro queimado (n.º de recolha 360) foi recolhida cerâmica tardo-romana e cerâmica medieval.

Ora, se os níveis inferiores dos pisos de barro queimado identificados por cima das sepulturas e do Muro H-I revelam conjuntos arqueológicos mais coerentes do ponto de vista cronológico - dos quais saíram sobretudo fragmentos tardo-romanos e medievais -, é admissível pensar que existe uma relação de contemporaneidade entre as sepulturas e o muro que separa a necrópole do edifício de três absides. Uma vez que a datação por radiocarbono efetuada sobre amostras de um dos indivíduos inumados na Praça D. Duarte revelou uma cronologia entre a segunda metade do século X e a primeira metade do século XI, é provável que estas estruturas estejam associadas a um espaço religioso, nomeadamente um que existiria antes das obras de remodelação dos condes portugalenses no século XII.

Um outro ponto de análise é o pavimento de *opus signinum* identificado no Quadrado E (*Opus 2*). Este quadrado corresponde, na planta da intervenção arqueológica, grosso

modo, à abside central do edifício absidado. O *Opus 2* aparenta ter sido cortado pela construção de um edifício posterior, cuja arquitetura se caracteriza por três absides (Anexo II: Figuras IV.1.11 e IV.1.37). A moeda constantiniana recolhida no Plano 2 do Quadrado E deve ser relativizada enquanto elemento datante do *Opus 2* pelas dificuldades que temos em georreferenciá-la com base no registo arqueológico disponível. Não obstante, esta moeda pode estar a estabelecer um *terminus post quem* do século IV d.C. para o contexto em que foi recuperada, além de informar que o *Opus 2* foi construído após a data de cunhagem do numisma. Na campanha de 1989 foi recuperado um conjunto de fragmentos de cerâmica cinzenta estampilhada que, à falta de uma georreferenciação mais segura, foram recolhidos, segundo J. L. Inês Vaz, nas fundações do edifício de três absides. O arqueólogo não soube discernir a datação destas peças, aventando tratarem-se de peças genericamente enquadráveis numa cronologia medieval (VAZ, 1990, p. 4). A marcação destes fragmentos após a escavação permitiu constatar que o conjunto de cerâmica estampilhada provinha dos números de recolha 76 (*“Abaixo do plano de pedras. Apareceu também uma moeda”*⁵) e 83 (*“Junto à base do alicerce do muro da basílica”*), ambos no Quadrado E, confirmando-se portanto a sua recolha junto à base da abside central. Na campanha do ano seguinte foram recolhidos fragmentos do mesmo tipo nos números de recolha 252 (*“Derrube do pavimento romano”*) e 253 (*“Silo 2”*) que colavam com os fragmentos dos números 76 e 83. A remontagem dos fragmentos permitiu reconstituir o perfil de três potes (Anexo II: Figura IV.1.38), os quais podem estar a demonstrar uma relação de contemporaneidade dos números de recolha 76 e 83. Resta-nos questionar a razão para a presença destes três recipientes numa das valas de fundação do edifício triabsidado, que consensualmente se julgava datar do século VI/VII (TENTE, 2016b, p. 111; TENTE e DE MAN, 2016a, p. 387; TENTE e DE MAN, 2016b, p. 47; MEIRA, 2018, p. 157). A proveniência dos mesmos não pode ser correlacionada com rituais de fundação do edifício, porque tal não teria lógica num contexto desta cronologia. Estes potes relacionam-se aparentemente com o facto de, quando se abrem as fundações para construir o edifício absidado, ter-se-ão atingido níveis arqueológicos anteriores onde

⁵ A moeda a que esta descrição faz referência é uma das duas moedas recolhidas na segunda campanha de escavação, em 1989. O espólio numismático recuperado na intervenção da Rua das Ameias encontra-se hoje desaparecido, pelo que não foi alvo de estudo ou de uma análise que permitisse a sua aferição cronológica. J. L. Inês Vaz datou as duas moedas genericamente do século IV (VAZ, 1990, p. 4).

estavam integradas estas peças. Assim, os recipientes, que são enquadráveis entre os séculos V e VI, datam de um momento anterior à construção do edifício, pelo que este não poderá datar dessas centúrias. Se até ao momento não parecia haver uma relação cronológica do edifício com a necrópole do século XI identificada junto ao edifício, a possibilidade do mesmo ser posterior ao século VI abre novas portas de interpretação. Não se descarta a hipótese de que o edifício de três absides possa efetivamente ser contemporâneo da necrópole.

Outra questão que se coloca também é a da função deste espaço. A quantidade e o tipo de cerâmica recolhida durante a intervenção em toda a área de escavação – loiças de servir à mesa, de cozinha, de armazenamento e de transporte -, efetivamente não concordam para a ideia de o edifício ser um espaço religioso. Não é provável que esse tipo de edifícios tivesse este tipo de cerâmica no seu interior, quando destinados ao culto religioso.

Parece razoável avançar com a hipótese de que, naquele local, tenha existido um primeiro edifício, que sobrepôs as estruturas do antigo *forum* romano, construído num momento posterior ao século IV. O *terminus post quem* é dado pela moeda constantiniana associada ao *Opus 2*. Todavia, a construção de pavimentos em *opus signinum* era relativamente comum em edifícios de época alto-medieval, de que é exemplo Santa María de Melque, datada do século VIII (CABALLERO, 2020, p. 63 e p. 76). A presença de cerâmica cinzenta estampilhada nas fundações do edifício absidado pode, na verdade, estar a datar a primeira fase de ocupação do século VI e ter estado associada a estruturas de que hoje não temos ainda uma ideia clara do que poderiam ser ou que características teriam. Segundo esta leitura, a estrutura de três absides não pode, pois, estar associada ao complexo episcopal do tempo das monarquias sueva-visigodas.

O estudo dos materiais arqueológicos permitiu também constatar que os espólios cerâmicos de cronologia medieval apareceram em maior quantidade na área da Praça D. Duarte, escavada em 1991. Tal é evidente pela contagem dos fragmentos e pelo tipo de peças que surgem com os números de recolha superiores a 300⁶: bordos, bojós e bases em disco de alguidares, bem como asas golpeadas. Das 26 bases em disco

⁶ Na campanha de 1991, os números de recolha foram atribuídos a partir de 300.

presentes na coleção cerâmica, 25 foram recolhidas na Praça e o fragmento sobran­te provém de uma recolha de superfície de 1988 (Tabela 8).

Área onde se recuperaram bases em disco	Números de recolha
Rua das Ameias	1
Praça D. Duarte	303, 311, 316, 321, 323, 333, 351, 352, 355 e 358

Tabela 8 - Proveniência das bases em disco.

O mesmo acontece com as asas decoradas através de incisões profundas ou puncionadas, em que das 46 asas deste tipo, 45 exumaram-se durante a escavação de 1991, na Praça D. Duarte. O outro fragmento de asa puncionada foi recuperado à superfície, em 1988 (Tabela 9).

Área onde se recuperaram asas puncionadas/golpeadas	Números de recolha
Rua das Ameias	1
Praça D. Duarte	303, 311, 321, 323, 352 e 355

Tabela 9 - Proveniência das asas decoradas a punção ou golpeadas.

Pela morfologia e orientação dos bordos e pela presença de linhas incisas onduladas no interior dos bojos foi também possível relacionar 12 fragmentos de bordos e bojos a alguidares troncocónicos. Destes, quatro dos bordos integraram a tabela do NMR (peças n.º 4, 23, 40 e 67 do NMR). Verificou-se que também este conjunto de fragmentos pertencentes a alguidares troncocónicos foram identificados em números de recolha provenientes dos planos artificiais escavados na Praça D. Duarte (Tabela 10).

Números de recolha onde constam fragmentos de alguidares troncocónicos
300, 302, 305, 311, 315, 333, 345 e 358

Tabela 10 - Proveniência de bordos e bojos pertencentes a alguidares troncocónicos.

Crê-se que o maior revolvimento de materiais arqueológicos na zona sob a Varanda dos Cónegos pode explicar-se, por um lado, pelas sucessivas intervenções e remodelações urbanísticas que aí afetaram o subsolo em época moderna e contemporânea, resultando em alterações estratigráficas e na descontextualização dos espólios. Por outro lado, os níveis superiores, de cronologias pós-romanas, e os materiais arqueológicos a eles associados podem ter sido mais facilmente removidos no espaço

sob a Varanda quando aí se construiu a Casa da Guarda Nacional Republicana em 1836. A remoção dos níveis superiores pode ter constituído uma ação de nivelamento ou de rebaixamento do solo para a construção desse edifício. Após a sua demolição, em 1934, foi aberto um poço no mesmo local. Ora, o relatório de escavação de 1989 aponta para o facto de o início dessa campanha ter começado pela desmontagem de um muro ainda pertencente à Casa da Guarda (VAZ, 1990, p. 3).

Procurou-se averiguar se os números de recolha dos fragmentos correspondentes a TSHT, TSAf D1 e IEV também tinham sido recolhidos na Praça D. Duarte, por se tratarem de elementos artefactuais que remetem a cronologias pós-romanas. O que se constatou foi que 16 dos 37 fragmentos de IEV foram recolhidos na área da Praça D. Duarte; dos 56 fragmentos que se puderam atribuir a produções de TSHT, 26 recolheram-nos no mesmo local; e dos cinco restos de TSAf D1, apenas um foi exumado na campanha de escavação da praça (Tabela 11).

Cerâmicas pós-romanas	Números de recolha
IEV	9, 10, 70, 96, 105, 252, 257, 264, 267, 270, 281, 287, 290, 291, 301, 302, 303, 311, 312, 326, 331, 332, 346, 357, 363 e 365
TSHT	72, 73, 74, 76, 77, 84, 94, 95, 96, 252, 257, 263, 264, 270, 277, 284, 285, 286, 288, 300, 301, 302, 304, 308, 311, 313, 321, 325, 326, 331, 332, 346, 348, 349 e 359
TSAf D1	105, 267, 273 e 346

Tabela 11 - Proveniência das produções tardias de Terra Sigillata e de IEV.

Em termos sintéticos e comparando com a percentagem dos fragmentos cerâmicos que se seleccionaram como elementos de cronologia claramente medieval que surgiram na área da Praça D. Duarte (98%), foram aí recolhidos 44% dos fragmentos de produções cerâmicas datáveis dos séculos IV e V. Portanto, uma vez que apareceram tanto na área do edifício absidado, como na Praça D. Duarte, a sua utilidade para datar estruturas específicas é limitada. À falta de dados de georreferenciação mais seguros acerca da sua proveniência, a sua presença apenas indica que a cidade se mantinha ativa após a desarticulação das estruturas urbanas romanas nos séculos IV e V d.C.

Uma análise mais atenta aos tipos e formas cerâmicas que se acabaram de expor, cronologicamente inseríveis entre os séculos IV e XI, revela a repetição de alguns

números de recolha que podem eventualmente demonstrar planos artificiais que incidem em níveis estratigráficos com um relativo grau de conservação. Veja-se, por exemplo, que os conjuntos cerâmicos dos números de recolha 311 (“Debaixo do Plano 2”) e 323 (“Debaixo do Plano 4”) integram fragmentos de TSHT, de IEV, de alguidares de base em disco e de asas golpeadas. O número de recolha 311, no entanto, aparenta reportar-se a níveis arqueológicos ainda superficiais, uma vez que integra um conjunto artefactual muito heterogéneo do ponto de vista cronológico, misturando-se cerâmica pré e proto-histórica, TSSG, cerâmica cinzenta fina, cerâmica comum romana, TSHT, cerâmica tardo-romana pintada e incisa, IEV, cerâmica alto-medieval de cozedura redutora, faiança, cerâmica vidrada contemporânea e cerâmica regional de Molelos. O número de recolha 323, pelo contrário, pode ser um plano artificial que incidiu em níveis estratigráficos mais bem conservados, visto que só contém cerâmica de cozedura redutora alto-medieval. Por outro lado, existem números de recolha que, não se repetindo, oferecem conjuntos cerâmicos coerentes cronologicamente: é o caso do 310 (provável Plano 3) que integra cerâmica alto-medieval de cozedura redutora e o 324 (“Debaixo do Plano 4”) que contém apenas cerâmica enquadrável na Alta Idade Média.

4.1.2. A coleção arqueológica

Após o tratamento prévio dos espólios, discutido no capítulo *II. Metodologia*, intentou-se recuperar as formas originais dos recipientes cerâmicos através da colagem dos fragmentos. O processo de remontagem dos recipientes obedeceu à divisão dos fragmentos por tipo - bordos, fundos, asas, bojos, cerâmica de construção, outros (lucernas, peças de jogo, testos) e fragmentos indeterminados -, por cores e composição de pastas e, por fim, por fragmentos lisos e decorados.

Num total de 21.703 fragmentos que constituem a coleção, conseguiram fazer-se 591 colagens, o que corresponde a apenas 2,7% do conjunto. Foram associados fragmentos de 307 bojos (52%), 136 fundos (23%), 128 bordos (22%) e 20 asas (3%) (Gráfico 1). A quantidade de bojos colados em relação às restantes partes pode explicar-se por estes corresponderem à porção dos recipientes cerâmicos com maior dimensão. Não deixa de ser um aspeto curioso, já que são os bojos que apresentam também os fragmentos mais

pequenos quando comparados com os outros tipos de fragmentos. No entanto, a correlação de bojos foi, muitas vezes, conseguida pela associação de restos que apresentavam motivos decorativos semelhantes ou a mesma coloração de pasta.

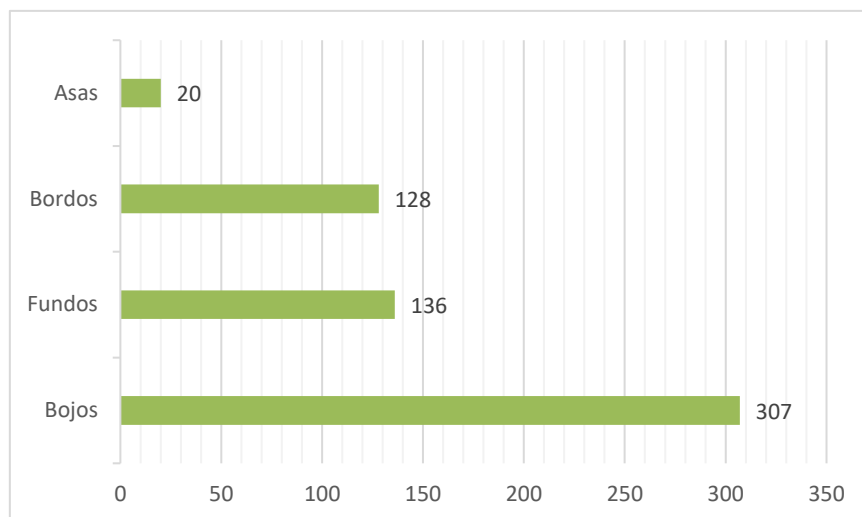


Gráfico 1 – Correlações conseguidas por tipo de fragmento.

Foi possível fazer corresponder bordos com fundos de dois recipientes e correlacionar os bordos com bojos de 11 recipientes. A colagem de bordos com bojos foi também aquela que ofereceu o número máximo de correlação de fragmentos, em número de 9. Conseguiram-se ainda colar fundos e bojos de quatro recipientes diferentes. As asas foram o único tipo de fragmento que não foi possível associar a nenhuma outra parte e o número máximo de colagens entre fragmentos de asas foi de 2.

O processo de remontagem da coleção da Rua das Ameias/Praça D. Duarte permitiu correlacionar fragmentos recolhidos em planos artificiais diferentes, o que pode ser um indicador de que planos artificiais distintos atingiram os mesmos níveis estratigráficos, ou pelo menos níveis estratigráficos da mesma cronologia. A verificação de que se trataria de um mesmo nível ou níveis diferentes mas contemporâneos seria esclarecida se houvesse registo das cotas dos planos artificiais em que esses fragmentos foram recolhidos. Uma vez que esse registo não existe, apenas se pode levantar esta hipótese.

Também se confirmou, durante o trabalho de colagem das peças, o alto nível de fragmentação da coleção, expresso aliás pelo número de fragmentos que a compõem e pela percentagem de colagens obtidas. O grau de fragmentação da coleção condiciona

a análise morfológica dos recipientes e dificulta a recuperação da totalidade das formas; por outro lado, contudo, pode ser uma janela de observação sobre processos deposicionais e pós-deposicionais que o sítio sofreu.

O cálculo do Índice de Fragmentação/*Fragmentation Index (FI)* tem como variáveis o total de fragmentos (P), o número de colagens conseguidas e o número máximo de correlação de fragmentos (SCHIFFER, 1983). A proposta de M. Schiffer para o cálculo do FI , no artigo *Towards the Identification of Formation Processes* (1983) refere que o valor obtido varia entre 1.0 – um artefacto representado por uma peça completa – e 0.0, que indica intensa fragmentação. Obviamente que as propriedades formais da cerâmica, como a dimensão dos fragmentos, influenciam de certa forma o valor do FI , mas não deixa de ser um contributo para a monitorização dos processos de formação do sítio. A aplicação da equação deste índice sobre a coleção da Rua das Ameias/Praça D. Duarte resultou na seguinte expressão:

$$FI = \frac{1}{1 + \log_{10} (P)} \Leftrightarrow FI = \frac{1}{1 + \log_{10} (21703)} \Leftrightarrow FI = 0.187$$

O valor obtido com a aplicação da equação deste índice sobre a coleção da Rua das Ameias/Praça D. Duarte – de 0.187 – demonstra um índice < 1.0 e muito próximo de 0. Tal significa uma intensa fragmentação da coleção causada pelos processos culturais e naturais que ocorreram na formação daquele espaço e que impactaram fisicamente os espólios, seja do ponto de vista formal, espacial, quantitativo e relacional. Os processos de formação dos sítios arqueológicos podem, por um lado, reduzir o tamanho dos artefactos e, por outro, seleccionar os artefactos consoante o seu tamanho. A pequena dimensão dos artefactos pode ser o resultado, quer de descarte, quer de reciclagem, não esquecendo que a atividade no subsolo de animais, máquinas ou pessoas pode também diminuir o tamanho das peças. A presença de águas correntes e a sua velocidade determinam o grau de erosão e também isso influencia a dimensão dos espólios recolhidos. Como já se tem vindo a apontar, o conhecimento sobre as sequências ocupacionais da Rua das Ameias/Praça D. Duarte encontra-se condicionado pelos métodos de escavação adotados na escavação arqueológica. No entanto, a consideração mais importante a reter sobre a formação do sítio e que pode ter

impactado a coleção artefactual é o facto de aquela área ter sido alvo de vários momentos de intensas remodelações urbanísticas ao longo dos tempos e só isso justifica que o índice de fragmentação da coleção arqueológica – de 0.187 - seja próximo de 0. A ocupação mais bem preservada é a da Idade do Ferro, presente indubitavelmente nos planos artificiais inferiores da Rua das Ameias/Praça D. Duarte. O que é perfeitamente explicável pelo facto de serem os níveis de ocupação que estão mais profundos e que foram menos perturbados. Esta realidade que aqui se observa é também visível noutros pontos da cidade. Neste espaço em particular, tal deveu-se às sucessivas transformações de que o morro da Sé foi alvo desde época romana até à contemporaneidade, as quais afetaram o subsolo e certamente provocaram alterações estratigráficas e a descontextualização dos materiais arqueológicos. Por outro lado, também é plausível que os níveis mais recentes tenham sido removidos quando se fizeram as obras para a abertura de um poço no local em 1934.

Não obstante os argumentos apresentados, a quantidade de fragmentos cerâmicos recuperados é indicativa da ocupação ininterrupta da colina da cidade desde a Proto-História e que pode derivar de ações de descarte e de reciclagem de recipientes cerâmicos. A título de exemplo, algumas formas de cerâmica comum romanas continuaram a ser usadas nos séculos IV-V e alguns recipientes podem inclusivamente ter tido uma utilização mais dilatada no tempo. Também é possível que tenha acontecido a deposição intencional de certos recipientes, da qual as peças mais completas podem ser um indício; mas esta é apenas uma hipótese, visto que o registo de escavação não o permitiu confirmar. O que se confirmou, sem margem para dúvidas, foi que todos os planos artificiais incorporaram níveis estratigráficos que registavam pelo menos algum revolvimento, dada a mistura de materiais de várias épocas. Efetivamente, fragmentos de cerâmica romana apareceram misturados com faianças modernas e com cerâmicas negras de Ribolhos e Molelos, de época contemporânea.

Com o objetivo de se determinar a importância geoestratégica da cidade de Viseu como centro de consumo e de circulação de bens e de saber se o antigo *forum* romano após o século IV deu origem a um conjunto episcopal a partir dos séculos V/VI d.C., o estudo da coleção arqueológica da Rua das Ameias/Praça D. Duarte afigurava-se como fundamental. Além disso, essa análise também permitiu apurar as sequências

ocupacionais e temporais do morro da Sé. Se há local na cidade em que se pode perceber a diacronia de ocupação de Viseu, de forma contínua, esse sítio é a acrópole da cidade. O estudo da coleção arqueológica que se recolheu entre 1988 e 1991 nas escavações conduzidas por J. L. Inês Vaz, ao longo de quatro campanhas, possibilitava essa oportunidade. A coleção artefactual da Rua das Ameias/Praça D. Duarte é composto por espólios cerâmicos, metálicos, vítreos, pétreos, osteológicos e faunísticos. Foram elaboradas tabelas de contabilização geral, tanto de materiais cerâmicos, como de materiais não cerâmicos. Os espólios cerâmicos, por representarem 96% da coleção, foram aqueles sobre os quais se teceram mais considerações e porque são aqueles que permitem tirar algumas ilações sobre consumos e circulação de bens.

A tabela de contabilização da cerâmica teve como finalidade a obtenção do número total dos fragmentos cerâmicos que constituem a coleção, o total de cada tipo de fragmento, a identificação e contabilização de peças decoradas, bem como estabelecer a quantidade de fragmentos recuperados por campanha de escavação. Para isso utilizaram-se as entradas descritas no ponto *ii. Tabelas de análise: a. Contabilização geral*, no capítulo *II. Metodologia*. A entrada designada de “Outros” refere-se a peças ou fragmentos cerâmicos com funções distintas dos serviços de mesa, de cozinha ou de armazenamento. Incluem fragmentos de lucernas, destinadas à iluminação; de peças de jogo, utilizadas para fins lúdicos; de cossoiros, usados nas extremidades dos fusos de fiação; e de tampas/testos, destinados à cobertura dos recipientes cerâmicos. A entrada relativa a “Cerâmica de construção” corresponde aos fragmentos de *imbrices* e *tegulae*. Os mesmos distinguem-se das restantes cerâmicas devido à rugosidade da sua superfície interna. A entrada “Indeterminados” foi incluída para inserir fragmentos cerâmicos em que não se reconheceu a que parte do recipiente pertencem ou cuja função não foi possível discernir. Este conjunto de materiais corresponde a 0.12% de toda a coleção cerâmica.

Aquando da elaboração do inventário da coleção, no qual se inventariaram todos os fragmentos, foram inseridas entradas que permitissem distinguir os fragmentos decorados dos lisos e descrever as técnicas e os motivos decorativos existentes na totalidade da coleção. Assim, a tabela de contabilização dos fragmentos decorados procurou determinar as técnicas de decoração utilizadas, os motivos decorativos por

técnica e o tipo de fragmentos em que apareciam. Os critérios inseridos nesta tabela de contabilização e de análise decorativa podem ser consultados no ponto *ii. Tabelas de análise: c. Contabilização e descrição das técnicas e motivos decorativos*, no capítulo *II. Metodologia*.

Por fim, uma outra tabela de análise que se prendia com o estudo da coleção cerâmica foi a que contabilizou o NMR. Os critérios para a sua obtenção foram explanados no capítulo *II. Metodologia*, no ponto *ii. Tabelas de análise: d. Número mínimo de Recipientes*.

A reconstituição dos perfis cerâmicos, conseguida através dos bordos seleccionados, ou da correlação de vários fragmentos de bordo, teve em vista apurar as formas e funções originais dos recipientes. Os perfis recuperados através da colagem de dois ou mais bordos, provenientes de diferentes planos artificiais, constituíram também um veículo para estabelecer conexões temporais entre planos artificiais e os processos de formação daquele espaço. O número total de fragmentos pouco diz sobre a função do espaço, ao invés da relação entre as diversas peças integradas no NMR, que ajuda a compreender a sua funcionalidade e a caracterizar o conjunto artefactual e/ou a sua relação com o contexto.

A tabela de análise do NMR teve em consideração a proveniência dos fragmentos, o número de fragmentos que constituem uma peça, a caracterização das formas, das pastas e das decorações, bem como atributos métricos relevantes. Remete-se à leitura do ponto *i. Critérios de classificação cerâmica*, no capítulo *II. Metodologia*, para uma atenção aos parâmetros que se usaram para classificar os fragmentos do NMR.

Outra opção metodológica que se adotou para a análise da coleção foi a de elaborar uma tabela específica para os fragmentos correspondentes a produções de *Terra Sigillatas*. Este tipo de fabricos teve períodos de produção e circulação mais restritos e bem conhecidos em relação a outras cerâmicas de época romana, o que permite balizar as *Terra Sigillatas* no tempo e avançar com algumas hipóteses acerca da cronologia de ocupação do sítio. Além disso, o conhecimento que se tem deste tipo de produções põe em evidência o seu valor enquanto elementos de primeira ordem para o estudo de panoramas económicos, de relações comerciais e de influências culturais no seio do

Império Romano. Quando conformam as coleções artefactuais dos sítios arqueológicos, as *Terra Sigillatas* e a sua correta classificação conferem um elemento de potencial informação cronológica. Foi assim criada uma tabela de classificação destas produções com seguintes parâmetros que foram descritos no ponto *ii. Tabelas de análise: e. Classificação de Terra Sigillatas*, no capítulo *II. Metodologia*. Uma tabela com todos os fragmentos de *Terra Sigillata* presentes na coleção foi também uma oportunidade de averiguar se estas produções apareceram de forma cronologicamente coerente na sequência estratigráfica ou se *Terras Sigillatas* de diferentes cronologias surgiram misturadas num mesmo plano artificial. Esta indagação tinha como intuito levantar questões acerca dos momentos de ocupação e de remodelação das estruturas escavadas.

Em suma, a análise cerâmica procurou incidir em algumas questões fundamentais, nomeadamente a caracterização das produções cerâmicas; a determinação funcional dos contextos arqueológicos dos quais provêm os materiais arqueológicos através da observação da morfologia e dimensão dos recipientes cerâmicos; e, por fim, o reconhecimento dos centros de produção e das redes de circulação destes produtos.

No que respeita aos materiais não cerâmicos, produziu-se igualmente uma tabela para contabilizar todos esses espólios, por tipo e por campanha de escavação. A tabela dos materiais não cerâmicos incluiu as entradas já explanadas no ponto *ii. Tabelas de análise: b. Contabilização de materiais não cerâmicos*, no capítulo *II. Metodologia*. A entrada que se designou de “Metais” incluiu os restos correspondentes a pregos e rebites. O parâmetro de “Fauna” refere-se aos restos animais presentes da coleção, fossem eles ossos, conchas e dentes. As peças integradas na entrada “Pedra polida” compreendem somente afiadores pétreos, ligados à amolação de objetos cortantes. A entrada relativa a “Carvões” não tem que ver com a contagem dos todos os resíduos carbonizados, mas sim com a quantidade de sacos que foram recolhidos com esses restos. No parâmetro “Elementos de indumentária” foram contabilizados fragmentos de alfinetes e botões. É de salientar que foram recuperados espólios numismáticos na escavação da Rua das Ameias/Praça D. Duarte. No entanto, os mesmos não se encontram em depósito no PAV com a restante coleção, pelo que as moedas em questão não foram contabilizadas nesta tabela de análise.

4.1.2.1. Cerâmica: perspectiva geral do conjunto

A coleção cerâmica da Rua das Ameias/Praça D. Duarte é constituída por um total de 21703 fragmentos, entre os quais 1423 bordos, 2053 fundos, 419 asas ou arranques de asas e 16038 bojos (Gráfico 2). Estes são partes constituintes de um conjunto muito diversificado de peças e de formas cerâmicas, correspondendo a produções cronologicamente muito diversas, nomeadamente de *Terra Sigillata* e de cerâmica comum. Trata-se maioritariamente de loiças de servir à mesa, de cozinha, de armazenamento e de transporte. Contabilizaram-se ainda 1770 outros elementos, que incluem 1642 fragmentos de cerâmica de construção, 16 lucernas, 25 cossoiros, 44 testos/tampas, 18 peças de jogo e 25 fragmentos cerâmicos indeterminados (Anexo III: Tabela 3) (Gráfico 3). Assim, em termos de contabilização, apareceram em maior número os fragmentos de bojos, numa percentagem de 74% do total de fragmentos identificados. Os bordos correspondem a 7% da coleção, os fundos a 9%, as asas ou arranques de asas a 2% e, por fim, outros elementos cerâmicos que não integram as demais categorias representam 8% do total.

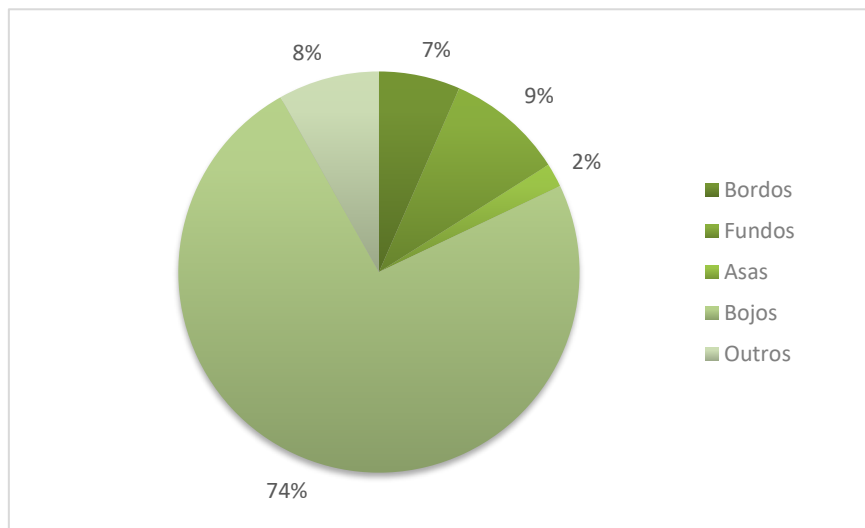


Gráfico 2 - Relação entre tipos de fragmentos.

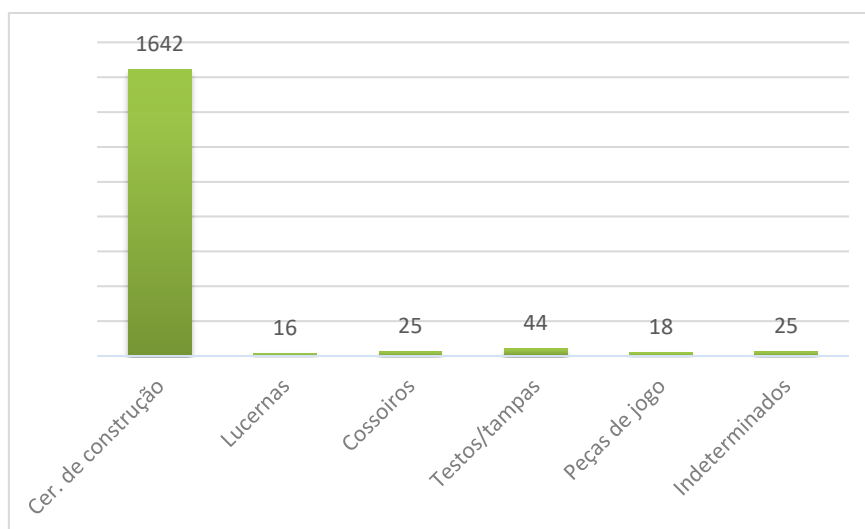


Gráfico 3 – Quantificação de elementos cerâmicos com funções distintas dos tipos do Gráfico 2.

Como se referiu, foram ainda identificados 1770 fragmentos cerâmicos que não integram os tipos normais de classificação e 1642 fragmentos de *tegulae* e *imbrices*. No que respeita às peças de jogo, todas apresentam um formato discoide, que resulta do polimento das arestas de fragmentos de bojos cerâmicos (50%) ou de telhas (50%), cuja função original se encontrava inviabilizada. Os recipientes ou telhas a partir dos quais foram feitas peças de jogo podiam encontrar-se fraturados ou partidos, tendo sido readaptados a uma nova função, agora lúdica. Existe na coleção um granito com uma forma semelhante às restantes marcas de jogo, pelo que pode ter tido a mesma função; não se descarta também a possibilidade de ter sido usado como tampa. Nenhuma das 18 peças que se classificaram como marcas de jogo se encontrava decorada.

O conjunto de 25 cossoiros, cuja função está associada à atividade da fiação ou tecelagem, encontram-se fragmentados ou inteiros. Estas peças eram colocadas como remate da parte inferior do fuso, servindo de volante e perpetuando o movimento rotativo que a fiadeira lhe imprimia. Uma das peças inteiras apresenta uma secção bicónica, enquanto as restantes têm secções subretangulares. Mesmo nas peças que estão fraturadas, o orifício central por onde passava o fio é perceptível, devido ao desgaste provocado pela sua intensa utilização. Estes elementos de fiação são sinónimo da ocorrência de atividades de carácter doméstico, podendo adquirir uma dimensão económica. São, no entanto, peças de difícil aferição cronológica, uma vez que o seu uso se inicia durante a Idade do Ferro e tem uma longa perduração no tempo. Todos os

cossoiros da coleção da Rua das Ameias/Praça D. Duarte foram feitos em argila e apenas dois exemplares apresentavam decoração, ostentando pontos puncionados na parte superior e em redor do orifício central (Inv. SE90-263-16 e 6784). Um outro cossoiro foi feito a partir do reaproveitamento de um bojo cerâmico vidrado. O facto de apresentar as superfícies vidradas, a verde, apontam para uma cronologia mais recente.

Foram ainda identificados na coleção arqueológica 44 fragmentos pertencentes a testos/tampas.

No que às peças decoradas concerne, foram contabilizados 2279 fragmentos cujo número inclui bordos, fundos, asas, bojos e outros tipos de fragmentos (cerâmica de construção, lucernas, cossoiros e tampas), correspondendo a 11% da totalidade. Considerando os fragmentos decorados por tipo, os bojos correspondem a 79%, os bordos a 13%, os fundos a 3%, as asas a 3% e as peças com funções distintas a 2% da totalidade dos fragmentos que ostentam algum motivo decorativo (Anexo III: Tabela 4) (Gráfico 4).

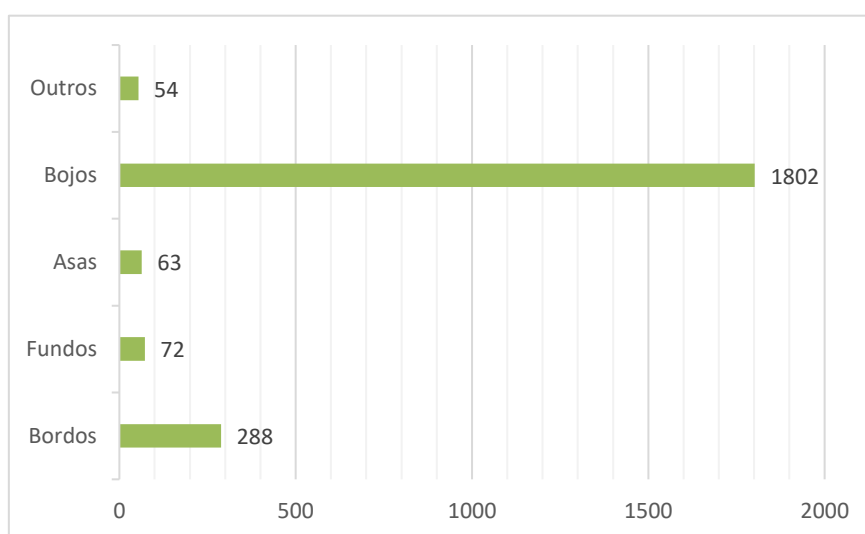


Gráfico 4 – Relação entre tipos de fragmentos decorados.

4.1.2.2. Cerâmica: NMR, tipologias, frequências e funções

O NMR foi obtido através da contagem dos bordos com medida igual ou superior a 5 cm, à exceção dos bordos de jarros que, tendo menos de 5 cm, constituem formas

inevitavelmente mais reduzidas pelo estreitamento do colo. Abriu-se também uma exceção ao incluir dois dos recipientes de cerâmica estampilhada – peças n.ºs 170 e 171 – cuja reconstituição parcial dos seus perfis foi facilitada pela colagem e restauro de vários fragmentos de bojo. Apesar de não terem preservado os seus bordos, verificou-se que não são remontáveis com quaisquer outros fragmentos presentes na coleção. Eles distinguem-se pela particularidade da sua decoração, da sua pasta e do tratamento da sua superfície externa, que nenhum outro fragmento apresenta. Daí a sua inclusão na tabela do NMR.

Considerando o número total de fragmentos cerâmicos da coleção – 21703 -, foram contabilizados os bordos de 172 recipientes segundo o critério que se estabeleceu para a obtenção do NMR. O diminuto número de recipientes, contabilizados através dos bordos, resulta do alto nível de fragmentação da amostra e da consequente impossibilidade de correlacionar fragmentos. O NMR integra bordos de recipientes de diversas cronologias, incluindo de época proto-histórica, alto-imperial, baixo-medieval, moderna e contemporânea. Por essa razão, para efeitos do estudo das sequências ocupacionais pós-romanas e alto-medievais da Rua das Ameias/Praça D. Duarte, todos os bordos que não encaixavam nesse âmbito cronológico foram descartados. A exclusão dos bordos que não datam entre os séculos IV e XI d.C. reduziu substancialmente o NMR para 101 (Anexo III: Tabela 5).

Tendo em consideração que foram contabilizados 1423 bordos, o NMR de referência é muito inferior à realidade material do sítio, mas a sua obtenção constituiu-se como a principal unidade de análise utilizada. O facto de o número de peças individualizadas corresponder a um número inferior à real quantidade de peças existentes no registo arqueológico é uma limitação que se reconhece. No entanto, considerando o grande nível de fragmentação da coleção cerâmica da Rua das Ameias/Praça D. Duarte, esta foi a forma mais fiável de os tratar sem incorrer em erros por excesso. Além disso, a determinação da tipologia formal e da função das peças, bem como a sua representação quantitativa na coleção só foram conseguidas através do apuramento do NMR. Esta metodologia permitiu melhor caracterizar os vários tipos de recipientes representados. Apenas não foi possível determinar a forma e a função de quatro recipientes, pelo que foram discriminados como formas indeterminadas.

A análise do NMR permitiu reconstituir o perfil de 97 recipientes cerâmicos. Optou-se por se proceder à divisão dos bordos patentes no NMR (de referência) por duas grandes épocas cronológicas – tardo-antiga e alto-medieval. O NMR de cronologia tardo-antiga inclui bordos enquadráveis entre os séculos IV e V, mesmo das peças que têm o início da sua utilização em época mais recuada. O NMR de cronologia alto-medieval, por sua vez, integra fragmentos de peças datadas entre os séculos VI e XI, algumas das quais têm uma diacronia de utilização mais prolongada. Esta opção prende-se não só pelo facto de não ter sido possível estabelecer relações entre materiais de diferentes planos artificiais, mas também por se estar perante um palimpsesto. Uma análise global de toda a coleção cerâmica não poria em evidência as diferentes ocupações e funções do espaço em épocas distintas e que só se podem antecipar com a análise dos materiais recolhidos na escavação arqueológica.

4.1.2.3. A cerâmica romana e tardo-antiga

O conjunto de bordos que integraram a tabela do NMR de época tardo-antiga é conformado por 19 peças (19% do NMR de referência) e é constituído por fragmentos cujo perfil materializa uma série de formas fechadas – jarros, potes/panelas, *dollia* e uma bilha – e de formas abertas – taças, pratos covos e um prato (Gráfico 5). De uma forma geral, este conjunto é caracterizado por bordos de peças cozidas predominantemente em ambiente oxidante (90%) (Gráfico 6). 30% das peças encontram-se decoradas (Gráfico 7). As técnicas de decoração restringem-se apenas à técnica da incisão simples ou ondulada e à técnica do brunido, usado para produzir linhas verticais ou oblíquas no colo das peças (Gráfico 8).

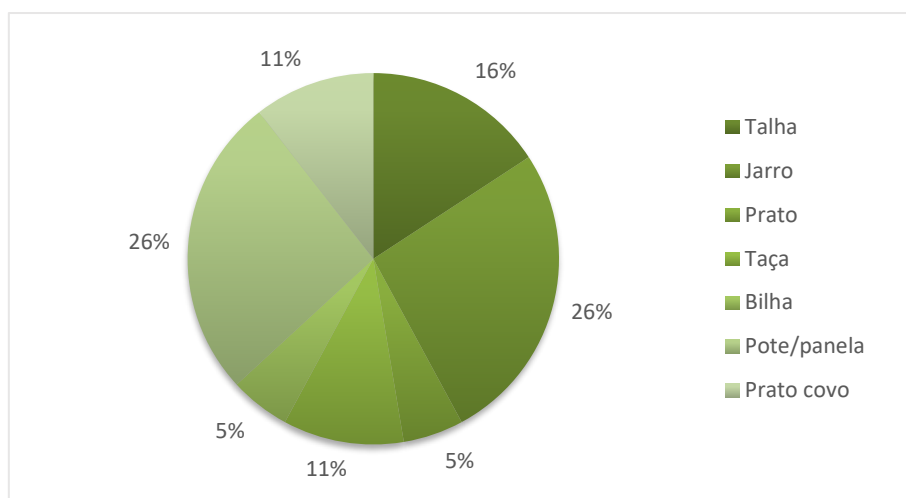


Gráfico 5 – Quantificação das formas de cerâmica tardo-antiga.

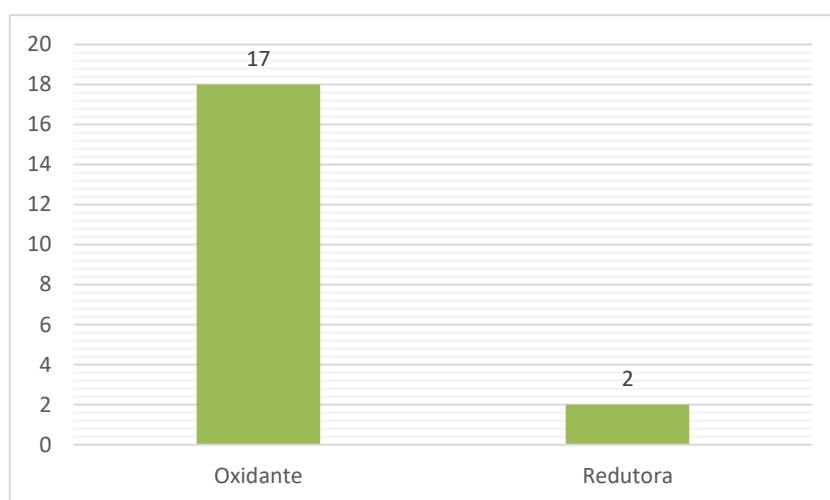


Gráfico 6 – Tipos de cozeduras patentes no NMR de época tardo-antiga.

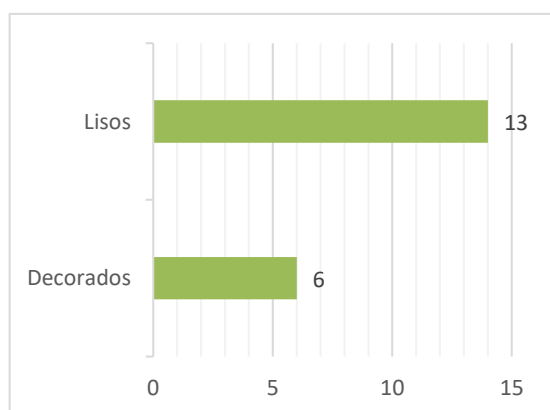


Gráfico 7 – Relação entre fragmentos lisos e decorados.

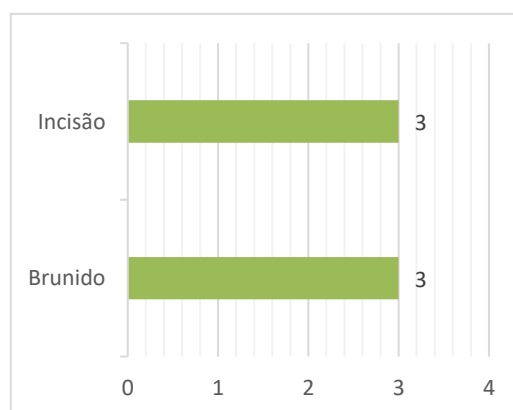


Gráfico 8 - Técnicas de decoração observáveis no NMR tardo-antigo.

Cerâmica comum

No que respeita ao perfil das peças, no conjunto das formas fechadas, aquela com maior representação na coleção da Rua das Ameias/Praça D. Duarte é os **jarros** (Anexo II: Figura IV.1.40), em número de 29, mas destes, apenas cinco reportam a produções de cerâmica comum tardo-romana. O jarro seria, por excelência, a peça destinada a transportar, servir e/ou conter líquidos. Os bordos dos cinco jarros tardo-antigos são ligeiramente orientados para o exterior das peças e apresentam morfologias redondas espessadas ou biseladas. Em três dos exemplares, o colo demarcava-se do bordo através de uma incisão simples (peças n.º 2, 3 e 52 do NMR). Um dos bordos – a peça n.º 38 – tem uma configuração trilobada. O diâmetro dos bocais varia entre os 88 e os 96 mm e o diâmetro dos colos entre os 56 e os 76 mm. As peças n.º 2, 3 e 52 do NMR ostentam linhas brunidas sobre as superfícies exteriores dos colos, dispostas vertical ou obliquamente. As cinco peças foram montadas a torno e as suas pastas apresentam tonalidades que sugerem cozeduras em ambiente exclusivamente oxidante. Este facto, aliado à morfologia dos bordos e ao estreitamento dos colos, sustenta a sua semelhança com jarros de tradição baixo-imperial recolhidos na Quinta do Rouxinol (SANTOS, 2011: Est. XXVIII - peça 403) ou na *villa* romana de Cuevas de Soria (BERMEJO TIRADO, 2011: fig. 18 - vcs 82/86/752). Nesses sítios arqueológicos, estes jarros encontram-se datados entre os finais do século II/III e o século V. Os cinco bordos de jarros foram recolhidos nos números de recolha apresentados na Tabela 12.

N.º de peça NMR	Números de recolha	Quadrado	Descrição
44	73	F	sd
38	304	M	Em cima do Plano 1
52	318	R	sd
2 e 3	355	O	Debaixo do Plano 2

Tabela 12 - Proveniência e respetivos números de recolha dos jarros representados no NMR tardo-antigo.

Nenhuma conclusão revelante se tira acerca da proveniência dos bordos em questão, a não ser o facto de quatro das peças terem sido recolhidas na intervenção da Praça D. Duarte, nos Quadrados M, O e R. As peças n.º 2 e 3, assim como a peça n.º 38, provieram de planos muito superficiais sem qualquer relação com estruturas arqueológicas. Nos planos artificiais dos quais provieram todos os bordos de jarros do NMR, os conjuntos artefactuais contêm materiais de cronologias muito diversas, entre os quais cerâmica

proto-histórica, cerâmica comum romana, cerâmica tardo-romana pintada, cerâmica medieval e faianças modernas.

A par dos jarros, os **potes/panelas** são as formas fechadas mais frequentes no inventário do NMR (Anexo II: Figura IV.1.41). Foram identificados 39 fragmentos (38%) que se integram nesta categoria, mas apenas cinco (26%) correspondem a produções de cronologia tardo-romana. A frequência desta forma fica a dever-se ao facto de se tratar de uma peça polifuncional, que podia ser utilizada, tanto como contentor de armazenamento de alimentos cozinhados ou crus, sólidos (cereais, por exemplo) ou líquidos (água, azeite, entre outros), tanto como recipiente para a confeção de alimentos. Trata-se de recipientes de perfil em S, com colos curtos e bordos orientados para o exterior das peças, pelo que o diâmetro máximo do bojo é superior ao diâmetro da boca. Dado que não foi possível proceder à remontagem integral de nenhuma peça desta forma cerâmica, não se consegue avançar com os diâmetros máximos dos bojos; no entanto, os diâmetros da boca variam entre os 114 mm e os 374 mm.

Os bordos que caracterizam os potses/panelas analisados são esvasados e apresentam maioritariamente lábios aplanados. Todos os potses/panelas desta época foram montados a torno e foram todos cozidos em ambiente oxidante. Somente a peça n.º 123 do NMR ostenta decoração, conformada através de uma incisão simples que separa o bordo do bojo. As peças que reportam a esta forma cerâmica encontram paralelos em Las Lagunillas (CENTENO CEA et al, 2013, fig. 8: n.º 12 e fig. 10: n.º 1 e 8) e na *villa* romana de Cuevas de Soria (BERMEJO TIRADO, 2011: fig. 11 - vcs 85/30/2151), estando datadas entre os séculos III e V. Os cinco bordos de potses/panelas provêm dos números de recolha apresentados na Tabela 13.

N.º de peça NMR	Números de recolha	Quadrado	Descrição
53	1	sd	Superfície
55	34	B	sd
74	73	F	sd
45	264	Corte 1	Debaixo do Plano 5
123	315	S	Debaixo do Plano 2

Tabela 13 - Proveniência e respetivos números de recolha dos potses/panelas representados no NMR tardo-antigo.

Tal como se constatou para os jarros presentes no NMR, também os potes/panelas provêm de níveis de superfície ou acerca dos quais não existe qualquer informação. Quatro dos bordos em questão foram recolhidos na intervenção do edifício absidado identificado na Rua das Ameias. A peça n.º 45, exumada num nível inferior ao Plano 5, surgiu com fragmentos de TSI, TSSG, cerâmica cinzenta fina, paredes finas, TSH, TSHT, cerâmica tardo-romana pintada e IEV, o que pode estar a indicar uma datação relativa para este plano artificial entre os séculos I e V d.C.

As **talhas/dollia** são a terceira forma fechada cujos bordos aparecem em maior número no NMR de época tardo-antiga (16%). Trata-se de bordos de grandes contentores destinados a guardar alimentos líquidos ou sólidos, pelo que estariam presentes em espaços de armazenagem ou de cozinha. São, na sua maioria, peças de colo estrangulado e cujo diâmetro máximo do bojo é superior ao diâmetro do bocal. Os bordos que caracterizam os *dollia* em questão orientam-se para o exterior das peças e apresentam espessamento exterior, possuindo configurações redondas ou lábios aplanados (Anexo II: Figura IV.1.42). Os três bordos desta forma denunciam montagens a torno e cozeduras em ambiente oxidante em dois dos recipientes ou redutor em um. Embora não se consiga avançar com os diâmetros máximos dos bojos e proceder à reconstituição integral de nenhum destes recipientes, este tipo de contentores, de grandes dimensões, apresentam normalmente corpos globulares e fundos planos. Os diâmetros dos bordos dos *dollia* presentes nesta coleção variam entre os 240 mm e os 456 mm. Nenhuma das peças ostenta qualquer motivo decorativo. A morfologia dos bordos e a própria função desta forma cerâmica encontram paralelos em Albufereta (Alicante) (SALIDO DOMÍNGUEZ, 2017: fig. 5) e Baños de Valdearados (Burgos) (BERMEJO TIRADO, 2011: fig. 10 - 1 e 2), onde datam dos séculos IV-V. Os três bordos surgiram nos números de recolha apresentados na Tabela 14.

N.º de peça NMR	Números de recolha	Quadrado	Descrição
1	1	sd	Superfície
51	1	sd	Superfície
54	332	S	Debaixo do Plano 3

Tabela 14 - Proveniência e respetivos números de recolha das talhas/*dollia* representadas no NMR tardo-antigo.

Como se observa, as peças n.º 1 e 51 foram recolhidas à superfície e, portanto, não é possível estabelecer uma relação entre elas e as estruturas arqueológicas escavadas. A peça n.º 54 foi a única exumada na Praça D. Duarte e num plano artificial que, segundo demonstra o registo fotográfico da escavação, parece estar associado ao derrube de uma cobertura de telhas. A fotografia desse plano mostra inclusivamente fragmentos de ímbrices decorados (Anexo II: Figura IV.1.39). Os materiais arqueológicos aí identificados incluem cerâmica proto-histórica brunida, estampilhada, puncionada e com mamilos, fragmentos de cerâmica cinzenta fina, de TSSG, TSAf A, TSHT e de IEV, bem como cerâmica medieval com cordões simples e digitados e com incisões onduladas, além de uma peça de jogo, um cossoiro, afiadores, metais, escórias, vidros e carvões.

Na coleção da Rua das Ameias/Praça D. Duarte há uma forma fechada que se faz representar apenas por um único fragmento, mas que não deixa de ser relevante para demonstrar a diversidade e a função dos recipientes que conformam o conjunto cerâmico. A peça n.º 37 do NMR corresponde a uma **bilha** de bordo espessado ligeiramente esvasado e colo alto e estreito (Anexo II: Figura IV.1.43). Por norma, este tipo de recipientes, destinados ao transporte e transvase de líquidos, têm perfis piriformes ou globulares e possuem uma asa que pode arrancar do bordo ou do colo. O diâmetro da pança é sempre superior ao diâmetro do bocal, tendo-se constatado que este recipiente tinha 52 mm ao nível do bocal e 30 mm ao nível do colo. Esta forma, cuja função é semelhante à dos jarros, distingue-se dos mesmos por apresentar paredes menos espessas e colos com diâmetro mais reduzido. O bordo analisado pertencia a uma bilha montada a torno, cozida em ambiente oxidante e desprovida de decoração. O mesmo foi recolhido no número de recolha 273 (“Corte 1. Destruição do perfil em $x = \pm 205.20$ ”). Por paralelos com os espólios cerâmicos da Quinta do Rouxinol, a peça n.º 37 do NMR data da segunda metade do século IV e inícios do século V d.C. (SANTOS, 2011: Est. XXIX - peça 319).

Já no que concerne à categoria das formas abertas, o NMR obtido para época tardo-antiga inclui os bordos de duas **taças** (Anexo II: Figura IV.1.45). Esta tipologia é caracterizada por peças de paredes arqueadas e perfis hemisféricos, sendo utilizada na preparação e no serviço de alimentos. Os dois bordos de taças correspondem a uma

produção de cerâmica comum e outra de *Terra Sigillata*. O primeiro – peça n.º 98 do NMR – trata-se de uma taça de bordo em aba, sobre o qual foi incisa uma linha ondulada. Apresenta uma coloração cinzenta, indicativa de uma cozedura redutora, e uma montagem a torno. Nas taças, o diâmetro do bordo corresponde ao diâmetro máximo do recipiente; neste caso a peça tem um diâmetro de abertura de 200 mm, ao qual acresce 36 mm da aba. Este bordo de taça foi recolhido no debaixo do Plano 3 do Quadrado M (número de recolha 333) juntamente com cerâmica proto-histórica, com cerâmica laranja fina romana, com bases em disco digitadas e com um vaso troncocónico. A taça em questão tem paralelos em peças semelhantes recuperadas em Las Lagunillas (Valladolid), onde datam do século V d.C. (CENTENO CEA et al, 2013: fig. 10 - 1 e 8).

A taça de *Terra Sigillata* a que corresponde o bordo n.º 6 do NMR é, por outro lado, uma produção de TSHT, produzida nas oficinas do Douro, na forma Palol 10/Ritt. 8t (Anexo II: Figura IV.1.45). Este bordo foi recolhido num plano superficial do Quadrado I (“Em cima do Plano 1”), integrando os materiais do número de recolha 301. Desta peça apenas se conserva o bordo redondo pouco destacado, tendencialmente vertical ou reentrante, e parte da parede curva, que não ostenta qualquer motivo decorativo. O diâmetro de abertura desta taça é de 114 mm, pelo que se trata de uma peça de pequena dimensão. A cronologia das produções de *Terra Sigillata* é discutida mais adiante.

O mesmo número de fragmentos de bordo (dois) quantifica uma outra tipologia de recipientes presentes nos espólios cerâmicos da Rua das Ameias/Praça D. Duarte: os **pratos covos** (peças n.º 82 e 87 do NMR). Estas peças inserem-se na categoria das formas abertas associadas ao serviço de mesa e geralmente são indicativas do consumo de refeições de forma coletiva. Os pratos covos distinguem-se dos restantes pratos por apresentarem paredes mais curvas, fundos rasos e bordos ligeiramente orientados para o interior das peças. Os bordos dos pratos covos são, por norma, uma extensão do bojo, o que se constata pelos dois fragmentos desta forma (Anexo II: Figura IV.1.46). Ambos apresentam bordos contínuos e tenuemente introvertidos, apenas diferenciados por um ligeiro espessamento. Tanto o diâmetro máximo, como o diâmetro de abertura variam entre os 176 e os 186 mm. Em termos de fabrico, os dois pratos covos tardo-

antigos foram montados a torno e apresentam cozeduras em ambiente oxidante. Nenhuma das peças ostenta qualquer decoração. Pelo ligeiro espessamento do bordo e pela exclusiva opção por cozedura oxidante, ambos os exemplares têm paralelos na Quinta do Rouxinol, onde estes pratos covos apareceram em níveis datados da segunda metade do século IV e os inícios do século V d.C. (SANTOS, 2011: Est. IV - peça 87). Os bordos de pratos covos foram recolhidos na escavação da Rua das Ameias, nos números de recolha 94 (Quadrado D ou E) e 100 (que resulta da desmontagem do testemunho E/F). A peça n.º 82 é constituída por dois fragmentos que foram exumados em ambos os números de recolha, mas para os quais não há qualquer informação sobre o plano artificial de origem e sobre a sua relação com estruturas arqueológicas.

Existe ainda na coleção cerâmica um fragmento (peça n.º 5 do NMR) que se insere também na tipologia dos **pratos** (5%) (Anexo II: Figura IV.1.47). Trata-se do bordo de uma TSHT, produzida nas oficinas do Douro, da forma Palol 4. É um prato de paredes oblíquas rematado por um bordo em aba. O fragmento em questão tem, sobre a aba, duas incisões perimetrais e oferece um diâmetro de abertura de 272 mm, ao qual acresce 30 mm da aba, o que encaixa perfeitamente nos padrões desta forma. Este bordo foi identificado num plano superficial do Quadrado N (número de recolha 302), o que não contribui para uma associação fiável entre o plano artificial e as estruturas arqueológicas da Praça D. Duarte.

Outras peças que se adscvem à época romana são os 16 fragmentos de **lucernas**, mas que obviamente não integram a análise do NMR. Todos os fragmentos desta forma cerâmica são de reduzida dimensão, pelo que a sua rigorosa aferição cronológica não é possível avançar. Não obstante, a observação das pastas dos fragmentos, sobretudo a depuração das argilas e o tipo de cozedura (em ambiente oxidante), permite datá-las genericamente de época romana. Trata-se de utensílios destinados à iluminação, produzidos a partir de um molde bivalve que resulta normalmente num objeto de corpo discoide, um bico mais ou menos largo e uma pequena asa. Tanto o disco, como o bico, eram providos de orifícios através dos quais se inseria o combustível (azeite) e se alojava a mecha, respetivamente. Ora, os fragmentos de lucernas da coleção da Rua das Ameias/Praça D. Duarte correspondem apenas a partes do corpo discoide, o que não contribui para a sua aferição cronológica (Anexo II: Figura IV.1.48).

Cerâmica fina

Tem-se vindo a fazer referência a algumas formas cerâmicas, maioritariamente de cerâmica comum, e a algumas particularidades nelas observadas que permitem afinar as sequências ocupacionais da Rua das Ameias/Praça D. Duarte. A coleção cerâmica integra espólios que servem de elementos datantes pelo facto de os seus períodos de produção e circulação estarem já bem definidos e reconhecidos pelos ceramologistas. Falamos das *Terra Sigillatas*. As produções desta classe cerâmica são passíveis de serem balizadas no tempo, permitindo avançar com hipóteses acerca da cronologia de ocupação do espaço. A análise do conjunto das cerâmicas finas romanas foi feita a partir de uma tabela de classificação própria dos fragmentos que se inserem neste tipo de produções. Esta abordagem às *Terra Sigillatas* também se justificou devido à localização do sítio da Rua das Ameias/Praça D. Duarte no centro nevrálgico da cidade romana, na zona do antigo *forum*, e devido ao seu potencial como elementos datantes do contexto arqueológico. Além disso, permitiu averiguar se estas produções apareceram de forma cronologicamente coerente na sequência estratigráfica ou se *Terra Sigillatas* de diferentes cronologias surgiram misturadas num mesmo plano artificial.

O conjunto de ***Terra Sigillatas*** é enformado por 372 fragmentos, o que corresponde a 1.7% da totalidade dos espólios cerâmicos. Tal inclui 97 bordos, 176 bojos, 96 fundos e três tampas de diversos centros produtores e de diferentes períodos de produção e difusão (Gráfico 9). Genericamente, identificaram-se peças de *Terra Sigillatas* fabricadas e importadas das províncias itálica (6.7%), do Sul da Gália (65.6%) e do Norte de África (1.6%), mas também se detetaram peças produzidas em oficinas peninsulares (26%) (Gráfico 10).

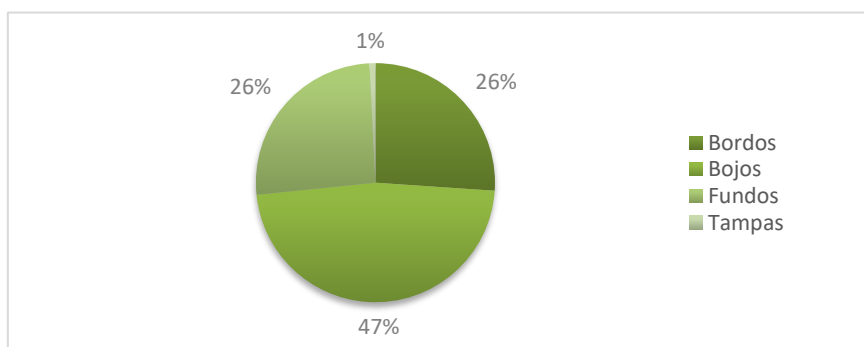


Gráfico 9 - Relação entre tipos de fragmentos de *Terra Sigillata*.

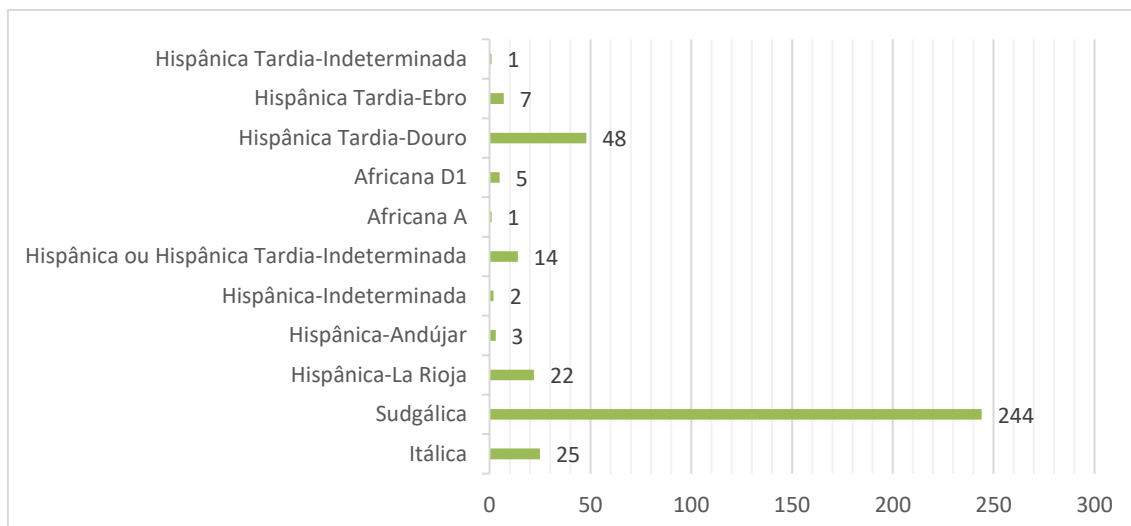


Gráfico 10 - Fragmentos de *Terra Sigillata* por classe/origem.

Os fragmentos correspondentes a produções itálicas constituem o conjunto de *Terra Sigillatas* mais antigas, datadas genericamente entre a segunda metade do século I a.C. e a primeira metade do século I d.C. (ETTLINGER et al, 1990). Arezzo foi o primeiro centro produtor destas cerâmicas finas, as quais refletem uma mudança radical nos serviços de mesa em relação às antigas cerâmicas etruscas e campanienses. Em todo o Império Romano generaliza-se o uso de baixelas com um verniz argiloso vermelho, arenítico, a partir das quais se inspiram outros centros produtores provinciais. Como se pode observar na Tabela 6 do Anexo III, a coleção da Rua das Ameias/Praça D. Duarte engloba 25 fragmentos de TSI, entre os quais se identificaram, por ordem de representatividade, as formas Conspectus 23, Conspectus 33, Conspectus 21.4, Conspectus 20, Conspectus 15 ou 24, Conspectus 7, Conspectus 20.4 e Conspectus 33.1 (ETTLINGER et al, 1990) (Anexo II: Figura IV.1.49). Identificaram-se outros seis fragmentos de origem itálica, cuja forma não foi possível determinar. É importante salientar que a classificação de alguns fragmentos de *Terra Sigillata* se encontrou condicionada pelo grau de erosão dos vernizes e engobes, que são por vezes residuais ou inexistentes devido ao contacto com os solos graníticos que caracterizam o território viseense. Num bojo da forma Conspectus 20.4 (Inv. SE91-327-3) foi aplicado um elemento figurativo – um peixe. Esta produção data entre 40 e 80 d.C. (ETTLINGER et al, 1990), tendo maior expressão nos reinados de Tibério e Cláudio. O prato Conspectus 20.4 foi reconhecido no território português em sítios como o Monte Molião em Lagos (ARRUDA e DIAS, 2018, p. 164), Mesas do Castelinho em Almodôvar (VIEGAS, 2019, pp. 102 e 128), Miróbriga

(QUARESMA, 2012, p. 84), na Praça da Figueira em Lisboa (BOLILA, 2011, p. 50) e em Santarém (VIEGAS, 2003, p. 61).

Após um período de estreita dependência face às formas e às técnicas de fabrico e de decoração dos modelos aretinos, as *Terra Sigillatas* dos ateliers do Sul da Gália ganham uma personalidade própria e chegam a suplantam os mercados consumidores de TSI. As TSSG foram amplamente produzidas e difundidas desde o reinado de Tibério até à primeira metade do século II d.C. (DRAGENDORFF, 1895). A coleção cerâmica em estudo integra 244 fragmentos de TSSG (Anexo III: Tabela 6), 55% dos quais não foi possível determinar a sua forma original. Identificaram-se, no entanto, restos de Drag. 15/17; de Drag. 24/25; de Drag. 18 e 18 marmoreada; de Drag. 27, 27a, 27b, 27b marmoreada e 27c; de Drag. 4/22; de Drag. 16; de Drag. 33; e de Ritterling 5 ou 9 (DRAGENDORFF, 1895; RITTERLING, 1913) (Anexo II: Figura IV.1.50).

Alguns fragmentos de TSSG exibem decorações características deste tipo de produções. A técnica do marmoreado foi usada exclusivamente no revestimento das superfícies exterior e interior *Terra Sigillatas* do Sul da Gália e foi produzida, de forma também exclusiva, nas oficinas de La Graufesenque. A designação de *Terra Sigillata marmorata* fica a dever-se ao aspeto que a sua superfície apresenta. Os serviços desta produção exibem uma cor amarela com laivos de cor vermelha que fazem lembrar o mármore. Embora a exportação destas peças para a Península Ibérica tenha começado em época de Tibério, a sua circulação massifica-se nos reinados de Cláudio e Nero, entre 41 e 68 d.C. (DRAGENDORFF, 1895; CASTELLANO CASTILLO, 1993). Deve sublinhar-se o facto de a *Terra Sigillata* marmoreada aparecer documentada nos sítios arqueológicos em reduzidas quantidades e quantitativamente inferiores em relação a outras cerâmicas de importação. Tal é atestado pela presença de apenas três fragmentos desta produção na coleção da Rua das Ameias/Praça D. Duarte: num bordo da forma Drag. 27b (Inv. SE90-266-62), noutro bordo da forma Drag. 18 (Inv. SE89-105-37) e num fundo cuja forma não foi possível determinar (Inv. SE91-326-217). Foram recolhidos fragmentos de *Terra Sigillata* marmoreada por todo o território peninsular e, em Portugal, a sua presença foi documentada em Conímbriga (DELGADO et al, 1975), Tróia (SOUSA, 1996) e Miróbriga (QUARESMA, 2003).

Ainda no que se refere às decorações de fragmentos de TSSG há que mencionar a presença de dois fundos - um da forma Drag. 27 (Inv. SE90-270-36) e outro de forma indeterminada (Inv. SE91-317-2) - que apresentam vestígios de marcas de oleiro, cuja leitura não foi possível realizar.

As produções importadas, de cronologia alto-imperial, fecham com um único fragmento de TSAf A. O início desta produção data de finais do século I em oficinas do Norte de África e abasteceu não só o mercado regional, mas também, e de forma bastante significativa, os territórios em redor do Mediterrâneo (SERRANO RAMOS, 2005, p. 228). O fragmento de TSAf A reporta a este momento inicial da produção: trata-se do bordo em aba horizontal de um prato Hayes 6A que apresenta um sulco simples no lábio. Esta forma caracteriza-se por um bordo largo e plano, um corpo curvo ligeiramente carenado e um pé curto. O fundo ostenta normalmente um círculo roletado na face interna (HAYES, 1972, p. 29). As produções de TSAf A definem-se por pastas vermelhas alaranjadas ou vermelhas-tijolo, de textura granulosa por conter finos elementos de micas, quartzo ou calcário. A superfície do bordo em estudo exhibe um verniz vermelho opaco e que provavelmente revestiria todo o recipiente, tomando inspiração nas TSI e TSSG (RAYNAUD, 1993, p. 170).

Além das peças que se classificaram como sendo oriundas de centros produtores localizados em várias províncias do Império Romano, identificaram-se igualmente fragmentos de *Terra Sigillatas* produzidas na Península Ibérica (7.2%), nas oficinas de Andújar e de La Rioja (Anexo III: Tabela 6). A TSH de origem bética gravita em torno do centro produtor de Los Villares de Andújar e de uma série de oficinas-satélites localizadas nas províncias de Granada e Málaga (FERNÁNDEZ GARCÍA e ROCA ROUMENS, 2008, p. 309). O início do funcionamento deste centro oleiro começa ainda em época júlio-cláudia, experimentando o maior volume de produção no reinado dos Flávios e mantendo-se ativo até ao século II (FERNÁNDEZ GARCÍA e RUIZ MONTES, 2005, p. 141). As peças aí elaboradas caracterizam-se por pastas de tonalidades que variam entre o rosa e o ocre. Os núcleos apresentam ENP's argiloso-calcários e as superfícies vernizes vermelhos normalmente brilhantes, homogêneos e aderentes (FERNÁNDEZ GARCÍA e RUIZ MONTES, 2005, p. 141). As *Terra Sigillatas* béticas tiveram um alcance mais preponderante no centro da Península Ibérica, ainda que esporadicamente se

detete em sítios limítrofes, como no sul de Portugal. Fora do território peninsular, as *Terra Sigillatas* béticas têm uma projeção importante no Norte de África, na antiga província romana da Mauritânia Tingitana (FERNÁNDEZ GARCÍA e ROCA ROUMENS, 2008, pp. 312-313).

As peças provenientes do centro produtor de La Rioja – ou de *TRITIVM MAGALLVM* –, por sua vez, apresentam particularidades intrínsecas ao seu local de origem, o vale do Rio Ebro. Exibem pastas avermelhadas claras, quase rosadas, e os vernizes vermelhos ou alaranjados brilhantes, aderentes e compactos. No século II, as *Terra Sigillatas* aí produzidas oferecem já tonalidades mais alaranjadas e perdem brilho e compacidade (ROMERO CARNICERO e RUIZ MONTES, 2005, p. 188). É um centro oleiro com um período produtivo superior a dois séculos, iniciando-se em meados do século I d.C. e perdurando até ao século IV d.C. No que respeita aos limites da sua difusão, a TSH imperial de La Rioja atinge toda a Península Ibérica – incluindo a Bética, onde concorre com a *Terra Sigillata* produzida em Andújar -, e a Mauritânia Tingitana (FERNÁNDEZ GARCÍA e ROCA ROUMENS, 2008, p. 314).

A coleção arqueológica da Rua das Ameias/Praça D. Duarte integra fragmentos de TSH que correspondem essencialmente a formas de Drag. 15/17; de Drag. 18; de Drag. 18 de perfil clássico; de Drag. 27; e de Drag. 30 (DRAGENDORFF, 1895) (Anexo II: Figura IV.1.51). Apenas não foi possível classificar um fragmento. Pela designação formal que foi dada às formas de origem hispânica, rapidamente se infere a inspiração que as *Terra Sigillatas* produzidas em território peninsular tomaram dos protótipos sudgálicos (FERNÁNDEZ GARCÍA e ROCA ROUMENS, 2008, pp. 310-311).

O conjunto de *Terra Sigillatas* que mais contribui para o estudo das transformações do centro histórico de Viseu a partir do século IV é aquele que incorpora as produções mais tardias desta classe cerâmica. Existem, na coleção artefactual da Rua das Ameias/Praça D. Duarte, 61 fragmentos (16%) que reportam a cronologias pós-século III, provenientes dos centros produtores peninsulares e norte-africanos, os últimos em funcionamento até ao século VII (SERRANO RAMOS, 2005, p. 228) (Anexo III: Tabela 6). É de referir que existem ainda 14 fragmentos (4%) de origem hispânica que não foi possível distinguir se se tratavam de produções alto-imperiais ou tardias. A grande novidade no que respeita

às produções tardias de TSHT reside na inexistência de peças produzidas nas oficinas de Andújar e de as produções do vale do Ebro serem já minotárias em relação com as de um novo centro produtor: o vale do Douro. O papel hegemónico dos ateliers riojanos durante o Alto-Império entrou em competição com esta nova área de produção a partir do século III d.C., a qual foi gradualmente garantindo o abastecimento de antigos mercados dependentes das produções do Vale do Ebro (JUAN TOVAR, 2000, p. 107). Estabeleceram-se novos centros produtores na bacia do Rio Douro, sobretudo nas atuais províncias de Burgos e de Zamora, entre as quais se destacam Villanueva de Azoague (Zamora), Mambrillas de Lara (Burgos), Covarrubias (Burgos) (JUAN TOVAR, 2000, p. 106) e também nas antigas cidades romanas de *Tiermes* (Montejo de Tiermes, Soria) e *Clunia* (Peñalba de Castro, Burgos) (MAYET, 1984, pp. 284-285). A significativa concentração destes centros produtores ao longo do Rio Douro supõe que o mesmo seria a via privilegiada para executar o abastecimento até ao consumidor (CARNEIRO e SEPÚLVEDA, 2004, p. 444). As oficinas durienses ganham protagonismo nos contextos tardios do norte peninsular e acabam por suplantar as produções riojanas no final do século IV e durante grande parte do século V (RODRÍGUEZ-ARAGÓN, 2014, p. 149). As TSHT do vale do Douro predominaram neste período especialmente quando iniciaram a produção de cerâmicas decoradas com grandes círculos, cujo estilo viria a ser denominado por Françoise Mayet como “o segundo estilo” da TSHT (MAYET, 1984).

Infelizmente, ainda são poucos os estudos que se focam nas produções de *Terra Sigillatas* do Douro em Portugal. Há que mencionar, no entanto, o estudo de Manuela Delgado publicado nos *Fouilles de Conímbriga* acerca dos materiais recolhidos em escavações das décadas de 1960 e 1970 (DELGADO, 1975), o artigo de André Carneiro e Eurico Sepúlveda (2004) sobre a TSHT do concelho de Fronteira e outras publicações que referem a presença de TSHT do Douro em Chaves (CARNEIRO e LOPES, 2014) e em Trás-os-Montes (LE MOS, 1993).

A forma mais representada de TSHT na coleção da Rua das Ameias/Praça D. Duarte em termos quantitativos é a Drag. 37t, em número de 42 fragmentos, sendo 37 provenientes das oficinas de TSHT do Douro e cinco do vale do Ebro. Trata-se de peças de perfil acampanado, com um bordo orientado para o exterior e um corpo globular, terminando num pé baixo (Anexo II: Figura IV.1.52). A transição entre o bordo e o bojo

é suave e contínua, fazendo-se por vezes através de finas incisões que separam o campo decorativo frequentemente presente na parte inferior da peça. Segundo Paz Peralta (2008), a Drag. 37t data de 380 d.C. e é produzida até meados do século V d.C.. O fim da sua produção está datado da primeira metade do século V d.C. na Ría de Vigo (FERNÁNDEZ, 2014, p. 40). Este é um dos tipos que integram o repertório das formas de TSHT mais profusamente decoradas (Gráfico 11). Dois dos fragmentos de Drag. 37t são bojos decorados com motivos circulares, realizados a molde, inserindo-se no “segundo estilo” de Mayet (1984). Este estilo caracteriza-se por uma decoração à base de grandes círculos ou semicírculos, justapostos ou secantes, que enquadram um motivo central (MAYET, 1984, pp. 249-261). O início desta matriz decorativa está datado da primeira metade ou meados do século IV na *villa* de La Olmeda (PALOL e CORTÉS, 1974, p. 29 e pp. 114-116; MAYET, 1984, p. 265). Em *Caesaraugusta*, *Turiaso* e Valeja de San Pez, o seu começo está documentado em meados do século IV d.C. (PAZ PERALTA, 1991, p. 113). O Estilo II de Mayet tem o seu apogeu no século V como comprova, a título de exemplo, a estratigrafia do subúrbio norte de *Augusta Emerita* (BUSTAMANTE, 2010, p. 433) e os setores funerários da cidade da *Ammaia* (QUARESMA, 2015, p. 26). Paz Peralta defende a cessação da produção de formas de TSHT com este estilo decorativo nos finais do século V / inícios do século VI d.C. (PAZ PERALTA, 1991, p. 13).

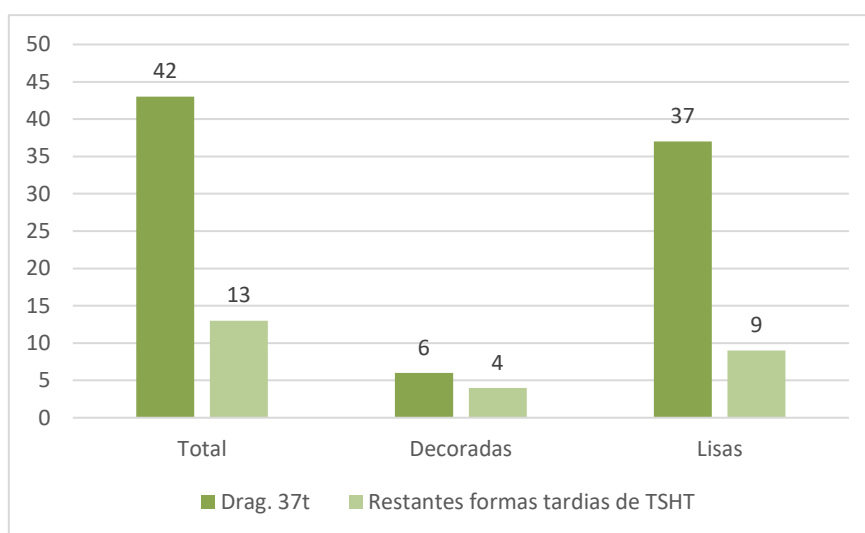


Gráfico 11 – Rua das Ameias/Praça D. Duarte: relação entre fragmentos decorados de TSHT Drag. 37t e outras formas decoradas de TSHT.

No conjunto de formas de TSHT identificaram-se também sete fragmentos da forma Palol 4 (Anexo II: Figura IV.1.53), entre os quais um bordo, um bojo e cinco fundos. Todos correspondem a produções de TSHT, provenientes das oficinas do Douro. A forma Palol 4 trata-se de um prato de paredes oblíquas rematado por um bordo em aba horizontal, inspirado no prato Hayes 59 de TSAf. O único fragmento de bordo desta forma corresponde à peça n.º 5 do NMR e apresenta sobre a aba duas incisões perimetrais. O bordo oferece um diâmetro de abertura de 272 mm, ao qual acresce 30 mm da aba, o que encaixa perfeitamente nos padrões desta forma. O fragmento de fundo SE91-301-28 ostenta, no interior, uma decoração roletada. Este é, segundo L. C. Juan Tovar, o prato mais abundante e representativo entre as produções de *Terra Sigillatas* tardias (JUAN TOVAR, 2000, p. 62). A variabilidade formal desta forma faz pensar que se trata de um modelo que se produziu durante um longo período de tempo. A forma Palol 4 de TSHT circulou entre 330/350 e 500 d.C., cujas cronologias se encontram atestadas em sítios arqueológicos como a *villa* romana de La Olmeda e Quintanilla de la Cueva, ambos em Palencia (PALOL e CORTÉS, 1974; JUAN TOVAR, 2000), na Ría de Vigo (FERNÁNDEZ, 2014), em Conímbriga (DELGADO, 1975, p. 320) e nas termas romanas de Chaves (CARNEIRO e LOPES, 2014, p. 556). Este prato, em particular, revela grande inspiração nas *Terra Sigillatas* norte-africanas e especialmente na forma 59 de Hayes, produzida em torno de 320 d.C. (HAYES, 1972).

Identificou-se ainda um fundo de TSHT Palol 3 ou 4 (Inv. SE89-95-6) (Anexo II: Figura IV.1.53). Trata-se de um fragmento de TSHT do Douro e pertencerá certamente a uma ou outra forma, por apresentar vestígios de palmetas estampilhadas. A corresponder à forma Palol 3, este fundo, ligeiramente convexo, faz parte de um prato muito semelhante à forma Palol 4, divergindo apenas na elevação do bordo em aba (JUAN TOVAR, 2000, p. 60). Segundo L. C. Juan Tovar, a forma Palol 3 é uma derivação da forma Hayes 45 de TSAf, na variante C (JUAN TOVAR, 2000, p. 60). A cronologia inicial deste fragmento deve rondar o ano de 320 d.C. e o final da sua produção não deve passar o século V (PALOL e CORTÉS, 1974; JUAN TOVAR, 2000; FERNÁNDEZ, 2014). Recolheram-se exemplares da forma Palol 3 em território português em sítios como Conímbriga (DELGADO, 1975) e Fronteira (CARNEIRO e SEPÚLVEDA, 2004, p. 445).

O conjunto de *Terra Sigillatas* tardias inclui igualmente fragmentos de produções norte-africanas. Foram identificados quatro fragmentos de fundos na coleção da Rua das Ameias/Praça D. Duarte que mostram semelhanças aos fundos das formas 59 e 61 de Hayes (Anexo II: Figura IV.1.54). Não foi possível corresponder os fundos, com um alto nível de certeza, a uma ou outra forma, uma vez que não se conservaram bordos de nenhuma e que são consideravelmente diferentes em ambas. Trata-se de fundos planos, nos quais a forma 4 de Palol se inspirou. Apesar de ser muito frequente o surgimento de decoração estampilhada no interior dos fundos de Hayes 59 ou 61, nenhum dos fragmentos da coleção se encontrava decorado. Trata-se, no entanto, de fragmentos de TSAf D1, que correspondem à produção mais tardia das *Terra Sigillatas* africanas, com uma cronologia entre o século IV e o século VII d.C.. A TSAf da variante D é a mais disseminada e a mais abundante das cerâmicas de importação finas em época tardia. A sua presença foi rastreada em toda a bacia do Mediterrâneo, na costa atlântica de Marrocos, na Aquitânia, no sul da Bretanha, no eixo dos rios Ródano/Saône/Reno, no sul da Gália e na Península Ibérica (RAYNAUD, 1993, p. 190). A forma que sugerem os quatro fragmentos de TSAf D1 da coleção arqueológica em estudo aponta para uma cronologia de produção nas oficinas norte-africanas entre 320 e 420/450 d.C. (HAYES, 1972).

Identificou-se igualmente um fundo de forma indeterminada decorado com palmetas estampilhadas (Inv. SE90-273-43) (Anexo II: Figura IV.1.54). O tipo de decoração e as particularidades da pasta do fragmento enquadram-se nas produções de TSAf e no Estilo A(ii)-(iii) de Hayes (HAYES, 1972, pp. 218-219). Este fragmento pertence à primeira fase de produção das variantes D – a variante D1 -, cujo início data do século IV, e durante a qual se fabricaram formas que perduraram até ao século VI d.C. (HAYES, 1972, p. 217). O Estilo A(ii)-(iii) é bastante frequente no fundo de pratos e taças largos, nos quais predominam as matrizes vegetalistas e geométricas estampilhadas, muitas vezes até combinadas para formar composições mais elaboradas (HAYES, 1972, pp. 217-218).

Entre as produções hispânicas tardias também se determinou a presença de três fragmentos de Hisp. 7, duas do vale do Ebro e uma do Douro. Trata-se de fragmentos de uma tampa que foi relativamente abundante entre as produções de *Terra Sigillata* hispânicas, quer alto-imperiais, quer tardias. Aparece em contextos tardios como no

setor da Porta sul da *Ammaia* (QUARESMA, 2012, p. 286) e em sítios arqueológicos do concelho de Fronteira (CARNEIRO e SEPÚLVEDA, 2004, p. 446). Esta tampa apresenta normalmente paredes planas oblíquas e um bordo redondo. As peças na coleção da Rua das Ameias/Praça D. Duarte exibem um ligeiro polimento das superfícies exterior e interior (Anexo II: Figura IV.1.55).

A forma Ritt. 8t ou Palol 10 está representada na coleção cerâmica da Rua das Ameias/Praça D. Duarte por um bordo de TSHT do Douro (Anexo II: Figura IV.1.53). É presumível que derive da forma alto-imperial, já que apresenta, como ela, um bordo redondo tendencialmente vertical, encimado por um lábio contínuo e não destacado do corpo da peça. Trata-se de uma taça algo profunda de paredes curvas e pé anelar baixo. A par da forma Drag. 37t, as taças da forma 10 de Palol são as mais representadas, em termos quantitativos, entre as produções tardias de *Terra Sigillatas* hispânicas (JUAN TOVAR, 2000, p. 76). Esta forma circulou entre a segunda metade do século IV e a segunda metade do século V d.C., segundo o que atestam os níveis arqueológicos de Quintanilla de la Cueva, em Palencia (JUAN TOVAR, 2000), da Ría de Vigo (FERNÁNDEZ, 2014) e de Las Lagunillas, em Valladolid (CENTENO CEA et al, 2013). O centro produtor de Mambrillas de Lara, em Burgos, foi um dos locais da produção das taças Palol 10/Ritt. 8t (JUAN TOVAR, 2000, p. 78). A taça Palol 10 surge também no subúrbio norte de *Augusta Emerita* no século IV (BUSTAMANTE, 2013, p. 102) e prolonga-se até finais do século V em *Caesaraugusta* (PAZ PERALTA, 1991, pp. 24-30). A Ritt. 8t aparece no balneário da Rua D. Afonso Henriques, em Braga (RIBEIRO et al, 2014, p. 498), e em Quintanilla de la Cueva, onde esta forma é a mais representada quantitativamente e aparece normalmente em quantidades muito semelhantes que a forma Drag. 37t (JUAN TOVAR, 2000, p. 76 e p. 86).

A forma Palol 1 ou Hisp. 82/83 encontra-se também representada na coleção por apenas um único fragmento. Trata-se do bordo que corresponde a um prato de bordo reto e lábio engrossado proveniente das oficinas de TSHT do Douro (Anexo II: Figura IV.1.53). De acordo com L. C. Juan Tovar, “*Su origen formal se desconoce, no existiendo paralelos claros en ninguna de las producciones que influyen sobre la tardía, por lo habría que considerar la posibilidad de una creación exclusivamente hispana*” (JUAN TOVAR, 2000, p. 72). A tratar-se da forma Palol 1, o mesmo deverá datar entre a segunda metade do

século IV d.C. e o século V d.C., uma vez que aparece documentada em Conímbriga (DELGADO, 1975), Mérida (MAYET, 1984), na *villa* romana de La Olmeda (GUTIÉRREZ PÉREZ, 2014, p. 528) e na de Quintanilla de la Cueva (JUAN TOVAR, 2000, p. 71).

Nas produções de *Terra Sigillatas* patentes na coleção da Rua das Ameias/Praça D. Duarte é seguro avançar que, no que concerne aos modelos decorativos, existem técnicas exclusivas deste tipo de cerâmica fina. Na coleção detetam-se fragmentos decorados a guilhoché, a roleta e com motivos produzido através de molde. A decoração em guilhoché consiste na gravação de padrões intrincados e repetitivos na pasta das peças por meio de um engenho rotativo com o mesmo nome. Esta técnica foi exclusiva de fragmentos de TSI e TSSG, aparecendo num bordo de TSI Conspectus 20; em seis bordos de TSI Conspectus 23, em dois bordos de TSI Conspectus 33, em 12 bojos e oito bordos de TSSG Drag. 24/25, em quatro bojos de Drag. 27, num bordo de TSSG Drag. 27a e num bojo de TSSG Ritt. 5 ou 9 (Anexo III: Tabela 6). O guilhoché aparece como técnica decorativa representada na coleção cerâmica em 2% de todos os fragmentos decorados.

A decoração a molde é também uma das características dos repertórios de formas decoradas de *Terra Sigillata*. Essa técnica permitiu multiplicar os esquemas decorativos, dos quais são exemplo os motivos vegetalistas, bem como os motivos em métopas e em círculos, e que estão presentes na coleção da Rua das Ameias/Praça D. Duarte. Foram observadas decorações a molde sobretudo em fragmentos de TSSG (13 bojos e quatro bordos) e de TSHT Drag. 37t (seis bojos), mas também em três bordos de TSI Conspectus 21.4 e num bojo de TSI Conspectus 20. A decoração a molde aparece na coleção cerâmica da Rua das Ameias/Praça D. Duarte em 1.5% de todos fragmentos decorados.

A roleta, por sua vez, é uma técnica decorativa realizada com recurso a um pequeno rolo, dentado, que se faz avançar rodando sobre si mesmo e que imprime um motivo de forma uniforme. A peça a ser decorada com esta técnica era colocada no torno, de modo a permitir que os motivos se distribuíssem de forma contínua e repetitiva (MÍNGUEZ MORALES, 2005, p. 337). Esta técnica aparece maioritariamente associada, na coleção da Rua das Ameias/Praça D. Duarte, a fragmentos de cerâmica cinzenta fina, de cerâmica de paredes finas, mas também de *Terra Sigillatas*, pelo que a cronologia da

utilização desta técnica é muito ampla e constata-se entre os séculos I e V d.C. Nas produções de *Terra Sigillata*, a decoração com recurso a roleta observou-se no interior de um fundo de TSHT da forma Palol 4 (Inv. SE91-301-28) (Anexo II: Figura IV.1.52), num fundo de TSSG da forma 15/17 (Inv. 12129), bem como num bojo e num fundo de TSHT da forma Drag. 37t (Inv. SE91-325-257 e 1296, respetivamente). A técnica da impressão por roleta surge representada na coleção cerâmica em 0.5% de todos fragmentos decorados.

Uma análise de conjunto, expressa pela Tabela 7 do Anexo III, permitiu verificar que as produções de *Terra Sigillatas* de cronologia imperial (TSI, TSSG, TSH e TSAf A) perfazem 80% deste tipo de cerâmica fina. Apenas 16% correspondem a produções tardias, limitadas a apenas 56 fragmentos de TSHT e cinco de TSAf D1 (Gráfico 12).

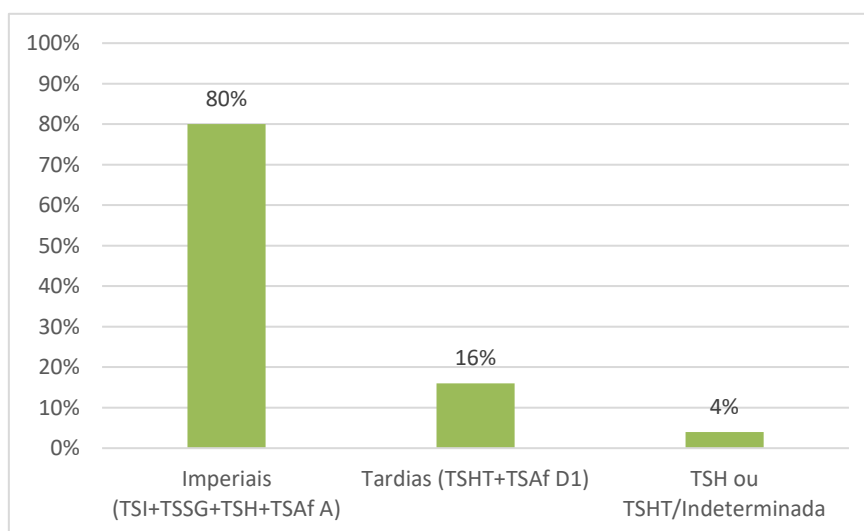


Gráfico 12 - Relação entre produções alto-imperiais e tardias de *Terra Sigillata*.

A grande discrepância entre as produções do Alto-Império e as de época tardo-antiga é consonante com a importância da cidade de Viseu nos primeiros séculos do Império Romano. Viseu era capital da *civitas* dos *Interanniensis* e era uma das *civitates* que integrava a geografia administrativa do Centro do atual território português. A sua situação geográfica demonstra a sua capitalidade, a qual se vê reforçada quando, em época romana, se abrem vários eixos viários que em Viseu se vão cruzar. A cidade torna-se um ponto de interceção de estradas imperiais importantes, conferindo-lhe uma condição geoestratégica privilegiada como centro de circulação de pessoas e de bens,

mas também como centro de consumo de serviços de mesa e de cerâmicas finas. A presença de *Terra Sigillatas* de cronologia imperial na colina da cidade e na intervenção arqueológica em estudo é sintomática da construção dos principais edifícios públicos nesse local, como o *forum*, o templo do *forum*, a basílica e edifícios de carácter comercial. Ainda que se assuma que Viseu seja uma fundação de Augusto (ALARCÃO, 1989, p. 31; VAZ, 1997, p. 343), é dos reinados Cláudio-Nero (41-68 d.C.) que datam a grande maioria dos fragmentos de TSI e TSSG, pelo que deve tratar-se do período de maior esplendor construtivo na cidade. A partir do final dessa dinastia e até à primeira metade do século II d.C., o volume de cerâmicas importadas tende a diminuir e começam a entrar em Viseu os serviços de mesa hispânicos provenientes das oficinas de La Rioja e de Andújar. É de realçar a impossibilidade de determinar a cronologia e o centro produtor de 4% dos fragmentos que integram o conjunto das *Terra Sigillatas*, pelo que não foi possível averiguar se se tratavam de TSH ou de TSHT.

A observação atenta dos dados também permitiu constatar que a importação de *Terra Sigillatas* em época alto-imperial era superior às produzidas em território peninsular (Tabela 15). As cerâmicas importadas totalizaram nesse período 91% das peças.

Produções do Alto-Império ⁷	Total de fragmentos	%
Importações (TSI + TSSG + TSAf A)	270	91
Peninsulares (TSH)	27	9

Tabela 15 - Relação entre as produções de *Terra Sigillatas* imperiais importadas e peninsulares.

O mesmo cenário não se verificou a partir do século IV. As produções de TSHT do Douro e do Ebro alimentaram os mercados peninsulares de forma quase autossuficiente até finais do século V d.C., de tal modo que a circulação dos produtos africanos diminuiu consideravelmente. Segundo A. Vigil-Escalera, a TSHT é a principal classe cerâmica cuja difusão é um fator de homogeneidade durante todo o século IV e boa parte da centúria seguinte (VIGIL-ESCALERA, 2015, p. 98). A sua presença está comprovada por toda a

⁷ Não se incluíram nas contabilizações desta tabela os fragmentos que se determinaram como *TSH* ou *TSHT/Indeterminada*, ou seja, os fragmentos de origem hispânica cujo centro de produção não foi possível verificar macroscopicamente.

Península Ibérica, em contextos urbanos e rurais, e em regiões onde as importações mediterrânicas não chegaram ou chegaram em reduzida quantidade (VIGIL-ESCALERA, 2015, p. 98). Em Viseu, esta situação confirma-se, uma vez que as produções tardias de TSH suplantam em 92% as cerâmicas finas importadas do Norte de África (Tabela 16).

Produções tardias ⁸	Total de fragmentos	%
Importações (TSAf D1)	5	8
Peninsulares (TSHT)	56	92

Tabela 16 - Relação entre as produções de *Terra Sigillatas* tardias importadas e peninsulares.

Infelizmente não é possível afinar a cronologia do conjunto de fragmentos de TSHT da Rua das Ameias/Praça D. Duarte, dada a inexistência de dados estratigráficos fiáveis e a mistura com materiais arqueológicos de cronologias muito diversas num mesmo plano artificial. No entanto, é certo que os 56 fragmentos desta produção atestam a ocupação do morro da Sé nos últimos anos do Império e nos inícios da Alta Idade Média e que são também consonantes com o *terminus post quem* que oferece a moeda constantiniana recolhida na escavação. Sobre a validade desta moeda como elemento datante já nos detivemos anteriormente e sobretudo sobre as dúvidas acerca da sua relação espacial com o pavimento em *opus signinum* mais antigo identificado na escavação (*Opus 2*).

O fim da produção de TSHT aparenta rondar os finais do século V d.C. (PAZ PERALTA, 2008, p. 507). Alfonso Vigil-Escalera defende que a atividade das oficinas de TSHT parece cessar à medida que se foram desprimorando os processos técnicos envolvidos na sua produção, particularmente “*el control de la temperatura del horno, una cierta vitrificación del barniz, el flujo de aire, los procesos de decantación y maceración de los barro, la composición exacta de la mezcla para obtener el barniz, el exigente modelado a través de un doble proceso diferenciado para la parte decorada y la del resto del vaso*” (VIGIL-ESCALERA, 2015, p. 104). O seu desaparecimento deve ser interpretado, por um lado, pelo declínio e pela desestruturação do sistema económico tardo-imperial que sustentava a produção e a comercialização das *Terra Sigillatas* estandardizadas

⁸ Nesta tabela não se incluíram os fragmentos que se classificaram como *TSH* ou *TSHT/Indeterminada* pelas mesmas razões.

(TEJERIZO GARCÍA, 2016, p. 247). Por outro lado, o declínio da TSHT expressa também uma mudança de gostos e a transformação das práticas de preparação, serviço e consumo de alimentos (GUTIÉRREZ GONZÁLEZ e HERNÁNDEZ, 2016, p. 152).

4.1.2.4. A cerâmica alto-medieval

O conjunto de bordos que integraram a tabela do NMR de época alto-medieval conformam 77% do NMR de referência e é constituído por fragmentos cujo perfil materializa uma série de formas fechadas – potes/panelas, jarros, cântaros, talhas, potes e um púcaro – e de formas abertas – alguidares troncocónicos e pratos covos (Gráfico 13). De uma forma geral, este conjunto é caracterizado por bordos de peças cozidas maioritariamente em ambiente redutor (55%), mas também em ambiente oxidante (26%) e misto (19%) (Gráfico 14). Constatou-se que 30% dos bordos deste NMR se encontram decorados (Gráfico 15), quer através de incisão, quer através de decoração plástica, pintura, caneluras, estampilhagem, ou através da combinação de cordões plásticos com incisões ou motivos estampilhados (Gráfico 16). Os motivos decorativos produzidos não se restringem à superfície exterior dos bojos das peças, mas também à superfície interior, às asas (quando são formas asadas) e aos bordos (Gráfico 17).

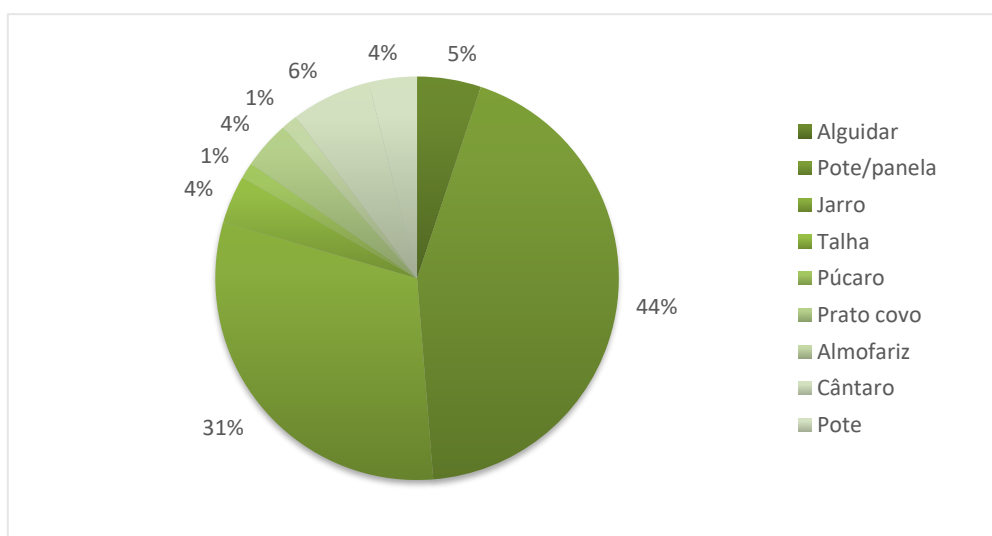


Gráfico 13 – Quantificação das formas de cerâmica alto-medieval.

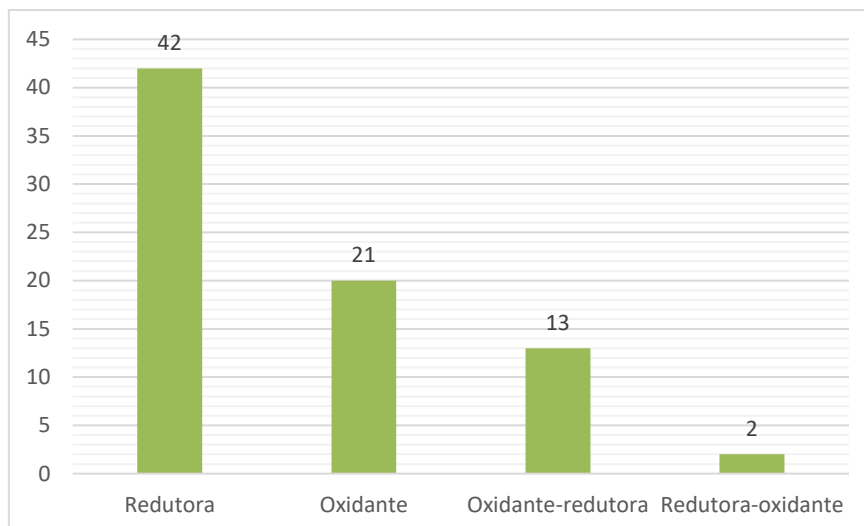


Gráfico 14 – Tipos de cozeduras patentes no NMR de época alto-medieval.

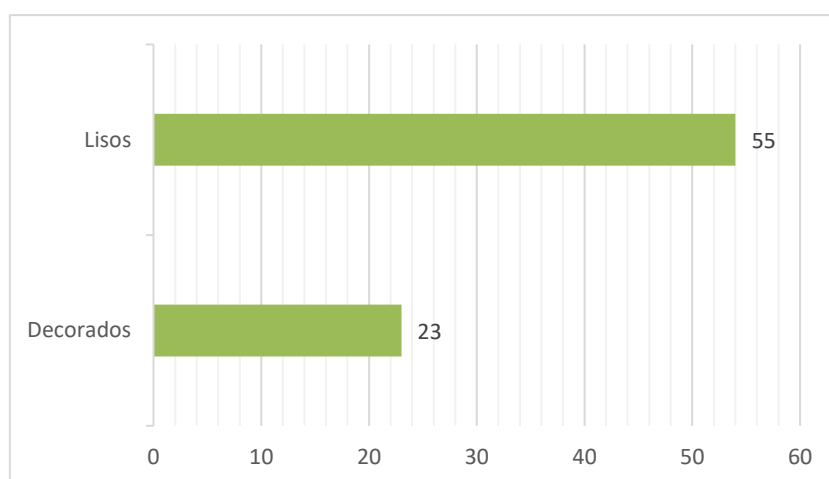


Gráfico 15 – Relação entre fragmentos lisos e decorados.

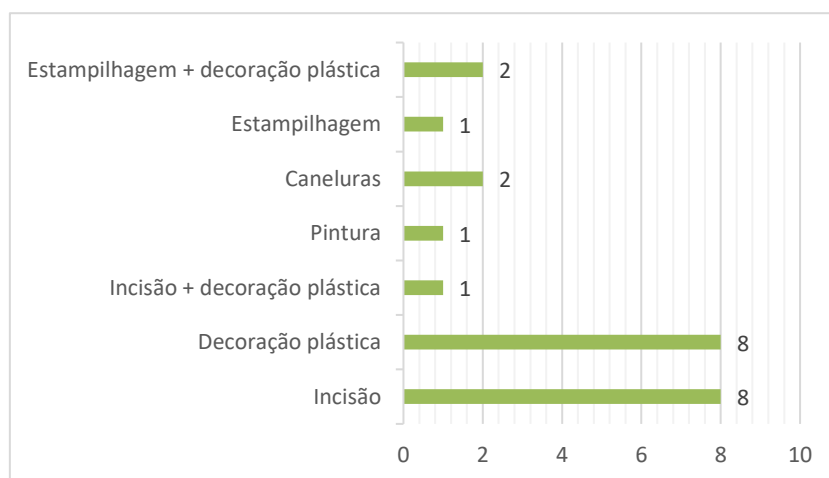


Gráfico 16 - Técnicas de decoração observáveis no NMR alto-medieval.

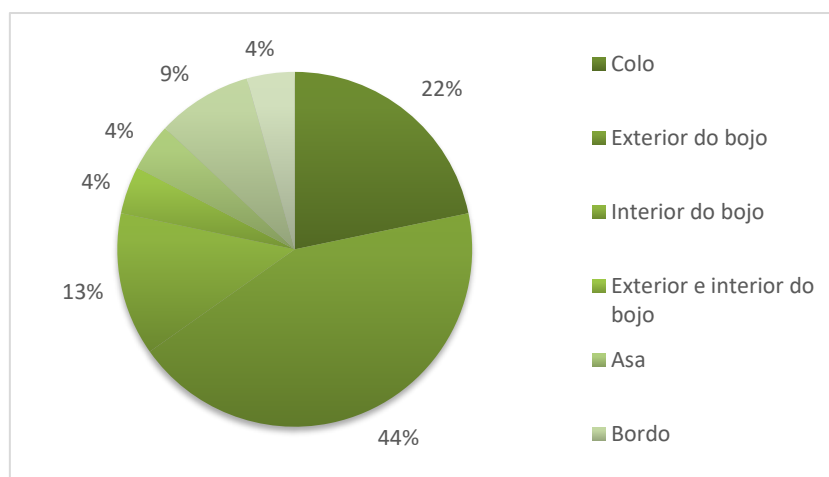


Gráfico 17 – Localização dos motivos decorativos.

Cerâmica comum de eventual produção local

Acerca dos perfis das formas fechadas, como já foi mencionado anteriormente, foram incluídos bordos de 39 **potes/panelas** no NMR (38%) (Anexo II: Figura IV.1.56). Destes, 34 correspondem a produções alto-medievais. Os potes tendem a servir como recipientes de armazenamento, mas também fizeram parte dos serviços de preparação de alimentos quando utilizados como panelas. Daí que se designe genericamente de “pote/panela” um tipo de peça fechada cuja função é de difícil distinção. Não há particularidades morfológicas que distingam os potes das panelas. A presença de marcas de fogo na superfície externa pode ser um elemento diferenciador, uma vez que as panelas estão destinadas a cozinhar alimentos ao lume e os potes a guardá-los. A utilização de potes/panelas na preparação de alimentos sugere o consumo de refeições à base de cozidos e estufados (SOUZA, 2016, p. 51). Ambas as formas têm tamanhos variáveis, mas normalmente são recipientes fechados, de perfil em “S”, colo estrangulado e fundo plano, com uma ou duas asas e, por vezes, com encaixes para tampas. O diâmetro máximo do bojo é superior ao diâmetro da boca. A impossibilidade de remontar integralmente qualquer uma das 34 peças não permitiu apurar os diâmetros máximos dos bojós; ainda assim, os diâmetros da boca variam entre os 128 e os 414 mm.

Os bordos dos potes/panelas de época alto-medieval da Rua das Ameias/Praça D. Duarte apresentam maioritariamente uma morfologia biselada, quadrangular ou redonda, alguns deles com espessamento exterior. Todos se encontram invariavelmente orientados para o exterior da peça (Anexo II: Figura IV.1.56). Apenas um dos 34 bordos desta tipologia denuncia uma montagem mista (peça n.º 120 do NMR), pelo que as restantes peças foram montadas exclusivamente a torno. Os potes/panelas analisados foram cozidos, quer em ambiente redutor (11 fragmentos), quer em ambiente oxidante (14), ou combinando mais do que um tipo de cozedura (nove). Onze dos 34 fragmentos de potes/panelas que integram o NMR de época alto-medieval apresentam motivos decorativos e alguns ostentavam, no rebordo, o encaixe para uma tampa. Entre o repertório decorativo nesta tipologia, os motivos mais representados são os cordões plásticos digitados ou cordões simples na zona do colo, verificando-se também incisões simples ou onduladas, bem como faixas de incisões simples formando caneluras. A decoração através de incisões onduladas em potes/panelas parece ser uma tradição que remonta à tardo-antiguidade e que se mantém durante toda a Alta Idade Média. Os 34 bordos de potes/panelas foram recolhidos nos números de recolha que se apresentam na Tabela 17.

N.º de peça NMR	Números de recolha	Quadrado	Descrição
18	1	sd	Superfície
34	268	sd	Alicerce do círculo
49	97	B	Camada cinzenta muito mole
62 e 115	326	M	Debaixo do Plano 2
63 e 113	307	I	Debaixo do Plano 1
65 e 66	318	R	sd
71	71	B/C	Testemunho B/C
72, 76 e 114	352	T	Em cima do Plano 1
73	333	M	Debaixo do Plano 3
75 e 105	355	O	sd
77	95	D	Entre a torre e o muro (abaixo da camada de pedras)
78	84	E	sd
79	305	R	Em cima do Plano 1
95	323	N	Debaixo do Plano 4
96	359	O/N	Sobre o pavimento entre os Quad. O/N
97	358	O/N	Testemunho O/N
99	273	Corte 1	Destruição do perfil em x= ± 205.20
100	72 e 259	Quad. E e Corte 1	Debaixo do Plano 2
101	sd	sd	sd

102	252	sd	Derrube do pavimento romano
103	288	Corte 3	Debaixo do Plano 3
104	291 e 293	Corte 3	Debaixo do Plano 5 e debaixo do Plano 6
106	301	I	Em cima do Plano 1
107	341	H/D	Testemunho H/D
110	sd	sd	sd
111	346	H/I	Testemunho H/I
112	312	H	Debaixo do Plano 2
120	311 e 333	N e M	Quad. N – Debaixo do Plano 2 Quad. M – Debaixo do Plano 3

Tabela 17 - Proveniência e respetivos números de recolha dos potes/panelas representados no NMR alto-medieval.

De acordo com os níveis de estudo que se seleccionaram no ponto 4.1.1.1. *Cronostratigrafia artificial* deste capítulo, os números de recolha 1, 71, 97, 273, 301, 305, 318, 341, 346, 352, 355 e 358 foram descartados por corresponderem a planos artificiais de superfície, à desmontagem/limpeza de testemunhos ou por não terem qualquer descrição quanto à sua georreferenciação. São, portanto, planos estratigráficos que não permitem estabelecer relações entre materiais e estruturas arqueológicas. Assim, como janela de observação, conta-se apenas com 16 dos 34 dos potes/panelas incluídos no NMR de época alto-medieval (47%). A análise que se consegue fazer desse conjunto mais reduzido inicia-se com a constatação de que nove potes/panelas foram recolhidos durante a intervenção de 1991 na Praça D. Duarte e que confirma, de forma relativa, que os níveis alto-medievais se encontram melhor preservados nessa área, sobretudo os escavados nos Quadrados H, I, N e O. Nessas quadrículas foram identificadas estruturas arqueológicas que pensamos enquadrarem-se num horizonte alto-medieval: são elas o muro detetado nos Quadrados H e I, bem as quatro sepulturas identificadas nos Quadrados N e O na Praça D. Duarte. Aliás, segundo a interpretação que se fez sobre a tabela da cronostratigrafia artificial da escavação, crê-se que existe uma relação de contemporaneidade entre as sepulturas e o Muro H-I. A datação por radiocarbono de um dos indivíduos inumados na Praça D. Duarte revelou uma cronologia que permite supor que, tanto as sepulturas, como o Muro H-I, possam estar relacionados com um espaço religioso que existiria antes das obras de remodelação empreendidas pelos condes D. Henrique e D. Teresa no século XII.

O processo de remontagem dos recipientes permitiu correlacionar o bordo n.º 18 do NMR a uma asa, a qual partia do colo e orientava-se verticalmente em relação à peça. A particularidade desta asa é que a mesma apresentava incisões cruzadas na superfície exterior. Este tipo de decoração nas asas encontra paralelos em Conímbriga (DE MAN, 2006; DE MAN, 2012a) e Arouca (SILVA e RIBEIRO, 2006-2007: fig. 8), onde datam entre os séculos IX/X-XI, bem como em contextos mais tardios na região do Alto Mondego (TENTE, 2010, p. 396), em Santa Cruz de Vilarça (RODRIGUES, 1994: SCV/C1-004-2345) e em Viseu (RODRIGUES, 2012: Est. III-23 e Est. XXII), com uma cronologia do século XII/XIII. Dada a polifuncionalidade dos potes/panelas e o facto de algumas peças não apresentarem características particulares do ponto de vista cronológico (como a ausência de decoração), os restantes bordos de potes/panelas têm cronologias tão abrangentes que vão desde o século VI ao século XI e encontram paralelos em Madrid (VIGIL-ESCALERA, 2003: figs. 2 e 5), Barcelona (LÓPEZ MULLOR et al, 2003, pp. 49-51), no Alto Mondego (TENTE et al, 2014), no Castelo de Crestuma (SILVA e SOUSA, 2014: fig. 6) e na região do vale do Douro (LARRÉN et al, 2003: fig. 8). Esta é uma forma cerâmica diacronicamente muito ampla e a mais omnipresente em sítios arqueológicos alto-medievais da Península Ibérica, apresentando apenas ligeiras variações formais do século X em diante (REQUEJO PAGÉS, 2016, p. 133; DE MAN, 2006, p. 147).

A segunda forma fechada mais representada no NMR de época alto-medieval é o **jarro**, numa frequência de 24 indivíduos (Anexo II: Figura IV.1.57). A função destes recipientes é idêntica aos de cronologia tardo-antiga, sendo peças de transporte, serviço e/ou contenção de líquidos. Neste conjunto, apenas um fragmento de bordo – peça n.º 39 do NMR - denuncia uma montagem mista, observável pela modelação manual do seu bordo trilobado e pela presença de um encaixe de tampa repuxado no interior do bordo. Esta solução de encaixe tem paralelos num pote/panela de São Gens, datado do século IX-X d.C. (SOUZA, 2016: fig. 12 - peça 56). Todos os outros 23 bordos foram montados a torno. Além da peça com o encaixe repuxado, que se encontra ele próprio decorado através de ungulações, há apenas que mencionar a presença de um bordo que exhibe uma incisão ondulada no colo como motivo decorativo (peça n.º 80 do NMR). Os 24 jarros que integraram o NMR ostentam bordos de secção redonda, quadrangular ou biselada, 16 dos quais têm configurações trilobadas. Os bordos podem apresentar-se

orientados para o exterior da peça ou direitos (Anexo II: Figura IV.1.57). As peças n.º 50, 149 e 164 do NMR são jarros em que se verificou uma inflexão, para o exterior, na parede do colo. Em cinco dos bordos ainda se conservavam asas ou vestígios do arranque de uma asa em fita, as quais partiam do colo e estavam orientadas verticalmente em relação às peças (peças n.º 50, 80, 81, 116 e 129).

O diâmetro dos bocais destas peças foi particularmente difícil de obter, por se tratarem de fragmentos de pequena dimensão e, sobretudo, por 67% dos bordos de jarros alto-medievais terem configurações trilobadas. Nos bordos em que foi possível fazer medições, sobretudo aqueles que possuem bocais circulares, o diâmetro dos bocais varia entre os 32 e os 206 mm e o diâmetro do colo, nos casos em que se conservava, entre os 114 e os 186 mm. Outra dificuldade que advém do alto grau de fragmentação desta coleção foi a impossibilidade de reconstituir totalmente as formas destes jarros, nomeadamente pela correlação dos bordos com os respetivos bojós e fundos. Ainda assim, supõe-se que este tipo de peças apresentasse fundos planos e corpos globulares ou piriformes. No que respeita à cozedura destes recipientes, as suas pastas apresentam tonalidades que sugerem cozeduras em ambiente redutor em 19 peças, cozeduras em ambiente oxidante em três e cozeduras mistas, em ambiente oxidante-redutor, em duas. A opção por cozeduras em ambiente redutor tem uma larga diacronia, especialmente quando associada a bordos trilobados. Este facto é verificável em jarros recolhidos em sítios arqueológicos madrilenos, onde os jarros trilobados redutores datam dos séculos VII-VIII (VIGIL-ESCALERA, 2003). No Penedo dos Mouros, os mesmos aparecem em níveis dos séculos IX-X (TENTE, 2010). Já no Castelo de Arouca e no povoado medieval do Baldoeiro, os jarros trilobados estão em utilização entre os séculos XI e XIII (SILVA e RIBEIRO, 2006-2007; RODRIGUES, 1994). Os 24 bordos que integram o NMR de época alto-medieval da Rua das Ameias/Praça D. Duarte recolheram-se nos números de recolha apresentados na Tabela 18.

N.º de peça NMR	Números de recolha	Quadrado	Descrição
39	315	S	Debaixo do Plano 2
50	263	Corte 1	Debaixo do Plano 4
80	1	sd	Superfície
81	303	S	Em cima do Plano 1
116, 146, 149 e 154	352	T	Em cima do Plano 1
129 e 141	304	M	Em cima do Plano 1
134	264	Corte 1	Debaixo do Plano 5
144	331	N	Limpeza dos perfis em $x = \pm 215.50$ e $y = \pm 54.50$
145 e 152	333	M	Debaixo do Plano 3
147	sd	sd	sd
150	316	H	Debaixo do Plano 3
151	307	I	Debaixo do Plano 1
157	300	H	Em cima do Plano 1
158 e 163	321	N	Debaixo do Plano 3
159	326	M	Debaixo do Plano 2
160	305	R	Em cima do Plano 1
162 e 164	311	N	Debaixo do Plano 2

Tabela 18 - Proveniência e respetivos números de recolha dos jarros representados no NMR alto-medieval.

À semelhança da análise que se fez para os potes/panelas alto-medievais, secundarizaram-se os números de recolha 1, 300, 303, 304, 305, 331 e 352 por se tratarem de materiais recolhidos em planos artificiais de superfície, durante a desmontagem/limpeza de testemunhos ou por não descrições indicativas da sua georreferenciação. Trata-se, por isso, de materiais cujos planos não permitem estabelecer relações com estruturas arqueológicas e outros espólios. Assim, a janela de observação fica reduzida a 12 dos 24 dos jarros incluídos no NMR de época alto-medieval (50%). Dez dos bordos foram recolhidos na Praça D. Duarte durante a intervenção de 1991, o que corrobora, de certa forma, que os níveis adscritos à Alta Idade Média se encontram melhor conservados nessa área. Os dez bordos de jarros foram recolhidos nos Quadrados H, I, M, N, O e S da Praça D. Duarte, o que favorece a hipótese de que o Muro H-I e as sepulturas identificadas nas quadrículas N e O sejam contemporâneas e datem, segundo a análise da cronoestratigrafia artificial e da datação por radiocarbono, de uma época anterior à construção da Sé românica do século XII. A peça n.º 39 foi recolhida debaixo do Plano 2 do Quadrado S; a escavação dessa quadrícula não revelou quaisquer estruturas arqueológicas, mas pôs a descoberto um derrube de *tegulae* e *imbrex* no Plano 3 (Anexo II: Figura IV.1.39). Esta situação permite

percecionar a sucessão estratigráfica desta quadrícula, na qual o Plano 2 sobrepõe o Plano 3, caracterizado por um derrube de materiais de cobertura. Ainda assim, ambos os planos artificiais são ainda níveis com materiais arqueológicos muito diversos do ponto de vista cronológico. No Plano 2 foram recolhidos fragmentos de cerâmica proto-histórica brunida, de TSI, de TSSG, de cerâmica cinzenta fina, de cerâmica tardo-romana brunida e incisa, além de fragmentos de alguidares troncocónicos. No Plano 3 recolheram-se fragmentos de cerâmica proto-histórica estampilhada, puncionada e com mamilos, fragmentos de cerâmica cinzenta fina, de TSSG, TSAf A, TSHT e de IEV, bem como cerâmica medieval decorada com cordões digitados e incisões onduladas, um cossoiro, afiadores, escórias, vidros e carvões.

Um indicador cronológico de alguma fiabilidade para esta época na coleção cerâmica em estudo é a presença de 46 fragmentos de **asas golpeadas** (Anexo II: Figura IV.1.58). Como se depreende pela análise dos potes/panelas do NMR, as asas não eram exclusivas dos jarros. A incisão foi o tipo de decoração mais empregue nas asas, onde a técnica adquire um traço distinto do que noutra parte dos recipientes. Aí, as incisões têm um aspeto golpeado, são normalmente mais profundas e encontram-se orientadas vertical ou obliquamente em relação à orientação da asa. Por vezes, duas incisões oblíquas formavam um motivo cruzado.

Estamos em crer que, nas asas, a incisão não tinha, na sua origem, uma razão estética, mas antes tecnológica. O corte da pasta na zona onde a asa era mais espessa seria uma forma de acelerar o seu processo de cozedura. Não se descarta, porém, o facto de essa solução ter passado, em determinado momento, a constituir uma mera moda. Segundo Catarina Tente, a presença destas asas golpeadas em sítios rurais na região do Alto Mondego aponta para uma cronologia posterior ao século XI, já que estão ausentes em povoados com ocupações anteriores a esse século (TENTE, 2010, p. 333). O estudo sistemático levado a cabo pela autora em povoados daquela região revelou que o aparecimento de asas com incisões golpeadas torna-se mais comum em contextos arqueológicos mais tardios, a partir dos séculos XII e XIII (TENTE, 2010, p. 396). Em Conímbriga, por outro lado, as asas começam a surgir com pequenas punções no século VIII, não tendo antecedentes clássicos ou visigóticos (DE MAN, 2012a, p. 38). De acordo com Adriaan De Man, este tratamento das asas tem uma expressão mais tardia no

noroeste peninsular, em pleno período califal. O autor defende ainda que, *“Embora mal definido, o quadro de paralelos conhecidos sugere um impulso «cristão»”* (DE MAN, 2012a, p. 38). O mesmo acontece no País Basco, onde começam a aparecer asas puncionadas em contextos dos séculos VIII, mas que só se tornam mais vulgares do século XI em diante (AZKARATE e SOLAUN, 2016, pp. 214-215). Nos níveis medievais do Castelo de Crestuma e do Castelo de Arouca, bem como na fachada poente do *forum* de *Aeminium*, asas em fita com golpes incisos fazem parte dos repertórios cerâmicos dos séculos IX-XI (SILVA e SOUSA, 2014, p. 215; SILVA e RIBEIRO, 2014, p. 167; SILVA, 2014, p. 94). No estudo de Patrícia Rodrigues sobre a cerâmica das fossas-lixéiras escavadas no pátio do Museu Nacional Grão Vasco (Viseu), a autora refere que o golpeamento das asas inicia-se a partir do século VIII, mantém-se nas centúrias seguintes e é abandonada em meados do século XIII, quando é substituída por *“modalidades pouco intrusivas (bandas de punções e ungulações pouco profundas) ou com eventuais funções de reforço (cordões plásticos digitados)”* (RODRIGUES, 2012, p. 68).

Uma outra tipologia que pertence ao conjunto das formas fechadas, representada apenas por cinco fragmentos de bordo, é o **cântaro** (Anexo II: Figura IV.1.59). Este tipo de vasilhames era usado para armazenar líquidos, distinguindo-se dos restantes contentores de líquidos devido à sua robusta constituição e significativo tamanho. Esta forma exhibe morfologias de bordos e de colos muito homogêneas: quatro dos cinco cântaros desta coleção cerâmica têm colos cilíndricos estreitos e bordos de secção triangular (peças n.º 148, 155, 161 e 165). São conhecidas peças com as mesmas características nos níveis arqueológicos dos séculos X-XI do *forum* de *Aeminium* (Coimbra) (SILVA, 2015b: fig. 3 - A3). A peça n.º 133 do NMR é um bordo que apresenta uma moldura que serviria de encaixe para uma tampa e encontra paralelos em Porto Torrão (PEREIRA, 2013: peça 100) e Recópolis (OLMO ENCISO e CASTRO PRIEGO, 2008: fig. 7 - Rec 05/16354/3), onde datam entre os séculos VIII e IX. Estes vasilhames podiam ser providos de uma asa, embora nenhum fragmento tenha conservado asas ou arranques das mesmas na coleção da Rua das Ameias/Praça D. Duarte. Todos os fragmentos de cântaros foram montados a torno e cozidos, ou em ambiente redutor (quatro fragmentos), ou em ambiente oxidante (um fragmento). Por norma, o diâmetro

da pança deste tipo de recipientes é sempre superior ao diâmetro do bordo e no conjunto de bordos pertencentes a esta tipologia, os diâmetros dos bocais variam entre os 54 e os 60 mm, o que põe em evidência o estreitamento dos colos. Nenhum dos fragmentos de cântaros que integram o NMR de época alto-medieval apresentam qualquer motivo decorativo. Os cinco bordos desta forma cerâmica foram recolhidos nos números de recolha que se apresentam na Tabela 19.

N.º de peça NMR	Números de recolha	Quadrado	Descrição
133	252	sd	Derrube do pavimento romano
148	352	T	Em cima do Plano 1
155	333	M	Debaixo do Plano 3
165	359	O/N	Sobre o pavimento entre os Quad. O/N

Tabela 19 - Proveniência e respetivos números de recolha dos cântaros representados no NMR alto-medieval.

À exceção da peça n.º 133, todas as outras foram identificadas na área da Praça D. Duarte. No entanto, pouco mais se pode dizer acerca dessa peça e da n.º 148, sobretudo no que respeita ao seu contexto estratigráfico e da sua relação com estruturas arqueológicas. A ausência de dados ou o facto de o bordo n.º 148 provir de um plano artificial de superfície não ajudam a estabelecer essas associações. Por outro lado, a peça n.º 155 foi recolhida no mesmo plano artificial que a peça n.º 98 do NMR de época tardo-antiga, o que demonstra tratar-se de um nível pouco coerente do ponto de vista cronológico. Já o bordo n.º 165, cujo número de recolha é descrito como *“Sobre o pavimento entre os Quad. O/N”* pode ser associado a um piso de barro queimado identificado no Plano 5 do Quadrado N, embora não fiquemos a conhecer qual foi o plano artificial em que foi recolhida esta peça.

Entre as formas fechadas adscritas à época alto-medieval inserem-se os bordos de três **talhas** (Anexo II: Figura IV.1.60). À semelhança dos de cronologia tardo-romana, estas formas cerâmicas destinavam-se a guardar alimentos líquidos ou sólidos, estando por isso presentes em espaços de armazenamento ou de cozinha. Trata-se de peças de colo estrangulado cujo diâmetro máximo do bojo é sempre superior ao diâmetro do bocal. Embora não se consiga avançar com os diâmetros máximos dos bojós e proceder à reconstituição integral de nenhuma das peças em questão, este tipo de recipientes, de grandes dimensões, apresentam normalmente corpos globulares e fundos planos. Os diâmetros da boca destas talhas variam entre os 262 e os 354 mm. Os bordos desta

tipologia cerâmica em particular estão orientados para o exterior das peças e apresentam espessamento exterior ou duplo espessamento. Um dos exemplares possui um lábio côncavo para encaixe de uma tampa – peça n.º 119 do NMR -, o qual tem paralelos em bordos de *dolia* exumados na Casa de Cantaber, em Conímbriga, e que datam de finais do século V/inícios do século VI (DE MAN, 2013, p. 128: Lâm. LII). As três talhas em questão foram montadas a torno e cozidas, quer em ambiente redutor (duas), quer em ambiente oxidante (uma). Somente um dos bordos ostentava decoração – peça n.º 42 do NMR -, sob a forma de um cordão simples repuxado na zona em que se preservava parte do bojo (Anexo II: Figura IV.1.60). À exceção da peça n.º 119, para a qual já se apresentaram paralelos, as peças n.º 42 e 132 do NMR apresentam semelhanças tipológicas com talhas datadas dos séculos VIII-IX identificadas em Reguengos de Monsaraz (SANTOS et al, 2016: Lâm. 1 - fig. 6) e Porto Torrão (PEREIRA, 2013: peças 3 e 52). Os bordos das três talhas foram recolhidos nos números de recolha apresentados na Tabela 20.

N.º de peça NMR	Números de recolha	Quadrado	Descrição
42	335 e 352	N e T	335 - Destruição do pavimento de barro queimado
119	1	sd	Superfície
132	308	I	Debaixo do Plano 2. Em cima do Plano 3

Tabela 20 - Proveniência e respetivos números de recolha das talhas representadas no NMR alto-medieval.

As peças n.º 42 e 132 encontram-se relacionadas com dois pisos de barro queimados identificados nos Quadrados N e I, no Plano 5 e no Plano 2 respetivamente. A peça n.º 42 foi recolhida depois da desmontagem do pavimento do Quadrado N, pelo que apenas se pode presumir que foi recolhida nos níveis inferiores ao mesmo. Já a peça n.º 132 foi exumada entre os Planos 2 e 3 do Quadrado I nos níveis associados ao próprio piso de barro queimado. Foi possível verificar que nos níveis inferiores ao piso do Quadrado I apenas se identificou cerâmica medieval (n.º recolha 310) e que este piso é posterior ao muro que atravessa as quadrículas H e I. A validade do bordo de talha n.º 119 enquanto elemento datante e como veículo para estabelecer relações com as estruturas arqueológicas é muito limitada, uma vez que o mesmo provém de uma recolha de superfície.

Na tipologia de potes inserem-se três recipientes de **Cerâmica de Imitação de *Sigillata* (CIS)**, que se revestem de grande importância na coleção arqueológica em estudo e que já foram alvo de publicação (TENTE e DE MAN, 2016b; MEIRA, 2018). Trata-se de recipientes fechados, de média a grande dimensão, e encontram-se decorados na superfície exterior com estampilhas de matrizes quadradas, semicirculares e triangulares, formando grinaldas. Estes motivos decorativos foram combinados com cordões plásticos dispostos de forma ondulada (Anexo II: Figura IV.1.38). A ausência de marcas de fogo e o repertório decorativo empregue na superfície exterior destas cerâmicas levou-nos a considerá-los como potes e não como panelas, pelo que se tratariam de bens de luxo e que estão a sinalizar a presença de elites na cidade de Viseu. Os três recipientes exibem montagens a torno e pastas bem cuidadas de cor cinzenta, evidenciando a sua cozedura em ambiente redutor. Apenas um dos recipientes - peça n.º 172 do NMR - tem o bordo preservado, o qual apresenta secção quadrangular e orienta-se para o interior da peça. O bordo desse pote prolonga-se de forma contínua para o bojo e a ausência de colo sugere que o recipiente teria um corpo globular. Esta peça também possuía uma asa horizontal junto ao bordo. A peça n.º 170 do NMR, por outro lado, não conservou o seu bordo, mas apresenta um perfil mais piriforme, que resulta do facto de ter colo. Os três potes apresentam um alisamento exterior que lhes confere um aspeto brilhante e uma textura macia. A inserção dos três recipientes na categoria das CIS deve-se ao que foi descrito por L. C. Juan Tovar (2012), que aludiu para a existência de cerâmicas que tentavam imitar as últimas produções de TSHT e de outras cerâmicas de importação que as influenciaram, como a TSAf D ou a *Terra Sigillata* Foceense tardia. Estas tinham a particularidade de estarem profusamente decoradas através de estampilhagem e cujos padrões ornamentais estão muito vinculados às correntes decorativas da TSHT.

A proveniência destes três potes na área de escavação é conhecida pelas referências feitas por J. L. Inês Vaz à recolha de cerâmica cinzenta estampilhada nas fundações do edifício triabsidado escavado na Rua das Ameias (PEDRO e VAZ, 1995, p. 347). No âmbito do projeto EICAM, as três peças foram restauradas pela empresa Archeofactu a pedido de Catarina Tente. A remontagem parcial destes potes permitiu correlacionar fragmentos cujas marcações indicam números de recolha distintos. Cada uma das peças

inclui fragmentos provenientes dos números de recolha 76, 83, 252 e 253 (Tabela 21). Os números de recolha 76 e 83 correspondem a planos artificiais (desconhecidos) escavados no Quadrado E, o qual coincide, segundo o registo arqueológico, com a abside central do edifício intervencionado na Rua das Ameias. A descrição do número de recolha 252 – “*Derrube do pavimento romano*” – leva a supor que os espólios desse conjunto tenham a sua proveniência também no Quadrado E, uma vez que o pavimento em *opus signinum* (*Opus* 1) a que se refere a descrição foi levantado na abside central.

N.º de peça NMR	Números de recolha	Quadrado	Descrição
170, 171 e 172	Provavelmente 76, 83, 252 ou 253	E	76 – Abaixo do plano de pedras. Apareceu também uma moeda 83 – Junto à base do alicerce do muro da basílica 252 – Derrube do pavimento romano 253 – Debaixo do Plano 1. Silo 2

Tabela 21 - Proveniência e respetivos números de recolha dos potes de CIS representados no NMR alto-medieval.

Embora esta análise se encontre condicionada pela referência do arqueólogo à identificação da cerâmica cinzenta estampilhada nos alicerces do edifício absidado, o cruzamento do arquivo documental, das fotografias e do registo de escavação foi crucial para fazer a relação os três potes de CIS com a malha de escavação. Infelizmente, essas fontes de informação não permitiram rastrear os planos artificiais onde foram recolhidas as peças. Não obstante, a menção à proveniência das mesmas permite estabelecer algumas conclusões acerca da sua relação com as estruturas arqueológicas escavadas. Até ao momento, a presença das peças n.º 170, 171 e 172 do NMR numa das valas de fundação do edifício triabsidado levava alguns investigadores a pensar que a estrutura datava do século VI/VII (TENTE, 2016b, p. 111; TENTE e DE MAN, 2016a, p. 387; TENTE e DE MAN, 2016b, p. 47; MEIRA, 2018, p. 157). Agora, a sua proveniência não deve ser vista como um ritual de fundação do edifício, mas antes como relacionada com o facto de os níveis arqueológicos onde se integravam as peças terem sido atingidos aquando da abertura das fundações para a construção do edifício absidado. Ou seja, os recipientes datam de um momento anterior à construção do edifício, pelo que este não poderá datar dos séculos VI/VII. A cronologia das cerâmicas de imitação de *Terra Sigillata* é discutida mais adiante neste capítulo.

A fechar as formas fechadas de época alto-medieval há que referir a presença de uma tipologia cerâmica representada apenas por um único fragmento no NMR. A peça n.º 48 do NMR trata-se de um **púcaro** (Anexo II: Figura IV.1.61), que foi recolhido no Quadrado I, em cima do Plano 3. O número de recolha a que pertence desta peça (308) relaciona-se com o plano que sobrepõe o piso de barro queimado identificado na mesma quadrícula. O número de recolha 308 integra ainda fragmentos de cerâmica comum romana, TSHT, cerâmica tardo-romana, medieval e moderna.

O púcaro é um vasilhame de colo reto que servia para conter pequenas quantidades de líquidos e, por vezes, levá-los ao lume. Da peça n.º 48 apenas se preservou o bordo de secção triangular e parte do colo canelado. O bordo tem um bocal com 154 mm de diâmetro e um colo com 112 mm. Neste tipo de recipientes, o diâmetro do corpo da peça, de configuração globular ou ovoide, é sempre superior ao diâmetro de abertura do bordo. A peça foi montada a torno e cozida em ambiente redutor. Embora tenha uma função semelhante às dos potes/panelas, no sentido de que são submetidos ao fogo, distingue-se daqueles por ser de menor dimensão e ter uma única asa. O colo do púcaro em questão encontra-se decorado através de linhas incisas paralelas que formam caneluras, aproximando-o aos púcaros de colo reto de Conímbriga, datados dos séculos IX-XI d.C. (DE MAN et al, 2014, pp. 62-64).

Já as peças abertas do NMR alto-medieval são conformadas apenas por duas formas cerâmicas. A primeira diz respeito aos **alguidares troncocónicos**: a tabela do NMR inclui quatro bordos desta forma (4%). Trata-se de recipientes abertos com paredes retas oblíquas, configurando um tronco de cone invertido (Anexo II: Figura IV.1.62). Por norma, os vasos troncocónicos eram providos de bases planas ou em disco algo saliente, conferindo-lhes maior estabilidade e robustez. As bases discoidais, particularmente, são normalmente rugosas na superfície exterior, o que resulta do processo de secagem das peças em camas de areão quando as pastas ainda estavam frescas (Anexo II: Figura IV.1.63). Os fundos de base em disco remetem imediatamente para a presença destes alguidares: veja-se, por exemplo, que no sítio de São Gens, só os alguidares possuíam bases deste tipo (SOUZA, 2016, p. 40). Estes alguidares são peças de média a grande dimensão e o diâmetro do bocal corresponde ao diâmetro máximo do recipiente. Estes alguidares são formas cerâmicas multifuncionais, utilizadas quer para lavagens, quer na

preparação de alimentos e porventura usadas no consumo coletivo de uma refeição. Não eram, portanto, peças destinadas a levar ao fogo, como os potes/panelas. Os quatro bordos de vasos troncocónicos em estudo apresentam-se duplamente espessados ou de secção biselada, orientados, em qualquer um dos casos, para o exterior das peças (Anexo II: Figura IV.1.62). Os diâmetros da boca variam entre os 330 e os 450 mm. Ainda que os quatro bordos exibam montagens a torno, é provável que as bases fossem moldadas manualmente, pelo que o fim do seu processo de produção consistia na junção das duas partes (TENTE, 2010, p. 276). As peças que constam no NMR de época alto-medieval apresentam uma variedade de cozeduras: dois recipientes foram cozidos em ambiente redutor, um em ambiente oxidante e outro em ambiente oxidante-redutor. Os bordos destes alguidares foram recolhidos nos números de recolha que se apresentam na Tabela 22.

N.º de peça NMR	Números de recolha	Quadrado	Descrição
4	345	M/N	Testemunho M/N
23	358	O/N	Testemunho O/N
40	305	R	Em cima do Plano 1
67	sd	sd	sd

Tabela 22 - Proveniência e respetivos números de recolha dos alguidares troncocónicos representados no NMR alto-medieval.

Como se constata a partir das informações de georreferenciação dos bordos de alguidares que constam no NMR de época alto-medieval, nenhuma das peças contribui para estabelecer relações com outros materiais e com estruturas arqueológicas. Esta situação advém do facto de estes bordos terem sido recolhidos, ou durante a desmontagem de testemunhos nos Quadrados M, N e O, ou em planos artificiais muito superficiais, como a peça n.º 40 identificada no Quadrado R. A peça n.º 67 não tem sequer dados que permitam localizá-la na malha da escavação ou em qualquer plano artificial, pelo que não contribui para uma aferição cronológica do nível estratigráfico de proveniência.

O alguidar troncocónico é a forma cerâmica que oferece um maior índice de decoração, uma vez que todos os bordos destes recipientes se encontram decorados. Os motivos decorativos surgem na face externa, na interna ou, por vezes, em ambas (Anexo II: Figura IV.1.62). Frequentemente regista-se a combinação de várias técnicas decorativas

na mesma peça, entre as quais as mais comuns são as linhas incisas, direitas e/ou onduladas, e cordões plásticos digitados. As peças n.º 4 e 23 do NMR estão decoradas através de uma incisão ondulada na face interior do bojo. A peça n.º 40 também ostenta uma incisão ondulada, mas esta encontra-se no rebordo aplanado do bordo. A peça n.º 67, por sua vez, exhibe uma combinação de técnicas decorativas, ostentando um cordão plástico digitado na superfície exterior do bojo e uma incisão ondulada na superfície interior.

Os cordões plásticos são a técnica decorativa mais frequente nos alguidares e em toda a coleção da Rua das Ameias/Praça D. Duarte, representando 29.14% do total de fragmentos decorados. Esta técnica decorativa consiste na aplicação de um elemento em barro sobre a superfície do vaso, com o intuito de criar um motivo em alto-relevo e que, de forma contínua, cerca toda a peça. Os cordões plásticos presentes na coleção aparecem sempre na face externa dos recipientes (Anexo II: Figuras IV.1.62 e IV.1.64). Surgem maioritariamente no bojo das peças, orientados horizontalmente, mas também junto ao bordo. De forma minoritária aparecem também nas asas, onde se dispõem verticalmente. Os cordões plásticos podem ser simples (10%), digitados (17%) ou unguados (0.6%), conciliando a decoração plástica com a impressão de um dedo ou de uma unha sobre o próprio cordão.

A digitação aparece combinada com cordões nos bordos de alguidares, mas também, de forma predominante, nas bases em disco dessas formas cerâmicas (Anexo II: Figura IV.1.63). Na coleção da Rua das Ameias/Praça D. Duarte identificaram-se 26 fragmentos de bases em disco decoradas através de digitação, facto que é coerente com as coleções cerâmicas de outros sítios arqueológicos alto-medievais. Em São Gens, 50 dos 55 fragmentos decorados com digitações eram bases (SOUZA, 2016, p. 4: Tabela 3).

A utilização de alguidares troncocónicos está documentada no centro-norte de Portugal, nomeadamente na região do Alto Mondego, da Beira Interior e do vale do Douro. No Alto Mondego, identificaram-se alguidares de base em disco em sítios arqueológicos como o Monte Aljão (TENTE, 2010, p. 70), o Penedo dos Mouros (TENTE, 2010, p. 149), São Gens (TENTE, 2010, p. 212; SOUZA, 2016) e a Soida (TENTE, 2010, p. 275). Datações por radiocarbono realizadas por Catarina Tente no âmbito do seu doutoramento acerca

da ocupação e exploração do Alto Mondego nos séculos V a XI permitiram associar estes alguidares a níveis datados dos séculos IX e X (TENTE, 2010, pp. 425-426). Este estudo também permitiu à investigadora afirmar que esta tratava-se da forma mais característica das ocupações alto-medievais do Alto Mondego e que era na sua multifuncionalidade que reside a razão para a larga diacronia de utilização destas peças. O uso dos alguidares de base em disco ao longo de vários séculos não coaduna com o estabelecimento de cronologias fixas. No entanto, os contextos mais antigos em que aparecem datam do século VIII, mantendo-se em utilização até aos séculos XIII/XIV apenas com ligeiras alterações morfológicas, dependentes certamente do seu local de produção (TENTE, 2010, pp. 392-393). O seu uso generaliza-se quer nas cidades, quer no mundo rural, desde o noroeste da Península Ibérica até à zona de fronteira com o sul islâmico, o que permite associar estes recipientes a uma matriz cristã e a um padrão geográfico ligado ao avanço cristão para sul, no processo da “reconquista” (DE MAN et al, 2014, p. 62). Aliás, estes alguidares aparecem também em Conímbriga, que, até ao momento, corresponde ao sítio mais a sul onde estas peças foram identificadas. Aí, os alguidares de base em disco surgem nas designadas Fases II e III, datadas por radiocarbono entre os séculos IX e XII (DE MAN e SOARES, 2007, p. 292). De acordo com Adriaan De Man, “(...) a produção alto-medieval de Conímbriga apresenta surpreendentes ligações com o mundo setentrional em expansão, ou, se quisermos, ela renuncia parcialmente a arquétipos mediterrânicos que lhe tinham servido de inspiração nos séculos precedentes” (DE MAN, 2013, p. 126). O surgimento de alguidares de base em disco em níveis datados do século XII no Museu Machado de Castro, em Coimbra, comprovam a gravitação da cultura material em redor da progressiva estabilização das fronteiras cristãs até ao Mondego (SILVA, 2015b, pp. 747-749). As fossas-lixieiras do Pátio do Museu Grão Vasco e do Parque de Estacionamento da Rua Silva Gaio, na cidade de Viseu, também incluíam fragmentos de alguidares de base em disco, datados por Patrícia Rodrigues dos séculos XII/XIII (RODRIGUES, 2012, p. 235). Segundo a autora, estas são peças de produção local dada “a acentuada variabilidade de dimensões e espessuras no interior de uma mesma série morfológica” (RODRIGUES, 2012, p. 95).

Não é, contudo, só em sítios arqueológicos do Alto Mondego que aparecem alguidares de base em disco. Na Beira Interior, documentaram-se peças deste tipo no templo

romano de Nossa Senhora das Cabeças (Covilhã) (CARVALHO, 2003, p. 161) e no Castelo de Belmonte (MARQUES, 2000, pp. 278-280) em camadas dos séculos XII-XIII. Na Guarda, foram identificados, ainda que de forma mais residual, fragmentos de alguidares de base em disco na cidade (OSÓRIO, 2004), na Póvoa do Mileu (PEREIRA e RAMOS, 2017-2018, p. 148) e no Castelo do Jarmelo (RAMOS, 2014, pp. 35 e 57), estando estes já adscritos a uma fase de transição para a Plena Idade Média. Encontram-se igualmente documentados no Sabugal Velho (OSÓRIO, 2004), em Castelos Velhos (OSÓRIO, 2004) e no Castelo de Trancoso (FERREIRA et al, 2012).

No vale do Douro, a presença deste tipo de peças registou-se no Castelo de Arouca, onde apareceram em números significativos nos níveis de abandono do castelo (SILVA e RIBEIRO, 2006-2007, p. 74). Datações por radiocarbono efetuadas sobre amostras destes níveis parecem indicar cronologias entre os séculos IX/X e XII (SILVA e RIBEIRO, 2006-2007, p. 71). Na região duriense, nos sítios arqueológicos do Baldoeiro e de Santa Cruz de Vilariça, estes alguidares aparentam ter datações mais tardias: no primeiro, os dois alguidares de base em disco reconhecidos pertencem à Fase II do sítio arqueológico, datada da segunda metade do século XII; no segundo, por outro lado, dois fundos em disco correspondem já à sua Fase III, de finais do século XIII ou inícios do século XIV (RODRIGUES, 1994). O mesmo tipo de peças foi ainda identificado no Castelo de Crestuma (SILVA et al, 2015, p. 416) e no Casal de Malafaia (SILVA e RIBEIRO, 2014, p. 178: fig. 13 – n.ºs 3 e 4), para onde datações por radiocarbono situam entre os séculos IX e X a reocupação medieval do casal romano (SILVA et al, 2018, pp. 654-655). É de elencar ainda o surgimento de alguidares de base em disco no Castelo de Matos (BARROCA, 1988), no Mosteiro de Santa Marinha da Costa (FREITAS, 2013, pp. 72-73) e em Santo Estevão da Facha (ALMEIDA et al, 1981). Em território espanhol estão documentados, até ao momento, fragmentos de alguidares de base em disco na Galiza (FARIÑA BUSTO et al, 1989) e em León (MARTÍN e LÁRREN, 1991). Apesar disso, esta forma cerâmica parece ter um corredor de produção quase limitado ao centro-norte português, a comprovar pela ausência de peças formalmente semelhantes no restante território peninsular. Estamos em crer que, não sendo possível integrar estes alguidares em contextos estratigrafados na Rua das Ameias/Praça D. Duarte, a larga duração da

sua utilização subtrai de certa forma o seu valor como elemento cronológico; mas não deixa de o ter como parte do repertório cerâmico alto-medieval.

A segunda forma aberta do NMR de época alto-medieval, representada por três fragmentos, é a dos **pratos covos** (peças n.º 83, 84 e 85 do NMR) (Anexo II: Figura IV.1.65). À semelhança dos pratos covos descritos para época tardo-antiga, os que se adscvem à Alta Idade Média também estão associados ao serviço de mesa e apontam para a partilha de uma mesma refeição. A sua distinção em relação aos demais pratos baseia-se na curvatura mais acentuada das paredes das peças e na ligeira orientação dos bordos para o interior. Constata-se de igual forma que os bordos deste tipo de pratos são um prolongamento do bojo. A grande diferença entre os pratos covos dos séculos IV-V e os de época alto-medieval reside na morfologia do bordo, que nos últimos apresentam lábios apontados ou planos. O diâmetro de abertura dos três bordos desta forma cerâmica varia entre os 202 e os 272 mm. Os pratos covos aqui analisados denunciam montagens a torno e cozeduras em ambiente oxidante-redutor (dois) ou redutor-oxidante (um). Apenas um deles se encontra decorado – peça n.º 83 do NMR –, exibindo linhas verticais pintadas a negro no bojo. Os três bordos de pratos covos foram recolhidos nos números de recolha apresentados na Tabela 23.

N.º de peça NMR	Números de recolha	Quadrado	Descrição
83	75	D	sd
84	304	M	Em cima do Plano 1
85	326	M	Debaixo do Plano 2

Tabela 23 - Proveniência e respetivos números de recolha dos pratos covos representados no NMR alto-medieval.

A peça n.º 75 foi exumada num plano artificial (desconhecido) do Quadrado D, juntamente com fragmentos de TSSG, cerâmica cinzenta fina e cerâmica tardo-romana pintada, o que não propicia uma aferição cronológica para o nível estratigráfico de proveniência. O mesmo acontece com o nível em que foi recolhido o prato covo n.º 84 do NMR, que provém de um plano artificial de superfície. O bordo n.º 85 integra os espólios exumados no número de recolha 326, provenientes do mesmo plano artificial e da mesma quadrícula que o pote/panela n.º 115 e que o jarro n.º 159, que constam no NMR de época alto-medieval. Os três exemplares de pratos covos da Rua das Ameias/Praça D. Duarte encontram semelhanças formais em peças estudadas em

Vitoria-Gasteiz, no País Basco (SOLAUN, 2013: Grupo V - Cuenco 3), em Viseu (RODRIGUES, 2012: Est. VIII - 46 e 47) e na Fase III de Santa Cruz de Vilariça, em Moncorvo (RODRIGUES, 1994: SCV/A1-005-2250). A presença de pratos covos nesses sítios arqueológicos demonstra a larga diacronia de utilização desta forma, desde o século VIII/IX até ao século XIV.

Há que mencionar igualmente a presença de um bordo de um provável **almofariz** (peça n.º 131 do NMR), recolhido em cima do Plano 1 do Quadrado I (número de recolha 301) (Anexo II: Figura IV.1.66). A função primordial destas peças era a de esmagar ou moer, com o auxílio de um pilão, pequenas quantidades de ingredientes. São normalmente formas abertas de paredes grossas. A peça em questão apresenta um bordo de secção triangular, espessado internamente com 248 mm de diâmetro, e uma parede oblíqua de considerável espessura. A textura rugosa que caracteriza a superfície interna deste almofariz facilitaria a tarefa da moagem, devido ao atrito causado pelo contacto entre as paredes e os ingredientes em preparação. As cores da superfície e do núcleo desta peça denunciam uma cozedura em ambiente redutor-oxidante. Não apresentava qualquer vestígio de decoração.

Há, na coleção da Rua das Ameias/Praça D. Duarte, outros elementos cerâmicos que não integram a tabela do NMR, mas que se adscvem a cronologias alto-medievais. Entre os 44 fragmentos de tampas, classificaram-se dois que reportam a produções de TSHT, na forma Hisp. 7: uma é proveniente das oficinas do vale do Ebro (Anexo II: Figura IV.1.55) e outra produzida nas oficinas do Douro. Identificou-se igualmente uma imitação de Hisp. 7 num fabrico moscovítico, reportando para as IEV (Inv. SE91 1924) (Anexo II: Figura IV.1.68). As produções tardias desta forma de *Terra Sigillata* datam entre 400 e 450 d.C. (MEZQUÍRIZ, 1961; PAZ PERALTA, 2008) e a sua imitação inicia-se ainda nos inícios da mesma centúria (FERNÁNDEZ e MORAIS, 2012). Esta forma não apresenta qualquer decoração.

Entre os fragmentos de tampas também há peças que datam de cronologias já pleno-medievais. A peça SE91-305-360 trata-se do fragmento de uma tampa, de base plana, com uma pequena asa horizontal que se encontra decorada através de incisão (Anexo II: Figura IV.1.67). A peça SE91-319-4 tem uma pega e toda a tampa, de base plana,

estaria decorada com uma incisão perimetral no rebordo. Dois outros fragmentos, com os números de inventário SE91-308-11/SE91-308-12 e 3796, ostentam um cordão digitado, mas não têm elementos de preensão conservados. Este tipo de peças encontra paralelos semelhantes na Fase III de Santa Cruz de Vilariça (RODRIGUES, 1994, pp. 120-121), no Castro do Jarmelo (BOLILA et al, 2013, p. 833) e em Viseu (RODRIGUES, 2012, pp. 215-216), datando nesses locais de finais do século XIII/inícios do século XIV. Há que referir ainda a presença de três fragmentos de tampas que exibem pontos a punção no rebordo (Inv. SE91-305-11, 10719 e 3398). Esta decoração foi observada num testó da Fase III de Santa Cruz de Vilariça (Moncorvo) que data do século XIV (RODRIGUES, 1994, p. 120).

Os restantes 36 fragmentos, que se classificaram como “testos”, inserem-se cronologicamente em épocas mais recentes. A presença de tampas/testos nesta coleção é consonante com a presença de formas cerâmicas de armazenamento, como os potes/panelas, e com a existência de bordos que possuem rebordos de encaixe para os mesmos.

Cerâmica comum de imitação

Da mesma forma que se isolaram os fragmentos de *Terra Sigillatas* na coleção da Rua das Ameias/Praça D. Duarte, foi possível também fazê-lo com outras classes cerâmicas que também se revelam bons indicadores cronológicos e que integram produções enquadráveis entre os séculos V e VII. Trata-se de cerâmicas de imitação que procuraram emular os serviços de cerâmica fina alto-imperiais e tardo-antigos: as *Cerâmicas de Imitação de Engobe Vermelho* (IEV) e as *Cerâmicas de Imitação de Sigillata* (CIS).

Identificaram-se 37 fragmentos que se inserem no grupo das IEV (Anexo II: Figura IV.1.68). A sua designação ficou a dever-se a Manuela Delgado (1993-1994) no estudo de um conjunto de cerâmicas recolhidas em Braga que imitavam formas de *Terra Sigillatas* hispânicas e africanas e que exibiam engobes vermelhos, pouco espessos, não vitrificáveis, na face interna dos recipientes (DELGADO, 1993-1994, p. 122). Todos os

fragmentos de IEV da coleção da Rua das Ameias/Praça D. Duarte exibem pastas alaranjadas e engobes vermelhos na superfície interna das peças e apresentam fabricos moscovíticos. A presença de inclusões de micas, de pequena dimensão e de média abundância, evidencia o localismo ou regionalismo desta produção de cerâmica comum.

A coleção da Rua das Ameias/Praça D. Duarte integra seis bordos, 19 bojos, 11 fundos e um fragmento de tampa no grupo das cerâmicas de IEV. Destes, apenas foi possível determinar a forma de sete fragmentos (19%). As peças SE89-96-1 e SE91-326-102 são dois bordos que imitam a forma 36 de Dragendorff, uma tigela de bordo em aba alongada e pendente, de parede levemente curvada e oblíqua (DRAGENDORFF, 1895). Os fragmentos SE91-301-74, 6270, 6959 e SE91-332-122 correspondem a três fundos e um bordo respetivamente, inspirados na forma Hayes 181 (Anexo II: Figura IV.1.68). Este seria um prato de fundo plano e paredes curvas, com um bordo redondo que tende a orientar-se para o interior da peça (HAYES, 1972). A peça 1924 reporta-se a uma imitação de Hisp. 7, uma tampa de paredes oblíquas, que ostentam duas estrias paralelas, e bordo não diferenciado (MEZQUÍRIZ, 1961) (Anexo II: Figura IV.1.68). As restantes 30 peças (81%) são fragmentos incaracterísticos cujas formas não foi possível determinar.

As cerâmicas de IEV são produções que ocorrem em redor da área do Guadalquivir, (sobretudo de Sevilha), dos vales do Tejo/Sado e de *Bracara Augusta*. Tudo indica que a produção do Guadalquivir se centra nos séculos II-III d.C.. No atelier da Quinta do Rouxinol, situado na margem esquerda do estuário do Rio Tejo, foi produzida a partir de 250/300 d.C. (QUARESMA, 2017a, pp. 280-282). A cerâmica de imitação da Quinta do Rouxinol inspirava-se nos protótipos de *Terra Sigillatas* hispânicas e do norte da Tunísia, e nas cerâmicas de cozinha africanas, oriundas presumivelmente da área meridional da Tunísia (QUARESMA, 2017a, p. 282). Adolfo Fernández e Rui Morais avançaram inclusivamente que a produção de IEV acontecia nos mesmos centros produtores e nos mesmos fornos das cerâmicas comuns e de *Terra Sigillatas* (FERNÁNDEZ e MORAIS, 2012, p. 131). Em determinado momento, provavelmente nos finais do século III/inícios do século IV, as oficinas começaram a produzir formas idênticas às formas comercializadas em *Terra Sigillata* com as mesmas matérias-primas que as cerâmicas comuns. As cerâmicas de imitação apresentavam pastas mais depuradas do que as

cerâmicas comuns e acabamentos à base de um engobe vermelho, semelhante ao engobe vermelho pompeiano - «*Pompejanish-rotenplatten*» -, de origem itálica, utilizado desde o Alto-Império e reproduzido nas províncias. Estas peças não procuravam enganar o consumidor, mas antes ocupar um lugar no mercado, oferecendo a custo inferior produtos de aspeto similar às cerâmicas importadas (FERNÁNDEZ e MORAIS, 2012, pp. 131-132).

A produção lusitana da Quinta do Rouxinol e a bética da área sevilhana precedem, em várias décadas, a de *Bracara Augusta*, cujo início deve remontar à primeira metade do século IV (FERNÁNDEZ e MORAIS, 2012). O fabrico de IEV na Quinta do Rouxinol intensificou-se no segundo quartel do século V d.C., momento em que o atelier também produziu, em quantidades reduzidas, a CIS (QUARESMA, 2017a, p. 292). Apesar de a produção de IEV ocorrer a partir do século III d.C. em quantidades mais residuais, o seu *boom* produtivo data de inícios do século V d.C., tanto no atelier lusitano como nas oficinas bracarenses (QUARESMA e ANTÓNIO, 2017, p. 62). Além dos sítios arqueológicos mencionados, foi recuperada IEV nas *villae* romanas de Freiria, de Sub-serra de Castanheira do Ribatejo (CARDOSO, 2013) e da Quinta da Bolacha (QUARESMA, 2017b), bem como no Loteamento do Quintal, em Viseu (MEIRA, 2019, pp. 433-434).

Do grupo das cerâmicas de imitação também fazem parte as CIS, às quais já se fez menção (Anexo II: Figura IV.1.38). Nesta categoria inserem-se os três potes decorados com motivos estampilhados – peças n.º 170, 171 e 172 do NMR - e 16 outros fragmentos que exibem o mesmo tipo de pasta, bem cuidada e de cor cinzenta, bem como um alisamento exterior que lhes confere um aspeto brilhante.

O conjunto de fragmentos que constituíam os três potes foi recolhido na vala de fundação da abside central do edifício escavado na Rua das Ameias/Praça D. Duarte (PEDRO e VAZ, 1995, p. 347). Como anteriormente se explicou, este conjunto de recipientes e outros fragmentos semelhantes foram recolhidos, grosso modo, no Quadrado E, nos números de recolha 76 (“Abaixo do plano de pedras. Aparece também uma moeda”), 83 (“Junto à base do alicerce do muro”), 252 (“Derrube do pavimento romano”) ou 253 (“Debaixo do Plano 2. Silo 2”). Inclusivamente, alguns dos fragmentos dos quatro números de recolha colam entre si. Uma vez que são provenientes da base

da abside central do edifício, os três potes de cerâmica cinzenta estampilhada podem estar a demonstrar uma relação de contemporaneidade entre estes números de recolha e os planos artificiais de onde foram recolhidos.

Aquando da descoberta deste conjunto de fragmentos, J. L. Inês Vaz e Ivone Pedro designaram-nos de cerâmica “paleocristã” (PEDRO e VAZ, 1995, p. 346), dada a semelhança dos motivos estampilhados com os das *Terra Sigillatas* paleocristãs descritas por J. Rigoir (1960). No entanto, o que este tipo de cerâmica representa é uma novidade nos sistemas de consumo dos séculos VI e VII (TENTE e DE MAN, 2016b, pp. 46-47; MEIRA, 2018). As primeiras imitações de *Terra Sigillata* datam do século III, num período em que manifestamente as comunidades locais começam a tomar o gosto pelas cerâmicas de mesa e de cozinha norte-africanas. A grande eclosão deste tipo cerâmico aconteceu na segunda metade do século IV, quando se tentava responder ao paulatino desaparecimento das cerâmicas finas peninsulares (JUAN TOVAR, 2019, p. 303 e p. 306). Em termos gerais, este tipo ceramológico caracteriza-se pela presença de decoração estampilhada nos fundos e/ou nas superfícies externas das peças e pela produção de formas relativamente semelhantes às formas de algumas séries de *Terra Sigillatas* tardias - daí a sua designação (GRILLO, 2014, p. 85). Embora os três potes de CIS da Rua das Ameias/Praça D. Duarte nada tenham que ver com formas de *Terra Sigillata*, os padrões ornamentais estão muito vinculados às correntes decorativas da TSHT, incluindo a técnica da estampilhagem nos fragmentos em estudo. Estes recipientes excepcionais poderão ter respondido à procura por produtos de qualidade, numa época em que as cerâmicas finas entravam nas suas produções finais (JUAN TOVAR, 2012, pp. 97-98; MEIRA, 2018, p. 158). Esta cerâmica enquadra-se no que foi descrito como *Cerâmica de Imitação de Sigillata* (CIS) por L. C. Juan Tovar (2012), que aludiu para a existência de cerâmicas que tentavam imitar as últimas produções de TSHT e outras cerâmicas de importação norte-africanas e foceenses tardias (JUAN TOVAR, 2019, p. 313).

Mais recentemente, Carlos Tejerizo regressou a esta classificação através da revisão de alguns materiais e processos técnicos. Na sua opinião, terão sido incorporados, por defeito, materiais cerâmicos que parecem estar já longe da intencionalidade de “imitar” os últimos ciclos de *Terra Sigillatas* (TEJERIZO GARCÍA, 2018, p. 263). Com o intuito de

demonstrar a complexidade das produções estampilhadas em termos técnicos, espaciais e estratigráfico-cronológicos, C. Tejerizo realizou uma análise fundamentalmente contextual, tendo como referência sítios rurais do vale do Douro onde se recuperaram cerâmicas estampilhadas (TEJERIZO GARCÍA, 2018, p. 264). O autor concluiu que a decoração estampilhada não é exclusiva de um único tipo de produção, pelo que se apresenta numa ampla variedade de cadeias tecnológicas e não é definidora desta produção. Realçou a presença de decorações estampilhadas nas TSHT, nas CIS, nas *Terra Sigillatas* cinzentas, em produções redutoras depuradas brunidas (TRA/TRC) e em produções redutoras pouco depuradas não brunidas (TRB) (TEJERIZO GARCÍA, 2018, p. 275). C. Tejerizo admite que o surgimento da técnica da estampilhagem e o tipo de contextos em que aparece relaciona-se precisamente com os momentos finais da produção de *Terra Sigillatas*, sobretudo na segunda metade do século V, tendo em conta que a TSHT deixa de ser produzida nessa altura (VIGIL-ESCALERA, 2013). Mas, na sua opinião, o surgimento da decoração estampilhada corresponde também a um processo de simplificação das cadeias operativas e a um substituto menos dispendioso da decoração a molde (TEJERIZO GARCÍA, 2018, p. 278).

Os motivos estampilhados têm paralelos diretos com cerâmicas que foram recolhidas em toda a Meseta Ibérica. Em Espanha, foram reconhecidos em Salvatierra de Tormes (CERRILLO, 1976; DAHÍ, 2012), Cabeza de Navasangil (LARRÉN, 1989), La Torrecilla (LUCAS et al, 1982), Monte Cildá (GARCÍA GUINEA et al, 1973), Las Lagunillas (CENTENO CEA et al, 2010) e La Cárcava de la Peladera (TEJERIZO GARCÍA, 2016, p. 240). Além dos sítios referidos, o mesmo tipo de cerâmica aparece também em Portugal. Os quatro fragmentos de cerâmica estampilhada recuperados no Castro do Tintinholho (Guarda) foram datados da primeira metade do século VII d.C. por associação a um conjunto de tremisses aí identificados, o que sugere que esta produção cerâmica de grande qualidade se deve à presença de aristocracias (TENTE e MARTÍN VISO, 2012, p. 66), vinculadas a núcleos urbanos e periurbanos (JUAN TOVAR e BLANCO GARCÍA, 1997, p. 204). L. C. Juan Tovar enquadró as produções de CIS numa cronologia que compreende a segunda metade do século IV e o século VI d.C. (JUAN TOVAR, 2019, p. 392). No entanto, é possível que os recipientes da Rua das Ameias/Praça D. Duarte possam datar, à semelhança dos do Castro do Tintinholho, entre os séculos VI e VII, uma vez que é desta

última centúria que data a maioria das cunhagens de moedas em Viseu (MARTÍN VISO, 2008, p. 187).

4.1.2.5. Materiais não cerâmicos

Além dos 21703 fragmentos cerâmicos, a coleção arqueológica da Rua das Ameias/Praça D. Duarte integra também 862 materiais não cerâmicos, pelo que se trata de um conjunto artefactual mais reduzido em relação ao conjunto cerâmico. Durante as escavações foram recolhidos espólios metálicos, líticos, vítreos e faunísticos, bem como elementos de adorno e de indumentária, carvões, pequenos pedaços de madeira e elementos de construção (cal, argamassas, estuques e azulejos). Existe neste conjunto, 27% de espólios metálicos e 5% de espólios líticos cuja função não foi possível determinar (Gráfico 18).

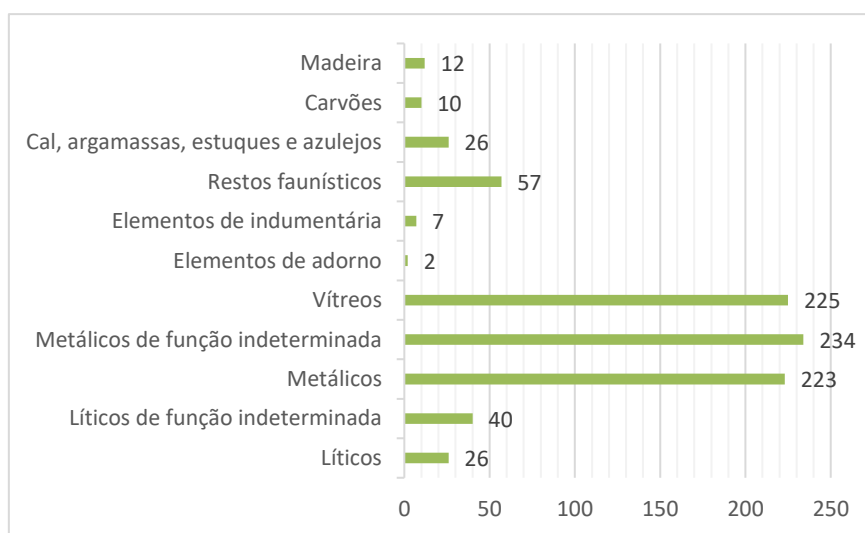


Gráfico 18 – Relação entre tipos de materiais não cerâmicos.

O estudo macroscópico dos espólios metálicos, que constituem 53% dos materiais não cerâmicos, permitiu reconhecer pregos e rebites (Anexo II: Figura IV.1.69), escórias e outros metais cuja função original é imprecisa (27%), dado o estado de corrosão ou de oxidação do minério. Apenas estão presentes na coleção peças em ferro ou em liga de bronze. O achado de escórias de metal remete para a existência de áreas de trabalho metalúrgico na cidade ou nas suas imediações, embora ainda não se tenha logrado

identificar arqueologicamente estruturas consonantes com estas áreas de trabalho. Como já se teve oportunidade de referir, o registo da escavação menciona a recolha de moedas, mas as mesmas não se encontram em depósito com a restante coleção artefactual. A definição cronológica de grande parte dos metais é bastante limitada, não só pela inclassificação de alguns fragmentos, mas também porque a sua utilização é transversal a vários períodos.

Os espólios líticos são conformados por fragmentos de pedra lascada (0.5%), de pedra polida (2.5%) (Anexo II: Figura IV.1.70) e de outros materiais cuja recolha não compreendemos, uma vez que não têm uma função implícita. Entre esses líticos de função indeterminada (5%), constam 28 pedras e 12 seixos rolados. As peças em pedra lascada incluem uma ponta de seta, uma lâmina e núcleos de sílex provenientes do número de recolha 352 (Quadrado T “Em cima do Plano 1”), que grosseiramente reportam a cronologias pré ou proto-históricas. As 22 peças em pedra polida são exclusivamente afiadores, cuja aferição cronológica é de difícil discernimento por se tratarem de elementos diacronicamente muito amplos.

Foram também recolhidos 217 vidros e oito escórias de vidro, cuja datação é dificultada pela fragilidade e pelo estado de conservação dos fragmentos, de reduzidas dimensões (Anexo II: Figura IV.1.71). Alguns dos fragmentos de vidros encontram-se envoltos com lamelas de sílica, o que não permite qualquer reconstituição morfológica. Ainda assim, os vidros recolhidos são genericamente datados de época romana e entre eles há que mencionar a presença de fragmentos de taças gomadas, que encontram paralelos em Braga e datam do século I d.C. (SILVA, 2005, p. 81). A recolha de escórias de vidro, tal como as de metal, põe em evidência a produção e a transformação de peças em vidro, documentando possivelmente a existência de uma oficina local que levaria ao descarte dos seus subprodutos. A arqueologia ainda não logrou identificar essas áreas de trabalho do vidro na cidade.

Entre os materiais não cerâmicos constam elementos de indumentária (0.8%), como um alfinete em bronze, proveniente do número de recolha 252 (“Derrube do pavimento romano”), e dois botões em metal (Anexo II: Figura IV.1.72). Um dos botões tem gravado o escudo do brasão de armas de Portugal. Durante a intervenção arqueológica também

foram recolhidos elementos de adorno (0.2%): duas pequenas contas de colar, uma em pasta vítrea de cor verde e outra de cor azul, que poderiam ser parte constituinte de colares de contas (Anexo II: Figura IV.1.73). A conta de cor verde encontra-se inteira e é proveniente do número de recolha 311 (“Quad. N. Debaixo do Plano 2”). A conta de cor azul, por outro lado, foi recolhida na limpeza do testemunho M/N (número de recolha 345) e encontra-se em fragmentos, o que não possibilita a sua reconstituição e a obtenção dos seus atributos métricos.

O conjunto dos materiais não cerâmicos conta ainda com restos faunísticos (7%), entre os quais 56 ossos e dentes, bem como uma concha de ostra (Anexo II: Figura IV.1.74). Como se indicou no capítulo II. *Metodologia*, não foi intenção desta tese de doutoramento aprofundar o estudo das faunas, mas ainda assim considera-se que a sua presença traz informações relevantes acerca dos processos pós-deposicionais e dos processos de formação do registo arqueológico. Não é de descartar a hipótese de que a presença de fauna de pequeno porte possa ter influenciado a conservação dos níveis estratigráficos. Ainda no que respeita a restos bioarqueológicos, foram recolhidos dez sacos de carvões (1%) (Tabela 24). Calcula-se, pelo menos, que os carvões recolhidos no Quadrado N e O/N, com os números de recolha 323 e 359 respetivamente, estejam relacionados com o piso de barro queimado identificado no Plano 5 do Quadrado N.

Números de recolha dos carvões	Quadrado	Descrição
266	Corte 1	Debaixo do Plano 6
267	Corte 1	Debaixo do Plano 6
273	Corte 1	Destruição do perfil em x= ± 205.20
300	H	Em cima do Plano 1
323	N	Debaixo do Plano 4
332	S	Debaixo do Plano 3
341	H/D	Test. H/D
352	T	Em cima do Plano 1
359	O/N	Sobre o pavimento entre os Quad. O/N
sd	sd	sd

Tabela 24 - Proveniência dos carvões recolhidos durante a escavação.

Também não se consegue apontar o motivo pelo qual foram recolhidos 12 pequenos pedaços não carbonizados de madeira e uma casca (1%) e que conformam uma reduzida quantidade de ecofactos. Estes devem certamente provir do entorno da escavação arqueológica, uma vez que a conservação desses restos orgânicos não aponta para que

datem de cronologias mais remotas; caso contrário não se teriam conservado no registo arqueológico.

Por fim, há que referir ainda a presença, no conjunto de materiais não cerâmicos, de restos constituintes de construções recentes, como pedaços de cal, argamassas, estuques e um azulejo (3%). A coleção arqueológica integra também os estuques que revestiam as paredes do edifício absidado identificado durante a intervenção. Trata-se de centenas de fragmentos, de pequena dimensão, e que, devido ao modo descuidado como foram colocados em sacos, optou-se por não os mover e por não os contabilizar, de forma a não agravar o seu estado de conservação. Ainda assim, verificou-se que os estuques se encontravam pintados a azul, vermelho, amarelo e branco, sem que fosse possível reconstituir qualquer motivo decorativo (Anexo II: Figura IV.1.75).

4.1.3. Interpretação do sítio

À luz dos dados que se acabaram de expor, é agora possível começar a traçar o perfil diacrónico do sítio da Rua das Ameias/Praça D. Duarte com base no seu registo arqueológico, no seu arquivo documental e na sua coleção artefactual. O estudo da intervenção arqueológica permitiu identificar quatro grandes fases de ocupação que representam maior interesse para esta tese de doutoramento. As fases I e IV dizem respeito aos momentos que antecedem (Alto-Império) e precedem (Plena Idade Média) o âmbito cronológico proposto para esta investigação - entre os séculos IV e XI d.C. - e cujas materialidades se encontram descritas nas fases II e III.

Fase I (Alto-Império):

Embora esta tese de doutoramento não tenha como objetivo estudar a fase em que o espaço da Rua das Ameias/Praça D. Duarte é ocupado durante o Alto-Império, não deixa de ser importante fazer-lhe menção, visto que a sua transformação tardo-antiga e alto-medieval se encontra relacionada com a inerente localização na área do *forum* alto-imperial. Escavações arqueológicas efetuadas no morro da cidade, como as do pátio do Museu Nacional Grão Vasco, comprovam a existência de imponentes estruturas associadas ao espaço forense construído no século I d.C. e cuja reconstituição foi proposta recentemente por Pedro C. Carvalho, Pedro Sobral de Carvalho e João

Perpétuo (CARVALHO et al, 2020). Ainda que a escavação na Rua das Ameias/Praça D. Duarte não tenha revelado estruturas de carácter monumental associadas ao *forum* viseense, tal não significa que as identificadas não tenham, pelo menos, uma relação espacial com os vestígios arqueológicos do espaço forense detetados na acrópole da cidade. No pátio do Museu Nacional Grão Vasco identificaram-se as fundações de um edifício porticado monumental e bases de sustentação de colunas que, segundo a proposta dos três investigadores, deverão tratar-se de restos da basílica do *forum* imperial (CARVALHO et al, 2020, p. 105).

Os espólios arqueológicos recolhidos na Rua das Ameias/Praça D. Duarte indicam o consumo de cerâmicas finas e de serviços de mesa durante esta época, entre os quais se incluem cerâmica de paredes finas e cerâmica cinzenta fina do século I d.C.. Deste período destacam-se igualmente um conjunto de fragmentos de *Terra Sigillatas* importadas (TSI, TSSG e TSAf A) e de *Terra Sigillatas* produzidas em território peninsular (TSH), que genericamente datam entre os séculos I e II d.C.. Estas produções concordam com a implantação do sítio na área onde se localizavam os principais edifícios públicos romanos da acrópole viseense: o *forum*, o templo do *forum*, a basílica e edifícios de carácter comercial. As produções de TSI e TSSG, datadas dos reinados dos imperadores Cláudio e Nero (41-68 d.C.), devem reportar a uma época em que a cidade deve ter-se dotado de grande esplendor construtivo.

Fase II (Entre os séculos III e V d.C.):

Nas valas de fundação da cabeceira do edifício de três absides escavado por J. L. Inês Vaz na Rua das Ameias foi identificado um pavimento em *opus signinum* (*Opus 2*) mais antigo do que o edifício absidado, ao qual se encontra associada uma moeda de Constantino. Como anteriormente se referiu, nunca se verá esclarecida a questão acerca do local exato onde esta moeda foi recolhida, pelo que se deve relativizar a sua presença enquanto elemento datante do *Opus 2*. A moeda poderá estar a determinar um *terminus post quem* para a construção desse pavimento. Assim sendo, o mesmo teria sido construído a partir do século IV d.C., tendo sido depois cortado pela edificação do edifício triabsidado. Infelizmente, com os dados disponíveis, não é possível avançar com uma hipótese para a funcionalidade do primitivo espaço.

A presença de um pavimento datado do século IV d.C. levou Catarina Tente a propor que o mesmo pertenceria ao complexo do *forum* (TENTE, 2016b, p. 110). Está-se agora em condições de pensar que a remodelação do antigo espaço forense aconteceu mais cedo do que se julgava, por hipótese ainda no século III d.C., o que incompatibiliza a ideia da arqueóloga. As alterações que poderão ter ocorrido ainda no século III ou nos finais dessa centúria no *forum* romano de Viseu são consentâneas com as datações avançadas para a construção da muralha do Baixo-Império, cujos troços foram identificados na Rua Formosa/Largo de Santa Cristina (CARVALHO e CHÉNEY, 2005; 2007) e na Rua João Mendes/Largo de Santo António (CRAVO, 2020, p. 33). As escavações arqueológicas nesses troços de muralha permitiram verificar que os mesmos foram contruídos com recurso a materiais romanos reaproveitados. Isto significa que haveria muitos edifícios que já tinham sido desmantelados e que, provavelmente, eram edifícios públicos romanos. É esse o motivo que nos leva a crer que os processos de transformação urbana se iniciaram mais cedo do que se supunha.

Fase III (Alta Idade Média):

Após a Fase II, o registo arqueológico documenta um momento posterior associado a um edifício de planta absidada. Este edifício, identificado nas campanhas de escavação conduzidas por J. L. Inês Vaz junto à Sé Catedral de Viseu, sob a Varanda dos Cónegos, entre 1988 e 1990, foi classificado pelo arqueólogo como a “basílica paleocristã de Viseu” (PEDRO e VAZ, 1995). No artigo *A Arquitectura Paleocristã da Lusitânia Norte* (2011), J. L. Inês Vaz procedeu à descrição arquitetónica do edifício com base na observação que fez no decurso da escavação. Segundo o arqueólogo, trata-se de um corpo de planta retangular com cabeceira reta, marcada no seu interior por uma abside central e um absidiolo em cada um dos lados da mesma. O aparelho das paredes apresentava uma construção em *opus incertum* utilizando materiais romanos reaproveitados, de que é exemplo a base de coluna com 70/75 cm de diâmetro e, sobre ela, um silhar almofadado colocado verticalmente, identificados no ângulo sudoeste do edifício (Quadrado D). É de considerar que os materiais romanos reutilizados nesta construção pudessem provir das imediações e ser, inclusivamente, resultado da espoliação das antigas estruturas do *forum* romano.

A descrição feita por J. L. Inês Vaz e o registo fotográfico da escavação revelam que a face exterior da parede da cabeceira tinha, na sua construção, pedras de travamento bem destacadas, as quais permitiriam reforçar e sustentar a sua diminuta espessura de 50 cm (VAZ, 2011, p. 120). O miolo entre os muros exteriores e o extradorso das absides era constituído por pedras de pequena dimensão. As pedras de fecho do arco central travavam também o muro exterior, demonstrando a sua contemporaneidade. A pedra central do absidiolo ocidental, por outro lado, era um silhar almofadado reaproveitado. Também foram utilizadas pedras reaproveitadas na divisão entre a abside central e os absidiolos laterais, tendo, no entanto, a particularidade de o almofadado ter sido cortado para nelas assentar uma pilastra (VAZ, 2011, p. 121). A recolha de fragmentos de estuques pintados indicia o revestimento das paredes interiores das três absides em tons de amarelo, preto, azul e ocre, sem que tenha sido possível fazer qualquer reconstituição figurativa (VAZ, 2011, p. 121). O edifício encontrava-se pavimentado em *opus signinum* (*Opus 1*), com 15 cm de espessura e de boa qualidade.

Em 1995, Ivone Pedro e J. L. Inês Vaz consideravam que o absidiolo ocidental tinha a forma de um arco ultrapassado dado o estreitamento do mesmo para o interior. O arqueólogo viria depois a admitir que tal solução se devia ao fechamento dos absidiolos laterais em relação à nave, porque aí se localizaria o altar do edifício religioso (PEDRO e VAZ, 1995, p. 344; VAZ, 2011, p. 121). Inclusivamente J. L. Inês Vaz disse ter identificado restos de uma estrutura cruciforme em frente à abside central, que serviria para separar a nave, ou naves, da iconóstase (VAZ, 2011, pp. 121-122). Na sua opinião, este espaço seria reservado aos oficiantes do ritual religioso, pelo que a iconóstase seria um local inacessível ao público. Do altar apenas restava, segundo o arqueólogo, a base das pedras onde assentava. A ligação entre a abside central e os absidiolos laterais seria provavelmente feita por uma arcada sobre pilastras ou colunas (VAZ, 2011, p. 125).

Em 2011, o estudo da arqueologia da arquitetura do troço murário da Varanda dos Cónegos, realizado por uma equipa do CSIC-Madrid, veio apresentar alguns argumentos que contrariam a ideia de este edifício se tratar de uma basílica paleocristã. Um desses argumentos é o facto de os restos do dito altar serem duvidosos devido à dimensão da sua sapata, que não permitiria o acesso à abside central, bem como à sua localização em frente da mesma (UTRERO AGUDO, 2011, p. 588). Um outro argumento é o facto de

o edifício não ter uma orientação canónica. A estrutura, orientada no eixo Norte-Sul, não apresentava a mesma orientação que as quatro sepulturas identificadas em 1991 na Praça D. Duarte, dispostas no eixo Este-Oeste (UTRERO AGUDO, 2011, p. 588).

Numa projeção realizada por Mariana Costa com o intuito de reconstituir a arquitetura do edifício (VAZ, 2011, p. 121), a solução construtiva do teto teria uma estrutura tripartida, com a cobertura da abside central a duas águas e mais alta em relação à dos dois absidiolos laterais. Esta não passa, senão, de uma proposta de reconstituição, uma vez que não existem informações de teor arqueológico que o comprovem. O que a arqueologia demonstra, contudo, é a possibilidade de uma cobertura de telhas devido à recuperação de 1642 fragmentos destes materiais de construção. Também é possível pensar que a cobertura do edifício estaria suportada por traves de madeira, dada a recolha de 59 fragmentos de pregos no interior do edifício.

A forma retangular do corpo do edifício, a divisão em três naves e a presença de pequenos muros internos no prolongamento da iconóstase é, segundo J. L. Inês Vaz, uma tendência da arquitetura religiosa do tempo da monarquia sueva no norte da Lusitânia (VAZ, 2011, p. 124). O arqueólogo exemplifica este tipo arquitetónico com os casos de São Pedro de Balsemão, em Lamego, e da basílica do Prazo, localizada em Freixo Numão, Vila Nova de Foz Côa (VAZ, 2011, p. 124); estes são, no entanto, exemplos arquitetónicos de atribuição cronológica pré-românica e não do período suevo-visigótico (FERNANDES, 2016a, p. 73). J. L. Inês Vaz defende que *"A forma rectangular poderá ser de origem continental ao contrário das formas em ábside redonda dupla, de origem norte-africana, como bem se sabe, ou da cruciforme, de origem bizantina"* (VAZ, 2011, p. 124). Enquanto a morfologia arquitetónica do edifício levou J. L. Inês Vaz a datar este edifício da segunda metade do século V ou princípios do seguinte (VAZ, 2011, p. 123), a presença de cerâmica estampilhada posta em relação com a datação da primeira menção escrita à Diocese de Viseu no ano de 569 e com a cunhagem de moeda visigoda no século VII suportaram a proposta de Catarina Tente para o datar dos séculos VI/VII (TENTE, 2016b, p. 117). Segundo esta autora, o edifício foi contemporâneo das monarquias sueva e visigoda, questionando, no entanto, a sua relação com o conjunto episcopal da cidade (TENTE, 2016b, p. 112). Mas com os dados que agora dispomos somos levados a repensar a cronologia deste edifício: em primeiro lugar, a hipótese de

se tratar de um espaço reservado a cerimónias litúrgicas não coaduna, como já foi referido anteriormente, com a quantidade e o tipo de cerâmica recolhida no interior do edifício (loiças de servir à mesa, de cozinha, de armazenamento e de transporte). Embora não seja possível destringir a funcionalidade deste espaço, a sua associação à presença de elites no morro da Sé é clara. Estas elites, provavelmente religiosas, teriam poder económico para adquirir bens de luxo, de que são exemplo os recipientes de cerâmica cinzenta estampilhada. Os três potes estampilhados reportam ao período suevo-visigodo, mas o edifício absidado identificado na escavação da Rua das Ameias não deverá corresponder ao complexo episcopal dessa época. O mesmo, que certamente não distaria muito longe daquele local, pode ter sido desmantelado e ter sido sobreposto pelo edifício absidado. É provável que estas estruturas identificadas na intervenção arqueológica estejam relacionadas com um espaço religioso que existiria antes das obras de remodelação dos condes portugalenses no século XII e que sejam contemporâneas das sepulturas, datadas do século XI.

A parede oeste do edifício absidado apresentava, segundo a descrição de J. L. Inês Vaz, um desvio externo de aproximadamente cinco graus em relação à parede da cabeceira (VAZ, 2011, p. 120), pelo que se tratava de um corpo retangular imperfeito. Esta parede prolongava-se em direção ao adro da Sé sob um muro bem destacado da restante construção: segundo o arqueólogo, este muro, que fechava a construção no lado norte, foi construído com silhares almofadados dispostos em *opus quadratum* e tratava-se dos restos de uma “torre árabe” posterior ao edifício absidado (VAZ, 1991, p. 3; VAZ, 2011, p. 120). O estudo de arqueologia da arquitetura de 2011 documentou a existência de, pelo menos, três fases construtivas no paramento da Varanda dos Cónegos: as duas fiadas inferiores, orientadas no eixo NO-SE, correspondem a um muro romano feito com silhares graníticos de grande dimensão, bem aparelhados e unidos. Trata-se do muro descrito por J. L. Inês Vaz que fechava o edifício absidado a norte (UTRERO AGUDO, 2011, pp. 591-592). O pano murário intermédio, escalonado, reaproveitou alguns silhares romanos, mas também incluiu outros menos aparelhados e de diferentes dimensões. Este muro, segundo Paulo Almeida Fernandes, poderá datar dos séculos IX e X d.C., uma vez que *“reutilizar de materiais romanos e tardo-romanos, por vezes refazendo o almofadado (como ocorreu nas igrejas de S. Pedro de Lourosa e S. Pedro de*

Balsemão) ou conferindo um aspecto classicizante a essas realizações” foi uma prática comum (FERNANDES, 2017, p. 307). Além disso, a construção escalonada aplicada ao embasamento da restante estrutura tem paralelos noutras edificações do mesmo período, nomeadamente no embasamento da nave norte do monumento de Idanha-a-Velha, agora desaparecida (FERNANDES, 2017, p. 307).

De acordo com o mesmo estudo, *“Esta construcción, independientemente de su interpretación, debía estar desmontada o amortizada cuando se alzó el muro citado, pues el recorrido de éste interrumpe el espacio de la primera”* (UTRERO AGUDO, 2011, p. 592). Sobre o dito muro, detetaram-se restos de outras construções que reaproveitaram pedras almofadadas, algumas delas dispostas de forma escalonada, tratando-se eventualmente do embasamento de uma estrutura maior de função desconhecida (UTRERO AGUDO, 2011, p. 592). A perda de grande parte das unidades estratigráficas murárias e das suas relações impede associar física e temporalmente as partes conservadas e compreendê-las conjuntamente, pelo que a hipótese avançada por J. L. Inês Vaz para a existência de uma torre de época islâmica naquele local carece, assim, de provas mais sólidas.

Questionada a existência de uma torre islâmica no canto oeste da Varanda dos Cónegos através da arqueologia da arquitetura, abre-se agora uma janela de oportunidade para se relacionar as estruturas arqueológicas da Rua das Ameias e as estruturas murárias da referida varanda, com os espólios recolhidos aquando das campanhas de escavação. O estudo da coleção artefactual, sobretudo a cerâmica, permitiu verificar que não há indicadores claros que definam uma atuação por parte de autoridades muçulmanas no morro da Sé. Outras escavações arqueológicas realizadas no centro histórico de Viseu, como as do pátio do Museu Nacional Grão Vasco e as do Largo da Misericórdia, revelam também a mesma ausência de estruturas ou espólios adscritos a uma guarnição militar islâmica ou ao seu efetivo domínio político e administrativo na cidade.

Ora, o conjunto cerâmico da Rua das Ameias não demonstra tais características, ao contrário do que sugeriu Helena Catarino (CATARINO, 2008, p. 130; CATARINO e SANTOS, 2012, p. 8). A autora disse ter observado durante as escavações do Museu Nacional Grão Vasco *“alguns fragmentos, de superfícies pintadas, bem como vidradas,*

melado claro e esverdeado...que podem atribuir-se aos séculos X/XI” (CATARINO, 2008, p. 130), conjunto esse que foi posteriormente reavaliado por Patrícia Rodrigues (2012) e que se concluiu por uma cronologia medieval mais tardia. O que o conjunto de cerâmicas atribuíveis aos séculos VIII-X da Rua das Ameias demonstra é, na realidade, uma produção cerâmica de carácter regional/local, verificável, por um lado, devido à presença sistemática de micas e quartzos, que parece ser uma característica das produções cerâmicas do Alto Mondego (TENTE, 2010, p. 386). A composição mineralógica das cerâmicas correlaciona-se com a proximidade e disponibilidade das matérias-primas, pelo que a presença constante dos elementos desengordurantes referidos é sintomática do entorno geológico, de carácter granítico. Por outro lado, a cerâmica das fases posteriores ao século VIII – os pratos covos, os potes/panelas de perfil em “S”, os alguidares de base em disco e as asas golpeadas – revela fortes influências setentrionais que resultam, em primeiro lugar, da dinâmica territorial durante esse período, marcada por avanços e recuos das fronteiras cristãs e muçulmanas, e, num segundo momento, pela estabilização da fronteira cristã no Mondego.

O período que medeia os finais da fase de ocupação anterior, a conquista definitiva de Viseu por Fernando Magno em 1058 e a fixação da corte dos condes portugalenses, D. Henrique e D. Teresa, é também ele nebuloso. Esta fase de ocupação é materializada, na área da Praça D. Duarte, pela identificação de quatro enterramentos nos quadrados O, M e N. Três dos enterramentos ainda continham restos humanos completos, mas não tinham quaisquer espólios funerários no interior. As sepulturas foram abertas no solo e delimitadas lateralmente por blocos de pedra, apresentando também lajes em número variável para a sua cobertura (VAZ, 1992a, p. 4). Os enterramentos encontravam-se orientados canonicamente no eixo E-O. O perfil biológico dos indivíduos inumados permitiu identificar um adulto do sexo feminino e dois jovens, um do sexo feminino e outro do sexo masculino.

A reconstituição artificial da estratigrafia do sítio e a análise dos espólios recolhidos nos planos artificiais associados aos níveis arqueológicos destas sepulturas revelaram conjuntos artefactuais coerentes do ponto de vista cronológico. Os números de recolha associados aos planos artificiais das sepulturas continham principalmente fragmentos

de cerâmica tardo-romana e medieval. Foi observado o mesmo tipo de materiais arqueológicos nos planos e números de recolha relacionados com o muro detetado nos quadrados H e I, o que permite pensar numa relação de contemporaneidade entre as sepulturas e este muro. O pavimento romano em *opus signinum* (*Opus 2*), datado de um momento pós-século IV, avançava para a Praça D. Duarte e justamente por baixo do Muro H-I (VAZ, 1992a, p. 3), que rompeu os níveis romanos mais antigos. Tal comprova que este muro é posterior ao *Opus 2*. Até ao momento, sempre se tinha considerado que o Muro H-I criava uma separação entre a “basílica” e a necrópole (VAZ, 1992a, p. 3). No entanto, os materiais medievais da Praça D. Duarte e a datação por radiocarbono realizada sobre um dos indivíduos inumados na necrópole indicam que as sepulturas aí identificadas datam já do século XI d.C. (TENTE, 2016b, p. 111).

Entre os anos 850 e 1050 conhecem-se referências a vários bispos viseenses, o que pressupõe a manutenção das estruturas eclesíásticas cristãs após a chegada de *Al-Mansur* a Viseu. É provável que o domínio muçulmano estabelecido após a chegada do general árabe, no ano de 997, tivesse implicado a cessação da atividade episcopal na cidade. E, ao contrário do que parece ter ocorrido na fase anterior, os muçulmanos terão tido uma política de dominação mais permanente nos territórios a norte do Mondego (TENTE, 2016a, p. 32). A partir desta data, Viseu teria ficado sobre a jurisdição política de Córdoba, e, numa época posterior, dependente do reino taifa de Badajoz.

A verdade é que o impacto da presença islâmica em Viseu parece ter sido reduzido até à primeira metade do século XI. O domínio por parte das autoridades muçulmanas parece ter sido deficiente, a julgar pela existência de núcleos vinculados à nobreza leonesa (FERNANDES, 2016b, p. 82). Datada de cerca de 1050, a referência a um bispo viseense exilado em Oviedo é a única menção à diocese de Viseu neste período. O exílio de bispos ou a sua nomeação em dioceses distantes das dominadas politicamente pelos muçulmanos interpreta-se como a forma de os monarcas asturo-leoneses preservarem, embora por vezes nominalmente, as estruturas administrativas e religiosas, legitimando a conquista desses territórios (TENTE, 2016a, p. 33). Assim, crê-se que as dioceses funcionariam com maior autonomia em territórios pouco islamizados, como aconteceria na região viseense.

A confirmar-se a ideia de que o edifício de três absides seja datado entre os séculos VIII e XI, e seja portanto anterior à construção da Sé românica na colina da cidade, a presença de enterramentos neste local pode estar relacionada com a manutenção da estrutura diocesana durante a vigência do califado. A comprovar-se, estes serão os enterramentos mais antigos identificados no morro da Sé. Até à edificação da Sé Catedral projetada pelos condes D. Henrique e D. Teresa no morro da cidade, é provável que uma outra igreja tivesse assumido o culto cristão com particular relevância. Escavações arqueológicas no adro da Igreja de São Miguel de Fetal puseram a descoberto as fundações de um edifício religioso possivelmente datado dos finais do século IX/inícios do século X (TENTE e ALVES, 2017, p. 80) e que, segundo Anísio Saraiva, deve ter-se mantido como a principal referência religiosa da cidade até ao século XII (SARAIVA, 2010, pp. 21-22). No entanto, à luz dos dados que agora dispomos, há a possibilidade de a Igreja de São Miguel de Fetal estar apenas a substituir a igreja principal situada no morro da cidade num momento em que esta estivesse em obras de remodelação profundas. Assim sendo, a acrópole viseense nunca terá perdido importância.

Segundo Paulo Almeida Fernandes, não se provando que a sede diocesana pré-românica ocupasse a acrópole de Viseu, são, no entanto, *“fortes os indícios que apontam para a existência, aí, de estruturas militares e civis”* possivelmente relacionadas com os titulares do poder asturo-leonês em Viseu (FERNANDES, 2017, p. 295). O investigador, membro da equipa de arqueologia de arquitetura que avaliou os paramentos da Varanda dos Cónegos, defendeu que essa seria a função do aparelho construtivo presente no alicerce meridional da Varanda dos Cónegos (FERNANDES, 2017, p. 307).

Fase IV (Plena Idade Média):

Embora a intervenção da Rua das Ameias/Praça D. Duarte não tenha revelado estruturas arqueológicas relacionadas com uma fase de ocupação pleno-medieval, existem espólios na coleção artefactual que remetem para essas cronologias. Os materiais cerâmicos estudados enquadram-se entre a época em que os condes D. Henrique e D. Teresa promoveram a construção da Sé românica no morro da cidade e o século XIV. Esta cronologia de ocupação tinha já sido constatada através de escavações

arqueológicas que ocorreram no pátio do Museu Nacional Grão Vasco, no Largo da Misericórdia e na Rua Silva Gaio. Nesses locais, a arqueologia urbana revelou que esta é uma época de grandes reconfigurações da colina da cidade, alterando inclusivamente a sua fisionomia e funcionalidade. No Museu Nacional Grão Vasco puseram-se a descoberto fossas-lixeiros abertas nos finais do século XII/século XIII e colmatadas nos finais do século XIII ou inícios do século XIV, segundo o estudo da cerâmica recolhida no enchimento dessas estruturas (RODRIGUES, 2012, pp. 100-101). A mesma intervenção arqueológica detetou, sobre os níveis de colmatagem das fossas detríticas, uma necrópole datada do século XIV (PERPÉTUO, 2002, p. 34; RODRIGUES, 2012, pp. 11-12). As estruturas identificadas na Rua Silva Gaio incluem igualmente um conjunto de fossas que assinalam uma área de deposição de lixos (CARVALHO e FIGUEIRA, 2008, p. 103; RODRIGUES, 2012, p. 100). No Largo da Misericórdia, por outro lado, a escavação revelou um momento a que está associada uma estrutura “baixo-medieval” e que, segundo Pedro Sobral de Carvalho, pode estar relacionada com o castelo medieval e/ou com o paço condal de D. Henrique e D. Teresa (CARVALHO, 2019, p. 93). No século XIV, o espaço terá sido utilizado como logradouro (CARVALHO, 2019, pp. 35-36).

Os materiais arqueológicos da Rua das Ameias/Praça D. Duarte caracterizam-se por algumas formas cerâmicas cuja diacronia de utilização se inicia no século VIII e se prolonga até aos séculos XIII/XIV. Há, na coleção, fragmentos de potes/panelas, de jarros trilobados e de alguidares de base em disco que estão em utilização até ao século XIV. Os fragmentos de asas que apresentam incisões golpeadas nas superfícies externas encontram paralelos em espólios datados do século XII/XIII na região do Alto Mondego (TENTE, 2010, p. 396). Obviamente que estas formas apresentam, ao longo do tempo, ligeiras alterações morfológicas que dependem do seu local de produção (TENTE, 2010, pp. 392-393), mas é a polifuncionalidade de peças como os potes/panelas e os alguidares que explica a larga diacronia de utilização destas peças. A correta aferição cronológica dos espólios pleno-medievais fica comprometida pelo facto de não existirem contextos arqueológicos estratigrafados na Rua das Ameias/Praça D. Duarte.

Apresentam-se de seguida outros locais importantes do ponto de vista arqueológico, bem como achados que foram identificados e/ou escavados na cidade e cujos vestígios contribuem para o conhecimento de Viseu em época tardo-romana e alto-medieval. Este trata-se, no fundo, de um trabalho de síntese bibliográfica e de análise de relações espaciais, pelo que aqui se procurou descrever detalhadamente cada intervenção arqueológica e explorar a sua relação com evidências e/ou estruturas que contribuam para melhor compreender a função e a importância de cada intervenção no desenho da cidade de Viseu na Alta Idade Média.

Como se poderá constatar com a leitura dos subpontos que se seguem, relativos a intervenções arqueológicas que se achou oportuno descrever, os dados que existem têm potenciais de informação de diferentes níveis. Isso decorre do facto de alguns dos sítios mencionados nunca terem sido alvo de escavações arqueológicas e por isso não terem sequências estratigráficas e ocupacionais comprovadas do ponto de vista científico. São várias as referências a achados isolados ou à descrição de estruturas que foram observadas *in loco* no decurso de obras, para as quais não existem registos de natureza estratigráfica, nem estudos aprofundados dos contextos ou dos materiais arqueológicos. Por outro lado, há sítios que foram intervencionados no âmbito em intervenções de arqueologia preventiva ou de projetos de investigação e que geraram um tipo de informação mais detalhada e de base científica.

Este cenário resulta, assim, num avultado volume de informação dispersa. O que aqui se intenta fazer é o cruzamento dessas fontes de informação, de modo a caracterizar o melhor possível as materialidades que marcavam a cidade de Viseu entre os séculos IV e XI e a proporcionar uma leitura diacrónica dos contextos e da sua inserção urbana.

As intervenções arqueológicas apresentam-se aqui organizadas de forma geográfica, começando a partir do centro histórico e ponto mais alto da cidade para o exterior amuralhado.

4.2. Pátio do Museu Nacional Grão Vasco

O Museu Nacional Grão Vasco foi fundado em 1916, com o intuito de preservar e valorizar o património histórico, artístico e arqueológico da região de Viseu,

especialmente o importante acervo artístico de Vasco Fernandes. O edifício que alberga o museu remonta ao século XVI e terá sido construído no local da antiga residência episcopal. O Paço dos Três Escalões era, na sua origem, o seminário para a formação dos aspirantes ao Clero. Localizado no morro da Sé Catedral de Viseu, em pleno centro histórico da cidade, o Museu Nacional Grão Vasco encontra-se contíguo ao edifício catedralício (Anexo II: Figura IV.2.1).

Em meados do século XX, José Coelho reportou a identificação de um sarcófago monolítico e de uma sepultura de inumação, que classificou de “luso-romana”, no adro da Sé, junto à Torre do Relógio (COELHO, 1946). Nos finais da década de 1980, as escavações realizadas por J. L. Inês Vaz na Praça D. Duarte também revelaram três sepulturas de inumação (VAZ, 1992a). Já em 1998, Alberto Correia fez o acompanhamento arqueológico de quatro sondagens feitas com recurso a meios mecânicos nos quatro cantos do pátio interno do Museu Nacional Grão Vasco e das quais resultaram a identificação de dois enterramentos escavados no saibro rochoso (PERPÉTUO, 2002, p. 4).

Em 2001 e 2002, no âmbito do projeto de remodelação do museu, foram levadas a cabo escavações arqueológicas de caracterização patrimonial no pátio interno, fronteiro à entrada do edifício. O projeto de arquitetura concebido por Eduardo Souto Moura previa a perturbação do subsolo em mais de 6 metros (PERPÉTUO, 2002, p. 3). Assim, os trabalhos de arqueologia eram justificáveis pelos testemunhos arqueológicos que já tinham sido identificados no morro da Sé, fruto de intervenções mais antigas e que tinham posto a descoberto vestígios das ocupações pré-romana e romana da cidade. Algumas dessas intervenções também evidenciaram a utilização do morro da Sé como local de enterramentos, tratando-se, portanto, de um local privilegiado para o registo diacrónico da evolução urbana do centro histórico de Viseu.

Os trabalhos de arqueologia previstos no projeto de arquitetura foram adjudicados pelo Instituto Português de Museus (IPM) à empresa Arqueohoje que, depois de autorizados pelo IPA, tiveram início em 2001. Foi proposta a realização de quatro sondagens, de 4 x 4 metros cada, e o seu posterior alargamento para uma escavação arqueológica em área. Este método foi adotado devido à natureza dos vestígios que se esperavam

encontrar e com o intuito de atingir o substrato geológico (PERPÉTUO, 2002, p. 5). Além disso, também permitiria determinar a dimensão da área arqueológica, de a registrar, de apurar o seu estado de conservação e o seu valor científico-patrimonial e de obter as suas sequências estratigráficas (PERPÉTUO, 2002, p. 5). Pretendia-se igualmente averiguar qual seria o impacto do projeto previsto para o local sobre as eventuais estruturas arqueológicas que se pudessem vir a pôr a descoberto.

As quatro sondagens de diagnóstico foram implantadas a partir do canto nordeste do pátio, orientadas a 35°N. Todos os níveis estratigráficos que resultassem da deposição de aterros e, portanto, sem contexto arqueológico, foram designados como “depósitos”, e os níveis integrados num contexto arqueológico denominaram-se “camadas” (PERPÉTUO, 2002, p. 12). Após o levantamento do lajeado do pátio, a Sondagem 1 colocou imediatamente a descoberto sete depósitos, dos quais provieram fragmentos cerâmicos de épocas distintas, misturados com uma elevada quantidade de telha de meia cana sem um contexto explícito. A primeira camada arqueológica (C. 1) foi detetada a uma profundidade de 3.5 metros, constituída por um nível de terras castanhas escuras que continha uma cultura material homogénea definida essencialmente por cerâmicas medievais (PERPÉTUO, 2002, p. 13). A Sondagem 1 revelou também um muro de alvenaria, com cerca de 90 cm de largura, em pedra de pequena e média dimensão, argamassado com *opus caementicium* (Estrutura 4). Este muro, de época romana, desenvolvia-se para a Sondagem 2, no sentido SO-NE, paralelo ao atual edifício do museu (PERPÉTUO, 2002, pp. 14 e 22). Foram ainda identificados quatro enterramentos, orientados segundo o eixo O-E, abertos no solo geológico ou assentando sobre a Estrutura 4, tendo sido por isso datados da Idade Média (Anexo II: Figuras IV.2.2 e IV.2.3). Duas dessas fossas sepulcrais encontravam-se delimitadas por pequenos blocos graníticos (PERPÉTUO, 2002, pp. 15-16).

Durante a escavação do Depósito 3 da Sondagem 3, caracterizado por terras castanhas escuras com ocorrência de manchas de terras amareladas, típicas de depósitos de aterro, foi identificado um alinhamento pétreo bastante destruído, associado a uma base de coluna romana a uma cota inferior (Estrutura 3). Este alinhamento, que se desenvolvia na direção NO-SE e que era composto por pequenas pedras toscamente afeiçoadas, pode ter resultado da deposição, em época moderna, de blocos pétreos com

outros materiais, dos quais fazia parte uma base de coluna (PERPÉTUO, 2002, p. 24) (Anexo II: Figura IV.2.4). Na mesma sondagem, um outro muro em alvenaria com pedras de pequena dimensão (Estrutura 4) foi identificado sobre a C. 1 assentando em blocos da estrutura em *opus caementicium*, adscrevendo-se também a época medieval, mas de funcionalidade incerta (PERPÉTUO, 2002, p. 25) (Anexo II: Figura IV.2.5). Além da C. 1, detetaram-se mais quatro camadas arqueológicas que correspondiam a níveis romanos (C. 2) e a níveis de destruição (C. 3 e 4) e ocupação (C. 5) de um contexto proto-histórico.

Na Sondagem 4, após terem sido removidos os depósitos de aterro modernos e contemporâneos, foi identificado um enterramento a 2.20 metros de profundidade. O indivíduo inumado apenas se encontrava conservado na zona do tronco e dos membros superiores (PERPÉTUO, 2002, p. 28) (Anexo II: Figuras IV.2.6 e IV.2.7).

O alargamento das sondagens prévias resultou na escavação de um total de 196 m² em todo o pátio oeste do museu, numa rede de quadrados de 2 x 2 m dividida em seis setores que foram designados alfabeticamente. Em cada um dos setores foram sempre feitos dois cortes estratigráficos que possibilitassem obter uma melhor leitura estratigráfica (PERPÉTUO, 2002, p. 5). A escavação em área iniciou-se pela remoção dos aterros de época moderna e contemporânea através de meios mecânicos, uma vez que não apresentavam interesse científico acrescido, e prosseguiu através da decapagem das camadas arqueológicas. Os cortes estratigráficos foram desmontados numa primeira fase até às camadas medievais e numa segunda fase até ao substrato geológico (PERPÉTUO, 2002, p. 31).

Apesar de a escavação em área ter resultado na identificação de estruturas arqueológicas diferentes das já referidas, o que ela veio confirmar foi a sequência estratigráfica anteriormente detetada. A C. 2, observável em todos os setores escavados, correspondia ao nível de circulação de uma necrópole medieval (Anexo II: Figura IV.2.8). Esta necrópole era constituída por fossas sepulcrais dispostas paralelamente, orientadas num eixo O-E, algumas delas reaproveitando ou cortando sepulturas pré-existentes (PERPÉTUO, 2002, p. 34). Foi no Setor A que foi revelada a maior quantidade de sepulturas, em número de 29, num total de 43, além de mais três

ossários (Anexo II: Figura IV.2.9). Muitas das sepulturas destruíram parte das estruturas de época romana.

A indiferença perante as construções romanas expressou-se igualmente pela abertura de cinco fossas-lixadeiras, de plantas subcirculares ou subovaladas nos pisos romanos (C. 11A e C. 11B). A sequência estratigráfica mostrou que essas fossas detriticas eram posteriores à fase de abandono das estruturas romanas e eram anteriores à implantação da necrópole, uma vez que também as fossas foram afetadas pela escavação das sepulturas (PERPÉTUO, 2002, p. 34) (Anexo II: Figura IV.2.10). A título de exemplo, a Fossa 4 tinha um diâmetro 0.60 m ao nível do topo e de 0.50 m ao nível da base, com uma profundidade de 1.30 m, rompendo os níveis romanos, proto-históricos e inclusivamente o solo geológico (Anexo II: Figura IV.2.11). As fossas 2, 3 e 4 apresentavam um perfil em U.

Durante a escavação destas fossas foi possível discernir momentos distintos na sua construção em época medieval. Numa primeira fase, designada por Patrícia Rodrigues como *Fase IVa* (2012, p. 10), o piso romano (C. 11) foi alvo de profundos revolvimentos que se traduziam na definição das fossas 1 e 5, de tamanho considerável, mas sem formas concretas. Tal revela que a sua abertura não obedecia a uma ação planeada e estruturada. O seu interior foi entulhado com abundantes elementos pétreos e materiais de construção, sobretudo telhas e cerâmicas muito diversas (C. 10B, 10C, 10D e 10E e C. 12) (PERPÉTUO, 2002, pp. 77-78). Da *Fase IVb*, proposta por P. Rodrigues, pareciam datar as fossas 2, 3 e 4. As fossas 2 e 3 levaram os arqueólogos a supor a sua posterioridade em relação às restantes, visto que a primeira cortava a Fossa 1 (C. 5) e a segunda foi aberta no enchimento da Fossa 5 (C. 10B, 10C, 10D E 10E) (PERPÉTUO, 2002, p 78). Existiu assim uma implantação propositada. A Fossa 4 é substancialmente diferente das restantes: o seu enchimento (C. 26 e C. 27) era constituído por uma grande quantidade de fragmentos cerâmicos, muitos dos quais pertencentes aos mesmos recipientes, não se verificando a presença de materiais de construção.

Considerando o registo arqueológico, a complexa sequência estratigráfica do sítio e a proveniência dos espólios por camadas arqueológicas, a escavação do pátio oeste do Museu Nacional Grão Vasco revelou seis fases de ocupação distintas.

Fase I (II Idade do Ferro): Ocupação caracterizada por duas possíveis cabanas, das quais apenas restavam os negativos da sua construção, vestígios de pisos e buracos de poste (Estruturas 12, 13 e 14) e que lhes tinham associados materiais cerâmicos cronologicamente datados da Idade do Ferro (PERPÉTUO, 2002, p. 31) (Anexo II: Figura IV.2.12). Estas evidências alinham-se com a existência de um povoado castrejo no topo da colina da Sé (ALMEIDA, 2005). A esta época também deverá corresponder um forno (Estrutura 11), de planta circular, que se encontrava adossado a um afloramento granítico. Este forno foi construído com blocos de tijolo e revestido interiormente com argila (PERPÉTUO, 2002, p. 33) (Anexo II: Figura IV.2.13). A recolha de uma grande quantidade de uma argamassa argilosa no seu interior faz pensar na existência de uma cúpula em argila que abateu e preencheu o espaço interno (C. 10F). Sara Almeida conjecturou a possibilidade de se tratar de um forno cerâmico dado o avultado número de grandes recipientes exumados do seu interior (ALMEIDA, 2005, p. 57). Os níveis que materializavam esta fase de ocupação do local eram as camadas 20, 22, 23 e 24; os que indicavam o abandono ou destruição das estruturas proto-históricas eram as camadas 16, 19 e 21.

Fases II e III (Época romana): Após a destruição do forno proto-histórico, construiu-se um muro de alvenaria, com cerca de 90 cm de largura, feito com blocos de granito retangulares de pequena e média dimensão, argamassados com *opus caementicium* (Estrutura 10). Desenvolvia-se no sentido SO-NE, atravessando longitudinalmente os setores A e B, paralelo ao atual edifício do museu. Perpendicularmente à orientação deste muro, desenvolvia-se, a poente e adossado a este, um outro muro, do qual já só restava o seu embasamento. A ocupação romana também se encontrava marcada pelas fundações de um edifício, de planta retangular (Estrutura 9), tendo-se identificado o seu canto norte no Setor E (Anexo II: Figura IV.2.14). Foram detetadas bases de sustentação de colunas (Estruturas 5, 6, 7 e 8) contruídas em *opus caementicium* que tinham cerca de 1.40 m de lado. Estas bases desenvolviam-se de SO para NE, definindo um pórtico em torno da Estrutura 9 (PERPÉTUO, 2002, p. 32) (Anexo II: Figura IV.2.15). A Estrutura 9 foi interpretada como as fundações de um edifício

monumental público, de arquitetura porticada, que se integrou na segunda fase de ocupação romana (ALMEIDA, 2005, p. 21). Entre as Estruturas 9 e 10 foi também identificado um piso em saibro à mesma cota das bases de sustentação de colunas, que correspondia ao nível de circulação do espaço em época romana. Segundo Sara Almeida, trata-se de uma fase de ocupação marcada por uma profunda remodelação do espaço realizada em dois momentos consecutivos, um de época republicana ou alto-imperial e outro posterior sem uma datação precisa (ALMEIDA, 2005, p. 17).

Fase IV (Idade Média): Abertura de cinco fossas detriticas no piso romano entre a fase de abandono/destruição das estruturas romanas e a implantação de uma necrópole medieval (PERPÉTUO, 2002, p. 33). Estas fossas cortaram o nível de circulação e foram preenchidas com elementos pétreos, materiais de construção e cerâmica comum de cronologia medieval. Patrícia Rodrigues propôs uma *Fase IVa* e uma *Fase IVb* correspondentes aos diferentes momentos de aberturas das fossas 1 e 5 e o das fossas 2, 3 e 4 (RODRIGUES, 2012, p. 10). A mesma autora avançou com uma cronologia de finais do século XII/século XIII para a abertura das fossas e uma datação para a sua anulação definitiva entre finais do século XIII e inícios do século XIV, baseando-se no estudo da coleção cerâmica proveniente do enchimento dessas estruturas (RODRIGUES, 2012, pp. 100-101).

Fase V (Idade Média): Implantação de uma necrópole sobre os referidos depósitos detriticos e o piso romano. Foram exumados 42 indivíduos e três ossários. As sepulturas, maioritariamente de configuração ovalada, cortaram o antigo piso romano (C. 11A e C. 11B) e/ou destruíram parte das estruturas romanas anteriormente referidas. A maior parte das sepulturas assentaram sobre a C. 2, a qual deveria corresponder ao piso de circulação desta fase de ocupação (PERPÉTUO, 2002, pp. 33-34). Também para esta fase, Patrícia Rodrigues propôs uma *Fase Va*, correspondente ao momento de colmatação das fossas-lixesiras, que datou de finais do século XIII/ inícios do século XIV, e uma *Fase Vb*, de aterro e nivelamento do espaço para a implantação da necrópole (RODRIGUES, 2012, pp. 11-12). Para a atribuição cronológica desta necrópole conta-se com o documento da doação daquela área por D. João I aos cônegos da

Sé para nela “*fazerem o adro e o cemitério da catedral*” (SARAIVA 2009, pp. 14-15), o qual data de 1392.

Fase VI (Séculos XVI-XVII): Em época moderna, o espaço é artificialmente aterrado com entulhos para a edificação do antigo seminário (atual Museu Nacional Grão Vasco), cuja construção decorre do decreto do Concílio de Trento de 1563, que determinava que as catedrais tinham a responsabilidade de instruir jovens na vida eclesiástica em colégio próximo da Sé (RODRIGUES, 2016, p. 98).

A escavação do pátio interno oeste, do edifício do Museu Nacional Grão Vasco, revelou uma longa diacronia de ocupação do espaço, cujos vestígios arqueológicos são um contributo de extrema importância para a compreensão do Passado do morro da Sé de Viseu. Em primeiro lugar, esta intervenção permitiu identificar várias estruturas datáveis da Idade do Ferro que corroboram os dados obtidos noutros trabalhos desenvolvidos pela empresa Arqueohoje na Praça D. Duarte (CARVALHO e VALINHO, 2001) e pela EON Indústrias Criativas no Largo da Misericórdia (CARVALHO, 2019). A uma profundidade significativa também se colocou a descoberto estruturas de época romana. Os dois momentos que marcam a profunda remodelação do espaço em época romana – o primeiro ainda da República e o segundo já do Alto-Império – caracterizam-se, segundo os arqueólogos responsáveis, pela construção de edifícios de carácter público de relativa monumentalidade (PERPÉTUO, 2002, p. 76). A sua edificação procurou atingir a rocha base para assentar as suas fundações, o que sugere o grande porte dos edifícios aí construídos.

A profundidade a que as estruturas de época romana foram escavadas – entre os 3 e os 4 metros - demonstra que a praça do *forum* estava muito abaixo do nível de circulação atual. Essas estruturas só estão agora a ser interpretadas pelos arqueólogos e com relação ao *forum* da cidade de Viseu. Segundo Pedro C. Carvalho, Pedro Sobral de Carvalho e João Perpétuo, tratavam-se de muros largos com 90 cm de largura e de grandes sapatas onde assentavam os pilares do pórtico interior da basílica do *forum*, e que a estrutura retangular pode ser interpretada como a tribuna do interior da basílica (CARVALHO et al, 2020, pp. 104-105). Estas estruturas, datáveis genericamente do século I, permitiram aos três investigadores, articulando com os edifícios que ladeiam o

largo da Sé, avançar, pela primeira vez, com uma proposta de reconstituição do plano do *forum* romano de Viseu. A sua investigação propõe que a basílica do *forum* estaria do lado onde se encontra a Sé e que alguns muros da catedral assentam sobre os muros da basílica romana, aproveitando antigas fundações (CARVALHO et al, 2020, p. 107). A mesma linha de investigação indica que o templo do *forum* estaria onde se encontra a Igreja da Misericórdia, não sendo exatamente coincidentes. O templo estaria um pouco descentrado e mais avançado em relação à parede frontal da igreja atual (CARVALHO et al, 2020, p. 107). Os cálculos obtidos com este recente estudo parecem estar de acordo com as regras vitruvianas e com um *forum* de 60 metros de largura e 90 metros de comprimento, numa porção de 2:3, o que é também uma dimensão considerável para um *forum* da *Lusitania* (CARVALHO et al, 2020, pp. 108-109). Os próprios edifícios interiores estavam dimensionados em função destas proporções vitruvianas. O tamanho do *forum* é sempre proporcional à importância da cidade (CARVALHO et al, 2020, p. 108).

A reconstituição do templo do *forum* de Viseu é facilitada pela padronização da arquitetura romana. A sua reconstituição pôde ser feita através de uma série de elementos arquitetónicos que dimensionam o templo (CARVALHO et al, 2020, p. 108). No claustro da Sé de Viseu estão exibidos um capitel jónico e uma base de coluna com 75 cm de diâmetro, ambos encontrados na cripta da Sé. Esta base de coluna é provavelmente a mesma que José Coelho mencionou quando defendeu que em Viseu existiram três templos romanos, devido aos restos de colunas de grandes dimensões identificados na Carreira dos Cavalos, junto à Sé e junto ao antigo balneário de Calda de Lafões (COELHO, 1950, pp. 360-362 e 373). Pelas dimensões da base de coluna e do capitel jónico foi possível dimensionar a coluna a que pertenciam, que teria cerca de oito metros de altura. Este cálculo sugere que esta coluna formaria parte do templo (CARVALHO et al, 2020, p. 109). A base de coluna da Carreira dos Cavalos é bastante semelhante, pois tem as mesmas dimensões, sendo por isso muito provável que essa também fizesse parte do templo do *forum* (CARVALHO et al, 2020, p. 109). J. L. Inês Vaz referiu ainda que a escultura de uma cabeça feminina encontrada junto à entrada da Rua do Gonçálinho também ornamentaria este espaço público (VAZ, 1997, p. 354).

De acordo com a hipótese avançada por Pedro C. Carvalho, Pedro Sobral de Carvalho e João Perpétuo, a entrada principal do *forum* estaria alinhada pelo eixo longitudinal do templo, o que corresponde ao pórtico principal da Sé. Ou seja, é possível que, quando em época medieval se construiu a Sé, o seu acesso se tenha instalado no mesmo local que a porta principal do *forum* romano (CARVALHO et al, 2020, p. 109). Esta sobreposição é mais do que uma coincidência; a única diferença é que a Sé se desenvolveu para uma direção diferente daquela que ocupava o *forum*. Muitas das paredes que foram traçadas para o *forum* poderiam encostar à muralha baixo-imperial, tal como se verificou nas escavações do Largo da Misericórdia (CARVALHO, 2019). Há determinadas paredes dos edifícios atuais, como a da Varanda dos Cónegos, que assentam sobre as paredes do *forum* (CARVALHO et al, 2020, p. 110). De algum modo, o plano deste edificado não é perfeitamente canónico, o que pode dever-se ao facto de muitas destas construções terem sido condicionadas pelas pré-existências, pelas construções do *forum* e pelas paredes que restaram dele e que lhes serviriam de alicerces (CARVALHO et al, 2020, p. 110).

A situação topográfica em que se insere o *forum* romano de Viseu – no topo do morro da Sé - está de acordo com o traçado das vias proposto por Jorge de Alarcão e por J. L. Inês Vaz, que faz coincidir o *decumanus maximus* com a Rua do Gonçalinho (ALARCÃO, 1989, p. 20; VAZ, 1997, p. 352). Ora, projetando um eixo longitudinal a partir do templo do *forum*, ele é coincidente com o *decumanus*, até ao ponto em que existe um cotovelo que desemboca na Rua Direita (CARVALHO et al, 2020, p. 111). Não obstante, quem entrasse na cidade vindo de nascente, entrava pela Porta do Sol e, subindo o *decumanus*, veria no topo da colina a fachada do *forum*. Esta cenografia é caracteristicamente romana para dar a perceção de uma cidade verdadeiramente monumental.

Já alguns autores se tinham pronunciado acerca da localização do *forum*. Em 1983, Celso Tavares da Silva propôs a existência de um templo e de “*vários edifícios da administração pública*” no alto da Sé, exaltando a importância do morro da cidade e indicando que ali que se situava o *forum* romano de Viseu (SILVA, 1983). Jorge de Alarcão, em *A Cidade Romana de Viseu* (1989), defendeu que o *forum* de época romana se encontrava segundo os parâmetros clássicos, ou seja, no cruzamento dos dois eixos

viários principais – o *cardus maximus* e o *decumanus maximus*. Assim, na sua proposta, o autor colocava-o na “*ínsula central, entre a Rua Direita, a Rua da Prebenda e a Rua do Gonçalves*”, não descartando, todavia, a possibilidade de ter existido um templo no morro da Sé, com a fachada voltada ao *forum* (ALARCÃO, 1989, p. 30). Seguindo as mesmas diretrizes de J. de Alarcão, J. L. Inês Vaz defendeu que o *forum* deveria estar localizado no espaço compreendido entre a Rua Direita, as ruas do Chantre e da Prebenda e as ruas do Gonçalves e Augusto Hilário. Esta delimitação levou J. L. Inês Vaz a afirmar que o *forum* seria de pequena dimensão, à escala da própria cidade (VAZ, 1997, p. 354). Perante as descobertas feitas nas escavações do pátio do Museu Grão Vasco, J. L. Inês Vaz situaria depois o *forum* na parte mais alta da cidade, na plataforma onde se erguem a Sé e o Museu Nacional Grão Vasco (VAZ, 2010, p. 723). O arqueólogo defendeu a existência de uma praça central elevada e ladrilhada, com o templo localizado a norte, o qual não deveria ser muito diferente do atual adro da Sé. Na sua opinião, os restos do pavimento lajeado do *forum* encontravam-se ainda presentes na cripta sob o altar-mor da Sé e que os contrafortes que se observam na parte posterior da catedral são os restos de um paramento que sustentava a plataforma onde se erguia o *forum* (VAZ, 2010, p. 321). Carlos Alves opõe-se a esta ideia acerca dos contrafortes, afirmando que “*Estão diretamente relacionados com a campanha de obras realizadas durante a remodelação gótica da catedral*” (ALVES, 2015, p. 60). Não obstante as hipóteses que esses autores propuseram, foram as escavações do pátio do Museu Nacional Grão Vasco que trouxeram à luz as provas arqueológicas da localização do principal edifício público da cidade romana no topo da acrópole de Viseu.

Os trabalhos arqueológicos no pátio oeste do Museu Nacional Grão Vasco não detetaram quaisquer testemunhos de uma fase imediatamente posterior ao período de apogeu que marcou o morro da Sé em época romana. São conhecidos, no entanto, contextos arqueológicos adscritos aos séculos III e IV, nomeadamente a construção da muralha baixo-imperial, cujos troços foram identificados nas escavações do Largo de Santa Cristina/Rua Formosa (CARVALHO e CHÉNEY, 2005), no Largo de Santo António/Rua João Mendes (CRAVO, 2020) e no Largo da Misericórdia (CARVALHO, 2019). Os testemunhos arqueológicos que sucederam as estruturas pertencentes ao

forum romano foram datados de finais do século XII/século XIII (RODRIGUES, 2012, pp. 100-101), existindo por isso um gigante hiato temporal na sequência ocupacional.

As primeiras evidências medievais reportam-se a um momento de grande remodelação do espaço na colina da cidade, reconfigurando totalmente o seu aspeto e a própria funcionalidade. Nos finais do século XII/século XIII, foram abertas cinco fossas-lixo quando as estruturas romanas estariam há muito desativadas e abandonadas. Essas fossas, implantadas no piso romano, foram entulhadas com elementos pétreos, materiais de construção e cerâmica comum medieval com o intuito de, numa primeira fase, *“espoliar eventuais estruturas subterradas”*, na opinião de Patrícia Rodrigues (2012, p. 8). Segundo a mesma autora, numa segunda fase, a abertura de fossas obedeceu ao aproveitamento estratégico do espaço como zona de lixo (RODRIGUES, 2012, p. 8). A autora avançou também que esse aproveitamento poderia dever-se *“a um aumento populacional intramuros e/ou coincidir com a crescente importância e poder económico dos cônegos da Sé”* (RODRIGUES, 2012, pp. 100-101).

De acordo com Adriaan De Man (2006, p. 97), as fossas detriticas no interior dos núcleos urbanos tornam-se banais quando se observam profundas transformações nas cidades em período pós-romano. Aliás, este tipo de estruturas negativas foi também detetado nos trabalhos arqueológicos da Rua da Prebenda, onde seis fossas, de cronologia possivelmente tardo-romana, também rompiam o nível de circulação romano (SANTOS et al, 2010, pp. 27-40). Na acrópole da cidade, e no caso das fossas do Museu Nacional Grão Vasco, esta realidade parece ser muito mais tardia, considerando-se a hipótese da deslocação de grande parte da população para a zona da Regueira a partir da Alta Idade Média (RODRIGUES, 2012, p. 100). A cronologia proposta por Patrícia Rodrigues para estas fossas detriticas baseou-se no estudo da coleção cerâmica proveniente dos seus enchimentos. A autora sublinhou a escassez de fragmentos cerâmicos inseríveis na Alta Idade Média. A cerâmica alto-medieval, que considerou ter um *terminus post quem* do século VIII, caracterizava-se maioritariamente por peças de perfil fechado e tipologicamente pouco diferenciadas, prevalecendo os potes/panelas e as talhas (RODRIGUES, 2012, p. 91). Fez também menção à presença de um pequeno púcaro *“de filiação califal”* que remonta, na sua opinião, a finais do século XI e à época em que a cidade estava sob o jugo de *Al-Mansur* (RODRIGUES, 2012, p. 92). De destacar que a

autora mencionada encontra a sua linha de pensamento alinhada com Carlos Alves e Helena Catarino que defendem ter existido um alcácer islâmico na área da atual Sé Catedral (ALVES, 2009; CATARINO, 2005). Essa não é, no entanto, a ideia materializada pela coleção arqueológica da Rua das Ameias/Praça D. Duarte, nem pelos estudos de arqueologia da arquitetura realizados sobre os paramentos da Varanda dos Cónegos (UTRERO AGUDO, 2011).

4.3. Largo da Misericórdia

A intervenção arqueológica em questão decorreu entre setembro e outubro de 2019 numa zona ajardinada situada a noroeste da Fonte das Três Bicas, no Largo da Misericórdia (União de Freguesias de Viseu, Santa Maria). A área afetada encontra-se em pleno centro histórico, a sul da Igreja da Misericórdia e a poucos metros do troço da muralha afonsina que passa a oeste (Anexo II: Figuras IV.3.1 e IV.3.2).

Os trabalhos foram executados pela empresa EON Indústrias Criativas e resultaram do alargamento de sondagens de diagnóstico efetuadas no contexto de uma empreitada para o arranjo dos espaços ajardinados. O projeto de arranjos exteriores e de arquitetura paisagista previa a reestruturação do parqueamento adjacente ao local, bem como da circulação automóvel entre a Fonte das Três Bicas e a Sé Catedral de Viseu. Também se previa a arborização, a ornamentação com floreiras e a implantação de sistemas de rega automática (CARVALHO, 2019, p. 4). Dada a concentração de evidências arqueológicas, conhecidas através de antigas escavações levadas a cabo no topo do morro da Sé e numa das áreas de maior sensibilidade arqueológica, as sondagens de diagnóstico e o seu subsequente alargamento tiveram como finalidade identificar e registar quaisquer vestígios materiais (CARVALHO, 2019, p. 4). A intervenção que revelou o potencial arqueológico daquela área foi realizada aquando dos trabalhos de arranjo do Largo da Misericórdia, levados a cabo pela Câmara Municipal de Viseu em 1944. Nos seus cadernos de *Notas Arqueológicas*, José Coelho descreveu que os trabalhos incluíram a demolição de algumas casas e o desmantelamento parcial da muralha afonsina e da escada de acesso ao caminho de ronda (COELHO, 1944: folhas 24v, 30, 30v, 31, 35v, 36 e 44). J. Coelho referiu que, no

decurso destas obras, observou uma imponente estrutura medieval, que determinou ser um cubelo da muralha medieval da cidade (Anexo II: Figura IV.3.3), além de ter recolhido elementos pétreos (Anexo II: Figura IV.3.4) e uma inscrição romana (Anexo II: Figura IV.3.5). Também terá encontrado a tampa de uma sepultura moderna (COELHO, 1944).

Os trabalhos desenvolvidos em 2019 iniciaram-se com a abertura de oito sondagens que correspondiam ao local de implantação de espécies arbóreas e arbustivas, numa área de 17 m² (CARVALHO, 2019, p. 14) (Anexo II: Figura IV.3.6). Apenas algumas sondagens revelaram estruturas arqueológicas, entre as quais se destacam parte de um troço da muralha baixo-imperial na Sondagem 1, construído com pedras aparelhadas e adossado a um afloramento granítico (Anexo II: Figura IV.3.7); parte de um muro de uma estrutura de carácter habitacional, provavelmente pertencente ao castro da Idade do Ferro, na Sondagem 3 (Anexo II: Figura IV.3.8); e uma calçada possivelmente relacionada com o casario demolido na década de 1940, na Sondagem 7 (CARVALHO, 2019, pp. 18-23) (Anexo II: Figura IV.3.9). Uma vez que as sondagens 1 e 3 revelaram estruturas arqueológicas de maior importância, a segunda fase da intervenção passou pelo alargamento das mesmas, tendo-se traçado uma malha de quadrículas de 2 x 2 metros. Foram implantados dois testemunhos, um no sentido este-oeste e outro sul-norte, por forma a obter leituras estratigráficas em dois cortes (CARVALHO, 2019, p. 15). Foram ainda abertas quatro quadrículas no sentido oeste, numa área de 8 m² com o intuito de colocar a descoberto o troço da muralha da Sondagem 1 (Anexo II: Figuras IV.3.10 e IV.3.11).

A descrição dos trabalhos e dos níveis estratigráficos escavados demonstram, nas camadas mais superficiais (1 e 2), depósitos de época contemporânea, seguidos por níveis de aterro efetuados na Baixa Idade Média e em época moderna. Esses níveis de aterro encontravam-se a várias cotas ou estendiam-se até ao substrato rochoso, destruindo evidências de ocupações mais antigas. O aterro estava definido pelas Camadas 3 e 5 no Corte 1 e pelas Camadas 3, 3b, 5a, 5b e 6 no Corte 3 (CARVALHO, 2019, p. 24). Estas realidades tardo-medievais e modernas – séculos XIV e XV/XVI – reportavam a um período de profundas remodelações do local, ao qual correspondem fragmentos cerâmicos recolhidos na Camada 4b, além de um Real de dez soldos de D.

João I datável do século XIV. Da mesma época datavam cinco fossas detriticas, algumas trespassando outras já existentes, escavadas nas camadas 2 e 6 (CARVALHO, 2019, pp. 35-36). Além dos níveis de aterro mencionados, foi detetado o embasamento de uma estrutura, descrita pelo arqueólogo Pedro Sobral de Carvalho como “baixo-medieval” (CARVALHO, 2019, p. 25), parcialmente desmontada no arranjo urbanístico de 1944 (Anexo II: Figura IV.3.12). O registo fotográfico feito pela DGEMN na década de 1940 põe em evidência a existência de uma estrutura construída com, pelo menos, duas fiadas de grandes silhares, dispostos paralelamente, rematadas por pedras de menor dimensão (Anexo II: Figura IV.3.13). Através das plantas e das descrições de José Coelho, calcula-se que esta estrutura “baixo-medieval” teria uma largura aproximada de três metros e que assentava diretamente sobre os níveis romanos (CARVALHO, 2019, p. 25). Como já se referiu, em muitos casos os níveis de aterro associados à remodelação urbanística do local nos séculos XIV-XVI implicaram o desmonte ou a destruição de contextos romanos e, em algumas zonas, de contextos proto-históricos (CARVALHO, 2019, p. 35).

A remoção dos estratos relacionados com o período baixo-medieval pôs a descoberto a ocupação romana, materializada através de várias estruturas arqueológicas. No setor oeste da área de escavação (quadrículas B2, B3, C1, C2 e C3), as dimensões e a robustez de um muro, anteriormente detetado nas sondagens de diagnóstico, permitiram determinar a existência de um troço de muralha (Anexo II: Figura IV.3.14). Este encontrava-se visível somente ao nível dos alicerces e da face exterior, pelo que da face interior apenas se conservavam os entalhes dos silhares no afloramento rochoso (CARVALHO, 2019, p. 39). O arqueólogo P. S. de Carvalho calculou que esta estrutura, com uma orientação a 48°N, atingiria originalmente 3.60 metros de largura e que teria sido construída com duas fiadas de silhares, alguns deles almofadados e reaproveitados de antigos edifícios públicos romanos (CARVALHO, 2019, p. 40) (Anexo II: Figura IV.3.15). O troço de muralha não se serviu só do afloramento rochoso como alicerce da face interna, como também o incorporou: um grande pedaço de afloramento foi partido para ser utilizado como miolo da muralha (CARVALHO, 2019, p. 40). Para toda esta possante estrutura defensiva foi aberta uma vala de fundação no substrato rochoso (Camada 12), mas da qual não se obtiveram elementos de datação fiáveis. Os únicos elementos datáveis foram recolhidos em contextos revolidos e afetados pela construção da

estrutura “baixo-medieval”, nomeadamente uma moeda e um fragmento de *Terra Sigillata* hispânica dos finais do século III/inícios do século IV (CARVALHO, 2019, p. 40) (Anexo II: Figura IV.3.16). As características físicas, a sua localização e o espólio que lhe estava indiretamente associado levaram P. S. de Carvalho a avançar com uma cronologia do Baixo-Império para o troço de muralha identificado (CARVALHO, 2019, p. 41).

Nas quadrículas D2 e D3 foi identificado parte de um muro romano – denominado “Muro 2” – cuja construção foi feita em pedra seca e o seu enchimento com pedras de pequena dimensão e terra. O “Muro 2”, provavelmente pertencente a uma casa de inícios do século I d.C., encontrava-se orientado a 30°N e tinha 2.25 m de comprimento conservado, 0.80 m de largura e 1 m de altura máxima (CARVALHO, 2019, p. 46). Esta estrutura assentava diretamente sobre o substrato geológico e apresentava vestígios de estuques brancos na face sul. Da época a que se adscrive este muro foi exumada uma moeda na Camada 7. O “Muro 2” foi desmontado parcialmente para a construção da muralha baixo-imperial e é possível que as pedras que o constituíam possam ter sido reutilizadas na muralha (CARVALHO, 2019, p. 46) (Anexo II: Figura IV.3.17).

Identificado o “Muro 3” nas quadrículas E2 e F2, também de época romana, verificaram-se algumas características particulares na sua construção, nomeadamente a colocação de um pilar paralelepípedo na parte sul do muro. Era um muro em pedra seca e enchimento com pedras miúdas e médias argamassadas com barro amarelo. Esse barro continha fragmentos de *tegulae* e *dolia* (CARVALHO, 2019, p. 50). O “Muro 3” tinha 2.88 m de comprimento, 0.60 m de largura média e 1.24 m de altura máxima, estando orientado a 41°N e assente numa vala de fundação (Camada 13) com 0.50 m de profundidade (CARVALHO, 2019, p. 51). Perpendicularmente, na esquina norte, escavou-se o “Muro 4”, definindo-se assim um compartimento pelos dois muros romanos, atestado pelo arranque de um piso junto ao “Muro 3” e vestígios do mesmo junto ao “4” (Anexo II: Figura IV.3.18). O “Muro 4” assentou sobre um conjunto de pedras que nivelava o afloramento rochoso, tratando-se por vezes de lajes reaproveitadas de uma soleira (CARVALHO, 2019, p. 51). Encontrava-se com uma orientação a 315°N, uma largura de 0.64 m e uma altura máxima de 1.10 m. Os vestígios do piso de circulação estavam na base de um nível de derrube, correspondente à

Camada 4, composto essencialmente pelas telhas de cobertura do compartimento (CARVALHO, 2019, p. 51).

O compartimento definido pelos muros 3 e 4 sobrepôs e destruiu uma outra estrutura (Camada 10), presente nas quadrículas E2, F2, E3 e F3. Esta estrutura integrava um murete que configurava um compartimento subquadrangular de cantos arredondados, estando construído com pequenas lajes de granito dispostas horizontalmente nas paredes e por pedras um pouco maiores no embasamento (CARVALHO, 2019, p. 58). O interior do compartimento encontrava-se revestido com barro vermelho e pavimentado com lajes de granito cobertas por um piso de barro (Camada 7) (Anexo II: Figura IV.3.19). No exterior e encostado ao murete, identificou-se um piso em argamassa, correspondente à Camada 11, havendo assim uma relação de contemporaneidade entre os dois (CARVALHO, 2019, p. 59). Sobre o piso, na zona oeste, observou-se uma depressão que continha uma grande concentração de carvões, estando colmatada por uma grande quantidade de blocos de barro cozido. O nível superior, que antecedia a estrutura de combustão, definia-se por um grande número de fragmentos de recipientes de armazenamento e de outros vasos de menor dimensão associados a carvões e lajes do murete supramencionado (CARVALHO, 2019, p. 59) (Anexo II: Figura IV.3.20). Tal levou o arqueólogo P. S. de Carvalho a considerar a hipótese da existência de um forno, feito em barro e revestido com terra, junto à estrutura de lajetas e abrangendo toda a área a sul (CARVALHO, 2019, p. 59). As duas estruturas arqueológicas deviam estar relacionadas, porque a produção de calor devia ser feita até ao interior do compartimento de lajetas provavelmente no sítio em que o “Muro 3” o destruiu (CARVALHO, 2019, p. 59). A recolha de um possível bico de fole no exterior e de fragmentos de recipientes com metal derretido nas superfícies internas pareceram a P. S. de Carvalho sustentar também esta ideia (CARVALHO, 2019, pp. 59-60). Os espólios que estavam associados aos carvões eram sobretudo cerâmicos (de armazenamento e de cozinha), idênticos àqueles recolhidos na Camada 7 – datados entre o século I a.C. e o século I d.C. -, e apresentavam resquícios de fuligem ou encontravam-se estalados pela ação do calor (CARVALHO, 2019, p. 61).

Ainda no que concerne às evidências de época romana, detetou-se, de forma exígua, um piso em *opus signinum*, a oeste do “Muro 3” e encostado a um penedo, cuja

caracterização e extensão não foram possíveis de discernir devido à presença do lancil que separa o espaço ajardinado do estacionamento do Largo da Misericórdia (CARVALHO, 2019, p. 60) (Anexo II: Figura IV.3.21).

A utilização mais antiga daquele local era marcada por estruturas da Idade do Ferro que denunciavam dois momentos de ocupação. O momento mais recente caracterizava-se pela identificação de vestígios de pisos em barro cozido, identificados na Camada 7 das quadrículas D2 e E3, aos quais tinham associada uma quantidade significativa de cerâmica (CARVALHO, 2019, p. 70). A ocupação mais antiga era definida por oito buracos de poste nas quadrículas D3 e E3, um deles sob um dos pisos suprarreferidos (Anexo II: Figura IV.3.22). Segundo P. S. de Carvalho, os buracos de postes podiam ter pertencido a uma mesma estrutura, tipo cabana, construída a partir de materiais perecíveis (CARVALHO, 2019, p. 70). Foi identificada uma outra estrutura negativa, tipo fossa (Camada 8), escavada no substrato rochoso, abrangendo as quadrículas A2-A3 e B2-B3 (CARVALHO, 2019, p. 71).

O espólio recolhido na escavação do Largo da Misericórdia resumiu-se essencialmente a materiais cerâmicos, metálicos (numismas, escórias, pregos, um dedal e fragmentos indeterminados), vítreos, faunísticos e líticos (polidores). O espólio cerâmico foi quantitativamente mais significativo do que os restantes tipos, tendo-se contabilizado 4436 fragmentos que não incluíam a cerâmica de construção (CARVALHO, 2019, p. 98). Grande parte dos materiais cerâmicos (54%) foram recuperados na Camada 7, estratigraficamente datável entre os finais da Idade do Ferro e os inícios da época romana, isto é, entre meados do século I a.C. e os primeiros anos do século I d.C. (CARVALHO, 2019, p. 98). Esta proposta cronológica baseou-se no facto de algumas das cerâmicas dessa camada ainda apresentarem uma forte tradição proto-histórica, pelo que os materiais arqueológicos cronologicamente adscritos ao período de domínio romano eram vidros, duas moedas, cerâmica de construção (*tegulae* e *imbrices*), cerâmicas cinzentas finas e fragmentos de uma lucerna (CARVALHO, 2019, pp. 96-98).

Os materiais arqueológicos exumados na Camada 7 apontam para um período em que o *forum* romano, edificado na acrópole da cidade, ainda não estava construído (CARVALHO, 2019, p. 98). Tratavam-se sobretudo de fragmentos cerâmicos que

pertenciam a recipientes de armazenamento e de cozinha, cujas formas correspondiam respetivamente a talhas, potes e pequenos vasos estampilhados. Deve referir-se também a recolha de um fragmento de ânfora do século I a.C. e fragmentos de um provável bico de fole. Foram também recuperados quatro cossoiros que, interpretados com os recipientes cerâmicos mencionados, evidenciam o carácter doméstico multifuncional do contexto arqueológico (CARVALHO, 2019, p. 98).

A cerâmica da Idade do Ferro distinguia-se da cerâmica de época histórica pelas pastas micáceas, pela modelação ora manual ora a torno e pelo tipo de decoração que apresentavam. Apesar de apenas 1% das peças se encontrar decorada, as técnicas aplicadas foram a estampilhagem, a incisão e a incisão brunida, tendo sido gravados motivos reticulados, losangos, bandas de linhas, métopas, linhas onduladas, círculos concêntricos, triângulos concêntricos e motivos em XXX e em SSS (CARVALHO, 2019, p. 98). Já no que respeita à cerâmica baixo-medieval, os fragmentos pertenciam maioritariamente à classe das cerâmicas de cozinha – potes, panelas e alguidares –, elaboradas a torno, com cozeduras em ambiente oxidante e redutor, e cujas superfícies se encontravam por vezes decoradas com cordões plásticos digitados. No espólio medieval também se incluía um conjunto de treze numismas dos séculos XIV, XV e XVI (CARVALHO, 2019, pp. 101-102). De época moderna e contemporânea recolheram-se fragmentos de faianças, porcelanas, cerâmica vidrada, de azulejo e de um apito em cerâmica.

Atendendo ao registo arqueológico, à sequência estratigráfica do sítio e à proveniência dos espólios por estratos arqueológicos, foram detetadas na escavação do Largo da Misericórdia nove fases de utilização/abandono do espaço (CARVALHO, 2019, pp. 91-94) (Anexo II: Figuras IV.3.23, IV.3.24, IV.3.25, IV.3.26 e IV.3.27).

Fase I (Séculos IV/III a.C.): Fase marcada pela existência de cabanas definidas por buracos de poste dispostos em semicírculo (Camada 7) e de uma pequena vala. Estas estruturas de carácter doméstico seriam muito provavelmente construídas com materiais perecíveis.

Fase II (Séculos IV/III a.C.): Ocupação, com poucos anos de intervalo em relação à anterior, marcada pelo piso (de lareira?) da Camada 5 que sobrepôs alguns dos buracos de poste. Trata-se de um período de reformulação dos espaços domésticos, inclusive das cabanas. Também é possível que a esta época correspondessem duas fossas de armazenamento.

Fase III (Meados/finais do século I a.C.): Construção de uma estrutura de lajetas que pode tratar-se de um provável forno de pão ou de cerâmica (Camada 7), mas com certeza dedicada a usos industriais. Não deveria tratar-se de um forno metalúrgico dada a ausência de escórias. Esta estrutura de lajetas encontrava-se rebocada com barro e tinha uma estrutura de combustão associada (Camada 7), o que coaduna com esta hipótese. A esta época correspondiam fragmentos de cerâmica estampilhada.

Fase IV (Século I d.C.): Sobreposição de estruturas murárias romanas, cortando inclusivamente uma das paredes do forno (Camada 10). Os muros 3 e 4, cujas valas de fundação correspondiam às Camadas 11 e 13, configuravam um compartimento de planta subretangular e apresentavam indícios de estuques na face interna. Tratava-se provavelmente de uma estrutura de carácter habitacional construída num momento muito primitivo da presença romana em Viseu, porventura até anterior à construção do *forum* no morro da cidade. Os espólios atestam inclusivamente um determinado arcaísmo pouco característico dos momentos mais avançados do processo de romanização.

Fase V (Finais do século III/inícios do século IV d.C.): Fase a que corresponde o troço de muralha do Baixo-Império (Camada 12), caracterizado por silhares almofadados reutilizados de antigos edifícios romanos, pelo aproveitamento de pedaços do afloramento granítico que se lhe adossa e provavelmente de pedras provenientes do desmantelamento do “Muro 2”. Tudo parece indicar que este troço de muralha tardo-romana seja o *muro veteri* mencionado junto ao castelo nas Inquirições de Afonso III, de 1258 (CARVALHO, 2019, p. 92). O mesmo foi referido em documentação medieval, inclusivamente num documento de 1122

e noutro de 1160 (MATOS e VENTURA, 2010, pp. 22 e 126), em que são dadas a conhecer vendas de terrenos junto ao *muro velho* da cidade.

Fase VI (Século XII): Após um longo hiato temporal, a escavação revelou um momento a que está associada uma estrutura “baixo-medieval” e que, segundo P. S. de Carvalho, pode estar relacionada com o castelo medieval e/ou ao paço condal de D. Henrique e D. Teresa (CARVALHO, 2019, p. 93). Através dos resultados da escavação e dos registos feitos pela DGEMN e por José Coelho em 1944, tudo leva a crer que se tratava de uma possante estrutura pétrea, de considerável dimensão, eliminando-se a possibilidade de se tratar de um contexto doméstico. O castelo terá sido totalmente desmantelado no século XIV, entre 1373 e 1381 (SARAIVA, 2009, p. 335), época da qual datam as moedas recolhidas.

Fase VII (Séculos XIV/XVI): Utilização do espaço como logradouro onde foram efetuados aterros e desaterros em vários momentos (Camadas 3, 5 e 6). Orlando Ribeiro fez referência à utilização do local como pedreira no final do século XVI “para a construção do paço do bispo quer para a de um mosteiro afastado” (RIBEIRO, 1971, p. 441).

Fase VIII (Século XIX): Construção de casario ao qual deverá pertencer a calçada, identificada na Sondagem 7.

Fase IX (Século XX): Fase mais recente a que correspondem arqueologicamente as camadas mais superficiais (Camadas 1 e 2), contemporâneas do ajardinamento da área e do arranjo do passeio, mas também do arranjo urbanístico do Largo, em 1944, e da trasladação da Fonte das Três Bicas do Largo da Feira para aquele local.

As estruturas e contextos arqueológicos postos a descoberto pela escavação da área ajardinada do Largo da Misericórdia trazem à luz novos dados acerca da sequência ocupacional da cidade e, sobretudo, do morro da Sé. Não só fica comprovada a

antiguidade castreja em época proto-histórica e a fundação augustana da *ciuitas* de Viseu, como também, para o tema de estudo que nos ocupa, é agora possível traçar mais uma linha no desenho da muralha do Baixo-Império. O troço de muralha identificado permitiu avançar com uma hipótese de planimetria do *forum* romano por parte de Pedro C. Carvalho, Pedro Sobral de Carvalho e João Perpétuo, uma vez que se verificou com esta escavação que muitas das paredes que foram traçadas para o *forum* poderiam encostar à muralha imperial (CARVALHO et al, 2020, pp. 110-111). Além disso, esta intervenção arqueológica pode ter revelado as primeiras estruturas relacionadas com o castelo medieval da cidade, embora apenas observáveis ao nível dos alicerces.

4.4. Rua da Prebenda

A Rua da Prebenda localiza-se na freguesia de Santa Maria, numa zona aplanada, no sopé do morro da Sé, confinada a norte pela Rua do Gonçalinho que se aponta ser um dos principais eixos viários da cidade em época romana – o *decumanus maximus*. A intervenção arqueológica levada a cabo no edifício n.º 70-72 da Rua da Prebenda foi promovida pela Viseu Novo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana de Viseu e realizada pela empresa de arqueologia Arqueohoje em 2009, no âmbito da demolição dos interiores do referido edifício (SANTOS et al, 2010, p. 5) (Anexo II: Figura IV.4.1). Em 1997, Helena Frade tinha já escavado o imóvel contíguo, correspondente aos n.ºs 60-66 e situado na esquina da Rua da Prebenda, aquando do projeto de reconstrução do mesmo, no qual se pôs a descoberto um corpo edificado numa orientação NO-SE.

Os trabalhos de 2009 iniciaram-se, numa primeira fase, com o acompanhamento da ação de demolição da infraestrutura, que manteve apenas as paredes externas, e pela abertura de uma sondagem de 5 x 5 metros na zona onde estava prevista a implantação dos caboucos para a colocação das sapatas para os pilares centrais do novo edifício (SANTOS et al, 2010, p. 10) (Anexo II: Figura IV.4.2). Uma vez que a abertura da sondagem resultou no aparecimento de muros e de um pavimento em *opus signinum* (Anexo II: Figura IV.4.3), os trabalhos de arqueologia avançaram, numa segunda instância, para o alargamento da totalidade da área afetada pelo projeto de obra. Assim, a escavação arqueológica que se seguiu teve como finalidade caracterizar e registar as

estruturas e níveis arqueológicos anteriormente identificados (SANTOS et al, 2010, p. 10).

A intervenção partiu da sondagem previamente escavada para implantar uma malha de quadrículas com 2 x 2 metros, com dois testemunhos de 1 metro de largura para o registo de perfis estratigráficos (SANTOS et al, 2010, p. 10). Foi assim abrangida uma área com um total de 130 m². A decapagem manual da primeira camada arqueológica, a uma profundidade entre os 0.40 m e 0.60 m, revelou um estrato de nivelamento e de assentamento do piso térreo do antigo edificado que se firmava diretamente sobre estruturas romanas (SANTOS et al, 2010, p. 18; SANTOS et al, 2013, p. 828). A Camada 2, de onde foram recolhidos vidros e metais de cronologias medieval e moderna, bem como abundante cerâmica de construção, correspondia ao enchimento de várias fossas que romperam os níveis mais antigos e que destruíram parcialmente pavimentos e muros romanos (Anexo II: Figuras IV.4.4, IV.4.5 e IV.4.6). A sua potência estratigráfica variava em média entre 0.10 e 1.20 metros, chegando a atingir 1.60 metros (SANTOS et al, 2010, p. 18). O nível estratigráfico seguinte (C. 3) encontrava-se associado à reconstrução de um muro pétreo romano – o Muro 1 -, cuja remodelação também foi afetada pela C. 2 que preenchia a Fossa 1 (Anexo II: Figura IV.4.7). Apresentava uma potência entre os 0.10 e 0.52 metros e o seu interior continha elementos pétreos de pequena e média dimensão e fragmentos cerâmicos de diversas cronologias (SANTOS et al, 2010, p. 18). As camadas 4 e 4a cobriam o pavimento em *opus signinum* do designado Compartimento 1, provavelmente definindo, segundo os arqueólogos, o momento imediato de abandono do espaço (SANTOS et al, 2010, p. 18). A C. 4, cortada pelas fossas 1 e 2, encontrava-se apenas visível no Corte 4 e circunscrita apenas a essa área, tendo uma potência estratigráfica entre os 0.14 e 0.40 metros (Anexo II: Figura IV.4.5). O quinto estrato identificado (C. 5), caracterizado por areias, cascalho e cerâmica de construção romana e medieval, correspondia à zona de um arruamento no exterior do edificado romano. O processo de sedimentação era anterior ao momento de abertura de duas fossas de violação (SANTOS et al, 2010, p. 18). Sob a Camada 5 identificou-se um nível de abandono do arruamento, com derrubes de *tegulae*, *imbrices* e alguma cerâmica romana. A base do arruamento era composta por blocos graníticos muito gastos no topo e por uma conduta que vinha do interior do Compartimento 1 (Anexo II:

Figura IV.4.8). Por baixo deste estrato surgiu também um pavimento compacto, constituído por alguns fragmentos cerâmicos, gravilha e carvões ligados por uma fina argamassa, e que assentava no substrato geológico (C. 9) (SANTOS et al, 2010, p. 19). O único nível arqueológico preservado, de cronologia romana, estava definido pela Camada 7, onde se firmavam os pavimentos dos compartimentos 1 e 2. No caso do Compartimento 1, o pavimento em *opus signinum* firmava-se diretamente na C. 7, enquanto no Compartimento 2 o topo da mesma camada apresentava o *statumen* para o assentamento de *opus spicatum* (Anexo II: Figuras IV.4.9 e IV.4.10). Os materiais arqueológicos foram recolhidos maioritariamente sob o *opus signinum* e cingiram-se apenas a alguma cerâmica de época romana, um fragmento de vidro e uma moeda de finais do século I d.C. (SANTOS et al, 2010, p. 19). Por cima do nível geológico (C. 9), a Camada 8 representava a ocupação mais antiga do espaço, marcada por materiais cerâmicos da II Idade do Ferro. Também se identificaram espólios medievais, mas estes eram o resultado das intrusões causadas pelo interface com a Camada 2. Este estrato estava relacionado com a construção dos muros do edifício romano e apresentava uma potência estratigráfica que oscilava entre os 0.10 e 1 metro (SANTOS et al, 2010, p. 19).

A sequência estratigráfica revelada pelos trabalhos arqueológicos pôs a descoberto os alicerces de uma *insula* romana de cariz urbano, datada do último quartel do século I d.C. / inícios do século II d.C.. A *insula*, definida por dois compartimentos escavados em 2009 (Anexo II: Figura IV.4.11) e por outro intervencionado em 1997 por Helena Frade, encontrava-se construída dentro da gramática construtiva caracteristicamente romana (SANTOS et al, 2013, p. 828). Apesar de os resultados obtidos por Helena Frade não terem sido publicados, os mesmos foram dados a conhecer no relatório produzido pela Arqueohoje no final da intervenção de 2009. A planta final da intervenção arqueológica resultou assim da junção da planta dos achados de 1997 e a dos dois novos compartimentos que a empresa de arqueologia intervencionou (Anexo II: Figura IV.4.12).

O Compartimento 1, escavado em 2009, era delimitado pelos muros 1, 2, 3 e 5 e tinha 4.30 metros de comprimento e 3.68 metros de largura (SANTOS et al, 2010, p. 48). Apresentava parte de um pavimento em *opus signinum* que cobriria todo o seu interior. O espaço foi atravessado por uma conduta construída com *tegulae*, *imbrices* e blocos de

pedra afeixoados, tendo parte do seu troço ainda visível numa orientação de ONO-E (SANTOS et al, 2010, p. 49). O desmantelamento e reconstrução do Muro 1 parecia indicar a ocorrência de remodelações do compartimento romano, estando também marcado posteriormente pela destruição dos níveis romanos e dos muros que o definiam devido à abertura das fossas 1 e 2 (SANTOS et al, 2010, p. 51).

O Compartimento 2, com 5.04 metros de comprimento e 4.56 metros de largura, era definido pelos muros 1, 3, 4 e 5. Ostentava no seu interior vestígios de um pavimento em *opus spicatum* conservado junto a uma soleira, bem como na quadrícula F4 (SANTOS et al, 2010, p. 52) (Anexo II: Figura IV.4.13). Este pavimento era composto por pequenas placas cerâmicas de formato losangular dispostas em espinha. Os losangos tinham tonalidades laranjas, castanhas, vermelhas e cinzentas. O *opus spicatum* assentava numa camada argilosa muito compacta, com pequenos grãos de mica, de cor alaranjada, que conformava o *nucleus*. Frequentemente o *nucleus* apresentava os negativos dos losangos em falta, assentando por sua vez num lastro de pedras graníticas imbricadas entre si – o *statumen* - para a compactação do terreno. O *statumen* materializava o topo da Camada 7 (SANTOS et al, 2010, p. 51). A escavação arqueológica permitiu verificar que o Compartimento 2 foi alvo de remodelações contemporâneas à reconstrução do Muro 1 (Camada 3) e que o *opus spicatum* deu lugar a um piso em *opus signinum*, o que sugere que, numa primeira fase, o desmantelamento do Muro 1 motivou a reestruturação da área adjacente numa segunda fase (SANTOS et al, 2010, p. 52). Tal foi constatado pela presença de vários losangos nas frestas do referido muro e pelo facto de o *opus signinum* se ter firmado sobre o *nucleus* e o *statumen* do anterior *opus spicatum* (SANTOS et al, 2010, p. 52). Na escavação do *opus signinum* foi recolhido inclusivamente um ace de Domiciano ou Trajano, alguma cerâmica de construção, um fragmento de TSSG na forma Drag. 18/31, um fragmento de fundo de *Terra Sigillata* marmoreada de tipologia indeterminada, assim como dois fragmentos de cerâmica de paredes finas. O espólio aí exumado datou as camadas estratigráficas alto-imperiais de finais do século I d.C. / inícios do século II d.C. (SANTOS et al, 2010, p. 53).

Um outro pavimento em *opus signinum* foi detetado no Compartimento 2, cobrindo a soleira do referido compartimento e o Muro 5. Este apresentava uma textura mais compacta e os seus interstícios reaproveitaram as placas losangulares e cerâmica

comum. Este *opus signinum* corresponderia a um momento mais tardio, aquando do abandono e destruição da *insula*, visto que se firmava diretamente sobre a sua estrutura (SANTOS et al, 2010, p. 57) (Anexo II: Figura IV.4.16). Além disso, parte dele assentava sobre o enchimento da Fossa 3, o que reforça a sua construção numa fase posterior ao momento de desativação do edifício romano. Contudo, não foram recuperados vestígios materiais que permitissem aos arqueólogos datar o momento de construção deste pavimento (SANTOS et al, 2010, p. 57). Este piso foi também ele cortado pela Fossa 5, cuja base continha fragmentos desse *opus* tardio.

A calçada que se identificou no exterior do Muro 1 mostrou uma relação de contemporaneidade com a *insula* devido ao facto de a conduta que vinha do interior do Compartimento 1 desembocar nesse sentido, indicando a existência de um arruamento na sua contiguidade (Anexo II: Figura IV.4.14). Este arruamento estaria a aproximadamente 0.70 metros abaixo do nível de ocupação do prédio romano e, quando foi desativado, ficou marcado arqueologicamente por um derrube com materiais de construção dispostos horizontalmente e com alguns blocos de pedra (SANTOS et al, 2010, pp. 54-55).

Não obstante a excelente preservação dos alicerces do prédio romano e de parte dos pavimentos encontrados, identificaram-se seis fossas detriticas e algumas fossas de violação que afetaram as estruturas murárias e provocaram revolvimentos de alguns estratos. A Fossa 3 testemunhava um momento de abandono do espaço, uma vez que o seu enchimento continha centenas de placas losangulares e várias cerâmicas de cronologia romana. Tudo indica que, em época tardo-romana, esta fossa e as fossas 1, 2, 4 e 5 destruíram as estruturas e os níveis associados à *insula* romana (SANTOS et al, 2010, p. 53) (Anexo II: Figura IV.4.15).

Perante a sequência estratigráfica demonstrada pelo registo arqueológico, a dinâmica ocupacional caracterizou-se por seis fases de ocupação/abandono.

Fase I (II Idade do Ferro): Ocupação de funcionalidade indeterminada, mas muito semelhante àquela que se escavou em 1999 no n.º 15A da Rua da Prebenda que revelou parte de um piso de cabana (CARVALHO e VALINHO, 2001, p. 56).

Fase II (Último quartel do século I d.C. / inícios do século II d.C.): Construção de uma *insula* da qual restaram os alicerces de três compartimentos térreos, um escavado em 1997 e os dois restantes em 2009. O edificado dispersava-se numa orientação NO-SE, adjacente a um arruamento que lhe era contemporâneo. O prédio, de época alto-imperial, corresponderia a uma estrutura de carácter habitacional (CARVALHO e CARVALHO, 2020), com pavimentos em *opus signinum* e em *opus spicatum*. Provavelmente associados aos restos da *insula* romana da Rua da Prebenda, identificada no edifício n.º 70-72, estão os vestígios de um tanque revestido a *opus signinum* detetado no n.º 45 da mesma rua (CARVALHO e ALVES, 2018, p. 168). Encontrava-se apenas conservado em cerca de 1 m de comprimento, 0.70 m de largura e 0.10 m de espessura. A estrutura estava truncada a sudeste, mas apresentava um rebordo com 0.12 m de largura média e uma inclinação NO-SE. O espólio associado a este tanque foi datado da segunda metade do século I (CARVALHO e ALVES, 2018, p. 168).

Fase III (Finais do Alto-Império): Reconstrução do Muro 1 que impulsionou uma remodelação do pavimento no Compartimento 2. O *opus spicatum* que pavimentava o piso desta divisão foi substituído por um simples *opus signinum*, que reaproveitou os níveis de cimentação do *opus* anterior. Esta ação não terá resultado em alterações estruturais na arquitetura do edifício, mas sim na remodelação do espaço (SANTOS et al, 2013, p. 829). O reerguimento do Muro 1 terá acontecido nos finais do Alto-Império, tal como demonstraram os fragmentos de *Terra Sigillatas* hispânica e africana nos interstícios do paramento, mas também a irregularidade da sua construção. O novo paramento incorporou blocos de granito de dimensões muito variáveis e um bloco de pedra aparelhada com um entalhe em U reaproveitado possivelmente de um sistema de condutas mais antigo (SANTOS et al, 2013, p. 829).

Fase IV (Século III/IV d.C.): Abertura da Fossa 3 no canto norte do Compartimento 2, num momento em que a *insula* romana já se encontrava desativada. Esta fossa, de planta retangular e com 2.60 x 2.40 metros, rompeu o nível de circulação romano e todos aqueles que se encontravam abaixo do mesmo (C. 7 e 8), atingindo o substrato geológico (C. 9) até uma profundidade de 1.48 metros.

A abertura da Fossa 3 é de cronologia imprecisa, mas certamente tardia, uma vez que o seu enchimento, realizado numa única leva, continha exclusivamente materiais de época tardo-romana e placas losangulares que compunham o antigo pavimento em *opus spicatum* (SANTOS et al, 2013, p. 829).

Fase V (Época tardo-romana): Construção de um pavimento em *opus signinum* no Compartimento 2 num espaço muito curto de tempo em relação à Fase IV. Este novo pavimento cobria a soleira daquela divisão, parte do Muro 5 e o enchimento da Fossa 3. Intervenções arqueológicas realizadas em 1999 na Rua da Prebenda revelaram vestígios de um pavimento em *opus signinum*, conservado em 20 metros, na área em frente ao edifício n.º 70-72 (CARVALHO e VALINHO, 2001, p. 59), o qual poderá ser a continuação do *opus* encontrado sobre a estrutura do Compartimento 2. Inicialmente os arqueólogos responsáveis pela escavação não conseguiram determinar se o contexto a que pertencia este pavimento era de cariz habitacional posterior à *insula*, visto que não se constatarem quaisquer indícios que o pudessem indicar (SANTOS et al, 2010, p. 93). Mais recentemente foi avançada a hipótese de que a grande soleira do Compartimento 2 podia estar a marcar a existência de um espaço exterior a oeste, tipo "pátio", relacionado com o extenso pavimento em *opus signinum* (SANTOS et al, 2013, p. 828; CARVALHO e ALVES, 2018, p. 168).

Um achado que provavelmente se relaciona com as Fases III ou IV da Rua da Prebenda, cronologicamente enquadráveis nos séculos III/IV ou genericamente na Tardo-antiguidade, é um fragmento cerâmico pertencente a uma bilha recuperada por José Coelho no Largo da Prebenda. Tratava-se de um "*Fragmento de bilha com duas asas arrancando a meio do colo. Pasta cor de laranja avermelhada, homogénea, relativamente fina e muito bem cozida; a superfície apresenta uma verdadeira poalha de mica. Boca circular; gargalo ligeiramente evasado e repuxado à altura das asas formando uma moldura a toda a volta; ombro descaído. Decoração de linhas rectas e quebradas no gargalo e uma cercadura de SS ao nível do ombro, sobre linhas brunidas*" (CORREIA et al, 1979, p. 29: JC-79-209). O fragmento tinha uma altura conservada de 100 mm e um

diâmetro na zona do bocal de 48 mm. J. L. Inês Vaz atribuiu-lhe uma cronologia tardo-romana, do século IV ou V d.C. (VAZ, 1997, p. 354).

Fase VI (Idade Moderna?): Abertura de cinco fossas (1, 2, 4, 5 e 6) que destruíram parcialmente muros e pavimentos romanos associados à *insula*. Algumas das fossas detriticas foram escavadas no substrato geológico e encontravam-se perfeitamente estruturadas. O seu interior foi preenchido por níveis estratigráficos de cronologia medieval e moderna. Por outro lado, o enchimento das fossas de violação era uniforme e contemporâneo por toda a área, o que estava assinalado pelo facto de a Camada 2 cobrir o topo de toda a área escavada (SANTOS et al, 2010, p. 27).

A descoberta das estruturas arqueológicas da Rua da Prebenda constituiu um contributo fundamental para o estudo do desenvolvimento urbano da cidade de Viseu em épocas romana e tardo-romana. Apesar dos constrangimentos provocados pelas intrusões e destruições de que o edifício romano foi alvo em períodos posteriores, foi possível tecer algumas considerações acerca do traçado urbanístico desta zona da cidade e inclusivamente delinear-lo.

A hipótese do traçado do *decumanus maximus* passar na Rua do Gonçalinho, situada a N-NE da Rua da Prebenda, é consonante com a implantação da *insula* romana, que se insere num plano relativamente ortogonal da malha urbana (SANTOS et al, 2013, p. 828; SERRA, 2018, p. 71). Alguns autores já tinham especulado acerca da passagem de alguns eixos viários principais e secundários, tanto na Rua da Prebenda, como no largo do mesmo nome. J. L. Inês Vaz colocou um dos *cardines minores* a passar no Largo da Prebenda e um dos *decumani minores* na Rua da Prebenda (VAZ, 1997, p. 352). A escavação arqueológica de 2009 revelou a presença de um arruamento no exterior do Muro 1, sustentando a ideia de que se trataria de uma via secundária que se desenvolvia no eixo norte-sul e, portanto, um *cardo minor*. Segundo Sara Serra, este *cardo* é importante para traçar a direção e o desenho deste importante eixo viário da cidade. A autora em questão avançou inclusivamente com uma proposta do traçado viário a partir do arruamento da Rua da Prebenda (SERRA, 2018, p. 71).

A historiografia que aborda a Rua da Prebenda como local de grande importância na topografia da cidade romana de Viseu é algo abundante. Em 1989, Jorge de Alarcão fez-lhe menção indicando que aí seria um dos limites do *forum* romano, localizado na “*ínsula central, entre a Rua Direita, a Rua da Prebenda e a Rua do Gonçalinho*” (ALARCÃO, 1989, p. 30). A mesma opinião foi partilhada por J. L. Inês Vaz até 2010, quando confrontado com os testemunhos arqueológicos escavados pela Arqueohoje no pátio oeste do Museu Nacional Grão Vasco. O autor acabou depois por localizar o *forum* na colina da Sé (VAZ, 2010, p. 723).

Os vestígios arqueológicos identificados na Rua da Prebenda também parecem contribuir para conhecer as alterações urbanísticas da cidade na Antiguidade Tardia. O pavimento em *opus signinum* correspondente à *Fase V* de ocupação indica a remodelação e utilização do edifício em época tardia. As fossas detriticas que se abriram sobre os antigos níveis de circulação romanos apontam para o abandono e desarticulação do espaço, evidenciando, contudo, um certo dinamismo naquela zona. Isso sugere, tal como alguns autores já tinham proposto, que a cidade se expandiu da zona mais alta – o morro da Sé – para a parte mais baixa e plana, desencadeando um importante polo de dinamização e de atração urbana sediado na zona da Regueira a partir da Alta Idade Média (GIRÃO, 1925, p. 22; ALARCÃO, 1989, p. 8; SARAIVA, 2010, p. 21; CARVALHO e ALVES, 2018, p. 165).

Considerando os troços da muralha baixo-imperial identificados na cidade, os achados arqueológicos da Rua da Prebenda podem estar a sinalizar uma área residencial e comercial da cidade onde se situavam lojas e várias habitações de tipo *insula*, provando a vitalidade e a importância de Viseu como uma cidade em desenvolvimento e transformação contínuos em época romana e tardia.

4.5. Rua Formosa/Largo de Santa Cristina

A Rua Formosa e o Largo de Santa Cristina materializaram o primeiro troço de muralha romana descoberto em Viseu (Anexo II: Figura IV.5.1). Desconhecendo-se o perímetro da estrutura que delimitaria o recinto interior do primitivo povoado da Idade do Ferro,

sabe-se, no entanto, que se desenvolvia nas irregularidades topográficas do morro da Sé, fazendo proveito delas ou arranjando soluções construtivas para as colmatar. Sara Almeida sugeriu que essa situação *“é deduzida pelo facto das estruturas identificadas se escalonarem em patamares desnivelados, por entre penedos, onde também é perceptível alguma regularização do terreno por acção antrópica”* (ALMEIDA, 2005, p. 24). Os resultados de escavações efetuadas na Rua D. Duarte e no Largo Mouzinho de Albuquerque deram a conhecer tramos de um sistema defensivo composto por uma ou mais linhas de fossos escavados no solo, com paredes em terra, oblíquas ou quase verticais, com uma profundidade máxima de aproximadamente 3 metros e uma largura de 1.90 metros.

A historiografia acerca do traçado da muralha romana é algo extensa. Na obra *Viseu: Estudo de uma Aglomeração Urbana*, de 1925, Amorim Girão defendia haver dois núcleos urbanos, um no morro da Sé e outro *“na parte mais baixa da cidade, e precisamente junto do ponto de cruzamento das várias estradas militares”* (GIRÃO, 1925, p. 22). O polo urbano de origem romana ficava na parte baixa da cidade, pelo facto de haver documentos que remetiam para esse setor a existência de um *murum vetus*. O autor referia-se à doação feita, em 1110, pelos condes D. Henrique e D. Teresa à Sé de Viseu, na qual se lia *«Testamentum illud est intus murum vetus, in loco praenominato in illam viam de S. Michaelae, et de illa Regaria, et concludit cum via publica»* (GIRÃO, 1925, p. 27). Amorim Girão assumiu assim, a partir de uma fonte de inícios do século XII, que a estrada de São Miguel e a zona da Regueira encontravam-se dentro dos muros velhos, de cronologia romana, afirmando que *“pode recuar-se, pois, a tempos mais remotos, devendo em nosso entender considerar-se como muralha construída com o fim de defender a encruzilhada as vias romanas”* (GIRÃO, 1925, p. 27). Na sua opinião, as muralhas romanas passavam no Largo Mouzinho de Albuquerque a norte, no Largo de Santa Cristina e na Rua do Arco a sul, seguindo pela Prebenda, sem abranger o Largo da Sé a ocidente. Segundo a reconstituição feita por Amorim Girão, a muralha romana de Viseu teria uma configuração retangular (GIRÃO, 1925, p. 33).

Em 1971, Orlando Ribeiro contestou a proposta de Amorim Girão, negando a existência de um núcleo urbano na parte baixa da cidade de Viseu em época romana, uma vez que não havia qualquer largo no interior do bairro da Regueira e cuja rua era demasiado

larga para um arruamento tipicamente romano. Em seu entender, o primitivo castro de Viseu ter-se-ia mantido na colina da Sé no período do domínio romano e ter-se-ia depois expandido para a parte baixa, dando origem aos bairros da Ribeira e da Regueira (RIBEIRO, 1971a, p. 227). Contrariamente ao que era seu hábito, José Coelho nunca se pronunciou sobre a questão da organização da cidade romana, mas discordou também com a ideia apresentada por Amorim Girão acerca da existência de dois polos urbanos, afirmando somente que a *civitas* viseense não se desenvolveria apenas na parte baixa (COELHO, 1943, pp. 18-19).

Baseando-se na localização dos sítios onde se conheciam necrópoles e tendo em conta que, em época romana, estas situavam-se no exterior das muralhas e ao longo das vias, Jorge de Alarcão, na sua conhecida obra *A cidade romana de Viseu* (1989) fez também ele uma reconstituição dos limites da cidade em época romana, dando-lhe uma aparência ovoide e não retangular como tinha proposto Amorim Girão. O autor defendeu que a muralha não abrangia, a norte, o Largo Mouzinho de Albuquerque, mas antes que uma das portas ficaria à entrada da Rua Direita (ALARCÃO, 1989, p. 23). A oriente, a muralha passaria ao longo da Rua João Mendes até ao Largo de Santa Cristina, troço no qual ficaria a porta oriental, situada na Rua do Gonçalinho. A partir de Santa Cristina, o aparelho defensivo seguia para oeste, acompanhando a Rua do Carmo e a Rua D. Duarte até ao adro da Sé. Daí, a muralha seguiria pela Calçada da Vigia até ao Largo Mouzinho de Albuquerque (ALARCÃO, 1989, p. 24).

Em 1983, num artigo publicado na revista *Beira Alta*, designado *Introdução ao estudo de Viseu na época romana*, J. L. Inês Vaz delimitava o núcleo de povoamento romano pelo Terreiro de Santa Cristina, o Largo Mouzinho de Albuquerque e o morro da Sé (VAZ, 1983, p. 743). Em 1997, na sua tese de doutoramento, a proposta que apresentou para o traçado da muralha romana tornou-se mais claro. O arqueólogo fazia-a passar pela Rua João Mendes, seguindo para o Largo Mouzinho de Albuquerque e pela Rua do Carvalho, avançando em linha reta até ao Largo da Misericórdia. A partir daí, passava pela Rua do Chão do Mestre, pela Rua D. Duarte e pelo Largo de Santa Cristina, até fechar novamente na Rua João Mendes (VAZ, 1997, p. 350). Os limites por si definidos englobavam a acrópole da cidade e a baixa da Regueira, conferido um formato

aproximadamente retangular à *civitas* romana e um traçado viário relativamente ortogonal (VAZ, 1997, p. 350).

J. L. Inês Vaz foi o primeiro investigador a avançar com a ideia de que a muralha do século I tinha sofrido uma remodelação nos finais do Império Romano, a qual se traduziu na redução do perímetro amuralhado da cidade. O arqueólogo defendeu que “... *com a chegada dos povos invasores, os habitantes de Viseu procuraram reduzir o espaço para que melhor pudesse ser defendido. Assim, presumimos que, pelos finais do Império, uma muralha tenha sido construída deixando de fora muitas antigas casas...*” (VAZ, 1997, p. 350). De acordo com esta proposta, o novo amuralhamento devia ter mantido os troços sul e ocidental, mas aqueles que passavam nos lados norte e oriental foram reduzidos, votando para fora das muralhas a zona da Regueira (VAZ, 1997, p. 350). A muralha tardia passava, na sua opinião, pelo jardim da Escola Emídio Navarro, avançava junto à Igreja de Santo António e seguia pelas ruas da Prebenda e do Chantre até à porta situada à saída da Rua da Árvore (VAZ, 1997, p. 350). Os elementos que comprovavam a formulação desta ideia eram os vestígios descobertos no Largo Mouzinho de Albuquerque, onde, na construção de uns prédios nos terrenos do Lar de Santo António, J. L. Inês Vaz testemunhou a existência de uma muralha. A cerca de 2 metros de profundidade, esse troço tinha 1.5 metros de largura e passava “*por baixo da segunda janela da igreja de Santo António*” (VAZ, 1997, p. 351).

Ora, como se constata pelas referências historiográficas, a maior parte dos autores incluíram o Largo de Santa Cristina como um ponto em que passaria o troço oriental da muralha romana, baseando-se, no entanto, em suposições. Só em 1999 é que tal hipótese foi confirmada arqueologicamente, quando se pôs a descoberto o primeiro troço da *civitas* de Viseu. A intervenção arqueológica que se desenvolveu entre 1999 e 2000 inseriu-se no âmbito da construção de um parque de estacionamento subterrâneo no Largo de Santa Cristina. Os trabalhos foram adjudicados à empresa de arqueologia Arqueohoje, que, numa primeira fase da intervenção, abriu oito sondagens de diagnóstico. As sondagens estavam previstas no plano de trabalhos prévios à execução do projeto, com o intuito de perceber o potencial arqueológico do sítio.

Na Sondagem 1, a remoção da primeira camada, que continha apenas materiais arqueológicos recentes, revelou um nível de pedras de média dimensão, unidas por argamassa. A remoção desse nível demonstrou a presença de um grande muro na Camada 10 da Sondagem 2. Esse muro, muito remexido, estava associado a fragmentos de cerâmica romana cronologicamente integráveis no século I/II d.C. (TSH, cerâmica comum e cerâmica de construção) e, ainda, a uma lucerna e a uma moeda do Imperador Magnêncio (CARVALHO e CHÉNEY, 2007, p. 731). Nas sondagens 4 e 6, identificou-se uma camada de cronologia medieval, na qual foram recuperados fragmentos de potes, alguidares e de asas golpeadas. No entanto, as restantes sondagens mostraram-se infrutíferas quanto à existência de outras estruturas arqueológicas⁹.

O grande muro de cronologia romana viria a revelar-se como um troço de muralha, apenas conservado ao nível dos alicerces, numa extensão de 20 metros. Pese embora o tramo identificado encontrar-se bastante danificado, sobretudo no paramento externo, foi possível calcular, através do paramento interno e do enchimento da muralha, que a mesma teria uma largura máxima de cinco metros e estava orientada a 100° (CARVALHO e CHÉNEY, 2007, p. 730). O troço identificado mantinha somente quatro fiadas de silhares, constituídas por blocos de pedra toscamente afeiçoados que se sobrepunham e que assentavam no substrato rochoso, tendo 1.60 metros de altura conservada. O enchimento entre os paramentos externo e interno era composto por pedra miúda, saibro e argamassa. A construção desta muralha adaptou-se ao próprio pendor do terreno, que tinha uma tendência descendente de oeste para este (CARVALHO e CHÉNEY, 2007, p. 730).

Perante os resultados obtidos na primeira fase dos trabalhos, a área de intervenção foi alargada para o exterior do espaço central da rotunda de Santa Cristina com a abertura de dez novas sondagens. Tal permitiu verificar que toda a área sul da rotunda não apresentava vestígios arqueológicos significativos¹⁰. Apesar disso, numa fase mais adiantada da escavação, constatou-se que a fundação do troço de muralha posto a

⁹ Portal do Arqueólogo:

<https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=trabalhos&subsid=126526>

¹⁰ Portal do Arqueólogo:

<https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=trabalhos&subsid=126535>

descoberto tinha-se dado em época tardia, com base no achado de uma moeda de Constâncio e de fragmentos de TSAf. No aparelho da muralha do século III/IV d.C., identificaram-se silhares reutilizados e um peso de lagar, aparelhado e reaproveitado na sua construção¹¹. Os trabalhos de arqueologia deram-se como concluídos após a remoção de terras através de meios mecânicos para a construção do parque de estacionamento subterrâneo, os quais implicaram acompanhamento arqueológico. Nessa ação, algumas estruturas pétreas escavadas anteriormente acabaram por ser destruídas e a muralha foi desmantelada. Foram recolhidos alguns materiais arqueológicos, nomeadamente fragmentos de TSH datados dos séculos I e II d.C.¹².

Assim, em 1999, ficou-se a conhecer o primeiro troço da muralha romana da cidade, o qual atravessava o Largo de Santa Cristina, de leste a oeste. Apesar de estar bastante mutilada pela rede de esgotos implantada no local, a muralha parecia apresentar cerca de cinco metros de largura e o seu enchimento ser constituído por pedra miúda, saibro e argamassa. O tramo posto a descoberto mostrava indícios de arrancar em direção à Rua Formosa, demonstrando que a estrutura se encontrava, na área afetada pela escavação arqueológica, apenas ao nível da primeira fiada de alicerces. Tal veio a comprovar-se nos trabalhos arqueológicos que se desenvolveram em 2004 e 2005 realizados no pátio traseiro e lateral do Edifício Lemos e no extremo este da Rua Formosa, respetivamente.

Apesar de não se prever um projeto de obra concreto para o pátio lateral e traseiro do Edifício Lemos, a descoberta do troço de muralha no Largo de Santa Cristina em 1999 obrigou o proprietário do terreno, a empresa Dark Sun S.A., a proceder ao estudo arqueológico do espaço em questão (CHÉNEY, 2004, p. 3). Em 2004, a intervenção da empresa Arqueohoje iniciou-se pela abertura de quatro valas de sondagem nos pátios do Edifício Lemos, uma vez que se previa ser o local onde a muralha romana fletia a partir do Largo de Santa Cristina. As sondagens, de 6 x 3 metros, foram abertas em zonas de potencial interesse arqueológico, nomeadamente no contacto com a Rua Formosa a

¹¹ Portal do Arqueólogo:

<https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=trabalhos&subsid=126544>

¹² Portal do Arqueólogo:

<https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=trabalhos&subsid=126784>

norte, uma área central do pátio e junto à muralha afonsina que passa também no local. Assim, foi intervencionado um total de 72 m² (CHÉNEY, 2004, p. 6).

A decapagem dos níveis arqueológicos revelou importantes resultados no que concerne à muralha romana. Por um lado, verificou-se que a sua face interna e respetivo enchimento encontravam-se muito deteriorados. O tramo da muralha aí detetado apenas tinha conservada uma altura média de 2.40 metros. Os silhares de granito que constituíam o paramento interno foram removidos (Camada 3 da Sondagem 1). A remoção dos silhares foi provavelmente decorrente das obras de construção da muralha afonsina, no século XIV, ou do casario do século XVIII nesta área da cidade (CHÉNEY, 2004, pp. 9-10) que criaram inclusivamente uma plataforma para aceder aos materiais pétreos (camadas 4 e 5 da Sondagem 1). Ainda assim, foi possível observar que a muralha possuía um enchimento com dois metros de largura máxima e três metros de comprimento, composto por uma camada de pedras miúdas prensadas e por uma fina camada de argamassa (CHÉNEY, 2004, p. 10). Registou-se igualmente a presença de um fuste de coluna em granito reaproveitado no miolo do paramento (CHÉNEY, 2004, p. 12). O enchimento da muralha cobria dois blocos graníticos de grande dimensão que assentavam diretamente no substrato rochoso, sendo parte integrante dos alicerces que sustentavam os silhares de granito (CHÉNEY, 2004, p. 13).

Nesta intervenção foi recuperada uma quantidade apreciável de fragmentos de *Terra Sigillatas*, tanto alto-imperiais como tardias, além de materiais de construção – *tegulae* e *imbrices* –, fragmentos de *dolia*, de uma ânfora e de cerâmica comum, o que é coerente com a ocupação romana deste espaço, situado no interior do recinto amuralhado (CHÉNEY, 2004, pp. 14-15). Recolheu-se também um conjunto considerável de faianças dos séculos XVIII-XX, manifestamente relacionadas com o solar dos Lemos e Sousa (CHÉNEY, 2004, p. 9).

Em 2005, as obras de remodelação da Rua Formosa, a principal via comercial da cidade, permitiram detetar, através de acompanhamento arqueológico, estruturas arqueológicas no extremo este da rua, relacionadas com os mesmos paramentos de muralha identificados no Largo de Santa Cristina e no pátio do Edifício Lemos (CARVALHO e CHÉNEY, 2005, p. 4) (Anexo II: Figura IV.5.2). O processo de escavação foi

iniciado pela implantação de um setor de 17 x 4 metros com quadrículas de 4 x 4 metros, o qual abrangia o espaço aparentemente mais sensível e que seria impactado pela obra de forma mais direta, o que permitiria uma avaliação rigorosa do seu potencial arqueológico (CARVALHO e CHÉNEY, 2005, p. 7).

Os trabalhos arqueológicos permitiram identificar o prolongamento do troço de muralha que vinha do Largo de Santa Cristina, confirmando o seu carácter monumental. O troço, com um comprimento conservado de 20.60 metros, uma largura de 2.40 metros e uma altura máxima de 2.20 metros, encontrava-se orientado no eixo E-O, infletindo de forma ligeira na extremidade oeste, a partir de uma torre semicircular (CARVALHO e CHÉNEY, 2005, pp. 10-11). O aparelho, construído em *opus quadratum*, era constituído por fiadas de silhares paralelepípedicos que se encaixavam de forma intercalada no sentido longitudinal e transversal, alternando a face quadrada com a face retangular dos silhares. O troço posto a descoberto apresentava apenas três fiadas preservadas (CARVALHO e CHÉNEY, 2005, p. 11), mas que atestavam o rigor da colocação dos silhares e a regularidade linear da construção (Anexo II: Figura IV.5.3). As extremidades de alguns silhares foram cortadas e afeiçoadas para possibilitar o encaixe dos restantes, situação que se alterava na proximidade da torre semicircular. Aí, foram postos três silhares sobrepostos, com as juntas alinhadas, e cujos cantos inferiores esquerdos foram cortados de forma bem pronunciada, evidenciando uma descontinuidade em relação ao restante aparelho. Esta solução, presente numa zona que apresentava algum pendor, serviu de travão ao pano da muralha quando em contacto com a torre semicircular (CARVALHO e CHÉNEY, 2005, p. 15).

Na generalidade, os silhares entre cada fiada encontravam-se com as juntas desalinhadas, à exceção da fiada colocada sobre o alicerce no troço a oeste da torre semicircular (CARVALHO e CHÉNEY, 2005, p. 13). Verificou-se também que, para se obter este nível de regularidade na construção do aparelho defensivo, optou-se por se recorrer à utilização de cunhas. Pedras miúdas achatadas ou pequenos fragmentos de *imbrices* foram colocados entre os silhares (CARVALHO e CHÉNEY, 2005, p. 13). No topo de um silhar da Camada 1 identificou-se um silhar reaproveitado de uma outra construção, por apresentar dois sulcos longitudinais sem uma função aparente (CARVALHO e CHÉNEY, 2005, p. 16). Foram igualmente observadas marcas de *forfex* em

alguns silhares da base da muralha, provavelmente também eles reutilizados, uma vez que, segundo os arqueólogos, “*não havia necessidade de utilizar meios técnicos avançados para a sua deslocação e disposição a uma cota tão baixa*” (CARVALHO e CHÉNEY, 2005, p. 17) (Anexo II: Figura IV.5.4).

O paramento externo não se apresentava argamassado (Anexo II: Figura IV.5.5). O enchimento entre os paramentos exterior e interior era constituído por camadas, com cerca de 0.20 metros, de pedras de granito de pequena dimensão prensadas, intercaladas por camadas finas de argamassa, com aproximadamente 0.04 metros (CARVALHO e CHÉNEY, 2005, p. 18) (Anexo II: Figura IV.5.6).

A fundação deste troço de muralha atingia os 0.72 metros de profundidade máxima e assentava diretamente sobre o afloramento rochoso, o qual foi afeiçoado e nivelado para sustentar os silhares. Verificou-se que, entre o afloramento e a torre semicircular, os alicerces desta muralha foram erguidos por cima de uma outra estrutura murada mais antiga (Camada 4) e que, a este da torre, a fundação do aparelho defensivo foi colocada numa vala aberta do substrato geológico (CARVALHO e CHÉNEY, 2005, p. 19) (Anexo II: Figura IV.5.7). As bases da muralha foram construídas com recurso a duas fiadas de silhares aparelhados, mas por vezes com dimensões díspares. Entre os silhares da base identificaram-se pequenas pedras que serviam para que as fiadas se mantivessem estáveis. Um fragmento de meia-coluna, localizado sobre o afloramento rochoso a oeste da torre semicircular, foi reaproveitado nas fundações da muralha como material de construção (Anexo II: Figura IV.5.8). Na extremidade oposta, a este, uma cornija terá servido para o mesmo propósito (CARVALHO e CHÉNEY, 2005, pp. 19-20).

A torre semicircular a que se tem feito referência tinha 4.75 metros de diâmetro e 1.04 metros de altura máxima. Também construída em *opus quadratum*, apresentava o mesmo rigor construtivo que o restante pano de muralha, já que os seus silhares se encaixavam de forma muito regular. Apesar de não se encontrar adossada à muralha, toda a sua estrutura conformava um corpo sólido e maciço (Anexo II: Figura IV.5.9). A solução que se aplicou à sua construção obedecia à disposição de fiadas de silhares ligeiramente trapezoidais, que se intercalavam com outros mais ou menos triangulares ou paralelepípedicos que serviam de “*tição*”. No torreão apenas se conservavam duas

fiadas de silhares, encontrando-se ausentes dois elementos pétreos na fiada do topo (CARVALHO e CHÉNEY, 2005, p. 20). O enchimento da torre era semelhante ao da muralha, no qual se alternavam camadas de pedras prensadas e de argamassa. Aqui, as camadas de pedra miúda tinham entre 0.40 e 0.80 metros e as de argamassa cerca de 0.03 metros. Constatou-se que o enchimento do torreão estava parcialmente danificado devido a revolvimentos resultantes da instalação de infraestruturas de saneamento (CARVALHO e CHÉNEY, 2005, p. 21) (Anexo II: Figura IV.5.10). Também à semelhança do pano de muralha, a fundação da torre assentava sobre o solo geológico e sobre uma outra estrutura murada mais antiga (Camada 4), a qual lhe conferia uma base de suporte sólida, facto que, de acordo com os arqueólogos responsáveis, podia não ter sido fortuito (CARVALHO e CHÉNEY, 2005, p. 22) (Anexo II: Figuras IV.5.11 e IV.5.12). A disposição dos silhares da base, mais avançados em relação ao corpo do torreão, é o aspeto que mais sobressai da fundação da torre (CARVALHO e CHÉNEY, 2005, p. 22) (Anexo II: Figura IV.5.13).

Em *Defesas urbanas tardias da Lusitânia* (2008), Adriaan De Man explicou que a adoção deste tipo de construção em torres semicirculares não era inteiramente nova: *“A torre viseense, na sua articulação com camadas baixo-imperiais sobrepostas com a muralha prévia, veio a constituir um elemento firme, passível de ser interpretado numa coerência territorial, combinando directamente com Idanha e, num sentido mais amplo, com a dinâmica que se manifestou na Galécia em finais do século III”* (DE MAN, 2008, p. 241). A planta da torre semicircular identificada na Rua Formosa e das torres de Idanha-a-Velha são, na opinião do investigador, uma vanguarda construtiva que antecedeu os moldes arquitetónicos também reconhecidos em Conímbriga (DE MAN, 2008, p. 241).

A boa conservação do troço de muralha baixo-imperial da Rua Formosa levou à imediata definição de um projeto de musealização do mesmo. Tal implicou que, numa segunda fase dos trabalhos, houvesse a necessidade de escavar integralmente a área em redor da torre semicircular e a área afetada pela estrutura que protegeria a muralha até ao substrato geológico, pelo que o setor de escavação foi alargado para 17 x 6.5 metros (CARVALHO e CHÉNEY, 2005, p. 7). A área total intervencionada acabou por atingir os 110.5 m². Foi nesta fase da intervenção que surgiu a muralha alto-imperial da cidade, datada provavelmente de finais do século I ou princípios do século II d.C. (CARVALHO e

CHÉNEY, 2005, p. 10). Esta já tinha sido observada nos alicerces da muralha do Baixo-Império, entre o afloramento rochoso e a torre semicircular (CARVALHO e CHÉNEY, 2005, pp. 19 e 21). Encontrando-se apenas conservada ao nível dos alicerces, a estrutura da muralha alto-imperial era constituída por pedras de granito não afeixoadas, prensadas, mas sem argamassa (CARVALHO e CHÉNEY, 2005, p. 22). O pano de muralha mais antigo apresentava uma orientação de 140°, dissonante com a do amuralhado baixo-imperial, orientado a 100°. Este passava por baixo da torre semicircular, seguindo sob a extremidade oeste da muralha do Baixo-Império (CARVALHO e CHÉNEY, 2007, p. 737). Tinha conservados um comprimento máximo de 17.50 metros, uma largura máxima de 1.60 metros e uma altura máxima de 1.35 metros (CARVALHO e CHÉNEY, 2005, p. 23) (Anexo II: Figura IV.5.22). A muralha alto-imperial, com um enchimento de terras e blocos pétreos de granito (Camada 5), assentava numa vala de fundação com 0.80 metros de profundidade, aberta no substrato geológico.

A escavação arqueológica do troço do Alto-Império permitiu apurar a utilização de duas técnicas construtivas distintas. A primeira, que se observou a oeste do torreão, regeu-se pela colocação regular de blocos retangulares bem prensados, mas não argamassados. A segunda, identificada na restante construção, caracterizava-se pela alternância entre blocos de granito de grande dimensão, espaçados entre si 0.80 metros em média, e pedras de menor dimensão. Os grandes blocos pétreos foram colocados transversalmente, de maneira a estabilizar todo o pano de muralha (CARVALHO e CHÉNEY, 2005, p. 23). Na vala de fundação desta muralha (Camada 10) foi recuperados escassos fragmentos de cerâmicos *“indistintos, indicando provavelmente uma cronologia relacionada com os inícios da romanização”* (CARVALHO e CHÉNEY, 2005, p. 24).

É desta segunda fase dos trabalhos arqueológicos que data a descoberta de três inumações junto à torre semicircular (Anexo II: Figura IV.5.20). A Sepultura 1, aberta na Camada 3, tinha 0.70 metros de comprimento, 0.12 de largura e estava orientada no eixo N-S. Apresentava uma estrutura de *imbrices* que revestiam o fundo da sepultura e também a cobriam (Camada 2). Na zona dos pés foram dispostas duas pequenas lajes graníticas que, de acordo com os arqueólogos, sinalizavam o enterramento (Anexo II: Figuras IV.5.14, IV.5.15 e IV.5.16). Numa proximidade bastante imediata a esta

sepultura, foi recolhido um Antoniniano, imitação de Tétrico I, datado de 270-274 d.C. (CARVALHO e CHÉNEY, 2005, p. 35) (Anexo II: Figura IV.5.17). A Sepultura 2 continha um enterramento infantil e encontrava-se orientada canonicamente. Tratava-se de um covacho simples com 1.30 metros de comprimento, aberto na Camada 1 e, portanto, posterior ao século V d.C. (CARVALHO e CHÉNEY, 2005, pp. 38-39). Esta sepultura era a mais recente em relação às restantes. A análise antropológica preliminar estimou que a criança inumada na Sepultura 2 teria uma idade à morte de cerca de 2 anos $\pm$ 8 meses / 7 anos $\pm$ 24 meses (CARVALHO e CHÉNEY, 2005, p. 38) (Anexo II: Figura IV.5.18). A Sepultura 3, por seu turno, era também um covacho simples aberto na Camada 8 com um comprimento de 1 metro e uma largura máxima de 0.36 metros. A camada em que se implantou, relacionado com a cota de circulação que existia entre o século I e a construção da muralha do Baixo-Império, aponta para que este fosse o enterramento mais antigo (CARVALHO e CHÉNEY, 2005, p. 39). Tratava-se da sepultura de outra criança, orientada noroeste-sudeste, cujos dentes permitiram estimar uma idade à morte de cerca de 5 anos $\pm$ 16 meses / 7 anos $\pm$ 24 meses (CARVALHO e CHÉNEY, 2005, p. 39) (Anexo II: Figura IV.5.19). No fundo da vala de fundação deste enterramento foram identificados restos osteológicos de um outro indivíduo não adulto, sem conexão anatómica, nomeadamente um crânio e um fragmento de osso longo. Alguns dentes associados ao crânio permitiram estimar a idade à morte de cerca de 4 anos $\pm$ 12 meses / 5 anos $\pm$ 16 meses (CARVALHO e CHÉNEY, 2005, p. 40).

A partir da sequência estratigráfica recuperada na escavação do Largo de Santa Cristina e da Rua Formosa, cujos contextos arqueológicos estão diretamente relacionados, foi possível apurar quatro fases construtivas associadas às muralhas da cidade.

Fase I (Reinado do Imperador Augusto): Construção da muralha do Alto-Império, identificada em escavação apenas no extremo este da Rua Formosa.

Fase II (Finais do século I / inícios do século II d.C.): Num momento muito próximo ao da *Fase I* é feita a deposição funerária do indivíduo da Sepultura 3, dada a abertura da sua sepultura na Camada 8.

Fase III (Finais do século III/IV d.C.): Edificação da muralha do Baixo-Império, identificada tanto na Rua Formosa, como no Largo de Santa Cristina. Os dois tramos formam um troço contínuo (Anexo II: Figura IV.5.21).

Fase IV (Séculos IV-V d.C.): Implantação de mais duas sepulturas no exterior da muralha, junto à torre semicircular. O enterramento da Sepultura 1 aparenta ser mais recente do que o da Sepultura 2, por se encontrar num covacho aberto numa camada posterior ao século V d.C. (Camada 1).

As intervenções arqueológicas do Largo de Santa Cristina e da Rua Formosa trouxeram novidades do ponto de vista histórico e arqueológico à cidade de Viseu. A arqueologia urbana permitiu colocar a descoberto os primeiros troços de muralha alto-imperial e do Baixo-Império e permitiu elaborar novas propostas acerca da organização da cidade no Alto-Império, mas também nos finais do Império Romano.

Os contextos identificados relacionam-se com os sistemas defensivos que delimitavam a cidade. A primeira muralha que cercou Viseu durante o Alto-Império apenas estava conservada ao nível dos alicerces na entrada oriental da Rua Formosa. Os mesmos alicerces foram usados para suportar a construção de uma muralha posterior. A primitiva cerca de Viseu aparenta ter uma fundação augustana, tal como demonstraram os materiais arqueológicos recuperados nas camadas 4 e 5. Na Camada 4 foram encontrados exclusivamente fragmentos de *Terra Sigillatas* hispânicas, com uma cronologia entre a segunda metade e os finais do século I d.C., nomeadamente um fragmento de Drag. 29 com grafito inscrito, um de Drag. 30 e outro de Drag. 37 (CARVALHO e CHÉNEY, 2005, p. 31). Da mesma camada proveio também parte de uma lucerna, de forma indeterminada, cujo fabrico se integra igualmente na segunda metade do século I, embora continue em circulação ainda no século II. A recolha de um bordo de púcaro em cerâmica cinzenta fina aponta genericamente para produções do século I até à dinastia dos Flávios. Outros fragmentos de cerâmica cinzenta fina foram identificados também na Camada 5 (CARVALHO e CHÉNEY, 2005, p. 32).

Associados à construção da muralha baixo-imperial, foram exumados, na Camada 3, fragmentos de TSAf D e ainda um fragmento de TSHT de forma indeterminada, ambos

apontando para cronologias situadas em volta do século IV (CARVALHO e CHÉNEY, 2007, p. 738).

A *civitas* de Viseu existia já antes do reinado do Imperador Augusto, tal como comprovam os vestígios arqueológicos datados da II Idade do Ferro no pátio do Museu Grão Vasco (PERPÉTUO, 2002), no Largo da Misericórdia (CARVALHO, 2019), na Rua Silva Gaio (CARVALHO e FIGUEIRA, 2008) e através da ara encontrada na Travessa da Misericórdia que dá a conhecer o nome pré-romano de Viseu (FERNANDES et al, 2008). Nos inícios da romanização, os limites do castro viseense foram aumentados e expandiram-se para sul e este, onde a cidade é mais plana. A malha ortogonal imposta pelos tratados urbanísticos de Roma adaptou-se à topografia existente e às curvas do terreno do morro da Sé.

É muito provável que a primeira muralha romana de Viseu tivesse um carácter honorífico, por oposição àquela que se lhe sobrepôs. A muralha do Baixo-Império é arquitetonicamente mais possante e monumental do que a anterior, tendo um cariz muito mais defensivo do que honorífico, provavelmente decorrente da situação de insegurança que se fazia sentir nas cidades. A largura do aparelho construtivo (entre 4.50 a 5 metros), o cuidado posto na sua construção e a robustez da torre semicircular, em relação à arquitetura da muralha pré-existente, demonstram uma clara preocupação com a eficácia defensiva da estrutura. Durante os séculos III e IV, a construção e/ou reparação de muralhas foi uma situação frequente nas cidades hispânicas.

Na vala de fundação da muralha baixo-imperial, identificada no Largo de Santa Cristina, surgiram vários fragmentos de *Terra Sigillata* datadas também do século I/II d.C.. No entanto, a recolha de uma moeda de Magnêncio, de 250-253 d.C., no mesmo contexto, representa um *terminus post quem* para a cronologia do novo aparelho defensivo. Na Camada 3 da Rua Formosa, que correspondia, de acordo com os arqueólogos, a sedimentos depositados ao longo de 150 ou 200 anos, recuperaram-se materiais datados do século IV. A sepultura aberta nessa Camada será, por isso, da mesma época (CARVALHO e CHÉNEY, 2005, pp. 26 e 45).

A escavação arqueológica da Rua Formosa revelou uma discordância na orientação do troço de muralha alto-imperial e na do Baixo-Império. Enquanto o primeiro apresentava

uma orientação a 140°, o último estava a 100°, o que indica um recuo do pano de muralha e uma redução do perímetro da cidade em época tardia. A redução do perímetro amuralhado deveu-se, não só a garantir uma melhor defensibilidade, mas pode também dever-se a uma considerável diminuição da população urbana. Apesar do decréscimo da área intramuros, a sua dimensão, com pouco mais de 13ha, é, segundo Adriaan De Man, *“condizente com a sua relevância alto-medieval”* (DE MAN, 2008, p. 235). Pensamos que o autor sugere, assim, que a muralha do Baixo-Império estaria ainda ativa aquando da fundação do Episcopado de Viseu, em certo momento na Alta Idade Média, e porventura até posteriormente. Amorim Girão sugeriu que a muralha romana – o *murum vetus* - ainda seria visível no século XII, baseando-se nas fontes documentais que referem a doação dos condes portugalenses à Sé de Viseu, de 1110, bem como nas inquirições de D. Teresa no ano de 1127, onde se faz menção ao mesmo muro (GIRÃO, 1925, p. 23). O autor, que afirmava a manutenção do primitivo núcleo urbano romano na parte mais baixa da cidade, viu nesses documentos medievais uma forma de o justificar, dizendo: *“Destas referências se vê que os antigos muros da cidade passavam junto da Prebenda, talvez com a mesma orientação que depois tomou a circunvalação de D. Afonso V. E, como na doação do Conde D. Henrique, de 1110, se diz claramente que, dentro dos referidos muros, ficavam compreendidas a estrada de S. Miguel e a Regueira, temos forçosamente de concluir que estes descreviam um circuito fechado na parte baixa da cidade, sem abranger o Largo da Sé e seus anexos”* (GIRÃO, 1925, pp. 30-31).

O sistema defensivo baixo-imperial não só se construiu sobre o amuralhado do Alto-Império, como é expectável que lhe tenha retirado material pétreo para a sua construção, bem como elementos arquitetónicos de outros edifícios situados nas proximidades. As escavações arqueológicas detetaram nomeadamente um peso de lagar reaproveitado no tramo do Largo de Santa Cristina, silhares com marcas de *forfex* na base do troço da Rua Formosa, um fuste de coluna reutilizado no miolo e um fragmento de meia-coluna nas fundações do tramo da Rua Formosa. De destacar também a identificação de uma cornija na extremidade este da muralha.

No decurso das escavações arqueológicas, a empresa Arqueohoje apresentou uma proposta para o traçado, tanto da muralha do Alto-Império, como da do Baixo-Império

(CARVALHO e FERNANDES, 2009, p. 10). A planta divulgada pela empresa de arqueologia difere das propostas apresentadas até então, no sentido em que aumentava a muralha alto-imperial para sudeste por comparação com as plantas apresentadas por Jorge de Alarcão (1989) e J. L. Inês Vaz (1983; 1997; 2009). O traçado proposto pela Arqueohoje baseou-se no facto de o troço baixo-imperial identificado no Largo de Santa Cristina e na Rua Formosa estarem mais recuados em relação às fundações do troço alto-imperial.

No topo da cidade, a proposta da Arqueohoje incluiu a Igreja da Misericórdia no perímetro intramuros, por oposição às plantas dos dois outros autores, que a faziam passar à sua frente. Na colina da Sé, um abrupto desnível do lado noroeste não deve ter sido ignorado pelos romanos, que o usaram em seu proveito. A diferença de cotas foi aproveitada em termos certamente defensivos. O traçado das duas muralhas romanas parece diferir apenas alguns metros em relação ao traçado da muralha afonsina, do século XV, a qual inclui o Largo da Misericórdia e segue encostada às traseiras da Casa do Adro e da Casa do Miradouro, onde se encontra o referido desnível. Aliás, as escavações levadas a cabo na zona ajardinada do Largo da Misericórdia comprovaram que algumas paredes do *forum* romano encostavam à muralha imperial (CARVALHO, 2019; CARVALHO et al, 2020, pp. 110-111).

Outro local em que diverge a proposta da Arqueohoje acerca do traçado da muralha alto-imperial é a partir da Igreja de Santo António (Largo Mouzinho de Albuquerque), ponto a partir do qual a empresa estende os limites da muralha até à atual circunvalação, seguindo pela Rua 5 de Outubro e fechando na rotunda de Santa Cristina. J. de Alarcão e J. L. Inês Vaz encaminharam-na antes para a Rua João Mendes. Assim, de acordo com a planta da Arqueohoje, a muralha do Alto-Império englobava a área de São Miguel de Fetal. O traçado do limite sul da muralha imperial é concordante nas três propostas, diferindo apenas no que toca ao limite oeste: enquanto J. de Alarcão e J. L. Inês Vaz excluem do período intramuros o Mercado 2 de Maio, a Arqueohoje fê-lo passar no seu canto nordeste.

A empresa de arqueologia propôs também os limites da muralha do Baixo-Império, os quais coincidem com o traçado que J. de Alarcão e J. L. Inês Vaz propuseram para a do Alto-Império. A alteração do perímetro amuralhado e da sua cronologia foi feita a partir

dos achados arqueológicos na zona em redor da Igreja de São Miguel de Fetal, sobretudo as estruturas escavadas no sítio do Loteamento do Quintal, os quais acrescem de forma significativa a área de ocupação durante o Alto-Império. Com base nos dados expostos e nas propostas apresentadas pelos vários autores e arqueólogos, Sara Serra apresentou, na sua dissertação de Mestrado em Arquitetura *A cidade romana de Viseu. A memória do passado como suporte da cidade do presente*, o desenho das duas muralhas romanas sobre a topografia da cidade atual. No traçado proposto pela investigadora (SERRA, 2018, p. 52: figs. 28 e 29), os troços de muralha adaptaram-se à morfologia do terreno com a finalidade de “*potencializar o local onde se insere*”, avançando ainda que a muralha medieval que cercou a cidade de Viseu a partir do século XV tomava um percurso idêntico ao da fortificação do Baixo-Império (SERRA, 2018, p. 51).

Os vestígios arqueológicos do Largo de Santa Cristina e da Rua Formosa foram debatidos de forma exaustiva pelos arqueólogos e por outros investigadores que, ora comprovaram ou rebateram as antigas suposições que se fizeram acerca do traçado das muralhas que delimitaram a *civitas* de Viseu em época romana. O achado dos troços de muralha nesses locais foram apenas o “levantar do véu” para os testemunhos arqueológicos revelados pela Arqueohoje no Largo de Santo António e na Rua João Mendes em 2018-2019.

4.6. Rua João Mendes/Largo de Santo António

Entre o final do ano de 2018 e setembro de 2019, o projeto de requalificação da Rua João Mendes forçou a realização de trabalhos de arqueologia preventiva, uma vez que se tratava de uma área de afetação de grande sensibilidade arqueológica (Anexo II: Figura IV.6.1). O projeto incluía a implantação de árvores e de contentores de lixo tipo moloks que poderiam impactar o subsolo e quaisquer estruturas soterradas (CRAVO, 2020, pp. 5-6). A proximidade da Rua João Mendes com vestígios arqueológicos identificados desde o século XIX, que apontavam para a existência de uma importante necrópole romana em redor da Igreja de São Miguel e para a suposição de que um troço da muralha passaria naquele arruamento, impeliram a Direção Regional de Cultura do

Centro a tomar medidas de proteção do eventual património que viesse a surgir com a movimentação de terras durante a execução da obra (CRAVO, 2020, p. 5). Além disso, a Rua João Mendes encontra-se atualmente inserida no perímetro arqueológico delimitado no PDM da Câmara Municipal de Viseu, sobre o qual recaem medidas específicas de salvaguarda (CRAVO, 2020, p. 10).

A intervenção foi adjudicada à empresa de arqueologia Arqueohoje que iniciou com o acompanhamento arqueológico da movimentação de terras até à cota de afetação de obra, com olhar atento a níveis com vestígios arqueológicos significativos. No projeto de execução, a Rua João Mendes encontrava-se subdividida em cinco zonas, que incluíam o arruamento, mas também a rotunda do Largo de Santo António (CRAVO, 2020, p. 14) (Anexo II: Figura IV.6.2). No total, seis áreas foram alvo de escavações de emergência. As intervenções efetuadas nesses seis pontos de interesse arqueológico tiveram como finalidade interpretar, registar, avaliar o estado de conservação dos vestígios, definir o seu valor científico-patrimonial, identificar sequências estratigráficas e salvaguardar os testemunhos postos a descoberto (CRAVO, 2020, p. 14). A sua escavação foi feita com meios mecânicos nos sedimentos superiores, sucedida da decapagem manual das unidades estratigráficas quando surgiam estruturas arqueológicas até à cota de afetação da obra (CRAVO, 2020, pp. 12-13).

O acompanhamento arqueológico da remoção de terras começou exatamente na rotunda do Largo de Santo António (Anexo II: Figura IV.6.3), onde, através de meios mecânicos, se retirou o pavimento alcatroado (UE [100], [100a] e [101]) e foi aberta uma vala com 2.5 metros de profundidade e 2 metros de largura para a instalação de uma rede de águas pluviais (CRAVO, 2020, p. 30) (Anexo II: Figura IV.6.4). Nesta ação, nas camadas estratigráficas de topo, foram observados níveis de aterro (UE [114]) associados a trabalhos anteriores de remodelação da via e da instalação de infraestruturas (UE [102], [105] e [108]). Detetou-se igualmente uma estrutura tosca em pedra seca (UE [112]), orientada no eixo norte-sul, apenas preservada ao nível do alicerce e cujo contexto não foi possível apurar pelos arqueólogos. Contudo, os responsáveis pela escavação lançaram a hipótese de se tratar de uma estrutura de cronologia medieval/moderna (CRAVO, 2020, p. 31). Uma planta da cidade de 1864 mostra que, na área coincidente com a estrutura, se encontrava um murete de divisão

de propriedade. Durante a escavação da vala de fundação desse murete exumou-se um real cunhado no reinado de D. João I (CRAVO, 2020, p. 31).

A presença de um grande afloramento rochoso no prolongamento da vala para sul impôs à remoção parcial do substrato granítico até à cota definida pelo projeto de obra, ou seja, 2.50 metros abaixo da linha da superfície (CRAVO, 2020, pp. 15-16). A extração do afloramento revelou, no perfil oeste da vala, elementos arquitetónicos aparentemente adossados ao bloco granítico removido. A limpeza manual dos indícios identificados permitiu constatar vestígios arqueológicos adscritos à época romana, dos quais se destacavam uma robusta estrutura construída com silhares aparelhados, uma coluna e fragmentos de *tegulae* e de *imbrices* (CRAVO, 2020, p. 16) (Anexo II: Figura IV.6.5). O achado motivou a alteração da metodologia da intervenção. Alargou-se a área de intervenção para 60 m², acrescentando-se 10 metros de comprimento e 3 metros de largura para cada lado da vala inicial e escavando-se integralmente as unidades estratigráficas conservadas (CRAVO, 2020, p. 30).

Na rotunda do Largo de Santo António, a estrutura construída com silhares aparelhados (UE [126]) encontrava-se apenas conservada ao nível dos alicerces. O aparelho construtivo da estrutura caracterizava-se, segundos os arqueólogos responsáveis, por blocos pétreos perfeitamente afeiçoados, cujo miolo era constituído por pedras angulosas, de dimensões muito variadas, unidas por argamassa. Tratava-se assim da muralha do Baixo-Império que, naquele ponto, incorporava os afloramentos presentes no local na sua construção (CRAVO, 2020, p. 33) (Anexo II: Figuras IV.6.6 e IV.6.7). Em determinado momento, os silhares da face oeste da muralha foram removidos, o que provocou o corte das UE [119], [122], [124], [126] e [127] e a posterior sedimentação de terras após o seu desmantelamento (UE [118]). Esta realidade caracterizava a zona a sudoeste da área aberta e, em todas essas unidades, os materiais recolhidos inseriam-se no período romano, entre os quais fragmentos de cerâmica comum, de *Terra Sigillata*, de cerâmica de paredes finas e materiais de construção (CRAVO, 2020, pp. 31-32). Os vestígios do Largo de Santo António foram preservados *in situ* com a colocação de geotêxtil em toda a estrutura e sobre o mesmo foi depositado areão que criou a base de assentamento para o tubo de águas pluviais (CRAVO, 2020, p. 17).

Foi desta primeira intervenção que foi exumada a maior quantidade de espólios arqueológicos – 60% do total - e que estão associados às unidades estratigráficas enquadráveis no período de ocupação romana e de desativação da muralha do Baixo-Império (CRAVO, 2020, p. 50).

Com o final dos trabalhos na rotunda do Largo de Santo António, prosseguiu-se com a abertura da vala no sentido da Rua João Mendes que foi sujeita a acompanhamento arqueológico (Anexo II: Figura IV.6.8). A segunda área alvo de uma escavação de emergência foi entre os edifícios n.ºs 143 e 137, onde, a cerca de dois metros de profundidade em relação à cota da superfície, identificou-se uma estrutura [206], de aparelho robusto, com uma aparência semelhante ao troço da rotunda do Largo de Santo António (CRAVO, 2020, pp. 35-36). Toda a área aberta encontrava-se bastante revolvida devido a níveis de aterro constituídos por materiais arqueológicos e por pedras de pequena e média dimensão. Estes depósitos cobriam a estrutura [206] que se caracterizava por um aparelho de silhares afeiçoados, com uma orientação NE-SO (CRAVO, 2020, p. 36). Ocupava a largura da vala, com 2.50 metros de largura máxima e 4.51 metros de comprimento. O alçado norte correspondia a uma das faces da estrutura, apenas preservada ao nível dos alicerces. O troço detetado cortava um muro mais antigo (UE [209]), em cujo alicerce foram recuperados apenas fragmentos de cerâmica comum e de materiais de construção romanos (Anexo II: Figura IV.6.9). O alargamento da vala permitiu constatar que os silhares desse muro se prolongavam para baixo do edifício com os n.ºs 137-143 (CRAVO, 2020, p. 36). As condições adversas em que se desenvolveram os trabalhos, sobretudo a presença de águas residuais no subsolo, não permitiram aos arqueólogos tecer considerações acerca do muro ali presente (CRAVO, 2020, p. 19).

Junto à porta do edifício n.º 137, a identificação de uma nova ocorrência desencadeou o processo da terceira intervenção preventiva. Muros que conformavam uma construção de aparente planta quadrangular ocupavam em largura, todo o espaço da vala e estendia-se, em comprimento, por seis metros. A estrutura, em *opus incertum*, poderia corresponder a um edifício de carácter habitacional ou comercial, de acordo com o que foi avançado pelos arqueólogos responsáveis (CRAVO, 2020, p. 39). Os muros identificados pareciam apresentar várias fases de construção, uma vez que tinham

diferentes soluções construtivas. Os muros [315] e [316] correspondiam ao primeiro momento de construção e os muros [312] e [317] a um momento de remodelação (CRAVO, 2020, p. 39). A UE [309] estava associada à ocupação do espaço definido pelos muros e integrava fragmentos de cerâmica comum, de *tegulae* e de *imbrices*, bem como alguns fragmentos de *Terra Sigillata* (CRAVO, 2020, p. 39) (Anexo II: Figura IV.6.10). Após o fim da escavação da estrutura, a mesma acabou por ser desmantelada.

A quarta intervenção de emergência aconteceu junto à porta n.º 133, a aproximadamente 10 metros para sul da intervenção anterior. A escavação iniciou-se pela decapagem manual dos níveis de afetação da obra (UE [401], [402] e [403]). Sob estes estratos identificou-se uma estrutura de planta semicircular, apenas preservada ao nível dos alicerces (UE [407]) (Anexo II: Figuras IV.6.11 e IV.6.12). O seu carácter defensivo foi revelado pela solução aplicada à sua construção (CRAVO, 2020, p. 41). Tratava-se de uma torre pertencente à muralha do Baixo-Império, construída com um aparelho regular formado por silhares graníticos retangulares, dispostos em *opus quadratum*. O seu enchimento era constituído por pedras e argamassa (CRAVO, 2020, p. 21). Uma vez que o traçado da vala de águas pluviais coincidia com parte da torre, era necessário desmantelar a estrutura. Antes desse processo, foi feito um alargamento para oriente, de 2 x 1 metros, de modo a registar-se integralmente a estrutura da torre. No decurso desse trabalho pôs-se a descoberto um depósito que, segundo os arqueólogos, poderia ser o que restava de uma sepultura de inumação (UE [409]) que se encontrava junto à face externa do torreão (CRAVO, 2020, p. 41) (Anexo II: Figura IV.6.13). A eventual sepultura não foi escavada, visto estar conservada numa área não afetada pela obra; ainda assim, a sua estrutura foi registada.

Logo após o afloramento no qual se encaixou a fundação da torre e o cruzamento formado pela interseção da Rua João Mendes, com Rua do Gonçalinho e a Rua Simões Dias, desenvolveu-se a quinta escavação de emergência. Os trabalhos desencadearam-se na sequência da identificação dos mesmos níveis de aterro sob os quais se identificou um alinhamento de silhares (UE [504]). Ao momento de destruição dessa estrutura foi atribuída a UE [501], a qual se prolongava em cerca de 12 metros ao longo da vala definida (CRAVO, 2020, p. 44). O troço preservado apresentava um aparelho semelhante aos identificados anteriormente, com faces em alvenaria e com um miolo de pedras de

pequena e média dimensão argamassadas (CRAVO, 2020, p. 44). O desmantelamento da estrutura por ocasião do projeto de obra proporcionou um novo alargamento da área de intervenção em 12 m², o que permitiu constatar que a estrutura amuralhada se encontrava cortada por várias valas de infraestruturas no sentido longitudinal e transversal (CRAVO, 2020, p. 45). Observou-se igualmente que, no cruzamento das ruas João Mendes, Simões Dias e do Gonçalinho, nada restava da cerca baixo-imperial. Nesse local, a estrutura foi anulada por construções posteriores, nomeadamente os restos de uma calçada (UE [554]) que, depois de removida mecanicamente, revelou estar assente sobre um alinhamento de silhares de granito (UE [560]), cuja origem e continuação os arqueólogos não conseguiram precisar (CRAVO, 2020, p. 45) (Anexo II: Figura IV.6.14).

A sexta e última escavação de emergência aconteceu nos últimos metros da Rua João Mendes, junto ao antigo edifício da Renault (Anexo II: Figura IV.6.15). Nessa intervenção registou-se a presença de um muro bastante afetado por construções mais recentes (UE [603]), as quais tinham associados fragmentos cerâmicos de época contemporânea (CRAVO, 2020, p. 47). O alinhamento identificado foi assumido pelos arqueólogos como uma estrutura anterior à remodelação da via, dado que, numa planta da cidade datada de 1984, havia naquela área um edifício (CRAVO, 2020, p. 30) (Anexo II: Figura IV.6.16).

À exceção da quinta e da sexta intervenções, nas quais se identificaram estruturas de cronologias mais recentes, em todos os outros pontos escavados recuperaram-se espólios cerâmicos associados à época romana (CRAVO, 2020, p. 50). A análise do espólio romano encontra-se a ser analisado por Pedro C. Carvalho da Universidade de Coimbra. Entre os materiais arqueológicos de época romana foram recolhidos fragmentos de TSH, TSSG e TSAf; fragmentos de cerâmica de paredes finas, por vezes decorados com motivos concêntricos e geométricos incisos; bem como alguns fragmentos de ânfora, lucerna e *dollia*. Exumaram-se ainda fragmentos de vidro romano. De período medieval, recolheram-se fragmentos de cerâmica e um real de D. João I (CRAVO, 2020, p. 50). As sequências estratigráficas registadas e os materiais arqueológicos exumados nos seis pontos que foram alvo de escavações de emergência permitiram apurar seis fases de ocupação na Rua João Mendes/Largo de Santo António.

Fase I (Época romana de cronologia imprecisa): O troço de muralha do Baixo-Império cortava, na Rua João Mendes, um muro mais antigo (UE [209]), em cujo alicerce foram recuperados apenas fragmentos de cerâmica comum e materiais de construção romanos. Desta fase poderá também datar a estrutura constituída pelos muros [312], [315], [316] e [317] em *opus incertum* e pelo nível de circulação [309] que conformavam uma construção de planta quadrangular, provavelmente de carácter habitacional.

Fase II (Século III/IV d.C.): Construção de uma muralha que cercava a cidade e cujos troços foram identificados tanto no Largo de Santo António (UE [126]), como na Rua João Mendes (UE [206], [504]). Neste último arruamento detetou-se que a muralha coincidia com o traçado da rua e que tinha adossada uma torre, de planta semicircular (UE [407]).

Fase III (Baixo-Império ou Alta Idade Média): Implantação de uma sepultura junto à torre semicircular (UE [409]).

Fase IV (Época medieval de cronologia imprecisa): Desmantelamento da muralha. Esta ocorrência foi detetável no Largo de Santo António sob os níveis de aterro da UE [114] e na Rua João Mendes na UE [501].

Fase V (Século XIV-XV): Construção de um possível muro de divisão de propriedade, ao qual estava associada uma moeda do reinado de D. João I. Tratava-se de estrutura tosca em pedra seca (UE [112]), orientada no eixo norte-sul, apenas preservada ao nível do alicerce.

Fase VI (Época moderna/contemporânea): Deposição de terras para o aterro de antigas estruturas e nivelamento da via, motivado por obras de remodelação da mesma e de instalação de infraestruturas.

Os resultados obtidos na escavação do Largo de Santo António e na Rua João Mendes foram inéditos, mas expectáveis. Por um lado, o troço de muralha posto a descoberto veio contribuir para a perceção da evolução do traçado urbano nos finais do Império Romano, tal como os troços de muralha do Largo de Santa Cristina e da Rua Formosa

(CHÉNEY, 2004; CARVALHO e CHÉNEY, 2005; CARVALHO e CHÉNEY, 2007). Esta seria a cintura amuralhada que defendia *Vissaium* no setor nascente da cidade, e cujo traçado passava na Rua João Mendes, vindo da Rua Formosa e de Santa Cristina, de sul para nordeste. As semelhanças construtivas entre os troços de muralha identificados até agora concordam para a sua contemporaneidade, revelada pelos materiais arqueológicos exumados nos níveis correspondentes às suas valas de fundação, de finais do século III/inícios do século IV d.C., mas também por comparação com as soluções construtivas de outras muralhas urbanas tardias, situadas sobretudo no norte da *Lusitania*, como Conímbriga (DE MAN, 2008, p. 241).

Por outro lado, a previsibilidade do surgimento de importantes vestígios arqueológicos e, inclusivamente, de um troço de muralha na Rua João Mendes tinha já sido considerada com anterioridade por arqueólogos e investigadores. À semelhança da historiografia que mencionava o Largo de Santa Cristina como um ponto onde passaria a muralha romana de Viseu, também a Rua João Mendes foi alvo de referências pelo mesmo motivo. A ideia de Amorim Girão ao defender a existência de um núcleo de povoamento na parte baixa da cidade e de mencionar que o mesmo se encontrava “*circuitado de muralhas da Regueira e imediações*” (GIRÃO, 1925, p. 35) leva a crer que, pelo menos numa zona próxima da Rua João Mendes, o autor localizava a presença de um amuralhado. Jorge de Alarcão, por sua vez, indicava em 1989 que “*Do lado oriental, a muralha corria certamente ao longo da Rua das Bocas ou João Mendes até ao actual Largo de Santa Cristina*” (ALARCÃO, 1989, p. 24). Por fim, para J. L. Inês Vaz, a muralha do Baixo-Império devia ter mantido o circuito oeste, mais íngreme, e por isso mais defensável, tendo sido reduzido o seu perímetro no lado este, o que terá votado o bairro da Regueira e toda a zona entre a Rua João Mendes e Santa Cristina para o espaço extramuros (VAZ, 1997, p. 350; VAZ, 2009, p. 171).

A relação entre a Rua João Mendes e o bairro da Regueira não é desprovida de sentido. A considerável quantidade de vestígios e estruturas arqueológicas identificados nesta zona confirmam que a Regueira foi, de facto, um espaço crucial para onde a cidade se expandiu e se desenvolveu, ganhando importância a partir da Alta Idade Média. Pedro Sobral de Carvalho e Carlos Alves indicaram que, após a queda do Império Romano, uma nova situação política nos séculos seguintes ditou uma nova ordem na colina da Sé

(CARVALHO e ALVES, 2018, p. 165). A Regueira, que estava cercada pela antiga muralha do Alto-Império, ganhou preponderância no traçado urbano de Viseu, constatável sobretudo pela construção de um edifício religioso no século IX, no local onde atualmente se situa a Igreja de São Miguel de Fetal (CARVALHO e ALVES, 2018, p. 165). Tal é evidência da consolidação do Cristianismo na cidade, mas também da criação de um foco de religiosidade e de atração urbana no arrabalde. A concessão da carta de couto à Regueira por Fernando Magno, confirmada em 1110 pelos condes D. Henrique e D. Teresa, incrementou o seu povoamento e regeneração urbanística (FERNANDES, 2016c, p. 119). No decorrer da Idade Média, o topónimo *Rua das Olarias* (atual Rua João Mendes) demonstra a existência de um espaço de oficinas no local (CARVALHO e ALVES, 2018, p. 166).

O nome *Regueira* deriva do facto de ali existir um *rego*, um lençol de águas subterrâneas. Isso foi comprovado pelas prospeções geofísicas realizadas em São Miguel de Fetal (LÓPEZ JIMÉNEZ e RUIZ BRAVO, 2013, p. 50), mas também nas que se desenvolveram no sítio do Loteamento do Quintal e que contribuem para a ideia de que aí terão existido umas termas em época romana (CARVALHO e ALVES, 2018, p. 170). As escavações arqueológicas levadas a cabo pela empresa de arqueologia Arqueohoje viram-se, em vários momentos, condicionadas pela presença de águas residuais que influenciaram o registo das evidências arqueológicas e a perceção de determinadas relações estratigráficas (CRAVO, 2020, p. 19).

Numa outra ordem de ideias, a Rua João Mendes foi também mencionada pela proximidade a algumas das vias principais da cidade. No cruzamento que intersesta as ruas João Mendes e do Gonçalinho deverá ter existido a porta oriental da muralha de Viseu. A partir dessa porta acedia-se ao interior do núcleo urbano pelo *decumanus maximus*, o qual seguiria o traçado da Rua do Gonçalinho e se prolongava para o exterior pela Rua Simões Dias, tomando o sentido de Mangualde (VAZ, 1997, pp. 352-353). J. L. Inês Vaz considerou que um dos *cardines minores* passava na Rua João Mendes e que seguia encostado ao troço oriental da muralha (VAZ, 1997, p. 352). Ora, é incontestável, pela sua proximidade geográfica, a imediação aos vestígios arqueológicos que apontam para a existência de uma necrópole romana e tardo-romana em redor da Igreja de São Miguel e do sítio do Loteamento do Quintal. O espaço fora das muralhas tardias,

materializado já na Rua João Mendes, teve também aí uma utilização funerária. Aliás, as escavações arqueológicas de 2018-2019 da Arqueohoje vieram mostrar a presença de uma eventual sepultura de inumação junto à torre semicircular (CRAVO, 2020, p. 41), facto que não é inédito, uma vez que o mesmo foi detetado na intervenção do troço de muralha da Rua Formosa (CARVALHO e CHÉNEY, 2007, p. 739).

Estes novos dados são mais uma achega para contar a História da cidade de Viseu e para definir os seus contornos em época tardo-romana e alto-medieval. As informações coletadas que se referem às muralhas tardias espelham as alterações do traçado urbano resultantes de um novo contexto político que se instala com os finais do Império Romano. Essas alterações vão consubstanciar-se em transformações urbanísticas no morro da Sé, mas também na periferia das cidades. As muralhas construídas nos finais do século III/inícios do século IV vão votar para o espaço extramuros antigos edifícios romanos, por consequência da redução do perímetro amuralhado. O limite físico entre a cidade e a sua periferia era, assim, materializado pelas muralhas urbanas.

4.7. Cerrado (atualmente *Serrado*)

No setor sul da cidade - na designada Quinta do Cerrado (hoje *Bairro do Serrado*) – localizar-se-ia uma capela em cuja construção Alexandre Alves observou um arco triunfal gótico, de perfil apontado, e silhares romanos reutilizados no aparelho construtivo do lado sul (ALVES, 1975) (Anexo II: Figuras IV.7.1 e IV.7.2). Nas imediações do edifício identificou numerosos fragmentos de cerâmica de construção e de cerâmica comum, silhares almofadados, duas bases de coluna, fragmentos de cornija e de uma caleira, bem como uma moeda do Baixo-Império (ALVES, 1975, p. 441). As referências acerca desta capela são confusas, uma vez que por ora é designada como Capela de Santa Cristina (ALVES, 1975), Capela de São Martinho do Cimo de Vila (VAZ, 2011) ou como Capela de Santo Amaro (PIPA, 2017). Alguns autores dão a entender que as capelas de Santa Cristina e a de São Martinho eram edifícios distintos (SARAIVA, 2010, pp. 13-14; FERNANDES, 2017, pp. 296 e 298-299). Não obstante, a menção feita por Alexandre Alves aos achados na Capela de Santa Cristina e no seu entorno deriva da sua demolição em 1974, quando se criou uma ligação entre a Rua Gaspar Barreiros e a Rua

5 de Outubro (ALVES, 1975, p. 130). Por ocasião das mesmas obras, Alexandre Alves identificou quatro sepulturas construídas com régulas de rebordo a duas águas.

A assunção da existência de uma área cemiterial na Quinta do Cerrado já se encontrava confirmada quando, em 1818, José de Oliveira Berardo escreveu que observou a descoberta de um túmulo perto da antiga Capela de Santo Amaro (BERARDO, 1857). Tratava-se de um sarcófago de mármore ou de calcário tapado com três placas de granito, uma delas epigrafada. Em 1857, o autor publicou no jornal *O Liberal* a inscrição funerária encontrada no local (BERARDO, 1857) e a mesma foi estudada por J. L. Inês Vaz a partir de uma cópia deixada por Berardo (1997, pp. 251-252) (Anexo II: Figura IV.7.3). Na estela funerária lia-se:

*MAELO · BO / VTIS F(ilius) · TAP(or)us / ANNO(rum) · LX(sexaginta) · H(ic) S(itus) E(st)
S(it) T(ibi) T(erra) L(evis) / FILI(us vel i) F(aciendum) C(uravit vel uraverunt)*

*Aqui jaz Melão, filho de Búcio, Táporo, de 60 anos. Que a terra te seja leve. O filho
tratou de fazer [ou os filhos trataram de fazer]*

J. L. Inês Vaz apurou que a inscrição apresentava um cursivo de tipo pompeiano com uma gravação algo irregular, datando-a do século I d.C. (VAZ, 1997, p. 252). Jorge de Alarcão avançou também com a ideia de que esta inscrição era mais antiga do que o sarcófago a que pertencia, atribuindo ao leito do enterramento uma cronologia tardo-romana ou medieval (ALARCÃO, 1989, p. 24).

Na perspetiva de Alexandre Alves, os achados de época romana recuperados em Santa Cristina apenas confirmavam a existência de uma *villa* romana no local – daí o topónimo “Cimo da Vila” –, corroborando a ideia já avançada por Amorim Girão (ALVES, 1975). Em 1987, J. L. Inês Vaz chegou a supor que naquela zona ter-se-ia situado o teatro ou o anfiteatro romano; posteriormente considerou a hipótese da proximidade a umas termas dada a abundância de *lateres* para o suporte de abóbodas de um edifício termal, tal como já o tinha sugerido J. de Alarcão (ALARCÃO, 1989, p. 27; VAZ, 1997, p. 357); já em 2009 o arqueólogo defendeu que a concentração daqueles materiais de construção se devia à existência de mausoléus abobadados (VAZ e CARVALHO, 2009, p. 39).

Na realidade, desconhece-se a extensão total desta necrópole, mas, segundo J. de Alarcão, a mesma estendia-se ao longo da via de Ranhado e Alcafache, a qual partia em direção à Serra da Estrela, à Egitânia e a Mérida (ALARCÃO, 1989, p. 24).

A construção de uma igreja na zona do Cerrado, em época paleocristã, foi feita a partir de colunas e de elementos arquitetónicos reaproveitados de antigos edifícios romanos, visto que muitos blocos pétreos eram almofadados (ALARCÃO, 1989, p. 30; VAZ, 1997, p. 357). J. de Alarcão defendeu também que essa igreja terá motivado a continuidade da utilização da necrópole romana até ao Baixo-Império ou até à Alta Idade Média (ALARCÃO, 1989, p. 30) como forma de cristianizar os antigos locais de enterramentos pagãos. Segundo Manuel L. Real, a própria dedicação da igreja, a São Martinho, parece indicar que se tratasse de uma construção de época suevo-visigoda (REAL, 2005, p. 276). Esta é apenas uma hipótese, porque não existem dados suficientes que o corroborem. J. L. Inês Vaz disse inclusivamente que a construção de capelas como Santo Amaro e São Miguel deveriam estar relacionadas com a existência de necrópoles romanas junto às portas da *civitas* de Viseu (VAZ, 2006, p. 150).

Na verdade, a cronologia fundacional destes edifícios religiosos situados no exterior das muralhas, junto às suas portas, é difícil de determinar. A Igreja de Santa Cristina localizar-se-ia junto ao atual edifício da Polícia e, portanto, também numa área extramuros em relação à muralha baixo-imperial. A expressão «*foris contra murum civitaris*» traduz a localização da ermida de São Martinho fora dos muros urbanos (TENTE e DE MAN, 2016, p. 382). Pese embora a ideia que aponta para a antiguidade destas igrejas, que pode remontar à Antiguidade Tardia, os dados disponíveis limitam-se, todavia, a informações documentais mais tardias, dos séculos X a XII, e a achados arqueológicos fortuitos aos quais já se fez menção.

De acordo com o que dá a entender J. L. Inês Vaz, a Capela de São Martinho do Cimo da Vila ainda mantinha o culto cristão ativo no momento em que Fernando Magno conquistou Viseu em 1058 (VAZ, 2011, p. 119). O arqueólogo corrobora a proposta de J. de Alarcão acerca da cronologia paleocristã da capela, justificando-o pela invocação a São Martinho, pela reutilização de materiais romanos e pela proximidade a uma necrópole da cidade (VAZ, 2011, p. 119).

Por outro lado, Anísio Saraiva refere que Sesnando Davides, a quem Fernando Magno tinha entregue o governo de toda a faixa territorial entre o sul do Douro e o Mondego no século XI, deu ao Presbítero D. Telo Odores o usufruto vitalício da *ermida moçárabe de S. Martinho de Viseu* (SARAIVA, 2010, p. 13). O acordo estabeleceu-se sob a condição de que o presbítero deveria “restaurar o templo e mantê-lo sob a obediência da igreja viseense” (SARAIVA, 2010, p. 13). A informação mais importante desta doação refere-se à localização e à antiguidade da capela: «*Sancti Martini qui est in Viseo, foris contra murum civitatis, et semper fuit in honore ecclesiastico, tam in temporibus Ismaelitarum quam in temporibus Fredenandi regis*». A. Saraiva avança com a existência de uma igreja moçárabe, dedicada a São Martinho, baseando-se também nas primeiras referências alto-medievais ao edifício, que surgem sob a forma de um hagiotopónimo, num documento que data de 1099-1108 e noutro de 1160 (SARAIVA, 2010, p. 14). Devemos, no entanto, relativizar a expressão “igreja moçárabe”, uma vez que não há materialidades que apontem para um domínio efetivo da cidade por parte de autoridades muçulmanas naquela época.

Na opinião de Manuel L. Real, a doação de Sesnando Davides ao presbítero Telo Odores, para que ele reconstruísse a igreja, sugere que o edifício estava já em mau estado aquando da reconquista definitiva de Viseu em 1058 (REAL, 2005, p. 276), mas também que manteve o culto cristão durante o período de domínio muçulmano (REAL, 2005, p. 280; FERNANDES, 2017, p. 296). Mais uma vez, estas são ideias que se devem relativizar, porque, todavia, não há dados que o possam sustentar.

4.8. Loteamento do Quintal

O sítio do Quintal situa-se na freguesia de Santa Maria, num terreno delimitado pelas ruas João Mendes, Simões Dias, 5 de Outubro e o troço da circunvalação junto à Igreja de São Miguel de Fetal (Anexo II: Figura IV.8.1). As primeiras alusões à área em redor do Quintal foram feitas por Manoel Botelho Ribeiro Pereira, quando em 1632, ao tecer algumas considerações sobre a cidade de Viseu, fruto da recolha de algumas inscrições na zona de São Miguel, na zona da Sé e junto à Igreja do Carmo, acaba por indicar os locais onde se localizavam as necrópoles de época romana (PEREIRA, 1955).

Apenas em 1983 é que se voltou a recuperar a memória do sítio, quando se desenvolveu a primeira escavação com carácter arqueológico na cidade. A mesma foi levada a cabo por J. L. Inês Vaz e Celso Tavares da Silva aquando da construção do troço da circunvalação entre as rotundas da Rua 5 de Outubro e a do Fontelo. A escavação culminou na identificação de uma necrópole tardia (VAZ, 2000, p. 45), pelo que foram escavadas uma sepultura e os vestígios de outra, ambas de inumação (VAZ, 2009, pp. 180-181).

O conhecimento atual situa esta necrópole no exterior da cidade romana, junto à porta oriental da muralha e alinhada com o extremo este do *decumanus maximus* e que se orientava para Mangualde. Esta importante via ligaria o troço oriental da muralha até ao *forum*, localizado na acrópole da cidade.

Esta zona é uma das mais antigas de Viseu, uma vez que se manteve durante séculos como uma das principais saídas da cidade, tendo-se posteriormente tornado na mais reconhecida área cemiterial, em redor da Igreja de São Miguel de Fetal. É possível que esta igreja já existisse na época da monarquia visigoda, já que a tradição oral aponta para ali se encontrar a sepultura de Rodrigo, o último rei visigodo. Tal significa a contínua ocupação daquela área para fins funerários até ao século XIX no interior e no adro da igreja, mas também para a realização do culto ainda durante o século XII, onde São Teotónio celebrava a missa semanal (PEDRO e VAZ, 1995, pp. 348-350).

No que à necrópole romana concerne, foram descobertas inúmeras sepulturas em toda a área que envolve a atual Igreja de São Miguel. O primeiro testemunho seguramente a ela associado foi a identificação de um sarcófago de mármore, aquando da abertura da estrada Viseu-Mangualde, e cuja notícia foi publicada em 1886 no jornal *O Viriato* (VAZ, 2009, pp. 178-179). Além deste achado, José Coelho também ali identificou outros tipos de sepulturas, nomeadamente um sarcófago em granito, sepulturas de lajes graníticas e sepulturas construídas com *tegula* e *imbrex*, algumas com vestígios de argamassas (COELHO, 1943; 1949). J. L. Inês Vaz assumiu que as sepulturas observadas por J. Coelho fossem “mais de uma dúzia no total” (VAZ, 2009, p. 180).

Face à conhecida proliferação de vestígios arqueológicos de época romana no local desde finais do século XIX, o sítio do Quintal foi intervencionado em 2005 e em 2006

pela empresa de arqueologia Arqueohoje, uma vez que para aí se previa a construção de um loteamento. A intervenção da primeira fase de trabalhos implicou a abertura de 17 sondagens de 6 x 2 metros cada uma (Anexo II: Figura IV.8.2). A maioria das sondagens não permitiu identificar vestígios arqueológicos, à exceção das sondagens 10, 12 e 18 que conservavam níveis arqueológicos. Tal suscitou uma alteração das opções metodológicas na segunda fase de trabalhos, que ocorreu em 2006, levando ao alargamento dessas sondagens e originando as sondagens 13, 14, 20, 21, 22 e 23. Foi, assim, sondada uma área total de 252 m². Nessa segunda fase da intervenção, os trabalhos arqueológicos incidiram sobre as zonas de maior ocorrência de vestígios, pelo que a escavação foi subdividida em duas áreas de 10 x 10 metros, correspondendo cada uma a um setor. Cada setor foi marcado com 25 quadrículas de 2 x 2 metros. Esta segunda campanha foi suspensa antes do final previsto dos trabalhos, o que poderá explicar a inexistência de desenhos de estruturas, de perfis estratigráficos e de uma planta geral do sítio.

Perante tal insuficiência do registo produzido, notam-se uma série de incoerências que dificultam a interpretação do sítio. Soma-se o facto de a escavação das áreas sondadas ter sido realizada por camadas artificiais, o que dificulta a associação entre os materiais arqueológicos recolhidos, as estruturas identificadas e as distintas fases de ocupação. As primeiras sondagens realizadas permitiram avaliar o estado de conservação do sítio, que se encontrava extremamente revolido e tinha uma reduzida potência estratigráfica, fruto de uma série de aterros efetuados em meados ou finais do século XVIII para nivelar o terreno com a finalidade de ser agricultado (CARVALHO, 2007, p. 10). O grau de revolvimento do sítio demonstrou-se pela mistura de sedimentos, bem como de materiais arqueológicos de diversas cronologias logo nas camadas superiores (Camadas 1, 2 e 3), resultantes de ações de remoção de terras para aterro. Nessas camadas surgiram materiais de cronologia romana e tardo-romana, faianças de época moderna (algumas datáveis do século XVIII) e espólios contemporâneos.

Tal como se observa no perfil estratigráfico do Anexo II: Figura IV.8.3, esses níveis de aterro correspondentes às Camadas 1, 2 e 3 cobriam seguidamente um nível de derrube (Camada 5) composto por fragmentos de *tegulae* e *imbrices*, alguns de grande dimensão, por pedras de pequena e média dimensão e elementos arquitetónicos

descontextualizados. Esta camada pressupõe uma fase de abandono do sítio e evidencia a relativa conservação dos contextos arqueológicos inferiores. O mesmo corte estratigráfico permite destringir outras duas fases de ocupação distintas: as estruturas e os níveis de ocupação de época romana alto-imperial (Camada 8) foram sucedidos por um momento de abandono, seguido da implantação de sepulturas de inumação tardo-romanas (Camada 7).

Segundo o relatório produzido após o final da intervenção, as estruturas arqueológicas identificadas foram atribuídas à existência de uma área residencial do Alto-Império cuja cronologia é calculada entre os séculos II-V d.C. (CARVALHO, 2007, p. 45). As poucas estruturas postas parcialmente a descoberto tratavam-se, na sua maioria, de muros que dividiam compartimentos de casas e caleiras de escoamento de águas residuais (Anexo II: Figura IV.8.4). Os muros detetados, de cronologia romana imperial, foram construídos com blocos de granito afeiçoados de médias dimensões, não apresentando quaisquer sinais de argamassas (CARVALHO, 2007, p. 16). Por outro lado, as caleiras foram construídas com duas paredes de pedras em granito de pequena e média dimensão e com um fundo em *tegulae* ou *imbrices* (CARVALHO, 2007, pp. 17-18). As paredes das caleiras apresentavam normalmente cunhas para o seu nivelamento, feitas em *tegulae* ou *imbrices* (Anexo II: Figura IV.8.5). Há que destacar também a Estrutura 10 como um lajeado composto por lajes de granito de pequena e média dimensão (CARVALHO, 2007, p. 18).

Outros testemunhos a salientar nesta intervenção foi o reconhecimento de um tanque e de duas sepulturas. A estrutura interpretada como tanque (Estrutura 11) ocupava uma área de 5,30 m x 4,60 m (Anexo II: Figura IV.8.6). A escavação da parede sudeste sugeriu que todas as paredes seriam construídas com blocos de granito afeiçoados de médias dimensões. É possível que a face interna do tanque teria sido revestida. Apesar da ausência dos restantes três paramentos do tanque, a sua anterior existência era assinalada pela presença de faixas de *opus signinum* sobre o chão, supostamente encostadas aos vestígios das paredes. O *opus* serviria como impermeabilizador das juntas entre as paredes e o chão, assim como de todo o recinto interior. O piso teria um primeiro nível de preparação elaborado através de pequenos seixos de quartzito bem

compactados e nivelados, sendo posteriormente coberto por *opus signinum* (CARVALHO, 2007, pp. 21-22) (Anexo II: Figura IV.8.7).

No que aos enterramentos tardo-romanos concerne, a Sepultura 1, parcialmente escavada, tinha 1.04 m de comprimento visível e 0.26 m de largura. Apresentava uma estrutura de *tegulae* justapostas, rematadas por fragmentos de *tegulae*. Por não ter sido escavada na totalidade, desconhece-se a solução aplicada ao fundo da sepultura e se o vértice das tégulas seria fechado por outra tégula. O enterramento apresentava uma orientação NE-SO (Anexo II: Figura IV.8.8).

A Sepultura 2, também parcialmente escavada, encontrava-se igualmente orientada NE-SO. Apresentava uma estrutura semelhante à anterior, com *tegulae* justapostas, mas o seu fundo era formado por uma única tégula. Tinha 0.70 m de comprimento visível e 0.40 m de largura. Face ao conhecimento pré-existente deste setor da cidade e face aos enterramentos tardios identificados pelos arqueólogos J. L. Inês Vaz e Celso Tavares da Silva em 1983 na mesma área, supõe-se que as sepulturas do Loteamento do Quintal integrassem uma necrópole de inumação de maior dimensão, provavelmente datável de finais do século III-V d.C..

A incoerência do registo arqueológico, a adoção do método de escavação por camadas artificiais, a imprecisão das camadas de proveniência dos materiais arqueológicos e a afetação dos níveis de aterro modernos e contemporâneos na sequência estratigráfica levantam dificuldades à interpretação do sítio e não coadunam para a sua atribuição cronológica. No entanto, o Loteamento do Quintal apresenta, pelo menos, cinco fases de utilização/abandono do espaço (MEIRA, 2019, pp. 435-436).

Fase I (Alto-Império): Utilização do espaço como possível local de habitação caracterizado pela presença de muros que compartimentam casas, um tanque pavimentado em *opus signinum*, sistemas de condutas de água, um piso com lajes em granito e materiais de construção romanos, como *tegulae* e *imbrices* que fariam parte da cobertura destes espaços.

Fase II (Época tardia): Abandono dos edifícios romanos provavelmente em finais do século III ou inícios do século IV, dada a presença de um nível de derrube bem

pronunciado, constituído por elementos pétreos de variadas dimensões e por fragmentos de *tegulae* e *imbrices* que desabaram da cobertura dos espaços. É provável que os edifícios tenham sido também desmantelados e que os seus materiais construtivos tenham sido reutilizados noutras construções.

Fase III (Séculos IV-V): Implantação de uma necrópole. Perante a perda da função original do sítio como local de habitação, o espaço adquire um novo significado através da dispersão de sepulturas de inumação. Apenas foram escavadas parcialmente duas sepulturas que poderão ter reaproveitado materiais de construção resultantes do desmantelamento dos edifícios romanos e que podem ter pertencido a uma necrópole de maiores dimensões.

Fase IV (Momento de cronologia incerta): Dá-se o abandono do local num momento posterior à *Fase III*, cuja cronologia não é de fácil discernimento. O hiato temporal entre a utilização do espaço como necrópole e o momento de ocupação que se segue – de aterro e regularização do solo – pressupõe um período de longa inatividade do local, desconhecendo-se através do registo arqueológico qualquer atividade que se tenha desenvolvido no sítio.

Fase V (Meados ou finais do século XVIII): Aterro moderno/contemporâneo para nivelção e consequente exploração agrícola do solo.

Em 2013, no âmbito do projeto *EICAM*, foram realizadas prospeções geofísicas não destrutivas em torno da Igreja de São Miguel de Fetal pela empresa Gipsia, pelo que uma das áreas prospetadas incidiu sobre o terreno do Loteamento do Quintal (Anexo II: Figura IV.8.9). Tal deveu-se não só à sua proximidade imediata, mas também devido ao conhecimento arqueológico prévio que se tinha daquela área, nomeadamente quanto à sua utilização como local de enterramentos. O objetivo desta intervenção foi, então, o de avaliar o potencial arqueológico daquela área, localizar e/ou caracterizar possíveis estruturas, anomalias ou zonas inertes do ponto de vista arqueológico (LÓPEZ JIMÉNEZ e RUIZ BRAVO, 2013, p. 3).

A prospeção geofísica pôde determinar a existência de uma zona, situada na parte norte, centro e ocidental, com potencial arqueológico mais difuso correspondente à camada

mais superficial do terreno, na qual a resposta eletromagnética indicou pouca coerência das estruturas, que se revelaram mais como manchas do que como alinhamentos (Anexo II: Figura IV.8.10). Tratava-se, por isso, de uma zona onde os restos arqueológicos já se encontravam muito destruídos ou que se misturavam com fortes alterações vegetais e hídricas (LÓPEZ JIMÉNEZ e RUIZ BRAVO, 2013, p. 18). A área mais a oriente determinou-se como uma zona de menor ocorrência de anomalias. Os registos geofísicos revelaram que o surgimento de eventuais estruturas arqueológicas deve ocorrer entre os 2.50 e os 3.50 metros de profundidade, em média, e que elas aparecem representadas de forma irregular mas contínua (LÓPEZ JIMÉNEZ e RUIZ BRAVO, 2013, p. 18) (Anexo II: Figura IV.8.11). A intervenção por eletromagnetismo também detetou movimentações consideráveis no terreno, o que sugeriu à equipa de trabalho que provavelmente os vestígios arqueológicos se encontram já muito revolvidos (LÓPEZ JIMÉNEZ e RUIZ BRAVO, 2013, p. 18). Além disso, os mapas gerados pelos trabalhos de prospeção indicaram zonas de colapso de estruturas sobre si mesmas e, portanto, de fortes derrubes a cobrir os níveis arqueológicos mais profundos. Comprovou-se assim que o terreno que integra o Loteamento do Quintal é uma área com potencial arqueológico, mas que o mesmo se encontra em zonas mais profundas, afetado pelo derrube de materiais de construção e eventualmente alterado por combustão (LÓPEZ JIMÉNEZ e RUIZ BRAVO, 2013, p. 19).

Teve-se oportunidade de realizar uma análise preliminar ao espólio arqueológico proveniente da escavação de 2005-2006, tendo-se em vista uma caracterização básica das produções cerâmicas, a determinação em termos funcionais do contexto arqueológico e, quando possível, a identificação de centros de produção. A coleção artefactual do sítio do Quintal é composta exclusivamente por espólio cerâmico, sendo constituída por um total de 1921 fragmentos, entre os quais 525 bordos, 413 fundos, 117 asas ou arranques de asas, 833 bojos e 33 outros elementos, como 25 testos, cinco marcas de jogo, um peso e dois possíveis fragmentos de assador. Uma série de fatores jogaram desfavoravelmente na recuperação de peças de perfil completo, nomeadamente o alto grau de fragmentação da coleção, a erosão dos materiais arqueológicos e a acidez dos solos graníticos que não permite a preservação de engobes

ou vernizes e, por esse motivo, de correlacionar fragmentos ou melhor identificar certas produções, nomeadamente as *Terra Sigillatas*.

A observação dos espólios permitiu aferir que se trata de um conjunto artefactual muito diversificado, correspondendo essencialmente a produções de cerâmica comum e, em menor número, de *Terra Sigillata*. São maioritariamente peças de servir à mesa, de armazenamento, de cozinha e contentores de líquidos. Foi apurado um NMR de 105, o que resulta do alto nível de fragmentação da coleção e da consequente impossibilidade de correlacionar fragmentos. De referir que o NMR obtido inclui fragmentos de diversas cronologias, incluindo moderna e contemporânea, pelo que, excluídos aqueles correspondentes a épocas mais recentes, este NMR vê-se reduzido a 81. Este número de peças individualizadas corresponde, claro, a um número inferior à real quantidade de peças existentes no registo arqueológico.

Quanto às formas observadas, os potes/panelas são o tipo de recipiente mais frequente na coleção do Loteamento do Quintal, com cerca de 52% dos exemplares. Trata-se, na sua maioria, de recipientes de bordo exvertido, colo estrangulado e cujo diâmetro máximo do bojo é superior ao diâmetro da boca. Todos os fragmentos de potes denunciam montagens a torno e cozeduras, quer em ambiente redutor, quer em ambiente oxidante, ou combinando mais do que um tipo de cozedura. A grande representatividade desta forma fica a dever-se ao facto de se tratar de uma peça polifuncional, podendo ser utilizada como contentor de armazenamento de alimentos cozinhados ou crus, sólidos (cereais, por exemplo) ou líquidos (água, azeite, entre outros) e, ocasionalmente, como recipiente para a confeção de alimentos, como sugerem as marcas de fogo detetadas em alguns fragmentos desta forma. As dimensões das diferentes peças permitem colocar algumas hipóteses acerca da sua função, já que os potes/panelas de maior tamanho não seriam tão bem manuseáveis na confeção diária de refeições. A utilização dos potes/panelas como recipientes de preparação de alimentos sugere o consumo de refeições à base de cozidos e estufados (SOUZA, 2016, p. 51).

Depois dos potes/panelas, as taças são as formas mais frequentes nesta coleção (cerca de 26%). São maioritariamente peças de bordo direito e cujo diâmetro máximo do bojo

é igual ou superior ao diâmetro do bocal. As taças são também formas associadas a várias funções, nomeadamente como recipientes de servir à mesa e de cozinha para preparação de alimentos. Os seus bordos têm morfologias redondas, biseladas ou quadrangulares. Todos os fragmentos desta tipologia denunciam peças montadas a torno e cozidas em ambiente redutor, oxidante ou misto. A presença de decoração é muito residual em toda a coleção, sendo que nas taças os motivos decorativos ficam limitados a pintura a branco, decoração plástica, linhas incisas em ziguezague ou combinações de linhas direitas e em ziguezague, pelo que estas últimas surgem combinadas essencialmente sob a superfície de bordos em aba.

No grupo das formas fechadas, os jarros teriam como função transportar, servir e/ou conter líquidos. Todos os jarros presentes nesta coleção (cerca de 6%), montados a torno, apresentam pastas cujas tonalidades sugerem a sua cozedura em ambiente oxidante. A decoração dos jarros limita-se a pintura a branco nas zonas do colo e do bojo, bem como linhas incisas direitas no colo e no bojo. Estas peças possuem colos cilíndricos estreitos e bordos redondos ou biselados orientados para o exterior da peça, um dos quais de configuração trilobada. Apenas alguns apresentam vestígios do arranque da asa, sendo estes orientados verticalmente em relação à peça e de secção retangular ou ovalada. O alto grau de fragmentação desta coleção não permite reconstituir totalmente as formas destes jarros; ainda assim, supõe-se que este tipo de peças apresentasse fundos planos e corpos globulares ou piriformes.

Outra tipologia que pertence às formas abertas é os pratos. A presença desta forma, ainda que em menor representação do que as anteriormente referidas (cerca de 5%), associa-se eventualmente a séries de *Terra Sigillata*. No entanto, uma vez que se tratam de materiais arqueológicos muito rolados e dada a acidez dos solos graníticos que não permite conservar os seus típicos engobes, a sua classificação é muito limitada. A pouca representação de pratos no repertório cerâmico também coloca a hipótese a existência de recipientes do mesmo tipo em madeira ou cortiça e cuja perecibilidade não permitiu a sua conservação no registo arqueológico (TENTE, 2010, p. 400). Apesar disso, a presença deste tipo de loiça de servir à mesa sugere o consumo de refeições de forma individual. Todos os pratos foram montados a torno, ora cozidos em ambiente oxidante, ora em ambiente redutor-oxidante. A maioria das peças apresentam bordos redondos

ou biselados orientados para o exterior e somente um fragmento se encontra decorado, ostentando uma linha incisa simples. Apenas foi possível associar um fundo de pé anelar a uma tipologia de prato Drag. 15 ou 17, uma TSH produzida em La Rioja.

Outra das formas com menor representação nesta coleção é os *dollia*/talhas (cerca de 5%). São, na sua maioria, peças de colo estrangulado e cujo diâmetro máximo do bojo é superior ao diâmetro do bocal. Os bordos que caracterizam as talhas observadas possuem configurações redondas ou quadrangulares, encontrando-se orientados para o exterior da peça. Os fragmentos de talha denunciam montagens a torno e cozeduras, quer em ambiente oxidante, quer em ambiente redutor ou redutor-oxidante. Nenhum dos fragmentos exibia qualquer tipo de decoração.

Por fim, a fechar as formas com menor representação no NMR está um fragmento de almofariz, cuja função primordial era a de moer pequenas quantidades de alimentos. São normalmente formas abertas de paredes grossas nas quais se coloca o produto a ser moído utilizando um pilão. A peça em questão apresenta um bordo espessado e cozedura em ambiente oxidante, não se verificando vestígios de decoração.

O espólio evidencia inequivocamente o carácter doméstico do contexto arqueológico, sugerido igualmente pela presença de cinco marcas de jogo e um peso de tear.

A análise macroscópica da coleção permitiu observar a predominância do torno como tecnologia de produção cerâmica, registando-se somente o caso de um jarro cujo bordo pode ter sido modelado manualmente dada a sua configuração trilobada. No que respeita aos elementos não-plásticos empregues (ENP) no fabrico das peças, verifica-se que a presença de micas e quartzos em todos os fragmentos analisados, assim como de feldspatos. Grande parte do conjunto apresenta uma densidade média de ENP's, observando-se apenas 17 casos em que se nota uma concentração fraca (21% do NMR) e três com uma concentração abundante (4% do NMR). As peças que apresentam uma densidade média a baixa têm ENP's de menor dimensão, variando entre <1 mm e >3 mm, pelo que aquelas que apresentam uma densidade mais elevada têm desengordurantes de maior dimensão, entre os 3 e 5 mm.

Atendendo aos tipos de cozedura, cerca de 73% dos recipientes reconhecidos apresentam cozeduras em ambiente oxidante, 16% em ambiente redutor e cerca de 10% apresentam cozeduras mistas, sendo que três peças têm cozeduras oxidantes-redutoras, cinco têm cozeduras redutoras-oxidantes e uma apresenta cozedura oxidante-redutora-oxidante. Pelo reduzido número de peças cozidas em ambientes mistos, supõe-se que essas cozeduras não tenham sido deliberadas, uma vez que a cozedura de algumas peças não apresenta linhas divisórias bem definidas. Tal facto pode dever-se ao não controlo da entrada de oxigénio no interior dos fornos. Registam-se assim uma grande diversidade de colorações nas pastas das peças. Os recipientes cozidos em ambiente oxidante ostentam tonalidades entre o laranja, vermelho, bege, castanho e o rosado. Por outro lado, os recipientes cozidos em ambiente redutor possuem tons que variam entre o cinzento, o negro e o esbranquiçado.

As técnicas decorativas são também bastante variadas, pelo que existe uma maior representação de motivos incisos (linhas direitas e em zig-zague) que foram combinados com outras técnicas decorativas, seguindo-se os cordões plásticos, as caneluras e a pintura (a branco, preto e/ou vermelho). Verificou-se que cerca de 11% das peças exibiam algum tipo de decoração (MEIRA, 2019, p. 432: Tabela 1). As talhas e os potes/panelas foram as formas em que não foram identificados quaisquer vestígios de decoração, enquanto as taças são os recipientes que foram mais profusamente decorados. É de salientar que todos os motivos decorativos surgem na face externa dos recipientes e que a maioria foi realizada no bordo ou no bojo das peças.

No conjunto artefactual do Loteamento do Quintal constam fragmentos de *Terra Sigillata* alto-imperial produzida na Hispânia entre os séculos I e II nas oficinas de Andújar e La Rioja. Entre os fragmentos classificáveis foram reconhecidos um bordo de Drag. 27 de perfil clássico; bojos de Drag. 29 ou 37 estilo círculos e estilo métopas; um bordo de Drag. 24/25; bojos de Drag. 37 estilo círculos; um fundo de Drag. 15/17; e um bojo de perfil avançado de Drag. 27 (FERNÁNDEZ GARCÍA e ROCA ROUMENS, 2008, p. 307-332). Ambos os centros produtores encontram grande parte da sua inspiração em exemplos sudgálicos, quer no repertório de formas lisas clássicas, quer nas decorações realizadas a molde de motivos circulares ou de grinaldas dispostas em métopas.

Constam também fragmentos de TSAf datados entre os séculos II e V que demonstram o início de uma corrente comercial preponderante que se difundiu a partir do Norte de África para toda a bacia do Mediterrâneo durante o período imperial e a Antiguidade Tardia. Entre os fragmentos classificáveis foram reconhecidos um bordo de TSAf A2 da forma Hayes 27/Lamboglia 9a 2, datado entre 160 d.C. e 220 d.C.; um bordo de TSAf C2/C3 da forma Hayes 50B (350-400 d.C.); um bordo de TSAf C3 com relevos aplicados da forma Hayes 52B (280/300 - inícios do século V); um bordo de TSAf D1 da forma Hayes 61A (325-400/420 d.C.); e um fundo de TSAf D1 do Estilo A(ii) (350-420 d.C.) (HAYES, 1972).

Nesta época, estes produtos africanos concorriam com as produções tardias de TSHT. Tal como as *Terra Sigillatas* hispânicas imperiais, as que se produziram a partir do século IV revelam grande inspiração nas cerâmicas africanas e gálicas mais tardias, mas denotam uma simplificação do processo produtivo e o surgimento de novas séries tipológicas e novos tipos de decoração (CARNEIRO e SEPÚLVEDA, 2004, p. 444). Destas produções tardias de TSHT foi possível reconhecer imitações de formas africanas, como um bordo Palol 3 datado do século IV d.C. produzido nas oficinas de La Rioja e que imita um prato de TSAf C da forma Hayes 45 (PALOL e CORTÉS, 1974). Também é de particular relevância a presença de bojos decorados Estilo I e Estilo II de Mayet datados de finais do século IV e do século V respetivamente (MAYET, 1984) e produzidos nas oficinas que nesta altura se estabeleceram na bacia do Rio Douro, o que supõe que esta seria uma via privilegiada para executar o abastecimento até ao consumidor (CARNEIRO e SEPÚLVEDA, 2004, p. 444).

A coleção cerâmica do Loteamento do Quintal inclui também produções de IEV e de CIS. De entre os fragmentos passíveis de classificação destes tipos de produções reconheceram-se dois bordos de IEV que imitam a forma 181 de Hayes; um bordo de IEV que reproduz a forma Hayes 61; e ainda um fundo e um bordo de CIS que imitam a forma 70 de Hayes (HAYES, 1972).

Os resultados deste sítio arqueológico evidenciam, não só o carácter doméstico do contexto arqueológico, mas também que as rotas comerciais romanas que abasteciam Viseu estiveram ativas, pelo menos até ao século V. A partir de então, e após o fim do

Império Romano na Península Ibérica, verifica-se um progressivo abandono destas rotas, o qual deriva, em nosso entender, do novo panorama sociopolítico instalado a partir de 409 (MEIRA, 2019, pp. 434-435). A sequência ocupacional observada nesta intervenção arqueológica é sintomática do que se observa noutras cidades hispânicas a partir do século III d.C., especialmente nos seus subúrbios. Ao mesmo tempo que se desenvolve uma desarticulação da cidade clássica romana (GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, 2017), constata-se igualmente a progressiva cristianização da topografia urbana, a qual passa primeiramente pela disseminação de sepulturas pós-romanas em necrópoles suburbanas alto-imperiais, assim como sobre antigos edifícios romanos abandonados e/ou em ruínas. Posteriormente esses enterramentos formaram áreas de necrópole de relativa dimensão, privilegiando a sua implantação junto a edifícios de culto martirial (CHAVARRÍA, 2010, p. 439), o que os torna, durante a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média, verdadeiros polos de atração religiosos, cultuais e funerários, ainda que localizados fora de muralhas e, portanto, em contexto suburbano.

4.9. Igreja de São Miguel de Fetal

A Igreja de São Miguel de Fetal localiza-se no setor oriental da cidade, adjacente à Rua Simões Dias, numa área periférica do atual núcleo urbano, conhecida na Idade Média como Couto da Regueira (Anexo II: Figura IV.9.1). As primeiras menções documentais ao local surgem nas Crónicas de Afonso III onde o rei asturiano relata que durante a conquista de Viseu, na década de 870 ou 880 d.C., presenciou a sepultura de Rodrigo, o último rei visigodo, numa igreja suburbana da cidade (TENTE e ALVES, 2017, p. 72; TENTE et al, 2018, p. 83).

De Ruderico uero rege, cuiús iam mentionem fecimus non certam cognouimus causam interitus eius. Rudis manque nostris temporibus, cum Viseo et suburbia eius iussu nostro essente populata, in quadam ibi basilica monumentum inuentum est ubi desuper epithaphion huiusmodi est conscriotum: «his requiescit Rudericus, ultimo rex Gotorum». Set redeamus ad tempus quo Sarracebi Hispaniam sunt adgressi.

De Rodrigo, verdadeiro rei, de que já fizemos menção, não se sabe ao certo da sua morte. No nosso rude tempo, quando a cidade de Viseu e seus subúrbios eram povoados por nós, há uma basílica onde há uma

sepultura que tem um epitáfio que diz: “Aqui descansa Rodrigo, o último rei visigodo”. (ESTÈVEZ SOLA, 2003, p. 96)

Apesar de as crónicas asturianas não fazerem qualquer alusão ao orago do edifício de culto onde foi encontrado o túmulo de Rodrigo, o que é certo é que ainda hoje há uma lápide no interior da Igreja de São Miguel que faz referência ao seu enterramento no local e, por tal, a tradição histórica mantém-se viva nos dias de hoje (Anexo II: Figura IV.9.2). Na verdade, a historiografia local sempre encontrou algum fundamento nas crónicas de Botelho Pereira e Maximiniano de Aragão que localizavam a sepultura de Rodrigo em São Miguel de Fetal. O segundo autor defendia que, após a derrota do último rei visigodo na Batalha de Guadalete às mãos dos invasores muçulmanos, Rodrigo procurou refúgio no ermitério de São Miguel onde viveu na companhia de um ermita que o cronista acreditava ser o último bispo viseense da monarquia visigoda, Teodofredo (ARAGÃO, 1894-1895, pp. 109-111). Contribuindo para esta narrativa, Botelho Pereira acrescentou que, durante o episcopado de D. Jorge de Ataíde, no século XVII, foi ordenada a transladação dos restos mortais do rei Rodrigo para a Sé Catedral (ARAGÃO, 1894-1895, p. 124).

A primeira referência específica à Igreja de São Miguel é conhecida através da *Vita Sancti Theotonii*, redigida em redor de 1162. O documento narra a vida de São Teotónio, nomeadamente a sua ordenação como Prior da Sé de Viseu em 1110. No âmbito do seu cargo, *Vita Sancti Theotonii* dá a conhecer que todas as sextas-feiras São Teotónio proferia a “*missa por todos os fiéis defuntos na igreja de São Miguel Arcanjo, que ficava fora das muralhas no cemitério da cidade*” (NASCIMENTO, 2013, p. 103). A localização suburbana da igreja expressa, tanto nas Crónicas de Afonso III, como na hagiografia do santo padroeiro de Viseu, faz pensar tratar-se do mesmo edifício religioso e que a igreja mencionada no século IX tivesse sido construída no período suevo-visigodo (TENTE e ALVES, 2017, p. 72; TENTE et al, 2018, p. 97).

Do ponto de vista arqueológico, a Igreja de São Miguel de Fetal é indissociável dos vestígios identificados no sítio do Loteamento do Quintal devido à proximidade imediata entre os dois. Em época tardia, a área onde se localizam situava-se fora das muralhas, nas imediações de uma das portas da cidade, onde existiria uma necrópole romana e

tardo-romana. Atualmente, a Igreja de São Miguel de Fetal e o Loteamento do Quintal encontram-se apenas separados pela Rua Simões Dias, pelo que é inevitável que ambos partilhem informação arqueológico-historiográfica. Referimo-nos à recolha de inscrições funerárias feita por Manoel Botelho Pereira no século XVII na área envolvente de São Miguel; à identificação por José Coelho de vários tipos de sepulturas em redor de São Miguel; e à escavação arqueológica de 1983, realizada por J. L. Inês Vaz e Celso Tavares da Silva, aquando da construção do troço da circunvalação entre as rotundas da Rua 5 de Outubro e a do Fontelo.

O primeiro achado que está indubitavelmente relacionado com a necrópole romana que se situava à saída da porta oriental da cidade, que dava acesso ao *decumanus maximus*, é um sarcófago de mármore descoberto na Quinta de São Miguel, onde ainda hoje se encontra. No interior do sarcófago foram identificados restos de um esqueleto e moedas (VAZ, 2009, p. 179). A sua descoberta foi proporcionada pela abertura da estrada Viseu-Mangualde e cuja notícia foi dada a conhecer no jornal *O Viriato* em 1886 (VAZ, 2009, pp. 178-179). No que respeita às inscrições funerárias recuperadas, duas delas foram estudadas por J. L. Inês Vaz na sua tese de doutoramento. Uma delas terá sido recolhida numa obra de demolição de uma parede da sacristia da Igreja de São Miguel e cujo modelo epigráfico a enquadra cronologicamente no século II d.C. (VAZ, 1997, p. 266):

*D(iis) · M(anibus) · S(acrum) / SVNVAE / BOVCI(I) · (filiae) / AN(norum) XL (undecim) /
AMOENA / MATRI · PIENTISSIMAE / ET ALBINIANVS · G(ener) F(aciendum) ·
C(uraverunt)*

“Consagrado aos deuses Manes. A Súnua, filha de Búcio, de quarenta anos de idade. Amoena e o genro Albiniano consagraram à mãe, modelo de piedade”

Uma outra inscrição funerária muito fraturada foi recuperada, segundo Botelho Pereira, na esquina da Igreja, junto à sacristia (1955, p. 128). J. L. Inês Vaz fez a sua leitura a partir da transcrição de Botelho Pereira (VAZ, 1997, pp. 243-244):

*[...] INTILI F(ilius vel a) AN(norum) / [...] CADI (i) F(ilius vel a) A(nnorum) XX / [...] ET
CICERO / I. SORORI / F(aciendum) C(uravit vel uraverunt)*

“...filho ou filha de...anos,... filho ou filha de Cado, de 20 anos...e Cícero,..., à irmã tratou de fazer (ou trataram de fazer).”

Não obstante a importância dos relatos feitos desde o século XVII, a escavação arqueológica de 1983 confirmou cientificamente a existência de uma necrópole tardia (VAZ, 2000, p. 45).

A intervenção arqueológica iniciou-se pela abertura de sondagens cuja localização pretendia abranger a maior parte do terreno que iria ser afetado pela movimentação de maquinaria (SILVA e VAZ, 1983, p. 2). A parcela de terreno implicada nas obras de alargamento da estrada da circulação situava-se entre a Casa de Saúde de São Mateus e a Quinta de São Miguel. Foram abertas três sondagens escavadas através de planos artificiais de 10 a 15 cm, sendo que Plano 1 de todas elas correspondeu ao nível exposto pelas máquinas (Anexo II: Figura IV.9.3). Além disso, a intervenção também incluiu a limpeza de 10 metros de um perfil gerado mecanicamente, cuja ação permitiu identificar alguns fragmentos cerâmicos e um muro sem qualquer relação com outras estruturas arqueológicas ou com a necrópole (SILVA e VAZ, 1983, p. 2) (Anexo II: Figura IV.9.4). J. L. Inês Vaz e Celso Tavares da Silva aventaram que este muro talvez pudesse estar relacionado com um possível adro ou com uma primitiva capela visigoda em São Miguel (SILVA e VAZ, 1983, pp. 2 e 4), atribuindo-lhe uma cronologia alto-medieval (Anexo II: Figuras IV.9.5 e IV.9.6).

A Sondagem 1, com 5 x 2 metros, apenas revelou alguns fragmentos de *tegulae* nos Planos 2 e 3, sem qualquer conexão, pelo que não se verificaram vestígios de maior relevância até atingir o saibro rochoso (SILVA e VAZ, 1983, p. 2). Na Sondagem 2, inicialmente com 4 x 2 metros, o Plano 2 apresentava uma zona de terras amarelas soltas, a qual levou os arqueólogos a suspeitar da sua composição antrópica e a alargar a área sondada, originando a Sondagem 3 (Anexo II: Figura IV.9.7). As mesmas terras amarelas soltas surgiram no Plano 3 dessa nova sondagem de forma mais circunscrita, sugerindo a existência de um covacho aberto no substrato rochoso. Pôs-se então a descoberto uma sepultura construída com materiais de construção romanos, já fragmentados, mas passíveis de reconstituição (SILVA e VAZ, 1983, p. 3) (Anexo II: Figura IV.9.8).

O sepulcro, destinado a receber uma inumação, foi implantado no saibro rochoso e apresentava paredes e cobertura em *tegulae*, tendo como fundo o próprio saibro. Tinha

uma forma sensivelmente trapezoidal com cerca de 1.90 m de comprimento, entre 0.52 a 0.80 cm de largura e entre 0.18 a 0.32 cm de profundidade. O seu interior encontrava-se vazio de espólios e de restos osteológicos (SILVA e VAZ, 1983, p. 3) (Anexo II: Figuras IV.9.9, IV.9.10 e IV.9.11). Um elemento que despertou a curiosidade de J. L. Inês Vaz e de Celso Tavares da Silva foi o facto de existir uma pequena cova com tégulas a sobrelevar a cabeceira da sepultura e cujo interior continha carvões. Isto levou-os a considerar a possibilidade de se tratar de um altar onde se fariam libações em homenagem ao defunto (SILVA e VAZ, 1983, p. 3).

Além dos fragmentos cerâmicos recolhidos na limpeza do perfil feito mecanicamente e das *tegulae* e *imbrices* que constituíam a sepultura escavada, não foi recuperado qualquer outro espólio. A cronologia desta necrópole foi atribuída com base na estrutura, na ausência de mobiliário funerário e no ritual de inumação da sepultura escavada, tratando-se por isso de uma necrópole tardia (SILVA e VAZ, 1983, p. 4). J. L. Inês Vaz considerou ainda que este devia tratar-se do principal local de enterramento da cidade de Viseu dado os vários tipos de sepulturas identificadas, a longa utilização desta necrópole até ao século XIX e a extensão da área em que foram descobertos túmulos (VAZ, 1997, p. 356). Foi do entendimento de Jorge de Alarcão que as inscrições funerárias recolhidas em São Miguel e no seu entorno demonstravam a origem romana desta necrópole no século I d.C. e que aí se teria localizado “um dos templos cristãos mais antigos da cidade” (ALARCÃO, 1989, p. 24).

Um dos sítios arqueológicos que foi alvo de investigação na cidade de Viseu no âmbito de projeto EICAM foi a Igreja de São Miguel de Fetal, onde se realizaram duas campanhas de escavação arqueológica em 2013 e 2014.

A investigação arqueológica em São Miguel iniciou-se com a realização de trabalhos de levantamento topográfico pela empresa de arqueologia Arqueohoje e de prospeção geofísica pela empresa Gipsia, no mesmo âmbito com que tinham sido feitos no Loteamento do Quintal (Anexo II: Figuras IV.9.12 e IV.9.13). O objetivo era o de avaliar o potencial arqueológico da área em redor da igreja e no seu interior, reconhecida pela abundância de vestígios arqueológicos de carácter funerário; e de localizar e/ou caracterizar possíveis estruturas, anomalias ou zonas inertes do ponto de vista

arqueológico (LÓPEZ JIMÉNEZ e RUIZ BRAVO, 2013, p. 3). Para isso foi aplicada uma combinação de deteção eletromagnética (EM) no exterior da igreja e de radar (GPR) no interior do edifício e à entrada (LÓPEZ JIMÉNEZ e RUIZ BRAVO, 2013, p. 20). No exterior da igreja, a prospeção geofísica não obteve uma acumulação de pontos anómalos bem definida, mas sim várias manchas de anomalias dentro das quais se verificaram grandes concentrações. Com a escavação, essas concentrações vieram posteriormente a corresponder a zonas onde se identificaram mais estruturas no Setor II (LÓPEZ JIMÉNEZ e RUIZ BRAVO, 2013, p. 60). Por outro lado, no interior da atual igreja houve sérias dificuldades em obter reflexões provenientes do subsolo devido à presença de uma grande concentração de humidade. Apesar da difícil propagação do sinal eletromagnético, uma das imagens que se obteve através de GPR foi a deteção de uma acumulação de água nas fundações da igreja (LÓPEZ JIMÉNEZ e RUIZ BRAVO, 2013, p. 50). A concentração de humidade no interior do edifício deve-se ao encharcamento do subsolo, o qual é causado pela passagem de uma linha de água sazonal (TENTE et al, 2018, p. 85) (Anexo II: Figura IV.9.14).

Esta trata-se de uma prova científica que explica a utilização do topónimo *Regueira* em época medieval para aquela área da cidade. Orlando Ribeiro considerava que este nome se devia à afluência de águas intermitentes que provinham de um pequeno ribeiro ou fontanário (RIBEIRO, 1971a, p. 224). Esta linha de água tinha a sua nascente na base da encosta virada a norte entre o bairro do Cerrado e a Igreja do Carmo, seguindo o seu curso paralelo à Rua João Mentos até chegar à Rua da Regueira, onde ficava depositada. A estagnação de águas, a confluência dos esgotos da cidade naquele local e a acumulação dos resíduos urbanos deveram-lhe o nome de “rio merdeiro” em época moderna. No século XVIII, este afluente ainda corria até ao Rio Pavia, mas aparecia então designado como “Rio do Bom Nome” (VAZ, 1997, p. 338). À semelhança do que a prospeção geofísica detetou no interior da Igreja de São Miguel, J. L. Inês Vaz chegou a referir que nas obras de alguns edifícios, como o Teatro Viriato e o antigo Centro comercial Trevo Quatro, situados portanto ao longo desta linha de água, era frequente aparecer água abundante nos alicerces das construções (VAZ, 1997, p. 339).

A escavação arqueológica que sucedeu os trabalhos de prospeção começou em 2013 sob a direção dos arqueólogos Catarina Tente e Adriaan De Man. As áreas a

intervencionar foram ditadas pelos resultados obtidos com a prospeção, tendo como base áreas com maior concentração de anomalias. Definiram-se dois setores de escavação: o Setor I foi marcado em frente à fachada principal da igreja, onde se tinham detetado estruturas lineares em frente à escadaria de acesso à igreja; e o Setor II foi implantado na lateral norte do edifício. No Setor I foi inicialmente aberta uma sondagem de 4 x 4 m, alargada posteriormente para 52 m², e no Setor II foram abertos 24 m² através de quadrículas de 1 x 1 m (TENTE e DE MAN, 2014, p. 2).

Nos dois setores, as camadas arqueológicas registadas encontravam-se profundamente alteradas pela construção da igreja dedicada a São Miguel que ainda hoje existe, cuja primeira pedra foi lançada em 1736 ou 1737 (TENTE e ALVES, 2017, p. 83). A construção de uma nova igreja foi justificada pelo estado de ruína da anterior e cujas reparações seriam imensuráveis. A descrição deixada por Frei Bernardo de Brito, no século XVI, já referia que a igreja *“era pequena e de uma muito antiga construção, especialmente a cancela perto da qual havia duas celas, uma em cada lado, estreita e escura, não havendo mais luz do que aquela que entrava por uma pequena abertura no lado Este”* (ARAGÃO, 1894-1895, p. 122). Assim, a Diocese de Viseu encomendou a empreitada em 1736, tendo-se erguido a nova igreja mais ou menos no local da anterior e aproveitando pedras do antigo templo que então terá sido completamente desmantelado. No dia 8 de janeiro de 1740, a nova igreja de São Miguel de Fetal foi consagrada (TENTE e ALVES, 2017, p. 84).

Os níveis de destruição detetados no Setor II resultaram das obras de remoção, escavação e movimentação de solos aquando da construção da atual igreja. Em grande parte do Setor II, esses níveis de perturbação – correspondentes à UE [2] - afetaram o cemitério de época tardo-medieval/moderna que rodeava o edifício religioso (TENTE e DE MAN, 2014, p. 7) (Anexo II: Figuras IV.9.15 e IV.9.16). Aliás, os restos osteológicos recuperados em nove fossas sepulcrais - designadas S1, S2, S3, S4, S5, S6, S7, S8 e S9 - não permitiram a criação do perfil biológico completo da população em causa devido ao estado fragmentário e frágil dos espólios ósseos (TENTE et al, 2018, pp. 95-96).

No Setor I, nos níveis de perturbação causados pela construção da igreja atual, no século XVIII, foi identificado um muro de contenção e de nivelamento de terras,

correspondente à UE [7]. Esse muro, construído com material pétreo da antiga igreja, provavelmente de época medieval, foi feito antes da construção dos alicerces da igreja moderna (TENTE e DE MAN, 2014, p. 7) (Anexo II: Figuras IV.9.17 e IV.9.18). Outros muros pertencentes às fundações do templo medieval foram identificados numa área mais afastada da atual igreja, um dos quais estava embasado com uma fileira de pedras de grandes dimensões – a UE [9]. O seu modelo construtivo permitiu a Catarina Tente presumir uma cronologia alto-medieval (TENTE, 2015, p. 5).

No mesmo setor foi também identificada uma sepultura – a S10 – que aparentava ser mais antiga do que as que foram identificadas no Setor II. Apresentava uma estrutura pétreo de materiais romanos reutilizados – a UE [35] -, nomeadamente uma cornija e três silhares almofadados (Anexo II: Figura IV.9.19). O fundo da sepultura era revestido por duas *tegulae* inteiras, uma delas com marca de oleiro, e a zona da cabeceira encontrava-se demarcada por uma *tegula* partida, afeiçoada para ter uma forma arredondada (TENTE e DE MAN, 2014, p. 4; TENTE et al, 2018, p. 95) (Anexo II: Figuras IV.9.20 e IV.9.21). No seu interior, correspondente às UE [34] e [44], foram recolhidos fragmentos ósseos, um alfinete (possivelmente de sudário) e um fragmento de uma conta de vidro. A sepultura foi construída sobre uma camada de terras que continha um pequeno fragmento de *Terra Sigillata*, não classificável devido ao seu pobre estado de conservação. Não obstante, os arqueólogos consideraram que este nível arqueológico teria provavelmente uma cronologia tardo-romana e que, por isso, a sepultura seria posterior a esse momento (TENTE et al, 2018, p. 88). Além disso, esta sepultura parece estar relacionada com um piso lajeado cuidadosamente colocado em toda a volta (UE [41]) e com o arranque de um muro em arco de volta perfeita, aparentando tratar-se de uma abside (UE [38]) (TENTE e DE MAN, 2014, p. 8) (Anexo II: Figura IV.9.22). Ainda que os arqueólogos tenham conjecturado uma cronologia tardo-antiga para a sepultura e para o edifício que a integrava, os mesmos também admitiram que a escassez de vestígios não lhes permitiu sustentar uma datação mais concreta (TENTE et al, 2018, p. 88).

Esta sepultura, de carácter excecional, foi integrada nas fundações de um edifício religioso posterior, do qual apenas restavam os seus alicerces (Anexo II: Figura IV.9.23). O edifício deve corresponder à igreja que se desmantelou para se construir o templo do

século XVIII e que esteve em atividade em época tardo-medieval e moderna. Foi detetada a necrópole associada a essa igreja medieval, tratando-se sobretudo de restos humanos em posição secundária (TENTE et al, 2018, p. 88).

Na campanha de escavação realizada no ano seguinte, em 2014, sob a direção de Catarina Tente, optou-se por alargar a área escavada do Setor I, nos sentidos oeste e sul (Anexo II: Figura IV.9.24). Tal opção deveu-se à expectativa de que, na zona mais afastada da atual igreja, fosse possível recuperar registos estratigráficos melhor conservados e obter a planta das estruturas anteriormente identificadas. Com o foco em apurar as fases de construção e de desmantelamento do edifício religioso existente em época medieval, foram abertos 46 m² adicionais ao Setor I (TENTE, 2015, p. 2). Foram ainda feitas mais duas sondagens no mesmo setor de modo a discernir o estado de preservação dos níveis estratigráficos até ao substrato granítico. Essas sondagens revelaram-se infrutíferas, uma vez que a camada correspondente ao enchimento de terras revoltas resultantes da destruição/desmantelamento do edifício medieval – a UE [51] – desenvolvia-se em profundidade e sobrepunha o substrato rochoso (TENTE, 2015, pp. 2-3). Foi também aberto o Setor III, no lado sul da atual igreja, para verificar a possibilidade de existirem estruturas ou níveis arqueológicos conservados. No entanto, à semelhança das duas sondagens adicionais do Setor I, estas revelaram uma sequência básica até ao substrato geológico (TENTE, 2015, p. 4) (Anexo II: Figura IV.9.25).

O alargamento do Setor I pôs a descoberto a sepultura S11, cuja estrutura pétrea (UE [54]) estava apenas conservada dos lados sudeste e noroeste e não possuía já qualquer cobertura, nem os elementos pétreos da cabeceira e dos pés. Este enterramento encontrava-se dentro do edifício e disposto paralelamente à parede norte do edifício. Do interior da sepultura S11 – UE's [53] e [53a] - apenas se exumaram lascas de osso (TENTE, 2015, p. 4) (Anexo II: Figuras IV.9.26 e IV.9.27).

O espólio recolhido no âmbito das escavações arqueológicas realizadas em São Miguel foi exíguo e estava maioritariamente fragmentado e descontextualizado. Ainda assim, o espólio arqueológico apresentava um carácter essencialmente funerário, pelo que foi associado aos enterramentos tardo-medievais e modernos (TENTE, 2015, p. 4). Tratavam-se sobretudo de moedas, elementos de adorno pessoal (pendentes e contas

de colar de rosários), elementos de indumentária (capas de botão), pregos pertencentes aos caixões de madeira e fragmentos de cerâmica de construção, de cerâmica moderna e tardo-medieval (TENTE, 2015, p. 4). Foram também recolhidos quatro cristos em terracota, incompletos, que estariam fixados a uma cruz de madeira, bem como dois fragmentos de uma imagem em terracota de Nossa Senhora Pastora das Almas, cujo culto data dos inícios do século XVIII em Espanha. É provável que este tipo de imagética estivesse presente na igreja medieval demolida (TENTE, 2015, pp. 4-5).

Como já se teve oportunidade de referir, o espólio osteológico ficou marcado pelo alto nível de fragilidade e fragmentação devido ao revolvimento que a destruição/desmontagem do edifício religioso medieval e a empreitada de construção da igreja do século XVIII provocaram no subsolo, com grande impacto sobre a necrópole presente no adro. A análise antropológica viu-se condicionada igualmente pela dispersão do material ósseo em toda a área escavada, sem qualquer conexão anatómica, e, em muitos casos, apenas restando os negativos de osso (TENTE et al, 2018, p. 92). Por outro lado, também se identificaram aglomerados de ossos cujos tecidos ósseos se encontravam em bom estado de conservação e que foram registados como deposições secundárias e/ou reduções. Todas estas limitações tiveram influência no apuramento do número mínimo de indivíduos, na estimativa de idade à morte, na diagnose sexual e na caracterização morfológico-osteológica dos restos humanos. No entanto, a sua análise laboratorial, realizada pelas antropólogas Francisca Alves Cardoso e Sílvia Casimiro, permitiu identificar indivíduos não adultos, alguns com cerca de 12 ± 2.5 anos, sobretudo através da observação de dentes (TENTE et al, 2018, p. 94). Identificaram-se também indivíduos adultos do sexo masculino e do sexo feminino, sem um *ratio* preciso, pela morfologia de fragmentos de crânio e de coxais. A partir da contagem de fragmentos cranianos, foi apurado um número mínimo de 22 indivíduos (TENTE et al, 2018, p. 94). O único caso em que foi possível recolher material osteológico *in situ* foi o associado à sepultura S10: o indivíduo no seu interior, um adulto do sexo masculino, foi depositado em decúbito supino com os membros inferiores estendidos. A inclinação de alguns fragmentos do úmero esquerdo sugeriu que esse braço estaria fletido sobre o tórax ou o abdómen (TENTE et al 2018, p. 95).

Atendendo ao que se acabou de expor, foram detetados quatro tempos de utilização do sítio onde se implanta a Igreja de São Miguel de Fetal (Anexo II: Figura IV.9.28).

Fase I (Provavelmente em época tardo-romana): Edificação de um edifício com uma abside que aparenta enquadrar a sepultura S10. Entre o arranque da abside, em arco de volta perfeita, e a sepultura existia um piso lajeado. Tanto a parede em abside, como a sepultura, reaproveitaram materiais de construção e elementos arquitetónicos romanos, tendo sido construídas sobre uma camada de terras onde foi recuperado um fragmento de *Terra Sigillata* (TENTE, 2014, p. 5). Catarina Tente admitiu que este primeiro momento deve ter ocorrido grosseiramente após o século IV e que pode indiciar a presença de um edifício de culto ou memorial, ou seja, de uma basílica, um *martyrium* ou um mausoléu (TENTE et al, 2018, p. 96).

Fase II (Século IX?): Construção do embasamento de um muro com pedras de grande dimensão, colocadas transversalmente, que percorria quase toda a área do Setor I e que integrou a estrutura da sepultura pré-existente – a S10. O edifício pós-romano que enquadrava esta sepultura terá sido remodelado ou desmontado parcialmente e no seu espaço foi construído um templo de maiores dimensões. Isso e o facto de o interior da sepultura estar intacto demonstraram a importância que foi dada a este enterramento para que a sua estrutura fosse preservada (TENTE et al, 2018, p. 96).

Os alicerces deste muro tinham uma orientação sudoeste-nordeste que seguiam paralelos à via romana que dava acesso a uma das portas da cidade, pela Rua do Gonçalinho. Tal comprova a ideia de que o primeiro templo foi erguido numa época em que a via e a porta estavam em funcionamento e que as áreas funerárias de tradição romana eram conhecidas (TENTE et al, 2018, p. 97). Tratavam-se, assim, das fundações da parede da nave norte da igreja anterior, provavelmente de época medieval, que foi desmantelada para fornecer material de construção para a igreja nova. Calcula-se que esta nave teria um comprimento não inferior a 17 metros e que o altar-mor estaria situado onde hoje se encontra a escadaria que dá acesso à entrada principal da igreja atual (TENTE et al, 2018,

p. 96). Tudo indica que este embasamento poderia fazer esquina na estrutura que foi detetada à frente do muro de contenção de terras datado do século XVIII.

É, aliás, a solução construtiva do embasamento deste muro que sugere a datação do edifício desmantelado. Os alicerces basantes são característicos das igrejas alto-medievais, das quais são exemplo São Pedro da Nave ou Santiago de Compostela, indiciando uma cronologia dos séculos IX e X (TENTE, 2015, p. 6). Tal poderá corresponder a um momento imediatamente posterior à conquista de Viseu por Afonso III, em redor das décadas de 870 ou 880 d.C. (TENTE, 2015, p. 6). Também é a este segundo momento que pertence a sepultura S11, identificada no interior da nave norte.

Fase III (Alta Idade Média): Edificação de dois muros relativamente paralelos à estrutura da *Fase II*. Estes muros devem fazer parte de um rearranjo da antiga igreja, porventura de uma subdivisão do interior ou anexos pelo lado exterior. As sepulturas identificadas no Setor II, muito destruídas, e alguns ossos recolhidos no Setor I podem ter uma relação de contemporaneidade com estes muros ou com as estruturas da fase anterior (TENTE, 2015, p. 6).

Fase IV (Século XVIII): Construção do muro de contenção e de nivelamento de terras que serviu para delimitar a área das obras de construção da atual igreja. Este muro terá recorrido às pedras do edifício religioso pré-existente e a sua orientação norte-sul está de acordo com a igreja que existe atualmente, edificada entre 1736 e 1740. A orientação da nova igreja foi alterada em relação ao edifício religioso alto-medieval e às sepulturas identificadas, de modo a ficar alinhada com o altar da Sé Catedral (TENTE, 2015, p. 6).

A proximidade entre o Loteamento do Quintal, onde foram identificados enterramentos pós-romanos, e a Igreja de São Miguel de Fetal, bem como o reconhecimento de uma área funerária em redor da mesma permite colocar a hipótese da existência de um edifício de culto tardo-antigo localizado fora das muralhas de Viseu.

Além da presença de enterramentos tardios, os mitos alusivos à sepultura de um rei visigodo no local concordam para a ideia de que São Miguel poderia ter sido o lugar de

implantação de uma igreja suburbana da qual apenas resta a estrutura de uma sepultura excecional. Poderia, pois, tratar-se de um enterramento privilegiado que potenciou a construção de um *memoria* ou *martyrium/mausoleum*, tornando-se um ponto de atração urbana, religiosa e funerária, originando a formação de um cemitério. É impossível determinar se o local da sepultura do último rei visigodo seria São Miguel, ou se essa ideia foi usada para legitimar as pretensões dos reis asturianos como os verdadeiros sucessores dos últimos reis cristãos (TENTE e ALVES, 2017, p. 74). Mas isso explicaria a manutenção de culto naquele local, uma vez reconhecida a igreja alto-medieval e a atual igreja. Há, inclusivamente, autores que relacionam a Igreja de São Miguel à primitiva basílica episcopal da cidade (SARAIVA, 2010). Nada parece comprovar essa ideia, uma vez que, por norma, os complexos episcopais encontravam-se intramuros e em áreas centrais da cidade. Anísio Saraiva defende que a Igreja de São Miguel de Fetal se manteve como a principal referência religiosa da cidade até os condes D. Teresa e D. Henrique darem forma à nova Sé românica no ponto mais alto da urbe (SARAIVA, 2010, pp. 21-22). No entanto, de acordo com os dados se expuseram no ponto 4.1. *Rua das Ameias/Praça D. Duarte* do capítulo IV, é possível pensar na possibilidade de a Igreja de São Miguel de Fetal estar a substituir a igreja principal situada no morro da cidade num momento em que esta estivesse em obras de profundas remodelações.

4.10. Avenida Emídio Navarro

Segundo José Coelho, existiu na propriedade de Abel Nogueira Martins, situada na Avenida Emídio Navarro (Anexo II: Figura IV.10.1), uma necrópole romana, onde o próprio identificou, em 1951, *“três, ou quatro, tipos já conhecidos de sepulturas”* (COELHO, 1951: Folhas 25, 31, 31v, 32, 32v, 52, 59 e 67). Nesta zona eram já conhecidas inscrições funerárias provenientes dos edifícios n.ºs 46 e 66 (VAZ, 1997, p. 356). Uma delas foi reutilizada na parede de uma casa na Avenida Emídio Navarro e foi estudada por J. L. Inês Vaz (Anexo II: Figura IV.10.2). Tratava-se de uma estela granítica fraturada, com moldura a meia cana, na qual se lia:

*D(iis) M(anibus) [S](acrum) / FIRMIN[AE] / FIRMI [F](iliae) / AN(norum) XX (vigint) /
MODESTV[S] VXORI / F(aciendum) C(uravit)*

Consagrado aos deuses Manes. Modesto tratou de fazer para sua mulher Firmina, filho de Firmo, de 20 anos

J. L. Inês Vaz datou esta epígrafe da segunda metade do século I, dado o enunciado usado e o preceito colocado na gravação e no próprio monumento (VAZ, 1997, p. 238). Uma outra inscrição funerária foi encontrada por Botelho Pereira nas fundações de um muro, “*de mais de vinte palmos de largo*”, pertencente ao antigo Convento de São Bento (PEREIRA, 1955, p. 129), atual Igreja de Santo António. Apesar de partida ao meio, a sua reconstituição permitiu ler-se:

*D(iis) · M(anibus) · S(acrum) / RVFINO · PATRI · ET / RVFINAE · MATRI · ET RUFINAE /
SORORI · AREINVS ET RVFINA F(aciendum) · C(uraverunt)*

Consagrado aos deuses Manes. Areino e Rufina trataram de fazer ao pai Rufino, à mãe Rufina e à irmã Rufina

As sepulturas observadas por J. Coelho, em 1951, a 2.50 m de profundidade, foram postas a descoberto durante um desaterro para a construção do edifício n.ºs 61-69, tendo o investigador recolhido três *tegulae* com marcas de oleiro, um *imbrex*, um “tijolo retangular”, três fragmentos de fémur, dois bronzes romanos e um ceitel de cobre (COELHO, 1951: Folhas 25, 31, 31v, 32, 32v, 52, 59 e 67).

Nos seus cadernos de *Notas Arqueológicas*, J. Coelho fez a descrição dos tipos de sepulturas, apesar de nunca dizer o número de enterramentos que identificou. Um primeiro tipo de sepultura era constituído somente por *tegulae* e *imbrices* (COELHO, 1951: Folhas 25, 31, 31v, 32, 32v, 52, 59 e 67); devemos supor que se tratava de um túmulo com tégulas a duas águas. De acordo com J. L. Inês Vaz, as tégulas de uma dessas sepulturas foram depositadas no antigo Museu da Assembleia Distrital de Viseu e aparentavam, pela sua dimensão, ter pertencido a um enterramento infantil (VAZ, 1997, p. 356) (Anexo II: Figura IV.10.3).

O segundo tipo era composto somente por lajes laterais e de cobertura (COELHO, 1951: Folhas 25, 31, 31v, 32, 32v, 52, 59 e 67); e o terceiro tipo tratava-se de sepulturas polilíticas construídas com duas lajes laterais e duas nos extremos e cobertas por vários esteios (COELHO, 1951: Folhas 25, 31, 31v, 32, 32v, 52, 59 e 67). Numa notícia de jornal,

o investigador avançou com uma datação do “século IV e posteriores” (COELHO, 1951: Folhas 25, 31, 31v, 32, 32v, 52, 59 e 67), uma vez que havia no mesmo espaço sepulturas de incineração e de inumação. Posteriormente J. Coelho disse ter sido informado que foi identificado no local um quarto tipo de sepultura, em caixa quadrangular, de quatro lajes, com uma altura de cerca de 0.70 cm e com 0.40 cm de largura. O investigador considerou-a como uma cista datada da Idade do Bronze (COELHO, 1951: Folhas 25, 31, 31v, 32, 32v, 52, 59 e 67), ideia contrariada por J. L. Inês Vaz que defendeu a coexistência de vários tipos de sepulturas nas fases mais avançadas do Império Romano (VAZ, 1997, p. 356).

J. L. Inês Vaz afirmou que a área da necrópole tinha cerca de 35 x 16 m (VAZ, 1997, p. 357), desconhecendo nós a origem dessa informação, uma vez que não surge mencionada nas notas de J. Coelho, que foi o responsável pelo acompanhamento das obras em curso. Não obstante, J. L. Inês Vaz considerou que este espaço funerário devia ser maior do que os vestígios escavados e que ladeava a via que saía da cidade em direção à Cava de Viriato. Prova disso eram as diversas pedras de sepultura anepígrafas encontradas aquando da construção da Escola Primária da Ribeira (VAZ, 1997, p. 357).

4.11. Rua Silva Gaio/Funicular

Os trabalhos de arqueologia na Rua Silva Gaio foram desenvolvidos entre os anos de 2007 e 2008 no âmbito da terceira campanha de obras da ViseuPolis que previu uma intervenção sobre a Calçada de Viriato e zonas envolventes devido à construção do funicular. Perante a necessidade de se proceder à realização de trabalhos arqueológicos de minimização de impactes, uma vez que a área afetada se localiza no centro histórico da cidade e na Zona Especial de Proteção da Sé de Viseu, a intervenção foi adjudicada à empresa de arqueologia Arqueohoje. A empresa propôs então um plano que contemplou a escavação integral da área que compreendia a Travessa da Misericórdia, a Rua Silva Gaio e o Parque de Estacionamento da Rua Silva Gaio.

De entre os vários contextos arqueológicos que foram identificados e intervencionados nesta empreitada, aquele que mais interesse tem para esta investigação é o da Rua Silva

Gaio e do recinto de estacionamento. Este arruamento situa-se na freguesia de Santa Maria, num abrupto desnível no lado oeste do morro da Sé, a 50 metros do local para onde se aponta a localização do *forum* romano de Viseu e próximo à porta ocidental da muralha romana (Anexo II: Figura IV.11.1).

A escavação arqueológica teve início com a quadriculagem da área com uma malha de quadrículas de 2 x 2 metros, num total de 3300 m². Considerando a extensão da área a intervencionar, criaram-se setores de 10 x 10 metros (Anexo II: Figuras IV.11.2 e IV.11.3). A intervenção realizou-se através da decapagem sucessiva dos diferentes níveis identificados até ao afloramento rochoso com recurso, quer a meios manuais, quer a meios mecânicos (CARVALHO e FIGUEIRA, 2008, p. 7). No parque de estacionamento da Rua Silva Gaio, os trabalhos iniciaram-se com a remoção da calçada atual, que se seguiu, através de meios mecanizados, pela remoção gradual dos sedimentos inferiores à mesma. A partir daí, os sedimentos foram decapados manualmente, dos setores sul para norte e de este para oeste, até se atingir a rocha base. No Corte 1, nos setores mais a sul, as camadas 1, 2, 3, 4, 5 e 6 constituíam os níveis arqueológicos correspondentes a épocas mais recentes, de período moderno e contemporâneo (Anexo II: Figuras IV.11.4 e IV.11.5). Nas camadas 7, 8 e 9 detetaram-se materiais cerâmicos medievais, ainda com algumas intrusões de cerâmicas modernas, tendo-se repetido a mesma situação nos setores do Corte 4 (Anexo II: Figura IV.11.6). Na Camada 10 atingiu-se um nível proto-histórico imediatamente acima do afloramento rochoso (CARVALHO e FIGUEIRA, 2008, pp. 11-13). No setor norte, o Corte 3 revelou materiais cerâmicos medievais e modernos logo na Camada 2, que tinha correspondência com a Camada 7 do Corte 1, até à Camada 9 (CARVALHO e FIGUEIRA, 2008, p. 14) (Anexo II: Figura IV.11.7).

No Parque de Estacionamento da Rua Silva Gaio foi identificado um conjunto de quinze fossas detríticas medievais e uma extensa necrópole utilizada em época romana, tardo-romana e alto-medieval (Anexo II: Figuras IV.11.8 e IV.11.9). Algumas das fossas medievais romperam níveis e estruturas mais antigos. A título de exemplo, as camadas de enchimento das Fossas 23 e 26 violavam o nível proto-histórico e cortavam um muro desse período (CARVALHO e FIGUEIRA, 2008, p. 103) (Anexo II: Figura IV.11.10). Também se constatou que a abertura das fossas medievais é posterior à formação da necrópole, uma vez que, por exemplo, a Sepultura 26 encontrava-se sob a Fossa 11 e a

Fossa 12 sobre a Sepultura 21 (CARVALHO e FIGUEIRA, 2008, pp. 72 e 98) (Anexo II: Figura IV.11.11).

O enchimento de todas as fossas medievais era definido por uma, duas ou três camadas, sendo a Camada 1 o nível de topo. Catorze das quinze fossas medievais foram abertas na Camada 9 e apenas uma na Camada 10. A sucessiva abertura destas estruturas levou a que algumas cortassem as que já existiam e que as camadas de enchimento se apresentassem muito revolvidas. Veja-se que a Fossa 8 cortava a 11 e a Fossa 7 cortava a 6 (Anexo II: Figura IV.11.12) e, em ambos os casos, as camadas de enchimento continham fragmentos de cerâmica de construção, cerâmica proto-histórica, medieval e moderna, escórias de ferro, carvões, vidro, pregos e argila cozida (CARVALHO e FIGUEIRA, 2008, pp. 94-95).

O relatório da escavação arqueológica produzido pela Arqueohoje no final da intervenção não é explícito quanto às relações estratigráficas que os níveis da necrópole partilham com os contextos mais antigos, de cronologia proto-histórica, ou com os mais recentes, de época medieval, moderna e contemporânea. É referido que a Camada 5 é *“uma camada de terras castanhas acinzentadas com materiais arqueológicos da época Moderna (em reduzida quantidade), com cerca de 2 m de potência média”* e que *“Sob esta surge um nível de terras arenosas negras (Camada 7) onde se encontram frequentemente aglomerados de pedras que correspondem, por vezes, a derrubes de estruturas contíguas com uma cronologia genericamente compreendida entre o período Tardo Romano e Alto Medieval”* (CARVALHO e FIGUEIRA, 2008, p. 87). A maior parte das sepulturas apresentavam no seu enchimento (Camada 1) terras arenosas relativamente homogêneas, com fragmentos de cerâmica proto-histórica, romana, medieval e moderna, de cerâmica de construção e até contas de colar de pasta vítrea, o que significa a perturbação dos níveis de ocupação mais antigos. No interior da Sepultura 11 foram inclusivamente identificados restos de um piso de argila, 150 fragmentos de cerâmica da Idade do Ferro, um cossoiro discoide, uma peça de jogo, uma conta de colar e um fragmento de *imbrex* (CARVALHO e FIGUEIRA, 2008, p. 59). Em alguns casos, os covachos sepulcrais foram abertos na Camada 7 ou na Camada 9 e sobre as fossas da II Idade do Ferro (CARVALHO e FIGUEIRA, 2008, p. 77).

As sepulturas dos setores junto à Casa do Adro foram cortadas pela base da muralha afonsina que aí passa, demonstrando a anterioridade da necrópole em relação ao sistema defensivo do século XV (CARVALHO e FIGUEIRA, 2008, p. 69). Outras estruturas negativas, anteriores à construção da mesma muralha, designadas pelos arqueólogos como “valados”, cortaram alguns dos enterramentos e o topo de fossas (CARVALHO e FIGUEIRA, 2008, p. 83).

De acordo com a sequência estratigráfica descrita e com as estruturas arqueológicas identificadas, foi possível apurar seis fases de utilização do espaço que compreende o parque de estacionamento da Rua Silva Gaio.

Fase I (II Idade do Ferro): Entre os séculos III e IV a.C. foram abertas dezassete fossas/silos, oito estruturas negativas de tipo vala e fundos de cabanas. As estruturas de carácter habitacional eram marcadas pela presença de pisos de argila cozida, estruturas de combustão, buracos de poste e alguns muros (CARVALHO e FIGUEIRA, 2008, p. 42). Desta ocupação proto-histórica foi ainda identificado um painel de covinhas com cerca de 2.50 x 2.40 metros (CARVALHO e FIGUEIRA, 2008, p. 17).

Fase II (Época alto-imperial): Primeira utilização da área como espaço funerário. Os arqueólogos basearam-se no eixo de orientação sensivelmente N-S de oito enterramentos para datar do Alto-Império o início da utilização deste espaço como necrópole (Sepulturas 1, 4, 5, 6, 7, 8, 31 e 38) (SANTOS et al, 2018, p. 51) (Anexo II: Figura IV.11.9). Foi descoberto, fora do seu contexto primário, o fragmento de uma lápide funerária de uma mulher natural de *Eburobritium* (Óbidos) (SANTOS et al, 2018, p. 76) (Anexo II: Figura IV.11.13), na qual se lê

(..)cran(..)/e.M(arci) f(iliae) Pla/cidae .ebu/robritti/ensi . At/tra . L(ucii?) f(ilii?) (...)/(...)

Fase III (Séculos IV/V d.C.): Implantação da necrópole tardo-romana e alto-medieval. Os 38 enterramentos datáveis deste período tinham uma orientação tendencialmente O-E, tendo sido feitos maioritariamente em sepulturas escavadas na rocha ou abertas no solo, sem qualquer estrutura pétrea lateral. Apenas a Sepultura 25 apresentava uma cobertura com uma ou mais lajes de

granito (CARVALHO e FIGUEIRA, 2008, p. 51) e a Sepultura 13, por outro lado, tinha uma estrutura de *tegulae* a duas águas (Anexo II: Figuras IV.11.14 e IV.11.15). A Sepultura 3 partilhava uma das paredes da Fossa 4, de cronologia proto-histórica, e foi escavada no substrato rochoso (CARVALHO e FIGUEIRA, 2008, p. 21). O comprimento das sepulturas excedia entre os 10 e os 20 cm a estatura do indivíduo depositado, pelo que os sepulcros com menos de 1.20 metros de comprimento foram atribuídos a enterramentos infantis (Sepulturas 15, 17, 18, 22, 26, 28 e 39) (CARVALHO e FIGUEIRA, 2008, pp. 51-52). A maioria das sepulturas escavadas não tinham um formato antropomórfico (à exceção do Enterramento 20), predominando os covachos de planta ovalada (CARVALHO e FIGUEIRA, 2008, pp. 52-83).

Foram também identificados restos osteológicos dispersos que apontam para a reutilização de sepulturas. Algumas das sepulturas apresentavam pequenas pias escavadas na rocha que se relacionavam provavelmente, segundo os arqueólogos, com o ritual da lavagem do morto ou com libações (CARVALHO e FIGUEIRA, 2008, p. 51). A Sepultura 31, por exemplo, tinha ao nível da zona dos pés e no lado esquerdo do sepulcro dois pequenos nichos anexados, que podiam ser evidência desses rituais (Anexo II: Figura IV.11.16).

A presença de pregos junto aos enterramentos 10, 23 e 24 indicou a deposição dos indivíduos em caixões de madeira (CARVALHO e FIGUEIRA, 2008, p. 51). A grande maioria dos enterramentos não tinha espólios funerários associados, tendo-se apenas recolhido uma fíbula de arco simples em bronze na Sepultura 20 (CARVALHO e FIGUEIRA, 2008, p. 69) e uma pequena argola metálica no interior da boca do indivíduo da Sepultura 41 (CARVALHO e FIGUEIRA, 2008, p. 81).

Os restos humanos encontravam-se maioritariamente em mau estado de preservação devido à acidez dos solos graníticos que não permitiu a sua conservação. O indivíduo da Sepultura 22, que se encontrava apenas preservado ao nível da parte superior, foi depositado em decúbito lateral com o crânio sobre o lado direito, olhando para S/SE (Anexo II: Figura IV.11.17). Os arqueólogos

responsáveis avançaram com a hipótese de se tratar de uma inumação islâmica (CARVALHO e FIGUEIRA, 2008, p. 70), baseando-se somente na posição do inumado.

Há que mencionar o surgimento de uma outra sepultura, na Rua Silva Gaio, mas fora da área do parque de estacionamento. O sepulcro, orientado no eixo O-E, foi aberto no solo e apresentava uma cobertura de *imbrices* dispostas horizontalmente (CARVALHO e FIGUEIRA, 2008, pp. 129-130) (Anexo II: Figura IV.11.18).

Fase IV (Idade Média): Abertura de quinze fossas preenchidas por fragmentos de materiais de construção, carvões, ossos, escórias de ferro, blocos de pedra e fragmentos cerâmicos medievais e modernos (CARVALHO e FIGUEIRA, 2008, p. 17). Apresentavam plantas tendencialmente circulares ou ovaladas, com profundidades entre os 0.10 e os 2.29 metros e diâmetros entre os 1.06 e os 3 metros.

Fase V (Século XIV): Ocupação definida pelos restos de um piso de argila que se dispunha pelos setores 4 e 8. Associado a este piso, encontraram-se vestígios de uma calçada construída com pedras de pequena dimensão e que terá sido cortada, em meados do século XIX, por um muro de contenção/delimitação de terras. A datação deste piso de argila foi dada, não só pelo espólio exumado, mas também pela sobreposição do troço de muralha afonsina que passa no local, edificada no século XV (CARVALHO e FIGUEIRA, 2008, p. 87).

Fase VI (Época Contemporânea): Construção de um pequeno tanque em alvenaria com 1.35 m de comprimento, 1.25 m de largura e 1 m de profundidade, adossado à muralha afonsina. O seu interior encontrava-se entulhado com fragmentos de canos em grés, de telhas e de cerâmica do século XVIII/XIX. Junto ao sistema defensivo colocaram-se a descoberto os muros de um antigo acesso à Casa do Miradouro, datados do século XVIII/XIX, que assentavam em terra e que aproveitaram o afloramento rochoso para a sua construção e consolidação. Os blocos do afloramento apresentavam inclusivamente marcas de guilho resultantes da tentativa de criar uma plataforma. Foi também revelada a

estrutura negativa de um poço e a respetiva galeria de acesso entre este e a Sé (CARVALHO e FIGUEIRA, 2008, pp. 106-109).

Os trabalhos arqueológicos desenvolvidos no espaço compreendido entre a Rua Silva Gaio e a Travessa da Misericórdia, especialmente os realizados no parque de estacionamento da Rua Silva Gaio, permitiram obter informações fundamentais para a história da cidade. Em primeiro lugar, obtiveram-se elementos sobre a ocupação da II Idade do Ferro, dos séculos III e IV a.C., que se relacionavam com estruturas domésticas caracterizadas por pisos de argila, fossas/silos, fundos de cabana, muros e uma estrutura de combustão. O mesmo tipo de estruturas tinha aparecido em 2001 no pátio oeste do Museu Nacional Grão Vasco (PERPÉTUO, 2002), testemunhando a existência de um povoado castrejo com cerca de 6.5ha localizado no morro da Sé (ALMEIDA, 2005).

Após o abandono do espaço com uma ocupação de carácter habitacional, a área foi reocupada com uma função diferente da original. A construção da muralha imperial viria a deixar aquele espaço fora do núcleo urbano amuralhado, nas proximidades da porta ocidental da cidade. A implantação de uma necrópole junto às portas das muralhas e ao longo das vias era prática comum em época romana. Em 1989, J. de Alarcão dizia que não tinha notícia da existência de uma necrópole no lado ocidental da cidade, por onde saíria a estrada para Vouzela (ALARCÃO, 1989, p. 24). Também J. L. Inês Vaz indicou que até 2006 apenas se encontravam localizadas as necrópoles da Avenida Emídio Navarro, de São Miguel de Fetal e de Santa Cristina/Cerrado (VAZ, 2006, pp. 149-150). Na sua tese de doutoramento, aliás, considerava a existência de uma outra necrópole localizada no setor sudoeste da cidade, próxima da Porta do Soar e do atual Rossio, por onde saíam as vias III e IV da rede viária romana (VAZ, 1997, pp. 353 e 358). No artigo *“Génese e evolução de um espaço urbano: Viseu das origens à ocupação árabe”* (2009), o arqueólogo considerou os achados da Rua Silva Gaio e relacionou-os com duas inscrições epigráficas recolhidas na colina da Sé e integradas na construção de edifícios (VAZ, 2009, p. 182). Uma placa votiva depositada no Museu Nacional Grão Vasco era proveniente da torre que serviu de residência paroquial à paróquia de Santa Maria de Viseu. Nessa inscrição, datada por J. L. Inês Vaz de finais do século I d.C. (VAZ, 1997, pp. 182-183), lê-se:

SACRVM IO[VI] .../... [IN HON]OREM .../... [S]TRABONIS .../... MEMMIA ...

“Consagrado a Júpiter..., em honra de... Estrabão... Memmia...”

Na opinião do arqueólogo, esta epígrafe poderia ter feito parte de um monumento que estaria integrado num templo de culto a Júpiter, situado na acrópole viseense (VAZ, 1997, p. 183). Pensamos que esta ideia é confirmada pelo achado de um altar, da segunda metade do século I d.C., encontrado na Travessa da Misericórdia na mesma intervenção que afetou a Rua Silva Gaio e o parque de estacionamento aí localizado, e que dá a conhecer inclusivamente o nome pré-romano de Viseu – *Vissaium* (FERNANDES et al, 2008, p. 188; CARVALHO, 2020, pp. 45-51) (Anexo II: Figura IV.11.19):

*Deibabor / igo / Deibobor / Vissaieigo/ bor / Albinus / Chaereae / f(ilius) / u(otum) s(oluit)
l(ibens) m(erito)*

“Às deusas e deuses vissaieigenses, Albino filho de Quéreas, cumpriu o voto de bom grado e merecidamente.”

A segunda inscrição, de cariz funerário, que levou J. L. Inês Vaz a associar os enterramentos da Rua Silva Gaio com esse espaço cemiterial foi a identificada, em 1993, na parede de um edifício da Rua Augusto Hilário. Trata-se de uma placa granítica, que J. L. Inês Vaz datou da segunda metade do século I d.C. (VAZ, 1997, pp. 271-272), na qual o arqueólogo leu:

[...] IVI[...]/ [...] · XXI · MAX [...] / [...]EINA · FILIO · P(ientissimo) / F(aciendum) C(uravit)

“... tratou de fazer ao filho, modelo de piedade.”

As escavações na Rua Silva Gaio, em 2007 e 2008, vieram pôr a descoberto oito enterramentos datados do Alto-Império que marcam a primeira utilização da área como espaço funerário. Nos finais do Império Romano, já nos séculos IV/V d.C., a necrópole vai experimentar um período de franco crescimento, com a implantação de mais trinta e oito sepulturas de inumação. Os enterramentos, orientados canonicamente, demonstram um outro elemento das cidades tardo-romanas: a continuidade de utilização dos antigos espaços funerários. É provável que esta necrópole se tenha mantido durante toda a Alta Idade Média, dada a importância que Viseu adquire como

sede episcopal suevo-visigoda, como capital do reino leonês e como centro de operações militares de *Al-Mansur* no século X.

Esta aparente continuidade é também confirmada pelos espólios arqueológicos exumados na escavação do sítio. Os materiais cerâmicos recolhidos no enchimento de quinze fossas detriticas foram estudados genericamente por Patrícia Rodrigues (2012). Nas recolhas mais representativas, a autora identificou, de forma muito residual, cerâmicas alto-medievais que se reportavam a recipientes de formas fechadas e funcionalmente pouco diferenciadas. Patrícia Rodrigues datou dos séculos VIII-X fragmentos de potes/panelas e talhas com fabricos heterogéneos, apontando a *“ausência de produção agregada, sugerindo várias pequenas olarias de oferta estritamente condicionada às necessidades imediatas de um mercado de consumo restrito”* (RODRIGUES, 2012, p. 91). Referiu ainda que as peças inseríveis nos séculos XI/XII marcavam uma rutura com os processos de fabrico do conjunto anterior, uma vez que constatou alterações das fórmulas técnicas, morfológicas e estilísticas (RODRIGUES, 2012, p. 92). A maior parte das amostras estudadas pela investigadora ilustravam o revolvimento dos níveis arqueológicos, já que as cerâmicas medievais apareceram misturadas com espólios de outras épocas. No entanto, na opinião de P. Rodrigues, as fossas-lixeiros identificadas no Parque de Estacionamento da Rua Silva Gaio terão estado em uso durante um intervalo de tempo mais amplo do que as fossas medievais do pátio do Museu Nacional Grão Vasco, visto que se recolheram materiais cerâmicos entre o século XI e os finais do século XVII (RODRIGUES, 2012, p. 99). O espaço exterior junto à muralha romana e baixo-medieval deve ter sido utilizado como zona de deposição de lixos numa fase *“pós-reconquista”* (RODRIGUES, 2012, p. 100), num momento em que a corte de D. Henrique e D. Teresa se fixa em Viseu. A edificação da nova Sé românica na acrópole da cidade, encomendada pelos condes portugalenses (SARAIVA, 2010, p. 21), corresponde à interrupção entre os séculos XI e XII do vazio que se observou entre a *Fase III* e a *Fase IV* do pátio do Museu Nacional Grão Vasco (RODRIGUES, 2012, p. 100).

Não obstante, o que a abertura de fossas sobre antigas ocupações traduz é o abandono e/ou a transformação dos espaços e, na maior parte dos casos, a anulação da sua função primitiva. A Rua Silva Gaio põe em evidência a anulação da necrópole tardo-romana para a instalação de uma área de resíduos, de carácter doméstico, a partir do século XI.

**V. Repensar a cidade alto-medieval de Viseu no quadro das transformações urbanas
do extremo ocidente do Império: discussão e interpretação dos dados**

À luz dos dados que se expuseram nos capítulos anteriores chega agora o momento de discuti-los por forma a contribuir para uma visão diacrónica de Viseu entre o final do Império Romano até à fixação da corte dos condes D. Henrique e D. Teresa na cidade. Propõe-se aqui fazer o exercício de *repensar* nas estruturas e nos vestígios que conformam o registo arqueológico resultante das intervenções de arqueologia urbana, problematizando-os e traçando o cenário para caracterizar as cidades pós-romanas do extremo ocidente do Império, tendo como foco o caso de Viseu. Tal deriva da necessidade de se valorizar o objeto de estudo no marco dos debates existentes sobre o tema, além de se avaliar em que medida é que os resultados deste projeto de doutoramento se alinham ou não em relação ao que já se conhecia sobre a cidade.

O estudo sobre a cidade alto-medieval não é recente. Existe uma longa tradição de investigação histórica sobre o conceito de urbanidade na transição entre a Antiguidade e a Idade Média e acerca da sua perceção histórica, tanto na Europa, como na Península Ibérica. A história da cidade antiga e medieval foi um dos temas historiográficos mais importantes dos finais do século XX, tendo como principal enfoque a crise urbana da Antiguidade Tardia, que se materializava pela decadência do mundo clássico e pela inexistência de cidades nos inícios da Idade Média (GUTIÉRREZ LLORET, 2014, p. 17). Este debate tem sido o foco de muitos trabalhos importantes, em parte devido ao crescente número de intervenções de arqueologia urbana que contribuem para colocar em discussão versões antagónicas sobre os núcleos urbanos desta época, sobretudo entre historiadores e arqueólogos quando entram em desacordo sobre o valor das fontes documentais ou das arqueológicas.

O conhecimento das cidades alto-medievais no centro-norte peninsular é, no entanto, ainda exíguo, particularmente contrastando com aquele que se tem acerca da época romana ou com as cidades do *al-Andalus*. Isto deve-se, tanto à falta de investigação, como às circunstâncias históricas do período, marcado por uma época de crise do mundo antigo e por alterações de fundo até à plenitude medieval (GUTIÉRREZ LLORET, 1993, p. 13; GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, 2017, p. 20). Deve-se também às inadequadas estratégias e à falta de planificação da arqueologia urbana em geral (QUIRÓS CASTILLO, 2005, pp. 107-132; VAQUERIZO et al, 2014; VAQUERIZO, 2018, pp. 12-49). A escassez de documentos escritos e materiais, aliada às dificuldades de definição do fenómeno

urbano, que afeta todo o ocidente europeu, originaram os paradigmas sobre a decadência da cidade e, por inferência, de toda a sociedade alto-medieval (GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, 2017, pp. 20-21). A carência de fontes escritas anteriores ao século X não é ainda colmatada pelas fontes arqueológicas, que continuam a ser pouco empregues no estudo das cidades medievais do centro-norte da Península Ibérica, embora sejam as que oferecem maior potencial para conhecer a morfologia e a natureza dessas cidades. A história urbana tem sido tradicionalmente escrita sem a sustentação da arqueologia, fazendo uso, quase de forma exclusiva, das fontes escritas, o que leva a que a investigação continue a deixar grandes vazios de informação para a reconstituição material e socioeconómica da Alta Idade Média. São esses vazios que levaram à negação da existência de cidades nesse período e no espaço geográfico em estudo, destacando o abandono e a ruína dos aglomerados urbanos (GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, 2017, p. 21).

Além disso, a percepção da cidade medieval obtida através dos documentos escritos disponíveis, sobretudo os datados do século XI em diante e que provém das elites aristocráticas, contradiz, de forma veemente, a que é dada pela arqueologia. Os documentos produzidos pelas classes governantes e religiosas dão conta de atividades e propriedades que nem sempre se estendem a todo o conjunto social. A informação arqueológica desenha um cenário mais completo, no sentido em que não se reduz às atividades dos poderes aristocráticos e inclui todo o tecido urbano, incluindo os estratos mais pobres da sociedade, os espaços agrícolas, as áreas funerárias e as atividades artesanais, que ocupam uma extensão maior na cidade e oferecem um perfil material mais modesto em relação ao que emana dos setores da aristocracia (GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, 2017, pp. 21-22). Segundo A. Gutiérrez González, as fontes arqueológicas proporcionam não só dados sobre as estruturas materiais e a morfologia das cidades, mas também sobre as diferentes realidades socioeconómicas, nomeadamente *“la densidad demográfica; la distribución, propiedad y usos del suelo; la sectorialización y jerarquización de las residencias de los poderes locales; la especialización sectorial y concentración de las actividades productivas, comerciales o artesanales; la calidad de los servicios e infraestructuras; la planificación de la trama urbana por los poderes públicos o la falta de ella; el papel e intervención de los sectores aristocráticos y eclesiásticos; la desigualdad social en la edificación de prestigio y los edificios pobres; o el*

papel que desempeñan los núcleos concentrados en relación con el entramado territorial y estatal” (GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, 2017, p. 22). É este tipo de abordagem que tem permitido avançar com novos modelos interpretativos sobre a formação e o funcionamento da cidade alto-medieval (GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, 2017, p. 22).

A cidade clássica tinha sido um traço definidor e emblemático da sociedade romana devido ao seu estatuto privilegiado que garantia a subsistência das instituições urbanas. A monumentalização arquitetónica do espaço urbano seria o principal cenário de autorrepresentação social das elites com o intuito da sua promoção: a fisionomia das cidades passava por construções e equipamentos públicos em grande número e de grande qualidade (GUTIÉRREZ LLORET, 2014, p. 17). A perceção que se tem do final do mundo antigo é a da progressiva degradação dessa fisionomia monumental a partir do século III d.C., num processo que desencadeou a perda dessas características distintivas e do planeamento urbano (GUTIÉRREZ LLORET, 2014, p. 18).

É inegável que a cidade antiga tenha sofrido um processo de transformação longo e desigual entre regiões em termos de intensidade e de velocidade. Segundo S. Gutiérrez Lloret, essa transformação foi muito mais intensa no ocidente do que no oriente e mais precoce e profunda no sul da Europa (GUTIÉRREZ LLORET, 2014, p. 18). Este processo supôs uma desfiguração topográfica com efeitos sobre a planificação e coesão construtiva e sobre o abandono dos edifícios e espaços públicos que caracterizavam as cidades romanas alto-imperiais (DIARTE-BLASCO, 2014; 2017). Esta “desmonumentalização” é, no entanto, seguida por uma nova monumentalidade, agora de carácter religioso, relacionada com a cristianização da paisagem urbana. A cidade dos inícios da Idade Média adquire uma nova fâcies, comportando materialidades distintas das da cidade clássica, pelo que o cliché das teorias decadentistas começa agora a transitar para posições que dão ênfase a uma mudança integradora ou a uma “*dissolução não traumática do mundo antigo*” (GUTIÉRREZ LLORET, 2014, p. 19). Além disso, há evidências que mostram que muitas cidades romanas hispânicas continuaram a ser centros administrativos e experimentaram um certo desenvolvimento em época tardia, o que lhes permitiu preservar a sua urbanidade durante a Alta Idade Média (GUTIÉRREZ LLORET, 1998, p. 139). Essa preservação advém da identificação de novas estruturas de poder nos núcleos urbanos.

Assim, a cidade foi e continua a ser um dos principais modelos de análise para o estudo da Tardo-antiguidade, destacando cada vez mais o paradigma da continuidade e o das origens da Idade Média (CARNEIRO et al, 2020). Seja qual for o caso, há características que indubitavelmente marcam a cidade alto-medieval. Em primeiro lugar, esta é uma cidade amuralhada, que redefine o próprio conceito de subúrbio e demonstra uma realidade urbana policêntrica (GUTIÉRREZ LLORET, 2014, p. 20). É também uma cidade mais reduzida, fruto da diminuição do perímetro das suas muralhas, o que contribuiu para uma redução da sua densidade habitacional e para o abandono de alguns setores antes densamente habitados. A edilícia privada altera-se e desaparece o modelo residencial vinculado pelas *domus*, surgindo agora novas fórmulas residenciais que incluem a proliferação de espaços privados em áreas de antiga titularidade pública, como as ruas, as termas, os edifícios de espetáculos ou o *forum*, frequentemente construídos com materiais de construção reutilizados (GUTIÉRREZ LLORET, 2014, p. 20).

Em alguns casos, é também uma cidade que incluiu espaços agrícolas no interior dos seus limites. Esta imagem contribui para a ideia de “ruralização urbana” e de uma profunda alteração da relação *civitas-territorium*, marcada pelo desaparecimento da especificidade funcional e económica *campo-cidade* e pelo suprimento das necessidades imediatas pelos próprios habitantes da cidade (GUTIÉRREZ LLORET, 2014, p. 21). Este é precisamente, de acordo com Chris Wickham, um dos critérios definidores da cidade alto-medieval (WICKHAM, 2008, p. 843).

Trata-se igualmente de uma época em que a cidade se cristianiza social, ideológica e materialmente, pelo que a Igreja assume as novas formas de monumentalidade e de representação simbólica no espaço urbano. Este é um dos traços que ocupa lugar central nos debates sobre a topografia da cidade alto-medieval, sobretudo aqueles que se relacionam com a edificação de complexos episcopais, com a localização das igrejas no interior e no exterior das muralhas e com o evergetismo bispal (GUTIÉRREZ LLORET, 2014, p. 21). No mesmo âmbito da cristianização da paisagem urbana, começa-se a constatar a prática de rituais funerários no espaço intramuros a partir do século V, generalizando-se entre os séculos VI e VII. Apesar de frequentemente este ser um dos processos que se vê como um sintoma da degradação urbana, a investigação mais recente olha-o como um cunho da nova ritualização da morte, mais complexa e

multifacetada, na qual participam elementos de índole social, simbólica e económica. Daí que se observem de diferentes formas as necrópoles *ad sanctos* presentes no interior dos espaços religiosos, as necrópoles intramuros que ocupam espaços públicos e os enterramentos familiares num recinto ou entorno doméstico (GUTIÉRREZ LLORET, 2014, p. 22). Independentemente do caso, a presença de espaços cemiteriais na malha urbana demonstra a imiscuição entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos no quotidiano alto-medieval (GUTIÉRREZ LLORET, 2014, p. 22).

O que se discute no debate sobre a condição urbana entre os séculos IV e VII já não é tanto a inegável metamorfose material da cidade antiga, reconhecida pela arqueologia, mas a natureza e as modalidades dessa metamorfose, bem como as suas implicações na manutenção ou no desaparecimento das formas de vida clássicas. Tal deve-se à assunção de que os núcleos urbanos alto-medievais são radicalmente diferentes das cidades romanas, bizantinas ou muçulmanas (GUTIÉRREZ LLORET, 1993, p. 13), e por isso não devem considerar-se como meros herdeiros decadentes das urbes romanas, nem serem comparados em termos de continuidade ou de rutura. Assim, não podem ser usados os mesmos critérios para distinguir realidades distintas. Existe atualmente uma vontade explícita para procurar um consenso acerca das características essenciais que definem as cidades na transição da Antiguidade para a Idade Média e se, independentemente das suas materialidades físicas, os núcleos urbanos mantiveram as funções administrativas, religiosas e económicas que os distinguiam do mundo rural (GUTIÉRREZ LLORET, 1998, p. 138; 2014, p. 25). Há, por isso, e sobretudo, uma necessidade conjunta por parte dos investigadores em redefinir o conceito de cidade alto-medieval e abordar a diversidade social urbana, que tenta afastar a estéril discussão entre a continuidade ou rutura em relação ao modelo da cidade clássica. Os parâmetros que definem a vida urbana devem, então, centrar-se no diferente uso dos espaços públicos; na criação de novos polos de atração; na incidência da cristianização na reorganização do espaço urbano, particularmente dos conjuntos episcopais e das igrejas cemiteriais; na formação de espaços vazios, por vezes de carácter agrícola, que indiquem a ausência de controlo e de planificação; nas construções com materiais de construção reaproveitados ou perecíveis; ou no papel exercido pelos centros urbanos sobre o seu *territorium* através de marcadores arqueológicos de produção e consumo

(GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, 2017, pp. 22-24). Chris Wickham destacou a dimensão económica das cidades, tendo em consideração uma concentração demográfica de relativa importância, a existência de um mercado e o desenvolvimento de atividades económicas estruturalmente diferentes das do campo (WICKHAM, 2005, p. 593). O autor apontou ainda o papel administrativo, civil e religioso das cidades, assinalando a relevância das suas funções políticas, institucionais e sociais para, conjuntamente com uma arquitetura de tipo urbano, servir para “distinguir fisicamente as cidades das não cidades” (WICKHAM, 2005, p. 594). C. Wickham evidenciou também uma considerável mudança da identidade das cidades em época pós-romana: à medida que o espaço urbano deixa de ser o cenário das atividades da aristocracia civil (que começa a fortificar-se em meio rural, no sentido literal do termo), a cidade passa progressivamente a cobrir-se de uma identidade revestida de religiosidade (WICKHAM, 2005, p. 595).

Quiçá a chave para compreender o urbanismo alto-medieval seja uma análise a partir de perspetivas transversais e diferentes dos lugares comuns que tendem a esquematizar a complexidade do processo (GUTIÉRREZ LLORET, 2014, p. 27). Porventura, uma análise que confronte as peculiaridades histórico-arqueológicas de várias realidades urbanas e que apresentem uma ocupação sequencial entre os séculos IV e XI d.C..

Até princípios do século XXI, a arqueologia medieval ibérica foi uma arqueologia fundamentalmente baseada na herança islâmica (GUTIÉRREZ LLORET, 2014, p. 35), por representar uma rutura socio-religiosa e um novo modelo urbano em relação à cidade antiga. A historiografia tradicional impunha uma imagem de abandono definitivo das velhas cidades no século VIII fundamentada pelas fontes escritas e pelo despovoamento de cidades como Recópolis, Tarragona e Málaga (GUTIÉRREZ LLORET, 2014, p. 36). No entanto, até esse momento a investigação peninsular não gerou registos arqueológicos comparáveis do ponto de vista qualitativo ao de outras experiências europeias, como Itália, e em muitos casos continuou a fazer-se com registos pouco rigorosos e pouco dedicados às evidências alto-medievais (GUTIÉRREZ LLORET, 2014, p. 37). De forma unânime, os investigadores concordam que as cidades foram o principal foco da conquista islâmica na Península Ibérica com a intenção de adaptar a estrutura administrativa e eclesiástica visigoda à nova fiscalidade muçulmana (GUTIÉRREZ LLORET, 1998, p. 137 e p. 144). Os núcleos urbanos que previveram ou que foram

fundados *ex novo* pelas autoridades islâmicas já nada têm que ver com a decomposição da cidade clássica, mas antes com uma conceptualização social que rompe com o anterior Passado urbano (GUTIÉRREZ LLORET, 1998, p. 153). As velhas cidades que ficaram sob domínio muçulmano podem ter sobrevivido devido à sua vantajosa localização geográfica, experimentando um desenvolvimento urbano entre finais do século X e o século XI (GUTIÉRREZ LLORET, 1998, p. 154 e p. 156).

Não obstante, o panorama da investigação não se alterou significativamente nos últimos anos. Em Portugal, a mudança é apenas visível nos casos de Braga, Conímbriga, Idanha-a-Velha, *Amaia* e Mértola, com projetos de investigação consolidados que contribuíram e continuam a contribuir para identificar as sequências ocupacionais dessas cidades. Obviamente que a casuística é variada: há cidades com um significativo grau de coesão e monumentalidade; cidades que apresentam uma materialidade difusa; cidades das quais só se conhece os seus espaços de representação religiosa e política ou a sua edilícia privada; e cidades em que só se reconhecem os espaços que definem a sua dignidade episcopal (GUTIÉRREZ LLORET, 2014, p. 40). De seguida faz-se uma reflexão sobre a cidade de Viseu entre os séculos IV e XI, partindo dos achados arqueológicos identificados no núcleo urbano, pensando-os e, sobretudo, problematizando as suas dimensões social, económica, religiosa e geoestratégica no quadro das cidades alto-medievais do centro-norte de Portugal.

5.1. Os símbolos da desarticulação da cidade clássica romana

A manutenção das linhas urbanas da cidade romana alto-imperial durante a Alta Idade Média é um dado transcendental para assinalar as principais pervivências construtivas na cidade. As cidades tardias e alto-medievais ocuparam os mesmos locais que as antigas cidades clássicas, adaptando-se à sua topografia e alterando-a para encaixar um novo discurso ideológico e diferentes necessidades funcionais. Estas cidades converteram-se assim em núcleos diferentes da cidade clássica e com personalidades definidas. Existiram uma série de fatores que modificaram a realidade urbana e, conseqüentemente, o processo de criação de uma imagem diferente, a partir de novas construções e da transformação daquelas que já existiam. São estas alterações que

definem o perfil da cidade alto-medieval e a sua projeção no imaginário social segundo um projeto construtivo horizontal e vertical (DIARTE-BLASCO e GURT, 2015, p. 310). Nunca é demais lembrar que a interpretação que se faz dos dados provenientes de determinado núcleo urbano e das hipóteses que se formulam com eles, não são invariavelmente extensíveis a outros. As cidades hispânicas foram pautadas por transformações muito heterogêneas, num processo de larga duração e em tempos por vezes distintos e deixaram diferentes aportes de informação arqueológica, por vezes muito parcial. Isso faz com que cada cidade tenha especificidades próprias que não permitem simplificar o processo através de generalizações. Atente-se que, para o território português, a sistematização dos dados arqueológicos acerca dos processos de transformação das cidades em época tardia e alto-medieval ainda é deficitária. Braga, sede metropolitana da *Gallaecia* sobre a qual a Diocese de Viseu foi dependente até 589, tem várias intervenções de arqueologia urbana e as ruínas da urbe romana espalham-se por toda a cidade; mas as informações que resultam dessas intervenções são fragmentárias e pouco contribuem para uma perspectiva diacrónica da sua evolução. A cidade do Porto também carece de estudos mais aprofundados, sobretudo acerca dos séculos que medeiam os finais do Império Romano, uma vez que sempre se pensou que o núcleo urbano tivesse sido fundado durante o período da monarquia sueva e que a sua primeira muralha datasse dessa época (CUNHA, 1963, pp. 12-13; DAVID, 1947, p. 79). Outro caso: Salamanca, a sede episcopal espanhola mais próxima de Viseu, da qual se esperaria que a sua investigação se encontrasse num ponto que contribuísse de forma considerável para formular paralelos com os contextos viseenses; no entanto, deparamo-nos com uma grande escassez de informação e com dificuldade em aceder a bibliografia publicada. De momento, a cidade que mais volume de informação oferece é Mérida, que, apesar da distância em relação a Viseu, não deixa de ter exercido uma influência considerável como sua sede metropolitana após o III Concílio de Toledo.

O que é certo que é a cidade sofreu alterações e o urbanismo transformou-se ao ritmo da sociedade. Como consequência desse facto, a cidade que surge durante o Baixo-Império e a Alta Idade Média é uma cidade transformada, mas não decadente nem em total rutura com o Passado clássico. Segundo P. C. Díaz Martínez, *“Es una cidade que asume nuevos retos: la cristianización, la multiplicación de la burocracia y de las sedes*

administrativas, de las nuevas necesidades militares y estratégicas, la creación de nuevos ejes económicos y nuevas rutas mercantiles” (DÍAZ MARTÍNEZ et al, 2007, p. 228).

Neste novo modelo de cidade foram adotadas novas políticas edilícias e adaptadas as antigas estruturas a novas funções, o que define claramente a redistribuição do espaço urbano.

Essa redistribuição caracterizou-se por uma série de características, a começar pela redução da área habitada, que se explica pela incapacidade das cúrias para gerir a totalidade da superfície edificada das cidades, bem como pela possibilidade de ter havido uma diminuição da densidade demográfica no interior dos núcleos urbanos. A redução do perímetro amuralhado das cidades levou à exclusão de algumas construções para o espaço extramuros, o que pode ter levado alguns habitantes para fora das muralhas. Por outro lado, a espoliação dos antigos edifícios romanos e a reutilização dos seus materiais de construção para novas edificações tornou-se uma prática comum. A disponibilidade desses materiais diminuía significativamente os custos e o tempo na construção de um novo edifício e não implicava o seu transporte desde as pedreiras ou centros de produção. Outras evidências que se podem apontar como consequência da desestruturação urbana e, porque não, da reestruturação que se segue, é a presença de fossas, de zonas de lixeiras e de edifícios em ruína que não se recuperaram posteriormente. Os edifícios públicos experimentaram de forma paulatina novos usos, nomeadamente passando para as mãos de privados após a perda da sua titularidade pública. No caso dos *fora* especificamente, a arqueologia demonstrou que, em algumas cidades, essa importante praça pública e centro nevrálgico das urbes romanas pode ter estado em funcionamento ao longo de todo o século IV, sobretudo nas cidades-capitais e com importância administrativa. Também está demonstrada a proliferação de espaços não edificados na trama urbana: o surgimento de espaços destinados à agricultura no interior das cidades é frequentemente visto pelos investigadores como um sintoma da “desurbanização” e da ruralização dos núcleos urbanos (GUTIÉRREZ LLORET, 2014, pp. 20-21). Verifica-se igualmente a ocupação das vias públicas por estruturas de carácter doméstico ou até por zonas de lixeira, o que se explica, mais uma vez, pela inaptidão das autoridades urbanas para fazer frente à manutenção do espaço e dos edifícios públicos e ao saneamento das principais artérias das cidades. Por fim, umas das características

que mais se destaca em época tardia, pela sua natureza transgressora, é a dos enterramentos no interior dos núcleos urbanos, cuja prática não era permitida pela legislação imperial. De um modo geral, estas necrópoles surgiam associadas a locais de culto cristão e ao processo de cristianização a que se submeteram as cidades tardias e alto-medievais. Estas são particularidades que definem a série de transformações que ocorrem nos núcleos urbanos da parte ocidental do Império e que são debatidas com maior pormenor nos próximos pontos, sem que se perca de vista o caso de Viseu.

5.1.1. A espoliação dos edifícios romanos imperiais

O ato de desmantelamento dos antigos edifícios romanos e de reaproveitamento dos materiais de construção que os estruturavam, fossem eles elementos pétreos, decorativos ou até materiais de cobertura, foi um fator comum a todo o processo de transformação arquitetónica pelo qual passaram os novos edificad os tardo-antigos e alto-medievais (MATEOS e MORÁN, 2020). A reorganização impulsionada no período de governo do Imperador Diocleciano e da Tetrarquia estreou, no plano urbano, uma importante mudança no propósito funcional das áreas públicas e das áreas privadas. O desmantelamento dos edifícios aí situados e a consequente espoliação dos seus elementos construtivos, que se generalizou durante o Baixo-Império e o reinado do Imperador Constantino, ocorreu no encadeamento da perda da função original desses locais. O *Código Teodosiano* (429-438 d.C.) inclui nomeadamente o decreto que autorizava a reutilização de materiais procedentes de edifícios públicos na construção ou reparação de outros (GURT, 1999, p. 66). Inaugurou-se, assim, uma nova política urbanística baseada na construção de edifícios com recurso a materiais construtivos espoliados e que foi favorecida e intensificada pela distância do poder imperial. O grau de controlo que a administração pública exerceu sobre a remoção e reutilização de materiais nas cidades viu-se condicionado pela sua distância em relação à capital do Império, tanto que a espoliação de materiais de construção parece ser transversal a todos os tipos de estruturas e de sítios romanos. As cidades e os edifícios que as constituíam converteram-se em verdadeiras pedreiras, pelo que este não foi um processo que afetou apenas os edifícios públicos: inscrições funerárias foram retiradas

das sepulturas de origem, elementos arquitetónicos foram removidos das *domus* urbanas e é provável que alguns blocos de pedra oriundos dos sistemas defensivos alto-imperiais tenham sido também eles relocados. Da mesma forma que a reaplicação desses materiais não foi exclusiva na construção de apenas um tipo de estruturas, verificando-se o seu emprego em edifícios religiosos, em sepulturas e nos troços das muralhas tardias.

É possível que este fenómeno tenha sido desencadeado pela escassez de materiais construtivos e decorativos e, portanto, que tenha intrínseca uma motivação económica; mas não só. A espoliação dos edifícios romanos imperiais pode ter ocorrido como uma estratégia de gestão de edifícios sem uso, de modo a evitar espaços abandonados e em ruínas e que, do ponto de vista de salubridade, levantavam problemas. A reutilização dos materiais arquitetónicos por parte de privados ou entidades públicas devia, no entanto, contar com o consentimento imperial. Sabe-se que, no início do século V, o Imperador Honório impôs que os montantes pagos pelos cidadãos para a atribuição de um edifício público em ruínas seriam usados para a restauração de outros edifícios (DE LACHENAL, 1995, p. 11). A rutura da coerência fiscal do Império Romano do Ocidente, bem como a simplificação dos circuitos comerciais do Mediterrâneo ocidental devem ter também contribuído para as formas de gestão das cidades. Veja-se, por exemplo, que o decréscimo do comércio de mármore que afetou as províncias ocidentais a partir do século V contribuiu para uma diminuição do corte de mármore novo, originando uma procura inédita por parte das indústrias pedreiras (WICKHAM, 2005, p. 670). O oportunismo gerado pela remoção de elementos arquitetónicos pétreos de edifícios em desuso levaria, pois, à tendência generalizada do reemprego de materiais espoliados.

Capitéis, colunas, silhares e monumentos epigráficos e anepigráficos que adornavam e estruturavam os edifícios públicos seriam agora desarraigados das suas localizações e funções originais para integrarem novas construções. É possível pensar que, dada a extensão do fenómeno, a certa altura tais características arquitetónicas fossem até atraentes (WICKHAM, 2005, p. 670). Casos há de reutilizações em que valor/qualidade dos materiais foi mais importante do que a proximidade ao local de espoliação. Assim aconteceu com o capitel bizantino datado no século V que se encontrou na Igreja de Santa María de Wamba (**Valladolid**), bem como com o altar do grupo lusitano-toledano

encontrado também em Wamba. O altar foi produzido em mármore e de forma padronizada pelas oficinas de Mérida e Beja a partir do terceiro quartel do século VI. A restante escultura decorativa é de calcário e data do século X, o que dá ainda mais ênfase à excecionalidade das peças mencionadas (UTRERO AGUDO e SASTRE DE DIEGO, 2012, p. 315).

A visão sobre a espoliação e a reutilização de materiais de edifícios romanos joga a favor das ideias decandentistas vinculadas por alguns autores acerca das cidades pós-romanas, que se encontravam em situação de crise e de declínio edilício. Ainda que a perda das tradições construtivas clássicas e a ausência de progresso técnico pareçam apoiar essas ideias, o reaproveitamento de materiais de construção implicou a existência de programas edilícios completamente planeados por parte dos poderes vigentes, fossem eles a Igreja ou o Estado central (DUVAL, 1983, p. 214), e não implicou o uso de técnicas mais pobres em relação às do Passado. Aliás, o reemprego de elementos pétreos não exclui a presença de um artífice que os trabalhasse e que tivesse o conhecimento necessário para a extração, o corte e o afeiçoamento dos elementos espoliados (CABALLERO e UTRERO AGUDO, 2005, p. 171). Quer fosse a reutilização de colunas, quer de simples silhares, esse labor exigiria o trabalho de talhe apenas competente a mão-de-obra especializada. Em **Valência**, por exemplo, sob o pavimento do edifício cruciforme da Plaza de La Almoina, conhecido como a *Cripta o Cárcel de San Vicente Martir*, recolheram-se esquirolas resultantes do talhe e da readaptação de silhares, posteriormente reaproveitados na construção do mesmo edifício (AA.VV, 1998, p. 50).

Em **Barcelona**, a construção do complexo episcopal do século VI, de planta cruciforme, foi feita com materiais pétreos provenientes da desmontagem da escada que dava acesso ao passeio de ronda da muralha alto-imperial. Tal comprovou-se pela criação de uma rampa de apoio a essas obras, com uma extensão de 26 metros e uma inclinação de 5.40%, a qual facilitaria a deslocação dos blocos de pedra (BELTRÁN DE HEREDIA, 2009, p. 145). Este procedimento põe, aliás, em evidência o facto de a espoliação ser uma atividade controlada pelos poderes públicos, uma vez que só assim poderia ser realizada a desmontagem da muralha. O mesmo tipo de rampa de transporte foi identificado em **Córdoba**, mas aí a mesma destinou-se à deslocação de elementos

pétreos provenientes do teatro (MONTERROSO, 2002a, p. 148). Na estrutura do *palatium* episcopal da cidade catalã, cuja construção data ainda da quinta centúria, foram inclusivamente identificados catorze pedestais epigráficos honoríficos, além de bases molduradas e tambores de colunas do *forum*. Na *aula*, todas as bases e todas as colunas que dividiam as três naves do edifício tinham diferentes dimensões e morfologias (BELTRÁN DE HEREDIA, 2009, pp. 144-145). Detetou-se igualmente a integração de uma escultura figurada – um togado – na construção do palácio do *comes civitates*, além de uma cupa na cabeceira da igreja cruciforme e de uma ara reutilizada como tampa na canalização de drenagem do *frigidarium* das termas (BELTRÁN DE HEREDIA, 2009, p. 145). Em Barcelona há também a reportar o reemprego de placas de mármore, que antes deviam estar a ornamentar edifícios públicos alto-imperiais, no pavimento em *opus sectile* do batistério e no pavimento da *aula* episcopal. O momento de reutilização dessas placas marmóreas, oriundas de Itália, Turquia, Grécia e França (BELTRÁN DE HEREDIA, 2009, p. 146), coincide, como se mencionou anteriormente, com uma altura em que as rotas comerciais do mármore estavam a entrar em desestruturação. Neste caso, a reutilização pode ser vista como uma resposta à limitação de recursos, mas também como uma preferência intencionada por determinado tipo de materiais excepcionais e de qualidade.

Viseu, como as demais cidades do ocidente do Império Romano, não foi exceção nesta nova política urbanística, nem no reaproveitamento de materiais pétreos e elementos arquitetónicos para a construção da muralha do Baixo-Império e do edifício triabsidado da Rua das Ameias, por exemplo. Os dados disponíveis que resultam das intervenções de arqueologia urbana, bem como do achado isolado de algumas evidências arqueológicas, oferecem uma visão sobre o fenómeno da espoliação dos edifícios romanos viseenses. Foram detetadas peças reutilizadas no troço de muralha do Largo da Misericórdia (silhares almofadados), no troço de Santa Cristina (silhares e um peso de lagar), bem como no da Rua Formosa (silhares com marcas de *forfex*, um fuste de coluna incorporado no miolo da muralha, um fragmento de meia-coluna nas fundações e uma cornija). No que ao edifício absidado da Rua das Ameias diz respeito, diversos blocos de pedra foram reutilizados no muro que fechava a estrutura dos lados sul e oeste. Também foi identificado um silhar almofadado colocado verticalmente sobre

uma base de coluna na esquina sudoeste do edifício. É uma hipótese a considerar o facto de os materiais romanos aqui reutilizados fossem provenientes das imediações e serem, inclusivamente, resultado da espoliação das antigas estruturas do *forum* romano. O estudo da arqueologia da arquitetura desenvolvido pela equipa do CSIC-Madrid permitiu também identificar a reutilização de silharia almofadada no troço oriental da Varanda dos Cónegos (UTRERO AGUDO, 2011, p. 592).

Um exemplo que se destaca pela dimensão dos elementos reutilizados é a Igreja de Santa María de los Arcos de Tricio (**La Rioja**). A origem do templo está associada a um mausoléu do século III que foi transformado, dois séculos depois, numa basílica cristã. A estrutura dos muros da basílica foi realizada a partir de arquitraves, pilastras, inscrições e silhares romanos, além de grandes colunas que suportam os arcos da *aula*. Mais invulgar é a reutilização de grandes tambores dispostos desordenadamente, alguns sacrificando o uso de capitéis, também eles reaproveitados. Esta disposição irregular confere uma imagem desproporcionada ao interior da *aula* (CABALLERO et al, 2003, pp. 81-85). De acordo com María Ángeles Utrero Agudo, o esforço de transporte dos elementos de grande dimensão deve ter sido mínimo, visto que o local de extração pode ter sido a própria cidade romana de *Tritium Magallum*, que não distaria a mais de 500 metros da igreja (UTRERO AGUDO e SASTRE DE DIEGO, 2012, p. 315). A dimensão dos tambores e de alguns silhares com 1.50 metros de comprimento indiciam a espoliação de um grande edifício público. O esforço e o custo da deslocação de materiais espoliados deviam ser também significativamente mais reduzidos quanto mais próximo fosse o local de extração. Até podiam ser nulos no caso em que as novas construções se fizessem no mesmo local que o antigo edificado romano.

O complexo paleocristão del Francolí, em **Tarragona**, encontra-se articulado com uma extensa área de enterramentos vinculados a vários espaços martiriais. A formação da área cemiterial data de finais do século III e viria a manter-se em funcionamento até ao século VI (LÓPEZ VILAR e PUCHE, 2013, p. 151). A construção das estruturas funerárias supõe um grande volume de materiais, em muitos casos obtidos a partir do reaproveitamento de elementos arquitetónicos e epigráficos mais antigos. Foram contabilizadas 107 peças reutilizadas em todo o complexo, entre as quais bases de colunas, fustes, capitéis e cornijas, certamente espoliados de edifícios tardo-

republicanos e alto-imperiais (ARANDA e RUIZ, 2020, pp. 107-108). Foi possível perceber que cerca de 25% das peças provieram dos edifícios públicos mais representativos (provavelmente do *forum* colonial da cidade), não só devido à dimensão dos elementos, mas também às suas matérias-primas e às características estilísticas que apresentam. Em menor percentagem, outras peças parecem ter sido retiradas de contextos funerários e domésticos (ARANDA e RUIZ, 2020, p. 108). Trata-se, na sua maioria, de materiais que foram reutilizados como partes constitutivas de sepulturas, usados nas paredes e nas suas coberturas. No mausoléu designado de “Cripta de los Arcos”, a estrutura funerária, de planta retangular e dividida em três câmaras, contou com uma base de pilastra alto-imperial que atua como apoio do vão entre duas câmaras, bem como com uma ara funerária epigrafada e com um capitel coríntio que suportam e alteiam um sarcófago (ARANDA e RUIZ, 2020, pp. 108-109). A espoliação massiva que reverteu para o complexo paleocristão del Francolí aparenta tratar-se de um processo sistemático e com um certo grau de organização dada a quantidade, variedade e qualidade de peças. Pouco se pode avançar acerca dos seus promotores, mas é possível que o poder episcopal e a hierarquia eclesiástica de Tarragona fossem o seu impulsionador, uma vez que o espaço martirial ocupa um setor importante no núcleo urbano (ARANDA e RUIZ, 2019, p. 95). Isto porque a construção e decoração de complexos martiriais e funerários terá sido uma componente fundamental nas estratégias de autorrepresentação das autoridades episcopais em época alto-medieval.

Mas este não é caso único na reutilização de materiais em necrópole e em basílicas martiriais. Os túmulos que se instalaram no anfiteatro tarraconense, adossados ao muro sul da basílica datada de época visigoda, fizeram uso de silhares reaproveitados na sua construção (CIURANA et al, 2013). Tal como ocorreu também em **Viseu**: a sepultura excecional identificada em São Miguel de Fetal foi construída com uma estrutura pétrea de materiais romanos reutilizados, nomeadamente uma cornija e três silhares almofadados; o seu fundo era revestido por duas *tegulae* inteiras e a zona da cabeceira encontrava-se demarcada por uma *tegula* partida. Também é provável que as sepulturas que se vieram a implantar sobre a *domus* alto-imperial do Loteamento do Quintal tenham sido construídas a partir de materiais de construção e de *tegulae* resultantes do abandono e consequente desmantelamento do sítio em época tardia.

O reaproveitamento de materiais não se destinava apenas à construção de sepulturas nas necrópoles suburbanas, já que os mesmos foram também empregues aos edifícios de culto a elas associados. Em 1974, Alexandre Alves observou na zona do Cerrado, em Viseu, silhares e colunas reutilizados no aparelho da capela de Santa Cristina e a sua demolição naquele ano levou à dispersão de outros tantos silhares almofadados, duas bases de coluna e fragmentos de cornijas (ALVES, 1975, p. 441). Em **Córdoba**, no edifício G do complexo de Cercadilla – identificado como a basílica martirial de San Acisclo –, a sua remodelação em época visigoda foi realizada a partir de peças reutilizadas (HIDALGO, 2002, p. 346). E em **Mérida**, a necrópole paleocristã que se formou em redor da basílica de Santa Eulalia conta com abundantes exemplos de reaproveitamento, quer nos diversos edifícios martiriais, quer nas próprias sepulturas (MATEOS, 1999, pp. 50-71).

No ângulo sudeste do *forum* imperial de **Valência**, a cúria e o templo pagão dedicado ao deus *Asclepios* foram alvos de espoliações sistemáticas durante a segunda metade do século V. Os materiais que resultaram desta ação foram aplicados na construção de novos muros que desarticulariam o *forum* romano definitivamente e conformariam um núcleo cristão relacionado com o suposto local do martírio de San Vicente. Em seu redor formou-se uma necrópole cujas sepulturas reutilizaram *tegulae* e ânforas (RIBERA, 2012, pp. 149-162). O crescimento da necrópole e a inclusão de estruturas funerárias de carácter monumental durante o século VI acentuou a espoliação de elementos arquitetónicos alto-imperiais e a sua reutilização, tendo-se inclusivamente detetado a readaptação de fustes para servirem de marcas de sinalização (ALBIACH et al, 2000, p. 79). A parte sul do antigo templo de *Asclepios* parece ter-se convertido num batistério, do qual fazem parte capitéis toscanos que foram transformados em bases (RIBERA, 2012, pp. 149-162). A total transformação do *forum* pôde ser também detetada na que era antes a área do pórtico: os espaços entre colunas foram fechados por um largo muro cuja construção se fez com recurso a elementos arquitetónicos reutilizados. Os alicerces desse muro incorporaram capitéis, bases e fustes de colunas, cornijas molduradas, pedestais e grandes silhares, todos unidos com terra, o que conferiu um aspeto bastante irregular ao paramento murário (RIBERA et al, 2020, p. 384). A construção do complexo episcopal valenciano, iniciada na primeira metade da sexta centúria, não só alterou

totalmente a paisagem urbana em torno do antigo *forum*, como implicou a seleção de materiais pétreos de grande qualidade na estrutura dos edifícios que o constituíam – a catedral, o batistério, um mausoléu e outras dependências (RIBERA et al, 2020, p. 385).

Em **Viseu**, o processo de reutilização de material pétreo não aconteceu apenas durante o Baixo-Império e a Alta Idade Média. Há que reportar a reutilização de uma inscrição funerária, provavelmente oriunda da necrópole da Avenida Emídio Navarro, na parede de uma casa naquela avenida. Uma outra epígrafe foi encontrada nas fundações de um muro do antigo Convento de São Bento (PEREIRA, 1955, p. 129), atual Igreja de Santo António. Destaque-se ainda que o pano murário escalonado presente na Varanda dos Cónegos, que se julga datar dos séculos IX-X, reaproveitou alguns silhares romanos (FERNANDES, 2017, p. 307).

Assim, o fenómeno de espólio das antigas áreas públicas tornou-se quotidiano e comum nas cidades ocidentais do Império, quando antes a legislação urbana o via como uma agressão à *dignitas* das cidades. Tal demonstra que, em época tardia e alto-medieval, os espaços eram percecionados de forma diferente e essa mudança foi um processo gradual desencadeado sobretudo por motivos de carácter económico e sanitário. Variantes como o potencial de reutilização dos materiais, a sua disponibilidade e proximidade geográfica, assim como a sua adaptabilidade para os reconverter em termos funcionais são aspetos que aparentam ter tido algum peso nas ações de espoliação. A generalização do fenómeno aconteceu certamente a partir do século III e viria a prolongar-se até à modernidade.

5.1.2. A desativação do *forum*

São as transformações nos espaços públicos aquelas que, em grande medida, vão determinar a nova fisionomia urbana, em parte porque se tratavam de espaços comuns e porque eram aqueles que conformavam a imagem e a importância das cidades. As alterações aí desencadeadas supõem o nascimento de um novo conceito urbano, sobretudo originada pela perda das funções originais desses edifícios e pelo seu consequente abandono, espoliação e posterior reocupação. Os edifícios públicos

romanos eram unidades arquitetônicas difíceis de ignorar dentro do núcleo urbano devido ao seu *design*, ao seu volume, à grande superfície que ocupavam e à quantidade de materiais empregues na sua construção. O desenvolvimento do seu *design* arquitetônico consolidou-se durante o século II d.C., do qual faziam parte o templo, construído sobre um pódio alteado e alinhado com o eixo principal da praça, e uma basílica. A sua localização na malha urbana desempenhou um papel importante no destino e na evolução dessas estruturas, uma vez que a sua centralidade, exponenciada pela convergência dos principais eixos viários nesse local, significou a sua contínua frequência (DIARTE-BLASCO, 2018, pp. 21-22).

O *forum* – por excelência o conjunto monumental que centralizava a vida pública da cidade romana – é um dos locais que perde a sua titularidade pública e a sua área é reocupada com uma série de novas estruturas com funções distintas das originais. O antigo espaço político-administrativo, judicial, religioso e comercial da cidade começa a sofrer alterações que pressupõem uma importante transformação da concepção urbana e uma mudança de mentalidade por parte dos habitantes da cidade (DIARTE-BLASCO e GURT, 2015, p. 312). A decadência física dos espaços forenses é um dos sinais do enfraquecimento da cúria, processo que, em algumas cidades, aconteceu simultaneamente à construção ou reparação/monumentalização de casas. Embora por vezes os governadores provinciais possam ser vistos a intervir na preservação da generalidade dos espaços públicos, a partir do século V esses espaços vão ser progressivamente mais negligenciados quando as cúrias começam a perder o seu poder. Assim, pode interpretar-se a invasão do espaço público de duas maneiras contrastantes: ou como um sinal de vitalidade privada, mesmo que os edifícios públicos estivessem a entrar em declínio físico, ou como um sinal da falta generalizada de controlo (WICKHAM, 2005, p. 598).

O processo que desencadeou a transformação das estruturas forenses não foi abrupto, nem de imediato colapso. É possível que as mesmas tenham começado por incidir em alguns aspetos arquitetónicos e decorativos da praça, mas dada a sua importância como centro nevrálgico da urbe, prevê-se que tenha conservado as suas características principais e a sua funcionalidade, pelo menos, até ao século III ou ao século IV (DIARTE-BLASCO e GURT, 2015, p. 313). Obviamente que este processo transformativo

aconteceu a ritmos desiguais, de cidade para cidade, e afetando de diferentes formas os edifícios que o constituíam. Embora o total abandono dos *fora* hispânicos tenha tido lugar num momento impreciso entre os séculos III e VI d.C., na grande maioria dos casos os complexos monumentais sofreram, em primeiro lugar, a perda da sua funcionalidade. É provável que a degradação arquitetónica que se seguiu esteja relacionada com o desaparecimento das elites urbanas romanas e com o seu desinteresse naquela infraestrutura (DIARTE-BLASCO e GURT, 2015, pp. 313-314). O espaço público como foi concebido na cidade clássica deixou de ser necessário e deixou uma ampla área aberta à instalação de novos tipos de ocupação. O aparecimento de espaços domésticos que reaproveitaram as estruturas dos *fora* pode ver-se como uma atitude espontânea e bastante comum.

Assim, pouco a pouco, a difusão de espaços domésticos em detrimento dos antigos espaços e edifícios públicos romanos favoreceu o surgimento de um tecido urbano diferente. A utilização dos espaços públicos para usos privados é, indubitavelmente, a primeira inovação e a mais transcendental nas cidades tardias e alto-medievais do extremo ocidente do Império.

Não há muitos contextos domésticos escavados na cidade de **Viseu** que datem dessa época ou que, pelo menos, tenham sido identificados como tal pelos arqueólogos. A transformação do *forum* viseense por este tipo de reocupações apenas pode ser hipotetizada em função do pavimento de *opus signinum* (*Opus 2*) documentado na Rua das Ameias. Como já se teve oportunidade de referir, não é provável que esse pavimento pertença ao complexo do *forum*, como foi sugerido por Catarina Tente (TENTE, 2016b, p. 110), uma vez que cremos que o desmantelamento do espaço forense seja anterior ao século IV. Porém, o método de escavação da intervenção arqueológica aí desenvolvida não contribuiu para determinar a função daquele espaço, nem para datar quaisquer contextos a partir da estratigrafia. Não obstante, a recolha de uma moeda de Constantino permite pensar numa cronologia a partir do século IV para o edifício que integrava este pavimento. A presença do *Opus 2* faz pensar que a desarticulação do *forum* romano de Viseu possa ter acontecido possivelmente ainda em finais do século III d.C. e, portanto, mais cedo do que tradicionalmente se pensa que esse fenómeno ocorre (Figura 15).

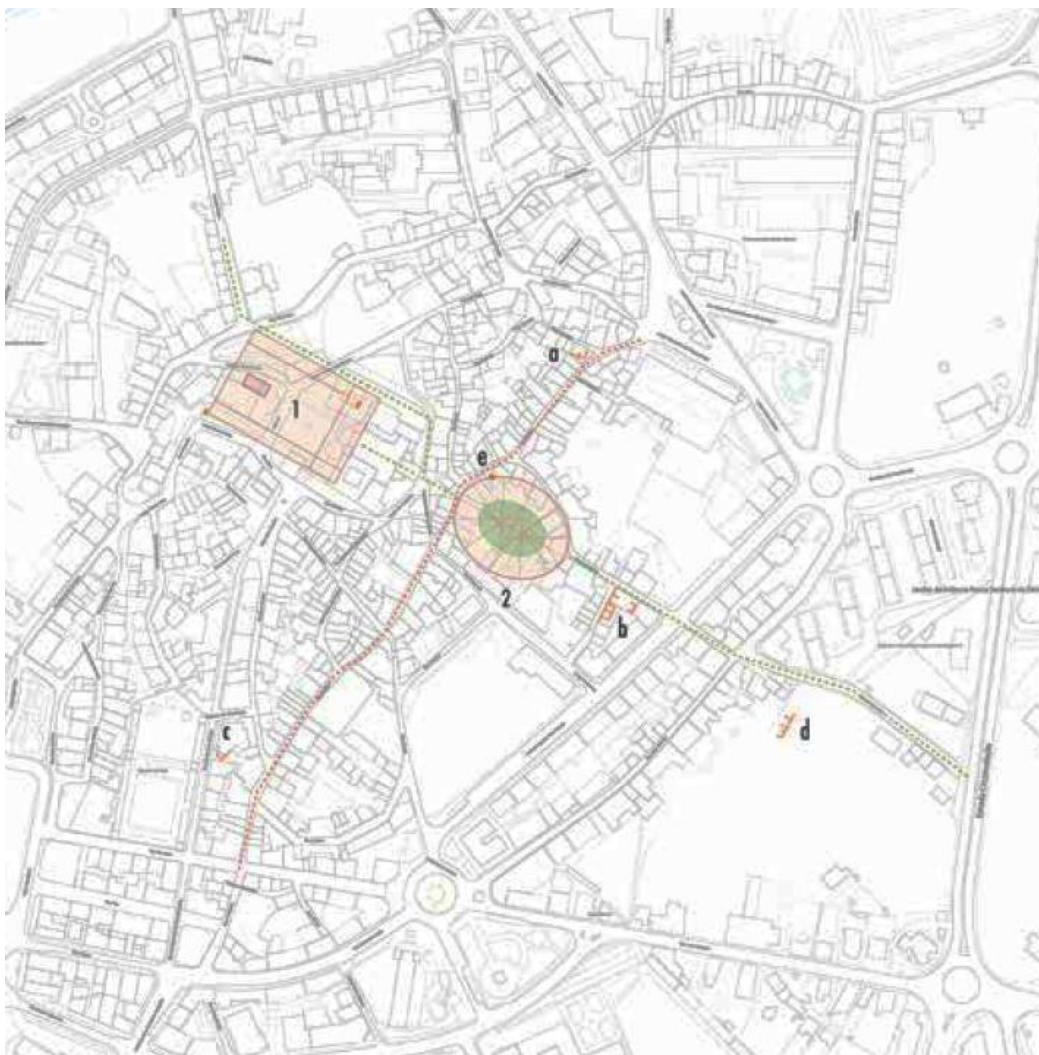


Figura 15 - Proposta de reconstituição do *forum* e do anfiteatro de Viseu, segundo CARVALHO et al, 2020, p. 107: fig. 8. O n.º 1 assinala a localização proposta para o *forum* e o n.º 2 para a do anfiteatro.

Veja-se, por exemplo, um caso bem diferente, mas em tudo semelhante: os registos estratigráficos do batistério norte de **Idanha-a-Velha** permitiram avançar com um *terminus post quem* para o momento do seu abandono entre finais do século IV e os inícios do século V, o que revela que a estrutura esteve em utilização durante um curto espaço de tempo. A piscina batismal foi construída sobre um provável espaço doméstico datado entre época augustana e a primeira metade do século II, o qual foi posteriormente amortizado por estratos de nivelação e cortado pela vala de fundação do batistério em meados do século IV. Datações por radiocarbono e por luminescência sobre diversos materiais recuperados neste batistério comprovaram a cronologia do seu abandono nos inícios da quinta centúria (CORDERO et al, 2020, pp. 142-143). Também

através dos dados estratigráficos foi possível recuperar parcialmente os níveis anteriores à construção do batistério sul. Esses níveis, de cronologia alto-imperial, encontram-se associados a diferentes paramentos de uma estrutura de combustão sobre ladrilho e a um pavimento de *opus signinum*. Num momento posterior de datação indeterminada, estas construções foram cobertas por uma sucessão de camadas de terra identificadas como pertencentes a uma fossa-lixreira cuja utilização se prolongaria entre finais do século IV e inícios do século seguinte. A sua integração cronológica teve em consideração os espólios cerâmicos e uma moeda de Constâncio II recuperados na vala de cimentação do batistério (FERNÁNDEZ et al, 2019, pp. 5699-5701). Datações por luminescência e por radiocarbono efetuadas sobre materiais recolhidos nesse batistério permitiram deduzir que a construção da piscina batismal teve início nos primeiros anos do século V, mas não foram conclusivas acerca do momento do seu abandono. Isto significa que a construção do batistério sul pode ter acontecido ao mesmo tempo que se colmatava o batistério norte e que ambas as estruturas se sucedessem sem a interrupção da atividade batismal (CORDERO et al, 2020, pp. 146-147).

O exemplo dos batistérios de Idanha-a-Velha serve para mostrar que os processos de transformação dos espaços romanos parecem ter tido início em cronologias mais antigas do que se pensa. O abandono e amortização das estruturas alto-imperiais sobre as quais se sobrepõem as piscinas batismais supõem-se datar de um momento anterior ao século IV. Se se somar os dados arqueológicos de outros pontos da cidade, a transformação da paisagem urbana egitaniense, tal como a viseense, pode ter ocorrido antes da quarta centúria. Tradicionalmente aponta-se o século IV como um período de grandes metamorfoses do tecido das cidades e como o momento da construção das muralhas tardias; no entanto, atendendo ao facto de que muitos amuralhados foram construídos com recurso a materiais romanos reutilizados, provenientes da espoliação massiva de antigos edifícios, tal significa que o desmantelamento dos mesmos deve ter sido algo precoce.

Mas ainda no que respeita aos *fora*, as transformações ocorridas nesses espaços públicos não foram uniformes em todas as cidades tardias da Península Ibérica. Houve casos em que os *fora* sofreram remodelações ao longo do século III e que dotaram de uma certa vitalidade urbana os núcleos urbanos em que tal aconteceu (DÍAZ MARTÍNEZ

et al, 2007, p. 226). Nos finais do século III, um incêndio na basílica do *forum* de **Valência** arruinou por completo o edifício e, a partir desse momento, parece ter-se tornado uma fonte para a obtenção de materiais de construção. Ainda assim, data da mesma altura a colocação de uma inscrição honorária dedicada ao Imperador Probo (RIBERA, 2000, pp. 19-20). Por volta do ano de 450, o pórtico em torno do *forum* é fechado com recurso a materiais reutilizados e um dos seus principais edifícios comerciais - o *macellum* – é abandonado. O *forum* valenciano manteve a sua centralidade e até mesmo a sua monumentalidade até ao século VI, observável através da reconstrução da cúria. Nos séculos VI e VII d.C., construiu-se um grande complexo eclesiástico, o que dá a ideia de que, na sétima centúria, o *forum* de Valência permaneceu o foco de intervenções monumentais (WICKHAM, 2005, p. 657).

Durante o século IV mantinha-se também em funcionamento o complexo forense de **Caesaraugusta (Zaragoza)** sem ter sofrido transformações substanciais, embora o sistema de saneamento que corria sob o *forum* e que se estendia até ao rio Ebro tenha sido bloqueado no final do século anterior (MOSTALAC e PÉREZ, 1989, pp. 106-111).

No caso de **Tarragona**, o processo de desarticulação do *forum* colonial aconteceu em meados do século IV, enquanto o do *forum* provincial decorreu já no século V, mantendo-se em pleno funcionamento até essa altura (DIARTE-BLASCO e GURT, 2015, p. 313). A sua atividade ainda na quinta centúria foi demonstrada por uma inscrição dedicado aos imperadores Leão I e Antémio (457-472 d.C.), o que comprova a manutenção de uma administração civil na cidade. As primeiras modificações do *forum* tarraconense aconteceram a partir de meados do século V com a pilhagem de estruturas de época Flávia e a remoção de lajes pétreas do pavimento. Essas ações conduziram à formação de grandes aterros que, em algumas áreas, ocuparam a praça do *forum* (MACIAS, 1999, pp. 182-192). A abertura de duas lixeiras no *temenos* não significou, contudo, a total inatividade do *forum* provincial e não impediu que aí se continuassem a exibir monumentos epigráficos. A cronologia do abandono do *forum* provincial de Tarragona é ainda um pouco incerta, tendo em conta os sinais contraditórios fornecidos por uma inscrição pública datada de 470, pela identificação de uma lixeira de meados do século V e pelo reconhecimento de obras de repavimentação no século VI. A área parece ter sido amplamente convertida em espaço de habitação no período da

monarquia visigoda, com um complexo episcopal construído a norte dessas estruturas sobre os alicerces de um antigo templo (WICKHAM, 2005, p. 657).

Em **Mérida**, os *fora* colonial e provincial de que a cidade dispunha estavam em funcionamento no século IV. Uma inscrição recolhida na área do *forum* provincial revelou a manutenção do culto imperial e da vida civil da cidade em época constantiniana. O *forum* provincial deve ter mantido o seu papel até meados do século V, momento a partir do qual se marca o abandono do templo e dos pórticos (MATEOS, 2006, pp. 353-354). Aliás, algumas peças provenientes da base do templo foram reaproveitadas nos muros de estruturas domésticas que se implantaram no espaço forense durante a monarquia visigoda (ALBA e MATEOS, 2006, pp. 356-360). No entanto, tanto Mérida como Tarragona, não são paradigmáticas do fenómeno, em parte devido à manutenção da sua capitalidade na Alta Idade Média que lhes permitiu assegurar a continuidade dos seus espaços públicos e conservar os seus *fora*. *Emerita Augusta*, por exemplo, foi eleita capital administrativa da diocese *Hispaniarum* e essa condição terá conduzido à remodelação do tecido urbano emeritense, perceptível através da reparação dos seus edifícios públicos e da construção de novos edifícios administrativos (MATEOS e ALBA, 2000, p. 148).

A resistência do *forum* colonial de **Córdoba** não parece ter tido os mesmos moldes dos de Tarragona ou de Mérida. Nesta cidade, o *forum* colonial aparenta ter estado em pleno uso no século IV, tal como revelou o achado de pedestais de estátuas honoríficas dedicadas a vários imperadores e de várias inscrições que mencionam a presença de altos cargos administrativos na cidade (HIDALGO, 2005, p. 403; MARQUÉZ, 2009, pp. 105-121). Não obstante, na segunda metade do século IV, começam a ser depositados sedimentos sobre o pavimento da praça e a ser construídas estruturas de carácter doméstico que reutilizaram materiais arquitetónicos dos edifícios forenses (CARRASCO, 2002, p. 207).

A implantação de habitações e de pequenas estruturas produtivas em redor dos *fora* foi uma das principais transformações destes complexos monumentais, mesmo que muitas componentes do antigo espaço ainda pervivessem. A presença de lixeiras, como as identificadas no *forum* de Tarragona, estão relacionadas com os novos ocupantes e

representam, por um lado, as primeiras etapas do desmantelamento dos edifícios forenses, e, por outro, a diminuição do controlo civil sobre o descarte dos lixos.

Na área do *forum* de **Barcelona** foi recolhida uma epígrafe datada entre 379 e 385 d.C. dedicada a Numio Emiliano Dextro, cuja identidade é incerta. Poderá tratar-se de um antigo procônsul da Ásia ou do filho do bispo Paciano (RODÀ, 2001, pp. 30-31). Em qualquer dos casos, é no século IV que se observam as primeiras transformações mais evidentes no *forum* de Barcelona, nomeadamente a construção de um espaço doméstico designado como *domus* de Sant Honorat (FLORENSA e GAMARRA, 2006, pp. 189-209). Este é um dos exemplos de *fora* que, ainda assim, deve ter permanecido ativo pelo menos até ao século VII, embora com a sua identidade monumental provavelmente já diminuída, devido à edificação de duas igrejas adjacentes àquele espaço (WICKHAM, 2005, p. 658).

Infelizmente, não existe um aporte de informação igual para todos os *fora* peninsulares. Veja-se, por exemplo, que há dados que apontam para a monumentalização do *forum* da **Bobadela** (Oliveira do Hospital) no século IV, mas a evolução dessa estrutura nas centúrias seguintes é algo ainda nebuloso. Em algumas cidades da *Lusitania*, como Lisboa ou Santarém, o *forum* é ainda completamente desconhecido e noutras, como Faro, Beja, Alcácer do Sal, Óbidos e *Ammaia*, a informação é tão escassa que não é possível avançar com hipóteses para o destino que viveram durante o Baixo-Império e a Alta Idade Média. Do *forum* de **Évora** é precisamente a sua fase tardia a que menos se conhece, estando bem documentada a ocupação de época emiral, detetada pela implantação de silos no local e pela consequente utilização do espaço como zona de armazenamento (HAUSCHILD, 2010, pp. 30-31).

Para os *fora* de Conímbriga e Mértola, sabe-se que as transformações que aí ocorreram são anteriores às da capital emeritense, o que não é surpreendente tendo em conta a maior longevidade dos espaços públicos nas capitais provinciais (DIARTE-BLASCO, 2012, pp. 307-308). Em **Conímbriga**, nos inícios do século IV, regista-se uma intensa transformação do criptopórtico oriental do *forum* flávio, que é completamente substituído por um espaço para a recolha e armazenamento de água. Esta nova funcionalidade do espaço ficou completamente definida quando no local se colocaram

um conjunto de latrinas (ALARCÃO e ÉTIENNE, 1977, pp. 145-150). Este setor do *forum* conimbricense viu a sua função alterada, mas o restante espaço continuou a desempenhar algumas das suas atividades originais. No século VI tem lugar o início do seu desmantelamento, porventura, por vias da cristianização do espaço forense (CORREIA, 2009, p. 102). Em **Mértola**, a mesma necessidade de armazenar água parece estar implícita nas alterações que se desencadearam na plataforma artificial que é identificada como o local do provável *forum* da cidade (MACIAS, 2006, p. 191; LOPES, 2015, pp. 109-111). Um dos criptopórticos foi convertido em cisterna cuja construção foi vista inicialmente pelos arqueólogos como um indício da proximidade a um edifício termal luxuosamente ornamentado (TORRES, 1995, p. 263). Atualmente admite-se que a presença desta cisterna pode estar relacionada com os batistérios e o complexo religioso escavados recentemente (LOPES, 2015, pp. 109-119).

Em muitas cidades, o processo transformativo dos *fora* inicia-se por determinadas reformas nos edifícios que o constituíam – a basílica, o templo do *forum* e as *tabernae* – e que, muitas vezes, não significaram a total desativação das funções do espaço forense. Em **Segóbriga**, parte do criptopórtico norte caiu em desuso no século III devido ao seu desmoronamento, mas tal não se traduziu no total desuso do *forum*, já que se documenta a colocação de pedestais na praça e nos pórticos (ABASCAL et al, 2004, p. 242). Só no século IV é que o complexo forense de *Segóbriga* é desativado e é ocupado por estruturas de carácter doméstico, produtivo, comercial e como lugar de deposição de resíduos (DIARTE-BLASCO e GURT, 2015, p. 314: fig. 5).

Além de surgirem espaços domésticos nos complexos forenses, há uma tendência para que aí também se detetem enterramentos em época tardia (DIARTE-BLASCO e GURT, 2015, p. 316). Tal pode dever-se à definitiva transformação dos *fora* através da cristianização da topografia urbana e da consequente construção de novos edifícios religiosos. No entanto, não parece ter existido uma relação direta entre a perda de funções dos *fora* e da sua reforma estrutural com o estabelecimento do Cristianismo em meio urbano. As transformações que ocorrem nos espaços forenses aconteciam já antes da total aceitação da nova religião.

Na maior parte das cidades, a prática de realizar enterramentos nos antigos espaços forenses não aponta para que aí se tenham formado verdadeiras necrópoles, mas antes para a dispersão de sepulturas ou de pequenos grupos de sepulturas por toda a área do *forum*. Assim aconteceu em ambos os *fora* de Tarragona (GURT e MACÍAS, 2002, p. 96). No entanto, há que referir que casos houve em que a atividade funerária foi tão intensa nesse espaço que tornou impraticável o desenvolvimento de quaisquer outras funções, levando *a posteriori* à construção de edifícios de culto nas imediações dessas necrópoles (DIARTE-BLASCO, 2018, p. 32). Em Conímbriga, por exemplo, há inclusivamente a possibilidade de o templo do *forum* ter sido reaproveitado para o culto cristão, uma vez que foram identificados enterramentos aos pés do pódio (DE MAN, 2006, pp. 78-81). A relação entre necrópoles e templos pagãos reutilizados para o culto cristão é uma hipótese que ainda precisa de dados arqueológicos adicionais, uma vez que a proximidade espacial entre ambos é uma razão muito limitadora. Quando não existe uma necrópole, essa relação é muito mais difícil de comprovar; em Mérida, no entanto, apesar da ausência de enterramentos, pensa-se que o designado *Templo de Diana*, localizado no *forum* colonial, foi utilizado como local de culto cristão. A perda da função pagã do edifício estima-se ter ocorrido entre os séculos IV e V, mas as suas características arquitetónicas foram mantidas. Este facto, conciliado com a instalação de uma estrutura de época visigoda e a abundância de elementos escultóricos tardo-romanos com simbolismo religioso nas suas imediações, sugerem que tal terá contribuído para a sobrevivência da estrutura do templo romano e para a sua utilização como igreja durante a Alta Idade Média (MATEOS e SASTRE, 2004, pp. 397-415).

A cristianização dos espaços forenses é crucial para compreender a importância que o antigo *forum* ainda tinha na malha urbana, sobretudo devido à sua centralidade na maior parte das cidades hispânicas. Segundo as mais recentes propostas, o *forum* de **Viseu** constituía uma exceção: não se encontrava numa posição central da cidade, mas antes na situação topográfica mais favorável – a colina da cidade. A sua posição proeminente em relação à restante malha urbana não foi ocasional, já que seria um modo de dominar visualmente toda a cidade e boa parte do seu território, mas também de ser avistado à distância, reforçando o poder de Roma e do Imperador (CARVALHO et al, 2020, p. 115). Não é, portanto, de estranhar que aí se localizasse, sobre as estruturas

do antigo *forum*, o complexo episcopal que representava a Diocese de Viseu, embora arqueologicamente ainda não tenha sido identificado.

Em suma, os espaços forenses da maior parte das cidades hispânicas entraram no século III ainda em pleno funcionamento, ainda que as suas estruturas já estivessem a sofrer alterações. Embora não haja dúvida de que a terceira centúria foi crucial, o processo não afetou todos os *fora* com a mesma intensidade e da mesma forma. Segundo P. Diarte-Blasco, as cidades nas quais o *forum* foi alvo de uma transformação estrutural tão intensa que impediu a atividade normal do espaço forense, foram aquelas que viram a sua continuidade interrompida entre o Baixo-Império e a Alta Idade Média (DIARTE-BLASCO, 2018, p. 27). Este foi o caso, por exemplo, das cidades romanas de *Carteia* (San Roque, Cádiz) e *Pollentia* (Alcúdia, Maiorca) (ORFILA et al, 1999, pp. 111-112; BERNAL, 2006, p. 448).

O desaparecimento das funções originais do *forum* foi gradual e foi o resultado da consolidação da privatização da sua área. Ainda que, em princípio, isso não interferiu diretamente com a continuidade da sua atividade, tal pode ter eventualmente conduzido ao fim do antigo espaço público. O processo não foi uniforme, visto que por toda a Península Ibérica cidades houveram que a interrupção do seu funcionamento foi causada por destruições violentas, como o referido incêndio da basílica de Valência. Embora nesses casos a situação seja repentina, isso desencadeou a fase inicial da privatização do espaço. Outras cidades houveram que as novas funções privadas não levaram à cessação do uso público dos *fora*, coexistindo as suas funções originais com as que agora emergiam (DIARTE-BLASCO, 2018, p. 29). A combinação de vários usos nestes espaços foi mais comum do que seria expectável. Não é estranho encontrarem-se estruturas de carácter doméstico construídas entre o pórtico e as colunas dos *fora*, ou até ocupando parte da praça. Essa diversidade de atividades é evidente como se viu nos casos de *Segóbriga* e *Caesaraugusta*. É difícil determinar se existiu algum planeamento neste processo, mas tendo em consideração que a usurpação destes espaços públicos se iniciou antes de as funções primitivas dos *fora* começarem a falhar, é admissível pensar que de facto houve um planeamento prévio ou que, pelo menos, houve uma autorização por parte dos poderes municipais (DIARTE-BLASCO, 2018, p. 31).

Os altos cargos administrativos desempenhados por algumas cidades parecem também ter tido uma importância significativa quanto à longevidade dos espaços e dos edifícios públicos clássicos. A sua pervivência deve-se ao papel central que um conjunto de cidades tinham na manutenção e no controlo das suas províncias, o que impediu que o fim das atividades forenses acontecesse antes do século V (DIARTE-BLASCO, 2018, p. 28). Entre elas, as já referidas *Tarraco*, *Augusta Emerita* e *Corduba* mantiveram o seu papel como centros de poder.

Ainda que os dados apontem para a sobrevivência dos *fora* em alguns centros urbanos, é possível afirmar que, nas cidades do extremo ocidente do Império, em meados do século V d.C., nenhum conservava a sua forma original. Não dispomos ainda de dados que informem com algum grau de certeza sobre a longevidade do *forum* viseense, porque faltam registos estratigráficos e a intervenção da Rua das Ameias/Praça D. Duarte não é elucidativa. Outras escavações realizadas no morro da Sé, como a do pátio do Museu Nacional Grão Vasco ou a do Largo da Misericórdia, também não revelaram evidências nesse sentido.

Na maioria dos *fora*, contudo, reconhece-se que este processo de mudanças estruturais, replaneamento e até dispersão iniciou-se de forma gradual e heterogênea no século III ou IV e que decorreu numa época em que as referências urbanas começaram a alterar-se e a definir a configuração da cidade alto-medieval. Aliás, a precoce remodelação dos *fora* hispânicos ainda no século III está documentada em Idanha-a-Velha, que sabemos através de informações ainda não publicadas e informações pessoais da equipa que está a dirigir o projeto *IGAEDIS* e a quem agradecemos. E esse parece ser também o caso de Viseu: a remobilização de materiais arquitetónicos romanos para a construção das muralhas viseenses significa que muitos edifícios alto-imperiais se encontravam já desmantelados antes do século IV e, portanto, o processo de desarticulação dos edifícios públicos do Alto-Império deve ter ocorrido mais cedo do que se julgava.

5.1.3. A desarticulação de outros espaços públicos

A transformação no uso e na fisionomia das estruturas urbanas passou também pela perda da funcionalidade original dos edifícios de espetáculos e de termas. Durante o Alto-Império, os edifícios de espetáculos assumiram um papel fundamental dentro dos mecanismos do culto ao Imperador, convertendo-se em claros expoentes das políticas imperiais e sobretudo da sua ideologia (DIARTE-BLASCO, 2012, p. 271). A fundação destes edifícios apresenta cronologias coetâneas em território peninsular e são coerentes com a monumentalização das cidades a partir do reinado de Augusto. O carácter monumental deste tipo de edifícios converte-os em construções de grande magnitude e impacto paisagístico. Na Hispânia, como noutras províncias do Império, esse valor na paisagem urbana será maior quanto mais próximos este tipo de edifícios estivessem dos *fora*, sobretudo os teatros, encurtando a distância política e espacial entre a religião e a liturgia do espetáculo (DIARTE-BLASCO, 2012, p. 272).

Nos finais do século II ou nos inícios do seguinte, muitos destes edifícios de espetáculos, ou foram revitalizados, ou perderam a sua funcionalidade original, num processo que se prolongou, em alguns casos, até ao século V (DIARTE-BLASCO, 2012, pp. 273-274). Em época tardia, observa-se uma tendência generalizada para o desuso de anfiteatros, teatros, circos e complexos termais, sendo também estes espaços alvos de espoliações, da reutilização dos seus materiais de construção ou do aproveitamento do seu espaço para a edificação de estruturas domésticas, comerciais ou até religiosas. Os teatros, os anfiteatros e os circos aparentam ter sido os primeiros edifícios a serem abandonados, em parte devido à mudança de gosto dos espectadores (DÍAZ MARTÍNEZ et al, 2007, p. 235). Veja-se, a título de exemplo, que, no ano de 404, a pressão exercida pela Igreja e por setores da aristocracia eclesiástica, imbuídos de ideais ascéticos, levou a que o Imperador Honório promulgasse um édito que suprimia os *munera* (combates gladiatórios) (FUENTES HINOJO, 2006, p. 276). A desaprovação imperial não foi suficiente para a cessação desses espetáculos e para que a população das cidades deixasse de ir assistir, mas ainda assim constitui um sinal de câmbio na mentalidade urbana que, a seu tempo, deixaria uma marca na topografia, aquando do abandono dos edifícios lúdicos.

A sobrevivência da atividade dos anfiteatros pode ter chegado até ao século III. Em muitos casos continuaram a funcionar até ao século IV, superados apenas pelos circos que se mantiveram ativos durante a quarta centúria e, em algumas cidades, chegaram inclusivamente até ao século seguinte (DIARTE-BLASCO, 2012, p. 287). O final da utilização dos edifícios de espetáculos parece estar diretamente ligado com o abandono das suas estruturas na qualidade de lugares destinados a atividades lúdicas. Não obstante, na segunda metade do século IV, começaram os primeiros processos de privatização de parte das estruturas dos teatros e dos anfiteatros (DIARTE-BLASCO, 2017, pp. 521-522).

Para o caso de **Viseu**, pouco se pode dizer sobre a desarticulação de outros edifícios públicos, nomeadamente os destinados a espetáculos. A existência de um anfiteatro, localizado no cruzamento da Rua Direita com a Rua do Gonçálinho, é apenas uma hipótese que se coloca devido à configuração que toma o antigo *decumanus maximus*. Esta foi uma ideia avançada por Pedro C. Carvalho, Pedro Sobral de Carvalho e João Perpétuo (CARVALHO et al, 2020, p. 112) (Figura 15). Além da existência de um anfiteatro na cidade de Viseu ainda se encontrar no campo da possibilidade por não haver dados arqueológicos que o sustentem, muito menos sabemos se esse importante edifício público foi ou não alvo de remodelações ou ocupações com funções distintas das originais em época tardia.

Em *Carthago Nova (Cartagena)*, o teatro de fundação augustana é abandonado a partir do século V e as suas estruturas são utilizadas para a construção de edifícios públicos, agora de carácter comercial (RUÍZ VALDERAS et al, 1993, p. 60). A maior parte das *tabernae* instalaram-se na zona do *hiposcenium* por forma a colmatar os desníveis do teatro, tendo-se identificado uma grande quantidade de elementos arquitetónicos nas novas construções, nomeadamente bases de colunas, capitéis, cornijas e até um fragmento de uma ara dedicada a Minerva (VIZCAÍNO SÁNCHEZ, 2002, pp. 207-220). Este é o caso de um teatro que conserva a sua titularidade pública em época tardia, apesar da perda da sua função original. Segundo Chris Wickham, o desenvolvimento do quarteirão comercial agora localizado no antigo teatro romano pode ter sido incrementado pelas necessidades da administração bizantina fixada na cidade (WICKHAM, 2005, p. 659).

O contrário aconteceu em **Córdoba**, onde o teatro começou a ser espoliado no século III após a ocorrência de um terramoto que afetou toda a província da *Baetica*, vendo a sua fisionomia alterada no século VI com a construção de estruturas domésticas (MONTERROSO, 2002b, pp. 161-172). O teatro romano de **Braga** tem-se como um dos primeiros edifícios públicos a ser desarticulado na cidade no século IV e cujo espaço foi reocupado também por estruturas de carácter doméstico durante a centúria seguinte (MARTINS et al, 2006, p. 26).

A reocupação dos edifícios de espetáculos por estruturas domésticas é recorrente em toda a Hispânia. Em **Mérida**, o teatro e o anfiteatro foram intensamente espoliados para a edificação de novas construções durante o século V. Na capital emeritense, parte do pórtico de acesso ao teatro foi ocupado por um espaço doméstico (MOSTALAC, 1997, pp. 581-603). Após a reparação da entrada oriental do teatro, que levou a uma mudança no sistema de circulação e de acesso ao edifício, iniciaram-se os primeiros passos para a privatização do espaço (DURÁN, 1998). Na palestra do anfiteatro detetaram-se igualmente estruturas domésticas e ainda uma oficina de fundição (ALBA, 2005a, p. 238). A partir do século V, a área porticada que se ligava ao anfiteatro começou a ser ocupada por estruturas domésticas que aproveitaram o muro perimetral do edifício como parede (ALBA, 2005a, p. 140).

Em **Conímbriga**, por sua vez, o anfiteatro parece ter perdido a sua função original mais cedo do que o de Mérida, ainda durante o século IV. A construção da muralha tardia votou as suas estruturas para o exterior da cidade. Os materiais de construção do anfiteatro conimbricense foram então removidos e reaproveitados na edificação da nova muralha (DE MAN, 2006, p. 23). Aliás, os alicerces do novo amuralhado foram feitos a partir de uma sapata de argamassa que se sustentou diretamente no anfiteatro, restando apenas os pisos de circulação do antigo edifício agora integrados nos novos espaços domésticos (DE MAN, 2006, p. 23).

Na **Bobadela**, foi possível detetar-se arqueologicamente que o anfiteatro se encontrava já abandonado quando um violento incêndio deflagrou no edifício nos finais do século IV. Isto porque, sob os níveis de cinzas, restava pouco mais do que as duas primeiras fiadas de parede do edifício (PORTAS e FRADE, 1994, pp. 354-355).

Em **Tarragona**, a arqueologia também permitiu constatar que a transformação do teatro e do anfiteatro não aconteceu nos mesmos moldes. Nessa cidade, o anfiteatro foi alvo de remodelações nos inícios do século III e manteve-se em funcionamento até meados século V, momento a partir do qual acaba por ser convertido numa basílica (LÓPEZ VILAR e MUÑOZ MELGAR, 2019, p. 38).

O teatro de **Caesaraugusta** apresenta uma problemática própria. Em meados do século III, o edifício sofre algumas reformas e, ao longo do século IV, parecem ter havido reparações mais significativas, nomeadamente no pavimento em *opus sectile* da *orchestra* sobre a qual se fez assentar um piso em terra batida e na eliminação de algumas filas da bancada mais próximas da cena (BELTRÁN, 1993, pp. 105-106). O pavimento da *orchestra* foi aumentado até à quinta arquibancada ainda no século V, mas o edifício acabou por entrar em desuso em meados da centúria seguinte e ser ocupado por estruturas de carácter doméstico (BELTRÁN, 1993, pp. 105-106).

Apesar do aparente cenário desolador, também há evidências que apontam para o florescer dos edifícios de espetáculos nesta época. Em **Mérida**, testemunhos epigráficos e arqueológicos demonstraram que o circo da cidade foi reconstruído entre os anos de 337 e 350. As obras passaram pela reparação das colunas e pela colocação de novos elementos decorativos em redor do edifício (MATEOS e ALBA, 2000, p. 144).

À semelhança dos restantes edifícios públicos, os complexos termais também vão ser alvo de privatizações e a sua amortização significou também a ocupação de termas por estruturas domésticas.

No século V, as termas da Calle John Lennon, em **Mérida**, já em ruínas entre os finais do século III e o século IV, foram reutilizadas como espaço de habitação segundo a estratigrafia identificada no hipocausto norte (ALBA, 2005b, p. 135). As termas monumentais do solar de Resti, localizadas fora das muralhas da cidade, foram também amortizadas por estruturas domésticas já depois de ocorrido o seu abandono no século V (ALBA, 2005a, p. 225). O mesmo destino teve o complexo termal da Calle de la Estación (ALBA, 2005a, p. 225).

Escavações arqueológicas desenvolvidas nas termas romanas do Alto da Cividade, em **Braga**, apuraram que o complexo sofreu remodelações em meados do século IV e que, no século seguinte, novos espaços domésticos reaproveitaram as estruturas das termas (MARTINS, 2005, pp. 60-65).

Em **Conímbriga**, a redução do perímetro urbano causada pela construção da muralha baixo-imperial nos finais do século III ou no primeiro quartel do século IV ditou, ou o abandono, ou a realização de algumas reformas estruturais dos três complexos termais identificados na cidade. O novo amuralhado seccionou a *insula* onde se localizavam as termas do Aqueduto, que permaneceram em funcionamento depois disso. A sua redução permitiu manter a zona dos banhos frios e alterar parcialmente a área dos banhos quentes, documentando-se ainda no século IV a construção de uma *natatio* (CORREIA e REIS, 2000, p. 277). Destino diferente tiveram as termas da Muralha e do Sul: a edificação da muralha baixo-imperial determinou o fim do uso original desses espaços (CORREIA e REIS, 2000, p. 274).

Ainda no que aos complexos termais diz respeito, há também casos em que se comprova a construção de igrejas alto-medievais sobre esses espaços. Tudo parece indicar que os complexos termais foram os últimos edifícios públicos pagãos a serem cristianizados, uma vez que continuaram a ser utilizados e frequentados por cristãos, alguns com altos cargos eclesiásticos. Os banhos teriam significados distintos entre pagãos e cristãos em termos de intencionalidade: para os cristãos, o banho só era admitido se tivesse uma finalidade medicinal, pelo que o ritual que estivesse motivado pelo prazer e pela luxúria caía no domínio da profanidade (JIMÉNEZ SANCHÉZ e SALES CARBONELL, 2004, p. 191). As termas, como lugar de reunião cívica por excelência, continuaram a desempenhar um papel ativo nas formas de sociabilidade urbana. Na obra *Etimologias* (Livro XV, capítulo 11: 40-42), Isidoro de Sevilha referiu-se aos *balnea publica* como uma instituição viva na sua época, indicando a existência de locais anexos a estes complexos onde se bebia e comia.

A existência de um complexo termal na cidade de **Viseu** também é outra ideia que se mantém no campo da suposição. Tal foi sugerido por J. de Alarcão e por J. L. Inês Vaz devido à abundância de *lateres* para o suporte de abóbodas na zona do Cerrado

(ALARCÃO, 1989, p. 27; VAZ, 1997, p. 357). O último autor viria depois a admitir que isso se devia, porventura, à existência de mausoléus abobadados (VAZ e CARVALHO, 2009, p. 39). As prospeções geofísicas realizadas em São Miguel de Fetal e no Loteamento do Quintal (LÓPEZ JIMÉNEZ e RUIZ BRAVO, 2013) contribuíram para que alguns autores defendessem a ideia de que aí terão existido umas termas em época romana, dada a abundante presença de águas subterrâneas (CARVALHO e ALVES, 2018, p. 170). Além disso, no decurso das escavações realizadas no Loteamento do Quintal foi identificado um tanque que ocupava uma área de 5.30 m x 4.60 m e cujas paredes se encontravam revestidas a *opus signinum* (CARVALHO, 2007, pp. 21-22). A presença de um tanque naquele local pode jogar a favor das hipóteses dos arqueólogos para a existência de um complexo termal na cidade. Não obstante, os dados são ainda esparsos e a arqueologia ainda não logrou apresentar mais provas que apontem nesse sentido; e menos provas apresentou ainda do tipo de alterações que terão modificado esse espaço após o final do Império Romano e o desaparecimento das elites urbanas.

Nas termas de Neápolis de **Ampurias**, uma nova basílica foi edificada sobre o vestiário (ou *apodyterium*) aproveitando algumas paredes e pisos do antigo edifício termal abandonado nos inícios do século II d.C.. No século seguinte, implanta-se uma necrópole organizada em torno de uma primitiva *cella memoriae*, anterior à própria basílica, cujos enterramentos perduram até aos inícios do século VIII (NOLLA e SAGRERA, 1995, pp. 17-18 e p. 61). O mesmo ocorreu nas termas de Camp Valdés, em **Gijón**, sobre as quais se identificou uma necrópole em redor da igreja românica de San Pedro, a qual terá origens mais antigas (FERNÁNDEZ OCHOA e GARCÍA DÍAZ, 2000, pp. 443-449). Também a Igreja de Sant Miquel de **Barcelona** foi construída sobre o antigo edifício termal: apesar de a igreja alto-medieval estar datada através de fontes escritas do ano de 951 (BALIL, 1960a), um fragmento de uma inscrição funerária do século V e um selo em bronze onde se lia *PETRVS PAVLVS* (BELTRÁN DE HEREDIA, 2008a, pp. 252-253), permitem pensar na hipótese de que as termas tenham sido cristianizadas em algum momento da quinta centúria.

Na cidade romana de **Clunia**, os dois complexos termais não lograram alcançar o século III. Em meados do século II começaram a realizar-se uma série de transformações que levaram à perda da função original dos espaços. Nas Termas del Foro, a zona do vestiário

foi ocupada por estruturas domésticas e o restante espaço foi utilizado como lixeira até ao século IV (PALOL, 1994, pp. 69-74). Algo semelhante aconteceu nas Termas de los Arcos II na mesma janela cronológica (PALOL, 1994, p. 22 e p. 92). O conjunto termal de los Arcos I, por outro lado, parece ter sobrevivido pouco além dos inícios do século III (PALOL, 1994, pp. 81-92).

Em **Burgos** constata-se uma outra realidade. A necrópole que cercava a ermida de Santa María de Clunia aponta para uma cronologia entre os finais do século III, que coincide com o momento de abandono das termas, e o século VII, o que leva a pensar na hipótese da existência de uma igreja anterior à que chegou aos nossos dias (PEÑA CERVANTES, 2000, p. 351). Uma outra ermida, a de Nuestra Señora de los Remedios, em **Segóbriga**, reaproveitou as estruturas do *caldarium* das termas monumentais da cidade, situadas intramuros. Apesar de as fontes escritas indicarem que as origens desta ermida não possam datar mais além do que o ano de 1500, a revisão dos dados arqueológicos do interior do templo permitiu avançar que, a partir do século IV, o complexo termal foi abandonado e algumas das suas divisões foram compartimentadas, aproveitando-as para se construir um edifício de arquitetura porticada (ALMAGRO GORBEA e ABASCAL, 1999, pp. 120-125).

A Catedral de **León** também se encontra sobre as estruturas de umas grandes termas romanas datadas do século II d.C. e que, segundo documentação escrita, terão perdurado até do século X. Ordonho II terá doado à antiga catedral o complexo termal que o rei utilizava como *aula regia* do seu palácio (PEÑA CERVANTES, 2000, p. 351). Não se descarta a possibilidade de parte das termas ter sido transformada num edifício religioso durante Alta Idade Média e que posteriormente o conjunto passasse a integrar as instalações régias.

5.1.4. A transformação dos antigos espaços privados

Os dados arqueológicos atuais permitem também conhecer as transformações ocorridas nas estruturas e na função dos espaços privados de carácter residencial do Alto-Império. A investigação sobre a evolução das *domus* urbanas ainda se encontra em

estado embrionário, em parte porque a maioria das cidades atuais se encontra sobre as antigas cidades romanas. Aliás, só muito recentemente é que foi publicada uma síntese acerca da arquitetura doméstica de época romana em Viseu (CARVALHO e CARVALHO, 2020). A redução do perímetro amuralhado das cidades no Baixo-Império votou para o exterior das muralhas alguns espaços residenciais, levando, ou à transladação das populações para o interior das cinturas defensivas e ao abandono daqueles locais, ou à sua exclusão extramuros. Em época tardia e durante a Alta Idade Média, a amortização das *domus* urbanas, situadas agora fora das muralhas, provocou uma reconfiguração das áreas suburbanas que, em muitos casos, se revestiu de uma nova roupagem funcional e simbólica. Esta é uma dinâmica atestada pela arqueologia, que a documenta em quase todas as cidades hispânicas tardias e alto-medievais. No caso de Viseu, como noutras cidades do extremo ocidente do Império, houve também uma condicionante para a transformação da paisagem dos subúrbios a partir do século IV e mais evidente no século seguinte: o Cristianismo. A localização das novas áreas funerárias está frequentemente associada à existência de edifícios de culto ou memoriais. Este tema é tratado com mais pormenor no ponto 5.2.2. *A formação da paisagem urbana cristã através dos edifícios religiosos e das necrópoles.*

Em **Viseu**, as estruturas arqueológicas identificadas no Loteamento do Quintal conformam a existência de uma área residencial datada do Alto-Império cuja cronologia de ocupação é calculada entre os séculos II-V d.C. (CARVALHO, 2007, p. 45) (Mapa 2: n.º 1). Os vestígios postos parcialmente a descoberto trataram-se essencialmente de muros que dividiam compartimentos de casas, de caleiras de escoamento de águas residuais e de um pavimento lajeado. O abandono do local deve ter acontecido provavelmente em finais do século III ou inícios do século IV, perdendo a sua função original como espaço residencial e deixando-o à mercê de ações de espoliação e de desmantelamento das estruturas. Sobre os antigos espaços de habitação foram implantadas duas sepulturas: é possível que, a partir do século V, uma necrópole tardia se tenha formado naquela área e tenha partilhado o mesmo espaço da antiga necrópole romana, localizada no exterior da porta oriental da muralha (nas atuais Rua Simões Dias e estrada da circunvalação) e alinhada com o *decumanus maximus*. Desconhecem-se, até ao momento, outras formas de ocupação do sítio que, por hipótese, pudessem estar

materializadas por estruturas construídas com materiais perecíveis e que continuam a carecer da atenção dos arqueólogos por não as saberem identificar.

Mapa 2 – Localização dos espaços domésticos mencionados no texto. 1: Loteamento do Quintal; 2: Rua da Prebenda.

Tomando o trajeto que leva o embasamento da muralha alto-imperial escavado na Rua Formosa (CARVALHO e CHÉNEY, 2007, p. 732: Est. IV.1), orientada provavelmente em direção à Rua 5 de Outubro, o sítio do Loteamento do Quintal localizar-se-ia dentro da cintura defensiva do Alto-Império, tratando-se de uma *domus* urbana. Após a redução do perímetro amuralhado com a construção da muralha do Baixo-Império, esta *domus* deve ter sido votada para o espaço extramuros. Esta é apenas uma hipótese a considerar, uma vez que não se conhecem os contornos da muralha do século I d.C. e, portanto, a inclusão da *domus* do Loteamento do Quintal dentro da cidade do Alto-Império é, por isso, conjectural. O certo é que o espaço que envolve o sítio do Loteamento do Quintal, bem próximo à Igreja de São Miguel de Fetal, adquire um novo significado através da implantação de sepulturas de inumação. A sua localização pode ser explicada pela eventual presença de um mausoléu ou *martyria* que se pensa estar materializado pela sepultura excecional identificada no adro da Igreja de São Miguel (TENTE e DE MAN, 2014, p. 4; TENTE et al, 2018, p. 95). No Loteamento do Quintal apenas foram

parcialmente escavadas duas sepulturas de inumação, as quais podem ter pertencido a uma necrópole de maiores dimensões. Ambas apresentavam estruturas semelhantes, compostas por *tegulae* justapostas e orientadas no eixo NE-SO. A sua construção deverá ter reaproveitado materiais de construção resultantes do desmantelamento dos edifícios romanos no seu entorno. Aliás, a presença destas sepulturas é concordante com a identificação de outros enterramentos no local e nas imediações (COELHO, 1943; COELHO, 1949; SILVA e VAZ, 1983) e com a recolha de inscrições funerárias em redor daquela área (PEREIRA, 1955).

Em **Braga**, identificaram-se dois tipos de reocupações relacionadas nos espaços residenciais alto-imperiais durante época tardia (MARTINS et al, 2016, p. 36). Por um lado, as *domus* urbanas continuaram a ser ocupadas nos mesmos quarteirões situados intramuros e que se estruturavam em função da malha ortogonal da cidade romana. Apenas foram detetadas algumas reformas nesses espaços domésticos entre os finais do século III e os inícios do século IV. Do século V em diante, estas *domus* perderam a sua função como residências das elites urbanas e as suas áreas foram internamente reorganizadas. Por outro lado, verifica-se a emergência de novas construções de carácter doméstico e produtivo, dispersas em redor de antigos edifícios públicos, embora tal só se tenha ainda identificado na zona do teatro romano. Essas novas construções são caracterizadas pelo seu carácter orgânico e pelo uso de novas soluções construtivas (MARTINS et al, 2016, pp. 36-37).

Entre as reformas que as *domus* urbanas bracarenses sofreram no século IV destaca-se a construção de termas privadas, que se constitui como a característica mais típica das *domus* de Braga e que foi detetada arqueologicamente na Escola Velha da Sé e na *domus* de Santiago. As remodelações tardias que se identificaram nestes contextos ilustram um forte investimento na sofisticação decorativa dos espaços, sobretudo através de novos revestimentos de estuques nas paredes e de pavimentos em mosaico. Tal investimento passou também pela ornamentação dos peristilos e, tal como se identificou na *domus* das Cavalariças, na construção de um ninfeu (MARTINS et al, 2016, p. 40). A reestruturação destas casas passou muitas vezes pela ampliação do seu espaço construído, o que levou frequentemente à invasão de pórticos exteriores e à integração de outras construções que lhes eram contíguas (MARTINS et al, 2016, p. 40). Os

arqueólogos justificam as remodelações destas *domus* urbanas no âmbito da promoção de *Bracara Augusta* a capital da província da *Gallaecia*, uma circunstância que explicaria a permanência, no interior da cidade, de uma elite que respondia às necessidades políticas inerentes à gestão de um vasto território (MARTINS et al, 2016, p. 41).

É possível que, no século V, as *domus* bracarenses ainda pudessem estar ocupadas e que tivessem sido gradualmente abandonadas como consequência do novo enquadramento político e administrativo originado pela formação do reino suevo. Todavia, a natureza dos vestígios arqueológicos dos séculos V e VI é tão precária que se torna difícil indicar o momento de desarticulação das áreas residenciais intramuros e o do desaparecimento das elites urbanas que nelas viviam (MARTINS et al, 2016, p. 45). Nos séculos VI-VII nota-se uma certa persistência da ocupação residencial no interior das muralhas que vinha acontecendo já no período anterior. A informação arqueológica disponível dá conta da ocupação daqueles espaços com novas lógicas funcionais, utilizando as estruturas pré-existentes e, por vezes, compartimentando-as através da construção de novos muros (MARTINS et al, 2016, p. 46).

É possível que as estruturas residenciais identificadas nas escavações do Morro da Sé Catedral do **Porto** (REAL et al, 1985/1986) possam corresponder à mesma desarticulação de um espaço privado no Baixo-Império. A edificação da primeira cerca defensiva da cidade, no século III, parece ter sobreposto e cortado os vestígios de um espaço doméstico anterior, datado do reinado de Augusto. Este espaço doméstico apresentava estruturas de planta retangular com cantos arredondados, paredes construídas com recurso a blocos de pedra irregulares de grande dimensão intercalados com pedra mais miúda e, no seu interior, foi identificado um pavimento lajeado (REAL et al, 1985/1986, pp. 20-21). A cronologia alto-imperial do contexto doméstico foi comprovada pela recolha de fragmentos de TSSG e de produções da dinastia Flávia e do Imperador Tibério. Tal como noutras cidades do Império, as muralhas baixo-imperiais do Porto reaproveitaram materiais de construção de edifícios romanos e, neste caso, amortizaram espaços pré-existentes para a sua construção.

Em **Mérida**, são muitos os exemplos de antigos espaços privados, de carácter residencial, abandonados durante nos finais do século III ou nos inícios do século IV e

que foram sobrepostos, a partir dessa altura, por necrópoles que amortizaram os níveis de ocupação alto-imperiais. É o caso da *domus* da Casa del Anfiteatro, da *domus* de Santa Eulalia, da *domus* do solar do Museo Nacional de Arte Romano, da *domus* da Rambla 22 e da *domus* situada na antiga Fábrica de El Águila (GURT, 2000-2001, p. 462).

Em **Barcelona**, sobre os níveis de abandono da *domus* da Calle de Bisbe Caçador, situada no setor sudeste da cidade e junto à muralha, foi reconhecido um enterramento infantil numa ânfora, datado dos séculos VI-VII (REVILLA et al, 2000; GARCÍA et al, 2003). No ângulo norte da cidade, intervenções arqueológicas na *villa* suburbana de Antoni Maura possibilitaram documentar o processo de cristianização da mesma, tendo sido identificados enterramentos privilegiados numa *cella* e uma extensa necrópole que se desenvolvia no eixo SO-NE até à Avenida de Francesc Cambó. Todo este setor continha mais de 250 enterramentos (BELTRÁN DE HEREDIA, 2010, p. 365). Segundo Gisela Ripoll, um dos enterramentos de estatuto privilegiado possuía uma cobertura com um mosaico sepulcral. A iconografia musivária – uma coroa de cor púrpura com as letras α (alfa) e Ω (ómega) – remete, de acordo com a arqueóloga, para a eventual sepultura de um mártir, o que justifica também a ampla área de enterramentos em seu redor (RIPOLL, 1999, p. 251). Tradicionalmente, o túmulo tem sido atribuído a São Paciano, bispo de Barcelona no século IV, mas há outros trabalhos que apontam para que se trate da sepultura de Teodósio, filho do Rei visigodo Ataúlfo e de Gala Placídia (BELTRÁN DE HEREDIA, 2010, p. 384). À margem das suposições acerca de quem ali foi inumado, o sepulcro, datado do século V com base na iconografia do mosaico, pertenceria certamente a uma personagem de grande importância na comunidade cristã. O edifício que albergou este enterramento ter-se-á assim convertido num polo de atração religiosa e funerária, originando a construção de uma basílica (BELTRÁN DE HEREDIA, 2008b, p. 285).

No subúrbio ocidental de Barcelona, nas imediações do mosteiro de Sant Pau del Camp, foi detetada a existência de uma *villa* romana. Apesar de se encontrar já algo afastada do núcleo urbano, esta *villa* localizar-se-ia relativamente próxima a umas das vias que para lá se dirigiam. Aí identificou-se um mausoléu e uma necrópole constituída por 98 enterramentos tardios (BELTRÁN DE HEREDIA, 2010, p. 378 e p. 381). Ainda que o mosteiro de Sant Pau del Camp date do século X d.C., a fundação de um edifício religioso deve ter origens mais antigas, que pode ele mesmo ter derivado da existência do

mausoléu. A reutilização de capitéis e impostas na construção do mosteiro alto-medieval, datáveis dos séculos VI-VII, contribui para essa hipótese (BELTRÁN DE HEREDIA, 2008b, p. 285). Segundo J. Beltrán de Heredia, “(...) *la transformación de la uilla llevara a la construcción de un monasterio y que el monasterio del siglo X tuviera un origen monástico mucho más antiguo. Los actos de evergetismo de miembros destacados de grandes familias acomodadas que entregaban sus posesiones a la iglesia y fundaban basílicas y monasterios en sus propiedades, son bien conocidos a partir de las fuentes escritas y han sido refrendados por la arqueología*” (BELTRÁN DE HEREDIA, 2010, p. 382).

Em **Córdoba**, uma luxuosa *villa* construída no subúrbio norte terá mantido as suas estruturas até aos inícios do século V, momento a partir do qual se forma uma necrópole nas imediações e à qual foram associados três monumentos funerários (GURT e SÁNCHEZ, 2008, p. 192). Este é um exemplo singular na cidade devido à longevidade do espaço como local de habitação. Na escavação de outros dois sítios arqueológicos constatou-se a tendência generalizada para a amortização de *domus* suburbanas por núcleos funerários. No setor oriental da cidade, na Calle Lucano 7-9, um conjunto de sepulturas e de uma *mensa* funerária datadas do século IV sobrepuseram os níveis de abandono de um dos compartimentos de uma habitação alto-imperial (SANCHÉZ, 2006, p. 93). No setor ocidental, na área do Parque Infantil de Tráfico, um novo recinto funerário de planta quadrangular forma-se sobre uma *domus* em desuso entre meados do século IV e o século V. No interior do recinto, quatro sepulturas foram abertas em fossas e cobertas horizontalmente por *tegulae*. A segunda fase de ocupação desta necrópole ocorre na primeira metade do século V, quando uma série de enterramentos surge dentro e fora do recinto funerário, não respeitando a organização precedente (SANCHÉZ, 2006, p. 92). Segundo a investigação desenvolvida sobre estas necrópoles, a recuperação de um fragmento de vidro decorado com um *crismón* inciso no recinto funerário do Parque Infantil de Tráfico e a presença de uma *mensa* na Calle Lucano parecem apontar para a celebração de banquetes junto a enterramentos cristãos (SANCHÉZ, 2006, p. 93). A celebração de banquetes deve ter perdurado até ao século V, o que poderá ser uma das explicações para a recolha de espólios cerâmicos datáveis dessa centúria no Loteamento do Quintal, em **Viseu**. Os fragmentos recuperados

incluem produções de *Terras Sigillatas* tardias, de CIS e de IEV, que se enquadram numa fase posterior ao abandono do espaço residencial alto-imperial e num período coetâneo à sua utilização como necrópole. Se estes espólios não corresponderem ao ritual de banquetes, a sua presença simboliza, pelo menos, a frequentação do sítio enquanto área cemiterial.

A utilização funerária das referidas necrópoles cordubenses cessa a partir do século VI quando as mesmas passam a concentrar-se em redor de edifícios religiosos construídos no subúrbio (GURT e SÁNCHEZ, 2008, p. 192). O expoente máximo deste processo na cidade de Córdoba é o da necrópole cristã que se associou ao edifício religioso do *palatium* de Cercadilla, no interior e em redor do qual se detetaram enterramentos até época moçárabe (SANCHEZ, 2006, p. 94).

Cabe agora destacar um outro tipo de testemunhos que reportam à amortização e à transformação dos antigos edifícios residenciais romanos no espaço intramuros. Em **Viséu**, a escavação de uma *insula* romana na Rua da Prebenda pôs a descoberto parte de um pavimento em *opus signinum*, identificado no Compartimento 2 da *insula* (Mapa 2: n.º 2). O pavimento assentava sobre o enchimento de uma fossa no canto norte daquela divisão – a designada Fossa 3 –, que apresentava uma planta retangular com 2.60 x 2.40 metros. Essa estrutura negativa rompeu o nível de circulação romano e todos aqueles que se encontravam abaixo do mesmo, atingindo o substrato geológico até uma profundidade de 1.48 metros. Apesar de não terem sido recuperados vestígios materiais que permitissem aos arqueólogos datar o momento da sua abertura, nem da construção do pavimento (SANTOS et al, 2010, p. 57), a posição estratigráfica da Fossa 3 coloca-a numa fase posterior ao momento de desativação do edifício romano. O seu enchimento, realizado numa única leva, era constituído por placas losangulares provenientes de um pavimento em *opus spicatum* e por cerâmica de cronologia alto-imperial, o que indica que a abertura desta fossa implicou a destruição de estruturas e de níveis associados à *insula* romana (SANTOS et al, 2010, p. 53).

As mesmas cidades que mostram a reocupação dos edifícios públicos com a construção de estruturas domésticas no interior das muralhas revelam também a formação de estruturas negativas tipo fossas-lixéiras. A sua presença testemunha a colmatção de

espaços que perdem a sua função original e a sua coerência estrutural como unidades de habitação, além de realçar a imagem das cidades em mudança. Estas estruturas negativas indicam, de forma bastante concreta, a presença contínua de população no interior dos núcleos urbanos e faz cair por terra a ideia de cidades sem gente neste período. Indicam igualmente a sua capacidade para transformar os antigos edifícios; se com o consentimento dos poderes públicos urbanos, não se sabe. Se sim, essas fossas poderiam não estar apenas a amortizar esses espaços, como também a criar soluções de nivelamento para novas construções. Isso pode explicar a razão para que, sobre o enchimento da Fossa 3 da *insula* da Rua da Prebenda, tenha sido construído um novo pavimento em *opus signinum*. Tal também põe em evidência a curta duração de utilização dessa fossa, o que permite refletir sobre a mobilidade da população urbana nesse setor da cidade e a variabilidade do uso do espaço durante a Alta Idade Média (GURT, 2000-2001, p. 457).

O fenómeno da abertura de fossas-lixearias nos edifícios públicos e nos espaços residenciais romanos no interior do amuralhado urbano parece iniciar-se a partir do século III ou inícios do século IV, mas cuja tendência se acentua no século seguinte e torna-se um dos processos mais característicos da transformação das cidades em época tardia (REMOLÀ, 2000, p. 118). Em **Barcelona**, estas fossas (*basureros* ou *vertederos*, em espanhol) documentam-se durante a Antiguidade Tardia e proliferam ao longo de toda a Alta Idade Média, assinalando, segundo J. Beltrán de Heredia, alterações de carácter social, económico e de reorganização urbana que se iniciam nessa época (BELTRÁN DE HEREDIA, 2008b, p. 283). Em **Conímbriga**, detetaram-se depósitos de detritos em estruturas negativas que dificilmente teriam podido existir antes dos primeiros anos do século V. Consistem quase todas a covas abertas em contextos domésticos que apareceram dispersas por toda a área da cidade e cuja adscrição cronológica foi comprovada por algumas datações por radiocarbono (DE MAN e SOARES, 2007, pp. 285-294; REIS et al, 2011, p. 196). A identificação de um conjunto de fossas na Casa do Tridente e da Espada reportam a uma alteração no tratamento dos resíduos em estruturas romanas habitacionais e a uma modificação dos modos de vida domésticos, porventura num intervalo de tempo de apenas uma geração (REIS et al, 2011, p. 198). Veja-se igualmente que, após a transformação do circo de **Valência** com a construção

de estruturas domésticas na segunda metade do século VI, o novo espaço residencial foi também ele afetado por fossas e lixeiras que cobriam os seus muros (RIBERA e ROSSELLÓ, 2000, p. 162). Em **Cartagena**, identificaram-se fossas sobre zonas onde, a partir do século V, se instalou uma área doméstica. Algumas dessas estruturas negativas alcançaram inclusivamente o século VII (VIZCAÍNO SANCHÉZ, 1999).

Em forma de conclusão do ponto 5.1. relativo aos símbolos da desarticulação da cidade clássica romana, o primeiro aspeto a refletir é acerca do conceito de “declínio” ou “decadência”, muito usado, mas definitivamente depreciativo. Como se pôde constatar com o exercício feito sobre esses símbolos, existem inúmeras realidades relacionadas com a transformação das materialidades das cidades e elas não têm todas o mesmo significado: (a) a desmonumentalização (ou abandono) das áreas dos *fora*; (b) uma diminuição geral para a construção de edifícios monumentais; (c) a fragmentação ou a desestruturação da coerência espacial das cidades, por vezes potenciando a criação de áreas vazias; (d) a compartimentação de antigas estruturas residenciais; (e) a utilização de técnicas de construção mais simples, que incluíram o reaproveitamento de materiais de construção de antigos edifícios; (f) a cessação da manutenção dos equipamentos públicos; (g) a tendência para práticas funerárias no espaço intramuros; e, por fim, (h) o abandono de certas áreas da cidade e/ou a sua conversão em espaços agrícolas. Com exceção do último elemento, nenhum dos outros indicia um declínio em si mesmo. Representa antes uma mudança no governo das cidades e uma fragmentação nos padrões da identidade urbana.

5.2. Os elementos transformadores da cidade alto-medieval

Conjuntamente com esta corrente transformadora dos espaços e edifícios públicos que contribui para uma visão sobre a desarticulação da cidade romana, começa a emergir nos núcleos urbanos do extremo ocidente do Império uma nova autoridade com poder para transformar o perfil da cidade: a Igreja como instituição e os bispos como autoridades cívicas. Esta nova autoridade não se fez presente nos primeiros momentos das transformações que os centros urbanos sofreram, mas terá sido depois crucial para completar todo esse processo. A consolidação do poder da Igreja na cidade fez-se a

partir da cristianização da própria topografia urbana, principalmente com a construção de edifícios religiosos e de complexos monumentais. Em muitas cidades hispânicas detetou-se que, por vezes, os novos edifícios religiosos serviram-se de estruturas mais antigas, já despojadas das suas primitivas funções. Inclusivamente há casos em que essas novas igrejas se ergueram sobre a arena de anfiteatros, numa clara tentativa de sacralizar um espaço vinculado a atividades lúdicas profanas.

A cristianização dos subúrbios foi também uma constante nas cidades da parte ocidental do Império que, por se encontrarem fora de muralhas, raras vezes incidiu sobre antigos edifícios públicos. Não é estranho, porém, que a cristianização da cidade tenha encontrado espaços concretos na malha urbana que conectavam o Passado clássico com a nova realidade urbana, jogando para uma topografia de poder. Perante a desestruturação dos edifícios públicos romanos, a Igreja não hesitou em marcar esses espaços com uma arquitetura própria, definindo novos focos de atração e de controlo da população urbana (DIARTE-BLASCO e GURT, 2015, p. 318).

5.2.1. As muralhas, as portas e as vias

Uma das principais características que define a cidade tardo-antiga é a construção de muralhas *ex novo* ou a reparação dos sistemas defensivos alto-imperiais, cujo fenómeno foi um processo dilatado no tempo, iniciado a partir do século III e com repercussões ainda no século VI (DIARTE-BLASCO e GURT, 2015, p. 323). O facto de se tratar de um fenómeno que ocorreu num intervalo de tempo tão amplo não permite fazer generalizações acerca da construção de muralhas na Hispânia. Dentro de um mesmo marco cronológico ocorreram situações distintas, que variaram entre grandes obras ou pequenas intervenções sem uma programação específica. Há que destacar que as muralhas não foram um elemento exclusivo da cidade tardo-antiga, mas é neste período que se verifica uma maior proliferação dos amuralhados urbanos ou a intervenção sobre os pré-existentes, datados do Alto-Império. A construção de muralhas baixo-imperiais ou alto-medievais é, portanto, um fenómeno complexo e heterogéneo no que respeita à sua diversidade tipológica, aos seus contextos e cronologias.

De uma forma geral, os núcleos urbanos que executaram obras de restauro nas muralhas construídas no Alto-Império reutilizaram os traçados anteriores e as cidades que se dotaram de novas muralhas no Baixo-Império retificaram o seu traçado alto-imperial, frequentemente adossando-se à muralha precedente. Há ainda casos em que só nesta época é que algumas cidades se fortificaram, como *Lucus Augusti* (Lugo) e *Aquae Flaviae* (Chaves) (RIBEIRO, 2010, p. 63; RIOS, 2020, p. 149). De qualquer forma, a maior parte das cidades hispânicas viu o seu perímetro urbano ser reduzido, em virtude de garantir uma melhor eficácia defensiva e uma manutenção mais eficaz dos edifícios e das vias públicas (DÍAZ MARTÍNEZ et al, 2007, p. 233). A construção de novas muralhas ou a reparação/manutenção dos troços alto-imperiais encontrava-se a cargo das cúrias urbanas, cuja vitalidade é explícita pela monumentalidade e pelos elevados encargos das obras. Era, no entanto, o Imperador que autorizava a sua execução.

A abordagem inicial aos novos amuralhados baseava-se na ideia de que os mesmos respondiam a interesses puramente defensivos e que tal se devia ao clima de insegurança gerado pela eminência de um ataque bárbaro. Essa ideia foi refutada por Alberto Balil (1960) que propôs uma explicação baseada em critérios estratégicos a nível imperial. Para o autor, as muralhas tinham sido concebidas com um intuito eminentemente militar, destinadas a defender os cruzamentos das principais vias de comunicação e os grandes centros económicos, como Mérida (BALIL, 1960b, pp. 179-197). As fontes escritas parecem corroborar, de alguma forma, a defesa dos centros urbanos: a crónica de Idácio de Chaves refere as ofensivas suevas dirigidas para a tomada de cidades como o Porto, Conímbriga, Lisboa ou Mértola (DE MAN, 2012b, p. 106). O amuralhamento de núcleos urbanos de menor dimensão, entre os quais Astorga, Lugo e León, prendia-se com soluções regionais adotadas para travar possíveis invasões a partir das linhas costeiras. Outros autores sublinham a dimensão simbólica das muralhas tardo-antigas como elementos de prestígio construídos para responder a funções ideológicas (GUTIÉRREZ LLORET, 1996, pp. 55-66). A capacidade de um núcleo urbano para se dotar de potentes muralhas revela a importância simbólica, imaterial e representativa da cidade, em especial na sua relação com o território como delimitadores do espaço urbano (DE MAN, 2008, p. 21). As muralhas tardo-antigas vão também constituir-se como elementos definidores do novo urbanismo e da perceção

das cidades, em parte devido ao seu alçado vertical. Além disso, ao contrário dos restantes edifícios públicos, estas construções não foram alvo de processos de privatização e não perderam o seu valor como estruturas públicas durante a Alta Idade Média. A sua função defensiva explica a conservação do seu carácter público (DIARTE-BLASCO e GURT, 2015, pp. 323-324).

As muralhas, como delimitadores dos limites das cidades, foram elementos cruciais na distinção entre o meio urbano (intramuros) e o meio periurbano (extramuros) e serviam de elementos articuladores com outros espaços situados no exterior dos recintos amuralhados. Na Alta Idade Média, localizar-se-iam fora de muralhas e junto às suas portas as necrópoles (que podiam ou não ter origens mais antigas) e os edifícios de culto cristão. A relação entre a urbe e o subúrbio intensifica-se precisamente através dos processos de cristianização - sobretudo do espaço suburbano -, conferindo um novo dinamismo extramuros. O diálogo entre as muralhas e a paisagem urbana também se alterou: por um lado, a construção dos sistemas defensivos implicou a eliminação de edifícios e de estruturas pré-existentes e, por outro, a própria monumentalidade dos novos muros impôs-se em termos paisagísticos (DIARTE-BLASCO e GURT, 2015, p. 324). Veja-se, por exemplo, que a muralha baixo-imperial de **Barcelona** se adossou à muralha de fundação augustana e que, apesar de não ter sofrido modificações significativas ao seu traçado, reforça-se através de 78 torres (BELTRÁN DE HEREDIA, 2006, p. 92), o que marca efetivamente uma vontade de impressionar quem se dirigia à cidade.

As muralhas que se construíram em **Viseu** nos finais do século III retificaram o traçado do sistema defensivo precedente, de fundação augustana. Este facto foi constatado na intervenção do troço de muralha escavado na Rua Formosa, no qual a fundação de uma torre semicircular assentava sobre o amuralhado mais antigo que lhe conferia uma base de suporte sólida (CARVALHO e CHÉNEY, 2007, pp. 732-733). Nesse local, o pano de muralha baixo-imperial encontrava-se mais recuado em relação ao primitivo, pelo que a estrutura defensiva do Baixo-Império revelava uma orientação dissonante em 40° em relação à do Alto-Império (CARVALHO e CHÉNEY, 2007, p. 737), evidenciando uma contração do perímetro urbano. Calcula-se que o perímetro fortificado tivesse cerca de 20 hectares nos séculos I e II, tendo sido reduzido no Baixo-Império para entre 12 a 13 hectares (Mapa 3).

tramos de Santa Cristina, da Rua Formosa e da Rua João Mendes exibiam uma construção em *opus quadratum*. Esta técnica caracteriza-se pela disposição regular e linear de fiadas de silhares graníticos afeiçoados nos paramentos externo e interno; na Rua Formosa verificou-se que as juntas dos silhares entre cada fiada encontravam-se desalinhadas e que, para se manter a regularidade do aparelho defensivo, optou-se por se recorrer à utilização de cunhas entre silhares. Os paramentos não estavam argamassados e incluíam, na sua construção, materiais romanos reaproveitados. No troço do Largo de Santa Cristina, foram identificados no aparelho da muralha silhares reutilizados e um peso de lagar aparelhado; no da Rua Formosa, um fragmento de meia-coluna, uma cornija e um fuste de coluna; e no do Largo de Santo António, silhares aparelhados, uma coluna e fragmentos de *tegulae* e de *imbrices*.

Os troços intervencionados na Rua João Mendes e no Largo da Misericórdia sobrepunham muros de edifícios mais antigos e, neste último local, alguns dos blocos pétreos desses edifícios parecem ter sido redirecionados para a construção da muralha. O troço da Rua Formosa foi o único em que a muralha baixo-imperial se sobrepôs à de época alto-imperial, conservada numa extensão de 17.50 metros, uma largura máxima de 1.60 metros e uma altura máxima de 1.35 metros.

Os amuralhados identificados no Largo de Santo António e do Largo da Misericórdia apresentam uma característica que advém da adaptação da muralha à topografia e à geomorfologia da cidade. Ambos incorporaram na sua construção grandes afloramentos rochosos como parte do sistema defensivo. No Largo da Misericórdia, o corte do afloramento resultou no emprego desses resíduos no enchimento da muralha. Nos restantes troços, contudo, o enchimento *intra* paramentos foi feito com recurso a pedra de pequena e média dimensão intercalada com argamassa. O enchimento do tramo de Santa Cristina incluía também restos de saibro.

À semelhança de tantas outras muralhas construídas nos finais do século III, dois dos troços identificados em Viseu eram guarnecidos de torres. Os bastiões ostentavam uma planta semicircular e corpos maciços. As torres detetadas na Rua Formosa e da Rua João Mendes apresentavam uma construção em *opus quadratum*. O bastião da Rua Formosa tinha 4.75 metros de diâmetro e 1.04 metros de altura máxima. Aí, a torre semicircular

fez-se com a colocação de fiadas de silhares sensivelmente trapezoidais, intercalados com outros ligeiramente triangulares ou paralelepípedicos que serviam de “tição”. O enchimento da torre era semelhante ao da muralha, constituído por pedras e argamassa. A torre identificada na Rua João Mendes apenas se conservava ao nível dos alicerces. Atualmente não existem dados quanto à distância entre as torres que guarneciam as muralhas de Viseu.

À luz dos dados da arqueologia urbana, conhecem-se os setores meridional, oriental e noroeste da muralha baixo-imperial da cidade, materializada pelos troços descobertos na Rua Formosa/Largo de Santa Cristina, Rua João Mendes/Largo de Santo António e no Largo da Misericórdia respetivamente. Até que novas intervenções arqueológicas ponham a descoberto troços que ainda se desconhecem, todas as reconstituições que se façam sobre o traçado do sistema defensivo da cidade serão meras hipóteses (Mapa 3). A cintura amuralhada passava na Rua Formosa, atravessava o Largo de Santa Cristina e percorria a Rua João Mendes até à rotunda do Largo de Santo António, de sul para nordeste. Nesse ponto, é possível que formasse uma esquina que infletia para o Largo Mouzinho de Albuquerque, em frente à entrada para a Rua Direita. O trajeto da muralha a partir deste ponto é difícil de estimar, mas todas as propostas avançam para que a mesma seguisse depois pela Calçada da Vigia em sentido ascendente até à colina da Sé. cremos, aliás, que a muralha tardo-romana diferiria alguns metros em relação ao traçado do amuralhado afonsino, que segue encostado às traseiras da Casa do Miradouro e da Casa do Adro. Nesta lógica, a muralha passava assim em frente a esses edifícios, pelo Largo António José Pereira, incluía o Largo da Misericórdia e dirigia-se até ao Largo Pintor Gata. Daí, avançava pela Rua Chão do Mestre até ao cruzamento com a Rua Dr. Luíz Ferreira, o qual coincide com o canto nordeste do Mercado 2 de Maio. Desse ponto, atravessaria o atual casario até ao extremo sul da Rua Direita e até ao local onde a mesma se entronca com a Rua do Carmo. O traçado da muralha culminava novamente na Rua Formosa.

Tradicionalmente, a investigação aponta para a existência de uma das portas da muralha no cruzamento das ruas João Mendes, Simões Dias e do Gonçalinho. A partir da Rua do Gonçalinho tinha-se acesso ao interior da cidade pelo *decumanus maximus*. No entanto, a intervenção arqueológica realizada na Rua João Mendes permitiu constatar que nada

restava da porta ou da muralha nesse local. Uma outra porta – a porta norte - estaria provavelmente situada à entrada da Rua Direita, dando acesso à cidade pelo *cardus maximus*, que terminaria numa outra porta no extremo sul da mesma rua. A porta sul localizar-se-ia no ponto que a muralha cruzava com a Rua do Carmo. A muralha e as portas estariam articuladas com eixos viários que atravessavam a malha interior da cidade, mas estariam também articuladas com os espaços extramuros. Junto às portas e no exterior das muralhas localizar-se-ia necrópoles e edifícios de culto cristão. Aliás, a nossa assunção para a existência de algumas portas, como as duas portas que extremavam a Rua Direita devem-se à presença de espaços funerários e religiosos nas suas proximidades. Muito próxima da porta norte localizava-se a necrópole que se identificou na Avenida Emídio Navarro e, no bairro do Cerrado, no setor sul da cidade, há referências às igrejas de São Martinho e de Santa Cristina, bem como à existência de sepulturas de inumação. A arqueologia também ainda não apresentou evidências consonantes com a porta ocidental da cidade, onde culminaria o outro extremo do *decumanus maximus*; mas a existência já comprovada de uma necrópole na Rua Silva Gaio faz supor que a entrada para o espaço urbano se faria ali perto. A suposição da existência da porta oriental no cruzamento entre as ruas João Mendes, Simões Dias e do Gonçalinho deve igualmente à presença de um espaço funerário em redor da Igreja de São Miguel de Fetal.

A monumentalidade da muralha baixo-imperial de Viseu é, segundo Adriaan De Man, “condizente com a sua relevância alto-medieval” (2008, p. 235). Esta seria a estrutura defensiva que cercaria a cidade ao tempo em que surgem as primeiras notícias escritas acerca da Diocese viseense, datadas da segunda metade do século VI.

A *Historia Silense* dá conta do episódio da morte de D. Afonso V de León junto às muralhas de Viseu em 1028. Ainda que a descrição do acontecimento faça referência ao castelo e à sua torre, é possível que se trate de um discurso retórico e que a muralha mencionada fosse ainda a tardo-romana. A longevidade de sistemas defensivos tardios está documentada inclusivamente em **León**, onde a estrutura defensiva tardo-antiga se manteve, foi alvo de algumas reformas e foi posteriormente alargada (TENTE, 2016b, pp. 117-118). Muito provavelmente, a mesma muralha ainda delimitava a cidade de Viseu no século XII, tendo em conta as fontes escritas que mencionam a doação de um

murum vetus por parte dos condes portugalenses à Sé de Viseu, em 1110: «*Testamentum illud est intus murum vetus, in loco praenominato in illam viam de S. Michaelis, et de illa Regaria, et concludit cum via publica*» (GIRÃO, 1925, p. 27). As inquirições de D. Teresa, datadas do ano de 1127, fazem referência ao mesmo muro (GIRÃO, 1925, p. 23). Estas fontes elucidam acerca da existência (e da possível perduração) de uma estrutura que cercaria, ainda no século XII, o núcleo urbano mais antigo, uma vez que a estrada de São Miguel e a zona da Regueira se encontravam dentro dos referidos muros velhos.

Da mesma forma que a muralha baixo-imperial de Viseu retificou o traçado das estruturas defensivas do Alto-Império, outras cidades hispânicas também o fizeram. É o caso de **Conímbriga**. A muralha conimbricense, construída nos inícios do século IV, é paradigmática desta situação e da redução do perímetro urbano. A sua cronologia encontra-se atestada pela relação entre a muralha e a Casa dos Repuxos, que se abandonou definitivamente com a construção do novo amuralhado (CORREIA, 1997, p. 40). Segundo Adriaan De Man, a nova muralha foi projetada e executada num curto espaço de tempo (DE MAN, 2006, p. 17). O núcleo urbano alto-imperial viu-se diminuído a metade, englobando um espaço de aproximadamente nove hectares (DE MAN, 2006, p. 19). A muralha de época tardia utilizou uma porção da muralha alto-imperial, cujos troços tiveram de ser reforçados (DE MAN, 2006, p. 19). Além disso, o novo amuralhado colmatou alguns espaços privados e públicos no seu traçado: no setor norte, a terraplanagem da pendente causada pela anulação de parte do anfiteatro levou a que o edifício servisse de apoio a um dos troços da muralha. A afetação de espaços públicos para a construção da muralha conimbricense foi também constatável com a amortização dos três complexos termas da cidade (CORREIA e REIS, 2000, p. 274). A edificação do novo sistema defensivo e a consequente redução do perímetro urbano resultou inclusivamente na formação de uma nova área de necrópole no setor nordeste de Conímbriga, sobre a Casa dos Esqueletos (DE MAN, 2006, p. 19). A muralha tardia conimbricense é uma construção em duplo paramento, levantado em *opus vitatum* e blocos pétreos mais grosseiros. O seu enchimento é constituído por materiais romanos reutilizados unidos por argamassa (DE MAN, 2006, p. 19). Toda a estrutura é flanqueada

por sete torres quadrangulares que se projetam ligeiramente para o exterior e cujas larguras variam entre os 3.97 metros e os 5.68 metros (DE MAN, 2007a, p. 705).

No limite ocidental da plataforma de Conímbriga localiza-se o designado Bico da Muralha. A sua construção data de época visigoda e trata-se de um recinto fortificado, de configuração triangular, que se adaptou ao esporão natural e se anexou à muralha tardo-romana. A situação topográfica do fortim é a condição principal da sua existência, que se relaciona, por um lado, com o controlo visual do vale em que se implanta a cidade, e, por outro, com a proclamada ostentação do próprio monumento (DE MAN, 2007b, p. 3 e pp. 6-7). Existe uma referência escrita à destruição da muralha tardo-antiga de Conímbriga em 986, durante a vigésima sexta campanha de *Al-Mansur* (GOMES, 2000, p. 123), o que reflete a manutenção do sistema defensivo tardo-romano no século X.

A redução do perímetro urbano alto-imperial de **Idanha-a-Velha** também implicou a sobreposição de casas datadas dos séculos I-II (SANCHÉZ e MORÍN, 2014, p. 102). A muralha atualmente visível em Idanha, erguida com recurso a materiais romanos espoliados (incluindo epigráficos e escultóricos), foi datada por diversos investigadores de finais do século III ou inícios do século IV (MANTAS, 1999, p. 380). Esta cronologia foi sustentada por intervenções arqueológicas realizadas nos sítios de Lagar de Varas (CRISTÓVÃO, 2002, pp. 27-28) e do Chão da Muralha (CARVALHO et al, 2018). Alguns autores especulam acerca de remodelações sofridas em época visigoda, islâmica e templária (DE MAN, 2008, pp. 247-252). Segundo os estudos mais recentes e de acordo com dados cedidos por Catarina Tente, a muralha egitaniense é construída provavelmente ainda no século III, mas terá sofrido alterações substanciais em época suevo-visigoda, mantendo, contudo, a estrutura original romana e reaproveitando muitos materiais romanos que se encontravam noutros espaços públicos da cidade até então. A importância que Idanha-a-Velha adquire na época da monarquia visigoda é igualmente condizente com a cunhagem de moeda (GARCÍA-BELLIDO et al, 2001, p. 179). Os mais recentes trabalhos de escavação, desenvolvidos no âmbito de projeto *IGAEDIS*, permitiram colocar a descoberto a porta sul do troço original da muralha egitaniense, bem como uma intrincada estratigrafia que revelou várias fases de construção/reconstrução da estrutura defensiva (CORDERO e SILVA, 2019, p. 22). Trata-

se de uma porta monumental, com um vão de abertura de aproximadamente três metros de largura, constituída por silhares bem aparelhados de granito (CORDERO e SILVA, 2019, p. 22). Sobre este tramo original da estrutura defensiva assentou o pano reformulado da muralha e, sob os níveis dessa reformulação, a sequência estratigráfica marcou a presença de um nível de aterro e de abandono intencional da porta (CORDERO e SILVA, 2019, p. 22). Os materiais recolhidos nas camadas de aterro da porta permitem inferir que o seu abandono tem um *terminus post quem* da segunda metade do século IV, tendo ocorrido provavelmente já em época alto-medieval (CORDERO e SILVA, 2019, p. 23). Por informações que se obtiveram junto da equipa de arqueólogos e que não foram ainda publicadas, sabe-se que, na campanha de 2019, foi possível verificar que, após o fecho da porta sul, foi ali instalado um forno, provavelmente de pão devido à recolha de uma semente de centeio no seu interior. O enchimento do forno, que corresponde ao seu momento de abandono, continha dois crânios não-adultos encostados à parede sul da estrutura. As datações por radiocarbono realizadas sobre amostras de sedimento do interior do forno podem estar a datar do século V as últimas fornadas da estrutura. Os crânios, em depósito secundário, apresentaram uma cronologia entre os séculos III e IV, desconhecendo-se se a sua presença tem uma intencionalidade prática ou de esguardo em relação aos infantes (TERESO et al, 2021).

O sistema defensivo egitaniense circunscreveu um espaço mais reduzido que a muralha baixo-imperial de Viseu (ALARCÃO, 2017, p. 266: fig. 70), cercando uma área de cerca de cinco hectares. O mesmo apresenta um perímetro de 753 metros cujos troços são flanqueados por torres de planta semicircular, à exceção da torre localizada junto à porta sul, de planta quadrangular. Adriaan De Man avançou que as torres semicirculares que guarneciam o amuralhado de Idanha fazem parte de uma coerência arquitetónica que se manifestou na província da *Gallaecia*, tratando-se de uma vanguarda construtiva que terá antecedido o modelo empregue também em Conímbriga (DE MAN, 2008, p. 241).

Há também casos de cidades do extremo ocidental do Império que reutilizaram os traçados das suas muralhas alto-imperiais. Em **Mérida**, a muralha que cercava a cidade no Alto-Império seria reforçada, no século V, por um forro de silhares graníticos reutilizados na sua face exterior, cuja reforma foi detetada na área arqueológica da

Morería. Nessa zona, o troço da muralha alto-medieval, paralelo ao Rio Guadiana, conservava 200 metros do tramo alto-imperial e 50 metros de reforço (ALBA, 1996, p. 372). O amuralhado que passou a delimitar o núcleo urbano emeritense a partir da quinta centúria manteve o perímetro da primitiva muralha (MATEOS, 2018, p. 254). Uma epígrafe, hoje desaparecida, dava conta da restauração do sistema defensivo e da ponte romana sobre o rio Guadiana a pedido do *dux* godo Salla e do bispo Zenon no ano de 483 (ALBA, 1996, p. 364). A muralha alto-medieval emeritense reduziu o perímetro do núcleo urbano romano, cercando aproximadamente quatro quilómetros. Os troços, que chegam a alcançar naquela época uma altura entre oito e dez metros e uma espessura de quase seis metros, foram construídos com um aparelho de silhares irregulares unidos por argamassa e eram dotados de torres equidistantes. A torre que se identificou na Morería era de planta quadrangular e na Alcabaza detetaram-se duas torres retangulares (ALBA, 1996, p. 374). A altura da muralha era superior aos restantes edifícios urbanos intramuros, pelo que era visível a uma grande distância. A sua imponente construção apenas era suplantada verticalmente pelo conjunto episcopal (ALBA e MATEOS, 2008, p. 268).

Em **Braga**, a edificação da muralha encontra-se datada entre os finais do século III e os inícios do século IV, de acordo com os materiais associados. O novo sistema defensivo apresentava um desvio em relação ao traçado do Alto-Império, o que terá afetado a ortogonalidade do traçado primitivo, originando uma planta tendencialmente poligonal (DE MAN, 2008, p. 112). A muralha tardia de Braga cercou uma área com cerca de 40 hectares e assumiu, não só um cariz militar, mas também político (LEMOS et al, 2001, pp. 121-132), uma vez que o seu estatuto enquanto capital provincial justificava um considerável programa de renovação urbana. Este foi o mesmo sistema defensivo que se reaproveitou para a construção da muralha do século IX após a definição dos limites da cidade no reinado de Afonso III das Astúrias (RIBEIRO e MELO, 2015, p. 85). Escavações arqueológicas realizadas na Quinta do Fajal permitiram detetar um troço monumental, com cerca de quatro metros de altura e 5.60 metros de largura, construído sobre o substrato rochoso. A estrutura, de duplo paramento, ostentava um aparelho pétreo irregular na face interna e um miolo constituído por pedra miúda, fragmentos de tijoleira e grandes blocos de pedra (LEMOS et al, 2002, p. 616). Identificou-se igualmente

o alicerce de um torreão de planta semicircular, o qual assentava diretamente na rocha, cortada para esse efeito. A 18 metros daquele torreão foi escavada outra torre de estrutura semelhante (LEMOS et al, 2002, p. 616). O mesmo tipo de torreões foi detetado em trabalhos arqueológicos executados na Rua dos Bombeiros Voluntários: aí, a estrutura apresentava um diâmetro de 6.5 metros (LEMOS et al, 2002, p. 618). Os materiais arqueológicos recolhidos na vala de fundação do troço da Quinta do Fujacal datam do último quartel do século III (LEMOS et al, 2002, p. 617). Em 1995, junto à fachada sul do Hospital de Braga, pôs-se a descoberto um troço de muralha semelhante ao anteriormente identificado. No seu enchimento foi recolhida uma lápide funerária datada do século II (LEMOS et al, 2002, p. 617). No extremo nordeste da Sé Catedral de Braga, sob a torre de Nossa Senhora da Glória, uma intervenção de arqueologia urbana permitiu ainda identificar um troço da mesma muralha que, naquele local, exibía uma largura de 5.80 metros. Os níveis estratigráficos associados a este tramo incluíam dois pisos de circulação exteriores à muralha; o primeiro, ao nível do alicerce, com materiais datáveis dos finais do século III/IV e o segundo com espólios dos séculos V/VI (LEMOS et al, 2002, p. 620).

A muralha de *Olisipo* (**Lisboa**), restaurada entre 370 e 470 d.C., aproveitou também ela o traçado alto-imperial. A nova muralha tinha três metros de largura que, acrescentados à da antiga muralha, totalizava cinco metros de espessura (GASPAR e GOMES, 2007, pp. 690-695). De forma algo constante, as muralhas tardo-antigas e alto-medievais adossaram-se aos amuralhados pré-existentes, situação que se verificou igualmente no sistema defensivo da cidade de **León** construído nos finais do século III ou inícios do século IV (GARCÍA e SEVILLANO, 2018, p. 247). A nova muralha em redor do acampamento da *Legio VII* delimitava uma área com um perímetro de aproximadamente dois quilómetros e era dotada de torres semicirculares com 8.25 metros de diâmetro, distantes entre si 15 metros. A sua edificação implicou a construção de um segundo muro adossado ao paramento exterior da muralha alto-imperial, nomeadamente recorrendo a materiais romanos reutilizados, entre os quais lápides funerárias. O aparelho, com 5.25 metros de largura, era constituído por blocos pétreos dispostos em *opus quadratum* alternado com alvenaria quartzítica e cujo enchimento foi preenchido com argamassa (GARCÍA e SEVILLANO, 2018, p. 247). A inclusão dos

muros alto-imperiais na nova muralha conferiu-lhe uma espessura total de sete metros e, em alguns pontos, os paramentos conservavam-se arqueologicamente com uma altura de seis metros (GARCÍA e SEVILLANO, 2018, p. 247). A ereção da muralha de León vincula-se com as funções assumidas pelo exército romano no Baixo-Império, relacionadas com a missão da *Diocesis Hispaniorum* no abastecimento das fronteiras germânica e britânica, no quadro da estratégia traçada pelo Estado romano para a *pars occidentalis* do Império (GARCÍA e SEVILLANO, 2018, p. 247).

A construção da muralha alto-medieval de **Mértola**, que data do século V tal como a de Mérida, relaciona-se provavelmente com um período de grande transformação edilícia da cidade (MACIAS, 2006, pp. 194-199). Aí, a fortificação do núcleo urbano adaptou-se à situação topográfica pré-existente e continuou a cercar o perímetro da cidade alto-imperial, privilegiando a zona voltada ao rio Guadiana. Por essa área corresponder topograficamente à parte mais alta da urbe, tornava-se um espaço mais facilmente defensável (DIARTE-BLASCO, 2012, p. 294; LOPES, 2014, p. 129). Também data da quinta centúria a muralha alto-medieval de **Barcelona**, a que já se fez menção. A sua construção implicou o desmantelamento de alguns monumentos funerários e da maior parte das estruturas adjacentes, entre as quais um complexo termal localizado na Carrer del Correu Vell que se edificou em época augustana junto à muralha alto-imperial (MIRÓ e PUIG, 2000, p. 177).

Como se mencionou anteriormente, cidades houveram que só a partir do século III é que amuralharam. Em **Lugo**, a cidade que se configura no Baixo-Império é significativamente diferente dos três primeiros séculos da sua existência. Em época alto-imperial, Lugo era núcleo urbano aberto, desprovido de muralhas (GONZÁLEZ, 2018, p. 229). Nos finais do século III, a cidade sofre uma grande transformação em termos urbanísticos, tendo como expoente máximo a construção de um sistema defensivo, datado do período da tetrarquia. O amuralhado constitui-se como uma robusta e monumental construção com cerca de dois quilómetros de perímetro, circunscrevendo um espaço intramuros de configuração sensivelmente retangular e cantos arredondados. A muralha foi guarnecida por torres separadas a uma curta distância e adaptadas à topografia do lugar (GONZÁLEZ, 2018, p. 229). A adaptação da muralha lucense implicou uma alteração do urbanismo precedente, constatável quer pelo

abandono e desmantelamento de edifícios do Alto-Império, como aconteceu com a *domus* del Mitreo, quer pela inclusão intramuros de áreas antes excluídas do núcleo urbano (GONZÁLEZ, 2018, p. 229; RIOS, 2020, p. 149). Por um lado, a muralha ditou que antigos espaços de necrópole e de oficinas fossem sobrepostos por novas áreas habitadas no interior da cidade fortificada, e, por outro, que as zonas que ficaram fora do perímetro amuralhado albergassem novas áreas cemiteriais (GONZÁLEZ, 2018, p. 229).

Na base de um troço da muralha medieval de **Chaves**, identificado na Rua do Postigo das Manas, foram identificados silhares almofadados romanos que constituem evidências da estrutura defensiva construída na segunda metade do século III (RIBEIRO, 2010, p. 63). No alinhamento da Rua do Bispo Idácio foi igualmente identificado um paramento com 22 metros de comprimento que se sobrepôs a estruturas alto-imperiais (PINTO, 2003, p. 28).

Nas escavações do Morro da Sé Catedral do **Porto**, mais precisamente na Rua D. Hugo n.º 5, foi detetado um troço de muralha que, segundo os arqueólogos, poderá corresponder à primeira muralha romana da cidade, datada do século III d.C. (REAL et al, 1985/1986, p. 19). A sua cronologia foi confirmada por um estrato que continha fragmentos de TSAf, TSH, IEV, espólios vítreos e moedas do Baixo-Império (REAL et al, 1985/1986, p. 20). A muralha medieval da cidade portuense, conservada na Avenida de Vímara Peres aparenta ter sido edificada sobre os alicerces do sistema defensivo baixo-imperial (REAL et al, 1985/1986, p. 20). Numa intervenção levada a cabo nos lotes n.º 9-12 do Largo do Colégio, situados na encosta OSO do Morro da Sé, foi identificada igualmente uma possante estrutura feita a *opus vitatum* onde sobressaía o arranque de uma possível torre de planta subcircular ou elíptica (CLETO e VARELA, 2000; VARELA e CLETO, 2001).

5.2.2. A formação da paisagem urbana cristã através dos edifícios religiosos e das necrópoles

Uma das características que influenciou de forma determinante a cidade tardia e alto-medieval foi a cristianização da sua topografia ao longo de um largo período de tempo que se inicia no século IV. A partir das atas do I Concílio de Toledo, realizadas entre os anos de 397 e 400, sabe-se que já existiriam em meio urbano edifícios destinados ao culto cristão. Quando o Cristianismo é convertido na religião oficial e preponderante do Império Romano, as políticas edilícias puseram-se ao seu serviço nas cidades e a construção de basílicas, igrejas, batistérios e hospitais-albergues torna-se uma condição dos núcleos urbanos. A cristianização das cidades dotou, assim, o meio urbano de uma complexidade maior ao convertê-lo no recetor de novas funções. O surgimento da arquitetura cristã é um fator que alterou consideravelmente o carácter da nova topografia de poder, mas também a morfologia das suas construções. Embora a arquitetura deste tempo tentasse apagar o antigo traçado pagão, os primeiros edifícios religiosos não se destacavam pela sua monumentalidade, nem detinham características específicas para se imporem verticalmente e impactarem a paisagem urbana.

Ao longo do século IV põem-se em evidência importantes mudanças na funcionalidade das áreas edificadas e é neste contexto de transformação do urbanismo que é preciso destacar de que formas é que tal se traduziu fisicamente no espaço. As exigências da liturgia, da representação das imagens e os aspetos associados à devoção foram os elementos ativos para a sua integração na malha urbana. A cristianização da topografia urbana implicou, por um lado, a instalação de igrejas em pontos nevrálgicos das cidades, nomeadamente em espaços outrora destinados a atividades civis. Nos núcleos urbanos peninsulares constata-se a manutenção da centralidade monumental, já que os complexos episcopais – com a sua catedral, palácio episcopal e batistério(s) – foram edificadas frequentemente no local dos antigos *fora*, ou a pouca distância dos mesmos. Isso pode dever-se ao facto de as instituições urbanas se identificarem com as tradições municipais ou de preservarem algum classicismo cultural durante mais tempo do que noutras regiões do Império (WICKHAM, 2005, p. 665). Mas, acima de tudo significa que, embora as cidades do extremo ocidente do Império apresentassem uma relativa fragmentação espacial, isso não se traduziu na descentralização dos complexos

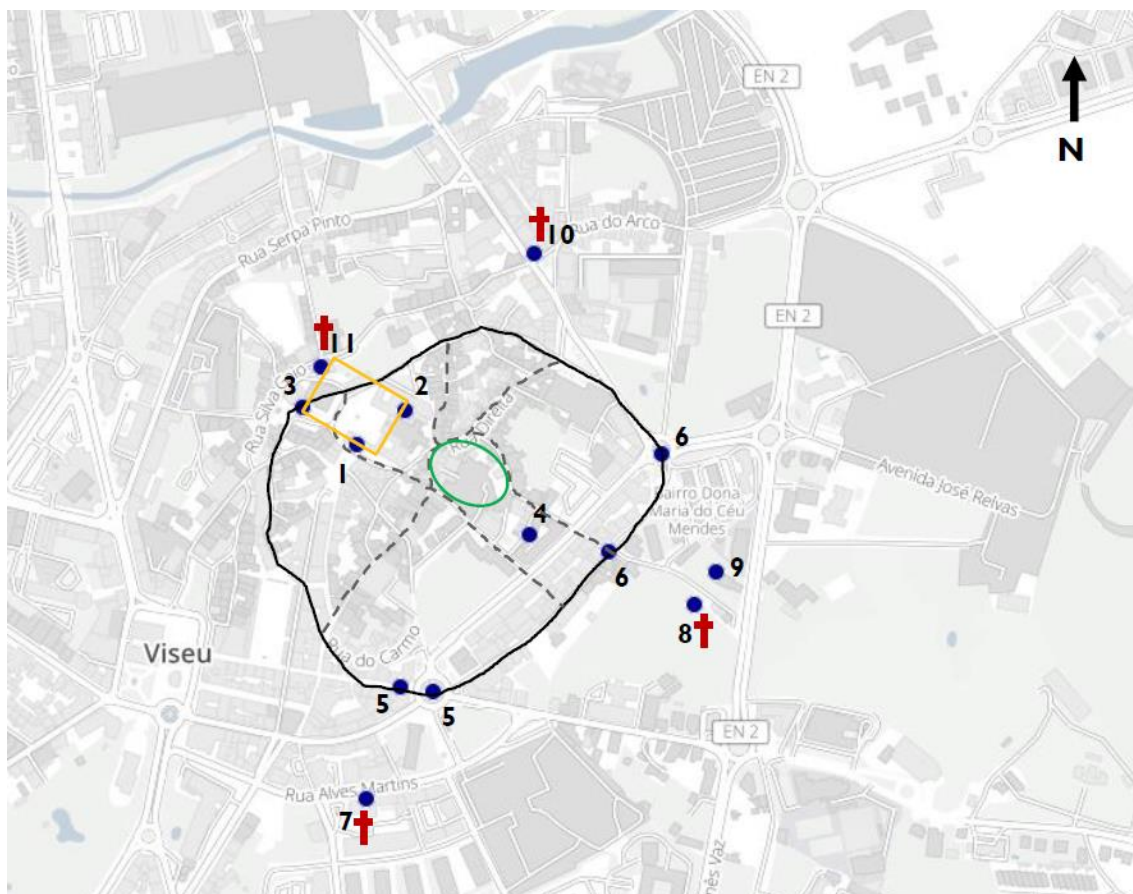
monumentais, o que lhes permitiu manter a sua coerência espacial por mais tempo (WICKHAM, 2005, p. 665). Esta é a particularidade mais importante do urbanismo tardio e alto-medieval da Península Ibérica.

A construção de igrejas nos subúrbios dos núcleos urbanos pode ser vista como uma consequência do crescimento experimentado pelas cidades a partir do século V. Com frequência, a escolha para a sua localização teve que ver com os locais de enterramento de um mártir ou de uma personagem emblemática no núcleo urbano, ou simplesmente devido à continuidade de utilização dos espaços das antigas necrópoles romanas. No entanto, por vezes há alguma dificuldade em comprovar através da arqueologia as informações das fontes escritas acerca da existência de basílicas, *martyria* ou outras igrejas menores, sobretudo aqueles localizados nos subúrbios das cidades. Um caso em que a arqueologia ainda não conseguiu provar a existência de um edifício dedicado ao culto cristão é o de **Zaragoza**. Há menções que indicam que os principais edifícios religiosos estariam situados extramuros, mas até hoje não foi possível localizá-los. As fontes fazem referência a uma basílica dedicada a dezoito mártires e que os investigadores posicionam na área onde atualmente se situa a Igreja de Santa Engracia, no local onde, em época tardia, existiria uma necrópole (AGUAROD e MOSTALAC, 1998).

A proximidade espacial ocupada pelas necrópoles em relação aos edifícios religiosos e o papel desempenhado pelos espaços cemiteriais na cristianização das cidades é uma chave para entender os processos de transformação da paisagem urbana na Alta Idade Média. Por norma, as necrópoles também se situavam nos subúrbios das urbes, quer ocupando as áreas funerárias de origem romana e pagã, quer formando-se *ex novo*. Já se referiu anteriormente que a sua localização se via condicionada por particularidades intrínsecas às próprias cidades, mas que normalmente se implantavam em redor de um enterramento privilegiado que teria dado origem a um edifício de culto.

Em **Viseu**, a localização das necrópoles alto-medievais põe-se em relação com os antigos espaços funerários, de origem romana, e com edifícios de culto cristão que podem remontar à Alta Idade Média. À luz dos dados provenientes, quer de intervenções de arqueologia urbana na cidade, quer do relato de achados isolados, Viseu teria quatro necrópoles localizadas no exterior da cerca amuralhada. A origem romana destas

necrópoles parece comprovar-se pela identificação de inúmeras lápides funerárias, bem como pela morfologia de algumas sepulturas, entre as quais enterramentos em sarcófagos de mármore. A necrópole situada na Avenida Emídio Navarro encontrava-se implantada na parte nordeste da cidade (Mapa 4: n.º 10). A sua localização deve ser posta em relação com uma das portas da muralha, provavelmente embasada no começo da Rua Direita ou uns metros mais à frente e que configurava o extremo norte do *cardus maximus*. No bairro do Cerrado localizar-se-ia a necrópole sul, cuja implantação se relaciona com a existência de um edifício de culto, dedicado a Santa Cristina ou a São Martinho (Mapa 4: n.º 7). A expressão «*foris contra murum civitaris*» põe em evidência a localização da ermida de São Martinho fora das muralhas (TENTE e DE MAN, 2016, p. 382) e nas proximidades da porta meridional e do extremo sul do *cardus maximus*. A necrópole oriental, por outro lado, situava-se na área da atual Igreja de São Miguel de Fetal e no seu entorno imediato, à saída da porta leste da muralha (Mapa 4: n.ºs 8 e 9). Esta porta julga-se estar localizada no cruzamento entre a Rua do Gonçálinho e a Rua João Mendes, dando, por isso, acesso ao *decumanus maximus*. Por fim, no setor ocidental da cidade estaria situada a necrópole da Rua Silva Gaio (Mapa 4: n.º 11). A sua localização encontra-se provavelmente relacionada com a proximidade à porta ocidental da muralha cuja localização não se conhece, mas que deveria estar situada no extremo oeste do *decumanus maximus*. Este espaço funerário é conformado por oito enterramentos romanos e 38 tardios, o que reforça a ideia da reocupação das necrópoles alto-medievais no mesmo local dos espaços funerários alto-imperiais (Mapa 4).



Mapa 4 – Sobreposição da malha urbana romana com os vestígios alto-medievais. Incluíram-se o *forum* e o anfiteatro assinalados a laranja e verde respetivamente (CARVALHO et al, 2020, p. 107: fig. 8). 1: Rua das Ameias/Praça D. Duarte; 2: Pátio do Museu Nacional Grão Vasco; 3: Largo da Misericórdia; 4: Rua da Prebenda; 5: Rua Formosa/Largo de Santa Cristina; 6: Rua João Mendes/Largo de Santo António; 7: Cerrado; 8: Loteamento do Quintal; 9: São Miguel de Fetal; 10: Avenida Emídio Navarro; 11: Rua Silva Gaio.

Vê-se, portanto, que as necrópoles e os edifícios religiosos suburbanos se articulavam também em função das principais artérias da cidade, que não só organizavam a área intramuros, como estruturavam o espaço extramuros. Infelizmente, as intervenções arqueológicas ainda não lograram identificar as capelas de São Martinho ou de Santa Cristina. Há referências a uma capela dedicada a Santa Eugénia sobre a qual não nos deteremos por se encontrar algo distante do centro histórico de Viseu. Os dados disponíveis sobre estes edifícios de culto provêm de informações dispersas e confusas; inclusivamente não é possível perceber se se tratam da mesma capela ou de capelas distintas. Segundo Paulo Almeida Fernandes, é razoável pensar que estas igrejas estivessem em funcionamento no século X, sendo certo que já existiriam na centúria seguinte conforme refere um documento criticamente datado entre 1066 e 1091

(FERNANDES, 2016, p. 68 e p. 84). Mas as menções de teor arqueológico à demolição da capela de Santa Cristina surgem associadas à presença de uma necrópole romana e alto-medieval. Catarina Tente avançou que *“O facto de todos eles terem como oragos santos paleocristãos pode, porém, indiciar a antiguidade destes edifícios ainda que seja impossível atribuir cronologia inequívoca à sua fundação”* (TENTE, 2016, p. 116).

Em **Viseu**, a formação da necrópole oriental em redor da Igreja de São Miguel de Fetal é talvez o indício mais contundente de uma área suburbana convertida em polo de atração dedicado ao culto martirial ou de alguém com um estatuto privilegiado na cidade. Não esquecer que a Igreja de São Miguel vive da memória do local de enterramento do último rei visigodo, Rodrigo, cujo relato é feito nas Crónicas de Afonso III. Essa tradição mantém-se até aos dias de hoje através de uma lápide no interior da igreja (TENTE e ALVES, 2017, p. 72; TENTE et al, 2018, p. 83). Há que relembrar que este edifício religioso só aparece documentado em fontes escritas do século IX e que as escavações arqueológicas no adro da igreja permitiram identificar os alicerces de uma estrutura de grande dimensão que se sobrepõem a um outro mais antigo. A parede norte da igreja alto-medieval assimilou uma sepultura monumental pré-existente, a qual reaproveitou materiais de construção romanos e assentava em sedimentos onde foram recolhidos escassos materiais arqueológicos datáveis do século IV (TENTE, 2016, p. 114). A igreja alto-medieval não deve ser anterior ao século IX e a mesma deve corresponder ao mesmo local onde, no século XII, São Teotónio proferia a missa. Contudo, a utilização do espaço com funções religiosas pode ser anterior, o que justificaria a proliferação de sepulturas de inumação em torno de São Miguel (TENTE, 2016, p. 114).

Este caso é em tudo semelhante à igreja pré-românica de São Pedro da Capinha (**Fundão**). A Capela de São Pedro da Capinha situa-se nas imediações do cruzamento das vias romanas *Emerita-Bracara* e da via que saía de Salamanca e se dirigia ao Tejo (SANTOS e ALBUQUERQUE, 2015, p. 917). Na freguesia em que se localiza – Capinha – e em redor do sítio romano da Tapada de São Pedro foram encontradas quatro inscrições funerárias e votivas que davam conta da importância do local (ALBUQUERQUE e SANTOS, 2007, p. 1). A observação dos paramentos da capela atual põe em evidência uma série de remodelações efetuadas no edifício que modificaram a sua fisionomia original. O estudo da arqueologia da arquitetura levado a cabo sobre as estruturas

parietais de São Pedro da Capinha conduziu à constatação de que o mesmo tinha seis fases construtivas, que remontavam entre a Antiguidade Tardia e a atualidade (SANTOS e ALBUQUERQUE, 2015, p. 918). Segundo os arqueólogos, *“A nave, de traçado retangular, apresenta somente uma parede original do edifício enquanto local de culto, ou seja, a parede Sul”* e *“a cabeceira de planta retangular, que corresponde à construção original”* (SANTOS e ALBUQUERQUE, 2012, p. 155). Essas paredes foram feitas em duplo paramento, cujo aparelho era caracterizado no interior por silhares graníticos reutilizados e no exterior por alvenaria de pequenas pedras e materiais arquitetônicos reutilizados. Terá ocorrido no século X/XI a remodelação mais importante do templo, quando se construiu uma nova cabeceira que se destacava do corpo do edifício. A cabeceira edificou-se com recurso a materiais romanos reutilizados, tendo-se identificado três silhares almofadados, 61 fragmentos de colunas colocados nas fachadas e nos alicerces das novas paredes (SANTOS e ALBUQUERQUE, 2015, p. 917), uma ara reaproveitada no topo do cunhal sudoeste e outra disposta na parede norte do edifício (SANTOS e ALBUQUERQUE, 2012, pp. 157-158). Trabalhos arqueológicos realizados no local permitiram detetar a presença de duas necrópoles: os enterramentos no lado norte da capela foram feitos em dois sarcófagos que se encontravam alinhados, no eixo E-O, pela parede do edifício, restando além desses os negativos de outros cinco enterramentos na mesma área. Esta necrópole foi datada pelos arqueólogos do século XI, enquanto a do lado sul da capela apresentava particularidades mais antigas. Aí, a necrópole era conformada por sete sepulturas de diferentes morfologias, todas orientadas canonicamente. Quatro delas apresentavam coberturas monolíticas em xisto ou granito e outra era estruturada por silhares graníticos (ALBUQUERQUE e SANTOS, 2007, pp. 2-3). Os arqueólogos colocam a hipótese de que a necrópole sul esteja relacionada com a primeira fase de ocupação do local e que tenha sido abandonada num momento posterior, como atesta a construção de um pavimento de ladrilhos que anulou parte da necrópole. Os materiais cerâmicos recolhidos sob esse pavimento enquadram numa cronologia dos séculos VII-VIII e os espólios dos níveis superiores ao piso remontam ao último terço do século VIII e à primeira metade do século IX (ALBUQUERQUE e SANTOS, 2007, pp. 6-7).

Mas retomando o tema da formação de necrópoles junto a sepulturas martiriais ou *memoriae*, data dos finais do século IV em **Valência** a implantação de uma necrópole tardia em redor do túmulo de San Vicente, no mesmo local da antiga necrópole romana (RIBERA, 2007, p. 383). Tornou-se muito frequente construírem-se basílicas martiriais sobre os lugares onde mártires concretizaram milagres ou onde morreram por consequência da perseguição à sua confissão religiosa. A popularidade do culto das relíquias originou a formação de novos espaços religiosos e cemiteriais, em parte porque, aos olhos da população, isso lhes conferia a proteção dos santos patronos e acrescentava à intensidade das suas súplicas. Em **Tarragona** também se identificou uma área cemiterial formada a partir de finais do século III atraída pela presença do túmulo de San Fructuoso, construindo-se posteriormente uma basílica em sua memória (LÓPEZ VILAR, 2004, p. 248; LÓPEZ VILAR e MUÑOZ MELGAR, 2019, p. 35).

Em **Mérida** são conhecidos, através da obra *Vitas Sanctorum Patrum Emeretensium*, escrita no século VII, edifícios de culto localizados no espaço extramuros: as basílicas de Santa Eulalia, San Fausto, Santa Lucrecia, San Lorenzo, San Cripriano e Santa María de Quintilina. Em torno na basílica de Santa Eulalia, a mais bem conhecida do ponto de vista arqueológico, formou-se inclusivamente aquele que seria o subúrbio emeritense mais importante. As suas origens recuam ao século IV e ao momento em que, sobre o enterramento da mártir, se construiu um mausoléu. O martírio de Eulalia constitui-se como um dos eventos que oferece mais fontes escritas acerca do Cristianismo primitivo em Mérida. Na obra *Peristephanon*, de finais do século IV ou inícios do século V, o poeta Prudêncio dedicou um poema a Santa Eulalia - *Hymnus in Honorem Passionis Eulaliae, Beatissimae Martyris* -, narrando a vida e a morte da mártir. Um importante contributo desta fonte é o facto de incluir uma descrição do mausoléu de Eulalia, que diz ter sido ornamentado com mármore e um teto em ouro. Famílias de estatuto privilegiado na cidade fizeram-se enterrar em luxuosos mausoléus próximos do local de enterramento da mártir (*ad sanctos*), dando origem à criação de uma necrópole cristã. O espaço cemiterial incluiu, pelo menos, quatro mausoléus cujos restos foram identificados arqueologicamente e entre os quais se destacam três: um que continha dois enterramentos, um coberto por um mosaico sepulcral e outro por um *lectus triclinaris* (MATEOS, 2000, p. 502).

O culto a Santa Eulalia parece ter inclusivamente excedido os limites da cidade e a sua importância como centro de peregrinação levou a que, na segunda metade do século V, o bispo Antonino tenha levado a cabo a substituição do pequeno túmulo por uma basílica de três naves, cuja construção amortizou parte da necrópole (MATEOS, 1995a, pp. 127-152). Escavações arqueológicas realizadas no interior da Igreja de Santa Eulalia confirmaram a existência de um edifício de inícios do século IV, o qual pode estar relacionado com o culto martirial à santa. Ainda que a arqueologia não possa comprovar se este se trata do *martyrium* ou do local das relíquias de Eulalia, os restos do edifício conservaram-se no interior da abside da basílica paleocristã, de tal forma que a cabeceira do mausoléu coincide com a abside (MATEOS, 1999).

Em meados do século VI, durante o episcopado do bispo Fidel, construíram-se duas torres na parte superior das absides laterais da basílica e fundou-se, junto ao átrio, um mosteiro e uma escola destinados à preparação de jovens para o ministério eclesiástico. Nas imediações do edifício religioso, o bispo Mazona viria a construir um *xenodochium* nos finais da sexta centúria (MATEOS, 1995b, pp. 309-316). Os restos da escultura decorativa identificados na escavação da Igreja de Santa Eulalia demonstram a realização de reformas na decoração do espaço nos séculos VII e VIII, constatáveis por fragmentos de cancelas e de placas decorativas (MATEOS, 2000, p. 516). A pervivência da basílica de Santa Eulalia até à época muçulmana verificou-se arqueologicamente pela destruição de muros durante o século IX cujos materiais de construção foram descartados para o interior de algumas fossas. O próprio *xenodochium* apenas deve ter perdido a sua função original durante o mesmo período, uma vez que em 835 ali se constrói a alcáçova islâmica e que a construção da cisterna da cidade reaproveitou as pilastras do antigo albergue-hospital (MATEOS, 2000, pp. 516-517).

O caso de Mérida não é único. Em **Córdoba**, o subúrbio mais importante criou-se em redor da basílica de San Acisclo, localizada na área do complexo de Cercadilla, a 600 metros do espaço amuralhado. No século V, o local serviria como espaço de culto cristão em torno do qual se formou uma necrópole (HIDALGO, 2002, pp. 343-372). Entre os enterramentos foi recuperada, nas imediações da cabeceira triabsidada do *palatium* (Edifício G), a lápide funerária do bispo Lampadio, que exerceu a cátedra entre 532 e 549. Foi também recuperado o anel-selo do bispo Sansão, o que permite comprovar que

estes espaços serviriam também de panteão dos bispos e prelados das Dioceses correspondentes (HIDALGO, 2016, p. 530).

Na periferia da cidade de **Braga**, novos edifícios de culto cristão começaram a surgir junto às necrópoles suburbanas. As basílicas cemiteriais articulavam-se ao longo das principais vias alto-imperiais. O achado de elementos arquitetónicos e decorativos estilisticamente datáveis dos séculos V e VI no setor norte da cidade de Braga - um capitel proveniente da Rua de São Sebastião ou dos Marchantes, vários capitéis das Carvalheiras e uma placa decorada com um *crismón* recolhido na Rua dos Anjos – apontam para a existência de templos cristãos aí situados, ainda que não se conheçam vestígios concretos de construções claramente identificáveis como tal (FONTES et al, 2010, p. 258). Mas estes elementos poderão pertencer-lhes, uma vez que as fontes escritas, sobretudo a Crónica de Idácio, referem, de forma explícita, a existência de conventos. Além disso, a sua distribuição é consonante com o trajeto dos *decumani*, que se estruturaram como eixos determinantes da malha urbana medieval (FONTES et al, 2010, p. 258). Entre os séculos VI e VII há referências a edifícios de culto dedicados a São Vicente, São Vítor e a São Pedro de Maximinos, o último dos quais construído junto às estruturas do antigo anfiteatro romano (RIBEIRO e MELO, 2015, p. 84).

A estabilização do reino suevo durante o século VI, associado à sua conversão definitiva ao Cristianismo, sob ação de São Martinho de Dume, levou à continuidade da atividade edilícia registada através da construção de novas igrejas cristãs - como a basílica de Dume -, bem como à celebração dos concílios de Braga nos anos de 561 e 572. É nos arredores da cidade e ao lado da via romana que ligava Braga a Lugo que se fizeram construir dois dos mais importantes mosteiros do noroeste da Península Ibérica, por ação de dois notáveis bispos de Braga (FONTES et al, 2010, p. 258). O mosteiro de Dume foi edificado no século VI no local de uma antiga *villa* romana por iniciativa de São Martinho e o mosteiro de São Salvador de Montélios já no século VII por São Frutuoso, que aí também mandou construir o seu mausoléu no ano de 660. O mausoléu de São Frutuoso, atualmente designado como Capela de São Frutuoso, tem cerca de 13 metros em cada eixo e apresenta uma planta cruciforme. A forma que o edifício ostenta nos dias de hoje fica a dever-se a uma reconstrução realizada no século X que cruzou influências clássicas e asturianas (FONTES et al, 2010, p. 259).

A basílica dedicada a São Martinho de Tours foi, por sua vez, edificada em meados do século VI por iniciativa do rei suevo Chavarrico, tendo sido elevada a sede episcopal no ano de 558 por São Martinho de Dume (FONTES et al, 2010, p. 258). Os vestígios desta basílica espalham-se pelo adro e sob a atual igreja paroquial, restando partes da fachada, da nave e da cabeceira que permitem fazer a reconstituição do templo primitivo. O edifício, de planta em cruz latina e orientado no eixo E-O, teria cerca de 33 metros de comprimento e 21 metros de largura máxima. As suas paredes foram construídas com silhares de granito almofadados. Os investigadores supõem que a excepcional dimensão do templo pode explicar-se pelo facto de se tratar de uma edificação de iniciativa régia que tinha como intuito a afirmação do poder do rei suevo e a manifestação da sua efetiva conversão ao Cristianismo. Os poucos elementos arquitetónicos conservados demonstram formas e motivos decorativos de tradição clássica que incorporam gramáticas estilísticas de âmbito local e/ou regional e se assemelham com produções observadas noutros monumentos dos séculos V-VIII (FONTES et al, 2010, pp. 258-259).

A incidência material da religião na malha urbana e a primeira imagem da cidade cristã produziram-se nitidamente, como já se viu, nas necrópoles suburbanas, frequentemente vinculadas a edifícios de culto. Esse foi o cenário primitivo, por excelência, do desenvolvimento topográfico do Cristianismo nas cidades. As cidades dotaram-se, a partir desses locais, de um certo policentrismo por se encontrarem organizadas em função de vários espaços sagrados e novos polos de atração religiosos. Mas há também uma outra realidade material relacionada com a cristianização dos núcleos urbanos: grande parte dos estudos sobre as cidades alto-medievais centram-se ainda hoje nos complexos episcopais que começaram a surgir no meio urbano no século IV. As comunidades paleocristãs começaram a organizar-se em torno da figura de um bispo e a produzir materialidades destinadas a suprir as suas necessidades religiosas e litúrgicas. A partir da sexta centúria, os conjuntos monumentais associados à fundação e ao funcionamento de sedes episcopais são considerados pelos investigadores como motores da estruturação da paisagem urbana cristã, não só devido à sua complexidade monumental, mas também à sua inserção topográfica.

Casos como **Egara** e **Barcelona** permitem fazer uma proposta sobre o impacto visual que as suas sedes episcopais teriam nas respectivas cidades. Na primeira, o edifício

episcopal, com uma planta de nave única, uma êxedra lateral e uma abside trapezoidal, não se encontraria diretamente sobre o tecido urbano, mas, a partir da sua posição, exerceria um importante controlo territorial (GARCÍA et al, 2009). O complexo episcopal de *Egara* conservou até aos dias de hoje os seus alicerces, parte do alçado e uma altura de 8.5 metros de parede do batistério (DIARTE-BLASCO e GURT, 2015, p. 326). O bom estado de conservação do palácio episcopal de Barcelona permitiu a Pilar Diarte-Blasco e J. M. Gurt i Esparraguera afirmar que a altura total desse edifício seria superior à altura da muralha urbana. Na primeira metade do século V, o palácio episcopal catalão, com uma planta de três naves e uma fachada com ligação a um grande batistério, viria a ser construído sobre uma antiga *domus* na parte nordeste da cidade (BELTRÁN DE HEREDIA, 2008b, pp. 276-277). É provável que o complexo episcopal se encontrasse numa posição dominante na cidade e que fosse um dos marcos topográficos do núcleo urbano, constituindo-se como uma referência visual para quem entrasse pelas portas da muralha (DIARTE-BLASCO e GURT, 2015, p. 326). A pegada deixada por estas monumentais construções, observada nomeadamente através da espessura dos seus muros e da dimensão das suas estruturas, demonstra que muitas sedes episcopais se localizavam em locais de destaque nas cidades e demarcavam-se verticalmente na paisagem urbana pela sua envergadura construtiva. Com um certo grau de certeza é possível pensar que houve uma alteração da perceção do espaço urbano por parte dos habitantes das cidades que constantemente seriam lembrados da nova autoridade urbana através dos seus imponentes espaços de poder.

Arqueologicamente está comprovada a construção dos complexos episcopais de **Tarragona** e de **Valência** nos antigos *fora* de ambas as cidades (DIARTE-BLASCO e GURT, 2015, p. 316). Em **Viseu**, é muito provável que essa fosse também a localização do complexo episcopal suevo-visigodo ou, pelo menos, que se encontrasse muito próximo daquele edifício público. Ocuparia certamente a acrópole da cidade, onde o *forum* também estaria em tempos implantado (Figura 16). Contudo, os dados que foram apresentados no ponto 4.1. *Rua das Ameias/Praça D. Duarte* do capítulo IV demonstram que o edifício de três absides identificado na colina da cidade não deverá corresponder ao edifício religioso relacionado com a sede episcopal mencionada nas fontes escritas da segunda metade do século VI. A presença de elites no morro da Sé, provavelmente

religiosas, encontra-se assinalada por um conjunto de potes de cerâmica cinzenta estampilhada e que foi recolhido nas fundações do edifício absidado. Desconhece-se, do ponto de vista estratigráfico, se a igreja episcopal de época suevo-visigoda foi desmantelada e sobre ela construído aquele edifício. É até provável que as estruturas identificadas na escavação da Rua das Ameias estejam relacionadas com um espaço religioso anterior à construção da Sé românica do século XII.



Figura 16 - Reconstituição da acrópole de Viseu na Alta Idade Média feita pela EON Indústrias Criativas (AA.VV, 2017, pp. 8-9). De acordo com o que se expôs no ponto 4.1. *Rua das Ameias/Praça D. Duarte* do capítulo IV, cremos que o edifício em destaque não se trata de uma construção pertencente ao complexo episcopal do século VI/VII, mas que esteja antes relacionado com um espaço religioso anterior ao século XII. Essa hipótese coaduna com a presença de quatro sepulturas, orientadas canonicamente e datadas do século XI, no seu entorno. Nesse caso, uma futura revisão à ilustração apresentada deveria incluir os enterramentos mencionados, provavelmente contemporâneos do edifício.

Mas nem todas as igrejas ou conjuntos episcopais se localizavam em pontos centrais dos núcleos urbanos. A localização destes complexos é muito variada e, segundo alguns autores, essa variação foi causada por fatores práticos, entre os quais a consistência económica da comunidade cristã, a intensidade do poder do bispo em cada cidade e a condição material da estrutura urbana (CANTINO et al, 1996, p. 31). Em **Ampurias** e **Conímbriga**, as igrejas episcopais foram edificadas em zonas periféricas. Segundo Alexandra Chavarría, um fator importante para o estudo igrejas periféricas tem que ver com a sua cronologia: *“mientras hasta el siglo V se prefieren áreas vecinas a los ángulos*

de las ciudades y a la proximidad de las murallas (y de las puertas), a partir del siglo V el progresivo abandono de los edificios públicos (templos, basílicas, tabernae, termas) que caracterizaban las zonas forenses, facilitó la construcción de edificios cristianos en sectores prominentes de la ciudad” (CHAVARRÍA, 2010, pp. 439-440). Para a mesma autora, que escreveu um artigo intitulado *Suburbio, iglesias y obispos. Sobre la errónea ubicación de algunos complejos episcopales en la Hispania tardoantigua* (2010), as igrejas episcopais encontravam-se “*invariabilmente*” dentro dos muros das cidades. Estes edifícios são reconhecíveis pela arqueologia a partir de meados do século IV e a sua difusão acentua-se na centúria seguinte. Os mesmos eram inicialmente construídos onde houvesse espaço disponível, mas a progressiva desarticulação das instituições municipais durante o século V deixou em aberto espaços e edifícios em áreas centrais das cidades (CHAVARRÍA, 2010, p. 439). Veja-se, por exemplo, que o conjunto episcopal de **Córdoba**, datado do século VI, ergueu-se junto ao troço meridional da muralha (SANCHÉZ, 2009a, p. 124); que o de **Barcelona** foi construído junto ao troço do setor nordeste da cidade (BÉLTRAN DE HEREDIA, 2008b, p. 276); e que o de **Hispalis** foi edificado junto ao limite sul da muralha (SANCHÉZ, 2009b, pp. 268-269). A primeira basílica construída na cidade de **Braga**, datada ainda do século V, construiu-se no setor nordeste da cidade, numa posição periférica à muralha romana. Esta primitiva basílica acabou por constituir um novo polo religioso vinculado ao poder episcopal bracarense, tanto que, no mesmo local, viria a erguer-se no século XI a catedral medieval (RIBEIRO e MELO, 2015, p. 84).

5.2.3. Os espaços privados

A investigação que concerne os espaços privados tardo-romanos e alto-medievais nas cidades do extremo ocidente do Império Romano encontra-se ainda muito centrada na arquitetura áulica. Conhecem-se as materialidades do processo de transformação das cidades, as suas implicações funcionais e a sua associação a determinados atores do poder urbano, mas o mesmo não é válido para todo o tecido social. O grosso da população urbana permanece ainda ausente do registo arqueológico e grande parte dos estudos que atualmente se desenvolvem omitem sistematicamente o tecido social mais

pobre que contribuiu igualmente para o processo de câmbio. Obviamente que teorizar sobre o papel que os estratos sociais mais modestos tiveram no desenvolvimento das cidades é uma tarefa inglória; por um lado, porque não surgem representados nas fontes escritas, que frequentemente emanam das elites, mas também porque está em causa a sua visibilidade material na estratigrafia. Em algumas regiões, as estruturas domésticas que se construíram a partir do século V/VI aliavam técnicas de construção com materiais mais duradouros (telha, tijolo, argamassa e pedra) a outros perecíveis, como a madeira e entramados vegetais. Quando as estruturas integravam na sua construção materiais vegetais, a densidade e a conservação de vestígios arqueológicos é reduzida, o que dificulta a sua identificação em escavação. A arqueologia ainda peca pela incapacidade em detetar contextos caracterizados pela perecibilidade dos materiais construtivos e pela invisibilidade de estruturas a cota negativa como os buracos de poste que estruturavam os espaços domésticos mais modestos.

Tal como apontou P. Diarte-Blasco, *“los resultados de la investigación arqueológica dedicada a este periodo parecen haber sufrido una inversión con respecto al periodo anterior: mientras en el Alto Imperio las personas que mejor detectamos en el registro arqueológico (sea a través de las lujosas villae, de los magníficos lugares de enterramiento o directamente de su auto-representación en los espacios públicos) son precisamente los pertenecientes a los grupos aristocráticos, en la Antigüedad Tardía y Alta Edad Media, parecen ser las clases menos favorecidas, especialmente fuera del medio urbano, las que mejor documentadas están.”* (DIARTE-BLASCO, 2020, p. 353). É na esfera rural que, de facto, se têm feito mais progressos nos últimos anos no que respeita à complexidade e hierarquia social, às desigualdades entre comunidades campesinas, mas sobretudo no que concerne aos modos de vida e aos espaços domésticos rurais (QUIRÓS CASTILLO, 2016). Não é sequer comparável o nível de conhecimento que se tem atualmente sobre as comunidades de estatuto socioeconómico semelhante em meio rural e em meio urbano.

Quando se faz referência aos agentes da transformação das cidades em época tardo-antiga e alto-medieval assinala-se naturalmente a Igreja e os seus dignitários, uma vez que é o semblante religioso dos centros urbanos que mais se destaca na paisagem urbana (e que é mais visível do ponto de vista arqueológico) neste período. É da

responsabilidade do poder religioso o aparecimento, nas cidades, de imponentes complexos episcopais e batismais, bem como de catedrais monumentais. Os espaços funerários são também cenários em que é possível fazer considerações acerca de desigualdades sociais. A presença de mausoléus luxuosamente decorados, de sepulturas associadas a basílicas martiriais ou a eventual deposição de espólios funerários evidenciam a vigência de uma estratificação social (DIARTE-BLASCO, 2020, p. 360). A ausência desse tipo de marcadores não permitiria distinguir em termos socioeconómicos os inumados, até porque são exíguas as demonstrações de estatuto nos enterramentos cristãos (DIARTE-BLASCO, 2020, p. 361). Poderá ser, por exemplo, o caso da sepultura excecional de São Miguel de Fetal, em Viseu, que marca o enterramento de uma personagem emblemática na cidade. Se não fosse este tipo de marcadores, a hierarquização do tecido social urbano ficaria diluída nas raríssimas estruturas domésticas que se conhecem no interior das cidades alto-medievais, fruto da perecibilidade dos materiais de construção e das técnicas construtivas empregues. Nas cidades hispânicas, como já se referiu no subponto 5.1. *Os símbolos da desarticulação da cidade clássica romana*, muitos edifícios públicos foram reocupados com funções distintas das originais, frequentemente por estruturas de carácter doméstico. Anfiteatros, teatros, *fora* e complexos termas foram alvo de privatizações para usos habitacionais, reutilizando inclusivamente materiais arquitetónicos e decorativos provenientes desses edifícios nas suas construções. Também é evidente pela investigação arqueológica que as estruturas domésticas mais visíveis que reocupam os antigos espaços romanos são as que se vinculam a grupos sociais de maior poder aquisitivo, como é o caso da já mencionada *domus* de Sant Honorat, construída sobre o *forum* romano de Barcelona (FLORENSA e GAMARRA, 2006, pp. 189-209).

Em **Viseu**, a arqueologia urbana ainda não logrou identificar quaisquer estruturas domésticas adscrita à Alta Idade Média, associadas quer aos grupos sociais mais proeminentes da cidade, quer aos estratos mais pobres da sociedade. A única hipótese foi levantada por P. Almeida Fernandes, quando o investigador se pronunciou acerca dos paramentos escalonados presentes no alicerce meridional da Varanda dos Cónegos (FERNANDES, 2017, p. 307). O autor defendeu que esse tipo de construção pode estar associado a estruturas de carácter militar ou civil da época em que Viseu foi capital do

do que viria mais tarde a ser o Condado Portucalense (FERNANDES, 2017, p. 295) (Figura 17). Do ponto de vista arqueológico e, sobretudo estratigráfico, não é possível confirmar a vinculação do aparelho construtivo mencionado à presença de aristocracias urbanas. Futuramente cremos que a investigação que presentemente se encontra a decorrer no âmbito do projeto *VISEU PATRIMÓNIO* sobre a Cava de Viriato poderá trazer algumas luzes sobre esta temática.

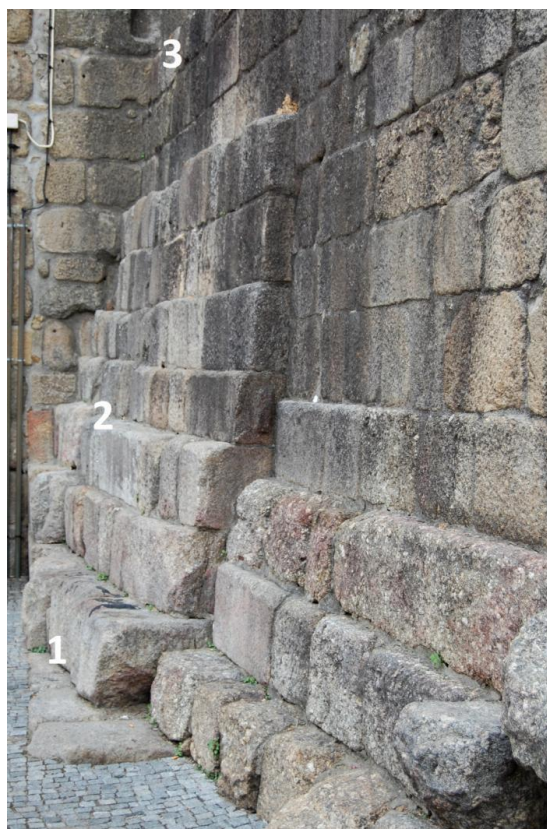


Figura 17 - Alicerce meridional da Varanda dos Cónegos (FERNANDES, 2017, p. 307: fig. 162). O n.º 2 assinala o paramento escalonado que P. Almeida Fernandes defende tratar-se de um muro de provável cronologia alto-medieval.

A Cava de Viriato é um dos maiores enigmas da arqueologia portuguesa. Trata-se de um recinto de planta octogonal regular com aproximadamente 38 hectares e um perímetro de 2160 metros (Figura 18). A Cava é cercada, do lado exterior, por um fosso de perfil em U escavado até aos níveis freáticos e cujos sedimentos terão sido usados para a construção de uma muralha de terra compactada (REAL e TENTE, 2020, p. 67). A escavação do talude até aos níveis freáticos, em alguns pontos com quatro metros de profundidade e 16 metros de largura máxima, garantia a presença de água no fosso

(REAL e TENTE, 2020, p. 71). A muralha atinge, em certos troços, uma altura entre os dois e os sete metros; é possível que o seu topo fosse encimado por uma paliçada (REAL e TENTE, 2020, pp. 67 e 71). Jorge de Alarcão foi o primeiro arqueólogo a associar o monumento às elites asturianas e, portanto, remontando-o a uma origem na Alta Idade Média (ALARCÃO, 2006, pp. 139-142). Esta é uma ideia defendida também por Manuel L. Real e Catarina Tente, cuja fundação os autores pensam advir da capitalidade de Viseu sob o governo de Ramiro II, entre 926 e 931 (REAL e TENTE, 2018, pp. 101-129; REAL e TENTE, 2020, pp. 66-79). Arqueologicamente, a inexistência de datações absolutas ou relativas é ainda um obstáculo para confirmar a cronologia e a função da Cava. As técnicas empregues na sua construção, a planta octogonal e as dimensões do monumento são, até ao momento, as referências que permitem avançar com o momento da sua fundação no século X (REAL e TENTE, 2020, p. 77). Os paralelos com a muralha alto-medieval de Santiago de Compostela, encomendada pelo bispo Sisnando II (968), são evidentes: ainda que delimitasse um espaço mais reduzido que a Cava – 30 hectares -, escavações arqueológicas permitiram identificar um fosso defensivo com três metros de profundidade e oito metros de largura em redor da muralha (SUÁREZ OTERO, 2012, p. 40). Na *Crónica Iriense* consta que a cidade de Santiago de Compostela terá sido dotada de taludes com paliçadas e rodeada por fossos inundados de água (LÓPEZ ALSINA, 1988, pp. 255-256). Se parece certo que a Cava se encontrava vinculada às elites asturo-leonesas presentes em Viseu, o mesmo não se pode afirmar sobre se esse foi, alguma vez, o local da sua residência. Tudo indica, aliás, que se tratou de um projeto de cidade que não se concluiu devido às alterações políticas que levaram à entronização de Ramiro em León (RÁBADE OBRADÓ et al, 2005, p. 29).



Figura 18 - Cava de Viriato. Ortofotomapa da autoria da Geodrone e de Tomás Cordero para o programa VISEU PATRIMÓNIO 2ª fase (2020-2022).

No território peninsular encontram-se já identificados um conjunto de edifícios com funções habitacionais vinculados aos espaços de poder de elites, situados quer em meio urbano, quer nas periferias das cidades. Em Portugal, o conjunto palatino de Falperra (Santa Marta das Cortiças), a três quilómetros da cidade de **Braga**, trata-se de um complexo fortificado datado dos séculos V-VI composto por três edifícios que se dispõem em socalcos. Num plano superior, a nordeste, foi implantando um edifício com 25 x 16 metros que se julga ser a basílica de três naves, orientada no eixo E-O. O edifício basilical é um corpo arquitetónico retangular encimado, na nave central, por uma abside semicircular e dois compartimentos laterais (BARROCA et al, 2016, pp. 132-133). Na zona central do complexo encontra-se uma outra construção, com 34.2 x 12.6 metros, que se pensa tratar-se da *aula* palatina: o edifício, de planta retangular, é segmentado por duas naves divididas por sete pilares de secção quadrangular. O espaço apresenta dois compartimentos alongados do lado norte e dois compartimentos no topo leste (BARROCA et al, 2016, p. 136). Durante a escavação deste edifício foram identificados

no seu interior alguns capitéis jónicos e um capitel de estilo coríntio datado do século VI ou VII (BARROCA et al, 2016, p. 136). Finalmente, num plano inferior, a sudoeste, é possível que tenham sido construídas estruturas tipo *insula* (FONTES et al, 2010, p. 256). A construção do conjunto palatino de Falperra está associada, pelos investigadores, ao processo de transferência do poder político do antigo *forum* romano para este novo edificado, que serviria possivelmente de residência à corte sueva (FONTES et al, 2010, p. 256). Para essa hipótese contribui a sua implantação no topo de um promontório que dominava visualmente o rio Este, a ligação entre os vales dos rios Cávado e Ave e, sobretudo, a área urbana da capital do reino suevo.

O complexo palatino de Falperra encontra paralelos arquitetónicos com a fundação régia de **Recópolis**, datada de 578. A cidade fundada *ex novo* pelo rei visigodo Leovigildo, situada no topo de Cerro de la Oliva (Zorita de los Canes, Guadalajara), integra um complexo constituído por uma *aula* palatina, uma basílica e estruturas auxiliares de carácter comercial e artesanal. Os edifícios construídos inserem-se num claro plano urbanístico que se desenvolveu em função de uma hierarquização do espaço (OLMO ENCISO, 2008, p. 47). O conjunto palatino, que se implantou numa zona altaneira da cidade e em redor de uma grande praça, aglomerava funções de carácter administrativo e residencial. A investigação arqueológica permitiu apurar que o edifício localizado no setor norte da urbe tinha um total de 133 metros de comprimento. O seu longo espaço interior encontrava-se dividido em duas naves separadas por pilares de secção quadrangular. O edifício possuía ainda, na sua parede sul, seis contrafortes semicirculares e duas portas com um vão de dois metros, configurando a fachada principal de todo o complexo, virada à praça (OLMO ENCISO, 2008, p. 47).

Na área arqueológica da Morería de **Mérida**, a arqueologia permitiu detetar um conjunto de 13 casas romanas com níveis de incêndio e destruição datados da primeira metade do século V e que os investigadores interpretam como consequência dos ataques germânicos à cidade (ALBA, 1996, pp. 381-382). Na mesma época também ocorre a destruição e o abandono de uma casa romana registada na área da Alcazaba (MATEOS e ALBA, 2000, p. 148). Após um período de abandono marcado inclusivamente pela presença de enterramentos no interior das casas romanas da Morería (MATEOS e ALBA, 2000, p. 148), as mesmas voltaram a ser reocupadas em época visigoda e a

transformação dos espaços domésticos fez-se com recurso a materiais espoliados. As novas estruturas domésticas foram pavimentadas com pisos de terra batida sobre os níveis de circulação das casas romanas. A sua organização interna foi reestruturada, ora através da desmontagem de antigos muros, ora compartimentando-se divisões. Segundo M. Alba, *“Las domus romanas se transforman en casas de vecinos donde los céntricos peristilos, eliminadas sus columnas y pórticos, se convierten en espaciosos patios comunales (...)”* (ALBA, 1996, p. 382). No século VIII e com a consolidação do emirado de Córdoba no século IX, todo o bairro da Morería é reocupado por um complexo onde se constroem nove edifícios de grande dimensão e de traçado monumental, com plantas simétricas e estruturados mediante naves (MATEOS, 2000, p. 517). A sua edificação faz-se sobre muros romanos, reaproveitando inclusivamente silhares, cornijas e tambores de colunas reutilizados na sua construção (MATEOS e ALBA, 2000, p. 157). Um dos edifícios – o denominado Edifício A – apresenta uma planta basilical, com uma nave central e duas laterais separadas por muros. O edifício, de configuração retangular, tem 29 x 14 metros e aproximadamente 400 m² de superfície. A cabeceira é encimada por três compartimentos de 13 m² cada um e a nave central tem 78 m² (MATEOS e ALBA, 2000, p. 157). A sua estrutura era também dotada de um sistema de contrafortes na esquina exterior, o que resolvia a composição escalonada dos paramentos (MATEOS e ALBA, 2000, p. 158). Estruturas domésticas semelhantes foram escavadas sobre os restos de uma *domus* baixo-imperial na Alcazaba de Mérida, seguindo a mesma regra de simetria. Em redor de um pátio central ordenavam-se duas casas de planta quadrangular e outras duas de planta retangular (MATEOS e ALBA, 2000, p. 159). Nas imediações do designado “Templo de Diana” e sobre os restos do antigo *forum* municipal, também se identificaram estruturas domésticas de cronologia visigoda e emiral. Um edifício de época emiral foi construído na parte frontal do templo, a 4.55 metros do *podium*. Trata-se de um espaço caracterizado por duas dependências adossadas, sensivelmente quadrangulares, de 22 m² cada uma. As dependências apresentavam também um sistema de contrafortes exteriores, equidistantes, e a construção dos paramentos incluía silhares romanos reaproveitados (MATEOS e ALBA, 2000, p. 160). A dimensão das estruturas domésticas identificadas no bairro da Morería, na Alcazaba e sobre o *forum* emeritense, bem como o tipo de construção e os seus locais

de implantação, sugerem tratar-se de verdadeiros palacetes vinculados ao poder do Emirado (MATEOS e ALBA, 2000, p. 161).

O complexo episcopal de **Barcelona**, localizado no interior do perímetro urbano baixo-imperial, foi construído no local que ocupa atualmente a catedral da cidade. A consolidação do poder episcopal resultou diretamente no processo de ampliação da área destinada ao *episcopium*, nomeadamente na construção de uma *aula* de receção e do palácio episcopal na quinta centúria. A residência do bispo, localizada a noroeste da basílica, edificou-se sobre uma antiga *domus* cuja propriedade foi doada à Igreja num ato de evergetismo (BONNET e BELTRÁN DE HEREDIA, 2000, p. 470). No século VI, dá-se uma reforma estrutural e de monumentalização das estruturas, que reverte inclusivamente para a construção de um novo palácio episcopal. O edifício organizava-se a partir de um corpo central e duas alas sensivelmente simétricas. As suas fachadas eram dotadas de torres, conferindo um aspeto fortificado ao edifício (BELTRÁN DE HEREDIA, 2008b, pp. 279-280). A nova arquitetura palatina plasma o poder adquirido pelo bispo durante a Alta Idade Média, que se impunha sobre a paisagem urbana e que manifestamente encena a sua condição privilegiada sobre a cidade e sobre os seus habitantes (GURT e SANCHÉZ, 2008, pp. 194-195).

Outros tantos exemplos poderiam ser referidos e usados como paralelos para os tipos de estruturas residenciais associadas a elites, como o complexo monumental de Cercadilla, nos arredores da cidade de Córdoba (HIDALGO, 2016), ou o da cidade de Tolmo de Minateda (ABAD CASAL et al, 2000; AMORÓS e CAÑAVATE, 2011). Todos os complexos e residências monumentais supramencionados atestam a procura, por parte das aristocracias tardo-antigas e alto-medievais, por um protagonismo paisagístico mediante a construção de novos espaços de poder e de prestígio no interior dos núcleos urbanos ou na sua periferia. A desigualdade do aporte de informação acerca dos grupos sociais privilegiados em relação ao restante tecido social é gritante. Tal só poderá ser solucionado com o aumento (e o investimento público) de intervenções arqueológicas nas cidades históricas e com a preparação dos arqueólogos para a identificação de contextos domésticos mais débeis.

5.3. A importância geoestratégica da cidade como centro de poder e de circulação e consumo de bens

Desde que foi contemplado no direito clássico, a cidade correspondia ao centro da atividade política e religiosa, ao centro dos intercâmbios sociais e comerciais e ao centro simbólico onde se localizavam as instituições de maior prestígio. As cidades eram os locais de residência, temporal ou permanente, da elite económica que utilizava os recursos urbanos para monopolizar o poder. Os núcleos urbanos eram as unidades de fiscalidade encarregadas de garantir, perante o governo central, a cobrança de impostos, cuja responsabilidade recaía sobre o governo da cidade e sobre os membros da *curia*. Segundo Chris Wickham, *“The survival or failure of urbanism in any part of the Iberian peninsula must have been, as elsewhere, essentially dependent on the choices and prosperity of local elites”* (WICKHAM, 2005, p. 664). É com alguma frequência que, no extremo ocidental do Império Romano, as elites locais preservaram elementos da cultura civil romana até muito tarde, por vezes até ao século VII (WICKHAM, 2005, p. 664). Mas o certo é que nem todas as cidades eram iguais e a manutenção dos modos de vida urbanos dependeram grandemente das particularidades da sua localização geográfica, mas sobretudo da sua dimensão e riqueza. Veja-se, por exemplo, a importância adquirida pelo porto da Ría de Vigo nas rotas comerciais intra e interprovinciais entre os séculos IV e VII, igualando-a a centros portuários mediterrânicos como Nápoles, Cartago ou Marselha (FERNÁNDEZ, 2014, p. 475).

São numerosos os investigadores que destacam que a condição mais importante que levou à prosperidade das cidades na Alta Idade Média é a presença de uma administração civil e militar nos núcleos urbanos (FUENTES, 1995, pp. 217-237; ARCE, 1997, pp. 293-302). A este fator podem acrescentar-se considerações de tipo económico relacionadas com a mudança de rotas comerciais, de mercados e de produção de manufaturas. A reorganização administrativa impulsionada pelos imperadores Diocleciano e Constantino resultou no incremento da importância política de algumas cidades, o que lhes proporcionou um certo dinamismo económico, que se traduziu muitas vezes na edificação de obras monumentais e/ou na remodelação ou reconstrução de edifícios públicos (DÍAZ MARTÍNEZ et, 2007, p. 236). A presença contínua de altos cargos administrativos nas cidades foi um impulso para que, naquelas

que se tornaram capitais provinciais e posteriormente sedes de Diocese, se erguessem monumentos comemorativos e conjuntos edilícios, como se verificou em Mérida ou Córdoba; e noutras que, como Barcelona, Astorga ou Lugo, a sua importância tenha crescido em virtude de razões económicas ou estratégicas (DÍAZ MARTÍNEZ, 2007, pp. 236-237). Também se constata o contrário, em que cidades como Cádiz perderam relevância por ficarem à parte dos circuitos administrativos e sobretudo dos económicos, assumidos agora pelos portos béticos de *Carteia* e Málaga. O mesmo parece ter acontecido com Tarragona, que progressivamente vai perdendo importância a partir do século III em favor da cidade de Barcelona, ainda que a sua condição de capital da província *Tarraconensis* lhe tenha permitido manter algum vigor entre os séculos III e V d.C. (REMOLÀ e LASHERAS, 2019, pp. 76-78). Portanto, os fatores que determinam a vitalidade de um núcleo urbano são tão variados que não podem ser esgrimidas as mesmas circunstâncias para todo o território peninsular, nem se pode explicar a evolução urbana da Hispânia como uma totalidade homogênea e uniforme. Há que ter sempre em consideração circunstâncias políticas que justificam a vitalidade dos núcleos que exerceram importantes funções administrativas como capitais de província e sedes episcopais; circunstâncias económicas, como o papel de certas regiões costeiras e portuárias na dinamização de atividades económicas que implicavam a importação e a exportação de produtos; e, por fim, circunstâncias estratégicas e geopolíticas. O estabelecimento do Cristianismo como religião oficial e a configuração das instituições eclesiásticas nos núcleos urbanos proporcionou às capitais provinciais onde se instalaram as sedes de Diocese um dinamismo renovado, plasmado pela construção de novos e imponentes edifícios vinculado ao culto cristão (DÍAZ MARTÍNEZ et, 2007, p. 108).

O caso de *Caesaraugusta* (Zaragoza) é interessante no sentido em que esta cidade detinha uma posição geográfica que lhe proporcionava um indubitável valor estratégico e político em época tardia. A sua importância advinha do lugar destacado que ocupava na economia tarraconense e era inclusive uma das praças-fortes na via de *Bracara-Astorga* que comunicava com a costa catalã e o sul da Gália. Em *Historia Francorum* (Liber II: 9), Gregório de Tours fez referência ao facto de, durante alguns meses, a cidade ter albergado a corte imperial de Constante II, filho de Constantino III. A presença da

corte imperial em *Caesaraugusta* reforça a importância geoestratégica da cidade, mas também que deteria uma certa capacidade edilícia para receber tal cortejo e para ser eleita por Constante como sua capital.

A lista de cidades é ainda mais ampla conforme se vão incorporando os mais recentes dados da arqueologia. Com o tempo tem vindo a ficar patente a importância das cidades da região do norte ocidental da Península Ibérica, protagonistas de um processo de urbanização mais tardio, mas vital. Entre núcleos urbanos como Braga, Lugo, Astorga e Conímbriga que se integravam numa rede de eixos de comunicação e que formavam parte do entramado económico tardio e alto-medieval, a cidade de Viseu pode agora ser olhada de forma semelhante às congéneres.

A partir do século V e sobretudo desde o século VI, as fontes contemporâneas desse período assinalam o dinamismo das cidades como centros político-administrativos, religiosos e económicos na paisagem peninsular como resultante da ação de figuras com poder para a vitalidade urbana. A vinculação do *dux*, do *comes civitates* e da hierarquia episcopal ao aparato administrativo das cidades conferiu-lhes um papel decisório na esfera civil (GUTIÉRREZ LLORET, 1998, p. 139). O elo de ligação entre as elites religiosas e as elites laicas permitiu-lhes inclusivamente associar topograficamente o seu poder a edifícios religiosos e laicos, nomeadamente através da absorção dos espaços de representação do poder municipal romano para albergar os novos poderes urbanos (GUTIÉRREZ LLORET, 1998, p. 139). A autopromoção do poder da Igreja e dos seus representantes constata-se pela implantação dos complexos episcopais diretamente sobre os antigos *fora* romanos ou, como em Valência, sobre o local da prisão e do martírio de San Vicente (RIBERA, 2003, pp. 45-83).

As cidades que, nesta altura, foram eleitas como sedes episcopais e cabeças de Diocese constituíam-se como centros de poder político importantes ou por serem dotadas de uma autoridade que emanava da sua antiga origem (WICKHAM, 2005, p. 595). A estreita relação entre o governo administrativo-militar, a cargo da aristocracia secular, e a Igreja torna-se particularmente evidente nos centros urbanos. Conhecemos através da obra *Vitas Sanctorum Patrum Emeretensium* que, em Mérida, dois aristocratas locais doaram, após a sua morte, todo o seu património ao bispo Pablo, demonstrando a intensa

relação entre a esfera civil e a eclesiástica (DIARTE-BLASCO, 2020, p. 356). O enriquecimento da Igreja, obtido por meio de doações evergéticas e de cobrança de impostos, foi o que tornou possível à hierarquia episcopal levar a cabo a construção de edifícios religiosos nas cidades. Os complexos episcopais integravam igrejas de carácter monumental que se destacavam vertical e horizontalmente na paisagem urbana e é isso que justifica também que, em *Recópolis* por exemplo, o conjunto palatino e a basílica se localizassem no terraço superior que dominava visualmente a cidade (GUTIÉRREZ LLORET, 1998, p. 139). Além de serem vistos como intermediários entre os fiéis e os santos patronos, os bispos tornaram-se verdadeiros agentes transformadores das cidades e motores do seu desenvolvimento edilício. Veja-se que, nos finais do século VI, o bispo Masona de Mérida esteve por detrás da edificação do *xenodochium* contruído nas proximidades da basílica de Santa Eulalia (MATEOS, 1995b, pp. 309-316); em Valência, o bispo Justiniano impulsionou uma importante obra de restauração do complexo episcopal da cidade, a qual incluiu a construção de uma catedral, de um batistério e de um mausoléu (RIBERA e ROSELLÓ, 2005, pp. 123-153); e em Barcelona, o bispo ariano Ugnas, que manteve a cátedra episcopal graças à sua conversão ao Catolicismo no III Concílio de Toledo (589), levou a cabo a expansão e monumentalização do grupo episcopal (DIARTE-BLASCO, 2020, p. 360). Atribui-se ao bispo Zenon de Mérida e ao *dux* godo Salla a ordem para a restauração das muralhas emeritenses e da ponte sobre o rio Guadiana nos finais do século V (ALBA, 1996, p. 364). É possível imaginar que nem todos os bispos tenham tido à sua disposição os mesmos recursos económicos para desenvolver obras urbanas monumentais nas sedes episcopais a seu cargo, mas é inegável o seu papel como “construtores” durante a Alta Idade Média (PICARD, 1991) e como promotores do poder episcopal.

Mas os bispos não foram só os principais atores na gestão do poder religioso. A sua crescente influência política outorgou-lhes, ao longo dos séculos V e VI, um estatuto como garantes da vida cívica e como verdadeiros *defensores civitates* (WICKHAM, 2005, p. 168 e p. 222; DIARTE-BLASCO, 2020, p. 367). Daí se depreende a ação do bispo Idácio de Chaves após a fixação dos Suevos na província da *Gallaecia*: há informações que apontam para que o bispo flaviense tenha solicitado o auxílio das tropas romanas e que

tenha sido um intermediário para um acordo de paz, intercedendo em representação dos cidadãos de *Aquae Flaviae* (DÍAZ MARTÍNEZ et al, 2007, pp. 137-138).

Em Viseu, após o desaparecimento das elites curiais romanas e perante a ausência de um poder civil, a cidade passou a ser administrada, a partir da Alta Idade Média, por um bispo e pela sua corte. Enquanto sede de bispado suevo e depois enquanto sede episcopal visigoda, tem-se notícia da presença de bispos viseenses através das atas dos vários concílios peninsulares entre os anos de 572 e 693 (VIVES, 1963). Não há documentação que comprove a assistência de prelados viseenses nos concílios seguintes, celebrados em 694 e 701. O término das reuniões conciliares da Igreja hispano-visigoda iniciou um período em que as fontes escritas são escassas e pouca informação fornecem acerca das vivências religiosas e do funcionamento institucional da Igreja peninsular. A partir de 711, a invasão muçulmana e a consequente islamização cultural e religiosa das populações autóctones conduziram ao relativo isolamento das dioceses, que, apesar das novas circunstâncias políticas, parecem ter-se mantido em funcionamento com o aval das autoridades muçulmanas (TENTE, 2016c, p. 155). Até 870 desconhecem-se para o território de Viseu menções a bispos. Sabe-se que, em 845, Viseu não se encontrava ainda sob governo da monarquia asturiana, uma vez que o rei Ramiro I lançou uma ofensiva à cidade nesse ano (TENTE, 2016c, p. 155). O facto de não se encontrar sob a égide cristã não significa que não houvesse em Viseu um bispo residente, mesmo que este não fosse reconhecido pelos reis asturianos. Aliás, o seu não reconhecimento pode explicar a ausência, neste período, de menções à Diocese viseense nas fontes escritas (TENTE, 2016d, p. 176). No período que medeia o ataque asturiano à cidade, em 845, e a conquista de Afonso III, que terá sucedido na década de 870, a documentação sobre as dioceses entre o Douro e o Mondego é escassa (TENTE, 2016d, p. 177). A partir da época das presúrias de Afonso III é que Viseu volta a surgir nas fontes por estar integrada nos territórios adquiridos pelo reino asturiano (TENTE, 2016d, p. 177). Entre 870 e 982, durante o suposto período de domínio muçulmano, existem referências escritas a, pelo menos, sete bispos da cátedra viseense: a primeira menção, datada de 899, refere D. Gomado (899-915) e a sua assistência à consagração da basílica de Compostela por D. Afonso III (TENTE, 2016d, p. 178). Por ocasião da doação feita pelo rei Ordonho II à Igreja de Santiago de Compostela, o bispo de Viseu,

D. Anserico (915-918), subscreve a sua confirmação. Esta referência reveste-se de grande importância para avaliar o papel exercido pelos bispos junto da corte leonesa, que era frequentada pelos prelados viseenses. Até 982, há menções aos prelados D. Sabarico (920-922), D. Salomão (928-932), D. Dulcídio (937-955), D. Hermenegildo (955-961) e D. Iquila (974-982) (TENTE, 2016d, pp. 178-180).

Como se constata, os dados são escassos e pouco mais adiantam do que o nome dos prelados que estavam à frente da cátedra de Viseu. Conhecemo-los apenas porque constam como testemunhas de celebrações e/ou documentos produzidos pela corte leonesa e não como intervenientes na definição da doutrina da Igreja (TENTE, 2016c, pp. 155-156). As referências diretas a bispos viseenses desaparecem completamente das fontes escritas a partir de finais do século X, época das conquistas de *Al-Mansur*. A campanha dirigida pelo general muçulmano a Viseu conduziu à integração de Viseu na esfera do poder islâmico e sobre a jurisdição política de Córdoba. Posteriormente terá ficado dependente do reino taifa de Badajoz. Durante este período, as autoridades muçulmanas permitiram que as elites viseenses mantivessem o governo da cidade sob a condição de reconhecerem o poder do califa e de pagarem o tributo (TENTE, 2016c, p. 156). Segundo Catarina Tente, *“Tal estatuto possibilitaria a manutenção de uma certa autonomia política, que Viseu gozava desde a corte de Bermudo Ordoñez”* (TENTE, 2016c, p. 156). Essa autonomia parece ter inclusivamente implicado a sobrevivência da estrutura eclesiástica cristã, já que data de 1050 a menção ao bispo viseense D. Gomes, exilado em Oviedo (TENTE, 2016c, p. 156). Depois de Fernando Magno conquistar definitivamente a cidade de Viseu, o bispo D. Sesnando é dado como o último prelado viseense do século XI e aquele que assumiu a Diocese após a sua restauração (TENTE, 2016c, p. 156).

A arqueologia permitiu documentar que Viseu manteve um importante protagonismo político e económico no século VI, quando se torna cidade episcopal durante a época da monarquia sueva e cujo estatuto se conservou durante toda a Alta Idade Média. A identificação de cerâmicas que se vinculam à presença de elites, provavelmente religiosas, na cidade, comprova-o. Tal como se constatou noutras cidade tardo-antigas e alto-medievais, Viseu também sofreu alterações do ponto de vista urbanístico vinculadas à consolidação do Cristianismo na cidade. A ação da Igreja na configuração

das cidades é uma das expressões mais significativas do dinamismo sociocultural das populações do centro-norte peninsular e é daí que se depreende o impulso construtivo dos séculos VI e VII nos centros urbanos. A notícia da frequência de bispos viseenses nos concílios peninsulares a partir da segunda metade do século VI é indicadora da constituição de Viseu como sede episcopal, mas, de momento, não é possível indicar quando é que se fundou a Diocese e a qual dos prelados se deve atribuir a responsabilidade pela reconfiguração arquitetónica do morro da Sé. É provável que fundação da Diocese tenha implicado a construção de um complexo episcopal na acrópole viseense e cujas estruturas não cremos serem as do edifício triabsidado escavado na Rua das Ameias, tal como foi proposto por vários investigadores e inclusive pela autora desta tese de doutoramento (TENTE, 2016b, p. 111; TENTE e DE MAN, 2016a, p. 387; TENTE e DE MAN, 2016b, p. 47; MEIRA, 2018, p. 157). Não pomos, contudo, em causa que a igreja episcopal de época suevo-visigoda estivesse pouco distante daquele local; contudo, ainda não a conhecemos. O edifício de três absides da Rua das Ameias pode ser já posterior ao século VI e ser, inclusivamente, contemporâneo da necrópole identificada na Praça D. Duarte, datada do século XI. Tratar-se-ia, porventura, de um espaço religioso que existiria antes das obras de remodelação dos condes portugalenses no século XII. Mas a importância de Viseu enquanto sede episcopal suevo-visigoda revela-se, não só a partir dos vestígios cerâmicos e da documentação escrita, mas de muitas outras formas, nomeadamente a que está documentada através da cunhagem de moeda.

A vitalidade episcopal em sede conciliar demonstra uma completa participação da Diocese viseense na política das monarquias suevo-visigoda. Ainda que Viseu permanecesse numa posição periférica em relação ao poder central e não se constituísse como um centro tão influente como outras capitais provinciais e outras sedes de Diocese, são conhecidas cunhagens visigodas na cidade que parecem prolongar-se pelo século VII. A cunhagem de moeda pelos reis visigodos inicia-se com Leovigildo, momento até ao qual as emissões monetárias eram essencialmente imitações de moedas tardo-romanas e bizantinas. O seu reinado inaugurou não só a circulação de uma moeda em ouro própria (1/3 de um *solidus*) – os trientes ou tremisses –, como inaugurou uma imagética independente dos arquétipos imperiais, na qual a

efígie real surgia agora de frente e o nome latinizado do monarca aparecia antecedido pelo título *rex* (PLIEGO, 2020, pp. 239-240).

Entre as moedas recolhidas em Viseu ou nas imediações da cidade há notícias do achado isolado de quatro trientes. Um deles, datado do reinado de Recaredo (586-601) e cunhado em *Tirasona*, foi encontrado a 11 de março de 1944 em Rio de Loba, na margem esquerda do rio Pavia (COELHO, 1949, pp. 4-5), encontrando-se atualmente sob a guarda da Diocese de Viseu. Desconhecem-se as circunstâncias da descoberta dos outros três trientes, mas os mesmos remontam aos reinados dos reis Recesvinto (649-672), Ervígio (680-687) e Égica-Vitiza (694?-710) e foram cunhados em *Narbona*, *Emerita* e *Caesaraugusta* respetivamente (MARTÍN VISO, 2008, p. 6). Além destas moedas, o Museu da Casa da Moeda tem na sua coleção numismática duas moedas cunhadas em Viseu, uma datada do reinado de Sisebuto (612-621) e outra de Suintila (621-631) (TENTE, 2020, p. 63). Como se depreende, não se tratam somente de moedas cunhadas em centros de produção da Hispânia e da *Narbonensis*, mas também de cunhagens locais. A condição como centros administrativos de certa importância ou como sedes episcopais permitiu que algumas cidades fossem também centros de emissão monetária (PLIEGO e IBRAHIM, 2018, p. 140). Na região entre o Douro e o Mondego conhecem-se seis locais em que se cunhou moeda e quatro deles foram cidades episcopais: para além de Viseu, cunhou-se moeda em Lamego, Coimbra e na diocese alto-medieval de *Caliabria*, na atual área de Vila Nova de Foz Côa (TENTE, 2020, p. 62). A partir do século VII, também existem cunhagens procedentes de locais onde existiam igrejas dependentes das sedes episcopais, o que pode ser uma hipótese para interpretar as moedas emitidas em *Coleia* (Almofala, Figueira de Castelo Rodrigo) e *Tutela* (de localização ainda desconhecida) (TENTE, 2020, p. 62). A presença de trientes foi também associada a sítios de altura fortificados e espaços relacionados com *potentes* no nordeste da *Lusitania* (MARTÍN VISO, 2008, p. 17).

O facto de as cunhagens se enquadrarem de forma expressiva em cronologias da sétima centúria revela que a cidade de Viseu se encontrava política e economicamente ativa nesse período (TENTE e DE MAN, 2016a, p. 385). Demonstra igualmente uma clara relação entre as cidades emissoras e o bispado no seu papel de coletor de impostos (MARTÍN VISO, 2008, p. 4). A moeda em ouro deve ser considerada um bem de prestígio

e deve ser interpretada como um reflexo da existência de uma complexa rede entre o poder local e o poder central, uma vez que a sua presença é indicativa de pagamentos do rei por serviços prestados ou, do ponto de vista simbólico, da criação de relações de interdependência com as elites locais (MARTÍN VISO, 2008, p. 3). Além disso, segundo Ruth Pliego, as cunhagens produzidas em locais-chave da Lusitânia “*parecen presentar tres ramales de ocupación entorno a las vías de comunicación. Por un lado, se tendría, en la parte más occidental, partiendo de Olisipona y cruzando la ya citada Eminio hacia el norte, a Veseo y Lameco (...), ambas sedes episcopales en época sueva, que enlazan con la Gallaecia, cruzando el Duero, a través de Portocale. La zona central y partiendo desde Egitania, estaría conformada por los núcleos de Monecipio, Totela, Coleia y Caliabria, y por último podría distinguirse un ramal que partiría desde la capital, Emerita, y que pasando por Elvora enlazaría con Salmantica*” (PLIEGO, 2008, p. 120). Assim, a cunhagem de moeda em Viseu parece também vincular-se à importância da cidade enquanto ponto de cruzamento de eixos viários estruturantes.

É nesta lógica do entroncamento de importantes vias de comunicação em Viseu que se explica a circulação de moedas, mas também de outros produtos. Em época romana, Viseu era uma das *civitates* que integrava a geografia administrativa do Centro do atual território português (ALARCÃO, 2017, p. 106) e seria uma cidade bem mais importante do que habitualmente se pensava, fruto da sua capitalidade. Já nessa época, o seu território administrativo era muito extenso: para ocidente, abarcava o território até à Serra do Caramulo; estendia-se para o norte até às serras da Arada, de Leomil e da Lapa; e para sul e para nascente até ao rio Mondego. Certamente, que a partir da cidade saíam eixos viários que a ligariam a todos estes locais, mas também às capitais provinciais, mantendo assim uma vantagem geográfica como capital de *civitas* em época romana. A sua centralidade encontra-se atestada pela identificação de troços de vias romanas. Pelo menos nove estradas imperiais convergiam para Viseu, ligando-a a outras cidades que eram suas vizinhas: Lamego, Paredes da Beira (São João da Pesqueira), Cárquere (Resende), Guarda, Bobadela e Coimbra (ALARCÃO, 1995, pp. 101-105; ALARCÃO, 2017, pp. 235-236), o que deve ser interpretado como uma inevitável relação entre a cidade e o território à escala regional. O percurso tomado por estas estradas permitiu que Viseu se ligasse a *Emerita Augusta*, pela via que passava também pela *Egitania*, e a *Bracara*

Augusta, as quais se constituíam como os principais centros de distribuição de bens. Ambas as capitais de província, da *Lusitania* e da *Gallaecia* respetivamente, foram sedes metropolitanas da diocese de Viseu em tempos distintos na Alta Idade Média. Este facto deve ter possibilitado a manutenção dos circuitos comerciais entre estas cidades. Tudo indica que estas vias de circulação de bens permaneceram ativas pelo menos até ao século V, momento que ditou o abandono progressivo destas rotas.

A *cidade* que surgiu entre os séculos III e V d.C. foi uma cidade transformada, mas não decadente. A perda das funções administrativas dos *fora* não invalidou a manutenção, ainda que de forma parcial, das suas funções comerciais, que se documentam arqueologicamente mediante a importação de cerâmicas e de produtos mediterrânicos (GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, 2017, p. 28). Isto permite confirmar a subsistência dos circuitos económicos, sobretudo pelo que atestam as cerâmicas finas importadas, entre as quais as *Terra Sigillatas*. A presença deste tipo de cerâmicas, sobretudo as produções de TSHT do Douro e do Ebro, demonstra que a atividade dos mercados peninsulares se manteve de forma quase autossuficiente até finais do século V d.C., suplantando, no caso de Viseu, as cerâmicas finas norte-africanas. Segundo A. Gutiérrez González, “(...) importaciones y circulación de productos mediterráneos orientales y norteafricanos...muestran el notable dinamismo de esa época, lo que contribuyó en cierta medida a frenar el proceso de degradación urbana” (GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, 2017, p. 31).

Entre finais do século V d.C. e os inícios do século VI d.C. aparecem as primeiras cerâmicas montadas a torno lento, produzidas em oficinas progressivamente mais artesanais e com um alcance de distribuição muito menos alargado. A partir deste período, inicia-se o trajeto para a regionalização das produções, para a redução significativa da variabilidade morfológica e, consequentemente, a curto prazo, para a polifuncionalidade que se atribuiu a algumas formas cerâmicas (VIGIL-ESCALERA, 2015, pp. 153-154). O registo material deste período define-se pela coexistência entre as produções de cerâmicas importadas da região mediterrânica, produções hispânicas dos centros produtores de La Rioja e da área da Meseta Ibérica, imitações de *Terra Sigillatas* e produtos de oficinas regionais e locais. Esta é uma situação que se verifica na maioria dos contextos urbanos e rurais peninsulares nos inícios do século VI d.C., com provas

referenciadas nas Astúrias (REQUEJO PAGÉS, 2016, p. 114), na cidade de León e no seu entorno (GUTIÉRREZ GONZÁLEZ e HERNÁNDEZ, 2016, p. 165), na parte central do vale do Douro (TEJERIZO GARCÍA, 2016, p. 238) e em Conímbriga (DE MAN, 2006, p. 146), por exemplo.

O século V é, decididamente, uma época de derradeiras transformações dos repertórios cerâmicos. O desaparecimento dos últimos centros produtores de TSHT favoreceu a eclosão da cerâmica redutora (VIGIL-ESCALERA, 2015, p. 148). Além disso, como já se teve oportunidade de referir, de forma progressiva caminha-se agora para a manufatura e distribuição local/regional das produções, para a redução significativa das formas cerâmicas e para a sua multifuncionalidade (VIGIL-ESCALERA, 2015, pp. 153-154). A introdução e a progressiva afirmação das cerâmicas cozidas em ambiente redutor, cujas pastas apresentam tonalidades entre o cinzento e o negro, parece responder a uma mudança nos gostos do consumidor (FERNÁNDEZ e BARTOLOMÉ ABRAIRA, 2016, p. 74). Até meados do século V, as cerâmicas redutoras conviveram com as oxidantes, herdeiras da tradição romana (FERNÁNDEZ e BARTOLOMÉ ABRAIRA, 2016, p. 76; JUAN TOVAR, 2019, pp. 285-413). Adriaan De Man refere inclusivamente que *“existiu durante muito tempo uma sincronia entre os materiais de inspiração puramente romana e os de época visigótica, sem que apareça uma ruptura clara”* (DE MAN, 2006, p. 98). O câmbio tecnológico para as cozeduras plenamente redutoras mostra alterações significativas nos processos de produção, com fornos cerâmicos por vezes improvisados que não permitiam a entrada contínua de oxigénio (DE MAN, 2006, p. 138; TEJERIZO GARCÍA, 2016, p. 248). A hegemonização das cerâmicas de cozedura redutora sobre as de cozedura oxidante e o desaparecimento definitivo da TSHT são acompanhadas também por grandes transformações a nível formal.

Após o século V, o leque de formas torna-se mais reduzido e a produção em série deu lugar a manufaturas de ocasião, em ambiente doméstico e de acordo com a necessidade imediata (DE MAN, 2013, p. 122). Tal implica também uma simplificação morfológica e tecnológica: *“A assimetria formal e a cozedura irregular e redutora das peças indicam uma renúncia generalizada ao torno alto e a fornos de duas câmaras”* (DE MAN, 2013, p. 122). Entre os séculos VIII e X manteve-se um reduzido repertório formal e muitas peças passaram a ter múltiplas valências. As formas dos recipientes destinados ao

consumo de alimentos, à sua preparação e confeção, bem como ao seu armazenamento, demonstram uma transformação nos hábitos alimentares com expressão ainda numa romanidade tardia e com um reflexo que perdura aos inícios da Idade Média (REQUEJO PAGÉS, 2016, pp. 131-132). As formas abertas passam a ser quantitativamente mais diminutas em relação às formas fechadas, que, além de serem maioritárias, projetam-se em torno de três grandes grupos formais: os potes/panelas, os jarros e os alguidares (DE MAN, 2013, p. 125; REQUEJO PAGÉS, 2016, p. 132).

As produções que se adscvem aos séculos VI/VII identificadas na Rua das Ameias/Praça D. Duarte inserem-se na categoria da “cerâmica comum” montada, quer a torno lento, quer a torno rápido, que se torna predominante neste período. Desta época já não se identificam em Viseu indícios da importação de cerâmicas finas mediterrânicas – de que são exemplos as *Terra Sigillatas* africanas e ficeenses - e que no século VI ainda continuam a aparecer em núcleos urbanos costeiros ou próximos da costa (FERNÁNDEZ e BARTOLOMÉ ABRAIRA, 2016, p. 73). Tal parece comprovar o progressivo abandono das rotas comerciais terrestres até ao interior do território. Identificaram-se, todavia, imitações que tentaram suprir a procura por produtos de qualidade, embora apresentem características distintas das *Terra Sigillatas* e que revelam geologicamente o localismo do seu fabrico. Enquadram-se no que foi descrito por L. C. Juan Tovar como *Cerâmica de Imitação de Sigillata* (2019). Os fragmentos de CIS recolhidos na Rua das Ameias/Praça D. Duarte já nada têm que ver com os repertórios formais das *Terra Sigillatas*, mas conservam os modelos decorativos estampilhados da TSHT. Trata-se de três potes de CIS que evidenciam a presença de grupos sociais privilegiados em Viseu, mas revelam sobretudo uma alteração na escala de ação desses grupos (TENTE e DE MAN, 2016a, p. 387). Este tipo de cerâmica é um bem de prestígio que tem vindo a ser frequentemente identificado em sítios de altura que exercem controlo sobre determinados territórios (DAHÍ, 2012) ou em espaços com importância política e religiosa à escala do reino visigodo (TENTE e DE MAN, 2016a, p. 387). É muito provável que os recipientes de CIS da Rua das Ameias/Praça D. Duarte datem entre os séculos VI e VII, uma vez que, como vimos, é desta última centúria que data a maioria das cunhagens de moedas de Viseu (MARTÍN VISO, 2008, p. 187).

Os dados disponíveis revelam que, assim como aconteceu durante a época da monarquia visigoda, os centros de poder mantiveram uma lógica geográfica sediada nos centros urbanos entre os séculos VIII e XII. Durante esse período, a cidade de Viseu não perdeu importância, nem dimensão. Tal constata-se, em primeiro lugar, pela manutenção na diocese de Viseu após a invasão da Península Ibérica por tropas islâmicas. Aliás, os espólios cerâmicos proporcionam uma oportunidade para questionar o efetivo domínio da cidade por um poder muçulmano entre os séculos VIII e X. O estudo da coleção arqueológica da Rua das Ameias/Praça D. Duarte não corrobora a aculturação material das comunidades urbanas nessa época. A cerâmica das fases pós-século VIII, que incluem pratos covos, potes/panelas de perfil em “S”, alguidares de base em disco e formas com asas golpeadas, demonstram até fortes influências do norte cristão que resultam, por um lado, dos avanços e recuos das fronteiras cristãs e muçulmanas, e, por outro, pela fixação da fronteira cristã no Mondego. Em sítios arqueológicos mais setentrionais, e sobretudo nos espaços urbanos em que se detetam níveis de época emiral e califal como Coimbra, os espólios cerâmicos caracterizam-se normalmente por peças com superfícies vidradas, peças pintadas a branco ou decoradas, por exemplo, a verde e manganês e corda seca parcial e/ou total (CATARINO e SANTOS, 2012, p. 7 e pp. 9-10). Até em Conímbriga, onde surgiram vidrados árabes em camadas superficiais mas seladas no setor do anfiteatro, identificam-se ocasionais traços muçulmanos na cultura material, mas tal não significa uma presença muçulmana permanente ou significativa (DE MAN, 2012a, pp. 34-35). Deve ter-se em conta, todavia, que se conhecem conjuntos cerâmicos de época emiral anteriores à introdução dos primeiros vidrados e que são muitas vezes difíceis de distinguir das cerâmicas do século VII, sobretudo devido à homogeneidade morfotipológica e porque a chegada de uma massa de população forânea não implica a substituição da anterior bagagem material (SERRANO HERRERO et al, 2016, p. 305 e p. 307).

São, portanto, muito pontuais os locais da Beira Alta onde, até ao momento, as escavações puseram a descoberto vestígios materiais de uma efetiva ocupação islâmica, ou de onde se recolheram cerâmicas que manifestam uma filiação nos contactos culturais e comerciais com o *al-Andalus*. Um exemplo que foge à regra é o caso do povoado da Senhora do Barrocal, em Sátão: as intervenções arqueológicas no sítio

permitiram registar a ocorrência de cerâmicas exógenas à região, datadas de finais do século X/inícios do século XI, entre as quais um fragmento de taça decorada a verde e manganês, fragmentos de uma peça com vidrado melado e decorada a manganês com uma representação aparentemente zoomórfica, parte de uma garrafa vidrada a verde plúneo e ainda pequenos fragmentos de peças pintadas a negro e branco (TENTE et al, 2018, p. 278). Este conjunto representa, na verdade, uma novidade neste tipo de povoados e de cronologias. Estas cerâmicas imiscuem-se com peças de tradição local (potes/panelas, alguidares de base em disco, aplicações de cordões plásticos digitados, entre outros), o que demonstra ligações entre as populações viseenses e o Sul islamizado e, por hipótese, a troca de presentes que faziam parte do estabelecimento de acordos e relações políticas (TENTE et al, 2018, p. 279).

O conjunto cerâmico dos séculos VIII a X também não é fruto da existência de um alcácer islâmico, tal como propuseram Anísio Saraiva e Carlos Alves (SARAIVA, 2010, p. 20; ALVES, 2015, p. 75). Segundo o último autor, a conquista levada a cabo por *Al-Mansur* deve ter provocado danos nos edifícios existentes na colina da Sé e a sua presença em Viseu terá correspondido ao maior período de domínio islâmico na cidade, interrompido em 1058 por Fernando Magno (ALVES, 2015, pp. 73-74). Carlos Alves afirma que, durante esse período, o morro da cidade foi alvo de uma reforma arquitetónica no âmbito de um programa de reconstrução e fundação de cidades no território peninsular, em vigor desde meados do século IX por parte das comunidades islâmicas. No caso de Viseu, o historiador de arte defende que ter-se-á edificado o alcácer onde *Al-Mansur* e a nobreza condal viseense terão dividido a pilhagem resultante do ataque a Santiago de Compostela (ALVES, 2015, p. 74). Na sua opinião, esse alcácer permanece materializado em silhares do alçado sul do complexo catedralício, na confluência com a torre sudoeste, e na configuração quadrada que o adro da Catedral ainda mantém (ALVES, 2015, p. 77), factos que já se contra-argumentaram com a arqueologia da arquitetura. Segundo o mesmo autor, esta fortificação seria de planta quadrangular com quatro torres nos seus ângulos, inspirada nos modelos orientais, siro-palestinos e bizantinos do Norte de África caracterizadas por construções de planta regular, quadrangular ou retangular, com ângulos retos e torres adossadas às muralhas (ALVES, 2015, p. 75). A sua arguição tem como paralelo o alcácer islâmico de Coimbra, identificado no Palácio das Escolas da

Universidade de Coimbra, cuja planta em forma de quadrilátero ou subretangular, com cerca de 70 x 80 metros, apresenta torres de ângulo circulares e torres semicirculares na porta de entrada (CATARINO, 2008, p. 138; ALVES, 2015, p. 75). No espaço interior do alcácer conimbricense foram identificadas cerâmicas que apontam para uma cronologia emiral/califal (CATARINO, 2008, pp. 138-139). Na verdade, a relação que se faz entre a ausência de vestígios arqueológicos em Viseu e a sua presença em Coimbra é que a cidade conimbricense terá sido a última cidade islâmica, a cidade que marcava o limite norte da Marca Inferior.

“Se, para o século VIII, subsistem muitas incógnitas a respeito de uma efectiva ligação ao Islão, a verdade é que, até aos finais do século X, são mais fortes os indícios que apontam para uma relação vincada às Astúrias e ao reino leonês, relação que, em alguns momentos, dotou a cidade de verdadeiros contornos de capitalidade” (FERNANDES, 2017, p. 284). Em redor das décadas de 870 ou 880 d.C., existiria uma igreja localizada atualmente na área de São Miguel de Fetal à qual fazem menção as Crónicas de Afonso III (TENTE e ALVES, 2017, p. 72; TENTE et al, 2018, p. 83). Os vestígios identificados nas escavações arqueológicas aí desenvolvidas por Catarina Tente e Adriaan De Man apenas conservavam os alicerces de um edifício religioso que revelavam soluções construtivas semelhantes às igrejas alto-medievais de São Pedro da Nave ou Santiago de Compostela, indiciando uma cronologia dos séculos IX e X (TENTE, 2015, p. 6). Os dados que provêm de documentos mais tardios, datados dos séculos X a XII, levam a supor a manutenção do culto cristão nas capelas de Santa Cristina e de São Martinho durante a Alta Idade Média e mesmo na altura em que Fernando Magno conquista Viseu em 1058 (REAL, 2005, p. 280; SARAIVA, 2010, p. 13; FERNANDES, 2017, p. 296). É plausível que essas capelas tenham origens mais antigas, dada a sua construção com materiais romanos reaproveitados. Mas estas são ideias que devem ser relativizadas, uma vez que ainda não existem dados arqueológicos que as permitam sustentar. Entre 926 e 931, Viseu foi capital dos territórios que viriam a integrar o futuro Condado Portucalense, estatuto que adquiriu pela mão de Ramiro II de León. A capitalidade de que se revestiu Viseu no século X poderá estar materializada, não só pela arquitetura religiosa, como também pelo projeto da construção de uma nova cidade, no local da Cava de Viriato. A fixação da corte aristocrática dos condes D. Henrique e D. Teresa nos inícios do século XII e a

remodelação urbanística que empreenderam na colina da Sé contribuiu definitivamente para a formação e consolidação de Viseu como cidade condal.

VI. Conclusão

As possíveis interpretações que se fizeram sobre as transformações urbanas de Viseu entre os séculos IV e XI foram sendo apresentadas ao longo dos sucessivos capítulos, na sequência de um processo de análise dos vestígios arqueológicos e na procura por hipóteses explicativas para os mesmos. O conhecimento desta época é ainda fragmentário, pelo que as considerações finais surgem mais sob a forma de questões do que de certezas comprovadas. Não obstante, o estudo que se efetuou permitiu ampliar o conhecimento científico sobre a cidade de Viseu na Alta Idade Média e começar a construir a uma imagem diacrónica dos seus processos de transformação.

Esta investigação iniciou-se com um fundo de informação documental e arqueológica abundante, mas disperso, e os dados que provinham de intervenções de arqueologia urbana, quer antigas, quer recentes, não se conjugavam ainda numa linha condutora que contasse a História alto-medieval da cidade. A compilação e a interpretação de todos esses dados não foram, por vezes, de fácil execução. Esta investigação passou, não só por uma intensa pesquisa bibliográfica, pela organização da informação arqueológica, pela recolha de dados provenientes de relatórios de arqueologia, mas também pelo tratamento e estudo de uma coleção artefactual desprovida de informação estratigráfica. Foi na análise dos materiais arqueológicos da Rua das Ameias/Praça D. Duarte, recolhidos entre 1988 e 1991, que residiu a maior dificuldade desta investigação: ainda que a sua análise tenha sido conduzida com base em princípios metodológicos basilares, a complexidade do registo arqueológico utilizado pelo arqueólogo responsável forçou a utilização de metodologias inovadoras. A criação de uma cronoestratigrafia artificial permitiu reconstituir a escavação arqueológica, se não completamente, pelo menos parcialmente. O cruzamento do registo fotográfico, das fichas de campo e dos relatórios da escavação possibilitou avançar com propostas sobre a relação estratigráfica e cronológica entre materiais identificados em determinados planos artificiais e algumas estruturas arqueológicas. Esta opção metodológica poderá ser uma ferramenta útil a investigadores que queiram levar a cabo o estudo de coleções antigas e com registos arqueológicos menos completos.

Os dados que agora se disponibilizam possibilitam perceber o núcleo urbano durante época tardo-antiga e alto-medieval, particularmente no que concerne ao tipo de edificado que o constituía, da cultura material que dá conta dos modos de vida da

população urbana ou até de alterações de carácter político, económico e religioso que levaram ao desenvolvimento de alterações da malha urbana viseense. As lacunas de informação são, contudo, ainda muito expressivas. Permanecem as dificuldades em identificar espaços domésticos relacionados com os grupos sociais menos privilegiados ou em comprovar através da arqueologia as informações que emanam das fontes escritas acerca da existência de determinados espaços religiosos. Mas sendo esta investigação apenas um ponto de partida, todas as informações que se lhe acresçam serão importantes. Despretensiosamente, esta tese de doutoramento não é um ponto de chegada, nem um ponto final no conhecimento da história de Viseu na Alta Idade Média.

Os resultados obtidos não dependeram da realização de novas escavações arqueológicas, embora se admita que a sua execução, sobretudo dirigidas ao adro da Sé, poderia trazer mais dados para afinar a sequência ocupacional e estratigráfica do morro da cidade e eventualmente esclarecer a função e a cronologia do edifício triabsidado da Rua das Ameias.

A cidade de Viseu no século IV é já um núcleo urbano transformado. A construção de uma nova muralha e a remodelação do antigo *forum* romano, feitas com recurso a materiais romanos reutilizados, deixa supôr uma precoce remodelação do espaço forense e a retificação do sistema defensivo ainda na centúria anterior. O reaproveitamento de materiais de construção no edifício absidado da Rua das Ameias/Praça D. Duarte e nos troços de muralha da Rua Formosa/Largo de Santa Cristina, da Rua João Mendes/Largo de Santo António e do Largo da Misericórdia revela que muitos edifícios públicos tinham sido desmantelados antes do século IV. À transformação funcional do *forum* pode ser também associado um pavimento tardio em *opus signinum* identificado também na escavação da Rua das Ameias/Praça D. Duarte.

Uma outra evidência que aponta no sentido da reestruturação da cidade no século IV, ou já na quinta centúria, é a presença de fossas-lixeyras. A sua identificação testemunha, por um lado, a amortização de espaços que perdem a sua função original, mas, por outro, como se viu na Rua da Prebenda, a criação de soluções de nivelamento para novas construções. Este fenómeno é frequente durante toda a Alta Idade Média, porquanto

nas intervenções realizadas no Pátio do Museu Nacional Grão Vasco foi escavado um conjunto de fossas detríticas abertas num piso romano, entre a fase de abandono/destruição das estruturas romanas e a implantação de uma necrópole medieval.

É nos inícios da Alta Idade Média que se assiste, em Viseu, à construção de edifícios de culto nas imediações de necrópoles. A origem romana das quatro necrópoles existentes em Viseu (Avenida Emídio Navarro, Cerrado, São Miguel de Fetal e Rua Silva Gaio) encontra-se comprovada, por exemplo, pelo achado de inscrições funerárias alto-imperiais e de sepulturas em sarcófagos. A sua localização também é posta em relação com as portas da muralha tardo-romana e com os principais eixos viários. Foi extramuros que se construíram, junto aos espaços cemiteriais, edifícios dedicados ao culto martirial ou a uma personagem de estatuto privilegiado na cidade, tal como parecem revelar a sepultura monumental de São Miguel de Fetal e as referências escritas e arqueológicas à capela de Santa Cristina/São Martinho.

Durante as monarquias suevo-visigoda, a cidade de Viseu terá sido dotada de um monumental complexo episcopal. Até à realização deste estudo, tudo apontava para que o edifício de três ábsides da Rua das Ameias/Praça D. Duarte, situado na acrópole da cidade e no espaço do antigo *forum* romano, se tratava, pois, de um edifício religioso associado ao complexo episcopal alto-medieval. Contudo, a relação feita entre as estruturas, os materiais arqueológicos e o registo da escavação permitiu agora avançar com a hipótese de que este não se tratará do edifício religioso relacionado com a sede episcopal fundada na segunda metade do século VI, mas antes com um espaço religioso anterior à construção da Sé românica do século XII. Não duvidamos que o complexo episcopal suevo-visigodo se encontrava muito próximo daquele local, mas até ao momento não foram identificadas inequívocas estruturas arqueológicas condizentes com essa realidade.

Os resultados demonstram fundamentalmente que a cidade de Viseu era um centro urbano que se encontrava na esfera do poder central, não só do reino suevo-visigodo, mas também do asturo-leonês, pelo menos em determinados momentos precisos no tempo, tal como ocorreu, por exemplo, no tempo de Afonso III e de Ramiro II, ou até de

Fernando Magno. Foi uma cidade que se foi adaptando às diversas conjunturas sociopolíticas que ocorreram nos oito séculos em estudo. Além disso, Viseu parece ter mantido uma importância secular originada, em primeiro lugar, pela sua situação geoestratégica. A sua localização no centro-norte português, posicionada no encontro de várias vias romanas que ligavam o norte ao sul e o interior ao litoral, permitiu-lhe sustentar-se como um importante centro de poder e de circulação e consumo de bens durante tanto tempo e estabelecer relações à escala regional e peninsular. A sua constituição como sede de Diocese pelo menos desde o século VI, primeiro sob dependência de *Bracara Augusta* e depois de *Emerita*, abriu caminho ao seu raio de influência, que vinha já do passado romano da cidade, mas também para que o traçado urbano se dotasse de um programa edilício próprio do seu estatuto episcopal. Um estatuto que lhe conferiria verdadeiros contornos de capitalidade e que se materializa no século X, quando Ramiro II centra aqui a corte do seu novo reino e quando, aparentemente, inicia o projeto da construção de nova cidade, no local da Cava de Viriato.

De facto, a investigação ainda carece de alguns dados sobre o período que medeia a oitava e a décima primeira centúrias. A época que se inicia com a invasão de tropas islâmicas na Península Ibérica em 711 e que culmina com a conquista de Viseu por Fernando Magno, em 1058, é uma incógnita, do ponto de vista arqueológico. Os espólios cerâmicos provenientes da Rua das Ameias/Praça D. Duarte ou as estruturas arqueológicas identificadas noutras intervenções de arqueologia urbana em Viseu não expressam uma manifesta aculturação da população urbana viseense ou a arabização da cultura material. Continua a ser fundamental a construção de um quadro cronológico seguro, sustentado em mais datações radiométricas obtidas de contextos bem definidos. Nas palavras de Catarina Tente, que servem também ao estado atual do conhecimento sobre a cidade de Viseu, *“Este é, para já, o único meio de colmatar a falta de fósseis-directores, que caracteriza arqueologicamente estas realidades baseadas num forte localismo das comunidades, permitindo a determinação de cronologias para os vestígios arqueológicos que se vão identificando”* (TENTE, 2010, p. 455).

Identificados os problemas de que ainda se reveste esta investigação, crê-se que esta tese de Doutoramento constitui uma ferramenta para que se possa, pelo menos,

redefinir, melhorar e orientar as estratégias de intervenções arqueológicas futuras na cidade. Uma política municipal que direcione os seus esforços para o conhecimento histórico da cidade através da obrigatoriedade e de uma regulamentação mais forte para intervenções de arqueologia preventiva permitirá identificar contextos arqueológicos desconhecidos e avançar com estratégias e processos de construção do registo material. Mais importante ainda, impediria qualquer destruição infligida ao Património presente no subsolo, com irreversíveis consequências na sua conservação, física ou pelo registo. E o subsolo de Viseu revela-se bastante sensível a este nível. A sensibilização da sociedade para questões patrimoniais promove a sua contínua investigação, salvaguarda, divulgação e consequente valorização pública. Além disso, uma aposta direccionada para a promoção do património arqueológico pode constituir-se como uma ação com retorno económico e um veículo de marketing territorial.

Bibliografia

AA.VV (1998) - *Cripta arqueològica de la Càrcel de San Vicente*. València: Ajuntament de Valencia.

AA.VV (2017) - *Viseu: O fio da História*. Viseu: Câmara Municipal de Viseu / Núcleo de Imagem e Comunicação.

ABAD CASAL, L.; GUTIÉRREZ LLORET, S. e GAMO PARRAS, B. (2000) - La ciudad visigoda del Tolmo de Minateda (Hellín, Albacete) y la sede episcopal de Eio. In RIBERA, A. (coord.) - *Los orígenes del cristianismo en Valencia y su entorno*. València: Ayuntamiento de Valencia, pp. 101-112.

ABASCAL, J. M.; CEBRIÁN, R. e TRUNK, M. (2004) – Epigrafía, arquitectura y decoración arquitectónica del foro de Segobriga. In RAMALLO ASENSIO, S. F. (dir.) – *La decoración arquitectónica en las ciudades romanas de Occidente*. Murcia: Universidad de Murcia, pp. 219-256.

AGUAROD, O. e MOSTALAC, A. (1998) – *La arqueología de Zaragoza en la Antigüedad Tardía*. Zaragoza: Ayuntamiento de Zaragoza.

ALARCÃO, J. (1989) - *A cidade romana de Viseu*. Viseu: Câmara Municipal de Viseu.

ALARCÃO, J. (1995) - *O domínio romano em Portugal*. 3ª Edição. Mem Martins: Publicações Europa-América.

ALARCÃO, J. (2006) – Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia - IV. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 9: N.º 1. Lisboa: IPA, pp. 131-147.

ALARCÃO, J. (2017) - *A Lusitânia e a Galécia: Do séc. II a.C. ao séc. VI d.C.*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

ALARCÃO, J. e ÉTIENNE, T. (1977) - *Fouilles de Conimbriga*. Vol. I. Paris: Diffusion de Boccard.

ALBA, M. (1996) - Consideraciones arqueológicas en torno al siglo V en Mérida: Repercusiones en las viviendas y en la muralla. *Mérida, excavaciones arqueológicas*. N.º 2. Mérida: Consorcio Ciudad Monumental Histórico-Artística y Arqueológica, pp. 361-386.

ALBA, M. (2005a) - Evolución y final de los espacios romanos emeritenses a la luz de los datos arqueológicos (pautas de transformación de la ciudad tardoantigua y altomedieval). In NOGALES, T. (ed.) - *Augusta Emerita. Territorios, espacios, imágenes y gentes en Lusitania romana*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, pp. 209-255.

ALBA, M. (2005b) - La vivienda en Emerita durante la Antigüedad Tardía: propuesta de un modelo para Hispania. In GURT, J. M. e RIBERA, A. (coords.) – *Les ciutats tardoantigues d'Hispania. Cristianització i topografia*. Actas de la VI Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica (Valencia, 2003). Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, pp. 121-149.

ALBA, M. e MATEOS, P. (2006) - Epílogo: transformación y ocupación tardoantigua y altomedieval del llamado foro provincial. In MATEOS, P. (ed.) - El "Foro Provincial" de Augusta Emerita: un conjunto monumental de culto imperial. *Anejos de Archivo Español de Arqueología*. XLII. Madrid: CSIC, pp. 355-380.

- ALBA, M. e MATEOS, P. (2008) – El paisaje urbano de Emerita en época visigoda. *Zona Arqueológica*. N.º 9. Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional, pp. 260-273.
- ALBIACH, R.; BADÍA, À.; CALVO, M.; MARÍN, C.; PIÁ, M. e RIBERA, A. (2000) - Las últimas excavaciones (1992-1998) del solar de l'Almoína: nuevos datos de la zona episcopal de Valentia. *Actas de la V Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica* (Cartagena, 16-19 abril 1998). Barcelona: Institut d'Estudis Catalans / Universitat de Barcelona, pp. 63-86.
- ALBUQUERQUE, E. e SANTOS, C. (2007) – Capela de São Pedro da Capinha (Fundão). Primeira intervenção. *Al-Madan*. II Série: N.º 15. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, pp. 1-7.
- ALMAGRO GORBEA, M. e ABASCAL, J. M. (1999) - *Segóbriga y su conjunto arqueológico*. Madrid: Real Academia de la Historia.
- ALMEIDA, C. A.; SOEIRO, T.; ALMEIDA, C. B. de e BATISTA, A. J. (1981) – Escavações arqueológicas em Santo Estêvão da Facha. *Arquivo de Ponte de Lima*. N.º 3. Ponte de Lima: Livraria Editora Pax, pp. 3-90.
- ALMEIDA, S. (2005) – *A Idade do Ferro no planalto de Viseu: o caso do Morro da Sé*. Dissertação de Mestrado apresentada à FL/Universidade de Coimbra. Disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/10152> [Consultado a 28/08/2017].
- ALMEIDA, S.; CARVALHO, P. S.; PERPÉTUO, J.; FIGUEIRA, N. e COSTA, A. (2007) – Estruturas e contextos da Idade do Ferro em Viseu. *Al-Madan*. II Série: 15. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, pp. 53-59.
- ALVES, A. (1975) - O sítio de Santa Cristina e as suas surpresas arqueológicas. *Beira Alta*. Vol. XXXIV: fasc. 4. Viseu: Assembleia Distrital de Viseu, pp. 429-454.
- ALVES, C. (2009) - *Os Monumentos Nacionais e a (des)construção da História: a Sé de Viseu*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/13385> [Consultado a 09/06/2020].
- ALVES, C. (2015) – *La evolución arquitectónica y artística de la catedral de Santa María de Viseu. Desde la Edad Media hasta la Contemporaneidad*. Tese de Doutoramento apresentada à Facultad de Filosofía y Letras da Universitat Àutònoma de Barcelona. Texto policopiado.
- AMORÓS, V. (2011) - *Contextos cerámicos del siglo VIII en el Tolmo de Minateda*. Albacete: Instituto de Estudios Albacetenses Don Juan Manuel.
- AMORÓS, V. e CAÑAVATE, V. (2011) - Transformación funcional de espacios representativos en los inicios del emirato. La basílica y el palacio episcopal de El Tolmo de Minateda. In GARCÍA, A. (coord.) - *Espacios urbanos en el Occidente Mediterráneo (s. VI-VIII)*. Toledo: Toletvm Visigodo, pp. 191-198.
- ANDRADE, A. A. (1990) - *Um Espaço Urbano Medieval: Ponte de Lima*. Lisboa: Livros Horizonte.
- ARAGÃO, M. (1894-1895) – *Vizeu (Apontamentos Historicos)*. Vols. I e II. Vizeu: Edição de Autor.
- ARANDA, R. e RUIZ, J. C. (2019) - El fenómeno de la reutilización en la necrópolis paleocristiana de Tarragona: Algunos casos concretos y primeras reflexiones. In LÓPEZ VILAR, J. (ed.) – *Actes de Tarraco Biennal. IV Congrés Internacional d'Arqueologia i Món Antic / VII Reunió*

d'Arqueologia Cristiana Hispànica: El cristianisme en l'Antiguitat Tardana. Noves perspectives. Tarragona: Universitat Rovira i Virgili/ Institut d'Estudis Catalans, pp. 91-98.

ARANDA, R. e RUIZ, J. C. (2020) - La reutilización de elementos arquitectónicos en contextos funerario-martiriales: el caso del complejo paleocristiano de Tarragona. In MATEOS, P. e MORÁN, C. J. (eds.) – *Exemplum et Spolia. La reutilización arquitectónica en la transformación del paisaje urbano de las ciudades históricas.* MYTRA 7. Vol. I. Mérida: Instituto de Arqueología de Mérida/CSIC-Junta de Extremadura, pp. 105-114.

ARCE, J. (2017) – *Bárbaros y romanos en Hispania, 400-507 A.D.* Madrid: Macial Pons Historia.

ARRUDA, A. M. e DIAS, I. (2018) - A Terra Sigillata Itálica de Monte Molião, Lagos, Portugal. *PORTVGALIA*. Vol. 39. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 159-178.

AZEVEDO, M. R. e VALLE AGUADO, B. (2013) – Origem e instalação de granitóides variscos na Zona Centro-Ibérica. In DIAS, R.; ARAÚJO, A.; TERRINHA, P. e KULLBERG, J. C. (eds.) - *Geologia de Portugal*. Vol. 1. Escolar Editora, pp. 377-401.

AZKARATE, A. e SOLAUN, J. L. (2016) – La cerámica altomedieval en el País Vasco (siglos V-X d.C.): producciones, modelos productivos y patrones de consumo. In VIGIL-ESCALERA, A. e QUIRÓS CASTILLO, J. A. (eds.) - *La cerámica de la Alta Edad Media en el Noroeste Peninsular (siglos V-X). Sistemas de producción, mecanismos de distribución y pautas de consumo. Documentos de Arqueología Medieval* (9). Bilbao: Universidad del País Vasco, pp. 193-228.

BALIL, A. (1960a) - El mosaico romano de la iglesia de San Miguel. *Cuadernos de Arqueología e Historia de la Ciudad*. N.º 1. Barcelona: Ayuntamiento de Barcelona/Museo de Historia de la Ciudad, pp. 21-74.

BALIL, A. (1960b) – La defensa de Hispania en el Bajo Imperio. *Zephyrus*. N.º 11. Salamanca: Universidad de Salamanca, pp. 179-197.

BARREIRA, P.; DÓRDIO, P. e TEIXEIRA, R. (1997) – 200 anos de cerâmica na Casa do Infante: do século XVI a meados do século XVIII. *Actas das 2^{as} Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 145-184.

BARROCA, M. (1988) – A ocupação medieval em Castelo de Matos. Primeira abordagem. *Arqueologia*. N.º 17. Porto: Centro de Estudos Arqueológicos do Porto/ FLUP, pp. 159-171.

BARROCA, M.; AREZES, A. e MORAIS, R. (2016) - A basílica paleocristã e o edifício palatino de Sta. Marta das Cortiças (Falperra): as escavações de F. Russell Cortez e de J. J. Rigaud de Sousa. *Arqueologia Medieval*. N.º 14. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, pp. 129-148.

BARROSO CABRERA, R.; CARROBLES SANTOS, J. e MORÍN DE PABLOS, J. (2012) – La articulación del territorio toledano entre la Antigüedad Tardía y la Alta Edad Media (siglos IV al VIII d.C.). In CABALLERO, L.; MATEOS, P. e CORDERO, T. (eds.) - *Visigodos y Omeyas: El territorio*. Mérida, pp. 263-304.

BEIRANTE, M. A. (1980) – *Santarém Medieval*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

BELTRÁN, M. (1993) - El teatro de “Caesaraugusta”. Estado actual del conocimiento. *Cuadernos de Arquitectura Romana*. N.º 2: Teatros romanos de Hispania. Murcia: Universidad de Murcia, pp. 93-118.

BELTRÁN DE HEREDIA, J. (2001) – *De Barcino a Barcinona (siglos I-VIII). Los restos arqueológicos de la plaza del Rey de Barcelona*. Barcelona.

BELTRÁN DE HEREDIA, J. (2006) – El urbanismo romano y tardoantiguo de Barcino (Barcelona): una aportación a la topografía de la colonia. In SÁNCHEZ MONTES, A. e RASCÓN, S. (dirs.) – *Civilización. Un viaje a las ciudades de la España Antigua*. Alcalá de Henares: Ayuntamiento de Alcalá de Henares, pp. 87-96.

BELTRÁN DE HEREDIA, J. (2008a) – Inhumaciones privilegiadas intramuros durante la Antigüedad Tardía: el caso de Barcino. *Anales de Arqueología Cordobesa*. N.º 19. Córdoba: Universidad de Córdoba/Servicio de publicaciones de Diputación Provincial de Córdoba, pp. 231-260.

BELTRÁN DE HEREDIA, J. (2008b) – Barcino durante la antigüedad tardía. *Zona Arqueológica*. N.º 9: Recópolis y la ciudad en la época visigoda. Madrid: Museo Arqueológico Regional, pp. 274-291.

BELTRÁN DE HEREDIA, J. (2009) – Arquitectura y sistemas de construcción en Barcino durante la Antigüedad Tardía. Materiales, técnicas y morteros: un fósil director en el yacimiento de la Plaza del Rey. *Quarhis: Quaderns d'Arqueologia i Història de la Ciutat de Barcelona*. N.º 5. Barcelona: Museu d'Història de la Ciutat/Ayuntamiento de Barcelona, pp. 142-169.

BELTRÁN DE HEREDIA, J. (2010) – La cristianización del suburbium de Barcino. In VAQUERIZO, D. (ed.) – *Monografías de Arqueología cordobesa: Las áreas suburbanas en la Ciudad Histórica. Topología, usos, función*. N.º 18. Córdoba: Grupo de Investigación Sísifo de la Universidad de Córdoba, pp. 363-396.

BERARDO, J. O. (1857, 6 de maio) – Folhetim: Noticias Historicas de Viseu. Parte Primeira. Das Primeiras noticias da cidade de Viseu. *O Liberal*. Viseu: [s.n.].

BERMEJO TIRADO, J. (2011) - La cerámica común de mesa, cocina y despensa en el Alto Duero durante el periodo bajoimperial: un ensayo de clasificación. *Espacio Tiempo y Forma. Serie I, Nueva época. Prehistoria y Arqueología*. Madrid: Facultad de Geografía e Historia de la UNED, pp. 37-358.

BERNAL, D. (2006) - Carteia en la Antigüedad Tardía. In ROLDÁN, L.; BENDALA, M.; BLÁNQUEZ, J. e MARTÍNEZ, S. (eds.) - *Estudio histórico-arqueológico de la ciudad de Carteia (San Roque, Cádiz), 1994-1999*. Sevilla: Universidad Autónoma de Madrid/Consejería de Cultura de Andalucía, pp. 417-464.

BIEN, S. (2003) – Contextes céramiques du VII^e siècle aux abords du pavillon Bargemon à Marseille. *Revue Archéologique de Narbon*. Vol. 36, pp. 305-318.

BOLILA, C. (2011) - *A Terra Sigillata de tipo itálico da Praça da Figueira (Lisboa)*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à NOVA-FCSH. Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/7161> [Consultado a 26/06/2020].

BOLILA, C.; ROMÃO, J.; MATOS, S.; PEREIRA, S.; PRATA, S.; PEREIRA, T. e TENTE, C. (2013) - Castro do Jarmelo (Guarda). Estudo dos materiais arqueológicos recolhidos na intervenção de emergência de 1998. In FERNANDES, I. (coord.) - *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (Séculos VI a XVI)*. Vol. II. Lisboa: Edições Colibri/Campo Arqueológico de Mértola, pp. 829-836.

BONNET, C. e BELTRÁN DE HEREDIA, J. (2000) – El primer grupo episcopal de Barcelona. In RIPOLL, G. e GURT, J. M. (eds.) – *Sedes Regiae (400-800)*. Barcelona: Reial Acadèmia de Bones Lletres, pp. 467-490.

BRITO, R. S. de (1994) – *Portugal: Perfil geográfico*. Lisboa: Editorial Estampa.

BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M. (2010) – *Terra Sigillata Hispánica en Augusta Emerita (Mérida, Badajoz)*. Valoración tipocronológica a partir de los vertederos del subúrbio Norte. Vol. I. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Cádiz. Texto policopiado.

BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M. (2013) - Nuevos datos estratigráficos para el conocimiento de la terra sigillata hispanica tardía en Augusta Emerita (Mérida, Badajoz). *Monografías Ex Officina Hispana: Cuadernos de la SECAH*. Vol. 1. Madrid: La Ergástula, pp. 91-116.

CABALLERO, L. (2020) - Iglesia y monasterio mozárabes de Santa María de Melque, San Martín de Montalbán, Toledo. Síntesis de un debate científico. *Urbs Regia*. N.º 5. Toledo: Asociación cultural Urbs Regia, pp. 60-91.

CABALLERO, L.; ARCE, F. e UTRERO AGUDO, M. Á. (2003) - Santa María de los Arcos de Tricio (La Rioja), Santa Coloma (La Rioja) y La Asunción de San Vicente del Valle (Burgos). Tres miembros de una familia arquitectónica. *Arqueología de la Arquitectura*. N.º 2. Vitoria-Gasteiz: CSIC-Universidad del País Vasco, pp. 81-85.

CABALLERO, L.; MATEOS, P e RETUERCE, M. (2003) - Cerámicas tardorromanas y altomedievales en la Península Ibérica. Ruptura y continuidad. *Anejos de Archivo Español de Arqueología*. XXVIII. Madrid: CSIC.

CABALLERO, L.; RETUERCE, M. e SÁEZ, F. (2003) – Las cerámicas del primer momento de Santa María de Melque (Toledo): Construcción, uso y destrucción. In CABALLERO, L.; MATEOS, P e RETUERCE, M. (coords.) - Cerámicas tardorromanas y altomedievales en la Península Ibérica. Ruptura y continuidad. *Anejos de Archivo Español de Arqueología*. XXVIII. Madrid: CSIC, pp. 225-271.

CABALLERO, L. e UTRERO AGUDO, M. Á. (2005) - Una aproximación a las técnicas constructivas de la alta edad media en la península Ibérica. Entre visigodos y omeyas. *Arqueología de la Arquitectura*. N.º 4. Vitoria-Gasteiz: CSIC-Universidad del País Vasco, pp. 169-192.

CANHA, A. (1999) - Povoado de Canedotes (Vila Nova de Paiva, Viseu): notícia preliminar da 1ª e 2ª campanhas. *PORTVGALIA*. Vol. 20. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 103-114.

CANTINO, G.; GURT, J. M. e GUYON, J. (1996) - Topografia della ciuitas christiana tra IV e VI secolo. In BROGIOLO, G. P. (ed.) - *Early Medieval Towns in the Western Mediterranean. Atti del Convegno (Ravello, 22-24 Settembre 1994)*. Mantova: Società Archeologica Padana, pp. 17- 41.

CARDOSO, G. (2013) – Cerâmicas de Imitação de Sigillata Tardia das Villae de Freiria e de Suberra de Castanheira de Ribatejo. *Monografías Ex Officina Hispana: Cuadernos de la SECAH*. Vol. 1. Madrid: La Ergástula, pp. 191-204.

CARDOSO, G. e BATALHA, L. (2018) – As cerâmicas alto-medievais das villae do ager ocidental de Olisipo – Lusitânia. In MARTÍN VISO, I.; FUENTES MELGAR, P.; SASTRE BLANCO, J.C. e CATALÁN RAMOS, R. (coords.) - *Cerámicas Altomedievales en Hispania y su entorno (siglos V-VIII d.C.)*. Zamora: Zamora Protohistorica, pp. 159-188.

CARNEIRO, A.; CHRISTIE, N. e DIARTE-BLASCO, P. (2020) - *Urban Transformations in the Late Antique West: Materials, Agents, and Models*. Série Humanitas Supplementum Estudos Monográficos. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

CARNEIRO, A. e SEPÚLVEDA, E. (2004) – Terra sigillata hispânica tardia do concelho de Fronteira: exemplares recolhidos entre 1999 e 2003. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 7: N.º 2. Lisboa: IPA, pp. 435-458.

CARNEIRO, S. e LOPES, R. (2014) - Terra Sigillata hispânica tardia dos níveis selados das termas medicinais romanas de Chaves. In MORAIS, R.; FERNÁNDEZ, A. e SOUSA, M. J. (eds.) - *Monografias Ex Officina Hispana II: As Produções Cerâmicas de Imitação na Hispânia*. Tomo I. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 549-560.

CARRASCO, A.; MARTOS QUESADA, J. e SOUTO LASALA, J. (2009) – *Historia de España VI: Historia Medieval. Al-Andalus*. Madrid: Ediciones ISTMO.

CARRASCO, I. (2002) - Intervención arqueológica de urgencia en un solar sito en calle Góngora número 13 esquina a calle Teniente Braulio Laportilla (Córdoba). *Anuario Arqueológico de Andalucía*. Andalucía: Junta de Andalucía/Consejería de Cultura, pp. 199-208.

CARVALHO, P. C. (2003) – O templo romano de Nossa Senhora das Cabeças. *Conímbriga*. N.º 42. Coimbra: Instituto de Arqueologia/FLUC, pp. 153-182.

CARVALHO, P. C. e CARVALHO, P. S. (2020) – Vissaium (Viseu, Portugal). *MYTRA*. N.º 6. Mérida: Instituto de Arqueología de Mérida.

CARVALHO, P. C.; CARVALHO, P. S. e PERPÉTUO, J. (2020) – A cidade romana de Viseu e os seus principais espaços públicos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 23. Lisboa: DGPC, pp. 101-120.

CARVALHO, P. C.; CRISTÓVÃO, J.; DIAS, P.; SILVA, R. C. e FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, A. (2018) – Una primera aproximación a los contextos cerámicos tardoantiguos de Idanha-a-Velha (Egitania). Un ejemplo de importación y producción local en el interior de la provincial Lusitania. Atas do XXXIth Congress of the *Rei Cretariae Romanae Fautores*. Roménia.

CARVALHO, P. S. (2007) – *Loteamento do Quintal (Viseu). Sondagens arqueológicas de diagnóstico. Relatório de Progresso (Abril de 2007)*. Relatório disponível para consulta no arquivo da Biblioteca de Arqueologia da Direção-Geral do Património Cultural, Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa.

CARVALHO, P. S. (2019) – *Trabalhos Arqueológicos no âmbito da Empreitada de Arranjos Exteriores no Largo da Misericórdia em Viseu (alargamento da área de intervenção)*. Relatório disponível para consulta no arquivo da Biblioteca de Arqueologia da Direção-Geral do Património Cultural, Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa.

CARVALHO, P. S. (2020) – A identidade gravada. In CARVALHO, P. S. (coord.) – *Ícones da História de Viseu – o despertar do Museu. Catálogo da exposição*. Viseu: Município de Viseu, pp. 45-51.

CARVALHO, P. S. e ALVES, C. (2018) – Viseu: Pensar a cidade. O Couto da Regueira. In TENTE, C. (ed.) - *Do Império ao Reino. Viseu e o território entre os séculos IV a XII*. Viseu: Câmara Municipal de Viseu, pp. 163-172.

CARVALHO, P. S. e CHÉNEY, A. (2005) - *Troço da Muralha Romana na Rua Formosa. Relatório Final*. Relatório disponível para consulta no arquivo da Biblioteca de Arqueologia da Direção-Geral do Património Cultural, Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa.

CARVALHO, P. S. e CHÉNEY, A. (2007) – A muralha romana de Viseu. A descoberta arqueológica. In RODRÍGUEZ, A. e RODÀ, I. (coords.) – *Murallas de ciudades romanas en el occidente del Imperio. Lucus Augusti como paradigma*. Lugo: Museo Provincial de Lugo/Deputación de Lugo, pp. 728-745.

CARVALHO, P. S. e FERNANDES, L. (2009) – *Vissaium. O Espírito do Lugar*. Viseu: Arqueohoje Conservação e Restauro do Património Monumental Lda.

CARVALHO, P. S. e FIGUEIRA, N. (2008) - *Escavação e Acompanhamento Arqueológico de Obras da ViseuPolis [3ª. Campanha] _Calçada de Viriato e Zonas Envolventes [Viseu]*. Relatório disponível para consulta no arquivo da Biblioteca de Arqueologia da Direção-Geral do Património Cultural, Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa.

CARVALHO, P. S. e VALINHO, A. (2001) - Arqueologia urbana em Viseu. Primeiros resultados. *Conimbriga*. Vol. 40. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, pp. 37-64.

CARVALHO, T. e PAIVA, B. (2014) - Cerâmicas de imitação em Monte Mozinho: as cerâmicas ditas bracarenses. In MORAIS, R.; FERNÁNDEZ, A. e SOUSA, M. J. (eds.) – *Monografías Ex Officina Hispana II: As produções cerâmicas de imitação na Hispânia*. Tomo I. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 227-246.

CASIMIRO, T.; BOAVIDA, C.; SILVA, T. e NEVES, D. (2018) - Ceramics and cultural change in medieval (14th-15th century) Portugal: The case of post-Reconquista Santarém. *Medieval Ceramics* 37. Londres: Medieval Pottery Research Group, pp. 21-35.

CASTELLANO CASTILLO, J. J. (1993) – Terra sigillata marmorata en Carthago Nova. *Actas del XXII Congreso Nacional de Arqueología*. Vol. I. Vigo: Xunta de Galicia, Consellería de Cultura, Comunicación Social e Turismo, pp. 207-212.

CASTRO, F.; DÓRDIO, P. e TEIXEIRA, R. (2003) – 200 anos de cerâmica na Casa do Infante – Porto (século XVI a meados do século XVIII): identificação visual e química dos fabricos. *Actas das 3^{as} Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 219-226.

CATARINO, H. (2005) - Notas sobre o período islâmico na Marca Inferior (Tagr al-Gharbí) e as escavações na Universidade de Coimbra. In BARROCA, M. e FERNANDES, I. (coords.) - *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*. Palmela/Porto: CM Palmela/FLUP, pp. 195-214.

CATARINO, H. (2008) - A Marca Inferior em Portugal na época de Almansor: hipóteses de trabalho e os exemplos de Viseu e Coimbra. In PINO, J. L. (coord.) - *La Península Ibérica al filo del año 1000. Congreso Internacional Almansor y su época*. Córdoba: Fundación Prasa, pp. 123-146.

CATARINO, H. e SANTOS, C. (2012) - A cerâmica Islâmica da Marca Inferior em território português. *Arqueologia Medieval*. Nº 12. Porto/Mértola: Edições Afrontamento/Campo Arqueológico de Mértola, pp. 7-14.

CENTENO CEA, I; PALOMINO LÁZARO, Á. e VILLAGANGOS GARCÍA, L. (2010) - Contextos cerámicos de la primera mitad del siglo V en el interior de la Meseta. El yacimiento de Las

Lagunillas (Aldeamayor de San Martín, Valladolid). *BSAA Arqueología*. LXXVI. Valladolid: Universidad de Valladolid, pp. 91-143.

CENTENO CEA, I; PALOMINO LÁZARO, Á. e VILLAGANGOS GARCÍA, L. (2013) - Contextos cerámicos de la primera mitad del siglo V en el interior de la Meseta. Algunas conclusiones acerca de los materiales del yacimiento de Las Lagunillas (Aldeamayor de San Martín, Valladolid). In BERNAL, D.; JUAN, L. C.; BUSTAMANTE, M.; DÍAZ, J. J. e SÁEZ, A. M. (eds.) – *Monografías Ex Officina Hispana I. Hornos, Talleres y Focos de producción alfarera en Hispania*. Tomo II. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, pp. 31-47.

CERRILLO, E. (1976) – Cerámicas estampilladas de Salvatierra de Tormes (Salamanca). Contribución al estudio de las Cerámicas Tardorromanas del Valle del Duero. *Zephyrus*. N.º 27. Salamanca: Universidad de Salamanca, pp. 455-471.

CERVEIRA, A. F. (2017) - *A Zona Norte de Conímbriga: A evolução das cerâmicas locais e regionais. Resultados das Campanhas de 2013 e 2015-2016*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à FLUC. Disponível em <https://eg.uc.pt/handle/10316/85430> [Consultado a 12/05/2019].

CHAVARRÍA, A. (2010) – Suburbia, iglesias y obispos. Sobre la errónea ubicación de algunos complejos episcopales en la Hispania tardoantigua. In VAQUERIZO, D. (ed.) – *Monografías de Arqueología cordobesa: Las áreas suburbanas en la Ciudad Histórica. Topología, usos, función*. N.º 18. Córdoba: Grupo de Investigación Sísifo de la Universidad de Córdoba, pp. 435-454.

CIURANA, J.; MACIAS, J. M.; MUÑOZ, A.; TEIXELL, I. e TOLDRÀ, J. M. (2013) - *Amphiteatrum, Memoria martyrum et Ecclesiae. Les intervencions arqueològiques a l'amfiteatre de Tarragona (2009-2012)*. Tarragona: Institut Català d'Arqueologia Clàssica.

CLETO, J. e VARELA, J. M. (2000) – Largo do Colégio, 9-12: entre a muralha romana e a românica?. *Al-Madan*. II Série: N.º 9. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, pp. 133-134.

COELHO, J. (1934, 5 de junho) – *Cadernos de Notas Arqueológicas*. N.º 14: Folhas 38 e 38 verso. Disponível para consulta no arquivo do Polo Arqueológico de Viseu, Viseu.

COELHO, J. (1941) – *Beira Histórica, Arqueológica e Artística. Memórias de Viseu (arredores)*. Vol. I: A freguesia do Salvador e o extinto concelho do Barreiro. Viseu: [s.n.], pp. 388-429.

COELHO, J. (1943) – *Importância de Viseu na Época romana*. Viseu: [s.n.].

COELHO, J. (1944, 17 de maio) - *Cadernos de Notas Arqueológicas*. N.º 75: Folhas 24v, 30, 30v, 31, 35v, 36 e 44. Disponível para consulta no arquivo do Polo Arqueológico de Viseu, Viseu.

COELHO, J. (1944, 1 de junho) – *Notas Arqueológicas III. Muralha afonsina de Viseu. Política Nova*. N.º 435. [s.n.].

COELHO, J. (1946) - *Notas Arqueológicas IV. Sepulturas dos arredores de Viseu. Beira Alta*. Vol. V. Viseu: Assembleia Distrital de Viseu, pp. 121-149.

COELHO, J. (1949) – *Notas Arqueológicas. Subsídios para o estudo etnológico da Beira*. Vol. 1. Viseu: [s.n.].

COELHO, J. (1950) - Três templos romanos. *Atas do XIII Congresso luso-espanhol para o Progresso das Ciências*. Tomo VIII: 7ª Secção. Lisboa: Ciências Históricas e Filológicas, pp. 350-372.

COELHO, J. (1951, 21 de maio) – *Cadernos de Notas Arqueológicas*. N.º 102: Folhas 25, 31, 31v, 32, 32v, 52, 59 e 67. Disponível para consulta no arquivo do Polo Arqueológico de Viseu, Viseu.

CORDERO, T. (2019) - La organización de la diócesis Egitanensis y la configuración territorial del interior de Lusitania durante la Alta Edad Media (400-800). *Anuario de Estudios Medievales*. Vol. 49: n.º 2. Madrid: CSIC, pp. 479-508. Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/93397> [Consultado a 30/04/2021].

CORDERO, T.; TENTE, C.; CARVALHO, P. C.; CRISTÓVÃO, J.; DIAS, P. e FERNÁNDEZ, A. (2020) – Los baptisterios de Egítania (Idanha-a-Velha, Portugal). Contexto arqueológico y cultural. *Munibe*. N.º 71. Donostia: Sociedad de Ciencias Aranzadi, pp. 137-150.

CORDERO, T. e SILVA, R. C. (2019) – *Intervenção Arqueológica em Idanha-a-Velha (Idanha-a-Nova). Relatório de progresso*. Disponível para consulta no arquivo da Biblioteca de Arqueologia da Direção-Geral do Património Cultural, Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa.

CORREIA, A.; SILVA, C. T. da e VAZ, J. L. I. (1979) – *Catálogo “Coleção Arqueológica Dr. José Coelho”*. Viseu: Câmara Municipal de Viseu.

CORREIA, V. H. (1997) – Nouvelles recherches à Conimbriga. In ÉTIENNE, R. e MAYET, F. (eds.) – *Itinéraires lusitaniens: trente années de collaboration archéologique luso-française*. Paris: Diffusion de Boccard, pp. 35-48.

CORREIA, V. H. (2009) - O forum de Conimbriga e a evolução do centro urbano. In NOGALES, T. (ed.) - *Ciudad y foro en Lusitania Romana*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, pp. 89-105.

CORREIA, V. H. e REIS, M. P. (2000) - As termas de Conimbriga: tipologia arquitectónicas e integração urbana. In FERNÁNDEZ OCHOA, C. e GARCÍA ENTERO, V. (eds.) - *Termas romanas en el Occidente del Imperio. II Coloquio Internacional de Arqueología de Gijón*. Gijón: VTP Editorial, pp. 271- 280.

CRAVO, S. (2020) – *Requalificação da Rua João Mendes [Viseu]. Trabalhos arqueológicos. Relatório Final*. Relatório disponível para consulta no arquivo da Biblioteca de Arqueologia da Direção-Geral do Património Cultural, Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa.

CRISTÓVÃO, J. (2002) - *A aldeia histórica de Idanha-a-Velha*. Idanha-a-Nova: Câmara Municipal de Idanha-a-Nova.

CRISTÓVÃO, J. (2005) - Breve estudo sobre a organização do espaço público e os equipamentos urbanos da cidade de Idanha-a-Velha (dos finais do século I a.C. ao limiar do século IV). *Actas das II Jornadas de Património da Beira Interior: Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia*. Guarda: Centro de Estudos Ibéricos, pp. 189-204.

CUNHA, R. da (1623) – *Catálogo e História dos Bispos do Porto*. Porto.

DAHÍ, S. (2012) - Contextos cerámicos de la Antigüedad Tardía y Alta Edad Media (siglos IV-VIII d.C.) en los asentamientos rurales de la Lusitania Septentrional (provincia de Salamanca, España). BAR International Series 2401. Oxford: Archeopress.

DAVID, P. (1947) – *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VIe au XIIe siècle*. Coimbra: Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos.

- DE LACHENAL, L. (1995) - *Spolia. Uso e reimpiego dell'antico dal III al XIV secolo*. Milão: Longanesi.
- DELGADO, M. (1975) – Une sigillée tardive régionale. In ALARCÃO, J. e ÉTIENNE, R. – *Fouilles de Conimbriga*. Vol. IV. Paris: Diffusion de Boccard, pp. 317-335.
- DELGADO, M. (1993-1994) – Notícias sobre cerâmicas de engobe vermelho não vitrificável encontradas em Braga. *Cadernos de Arqueologia*. Série II: Vols. 10-11. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, pp. 113-149.
- DELGADO, M.; MAYET, F.; ALARCÃO, A. M. (1975) - Les sigillées. In ALARCÃO, J. e ÉTIENNE, R. - *Fouilles de Conimbriga*. Vol. IV. Paris: Diffusion de Boccard.
- DELOGU, P. (2010) - Spazi Economici Delle Città Nell'italia Dell'viii Secolo. In GARCÍA, A. (coord.) - *Espacios urbanos en el Occidente Mediterráneo (s. VI-VIII)*. Toledo: Toletum Visigodo, pp. 29-43.
- DE MAN, A. (2006) – *Conímbriga – Do Baixo Império à Idade Média*. Lisboa: Edições Sílabo.
- DE MAN, A. (2007a) - A muralha tardia de Conimbriga. In RODRÍGUEZ, A. e RODÀ, I. (coords.) – *Murallas de ciudades romanas en el occidente del Imperio. Lucus Augusti como paradigma*. Lugo: Museo Provincial de Lugo/Deputación de Lugo, pp. 699-712.
- DE MAN, A. (2007b) - The Late Urban Fort of the Bico da Muralha, Conimbriga (Portugal). *Mediterranean Archaeology and Archaeometry*. Vol. 7: n.º 1, pp. 3-14.
- DE MAN, A. (2008) – *Defesas urbanas tardias da Lusitânia*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Texto policopiado.
- DE MAN, A. (2012a) - A cerâmica de Qundâyixa: dados para uma reapreciação cronológica. *Arqueologia Medieval*. N.º 12. Porto/Mértola: Edições Afrontamento/Campo Arqueológico de Mértola, pp. 33-39.
- DE MAN, A. (2012b) - As defesas das cidades romanas do Ocidente/The Defences of the Western Roman Cities. In OLIVEIRA, F.; BRANDÃO, J.; MANTAS, V. e SANZ SERRANO, R. (eds.) – *Atas do Colóquio Internacional 'A Queda de Roma e o Alvorecer da Europa'*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 103-115.
- DE MAN, A. (2013) - Acerca da cerâmica tardia, numa relação com os seus circuitos e contextos. In QUIROGA, J. (ed.) - *Conimbriga tardo-antigua y medieval. Excavaciones Arqueológicas en la 'domus tancinus' (2004-2008)*. Oxford: Archaeopress, pp. 121-131.
- DE MAN, A.; CORREIA, V.; LOVEGROVE, S. e ANDRADE, F. (2014) - Cerâmica Medieval de Conimbriga. In DE MAN, A. e TENETE, C. (coords.) - *Estudos de Cerâmica Medieval: O Norte e Centro de Portugal - séculos IX a XII*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, pp. 57-67.
- DE MAN, A. e SOARES, A. M. (2007) - A datação pelo radiocarbono de contextos pós-romanos de Conimbriga/Radiocarbon dating of post-Roman contexts from Conimbriga. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 10: N.º 2. Lisboa: IGESPAR, pp. 285-294.
- DE MAN, A. e TENETE, C. (2014) – *Estudos de Cerâmica Medieval. O Norte e o Centro de Portugal. Séculos IX a XII*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais.

DIARTE-BLASCO, P. (2012) - *La configuración urbana de la Hispania tardoantigua. Transformaciones y pervivencias de los espacios públicos romanos (s. III-VI d. C.)*. BAR International series 2429. Oxford: Archaeopress.

DIARTE-BLASCO, P. (2014) - Un camino sin retorno. La desarticulación de la ciudad clásica en la Antigüedad Tardía (ss. IV-V d.C.). In MARTÍN-BUENO, M. e SÁENZ PRECIADO, J. C. (eds.) - *Modelos edilicios y prototipos en la monumentalización de las ciudades de Hispania. Monografías Arqueológicas*. N.º 49. Zaragoza: Prensas de la Universidad de Zaragoza, pp. 97-106.

DIARTE-BLASCO, P. (2017) – Continuidad y transformación en los edificios públicos de la Lusitania tardoantigua: un estado de la cuestión. In ANDREU PINTADO, J. (ed.) – *Oppida Labentia. Transformaciones, cambios y alteración en las ciudades hispanas entre el siglo II y la tardoantigüedad*. Serie Monografías “Los Bañales”. Uncastillo: Fundación Uncastillo/UNED, pp. 513-538.

DIARTE-BLASCO, P. (2018) - The Evolution of Forum Space in Late Antique Hispania. The Genesis of a New Urbanism? In BIELMANN, C. e THOMAS, B. (eds.) - *Debating Religious Space & Place in the Early Medieval World*. Leiden: Sidestone Press, pp. 21-44.

DIARTE-BLASCO, P. (2020) - Actores principales y secundarios: los agentes transformadores del modelo urbano en la hispania tardoantigua y altomedieval. In CARNEIRO, A.; CHRISTIE, N. e DIARTE-BLASCO, P. - *Urban Transformations in the Late Antique West: Materials, Agents, and Models*. Série Humanitas Supplementum Estudos Monográficos. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 351-379.

DIARTE-BLASCO, P. e GURT, J. M. (2015) – La percepción del espacio en el urbanismo tardoantiguo: Características evolutivas en el ejemplo hispano. *Antiquité tardive: Revue Internationale d'Histoire et d'Archéologie (IV^e-VIII^e s.)*. Tome 23 – Isidore de Séville et son temps. Turnhout: Brepols Publishers, pp. 307-328.

DIAS, L. T. (1997) – *Tongobriga*. Lisboa.

DÍAZ MARTÍNEZ, P. C.; MARTÍNEZ MAZA, C. e SANZ HUESMA, F. J. (2007) – *Historia de España V: Historia Antigua. Hispania tardoantigua y visigoda*. Madrid: Ediciones ISTMO.

DRAGENDORFF, H. (1895) – *Terra sigillata: ein Beitrag zur Geschichte der griechischen und römischen Keramik*. Bonn: Universitäts-Buchdruckerei von Carl Georgi.

DURÁN, R. M. (1998) - La última etapa del teatro romano de Mérida: la versura oriental y los sellos latericios. *Cuadernos Emeritenses*. N.º 14. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, pp. 7-264.

DUVAL, N. (1983) - L' état actuel des recherches sur les fortifications de Justinien en Afrique. *XXX Corso di Cultura sull'Arte Ravennate e Bizantina*. Ravenna, pp. 149-204.

ESTÈVEZ SOLA, J. A. (2003) - *Crónica Najerense*. Madrid: Ediciones Akal.

ETTLINGER, E.; HEDINGER, B.; HOFFMAN, B.; ROTH-RUBI, K.; KENRICK, P. M.; PUCCI, G.; SCHNEIDER, G.; SCHNURBEIN, S.; WELLS, C. M. e SCHFFENEGGER S. Z. (1990) - *Conspectus Formarum Terrae Sigillatae Italico Modo Confectae*. Bonn: Dr. Rudolf Habelt GMBH.

FARIÑA BUSTO, F.; GARCÍA-LOMAS, R. e SUÁREZ OTERO, J. (1989) – La cerámica medieval en Galicia. In GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, A. e Bohigas ROLDÁN, R. (coords.) - *La cerámica medieval en el norte y noroeste de la Península Ibérica: aproximación a su estudio*. León: Universidade de León, pp. 285-301.

FERNÁNDEZ, A. (2014) – *El comércio tardoantiguo (ss. IV – VII) en el Noroeste Peninsular a través del registro cerâmico de la Ría de Vigo*. RLAMP 5. Oxford: Archaeopress.

FERNÁNDEZ, A. e BARTOLOMÉ ABRAIRA, R. (2016) – Cerámicas tardoantiguas en el Noroeste de la Península (Galicia y norte de Portugal): entre la importación y el artesanado local/regional (ss. V-VII). In VIGIL-ESCALERA, A. e QUIRÓS CASTILLO, J. A. (eds.) - *La cerámica de la Alta Edad Media en el Noroeste Peninsular (siglos V-X). Sistemas de producción, mecanismos de distribución y pautas de consumo. Documentos de Arqueología Medieval* (9). Bilbao: Universidad del País Vasco, pp. 69-112.

FERNÁNDEZ, A.; CARVALHO, P.C.; CRISTÓVÃO, J.; SANJURJO-SÁNCHEZ, J. e DIAS, P. (2019) - Dating the early Christian baptisteries from Idanha-a-Velha—the Suebi-Visigothic Egítania: stratigraphy, radiocarbon and OSL. *Archaeological and Anthropological Sciences*. Vol. 11, pp. 5691-5704.

FERNÁNDEZ, A. e MORAIS, R. (2012) – Terra Sigillata Bracarense Tardía (Tsbt). O Grupo II das Cerâmicas de engobe vermelho não vitrificável (Delgado 1993-94). O Cerâmicas de Engobe Vermelho. Grupo II (Delgado y Morais, 2009). In BERNAL CASASOLA, D. e RIBERA I LACOMBA, A. (eds.) - *Cerâmicas hispanorromanas II. Producciones regionales*. Cádiz: Universidad de Cádiz, pp. 131-176.

FERNÁNDEZ GARCÍA, M. I. e ROCA ROUMENS, M. (2008) – Producciones de Terra Sigillata Hispánica. In BERNAL CASASOLA, D. e RIBEIRA I LACOMBA, A. (eds.) - *Cerâmicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión*. Cádiz: Universidad de Cádiz, pp. 307-332.

FERNÁNDEZ GARCÍA, M. I. e RUIZ MONTES, P. (2005) – Sigillata Hispánica de origen bético. In ROCA ROUMENS, M. e FERNÁNDEZ GARCÍA, M. I. (coords.) – *Introducción al estudio de la cerâmica romana: una breve guía de referencia*. Málaga: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Málaga, pp. 139-182.

FERNÁNDEZ OCHOA, C. e GARCÍA DÍAZ, P. (2000) - Recuperación y puesta en valor de la Termas romanas de Campo Valdés de Gijón (Asturias). In FERNÁNDEZ OCHOA, C. e GARCÍA ENTERO, V. (eds.) - *Termas romanas en el Occidente del Imperio. II Coloquio Internacional de Arqueología de Gijón*. Gijón: VTP Editorial, pp. 443-450.

FERNANDES, I. M. e TEIXEIRA, R. (coords.) (1997) – *A louça preta em Portugal: Olhares cruzados*. Porto: Centro Regional de Artes Tradicionais.

FERNANDES, L. S.; CARVALHO, P. S. e FIGUEIRA, N. (2008) – Uma nova ara votiva de Viseu (Beira Alta, Portugal). *Sylloge Epigraphica Barcinonensis* VI. Barcelona: Universitat de Barcelona, pp. 185-189.

FERNANDES, P. A. (2016a) – (Re)conquista: a expansão asturiano-leonesa. In PAIVA, J. P. (ed.) – *História da Diocese de Viseu*. Vol. I. Viseu/Coimbra: Diocese de Viseu/Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 68-80.

FERNANDES, P. A. (2016b) – Populações cristãs, senhores islâmicos? In PAIVA, J. P. (ed.) – *História da Diocese de Viseu*. Vol. I. Viseu/Coimbra: Diocese de Viseu/Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 81-84.

FERNANDES, P. A. (2016c) – A catedral românica. In PAIVA, J. P. (ed.) – *História da Diocese de Viseu*. Vol. I. Viseu/Coimbra: Diocese de Viseu/Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 119-123.

FERNANDES, P. A. (2017) – *Matéria das Astúrias. Ritmos e realizações da expansão asturiano-leonesa no actual centro de Portugal, séculos VIII-X*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Coimbra. Disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/32275> [Consultado a 09/06/2020].

FERRAN, D.; GARCIA I LLINARES, M. G.; MORO, A. e TUSET, F. (2019) - La seu episcopal d'Ègara. Arquitectura, litúrgia i art. In LÓPEZ VILAR, J. (ed.) – *Actes de Tarraco Biennal. IV Congr s Internacional d'Arqueologia i Món Antic / VII Reunió d'Arqueologia Cristiana Hisp nica: El cristianisme en l'Antiguitat Tardana. Noves perspectives*. Tarragona: Universitat Rovira i Virgili/ Institut d'Estudis Catalans, pp. 215-224.

FERREIRA, M. C.; LOB O, J. C. e CATARINO, H. (2012) – Cer micas altomedievais do Castelo de Trancoso: uma primeira abordagem. *Arqueologia Medieval*. N.  12. Porto/Mértola: Edições Afrontamento/Campo Arqueológico de Mértola, pp. 15-31.

FERREIRA, P. (2010) – A Rua Direita, em Viseu: importância histórica, património e memória desta artéria. Da degradação   recuperação urbana. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Aberta, Lisboa. Disponível em <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/1868> [Consultado a 24/07/2018].

FIGUEIRA, N.; SANTOS, C. e CRAVO, S. (2013) – Vissaium. A Idade do Ferro em Viseu. *Atas do I Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa, pp. 703-708.

FLORENSA, F. e GAMARRA, A. (2006) - L'excavaci  del jaciment arqueol gic del carrer Sant Honorat 3, de Barcelona. *Tribuna d'arqueologia*. N.  2003-2004. Catalunya: Departament de Cultura de la Generalitat, pp. 189-209.

FL  REZ, E. (2010-2013) - *Espan a sagrada. Theatro geographico-histórico de la iglesia de España. Origen, divisiones y términos de todas sus provincias. Antigüedad, traslaciones y estado antiguo y presente de sus sillas, en todos los dominios de España y Portugal*. Madrid: Editorial Agustiniana, vol. XIV e XV (nova edição, revista por Rafael Lazcano).

FONTES, L.; MARTINS, M.; RIBEIRO, M. C. e CARVALHO, H. (2010) – A cidade de Braga e o seu território nos séculos V-VII. In GARCÍA, A. (coord.) – *Espacios urbanos en el Occidente Mediterr neo (s. VI-VIII)*. Toledo: Toletvm Visigodo, pp. 255-262.

FREITAS, L. (2013) - *Contributo para o estudo das cer micas comuns do Mosteiro de Santa Marinha da Costa (Guimarães)*. Dissertação de Mestrado apresentada   Universidade do Minho. Disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/28269> [Consultado a 09/09/2020].

FUENTES HINOJO, P. (2006) – Sociedad urbana, cristianización y cambios topográficos en la Hispania tardorromana y visigoda (siglos IV-VI). *Studia historica. Historia antigua*. N.  24. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, pp. 257-289.

- FUERTES SANTOS, M. C. (2010) – *La cerâmica medieval de Cercadilla, Córdoba. Tipología, decoración y función*. Córdoba: Junta de Andalucía e Consejería de Cultura.
- GARCÍA, J. E.; MIRÓ, N. e REVILLA, E. (2003) - Un context paleoandalusí a l'excavació de l'Arxiu Administratiu de Barcelona. *Actas del II Congrés d'Arqueologia Medieval i Moderna a Catalunya*. Vol. II. Barcelona: Associació Catalana per a la Recerca en Arqueologia Medieval, pp. 363-380.
- GARCÍA, V. e SEVILLANO, Á. (2018) - Legio (León) y Asturica Augusta (Astorga) en época tardo-romana y tardo-antigua. In LÓPEZ QUIROGA, J. (coord.) – *In Tempore Sueborum. El tiempo de los Suevos en la Gallaecia (411-585). El primer reino medieval de Occidente*. Ourense: Deputación Provincial de Ourense, pp. 247-252.
- GARCÍA-BELLIDO, M. P.; BLÁZQUEZ, C.; MATADOR, J. A. e GONZÁLEZ, E. (2001) - *Diccionario de cecas y pueblos hispánicos: Con una introducción a la numismática antigua de la Península Ibérica*. Madrid: Departamento de Historia Antigua y Arqueología/ Instituto de Historia/CSIC.
- GARCÍA ENTERO, V.; PEÑA CERVANTES, Y.; ZARCO MARTÍNEZ, E. e ARANDA GONZÁLEZ, R. (2017) - Contextos cerámicos tardoantiguos procedentes del edificio palacial de Santa María de Abajo de Carranque (Toledo). *Zephyrus*. N.º 80. Salamanca: Universidad de Salamanca, pp. 147-172.
- GARCÍA GUINEA, M. A.; IGLESIAS GIL, J. M. e CALOCA, P. (1973) – *Excavaciones de Monte Cildà, Olleros de Pisuerga (Palencia). Campañas de 1966 a 1969*. Madrid: Ministerio de Educación Nacional, Dirección General de Bellas Artes e Servicio Nacional de Excavaciones Arqueológicas.
- GARCÍA, M. G.; MORO, F. e TUSET, F. (2009) – La seu episcopal d'Ègara. Arqueologia d'un conjunt cristià del segle IV al IX. *Documenta*. N.º 8. Tarragona: Institut Català d'Arqueologia Clàssica.
- GARCÍA SANJUÁN, A. (2013) – *La conquista islámica de la Península Ibérica y la tergiversación del pasado*. Madrid: Marcial Pons Historia.
- GASPAR, A. (2000) – *Contribuição para o estudo das Cerâmicas Cinzentas dos séculos V-VI d. C. de Braga*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Minho. Texto policopiado.
- GASPAR, A. (2003) – Cerâmicas cinzentas da antiguidade tardia e alto-medievais de Braga e Dume. In CABALLERO, L.; MATEOS, P e RETUERCE, M. (coords.) - Cerâmicas tardorromanas y altomedievales en la Península Ibérica. Ruptura y continuidad. *Anejos de Archivo Español de Arqueología*. XXVIII. Madrid: CSIC, pp. 455-481.
- GASPAR, A. e GOMES, A. (2007) - As muralhas de "Olisipo": o troço junto ao Tejo. In RODRÍGUEZ, A. e RODÀ, I. (coords.) - *Murallas de ciudades romanas en el occidente del Imperio. Lucus Augusti como paradigma*. Lugo: Museo Provincial de Lugo/Deputación de Lugo, pp. 685-698.
- GASPAR, J. (1993) – *As Regiões portuguesas*. Lisboa: Ministério do Planeamento e da Administração do Território.
- GIRÃO, A. de A. (1922) – *Bacia do Vouga: estudo geográfico*. Coimbra: Coimbra Editora/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- GIRÃO, A. de A. (1925) – *Viseu - Estudo de uma aglomeração urbana*. Coimbra: Coimbra Editora/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- GOMES, M. V.; GOMES, R. V. e CARDOSO, J. L. (1996) – Aspectos do quotidiano numa casa de Silves, durante o século XV. *XELB*. N.º 3. Silves: Museu Municipal de Arqueologia de Silves, pp. 33-78.

GOMES, R. C. (1987) - A Guarda Medieval, 1200-1500. *Cadernos da Revista de História Económica*. Lisboa: Livraria Sá da Costa.

GOMES, S. A. (2000) - A presença muçulmana em Coimbra. *Semente em Boa Terra – Raízes do cristianismo na diocese de Coimbra*. Coimbra: Diocese de Coimbra, pp. 120-133.

GONZÁLEZ, E. (2018) - Lucus Augusti en época tardo-romana. In LÓPEZ QUIROGA, J. (coord.) – *In Tempore Sueborum. El tiempo de los Suevos en la Gallaecia (411-585). El primer reino medieval de Occidente*. Ourense: Deputación Provincial de Ourense, pp. 229-234.

GRILO, C. (2014) - As cerâmicas de inspiração de sigillata do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, Olisipo (Lisboa). Primeira sistematização. In MORAIS, R.; FERNÁNDEZ, A. e SOUSA, M. J. (eds.) - *Monografias Ex Officina Hispana II: As Produções Cerâmicas de Imitação na Hispania*. Tomo II. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 85-98.

GURT, J. M. (1999) - Les ciutats i l'urbanisme. *Del romà al romànic. Història, art i cultura de la Tarraconense mediterrània entre els segles IV i X*. Barcelona, pp. 63-76.

GURT, J. M. (2000-2001) – Transformaciones en el tejido de las ciudades hispanas durante la Antigüedad Tardía: dinámicas urbanas. *Zephyrus*. N.º 53-54. Salamanca: Universidad de Salamanca, pp. 443-471.

GURT, J. M. e MACÍAS, J. M. (2002) - La ciudad y el territorium de Tarraco: el mundo funerário. In VAQUERIZO, D. (ed.) - *Espacios y usos funerarios en el Occidente romano*. Córdoba: Universidad de Córdoba, pp. 87-112.

GURT, J. M. e SANCHÉZ, I. (2008) - Las ciudades hispanas durante la Antigüedad Tardía: una lectura arqueológica. *Zona Arqueológica*. N.º 9: Recópolis y la ciudad en la época visigoda. Madrid: Museo Arqueológico Regional, pp. 181-200.

GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, J. A. e HERNÁNDEZ, F. (2016) – Cerámica altomedieval en León y su entorno. In VIGIL-ESCALERA, A. e QUIRÓS CASTILLO, J. A. (eds.) - *La cerámica de la Alta Edad Media en el Noroeste Peninsular (siglos V-X). Sistemas de producción, mecanismos de distribución y pautas de consumo. Documentos de Arqueología Medieval (9)*. Bilbao: Universidad del País Vasco, pp. 139-172.

GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, J. A. (2017) – Procesos de formación de ciudades en la alta Edad Media en el norte peninsular. In COSTA, A.; ANDRADE, A. e TENTE, C. (eds.) – *O papel das pequenas cidades na construção da Europa medieval*. Lisboa/Castelo de Vide: IEM/CM Castelo de Vide, pp. 19-85.

GUTIÉRREZ LLORET, S. (1993) – De la civitas a la madīna: destrucción y formación de la ciudad en el sureste de Al-Andalus. El debate arqueológico. *Actas del IV Congr s d'Arqueologia Medieval Espanyola "Societats en transici "* (Alacante, 4-9 Octubre 1993). Tomo 1. Alicante: Diputación Provincial de Alicante, pp. 13-35.

GUTIÉRREZ LLORET, S. (1996) – Le città della Spagna tra romanit  e islamismo. In BROGIOLO, C. P. (dir.) – *Early Medieval Town in West Mediterranean*. Mantua, pp. 55-66.

GUTIÉRREZ LLORET, S. (1998) – Ciudades y conquista. El fin de las ciuitates visigodas y la g nesis de las mudun isl micas del sureste de Al-Andalus. In CRESSIER, P. e GARCÍA-ARENAL, M. (eds.) –

Genèse de la villa islamique en al-Andalus et au Maghreb occidental. Madrid: Casa de Velázquez/CSIC, pp. 137-157.

GUTIÉRREZ LLORET, S. (2014) – Repensando la ciudad altomedieval desde la Arqueología. In SABATÉ, F. e BRUFAL, J. (dirs.) – *La Ciutat Medieval I Arqueologia*. VI Curs Internacional d'Arqueologia Medieval. Lleida: Pagès Editors, pp. 17-41.

GUTIÉRREZ PÉREZ, J. (2014) - La Terra Sigillata Hispánica Tardía procedente de la villa romana La Olmeda (Pedrosa de la Vega, Palencia): una introducción sobre un conjunto excepcional. In MORAIS, R.; FERNÁNDEZ, A. e SOUSA, M. J. (eds.) - *Monografias Ex Officina Hispana II: As Produções Cerâmicas de Imitação na Hispânia*. Tomo I. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 521-535.

HAUSCHILD, T. (2010) - Algumas observações nas construções do foro de eborá Liberalitas iulia. In NOGALES, T. (ed) - *Ciudad y foro en Lusitania Romana*. Mérida: Museo Nacional de arte romano, pp. 27-36.

HAYES, J. W. (1972) – *Late Roman Pottery*. Londres: The British School at Rome.

HENRIQUES, J. P.; FILIPE, V.; CASIMIRO, T. e KRUS, A. (2019) – Vestígios de produção oleira dos finais do século XV (Escadinhas da Barroca, Lisboa). In SENNA-MARTÍNEZ, J.; MARTINS, A.; CAESSA, A.; MARQUES, A. e CAMEIRA, I. (coords.) – *Fragmentos de Arqueologia de Lisboa 3. Extrair e produzir... Dos primeiros artefactos à industrialização*. Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa, pp. 109-121.

HIDALGO, R. (2002) - De edificio imperial a complejo de culto: La ocupación cristiana del palacio de Cercadilla. In VAQUERIZO, D. (coord.) - *Espacios y usos funerarios en el Occidente romano. Actas del Congreso Internacional celebrado en la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Córdoba* (5-9 junio 2001). Vol. 2. Córdoba: Universidad de Córdoba, pp. 343-372.

HIDALGO, R. (2005) - Algunas cuestiones sobre la “Corduba” de la Antigüedad Tardía. In GURT, J. M. e RIBERA, A. (coords.) – *Les ciutats tardoantiques d'Hispania. Cristianització i topografia. Actas de la VI Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica (Valencia, 2003)*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, pp. 401-414.

HIDALGO, R. (2016) - El complejo monumental de Cercadilla: Las transformaciones cristianas. In BRANDT, O. e CASTIGLIA, G. (eds.) – *Acta XVI Congressus Internationalis Archaeologiae Christianae. Costantino e i Costantinidi L'Innovazione Costantiniana, Le Sue Radici e i Suoi Sviluppi*. Parte I. Roma: Pontificio Istituto Di Archeologia Cristiana, pp. 523-550.

JIMÉNEZ SANCHÉZ, J. A. e SALES CARBONELL, J. (2004) - Termas e iglesias durante la Antigüedad Tardía. ¿Reutilización arquitectónica o conflicto religioso? Algunos ejemplos hispanos. In BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, J. M. e GONZÁLEZ BLANCO, A. (eds.) - *Sacralidad y Arqueología*. N.º 21: Antigüedad y Cristianismo. Murcia: Universidad de Murcia, pp. 185-201.

JUAN TOVAR, L. C. (2000) – La terra sigillata de Quintanilla de la Cueva. In GARCÍA GUÍNEA, M. (dir.) – *La villa romana de Quintanilla de la Cueva (Palencia). Memoria de las excavaciones 1970-1981*. Palencia: Junta de Castilla y León, pp. 45-122.

JUAN TOVAR, L. C. (2012) - Las cerámicas imitación de sigillata en el occidente de la Península Ibérica durante el siglo V d.C.. In BERNAL CASASOLA, D. e RIBERA I LACOMBA, A. (eds.) – *Cerámicas hispanorromanas II. Producciones regionales*. Cádiz: Universidad de Cádiz, pp. 97-129.

JUAN TOVAR, L. C. (2019) - Las cerámicas de imitación de Terra sigillata de época tardorromana en Hispania (siglos III-V d.C.). In FERNÁNDEZ OCHOA, C.; MORILLO CERDÁN, Á. e ZARZALEJOS PRIETO, M. (eds.) - *Manual de cerámica romana IV. Producciones cerámicas de época medio-imperial y tardorromana*. Madrid: Museo Arqueológico Regional/Sección de arqueología del CODLFyLyC, pp. 285-413.

JUAN TOVAR, L. C. e BLANCO GARCÍA, J. F. (1997) - Cerámica común tardorromana, imitación de sigillata, en la provincia de Segovia. Aproximación al estudio de las producciones cerámicas del siglo V en la Meseta Norte y su transición al mundo hispano-visigodo. *Archivo Español de Arqueología*. Vol. 70. Madrid: CSIC, pp. 171-219.

LARRÉN, H. (1989) – Materiales cerámicos de La Cabeza de Navasangil (Ávila). *BAM*. N.º 3, pp. 53-74.

LARRÉN, H.; BLANCO, J. F.; VILLANUEVA, O.; CABALLERO, J.; DOMINGUEZ, A.; NUÑO, J.; SANZ, F. J.; MARCOS, G. J.; MARTÍN, M. Á. e MISIEGO, J. (2003) – Ensayo de sistematización de la cerámica tardoantigua en la Cuenca del Duero. In CABALLERO, L.; MATEOS, P e RETUERCE, M. (coords.) - Cerámicas tardorromanas y altomedievales en la Península Ibérica. Ruptura y continuidad. *Anejos de Archivo Español de Arqueología*. XXVIII. Madrid: CSIC, pp. 273-306.

LEMOS, F. (1993) – *O Povoamento Romano em Trás-os-Montes Oriental*. Tese de Doutoramento em Pré-História e História da Antiguidade apresentada à Universidade do Minho. Texto policopiado.

LEMOS, F.; LEITE, J. e FONTES, L. (2001) - A muralha de Bracara Augusta e a cerca medieval de Braga. In Fernandes, I. (ed.) - *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*. *Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*. Palmela: Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, pp. 121-132.

LEMOS, F.; MARTINS, M.; FONTES, L.; LEITE, J. e CUNHA, A. (2002) – A muralha romana de Bracara Augusta. In MORILLHO CERDÁN, Á. (coord.) – Arqueología militar romana en Hispania. *Anejos de GLADIUS*. N.º 5. Madrid: CSIC/Polifemo, pp. 609-624.

LIMA, A. (2014) - A Cerâmica medieval do Castelo de Paiva e seu enquadramento histórico. In DE MAN, A. e TENETE, C. (2014) – *Estudos de Cerâmica Medieval. O Norte e o Centro de Portugal. Séculos IX a XII*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, pp. 183-204.

LIMA, A. (2016) - *Os mosaicos da igreja de Santa Maria do Freixo e a ecclesia de Tongobriga, paróquia da diocese portugalense no século VI*. In MACIEL, M. J.; MOURÃO, C. (coords.) e GARCÍA, J. T. (ed.) - *Imagens do Paradeisos nos Mosaicos da Hispania. Classical and Byzantine Monographs*. Vol. LXXXV (85). Amsterdam: Adolf M. Hakkert Publisher.

LOPES, V. (2014) – *Mértola e o seu território na Antiguidade Tardia (século IV-VIII)*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Huelva. Disponível em <http://rabida.uhu.es/dspace/handle/10272/8053> [Consultado a 10/5/2017].

LOPES, V. (2015) - La Antigüedad Tardía en Mértola (Portugal). *Onoba. Revista de Arqueologia y Antigüedad*. N.º 3. Huelva: Facultad de Humanidades de la Universidade de Huelva, pp. 105-128.

LÓPEZ, A.; FIERRO, J.; ENRICH, J.; SALES, J. e BELTRÁN DE HEREDIA, J. (2003) – Cerámica tardorromana y altomedieval en la provincia de Barcelona: Siglos VII-X. In CABALLERO, L.; MATEOS, P e RETUERCE, M. (coords.) - Cerámicas tardorromanas y altomedievales en la Península Ibérica. Ruptura y continuidad. *Anejos de Archivo Español de Arqueología*. XXVIII. Madrid: CSIC, pp. 41-65.

LÓPEZ ALSINA, F. (1988) – *La ciudad de Santiago de Compostela en la Alta Edad Media*. Santiago de Compostela: Ayuntamiento de Santiago de Compostela/Centro de Estudios Jacobeos/Museo Nacional de las Peregrinaciones.

LÓPEZ JIMÉNEZ, O. e RUIZ BRAVO, R. (2013) – *Memoria de resultados. Prospección geofísica para documentación arqueológica del entorno de la Iglesia de San Miguel, Viseu (Portugal)*. Toledo: Gipsia S. L.

LÓPEZ QUIROGA, J. (2010) – *Arqueología del mundo funerario en la Península Ibérica (siglos V al X)*. Madrid: La Ergastula.

LOPÉZ RODRÍGUEZ, J. R. (1985) - *Terra Sigillata Hispánica Tardía decorada a molde de la Península Ibérica*. Salamanca: Universidad de Salamanca.

LÓPEZ VILAR, J. (2004) - *Tàrraco paleocristiana. El suburbi del Francolí*. Tese de Doutoramento apresentada à Universitat Rovira i Virgili (Tarragona). Disponible en <https://www.tesisenred.net/handle/10803/8619#page=1> [Consultado a 11/06/2021].

LÓPEZ VILAR, J. e MUÑOZ MELGAR, A. (2019) - L'arqueologia cristiana de Tarragona. Balanç dels darrers 25 anys (1993-2018). In LÓPEZ VILAR, J. (ed.) - *Actes de Tàrraco Biennal. IV Congrès Internacional d'Arqueologia i Món Antic / VII Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica: El cristianisme en l'Antiguitat Tardana. Noves perspectives*. Tarragona: Universitat Rovira i Virgili/ Institut d'Estudis Catalans, pp. 35-48.

LÓPEZ VILAR, J. e PUCHE, J. M. (2013) - Arquitectura paleocristiana de Tarragona (segles IV-V). In MACIAS, J. M. e MUÑOZ, A. (eds.) - *Tàrraco christiana ciuitas*. Tarragona: Institut Català d'Arqueologia Clàssica, pp. 149-162.

LUCAS, M. R. *et al.* (1982) – Necrópolis romana de La Torrecilla (Getafe, Madrid). *NAH*. N.º 13, pp. 213-245.

MACIAS, J. M. (1999) - *La ceràmica comuna tardoantiga a Tàrraco: anàlisi tipològica i històrica (segles V-VII)*. Tarragona: Museu Nacional Arqueològic de Tarragona.

MACIAS, J. M. (2008) – Tarracóna visigoda. ¿Una ciudad en declive? *Zona Arqueológica*. N.º 9. Madrid: Museo Arqueológico Regional, pp. 292-301.

MACIAS, S. (2006) - *Mértola, o último porto do Mediterrâneo*. Vol. I. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.

MANTAS, V. (1999) - O espaço urbano nas cidades do norte da Lusitânia. In RODRÍGUEZ, A. (coord.) - *Los orígenes de la ciudad en el Noroeste hispánico. Actas del Congreso Internacional* (Lugo 15-18 de Mayo 1996). Vol. 1. Lugo: Deputación de Lugo, pp. 355-391.

MARQUES, A. (2000) – Escavações arqueológicas no Castelo de Belmonte (1992-1995). In FERREIRA, M. C.; PERESTRELO, M.; OSÓRIO, M. e MARQUES, A. (eds.) – *Beira Interior. História e Património. Actas das I Jornadas de Património da Beira Interior*. Guarda: Câmara Municipal da Guarda, pp. 253-286.

MÁRQUEZ, C. (2009) - Transformaciones en los Foros de Colonia Patricia. In NOGUERA, J. M. (ed.) - *Fora Hispaniae. Paisaje urbano, arquitectura, programas decorativos y culto imperial en los foros de las ciudades hispanorromanas*. Murcia: Museo Arqueológico de Murcia, pp. 105-121.

MARTÍN, A. M. e LÁRREN, H. (1991) – Seguimiento arqueológico en el Atrio de la Catedral de Zamora. *Anuario del Instituto de Estudios Zamoranos "Florián de Ocampo"*. Zamora: Instituto de Estudios Zamoranos "Florián de Ocampo", pp. 255-267

MARTÍN VISO, I. (2008) - Tremisses y potentes en el Nordeste de Lusitania (siglos VI-VII). *Mélanges de la Casa de Velázquez*. 38-1. Madrid: Casa de Velázquez, pp. 175-200.

MARTÍN VISO, I.; FUENTES MELGAR, P.; SASTRE BLANCO, J.C. e CATALÁN RAMOS, R. (2018) - *Cerámicas Altomedievales en Hispania y su entorno (siglos V-VIII d.C.)*. Zamora: Zamora Protohistorica.

MARTÍNEZ PEÑIN, R. (2013) - Estudio preliminar de las producciones cerámicas tardoantiguas y altomedievales localizadas en la ciudad de Braga (Portugal). *Estudios Humanísticos. Historia*. N.º 12. León: Servicio de Publicaciones de la Universidad de León, pp. 65-89.

MARTÍNEZ PEÑIN, R.; MAGALHÃES, F. e MARTINS, M. (2014) – Contribución de las producciones de cerâmica tardoantiguas para el estudio de la ciudad de Braga. *Oppidum*. N.º 7. Lousada: Câmara Municipal de Lousada, pp. 11-28.

MARTINS, M. (2005) – As termas romanas do Alto da Cidade. Um exemplo de arquitectura pública de Bracara Augusta. *Bracara Augusta. Escavações Arqueológicas I*. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

MARTINS, M. (2014) – Projeto de Bracara Augusta. 38 anos de descoberta e estudo de uma cidade romana. *Ciências e Técnicas do Património*. Vol. XIII. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 159-169.

MARTINS, M.; MAGALHÃES, F.; PEÑIN, R. e RIBEIRO, J. (2016) – The housing evolution of Braga between Late Antiquity and the Early Middle Ages. In SABATÉ, F. e BRUFAL, J. (dirs.) - *Arqueologia Medieval: Hàbitats medievals*. Lleida: Pagès editors, pp. 35-52.

MARTINS, M.; RIBEIRO, J. e MAGALHÃES, F. (2006) – A arqueologia urbana em Braga e a descoberta do teatro romano de Bracara Augusta. *FORUM*. N.º 40. Braga: Conselho Cultural da Universidade do Minho, pp. 9-30.

MATEOS, P. (1995a) - Arqueología de la tardoantigüedad en Mérida: estado de la cuestión. *Cuadernos Emeritenses*. N.º 10. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, pp. 127-152.

MATEOS, P. (1995b) – La identificación del xenodochium fundado por Mazona en Mérida. In GURT, J. M. e TENA, N. (eds.) – *IV Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica* (Lisboa, 28-30 setembro/1-2 outubro 1992). Barcelona/Lisboa: Institut d'Estudis Catalans e Universidade Nova de Lisboa, pp. 309-316.

MATEOS, P. (1999) – La Basílica de Santa Eulalia de Mérida: Arqueología y urbanismo. *Anejos de Archivo Español de Arqueología*. XIX. Madrid: CSIC.

MATEOS, P. (2000) - Augusta Emerita, de capital de la Diócesis Hispaniarum a sede temporal visigoda. In RIPOLL, G. e GURT, J. M. (eds.) – *Sedes Regiae (400-800)*. Barcelona: Reial Acadèmia de Bones Lletres, pp. 491-520.

MATEOS, P. (2006) - El "Foro Provincial" de Augusta Emerita: un conjunto monumental de culto imperial. *Anejos de Archivo Español de Arqueología*. XLII. Madrid: CSIC, pp. 315-354.

- MATEOS, P. (2018) - La Mérida tardorromana: de capital de la diócesis hispaniarum a sede temporal de la monarquía sueva. In LÓPEZ QUIROGA, J. (coord.) – *In Tempore Sueborum. El tiempo de los Suevos en la Gallaecia (411-585). El primer reino medieval de Occidente*. Ourense: Deputación Provincial de Ourense, pp. 253-258.
- MATEOS, P. e ALBA, M. (2000) - De Emerita Augusta a Marida. In CABALLERO, L. e MATEOS, P. (eds.) - Visigodos y Omeyas. Un debate entre la Antigüedad Tardía y la Alta Edad Media. *Anejos de Archivo Español de Arqueología*. XXIII. Madrid: CSIC, pp. 143-168.
- MATEOS, P. e MORÁN, C. J. (2020) – *Exemplum et Spolia. La reutilización arquitectónica en la transformación del paisaje urbano de las ciudades históricas*. MYTRA 7. Vol. I. Mérida: Instituto de Arqueología de Mérida/CSIC-Junta de Extremadura.
- MATOS, J. C. e VENTURA, L. (2010) — *Diplomatário da Sé de Viseu (1078-1278)*. Lisboa/Coimbra: IEM, CHSC e Imprensa da Universidade de Coimbra.
- MATTOSO, J. (1985) – *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325*. Vols. I e II. Lisboa: Editorial Estampa.
- MAYET, F. (1984) - *Les céramiques sigillées hispaniques. Contribution à l'histoire économique de la Péninsule ibérique sous l'Empire romain*. Paris: Diffusion de Bocard.
- MEIRA, C. (2018) – A cerâmica estampilhada da Sé de Viseu (Séculos V/VII). In TENTE, C. (ed.) - *Do Império ao Reino. Viseu e o território entre os séculos IV a XII*. Viseu: Câmara Municipal de Viseu, pp. 146-157.
- MEIRA, C. (2019) - Fora das muralhas de Viseu: o caso do sítio arqueológico do Loteamento do Quintal. In Costa, A.; ANDRADE, A. e TENTE C. (eds.)- *Inclusão e exclusão na Europa Urbana Medieval*. Castelo de Vide: IEM e Câmara Municipal de Castelo de Vide.
- MEZQUÍRIZ DE CATALÁN, A. M. (1961) - *Terra sigillata hispánica*. Valencia: William L. Bryant Foundation.
- MÍNGUEZ MORALES, J. A. (2005) - La cerâmica de paredes finas. In ROCA ROUMENS, M. e FERNÁNDEZ GARCÍA, M. I. (coords.) – *Introducción al estudio de la cerâmica romana: una breve guía de referencia*. Málaga: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Málaga, pp. 317-404.
- MIRÓ, C. e PUIG, F. (2000) - Edificios termale públicos y privados en Barcino. In FERNÁNDEZ OCHOA, C. e GARCÍA ENTERO, V. (eds.) - *Termas romanas en el Occidente del Imperio. II Coloquio Internacional de Arqueología de Gijón*. Gijón: VTP Editorial, pp. 171-178.
- MONSALVO, J. M. (2010) – *Atlas histórico de la España Medieval*. Madrid: Editorial Síntesis.
- MONTERROSO, A. (2002a) - El teatro como cantera. Historia de un saqueo. In VENTURA, A; MÁRQUEZ, C.; MONTERROSO, A. e CARMONA, M. A. (eds.) – *El Teatro Romano de Córdoba. Córdoba. Catálogo de la exposición*. Córdoba: Seminario de Arqueología de la Universidad de Córdoba, pp. 147-160.
- MONTERROSO, A. (2002b) – Ocupación medieval y fosilizaciones actuales. In VENTURA, A; MÁRQUEZ, C.; MONTERROSO, A. e CARMONA, M. A. (eds.) – *El Teatro Romano de Córdoba. Córdoba. Catálogo de la exposición*. Córdoba: Seminario de Arqueología de la Universidad de Córdoba, pp. 161-172.

MORAIS, R.; FERNÁNDEZ, A. e SOUSA, M. J. (2014) - As Produções cerâmicas de imitação na Hispania. *Monografias Ex Officina Hispana* II. Porto: FLUP.

MOSTALAC, A. e PÉREZ, J. A. (1989) - La excavación del Foro de Caesaraugusta. *La Plaza de la Seo. Zaragoza. Investigaciones Histórico-Arqueológicas*. Zaragoza: Estudios de Arqueología urbana, pp. 81-155.

MUNICÍPIO DE VISEU (2016) - “VISEU PATRIMÓNIO”. *Conclusões do Grupo de Reflexão & Lançamento da 1ª Fase* [Online]. Disponível em <http://www.cm-viseu.pt/ViseuPatrimonio/fase1.pdf> [Consultado a 18/11/2016].

NASCIMENTO, A. (2013) – *A Vida da S. Teotónio*. Lisboa: Edições Colibri.

NOLLA, J. M. e SAGRERA, J. (1995) - Ciuitatis Impuritanae Coementeria. Les necrópolis tardanes de la Neàpolis. *Estudi General*. N.º 15. Girona: Facultat de Lletres de la Universitat de Girona, pp. 9-329.

OLMO ENCISO, L. (2008) - Recópolis: una ciudad en una época de transformaciones. *Zona Arqueológica*. N.º 9: Recópolis y la ciudad en la época visigoda. Madrid: Museo Arqueológico Regional, pp. 40-62.

OLMO ENCISO, L. e CASTRO PRIEGO, M. (2008) - La cerámica de época visigoda de Recópolis: apuntes tipológicos desde un análisis estratigráfico. *Zona Arqueológica 9: Recópolis y la ciudad en la época visigoda*. Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional, pp. 89-96.

ORFILA, M.; ARRIBAS, A. e CAU, M. A. (1999) - La ciudad romana de Pollentia: el foro. *Archivo Español de Arqueología*. Vol. 72: n.º 179-180. Madrid: CSIC, pp. 99-118.

ORTON, C.; TYERS, P. e VINCE, A. (1993) – Pottery in Archaeology. *Cambridge Manuals in Archaeology*. Cambridge: University Press.

OSÓRIO, M. (2004) – Novos contributos para o estudo dos Castelos Velhos (Guarda). *Revista Praça Velha*. N.º 15. Guarda: Câmara Municipal da Guarda, pp. 5-15.

PAIVA, J. P. (2016) – *História da Diocese de Viseu*. Viseu/Coimbra: Diocese de Viseu/ Imprensa da Universidade de Coimbra.

PALOL, P. e CORTÉS, J. (1974) – La villa romana de La Olmeda, Pedrosa de la Veja (Palencia). Excavaciones de 1969-1970. *Acta Arqueológica Hispánica*, 7.

PAZ PERALTA, J. A. (1991) – *Cerámica de mesa romana de los siglos III al VI d.C. en la provincia de Zaragoza (terra sigillata hispánica tardía, african red slip ware, sigillata gálica tardía y phocaean red slip ware)*. Zaragoza: Institución Fernando El Católico.

PAZ PERALTA, J. A. (2008) – Las producciones de terra sigillata hispánica intermedia y tardía. In BERNAL CASASOLA, D. e RIBEIRA I LACOMBA, A. (eds.) - *Cerámicas hispanorromanas I. Un estado de la cuestión*. Cádiz: Universidad de Cadiz, pp. 497-539.

PEDRO, I. e VAZ, J. L. I. (1995) - Basílica e Necrópole altomedievais de Viseu. *IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica (Lisboa, 28-30 setembro/1-2 outubro 1992)*. Barcelona/Lisboa: Institut d'Estudis Catalans e Universidade Nova de Lisboa, pp. 343-352.

PEÑA CERVANTES, Y. (2000) - Reutilizaciones termaleas en el noroeste de la provincia Tarraconense. In FERNÁNDEZ OCHOA, C. e GARCÍA ENTERO, V. (eds.) - *Termas romanas en el*

Occidente del Imperio. II Coloquio Internacional de Arqueología de Gijón. Gijón: VTP Editorial, pp. 349-354.

PEREIRA, M. B. R. (1955) – *Diálogos Morais e Políticos*. Viseu: Assembleia Distrital de Viseu.

PEREIRA, T. (2013) – *A Ocupação alto-medieval do Povoado do Porto Torrão (Ferreira do Alentejo)*. Dissertação de Mestrado apresentada à FSCH/Universidade Nova de Lisboa. Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/11917> [Consultado a 19/11/2019].

PEREIRA, V. e RAMOS, T. (2017-2018) - Sequência estratigráfica e materiais cerâmicos do sítio da Póvoa do Mileu (Guarda, Portugal). *Estudios humanísticos. Historia*. León: Universidad de León, pp. 135-157.

PEREIRA, V.; CAMEIJO, A. e MARQUES, A. (2011) – Arqueologia no Centro Histórico da Guarda: resultados da intervenção do Torreão. In ALMEIDA, M. J. e CARVALHO, A. (eds.) - *Actas do Encontro de Arqueologia e Autarquias*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, pp. 265-292.

PERPÉTUO, J. (2002) - *Museu Grão-Vasco, Viseu – Sondagens e escavações arqueológicas de avaliação e acompanhamento. Relatório Preliminar*. Texto policopiado.

PICARD, J. C. (1991) – Les évêques bâtisseurs (IVe – VIIe siècle). *Naissances des arts chrétiens. Atlas des monuments paléochrétiens de la France*. Paris, pp. 44-49.

PINTO, F. (2003) - *Muralhas Romanas*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Disponível em <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/9812> [Consultado a 29/04/2021].

PIPA, A. (2017) - *A investigação historiográfica e do património histórico-arqueológico na região de Viseu (séculos XVII-XX)*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade Aberta, Lisboa. Texto policopiado.

PLIEGO, R. (2008) – La acuñación monetaria en el Reino Visigodo de Toledo: el funcionamiento de las cecas. *Els tallers monetaris: organització i producció. XII Curs d'Història Monetària d'Hispania*. Barcelona: Museu Nacional d'Art de Catalunya, pp. 117-141.

PLIEGO, R. (2020) – Figura et potentia. Coin and Power in the Visigothic Kingdom. In PANZRAM, S. e PACHÁ, P. (eds.) - *The Visigothic Kingdom. The Negotiation of Power in Post-Roman Iberia*. Amsterdão: Amsterdam University Press, pp. 235-255.

PLIEGO, R. e IBRAHIM, T. (2018) – La ciudad a través de las emisiones monetarias y sigilográficas de la Península Ibérica. De la Antigüedad Tardía a la conquista omeya. In PANZRAM, S. e CALLEGARIN, L. (eds.) - *Entre civitas y madīna. El mundo de las ciudades en la Península Ibérica y en el norte de África (siglos iv-ix)*. Madrid: Casa de Velázquez, pp. 135-152.

PORTAS, C. e FRADE, H. (1994) - A arquitectura do anfiteatro romano de Bobadela. In ALVAREZ MARTÍNEZ, J. M. e ENRÍQUEZ NAVASCUÉS, J. J. (coords.) - *El Anfiteatro en la Hispania Romana*. Coloquio internacional (Mérida, 26-28 novembro 1992). Badajoz: Junta de Extremadura/Consejería de Cultura, pp. 349-368.

PRATA, S. (2017) - Objectos arqueológicos alto-medievais em contexto doméstico: o caso da Tapada das Guaritas (Castelo de Vide, Portugal). In BILOTTA, M. A.; TENTE, C. e PRATA, S. (eds.) – O estudo dos manuscritos iluminados e dos artefactos na Arqueologia da Idade Média: metodologias em comparação / Lo studio dei manoscritti miniati e lo studio deimanufatti in

archeologia medievale: metodologie a confronto. *MEDIAEVAL SOPHIA* (19). Palermo: Officina di Studi Medievali, pp. 407-424.

PRATA, S. (2018) – Articulação da paisagem rural pós-romana no território de Castelo de Vide (Portugal). In MARTÍN VISO, I (ed.) - *Fortificaciones, poblados y pizarras. La raya en los inicios del Medioevo*. Ciudad Rodrigo: Ayuntamiento de Ciudad Rodrigo, pp. 216-237.

QUARESMA, J. C. (2003) - Terra sigillata sudgálica num centro de consumo: Chãos Salgados, Santiago do Cacém (Mirobriga?). *Trabalhos de Arqueologia*. N.º 30. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

QUARESMA, J. C. (2012) - Economia antiga a partir de um centro de consumo lusitano. Terra sigillata e cerâmica africana de cozinha em Chãos Salgados (Mirobriga?). *Estudos & Memórias* 4. Lisboa: UNIARQ.

QUARESMA, J. C. (2015) - Terra sigillata, paredes finas e lucernas dos sectores funerários de Ammaia. In QUARESMA, J. C.; BORGES, S. e FABIÃO, C. (coords.) - *Ad Aeternitatem. Os espólios funerários de Ammaia a partir da coleção Maças do Museu Nacional de Arqueologia*. Lisboa/Marvão: Museu Nacional de Arqueologia/Fundação Cidade de Ammaia, pp. 23-46.

QUARESMA, J. C. (2017a) – A evolução crono-estratigráfica do ateliê da Quinta do Rouxinol (Seixal): segundo quartel do século III aos inícios do segundo quartel do século V. In FABIÃO, C. et al. – *Olaria Romana. Seminário Internacional e Ateliê de Arqueologia Experimental*. Lisboa: UNIARQ/CMS/CAA, pp. 275-306.

QUARESMA, J. C. (2017b) - Quinta da Bolacha (Amadora, Lisbonne): La céramique de la villa (dernier tiers du IIIe siècle au premier quart du VIe siècle). In DIXNEUF, Delphine (ed.) - *LRCW 5: Late Roman coarse wares, cooking wares and amphorae in the Mediterranean: archaeology and archaeometry*. Vol. 1. Alexandria: Centre d'Études Alexandrines, pp. 43-89.

QUARESMA, J. C. e ANTÓNIO, J. (2017) - Importações cerâmicas no interior da Lusitania durante a Antiguidade Tardia: tendências e cronologias da Casa da Medusa (Alter do Chão, Abelterium). *PYRENAE*. Vol. 48: n.º 2. Barcelona: Secció de Prehistòria i Arqueologia de la Universitat de Barcelona, pp. 53-122.

QUIRÓS CASTILLO, J. A. (2005) - ¿Excavar en las ciudades o historiar las ciudades? El debate sobre la arqueología urbana a la luz de algunas experiencias europeas. *Arqueología y territorio medieval*. N.º 12 (1). Jaén: Universidad de Jaén, pp. 107-132.

QUIRÓS CASTILLO, J. A. (2016) – *Social Complexity in Early Medieval Rural Communities. The North-Western Iberia Archaeological Record*. Oxford: Archeopress.

RÁBADE OBRADÓ, M. P.; RAMÍREZ VAQUERO, E. e UTRILLA UTRILLA, J. F. (2005) – *Historia de España VII: Historia Medieval. La dinámica política*. Madrid: Ediciones ISTMO.

RAMOS, T. (2014) - *O Castro do Jarmelo em época medieval: o contributo da Arqueologia para o seu estudo*. Dissertação de Mestrado apresentada à NOVA-FCSH. Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/13754> [Consultado a 18/11/2019].

RAMOS, T. e PEREIRA, V. (2018) – Entre velhos e novos dados. Contributos para o estudo da Póvoa do Mileu (Guarda, Portugal) na Antiguidade Tardia. In HERNÁNDEZ GUTIÉRREZ, N.; LARRAZÁBAL GALARZA, J. e PORTERO HERNÁNDEZ, R. (eds.) – *Arqueología en el valle del Duero. Del Paleolítico a la Edad Media* (6). Porto: Glyphos, pp. 475-488.

RAUX, S. (1998) – Méthodes de quantification du mobilier céramique. Etat de la question et pistes de réflexion. *La quantification des céramiques, conditions et protocole*. Glux-en-Glenne: Centre Archéologique Européen du Mont Beuvray, pp. 11-16.

RAYNAUD, C. (1993) - Céramique africaine Claire. In PY, M. (dir.) - *Dictionnaire des céramiques antiques (VIIe s. av. n. è.-VIIe s. de n. è.) en Méditerranée nord-occidentale (Provence, Languedoc, Ampurdan)*. Lattara 6, pp. 170-197.

REAL, M. L. (2005) - Mosteiro de Fráguas no contexto pré-românico da Beira Interior (Portugal). In BARROCA, M. e FERNANDES, I. (coords.) - *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*. Palmela/Porto: CM Palmela/FLUP, pp. 275-292.

REAL, M. L. (2014) - A dinâmica cultural em “Portucale” e Colimbrie nos séculos VIII-XI. In DE MAN, A. e TENETE, C. (coords.) - *Estudos de Cerâmica Medieval: O Norte e Centro de Portugal - séculos IX a XII*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, pp. 13-53.

REAL, M. L. (2018) – O papel das elites na definição progressiva do território: a sua presença na senhorialização da “Fronteira Beirã” (séculos IX-XII). In TENETE, C. (ed.) - *Do Império ao Reino. Viseu e o território (séculos IV a XII)*. Viseu: Câmara Municipal de Viseu, pp. 297-340.

REAL, M. L.; DÓRDIO, P.; TEIXEIRA, R. e MELO, R. (1998) – Conjuntos cerâmicos da intervenção arqueológica na Casa do Infante – Porto: elementos para uma sequência longa – séculos IV-XIX. *Actas das 1^{as} Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 171-186.

REAL, M.; TÁVORA, M. J.; OSÓRIO, M. I. e TEIXEIRA, F. (1985/1986) – Escavações arqueológicas no Morro da Sé (Porto). *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. 2ª Série: Vol. 3/4. Porto: Câmara Municipal do Porto, pp. 7-44.

REAL, M. L. e TENETE, C. (2018) – A Cava de Viriato (Viseu) – novos dados e interpretações. In TENETE, C. (ed.) - *Do Império ao Reino. Viseu e o território (séculos IV a XII)*. Viseu: Câmara Municipal de Viseu, pp. 101-129.

REAL, M. L. e TENETE, C. (2020) – A Cava de Viriato. In CARVALHO, P. S. (coord.) – *Ícones da História de Viseu – o despertar do Museu. Catálogo da exposição*. Viseu: Município de Viseu, pp. 66-79.

REIS, M. P.; DE MAN, A. e CORREIA, V. (2011) – Conimbriga. In REMOLÀ, J. A. e ACERO, J. (coords.) – *La gestión de los residuos urbanos en Hispania. Anejos de Archivo Español de Arqueología*. LX. Madrid: CSIC, pp. 181-201.

REMOLÀ, J. A. (2000) - Sobre la interpretación arqueológica de los vertederos. In REMOLÀ, J. A. e DUPRÉ i RAVENTÓS, X. (eds.) - *Sordes Urbis. La eliminación de residuos en la ciudad romana. Actas de la Reunión de Roma (15-16 noviembre 1996)*. Roma: L'Erma" di Bretschneider, pp. 107-121.

REMOLÀ, J. A. e LASHERAS, A. (2019) - Ad Suburbanum Tarraconis. Del área portuaria al conjunto eclesiástico del Francolí. In LÓPEZ VILAR, J. (ed.) – *Actes de Tarraco Biennal. IV Congrès Internacional d'Arqueologia i Món Antic / VII Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica: El cristianisme en l'Antiguitat Tardana. Noves perspectives*. Tarragona: Universitat Rovira i Virgili/ Institut d'Estudis Catalans, pp. 75-82.

REQUEJO PAGÉS, O. (2016) – Cerámica altomedieval de Asturias. In VIGIL-ESCALERA, A. e QUIRÓS CASTILLO, J. A. (eds.) - *La cerámica de la Alta Edad Media en el Noroeste Peninsular*

(siglos V-X). Sistemas de producción, mecanismos de distribución y pautas de consumo. *Documentos de Arqueología Medieval* (9). Bilbao: Universidad del País Vasco, pp. 113-138.

REVILLA, E.; MIRÓ, N. e MARTÍN, A. (2000) - El complejo termal privado de la domus de la calle de Bisbe Caçador de Barcelona. In FERNÁNDEZ OCHOA, C. e GARCÍA ENTERO, V. (eds.) - *Termas romanas en el Occidente del Imperio. II Coloquio Internacional de Arqueología de Gijón*. Gijón: VTP Editorial, pp. 283-288.

RIBERA, A. (2000) - Valentia del paganismo al cristianismo: siglos IV y V. In RIBERA, A. (coord.) - *Los orígenes del cristianismo en Valencia y su entorno*. València: Ajuntament de València, pp. 19-32.

RIBERA, A. (2003) – Valentia: Del foro al área episcopal. In BOSCH JIMÉNEZ, C.; GARCÍA MORENO, L.; GIL EGEA, M. e VALLEJO GIRVÉS, M. (coords.) – *Santos, obispos y reliquias. Actas del III Encuentro Hispania en la Antigüedad Tardía*. Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá, pp. 45-83.

RIBERA, A. (2007) – La primera topografía cristiana de Valencia (Hispania Carthaginensis). *Rivista di Archeologia Cristiana*. Vol. 83. Roma: Pontificio Instituto di Archeologia Cristiana, pp. 377-434.

RIBERA, A. (2012) - La primera fase del grupo episcopal de Valencia (Hispania Carthaginensis). In CAVALIERI, M.; DE WAELE, E. e MAULEMANS, L. (eds.) - *Industria apium. L'archéologie: une démarche singulière, des pratiques multiples. Hommages à Raymond Brulet*. Louvain-la-Neuve: Presses universitaires de Louvain, pp. 149-162.

RIBERA, A.; ESCRIVÀ, I.; MACIAS, J. M. e ROSSELLÓ, M. (2020) – Los spolia en la formación del nuevo paisaje urbano en torno a Valentia durante los siglos VI al VIII. In MATEOS, P. e MORÁN, C. J. (eds.) – *Exemplum et Spolia. La reutilización arquitectónica en la transformación del paisaje urbano de las ciudades históricas*. MYTRA 7. Vol. I. Mérida: Instituto de Arqueología de Mérida/CSIC-Junta de Extremadura, pp. 381-391.

RIBERA, A. e ROSSELLÓ, M. (2000) - La ciudad de Valencia en época visigoda. In RIBERA, A. (coord.) - *Los orígenes del cristianismo en Valencia y su entorno*. València: Ayuntamiento de Valencia, pp. 151-164.

RIBERA, A. e ROSELLÓ, M. (2005) – El grupo episcopal de Valentia en el siglo VII, un ejemplo del desarrollo del culto martirial. In GARCÍA MORENO, L. e RASCÓN MARQUÉS, S. (eds.) - *Guerra y rebelión en la Antigüedad Tardía. El siglo VII en España y su contexto mediterráneo. Acta Antiqua Complutensia 5*. Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá/Ayuntamiento de Alcalá de Henares, pp. 123-153.

RIBEIRO, J. M. (2010) - O tecido urbano flaviense: de Aquae Flaviae a Chaves medieval. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/13805> [Consultado a 29/04/2021].

RIBEIRO, J.; FERNÁNDEZ, A.; CUNHA, A.; MARTINS, M.; MAGALHÃES, F. e BRAGA, C. (2014) - A cerâmica romana do balneário da rua D. Afonso Henriques: estudo preliminar da sequenciação cronológica e ocupacional do edifício (Braga, Portugal). In MORAIS, R.; FERNÁNDEZ, A. e SOUSA, M. J. (eds.) – *Monografias Ex Officina Hispana II: As produções cerâmicas de imitação na Hispânia*. Tomo I. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 483-505.

- RIBEIRO, M. C. e FONTES, L. (2015) - The urban morphology of Braga between Late Antiquity and the fourteenth-fifteenth centuries. In MARTÍNEZ PEÑÍN, R. (ed.) - *Braga and its territory between the fifth and the fifteenth centuries*. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho/Universitat de Lleida, pp. 29-45.
- RIBEIRO, M. C. e MELO, A. (2015) – Tecido urbano e poderes em Braga na Idade Média. In CAVERO DOMÍNGUEZ, G. (coord.) – *Construir la memoria de la Ciudad: Espacios, poderes e identidades en la Edad Media (XII-XV). I. La ciudad publicitada: de la documentación a la Arqueología*. León: Universidad de León, pp. 77-93.
- RIBEIRO, O. (1971a) – Em torno das origens de Viseu. *Revista Portuguesa de História*. Vol. 13. Coimbra: Instituto de História Económica e Social da Universidade de Coimbra, pp. 211-229.
- RIBEIRO, O. (1971b) — Ainda em torno das origens de Viseu. *Beira Alta*. Vol. XXX: fasc. 4. Viseu: Assembleia Distrital de Viseu, pp. 437-443.
- RIBEIRO, O.; LAUTENSACH, H. e DAVEAU, S. (1987) - *Geografia de Portugal*. Vols. I e II. Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- RIGOIR, J. (1960) – La céramique paléochrétienne sigillée grise. *Provence Historique*. Tomo 10: fasc. 42. Provence: Fédération historique de Provence, pp. 1-93.
- RIOS, F. (2020) - *O urbanismo de Lucus Augusti. Uma nova perspetiva de análise*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/69125> [Consultado a 29/04/2021].
- RIPOLL, G. (1999) - El món funerari. In PALOL, P. e PLADEVALL, A. (eds.) - *Del Romà al romànic: Historia, art i cultura de la Tarraconense mediterrània entre els segles IV i X*. Barcelona: Fundació Enciclopèdia Catalana, pp. 249-260.
- RITTERLING, E. (1913) - Das Frührömische Lager bei Hofheim im Taunus. *Annalen des Vereins für Nassauische Altertumskunde und Geschichtsforschung*. Wiesbaden.
- REYNOLDS, P. (1985) – Cerámica tardorromana modelada a mano de carácter local, regional y de importación en la provincia de Alicante. *Lucentum*. IV. Alicante: Universidad de Alicante, pp. 245-267.
- ROCA ROUMENS, M. e FERNÁNDEZ GARCÍA, M. I. (coords.) (2005) – *Introducción al estudio de la cerámica romana: una breve guía de referencia*. Málaga: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Málaga.
- RODÀ, I. (2001) - Barcelona desde su fundación hasta el siglo IV d. C. In BELTRÁN DE HEREDIA, J. (ed.) - *De Barcino a Barcinona (siglos I-VIII). Los restos arqueológicos de la plaza del Rey de Barcelona*. Barcelona: MHCB/Ajuntament de Barcelona/Institut de Cultura Barcelona, pp. 22-31.
- RODRIGUES, D. (2016) – A cidade e a catedral (séculos XVI e XVII). In PAIVA, J. P. (ed.) – *História da Diocese de Viseu*. Vol. III. Viseu/Coimbra: Diocese de Viseu/Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 79-112.
- RODRIGUES, M. (1994) – *Cerâmicas medievais da região de Moncorvo (Sécs. XII-XIII)*. Tese de Mestrado apresentada à FL/Universidade do Porto. Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/18126> [30/10/2019].

- RODRIGUES, M. e REBANDA, N. (1995) - Cerâmicas medievais do Baldoeiro (Adeganha- Torre de Moncorvo). *Actas das 1^{as} Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela, pp. 51- 66.
- RODRIGUES, M. e REBANDA, N. (1998) - Cerâmicas medievais do Povoado Desertificado de Sta. Cruz da Vilarça. *Actas das 2^{as} Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela, pp. 101-126.
- RODRIGUES, P. (2012) - *Cerâmicas Medievais do Morro da Sé de Viseu: Fossas-lixreira do Pátio do Museu Grão Vasco*. Dissertação de Mestrado apresentada à FL/Universidade de Coimbra [Texto policopiado].
- RODRÍGUEZ-ARAGÓN, F. P. (2014) - Los centros de producción de la Terra Sigillata Hispánica Tardía. Antiguos y nuevos centros, hornos, estructuras asociadas. *OPPIDUM. Cuadernos de Investigación*. N.º 10. Segovia: Universidad de Segovia, pp. 147-176.
- ROMERO CARNICERO, M. V. e RUIZ MONTES, P. (2005) – Los centros de producción de THS en la zona septentrional de la Península Ibérica. In ROCA ROUMENS, M. e FERNÁNDEZ GARCÍA, M. I. (coords.) – *Introducción al estudio de la cerámica romana: una breve guía de referencia*. Málaga: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Málaga, pp. 183-224.
- RUÍZ VALDERAS, E.; RAMALLO ANSESIO, S.; LAIZ REVERTE, M. D. e BERROCAL RAMOS, M. C. (1993) - Transformaciones urbanísticas en Carthago Nova (siglos III-XIII). *Actas del IV Congrès d'Arqueologia Medieval Espanyola "Societats en transició"* (Alacante, 4-9 Octubre 1993). Tomo 2. Alicante: Diputación Provincial de Alicante, pp. 59-65.
- SALIDO DOMÍNGUEZ, J. (2017) - Los dolia en Hispania: caracterización, funcionalidad y tipología. In FERNÁNDEZ OCHOA, C.; MORILLO, Á. e ZARZALEJOS, M. (eds.) - *Manual de cerámica romana III*. Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional, pp. 237- 309.
- SANCHÉZ, I. (2006) – La cristianización de la topografía funeraria en las ciudades occidentales: Corduba en la Antigüedad Tardía. *Anales de Arqueología Cordobesa*. N.º 17: Vol. II. Córdoba: Universidad de Córdoba/Servicio de publicaciones de Diputación Provincial de Córdoba, pp. 85-102.
- SANCHÉZ, I. (2009a) - Sobre el grupo episcopal de Corduba. *PYRENAE*. Vol. 40: n.º 1. Barcelona: Secció de Prehistòria i Arqueologia de la Universitat de Barcelona, pp. 121-147.
- SANCHÉZ, I. (2009b) - Arquitectura sacra de época tardía en Hispalis. Algunas reflexiones. *Archivo Español de Arqueología*. Vol. 82. Madrid: CSIC, pp. 255-274.
- SÁNCHEZ, I. e MORÍN, J. (2014) - Los paisajes urbanos de la Antigüedad Tardía en Hispania. *Espacio, Tiempo y Forma*. Serie I: Prehistoria y Arqueología. N.º 7. Madrid: Facultad de Geografía e Historia de la UNED, pp. 97-128.
- SÁNCHEZ PARDO, J. C. (2014) – Organización eclesiástica y social en la Galicia tardoantigua. Una perspectiva geográfico-arqueológica del Parroquial Suevo. *Hispania Sacra*. Vol. LXVI. Madrid: CSIC, pp. 439-480.
- SANTOS, C. (2011) - *As cerâmicas de produção local do centro oleiro romano da Quinta do Rouxinol*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Disponível em <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/6119> [Consultado a 12/11/2019].

SANTOS, C. e ALBUQUERQUE, E. (2012) – O reaproveitamento de materiais de construção. O caso da Capela de São Pedro da Capinha. *Al-Madan*. II Série: N.º 17. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, pp. 155-158.

SANTOS, C. e ALBUQUERQUE, E. (2015) – A Capela de São Pedro da Capinha através dos materiais: a cerâmica medieval. In GONÇALVES, M. J. e GÓMEZ, S. (eds.) – *Actas do X Congresso Internacional 'A Cerâmica medieval no Mediterrâneo'*. Silves/Mértola: Câmara Municipal de Silves e Campo Arqueológico de Mértola, pp. 917-923.

SANTOS, C.; CARVALHO, P. S. e CARVALHO, N. (2010) – *Trabalhos arqueológicos do Edifício sito na Rua da Prebenda, n.º 70-72 [Viseu] – Escavação e acompanhamento arqueológico. Relatório Final*. Disponível na Biblioteca de Arqueologia da Direcção-Geral do Património Cultural, Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa.

SANTOS, C.; COELHO, C.; LIBERATO, M.; GOMES, A.; BUGALHÃO, J.; CATARINO, H.; CAVACO, S.; COVANEIRO, J.; FERNANDES, I.; GÓMEZ, S.; GONÇALVES, M. e INÁCIO, I. (2016) – Acerca de las cerámicas de almacenamiento: Las tinajas (Al-Hawābī) en el Garb Al-Andalus. *Jarres et grands contenants entre Moyen Âge et Époque Moderne: Actes du I^{er} Congrès International Thématique de l'AIECM3*. Aix-en-Provence: Marseille Université, pp. 185-198.

SANTOS, C.; CRAVO, S. e FIGUEIRA, N. (2013) – Uma insula em Vissaium. *Atas do I Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa, pp. 827-833.

SANTOS, C.; FIGUEIRA, N. e CRAVO, S. (2018) - Testemunhos de uma Identidade. Intervenções Arqueológicas em Viseu (1997-2016). In TENTE, C. (ed.) - *Do Império ao Reino. Viseu e o território entre os séculos IV a XII*. Viseu: Câmara Municipal de Viseu, pp. 65-79.

SANTOS, M. e ALBUQUERQUE, E. (2014) - Cerâmicas medievais da Capela de São Pedro da Capinha, Fundão. In DE MAN, A. e TENTE, C. (coords.) - *Estudos de Cerâmica Medieval: O Norte e Centro de Portugal - séculos IX a XII*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, pp. 99-108.

SARAIVA, A. (2009) – Viseu no rasto da guerra: dos conflitos fernandinos à paz definitiva com Castela. *VI Jornadas Luso-espanholas de Estudos Medievais: A Guerra e a sociedade na Idade Média*. Coimbra: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, pp. 323-359.

SARAIVA, A. (2010) - Viseu – do Governo Condal ao Reinado de D. Afonso Henriques (1096-1185): a renovação de um perfil urbano. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. Vol. 10. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, pp. 11-36.

SCHIFFER, M. (1983) – Towards the Identification of Formation Processes. *American Antiquity*. Vol. 48: n.º 4. Society for American Archaeology, pp. 675-706.

SASTRE BLANCO, J. C.; CATALÁN RAMOS, R.; FUENTES MELGAR, P.; VÁZQUEZ FADÓN, M.; RODRÍGUEZ MONTEERRUBIO, Ó. e ÁLVAREZ RODRÍGUEZ, A. (2018) - Producciones cerámicas en el Poblado de El Castillón entre los siglos V - VI d.C.. In MARTÍN VISO, I.; FUENTES MELGAR, P.; SASTRE BLANCO, J.C. e CATALÁN RAMOS, R. (coords.) - *Cerámicas Altomedievales en Hispania y su entorno (siglos V-VIII d.C.)*. Zamora: Zamora Protohistorica, pp. 379-400.

SÉNAC, P. (2011) – *Almanzor. El azote del año Mil*. València: Universitat de València.

SERRA, S. (2018) – *A cidade romana de Viseu. A memória do passado como suporte da cidade do presente*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura apresentada à Faculdade de Arquitetura da

Universidade do Porto. Disponível em https://sigarra.up.pt/faup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=260684 [Consultado a 11/08/2020].

SERRANO HERRERO, E.; TORRA PÉREZ, M.; CATALÁN RAMOS, R. e VIGIL-ESCALERA, A. (2016) – La cerâmica de los siglos VIII-IX en Madrid, Toledo y Guadalajara. In VIGIL-ESCALERA, A. e QUIRÓS CASTILLO, J. A. (eds.) - La cerâmica de la Alta Edad Media en el Noroeste Peninsular (siglos V-X). Sistemas de producción, mecanismos de distribución y pautas de consumo. *Documentos de Arqueología Medieval* (9). Bilbao: Universidad del País Vasco, pp. 279-313.

SERRANO RAMOS, E. (2005) – Cerâmicas africanas. In ROCA ROUMENS, M. e FERNÁNDEZ GARCÍA, M. I. (coords.) – *Introducción al estudio de la cerâmica romana: una breve guía de referencia*. Málaga: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Málaga, pp. 225-304.

SERRANO RAMOS, E.; TORRA, M.; CATALÁN, R. e VIGIL-ESCALERA, A. (2016) – La cerâmica de los siglos VIII-IX en Madrid, Toledo y Guadalajara. In VIGIL-ESCALERA, A. e QUIRÓS CASTILLO, J. A. (eds.) – *La cerâmica de la Alta Edad Media en el cuadrante Noroeste de la Península Ibérica (Siglos V-X). Sistemas de producción, mecanismos de distribución y patrones de consumo*. DAM 9. País Vasco: UPV/Euskal Herriko Unibertsitatea, pp. 279-313.

SHOTT, M. (1996) – Mortal Pots: On use and vessel size in the formation of ceramic assemblages. *American Antiquity*. Vol. 61: n.º 3. Society of American Archaeology, pp. 463-482.

SILVA, A.; LEMOS, P. e RIBEIRO, M. (2018) - O sítio romano da Malafaia, um casal agrícola no Vale de Arouca (Norte de Portugal). In ROSAS, L.; SOUSA, A. C. e BARREIRA, H. (coords.) - *Genius Loci – Lugares e significados*. Vol. 2. Porto: CITCEM, pp. 645-657.

SILVA, A.; PEREIRA, P. e CARVALHO, T. (2015) - Conjuntos cerâmicos do Castelo de Crestuma (Vila Nova de Gaia, N. Portugal). Primeiros elementos para uma sequência longa (Sécs. IV-XI). In GONÇALVES, M. J. e GÓMEZ, S. (eds.) - *Actas do X Congresso Internacional 'A Cerâmica medieval no Mediterrâneo'*. Silves/Mértola: Câmara Municipal de Silves e Campo Arqueológico de Mértola, pp. 401-419.

SILVA, A. e RIBEIRO, M. (2006-2007) - Cerâmica medieval das escavações no Castelo de Arouca: Ensaio de análise morfotipológica. *PORTVGALIA*. Vol. XXVII – XXVIII. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 69-88.

SILVA, A. e RIBEIRO, M. (2014) - Cerâmicas do período da reconquista no Vale do Arda: Castelo de Arouca e Casal da Malafaia. In DE MAN, A. e TENTE, C. (coords.) - *Estudos de Cerâmica Medieval: O Norte e Centro de Portugal - séculos IX a XII*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, pp. 161-184.

SILVA, A. e SOUSA, L. (2014) - Cerâmica do período da “reconquista” (séculos X-XI) proveniente do Castelo de Crestuma (Vila Nova de Gaia). In DE MAN, A. e TENTE, C. (coords.) - *Estudos de Cerâmica Medieval: O Norte e Centro de Portugal - séculos IX a XII*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, pp. 205-220.

SILVA, C. T. da (1983) – A Catedral de Viseu. I: O problema das origens. *Viseu Ilustrado*. N.º 1, pp. 29-30.

SILVA, I. (2005) - *D. Diogo de Sousa, Museu Regional de Arqueologia. Roteiro*. Braga: Instituto Português de Museus/Museu D. Diogo de Sousa.

SILVA, L. e MATEUS, R. (1991) - *A cerâmica medieval no Mediterrâneo Ocidental*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.

SILVA, R. C. (2014) - A cerâmica dos níveis alto-medievais do fórum de Aeminium (MNMC, Coimbra). In DE MAN, A. e TENTE, C. (coords.) - *Estudos de Cerâmica Medieval: O Norte e Centro de Portugal - séculos IX a XII*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, pp. 79-98.

SILVA, R. C. (2015a) - *O Museu Nacional de Machado de Castro – um ensaio de arqueologia urbana em Coimbra: do fórum augustano ao paço episcopal de Afonso de Castelo Branco*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Disponível em <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/29447> [Consultado a 18/08/2020].

SILVA, R. C. (2015b) – Medieval pottery from the Forum of Aeminium (Coimbra, Portugal): a proposal of chrono-typological evolution. In GONÇALVES, M. J. e GÓMEZ, S. (eds.) - *Actas do X Congresso Internacional 'A Cerâmica medieval no Mediterrâneo'*. Silves/Mértola: Câmara Municipal de Silves e Campo Arqueológico de Mértola, pp. 739-749.

SILVA, R. C.; FERNÁNDEZ, A. e CARVALHO, P. C. (2015) - Contextos e cerâmicas tardo-antigas do fórum de Aeminium (Coimbra). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 18. Lisboa: DGPC, pp. 237-256.

SOEIRO, T. (1981) – Monte Mozinho: cerâmica cinzenta fina. *PORTUGALIA*. Vol. 2. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 97-108.

SOLAUN, J. L. (2005) - *La cerâmica medieval en el País Vasco (Siglos VIII-XIII): sistematización, evolución y distribución de la producción*. Vitoria-Gasteiz: Departamento de Cultura y Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco.

SOLAUN, J. L. (2013) – La cerâmica medieval en Gasteiz. In AZKARATE, A. e SOLAUN, J. L. (coords.) – *Arqueología e Historia de una ciudad. Los orígenes de Vitoria-Gasteiz*. Tomo I. País Vasco: UPV/EHU, pp. 195-244.

SOUSA, É. M. de (1996) - Terra Sigillata marmoreada proveniente de Tróia de Setúbal. *Conímbriga*. N.º 35. Coimbra: Instituto de Arqueologia/FLUC, pp. 207-215.

SOUSA, B. V. (1990) - *A Propriedade das Albergarias de Évora nos Finais da Idade Média*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica e Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa.

SOUZA, G. (2016) - *O sítio alto-medieval de S. Gens (Celorico da Beira). Contributo para o estudo da produção cerâmica identificada nas campanhas realizadas entre 2011 e 2013*. Dissertação de Mestrado apresentada à FCSH/Universidade Nova de Lisboa. Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/20270> [Consultado a 03/04/2017].

SUÁREZ OTERO, J. (2012) – Santiago de Compostela: do povoado romano à cidade episcopal. In FALCÃO, J. A. (dir.) – *No Caminho sob as Estrelas: Santiago e a Peregrinação a Compostela*. Vol. 1. Santiago de Cacém/Beja: Câmara Municipal de Santiago do Cacém e Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja, pp. 31-43.

TEIXEIRA, M. C. (1993) – A história urbana em Portugal. Desenvolvimentos recentes. *Análise Social*. Vol. XXVIII (121). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 371-390.

TEJERIZO GARCÍA, C. (2016) – Construyendo la casa por los cimientos: consideraciones acerca de la cerâmica de la primeira Alta Edad Media en la parte central de la cuenca del Duero. In

VIGIL-ESCALERA, A. e QUIRÓS CASTILLO, J. A. (eds.) - La cerámica de la Alta Edad Media en el Noroeste Peninsular (siglos V-X). Sistemas de producción, mecanismos de distribución y pautas de consumo. *Documentos de Arqueología Medieval* (9). Bilbao: Universidad del País Vasco, pp. 229-254.

TEJERIZO GARCÍA, C. (2018) – ‘Estampas del pasado’. Un análisis contextual del material estampillado en el mundo rural de la Meseta Norte (ss. V-VI d.C.). In MARTÍN VISO, I.; FUENTES MELGAR, P.; SASTRE BLANCO, J.C. e CATALÁN RAMOS, R. (coords.) - *Cerámicas Altomedievales en Hispania y su entorno (siglos V-VIII d.C.)*. Zamora: Zamora Protohistorica, pp. 261-283.

TENTE, C. (2010) - *Arqueologia Medieval Cristã no Alto Mondego. Ocupação e exploração do território nos séculos V a XI*. Tese de Doutoramento apresentada à NOVA-FCSH. Texto policopiado.

TENTE, C. (2015) - [CNS 2666] *S. Miguel de Fetal (freguesia e concelho de Viseu). Relatório da escavação de 2014*. Disponível na Biblioteca de Arqueologia da Direcção-Geral do Património Cultural, Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa.

TENTE, C. (2016a) – A geografia diocesana entre os séculos VI a 1147. In PAIVA, J. P. (ed.) – *História da Diocese de Viseu*. Vol. I. Viseu/Coimbra: Diocese de Viseu/Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 23-42.

TENTE, C. (2016b) – A cidade e a catedral. In PAIVA, J. P. (ed.) – *História da Diocese de Viseu*. Vol. I. Viseu/Coimbra: Diocese de Viseu/Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 109-119.

TENTE, C. (2016c) – O enquadramento normativo e doutrinal até 1147. In PAIVA, J. P. (ed.) – *História da Diocese de Viseu*. Vol. I. Viseu/Coimbra: Diocese de Viseu/Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 139-157.

TENTE, C. (2016d) – O Episcopado até 1147. In PAIVA, J. P. (ed.) – *História da Diocese de Viseu*. Vol. I. Viseu/Coimbra: Diocese de Viseu/Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 173-184.

TENTE, C. (2018) - *Do Império ao Reino. Viseu e o território entre os séculos IV a XII*. Viseu: Câmara Municipal de Viseu.

TENTE, C. (2020) – O triente do Rei Recaredo. In CARVALHO, P. S. (coord.) – *Ícones da História de Viseu – o despertar do Museu. Catálogo da exposição*. Viseu: Município de Viseu, pp. 54-63.

TENTE, C. e ALVES, C. (2017) – The church of São Miguel de Fetal (Viseu). From archaeological excavation to documentar evidence / La iglesia de São Miguel de Fetal (Viseu). De la excavación arqueológica a las evidencias documentales. *Debates de Arqueología Medieval* (7). Granada: Universidad de Granada, pp. 71-86.

TENTE, C.; BAPTISTA, H.; TERESO, J. P.; CÉRCIO, M.; VELOSO, J. L.; OLIVEIRA, C.; SEABRA, L.; MEIRA, C.; SOUZA, G.; CORDERO, T. e REAL, M. L. (2018) – Senhora do Barrocal (Sátão) na viragem do milénio. Primeira abordagem. In TENTE, C. - *Do Império ao Reino. Viseu e o território (séculos IV a XII)*. Viseu: Câmara Municipal de Viseu, pp. 258-291.

TENTE, C.; CORDERO, T. e CASTRO, R. (2018) – A configuração territorial da Diocese viseense no período suevo-visigodo. In TENTE, C. (ed.) - *Do Império ao Reino. Viseu e o território (séculos IV a XII)*. Viseu: Câmara Municipal de Viseu, pp. 179-194.

TENTE, C. e DE MAN, A. (2014) – [CNS 2666] *S. Miguel de Fetal (freguesia e concelho de Viseu). Relatório da escavação de 2013*. Disponível na Biblioteca de Arqueologia da Direcção-Geral do Património Cultural, Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa.

TENTE, C. e DE MAN, A. (2016a) – O fim da Lusitânia: fragmentação e emergência de poderes no território de Viseu. In ENCARNAÇÃO, J.; LOPES, M. C. e CARVALHO, P. (coords.) – *A Lusitânia entre Romanos e Bárbaros*. Coimbra: FLUC, pp. 375-395.

TENTE, C. e DE MAN, A. (2016b) - Um rio, dois territórios no centro de Portugal. A produção cerâmica no vale do Mondego – os casos do espaço rural do Alto Mondego e de Conimbriga. In VIGIL-ESCALERA, A. e QUIRÓS CASTILLO, J. A. (eds.) - *La cerámica de la Alta Edad Media en el Noroeste Peninsular (siglos V-X). Sistemas de producción, mecanismos de distribución y pautas de consumo. Documentos de Arqueología Medieval (9)*. Bilbao: Universidad del País Vasco, pp. 43-68.

TENTE, C.; JÍMENEZ, O.; CARDOSO, F. A.; CASIMIRO, S. e ALVES, C. (2018) – A Igreja de São Miguel de Fetal (Viseu). Resultados das escavações arqueológicas e a sua interpretação. In TENTE, C. (ed.) - *Do Império ao Reino. Viseu e o território (séculos IV a XII)*. Viseu: Câmara Municipal de Viseu, pp. 81-99.

TENTE, C.; LANTES, Ó. e PRIETO, P. (2014) - A produção cerâmica dos séculos IX a XI na região do Alto Mondego (Portugal). In DE MAN, A. e TENTE, C. (coords.) - *Estudos de Cerâmica Medieval: O Norte e Centro de Portugal - séculos IX a XII*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, pp. 109-139.

TENTE, C. e MARTÍN VISO, I. (2012) - O Castro do Tintinholo (Guarda, Portugal). Interpretação dos dados arqueológicos como fortificação do período pós-romano. In QUIRÓS CASTILLO, J. A. e TEJADO SEBASTIÁN, J. M. (eds.) - *Los Castillos Altomedievales en el Noroeste de la Península Ibérica*. País Vasco: UPV/Euskal Herriko Unibertsitatea, pp. 57-75.

TENTE, C.; PRATA, S.; CORDERO, T.; CUESTA, F.; MEIRA, C.; SOUZA, G.; TERESO, S.; RAMOS, T.; RICARDO, S.; VELOSO, J. e CASTRO, R. (no prelo) - A Alta Idade Média no interior centro-norte português - perspectivas comparadas e agenda para o futuro. *A Península Ibérica entre os Séculos V E X: continuidade, transição e mudança*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.

TERESO, S.; RIBEIRO, C.; CRISTÓVÃO, J.; CORDERO, T.; SILVA, R. C.; TENTE, C.; SOUZA, G.; TERESO, J.; DIAS, P. e CARVALHO, P. C. (2021) – *Um forno e dois crânios na porta sul da Egitânia (Idanha-a-Velha). Um singular depósito dos inícios da Alta Idade Média*. Poster apresentado no EMBIO - Early Medieval Bioanthropology meeting (Coimbra, 20-21 maio 2021). Coimbra: CIAS/IEM.

THOMPSON, E. A. (2014) – *Los godos en España*. Madrid: Alianza Editorial.

TORRES, C. (1995) - A cidade paleocristã de Mirtylis. In GURT, J. M. e TENA, N. (eds.) – *IV Reunión d'Arqueología Cristiana Hispànica* (Lisboa, 28-30 setembro/1-2 outubro 1992). Barcelona/Lisboa: Institut d'Estudis Catalans e Universidade Nova de Lisboa, pp. 263-266.

UTRERO AGUDO, M. Á. (2011) - Análisis arqueológico de la Varanda dos Cónegos, Sé de Viseu, Portugal. Primeros resultados. *Informes y Trabajos: Excavaciones en el exterior 2011*. N.º 9. Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, pp. 585-605.

UTRERO AGUDO, M. Á. e SASTRE DE DIEGO, I. (2012) – Reutilizando materiales en las construcciones de los siglos VII-X. ¿Una posibilidad o una necesidad? *Anales de Historia del Arte*. N.º 22. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, pp. 309-323.

VALE, A. (1971) – Em torno das origens de Viseu. *Beira Alta*. Vol. XXX: n.º 2. Viseu: Assembleia Distrital de Viseu, pp. 255-260.

VAQUEIRA, L. (2015) – *O sítio de Torre Velha 3 entre a Antiguidade Tardia e Alta Idade Média: contextos materiais do “Ambiente II”*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia e Território apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Disponível em <https://eg.uc.pt/handle/10316/29893> [Consultado a 17/12/2019].

VAQUERIZO, D. (2018) - De la arqueología “en” la ciudad, a la arqueología “de” la ciudad... Córdoba, como yacimiento único. In BERNARDES, J. P.; ETCHVARNE, C.; LOPES, M. C. e COSTA, C. (eds.) - *Arqueologia urbana em centros históricos*. Faro: Universidade do Algarve, pp. 12-49.

VAQUERIZO, D.; GARRIGUET, J. A. e LEÓN, A. (2014) - Ciudad y territorio: transformaciones materiales e ideológicas entre la época clásica y el Altomedioevo. *Monografías de Arqueología Cordobesa*. Vol. 20. Córdoba: Universidad de Córdoba.

VARELA, J. M. e CLETO, J. (2001) – *Intervenção arqueológica no edifício do Largo do Colégio, n.º 9-12 (Freguesia da Sé, Porto)*. Relatório disponível para consulta no arquivo da Biblioteca de Arqueologia da Direcção-Geral do Património Cultural, Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa.

VAZ, J. L. I. (1983) – Introdução ao estudo de Viseu na época romana. *Beira Alta*. Vol. XLII: fasc. 4. Viseu: Assembleia Distrital de Viseu, pp. 729-246.

VAZ, J. L. I. (1989) – *Rua das Ameias – 1ª Campanha de escavações*. Disponível na Biblioteca de Arqueologia da Direcção-Geral do Património Cultural, Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa.

VAZ, J. L. I. (1990) – *Relatório de escavações arqueológicas – Rua das Ameias/1989*. Disponível na Biblioteca de Arqueologia da Direcção-Geral do Património Cultural, Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa.

VAZ, J. L. I. (1991) – *Relatório: Escavações arqueológicas na Basílica Paleo-Cristã de Viseu (3ª Campanha)*. Disponível na Biblioteca de Arqueologia da Direcção-Geral do Património Cultural, Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa.

VAZ, J. L. I. (1992a) – *Relatório: Escavações arqueológicas na Praça de D. Duarte – Viseu. Campanha de 1991*. Disponível na Biblioteca de Arqueologia da Direcção-Geral do Património Cultural, Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa.

VAZ, J. L. I. (1992b) – *Memorando* [Carta dirigida ao Presidente da Câmara Municipal de Viseu]. Disponível para consulta na Casa do Miradouro/Pólo Arqueológico de Viseu, Viseu.

VAZ, J. L. I. (1997) – *A Civitas de Viseu – Espaço e Sociedade*. Viseu: Comissão de Coordenação Região Centro.

VAZ, J. L. I. (2000) – Espaço e tempo na acrópole de Viseu. *Monumentos*. N.º 13. Lisboa: Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, pp. 44-51.

VAZ, J. L. I. (2006) – A Ocupação do espaço de Viseu na época romana. *MÁTHESIS*. N.º 15. Viseu: Departamento de Letras da Universidade Católica Portuguesa, pp.143-154.

VAZ, J. L. I. (2009) – Génese e evolução de um espaço urbano: Viseu das origens à ocupação árabe. *Beira Alta*. Vol. LXVIII-LXIX. Viseu: Assembleia Distrital de Viseu, pp. 147-201.

- VAZ, J. L. I. (2010) – Elementos para o estudo dos fora das cidades do norte da Lusitânia. In NOGALES BESSARRATE, T. (ed.) - *Ciudad y foro en Lusitania Romana*. Mérida: Junta de Extremadura, pp. 315-324.
- VAZ, J. L. I. (2011) – A Arquitectura Paleocristã da Lusitânia Norte. *Máthesis*. N.º 20. Viseu: Departamento de Letras da Universidade Católica Portuguesa, pp. 99-128.
- VAZ, J. L. I. e CARVALHO, P. S. (2009) – Viseu – a construção de um espaço urbano: do castro proto-histórico à cidade romana. In CRUZ, J. (coord.) – *VISEU – Cidade de Afonso Henriques*. Viseu: AVIS, pp. 31-46.
- VAZ, J. L. I. e SILVA, C. T. da (1983) – *Relatório. Necrópole de S. Miguel – Viseu*. Disponível para consulta no Polo Arqueológico de Viseu, Viseu. Texto policopiado.
- VELOSO, J. L. (2021) – *Ocupação e consumos no Porto através do arqueossítio da Rua de D. Hugo, nº. 5 (séculos V-VIII)*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à NOVA-FCSH. Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/121651> [Consultado a 05/07/2021].
- VIEGAS, C. (2003) - Terra sigillata da Alcáçova de Santarém – Economia, comércio e cerâmica. *Trabalhos de Arqueologia*. N.º 26. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- VIEGAS, C. (2019) - Terra sigillata trade in Mesas do Castelinho (Almodôvar-Portugal): pattern of imports and contextual data in southern Lusitania. *SPAL*. N.º 28.1. Sevilla: Universidad de Sevilla, pp. 97-129.
- VIGIL-ESCALERA, A. (2003) – Cerámicas tardorromanas y altomedievales de Madrid. In CABALLERO, L.; MATEOS, P e RETUERCE, M. (coords.) - Cerámicas tardorromanas y altomedievales en la Península Ibérica. Ruptura y continuidad. *Anejos de Archivo Español de Arqueología*. XXVIII. Madrid: CSIC, pp. 371-387.
- VIGIL-ESCALERA, A. (2013) - Las últimas producciones de TSHT en el interior peninsular. *Monografías Ex Officina Hispana: Cuadernos de la SECAH*. Vol. 1. Madrid: La Ergástula, pp. 11-24.
- VIGIL-ESCALERA, A. (2015) – Los primeros paisajes altomedievales en el interior de Hispania. Registros campesinos del siglo quinto d.C.. *Documentos de Arqueología Medieval* (7). Bilbao: Universidad del País Vasco.
- VIGIL-ESCALERA, A. e QUIRÓS CASTILLO, J. A. (2016) - La cerámica de la Alta Edad Media en el Noroeste Peninsular (siglos V-X). Sistemas de producción, mecanismos de distribución y pautas de consumo. *Documentos de Arqueología Medieval* (9). Bilbao: Universidad del País Vasco.
- VIVES, J. (1963) – *Concílios Visigóticos e Hispano-romanos*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas /Instituto Enrique Flórez.
- VIZCAÍNO SANCHÉZ, J. (1999) – Transformaciones del urbanismo tardoantiguo en Cartagena. El caso de los vertederos. *Anales de Prehistoria y Arqueología*. N.º 15. Murcia: Universidad de Murcia, pp. 87-98.
- VIZCAÍNO SANCHÉZ, J. (2002) – Reutilización del material en la edilicia tardoantigua. El caso de Cartagena. *Mastia*. N.º 1. Cartagena: Museo Arqueológico Municipal de Cartagena, pp. 207-220.
- WICKHAM, C. (2005) – *Framing the Earlt Middle Ages. Europe and the Medieterranean, 400-800*. Oxford: University Press.

WICKHAM, C. (2008) - *Una historia nueva de la Alta Edad Media. Europa y el mundo mediterráneo, 400-800*. Barcelona: CRITICA.